

Trabalho Democracia & Direitos

Clarice Gontarski Speranza
Micaele Scheer (Orgs.)

Volume 1

Trabalho livre e escravizado



Esta publicação, em quatro volumes, reúne as comunicações científicas apresentadas durante o V Seminário Internacional Mundos do Trabalho, ocorrido em setembro de 2018 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob o tema geral "Trabalho, democracia e direitos". Paralelo ao evento internacional, foram realizadas também a IX Jornada Nacional de História do Trabalho e a IX Jornada Regional do GT Mundos do Trabalho da Associação Nacional de História (ANPUH), seção Rio Grande do Sul. Os eventos foram promovidos pelo GT Mundos do Trabalho da Associação Nacional de História, pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e pelo Programa de Pós-graduação em História da UFRGS, com financiamento Capes e CNPq e apoio de diversas entidades e instituições. O GT Mundos do Trabalho é um coletivo de historiadores cujo foco de pesquisa é a história social do trabalho no Brasil. O grupo está organizado em diversos estados do país, entre eles Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Bahia, Amazonas e Pará.



Trabalho, Democracia e Direitos



V Seminário Internacional Mundos do Trabalho

Comitê Científico

Prof. Dr. Aldrin Castellucci (UNEB)
Prof. Dr. Antonio Luigi Negro (UFBA)
Profa. Dra. Beatriz Mamigonian (UFSC)
Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS)
Prof. Dr. Cesar Queiroz (UFAM)
Prof. Dr. Claudio Batalha (UNICAMP)
Profa. Dra. Clarice Speranza (UFRGS)
Profa. Dra. Fabiane Popinigis (UFRRJ)
Prof. Dr. Fernando Teixeira Da Silva (UNICAMP)
Prof. Dr. Henrique Espada Rodrigues (UFSC)
Profa. Dra. Iacy Mata (UFBA)
Prof. Dr. Marcelo Badaro Mattos (UFF)
Prof. Dr. Paulo Fontes (UFRJ)
Prof. Dr. Roberio Santos Souza (UNEB)
Profa. Dra. Silvia Petersen (UFRGS)

Comissão Organizadora

Profa. Dra. Clarice Speranza (UFRGS)
Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS)
Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad (UFSM)
Profa. Dra. Isabel Bilhao (UNISINOS)
Profa. Dra. Silvia Petersen (UFRGS)
Prof. Dr. Alisson Droppa (UNICAMP)
Prof. Dr. Frederico Duarte Bartz (UFRGS)
Profa. Dra. Regina Celia Lima Xavier (UFRGS)
Profa. Dra. Helen Osorio (UFRGS)
Profa. Dra. Regina Weber (UFRGS)
Profa. Dra. Claudia Mauch (UFRGS)
Profa. Dra. Melina Perussatto (UFFS)
Profa. Msa. Heliene Nagasava (FGV-CPDOC)
Profa. Msa. Micaele Irene Scheer (UFRGS)
Prof. Ms. Guilherme Nunes (UFRGS/IFC)
Bolsista: Graduando João Henrique Jung (UFRGS)

Trabalho, Democracia e Direitos

Volume 1

Trabalho livre e escravizado

Organizadoras:

Clarice Gontarski Speranza

Micaele Scheer



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Carole Kümmecke - <https://www.behance.net/CaroleKummecke>

Arte de Capa: John Salvino / Unsplash

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

SPERANZA, Clarice Gontarski; SCHEER, Micaele (Orgs.)

Trabalho, democracia e direitos, volume 1: trabalho livre e escravizado [recurso eletrônico] / Clarice Gontarski Speranza; Micaele Scheer (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

497 p.

ISBN - 978-85-5696-528-8

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Trabalho; 2. Democracia; 3. Direito; 4. Ética; 5. Sociedade; I. Título.

CDD: 177

Índices para catálogo sistemático:

1. Ética e sociedade 177

Sumário

Apresentação	11
---------------------------	-----------

Clarice Gontarski Speranza; Micaele Scheer

Associativismo

1.....	17
---------------	-----------

Trabalhadores livres e associativismo negro na segunda metade do século XIX no Brasil

Jonatas Roque Ribeiro

2.....	39
---------------	-----------

Associativismo e experiência política da população negra em Curitiba (1870-1910)

Pamela Beltramin Fabris

3.....	65
---------------	-----------

Clubes e associações recreativas: entre a sociabilidade, identidade e criminalização de práticas sociais em Manaus, 1890-1910

Kívia Mirrana de Souza Pereira

4.....	85
---------------	-----------

Do arsenal de guerra para o mundo operário mais amplo: trabalho e classe na história da Sociedade Bolsa de Caridade (1872-1929)

Celina Batalha Oliveira Lima

5.....	99
---------------	-----------

Práticas associativas, mutualismo e mundo do trabalho: uma perspectiva global a partir do Brasil no longo século XIX

David P. Lacerda; Douglas Guimarães Leite

6.....	119
---------------	------------

Motoristas e condutores de bondes em Manaus: cultura, associativismo e greves, 1899-1930

Dhyene Vieira dos Santos

Trabalho e trabalhadores

- 7149
Trabalho, mobilidade e gênero no Amazonas oitocentista (1850-1888)
Jéssyka Sâmya Ladislau Pereira Costa
- 8169
Estabelecimentos metalúrgicos na Corte: trabalho e espaço em uma cidade escravista (1843-1874)
Antonio Ramos Bispo Neto
- 9197
Trabalho, cativo, resistência e liberdade: marítimos escravos na navegação de cabotagem no Brasil (1846-1888)
Diego Schibelinski
- 10245
Os operários da construção do Imperial Fazenda de Santa Cruz (Rio de Janeiro, 1874-1881)
Edite Moraes da Costa
- 11273
"Os artistas pelos artistas": trabalhadores e suas hierarquias sociais no tempo da escravidão
Renata Figueiredo Moraes
- 12295
Mundo do trabalho e pós-abolição: a Freguesia do Pilar como base de análise
Sabrina Machado Campos

Aprendizagem e trabalho doméstico

- 13327
O aprendizado de "ofícios do trabalho doméstico" no Recife oitocentista
Tatiana Silva de Lima

14	359
O trabalho doméstico em Belém: entre a escravidão e liberdade (1880-1898)	
Marcelo Ferreira Lobo	
15	389
Correlações escravidão-liberdade na organização do trabalho doméstico livre em Salvador no final do século XIX	
Marina Leão de Aquino Barreto	
16	409
<i>O tempo da infância: narrativas de trabalhadoras domésticas</i>	
Luísa Maria Silva Dantas	
17	417
Entre o direito e os costumes: criadas e patrões entre a escravidão e o pós-abolição (Recife e Salvador: 1870-1910)	
Maciel Henrique Silva	
18	449
As práticas de ensino e aprendizagem manufatureiras no Rio de Janeiro após o fim das corporações de ofício (1824-1860)	
Daiane Estevam Azeredo	
19	469
A trajetória das leis de amparo à infância trabalhadora no pós-abolição no Rio de Janeiro: um caminho de lutas, conflitos e negociações (1889-1930)	
Aline Mendes Soares	
Sobre o V Seminário Internacional Mundos do Trabalho	497

Apresentação

Clarice Gontarski Speranza

Micaele Scheer

Pobreza generalizada, péssimas condições de vida, trabalho degradado, exploração desenfreada de homens, mulheres e crianças, ampliação da desigualdade. O quadro social que acompanhou os primeiros tempos da Revolução Industrial, nos primórdios do século XIX, permanece ainda hoje como definidor das relações de trabalho na sociedade contemporânea. Embora todo o dinamismo da economia capitalista e das mudanças tecnológicas – que transformam nossas existências num processo contínuo de adaptação e readaptação –, a humanidade não apenas não conseguiu solucionar satisfatoriamente as contradições entre capital e trabalho como as viu se aprofundarem, num contexto de revolução tecnológica permanente e “uberização” da mão de obra.

No Brasil, um dos aspectos mais flagrantes da permanência deste quadro social é a continuidade da clivagem trabalho livre e escravizado, passados 130 anos da abolição oficial da escravidão negra no Brasil. O último país das Américas a acabar com a escravidão conservou as marcas deste sistema de exploração extrema de seres humanos firmemente enraizado em suas relações de trabalho. Basta lembrar que, entre 1995 e 2015, perto de 50 mil pessoas foram libertadas em ações de fiscalização de trabalho análogo à escravidão em todo o país. Mais do que isto, a escravização marcou a constituição cultural da identidade dos trabalhadores no Brasil, o que inclui suas lutas políticas, seus enfrentamentos coletivos e suas resistências cotidianas.

Este primeiro volume da coletânea *Trabalho, democracia e direitos* é dedicada a pesquisas históricas recentes envolvendo os cruzamentos, tensões e diálogos entre trabalho livre e escravizado no Brasil, em seus aspectos econômicos, sociais e culturais. Optamos por organizar os artigos do ponto de vista temático e não cronológico, buscando estabelecer possíveis pontes entre propostas diversas do ponto de vista diacrônico.

A primeira parte dos textos aborda o tema do *associativismo*, englobando investigações acerca de associações, mutualismo, sindicatos e outros espaços que visavam a organização recreativa e política de trabalhadores, muitos desses negros e negras. A segunda parte, *trabalho e trabalhadores*, apresenta um rico panorama das experiências de homens e mulheres, livres e escravizados, por ofícios e categorias. Por fim, reunimos artigos envolvendo *aprendizagem e trabalho doméstico*, esse último, talvez um dos setores onde as relações escravistas tiveram maior influência nas relações de trabalho no Brasil, do ponto de vista cultural. Esse conjunto de textos compreende diferentes tempos e espaços; desde o Oitocentos até a primeira metade do século XX, a partir de fregesias e clubes ou de capitais do país. São pesquisas que formam um panorama da historiografia produzida sobre o tema na atualidade.

Esta publicação reúne comunicações científicas apresentadas durante o V Seminário Internacional Mundos do Trabalho, ocorrido em setembro de 2018 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob o tema geral “Trabalho, democracia e direitos”. Paralelo ao evento internacional, foi realizado também a IX Jornada Nacional de História do Trabalho e a IX Jornada Regional do GT Mundos do Trabalho da ANPUH/RS. Os eventos foram promovidos pelo GT Mundos do Trabalho da Associação Nacional de História (ANPUH), pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e pelo PPG em História da UFRGS, com financiamento Capes e CNPq.

O GT Mundos do Trabalho é um coletivo de historiadores cujo foco de pesquisa é a história social do trabalho no Brasil. O grupo está organizado em diversos estados do país, entre eles Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Bahia, Amazonas e Pará, entre outras, contando com cerca de 200 membros e um site próprio (<https://gtmundosdotrabalho.org/>). Desde sua criação, no início dos anos 2000, o GT vem promovendo simpósios temáticos no interior de todos os encontros nacionais da ANPUH, e Jornadas envolvendo pesquisadores ligados ao tema em anos alternados. O GT também edita desde 2009 um periódico científico, a Revista Mundos do Trabalho (<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho>). O evento que promovemos e esta publicação é uma amostra da fertilidade do campo de estudos.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Associativismo

Trabalhadores livres e associativismo negro na segunda metade do século XIX no Brasil

Jonatas Roque Ribeiro¹

A história social do trabalho produzida no Brasil tem passado por importantes transformações nas últimas décadas. Caminhos, abordagens, influências, diversidade na utilização de fontes, correntes e definições teóricas distintas têm marcado esse novo (ou atualizado) campo de estudos. Houve um redimensionamento nessa produção acadêmica, marcado pela atenção às ações de sujeitos históricos específicos, pela valorização da análise dos conflitos e embates entre os diversos grupos sociais e pela investigação das complexidades internas às classes, às tradições e outros aspectos que formaram, ao longo do tempo, a cultura dos trabalhadores. Temas tradicionais da história do Brasil como a imigração, a experiência operária e a escravidão, deste modo, ganharam novos contornos e novas formas de abordagem. As pesquisas sobre os operários ou trabalhadores livres urbanos ultrapassaram os limites das análises que identificavam o tema às condições do trabalho fabril e ao desenvolvimento de sindicatos e partidos. Deixando de lado as balizas cronológicas que tradicionalmente circunscreviam a experiência operária às décadas posteriores a 1930, esses novos estudos se voltaram também para o século XIX.²

¹ Doutorando em História pela UNICAMP. Bolsista FAPESP. E-mail: jonatasroque4@gmail.com.

² Balanços e panoramas sobre a história do trabalho no Brasil foram abordados por: GOMES, Ângela de Castro. “Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate”. *Estudos*

Como desdobramento dessas questões, o conceito engessado de classe também foi questionado para incorporar diferenças e rivalidades raciais, nacionais e de gênero, entre outras que também faziam parte das vivências cotidianas dos trabalhadores.³ Assim, temas como trabalhadores escravizados, libertos e livres no século XIX;⁴ o associativismo e outras formas de organização de trabalhadores;⁵ o cotidiano operário fora das fábricas, abrangendo aspectos como cultura, educação e habitação;⁶ os imigrantes e suas formas de sociabilidade;⁷ greves e paralisações;⁸ práticas culturais dos trabalhadores, tais como rituais, celebrações, festas e lazer;⁹ militância e intelectualidade;¹⁰ formas de trabalho (formal,

Históricos, Rio de Janeiro, n. 34, p. 157-186, jul/dez. 2004. BATALHA, Cláudio. “Os desafios atuais da história do trabalho”. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p. 87-104, jan/dez. 2006. NEGRO, Antônio Luigi; GOMES, Flávio. “Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho”. *Tempo Social*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 217-240, 2006. CHALHOUB, Sidney e SILVA, Fernando Teixeira da. “Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980”. *Cadernos AEL*, Campinas, vol. 14, n. 26, p. 15-45, 2009.

³ NASCIMENTO, Álvaro. “Trabalhadores negros e o ‘paradigma da ausência’: contribuições à história social do trabalho no Brasil”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 29, n. 59, p. 607-626, set/dez. 2016. FRACCARO, Gláucia. *Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

⁴ SOUZA, Robério. *Tudo pelo trabalho livre!: trabalhadores e conflitos no pós-abolição (Bahia, 1892-1909)*. Salvador: Editora da UFBA, 2011. SOUZA, Robério. *Trabalhadores dos trilhos: imigrantes e nacionais livres, libertos e escravos na construção da primeira ferrovia baiana (1858-1863)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2015.

⁵ MAC CORD, Marcelo; BATALHA, Cláudio (Orgs.). *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.

⁶ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 3ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.

⁷ BIONDI, Luigi. *Classe e nação: trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo, 1890-1920*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011.

⁸ REIS, João José. “A greve negra de 1857 na Bahia”. *Revista USP*, v. 18, p. 7-29, 1993. VITORINO, Artur. “Escravidão, proletários e as greves dos compositores tipográficos de 1850 no Rio de Janeiro”. *Cadernos AEL*, Campinas, v. 6, n. 10/11, p. 69-107, 1999.

⁹ BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (Orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

¹⁰ PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. 326 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

informal, escravo, forçado, livre, masculino, feminino, infantil);¹¹ tornaram-se assuntos fulcrais na história social do trabalho.

Na esteira dessas transformações historiográficas, dois campos de estudos acabaram, ainda que timidamente, se aproximando – a história dos trabalhadores escravizados e libertos (antes estudados apenas no âmbito da historiografia sobre a escravidão) e a história dos trabalhadores livres (anteriormente reduto exclusivo da historiografia do trabalho).¹² Essa é uma questão que vem sendo enfatizada por diversos autores nos últimos anos e alguns têm ido além da mera defesa dessa concepção, como fez Álvaro Nascimento.¹³ Todavia, o pioneirismo nesse debate coube ao provocador artigo de Silvia Hunold Lara, “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”, onde ela chamou a atenção, justamente, para como os trabalhadores escravizados continuavam excluídos dos estudos da história social do trabalho no Brasil.¹⁴ Desde então, vários esforços têm sido feitos no sentido de derrubar o “muro de Berlim” historiográfico, expressão cunhada por Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira da Silva, “que ainda emperra o diálogo necessário entre os historiadores da escravidão e os estudiosos das práticas políticas e culturais dos trabalhadores urbanos pobres e do movimento operário”.¹⁵

Nesse sentido, é possível reconhecer alguns caminhos trilhados pelas pesquisas mais recentes. O primeiro deles diz respeito ao associativismo. O associativismo entre trabalhadores esteve presente desde o surgimento das primeiras práticas organizativas no século XVII, como as irmandades leigas e as corporações de ofícios. No Oitocentos, as associações poderiam ser marcadamente culturais,

¹¹ CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. MAMIGONIAN, Beatriz. *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

¹² NEGRO; GOMES. “Além de senzalas e fábricas”...

¹³ NASCIMENTO. “Trabalhadores negros e o ‘paradigma da ausência’”...

¹⁴ LARA, Silvia Hunold. “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”. *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 16, p. 25-38, 1998.

¹⁵ CHALHOUB; SILVA. “Sujeitos no imaginário acadêmico”, p. 15.

educativas, religiosas, sindicais, mutualistas ou abranger todas essas dimensões. As associações mutualistas, por exemplo, procuravam oferecer determinados benefícios sociais que eram então negligenciados pelo Estado, como o auxílio em casos de doença e funerais, bem como assistência médica e farmacêutica.¹⁶

Algumas foram criadas por trabalhadores escravizados e seus descendentes, como por exemplo, a Sociedade de Beneficência Nação Conga Amiga da Consciência, fundada em 1872.¹⁷ Já a Sociedade Cooperativa da Raça Negra, por sua vez, foi criada em 1888.¹⁸ Outras entidades estiveram relacionadas aos imigrantes, e várias surgiram em torno de trabalhadores que tinham ocupação manual. Determinadas associações de auxílio mútuo cumpriram um papel decisivo de valorização dos trabalhadores, através da “defesa do ofício e a instrução dos associados, quase sempre profissional (por meio de aulas e/ou bibliotecas)”.¹⁹ Algumas delas ultrapassaram as iniciativas de suprir benefícios sociais e pautaram reivindicações de categorias profissionais, desenvolvendo, assim, funções próprias dos sindicatos. Associações denominadas, à época, “resistências”, “ligas”, “coletivos” e termos afins possuíram, na maioria das vezes, funções sindicais que consistiram, por exemplo, na luta pela diminuição da jornada, por melhores salários e por condições mais dignas de trabalho.²⁰

As pesquisas mais recentes também têm evidenciado que não é possível compreender a história do trabalho e dos trabalhadores brasileiros apenas a partir dos referenciais do movimento operário

¹⁶ BATALHA, Cláudio. “Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente”. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 2, n. 4, p. 12-22, jan. 2010.

¹⁷ CHALHOUB, Sidney. Solidariedade e liberdade: sociedades beneficentes de negros e negras no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. In: GOMES, Flávio; CUNHA, Olívia (Orgs.). *Quase cidadão: histórias e antropologias do pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 231.

¹⁸ PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Fortes laços em linhas rotas*, p. 277.

¹⁹ MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidão e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008, p. 79.

²⁰ BATALHA, Cláudio. “Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil”, p. 12-22.

organizado a partir das greves do início do século XX, expondo a necessidade de promover investigações a partir de questionamentos que sejam capazes de contemplar a diversidade de experiências e movimentos de trabalhadores no século XIX e XX.

Cláudia Viscardi, em estudo sobre o mutualismo em Minas Gerais nos séculos XIX e XX, evidenciou que esse fenômeno foi amplo, diversificado e aberto a diferentes grupos sociais, tendo como características predominantes, a despeito das diferenças, seu caráter assistencial e propiciador de relações de sociabilidade.²¹ Apesar de reconhecer a complexidade das mutuais, bem como a heterogeneidade dos seus membros, tendo em vista que essas “associações eram muito complexas e sofreram variações conforme o tempo e o lugar, tornando-se muito difícil enquadrá-las em categorias estanques ou fazer avaliações definitivas sobre sua existência”,²² a historiadora insistiu na diferenciação e na ausência de vínculos entre as mutuais e outras formas organizativas, tais como as corporações de ofício, as irmandades leigas e os sindicatos.²³

Contudo, outros estudos sobre o mutualismo em Minas Gerais adotaram enfoques distintos – em princípio, não contraditórios – para lidar com essas organizações. Enquanto trabalhos, como o de Cláudia Viscardi, privilegiaram a dimensão propriamente mutualista/previdenciária dessas organizações, outras pesquisas estiveram mais atentas para os aspectos que ultrapassaram o mutualismo e que estiveram presentes nas intenções e nas práticas das associações.²⁴

²¹ VISCARDI, Cláudia. As experiências mutualistas de Minas Gerais: um ensaio interpretativo. In: ALMEIDA, Carla; OLIVEIRA, Mônica (Orgs.). *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006, p. 307.

²² VISCARDI, Cláudia. O *ethos* mutualista: valores, costumes e festividades. In: MAC CORD; BATALHA (Orgs.). *Organizar e proteger*, p. 194.

²³ VISCARDI, Cláudia. Proteção e socorro: um estudo das associações mutualistas e beneficentes no pós-abolição. In: *Anais do XXII Simpósio Nacional de História: História, acontecimento e narrativa*, João Pessoa, UFPB; ANPUH, 2003.

²⁴ OLIVEIRA, Luís Eduardo de. *Os trabalhadores e a cidade: a formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direitos (1877-1920)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. PASSOS, Daniela. *Instituições sociais e a resolução do problema da ação coletiva: um estudo das associações*

Insistir no descolamento do mutualismo de outras modalidades organizativas revela determinados pressupostos analíticos. Marcelo Mac Cord, em estudo sobre as atividades e os debates internos de uma sociedade de artífices no Recife oitocentista, apresentou uma análise competente sobre uma longa convivência entre uma sociedade formalmente mutualista e uma irmandade sob a invocação de um santo padroeiro de um ofício. Ele relativizou a ideia de que o fim das corporações de ofício exigiu que os trabalhadores especializados substituíssem as irmandades embandeiradas por associações laicas, tendo como exemplo a experiência da entidade artística Sociedade das Artes Mecânicas e a Irmandade de São José do Ribamar, que atuaram conjuntamente, mas nem sempre de forma cooperativa, desde a criação da primeira, em 1836, até a década de 1860:

Por mais que as corporações de ofícios tenham sido extintas nos anos 1820, parece evidente que a confraria devotada ao santo patriarca ainda respondia algumas demandas de certas classes de artífices. Os profundos imbricamentos entre as duas agremiações oferecem, portanto, um caminho alternativo às leituras clássicas de que o liberalismo tenha necessariamente forçado os artífices especializados a trocarem suas “arcaicas” confrarias pelas “modernas” associações.²⁵

Desde seus primórdios, muitas irmandades tiveram práticas semelhantes às corporações de ofícios, algumas possuíram, inclusive, invocações particulares ligadas a ofícios específicos, como por exemplo, São José dos marceneiros, São Jorge dos ferreiros. Possivelmente, ao longo do século XIX, ocorreu a adesão de irmandades que não tinham qualquer relação com os ofícios à

trabalhistas de Belo Horizonte no início do século XX. 157 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

²⁵ MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012, p. 32-33.

prática associativa ligada a atividades profissionais.²⁶ Ainda assim, a provocação incitada por Mac Cord demonstra que, na historiografia brasileira, faltam pesquisas mais substanciais que possibilitem comparações com o caso pernambucano. Entretanto, existem indícios de movimentos semelhantes em outras cidades brasileiras, nas quais os trabalhadores livres mais organizados buscaram formalizar suas práticas associativas e outras demandas, como a defesa de categorias profissionais e classistas. As práticas organizativas e classistas defendidas pelas extintas corporações de ofícios e irmandades leigas, no século XVIII e início do XIX, se mantiveram (sob novos formatos e propostas) entre os interesses das associações mútuas surgidas ao longo do Oitocentos.

Uma questão central quando se trata do mutualismo está relacionada aos interesses que moviam trabalhadores negros na criação, difusão e defesa desse tipo de associativismo. Os estudos sobre mutualismo negro ou sobre os trabalhadores negros engajados e inseridos nessa prática associativa têm crescido significativamente, alargando as pesquisas e evidenciando as potencialidades do debate.²⁷ No seu estudo sobre os artífices negros recifenses, Marcelo Mac Cord afirmou que as associações mútuas dirigidas por aqueles sujeitos possibilitaram a valorização de experiências laborativas, bem como a formação de variadas identidades entre aqueles

²⁶ REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. SANTOS, Beatriz. “Irmãos por ofício e cidadania: as irmandades de São Jorge e São José no Rio de Janeiro no século XVIII”. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 127, p. 158-184, 2007.

²⁷ Os estudos sobre mutualismo negro ou sobre os trabalhadores negros engajados e inseridos nessa prática associativa têm crescido significativamente, alargando as pesquisas e evidenciando as potencialidades do debate. Alguns desses trabalhos são discutidos ao longo do texto, mas há outros que merecem referência, como VITORINO. “Escravidão, proletários e as greves”. DUARTE, Leila. *Pão e liberdade: uma história de escravos e livres na virada do século XIX*. Rio de Janeiro: APERJ; FAPERJ; Mauad, 2002. SILVA JR, Adhemar. “Escravidão, liberdade e cor nas sociedades de auxílios-mútuos (Rio Grande do Sul, 1856-1914)”. In: *Anais do II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Porto Alegre, UFRGS, 2005. JESUS, Ronaldo Pereira de; LACERDA, David Patrício. “Dinâmica associativa no século XIX: socorro mútuo e solidariedade entre livres e libertos no Rio de Janeiro Imperial”. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, vol. 2, n. 4, p. 126-142, ago/dez. 2010. Para Minas Gerais, contudo, esses estudos ainda são poucos. Ver, por exemplo, o já citado artigo de VISCARDI, Cláudia. “Proteção e socorro”...

trabalhadores.²⁸ Beatriz Loner, em estudo sobre os trabalhadores das cidades de Pelotas e Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul, entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século seguinte, asseverou que a constituição das práticas e espaços associativos dos trabalhadores negros ocorreu por duas razões. Primeiro, “a discriminação racial que enfrentaram na região e o fato de que logo se tornou evidente ao conjunto dos trabalhadores negros e suas lideranças, que sua inserção e a melhoria de condições de vida na sociedade brasileira estava condicionada a conquista de direitos para a classe operária, pois sua luta era coletiva e parte inseparável da luta do operariado brasileiro”.²⁹

A experiência constatada por Beatriz Loner também foi comum em outras regiões do Brasil. Em Campinas, no estado de São Paulo, por exemplo, nas décadas iniciais do século XX, algumas associações negras – Federação Paulista dos Homens de Cor (1903) e Liga Humanitária dos Homens de Cor (1915) – pautaram diversas bandeiras e propostas no seio das suas entidades, dentre elas, a defesa de questões relacionadas ao mundo do trabalho, como a ajuda mútua e a construção de redes de relacionamentos com outras associações dos mundos dos trabalhadores. A criação e defesa dessa rede associativa estiveram ligadas à:

Relação de exploração vivida no ambiente de trabalho e a luta para limitar o campo de atuação do empregador nas relações trabalhistas, de acordo com as noções compartilhadas pelos trabalhadores, que só poderiam ser solucionadas caso se identificassem como pertencentes a uma mesma classe, se opondo aos interesses de outras.³⁰

Essa identificação “coletiva” entre os trabalhadores:

²⁸ MAC CORD. *Artífices da cidadania*, p. 34.

²⁹ LONER, Beatriz. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande*. 2º ed. Pelotas: Ed. UFPel, 2016, p. 170.

³⁰ NOMELENI, Paula. *Associações operárias mutualistas e recreativas em Campinas (1906-1930)*. 230 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007, p. 186.

Poderia adotar diferentes meios para se definir, além de diversas estratégias de atuação, tais como, a adesão a associações reivindicatórias, mutualistas e recreativas, a participação em movimentos grevistas, associar-se a organizações administradas pela Igreja, estabelecer relações com profissionais liberais ou políticos, participar de eleições apoiando candidatos que aprovassem leis em prol dos trabalhadores.³¹

Isso não significa que questões raciais não fossem evocadas e pautadas nessas associações, inclusive, tanto Beatriz Loner quanto Paula Nomelini reconhecem o lugar das práticas e identidades raciais nas associações negras, contudo, em diversos momentos, outras finalidades foram levantadas, o que não significa, de modo algum, que essas coisas foram contraditórias, mas sim pautas que se relacionaram e conviveram no âmbito desses espaços associativos.

As trajetórias desses espaços me leva a pensar que, ao contrário de certas instituições segregadas racialmente ou baseadas em hierarquias sociais e raciais como, por exemplo, os corpos de milícias e as irmandades católicas, alguns espaços associativos negros parecem ter encaminhado para uma organização mais orientada por princípios classistas. Nas duas décadas que antecederam a abolição e no imediato pós-abolição (1870 a 1900) embora raça – e até mesmo etnia – tenham representado um princípio organizacional fundamental na sociedade brasileira como um todo, nos espaços associativos negros, seu peso tendeu a ser mais leve. João José Reis, em estudo pioneiro sobre os trabalhadores dos “cantos” em Salvador na segunda metade do século XIX, observou aspectos parecidos. Para ele, ao final da escravidão, esses trabalhadores passaram a ter uma tendência classista, ou seja, entre a identidade racial e étnica e a profissional, já predominava a segunda, “uma vez que a liberdade ajudou a nivelar, em alguma medida, trabalhadores que

³¹ NOMEINI, Paula. *Associações operárias mutualistas e recreativas*, p. 186.

anteriormente se dividiam na rua entre libertos e escravos”.³² Portanto, é possível perceber que raça e identidades classistas estiveram entrelaçadas num jogo complexo.

Esses são pontos fundamentais para a compreensão das experiências associativas dos trabalhadores no Brasil e em Minas Gerais no final do século XIX e início do XX. Entretanto, a historiografia mineira que se dedicou ao estudo do associativismo entre trabalhadores nesse período pouco se atentou para essas questões. Esses estudos investigaram o complexo mundo dos associativismos a partir de dois eixos principais: o movimento operário e o movimento grevista. São pesquisas que levantaram dados importantes sobre os números e os contextos da constituição desses espaços;³³ as correntes ideológicas dos quais eles fizeram parte (anarquistas, socialistas, anarco-sindicalistas);³⁴ suas perspectivas e propostas (beneficentes, socorros-mútuos, sindicais, reformistas, patronais, associações mantidas pela Igreja Católica);³⁵ ou suas fases (as que surgiram antes de 1910 foram consideradas beneficentes e mutualistas e as criadas posteriormente foram definidas como sindicais e/ou de resistência).³⁶

Sobre a ocorrência de movimentos grevistas em Minas Gerais, Regina Dutra apontou que, “em sua totalidade ocorreram de 1917 em diante e as suas razões variavam de questões salariais (aumento de salário, equiparação salarial, pagamento mensal, entre outros), diminuição da jornada de trabalho para 8 horas

³² REIS, João José. “De olho no canto: trabalho de rua na Bahia nas vésperas da abolição”. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, 2000, p. 240.

³³ DUTRA, Eliana. *Caminhos operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República*. São Paulo: Hucitec; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1988, p. 71-82.

³⁴ PASSOS, Daniela. *Instituições sociais e a resolução do problema da ação coletiva*, p. 27-29.

³⁵ AMARAL, Deivison. *Catolicismo e trabalho: a cultura militante dos trabalhadores de Belo Horizonte (1909-1941)*. Curitiba: Editora Prismas, 2018.

³⁶ ANASTASIA, Carla. *Corporativismo e cálculo político: o processo de sindicalização oficial dos trabalhadores em Minas Gerais (1932-1937)*. 314 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 1990, p. 189-202.

diárias, demissão do mestre, melhor tratamento e readmissão de operários grevistas”.³⁷ Os congressos operários regionais e as suas pautas e propostas, ocorridos a partir de 1906, assim como os “contatos coletivos e ideológicos entre os trabalhadores de várias associações de Minas Gerais”,³⁸ também foram apontados como motivos e, ao mesmo tempo, consequências dos movimentos grevistas no estado.

Apesar desses estudos terem adotado recortes e escolhas de abordagem, não creio que seja possível pesquisar, por exemplo, a vida cotidiana e associativa dos trabalhadores organizados deixando de lado questões relacionadas às múltiplas e complexas experiências desses sujeitos, pois, uma associação constituída, em grande maioria por trabalhadores negros, por mais que se alinhasse aos interesses e propósitos de outras agremiações dos mundos dos trabalhadores, também pautavam e propunham bandeiras voltadas para questões relacionadas às relações raciais.

Os próprios termos que compunham os nomes de muitas dessas associações (“13 de maio”, “José do Patrocínio”, “homens de cor”) é um indicativo disso. Mas foi precisamente isso que ocorreu com vários dos estudos sobre associativismos em Minas Gerais, que entre seus muitos méritos, por exemplo, está o de terem sido pioneiros no uso da imprensa operária como fonte para o estudo do mundo associativo dos trabalhadores. Ao mesmo tempo em que trouxeram aspectos inovadores, estes estudos desconsideraram a imprensa negra – e até mesmo os estatutos e atas de associações negras como fontes –, o que os levaram a excluir, ou integrar marginalmente, os trabalhadores negros e suas práticas associativas no mundo dos associativismos dos trabalhadores. Essas pesquisas, igualmente, não levaram em consideração as especificidades das propostas, bandeiras e ações dos vários

³⁷ DUTRA, Eliana. *Caminhos operários nas Minas Gerais*, p. 79.

³⁸ CAMPOS, Renata. *A experiência de ser tipógrafo e a ação da Associação Beneficente Tipográfica no movimento operário de Belo Horizonte (1897-1930)*. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011, p. 83.

formatos organizativos dos mundos do trabalho, como a questão da origem nacional para as associações formadas majoritariamente por imigrantes, e o papel do racismo e do preconceito de cor, para o associativismo negro.

Estudos importantes, como os já citados trabalhos de Beatriz Loner e Marcelo Mac Cord, têm evidenciado a importância do papel do preconceito de cor na constituição de espaços associativos negros. Contudo, a historiografia sobre os associativismos no mundo dos trabalhadores pouco avançou no debate sobre o racismo e as práticas racializadas de discriminação e preconceito contra os sujeitos de cor, suas manifestações e seus espaços associativos. Compreender o papel do racismo e dos processos de racialização em curso na sociedade de então pode revelar os significados, interesses e intentos que moveram homens e mulheres negras na valorização, defesa e construção de espaços e identidades associativas:

Os fenômenos associativos negros, nesse sentido se colocam como importantes lócus de análise visto que permitem identificar práticas de sociabilidade hierarquizadas referendadas pelos seus membros, mas atualizadas pelas discussões políticas cotidianamente e, ainda questionar os significados políticos em jogo no contexto do pós-abolição, assim como em que medida a escravidão e os problemas da liberdade sedimentavam as percepções que os sujeitos tinham dos lugares que ocupavam na sociedade.³⁹

Um desafio fundamental para os estudiosos da história do trabalho é tentar compreender as experiências dos trabalhadores negros nos mundos do trabalho. Esse investimento, entre outras coisas, pode contribuir para o aprofundamento de temáticas importantes para a historiografia do trabalho, como movimentos

³⁹ SILVA, Fernanda Oliveira da. “A racialização observada pela ótica da experiência dos clubes e centros culturais negros na diáspora negra ao sul do Atlântico (Brasil-Uruguai): notas de pesquisa como forma de iluminar a nova história do trabalho”. *Revista Cadernos do LEPAARQ*, Pelotas, vol. 11, n. 22, 2014, p. 530.

de reivindicação, formas de associação, participação política e manifestações culturais dos trabalhadores; mas também para ampliar campos de investigação que, mais recentemente, vêm se renovando, como a formação de tradições, costumes e identidades compartilhadas que serviram de base para ações e para a formação de grupos e associações (religiosas, recreativas, de apoio mútuo, sindicais, etc.) de trabalhadores, como por exemplo, o associativismo negro.

Trabalhadores e associativismo negro em Minas Gerais

Com base na investigação das regras e normas contidas nos estatutos de duas associações, pretendo discutir as questões, demandas e projetos que foram pautados e defendidos por esses espaços associativos na sociedade mineira no fim do século XIX. Trata-se das seguintes entidades associativas: Sociedade de Previdência Morro Velho e Sociedade Emancipadora de Sabará, todas da cidade de Sabará. Segundo Regina Dutra, “em 1870, foi fundada em Sabará a Sociedade de Previdência Morro Velho, não se tendo, contudo, maiores informações sobre ela a não ser que em 1921 possuía apenas 68 sócios”. Foi uma associação patronal ligada à Saint John Del Rey Mining Company, ou Companhia do Morro Velho, fábrica de capital inglês que atuou na extração de metais preciosos em Sabará. Tinha a finalidade de auxílio mútuo, cujo principal objetivo foi socorrer em caso de acidente, moléstia ou morte, os associados.⁴⁰ Já a Sociedade Emancipadora de Sabará foi fundada em 1 de janeiro de 1888. Era uma associação abolicionista e de socorro mútuo formada por homens e mulheres livres e libertas. Seu principal objetivo se resumiu em “emancipar, no menor prazo possível, o elemento servil no município de Sabará e, para consegui-lo, envidará todos os recursos ao seu alcance, de acordo com as leis vigentes”, e

⁴⁰ *Liberal Mineiro*, Ouro Preto, 31 ago. 1882.

“socorrer, sempre que possível, o sócio em caso de moléstia ou morte”.⁴¹

Uma pauta comum nessas associações foi o trabalho e a figura do trabalhador. Desde a segunda metade do século XIX, o trabalho passou de uma condição em que seus agentes foram discriminados e humilhados no conjunto social, para uma posição em que foi dignificado e valorizado na nova sociedade do trabalho livre como uma ferramenta necessária para o progresso.⁴² Seu agente, o trabalhador, esteve sujeito ao mesmo processo de ressignificação de sua posição social. Ou seja, esse foi um momento em que se identificar com o trabalho passou a ser uma estratégia de aceitação e reivindicação de um lugar naquela sociedade e em que a atuação dos trabalhadores se pautou, ainda que de forma episódica e pontual, por esta determinação.⁴³ Portanto, essas associações, em primeiro lugar, valorizaram o trabalho e a figura do trabalhador, construindo imagens e símbolos sociais positivos atrelados a eles. Ao mesmo tempo também construíram mecanismos de defesa para o trabalhador e, algumas delas, para uma classe específica de trabalhadores, como foi o caso da Sociedade de Previdência Morro Velho, voltada exclusivamente para os mineiros e os operários da Companhia do Morro Velho.

A luta contra a escravidão e a defesa do trabalho livre foi outro ponto abordado e debatido pelas associações. O regime escravista foi reprovado e criticado e as benesses do trabalho livre, constantemente, ressaltadas. A escravidão conspirava contra a dignidade individual do trabalhador, principalmente os trabalhadores negros, e contra qualquer aspiração de cidadania que pudessem desenvolver.⁴⁴ Isso, talvez, justifique o fato dessas associações terem começado, nesse momento, uma luta política e

⁴¹ *Liberal Mineiro*, Ouro Preto, 10 jan. 1888.

⁴² LONER. *Construção de classe*, p. 277-286.

⁴³ LONER. *Construção de classe*, p. 277-286.

⁴⁴ MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres*, p. 75-82.

pública conta o preconceito de cor e a desigualdade racial que, reformatada e atualizada, deu origem a luta antirracista encabeçada pelos clubes negros no pós-abolição.⁴⁵ A cor da pele e os impedimentos e constrangimentos ou as facilidades e incoerções que ela poderia trazer aos sujeitos, foi amplamente debatido. Tanto que a Sociedade Emancipadora de Sabará, em um dos artigos do seu estatuto, estipulou que uma de suas finalidades seria “através de preleções e oratórias, combater o ódio de raça e o preconceito de cor contra os elementos da raça preta”.⁴⁶

A defesa da educação e da instrução como um fator de inserção e reconhecimento social começou a ser pautada, com mais afinco, pelas associações negras nas duas últimas décadas do século XIX. Ao lado da valorização do trabalho e da defesa da figura do trabalhador, a educação (formal, cultural e profissional) foi marcadamente debatida e defendida. Todas as duas associações previam em seus estatutos alguma regra relacionada à educação, desde a construção de salas de leitura, passando pela contratação de professores até a criação de escolas. Projetos que, infelizmente não saíram do papel, mas revelam o interesse dos associados com a educação.

O diálogo com diferentes formatos associativos (irmandades leigas e religiosas, clubes culturais) também foi uma constante na trajetória dessas associações. Os seus membros circularam por entre as duas associações. Muitos dos associados da Sociedade de Previdência de Morro Velho participaram da fundação da Sociedade Emancipadora e estiveram presentes na Irmandade do Rosário e em outras associações mutualistas. A defesa dessas conexões fez parte do projeto que reconhecia que era preciso se associar politicamente para sobreviver naquela sociedade.⁴⁷

⁴⁵ PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Fortes laços em linhas rotas...*

⁴⁶ *Liberal Mineiro*, Ouro Preto, 10 jan. 1888.

⁴⁷ Rastrear essas conexões foi possível através da comparação de documentos dessas duas associações, como por exemplo, lista de sócios e notas e notícias da imprensa.

O associativismo negro no final do XIX também investiu na construção de valores e símbolos sociais diversos, que foram ressignificados e ganharam nova roupagem no pós-abolição. A ideia de respeitabilidade, cidadania, reconhecimento social, por exemplo, esteve intimamente ligada à defesa do trabalho livre e da extinção da escravidão, do combate ao preconceito de cor e da valorização de expressões sociais instituídas pela nova ordem capitalista, como trabalho e educação.⁴⁸ Portanto, a construção de sentidos, conceitos e interpretações sobre cidadania ou preconceito de cor, por exemplo, que se tornaram temas e demandas imprescindíveis dos movimentos negros organizados no pós-abolição, foram gestados no seio das associações negras no final do século XIX, mais precisamente nas décadas de 1870 e 1880, a partir do avanço do abolicionismo popular e da aprovação de leis, como a do Ventre-Livre de 1871.

Por fim, é importante destacar o papel relevante das associações negras na construção de identidades raciais e de identidades de classe (MATTOS, 2004; CASTELUCCI, 2012). Essas entidades fomentaram a constituição de uma ideologia dignificadora do trabalho e do trabalhador, difundiram a ideia de que seriam o lugar ideal para os trabalhadores lutarem mais eficazmente pelos seus interesses, além de ter cumprido um importante papel no processo de organização das classes trabalhadoras.

Não foi proposta deste artigo apresentar alguma conclusão formal. O intento foi levantar questões e temas para aqueles que pretendem tratar da história do trabalho. A proposta foi abrir novas perspectivas e incitar debates ao invés de apresentar considerações finais. É fato que ainda há muita pesquisa a ser feita sobre os trabalhadores negros (escravizados, libertos e livres) e as

⁴⁸ RIBEIRO, Jonatas. *Escritos da Liberdade: trajetórias, sociabilidade e instrução no pós-abolição sul-mineiro (1888-1930)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. MULLER, Liane Susan. *As contas do meu rosário são balas de artilharia*. Porto Alegre: Pragmatha, 2013.

suas formas de organização nos mundos do trabalho, mas acredito ter demonstrado aqui a necessidade e importância de inserir a experiência desses sujeitos históricos na história do trabalho, corroborando com as premissas apontadas por Silvia Hunold Lara (1998, p.38):

Resgatar a experiência escrava e inserir a experiência negra na história social do trabalho permite desvendar os significados culturais e políticos de uma história americana cuja face muitas vezes se tentou ocultar. No Brasil, como nas Américas, esta atitude pode nos ajudar a compreender melhor as candentes questões da discriminação e das tensões do presente. Mas isto não é tudo. O sentido da luta secular pela cidadania empreendida por homens e mulheres de pele escura que, mesmo cativos, lutaram para ser e foram sujeitos de sua própria história indica caminhos para a reflexão e a ação de pessoas que, independentemente da cor de suas peles, vivem hoje no Brasil: um longínquo país no qual a conquista da plena cidadania permanece sendo uma questão crucial.

Referências

- AMARAL, Deivison. *Catolicismo e trabalho: a cultura militante dos trabalhadores de Belo Horizonte (1909-1941)*. Curitiba: Editora Prismas, 2018.
- ANASTASIA, Carla. *Corporativismo e cálculo político: o processo de sindicalização oficial dos trabalhadores em Minas Gerais (1932-1937)*. 314 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 1990, p. 189-202.
- BATALHA, Cláudio. “Os desafios atuais da história do trabalho”. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p. 87-104, jan/dez. 2006.
- BATALHA, Cláudio. “Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente”. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 2, n. 4, p. 12-22, jan. 2010.

- CAMPOS, Renata. *A experiência de ser tipógrafo e a ação da Associação Beneficente Tipográfica no movimento operário de Belo Horizonte (1897-1930)*. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.
- CHALHOUB, Sidney. Solidariedade e liberdade: sociedades beneficentes de negros e negras no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. In: GOMES, Flávio; CUNHA, Olívia (Orgs.). *Quase cidadão: histórias e antropologias do pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (Orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.
- BIONDI, Luigi. *Classe e nação: trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo, 1890-1920*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011.
- CASTELLUCCI, Aldrin. “Classe e cor na formação do Centro Operário da Bahia (1890-1930)”. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 41, p. 85-141, 2010.
- CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 3º ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.
- CHALHOUB, Sidney e SILVA, Fernando Teixeira da. “Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980”. *Cadernos AEL*, Campinas, vol. 14, n. 26, p. 15-45, 2009.
- DUARTE, Leila. *Pão e liberdade: uma história de escravos e livres na virada do século XIX*. Rio de Janeiro: APERJ; FAPERJ; Mauad, 2002.
- DUTRA, Eliana. *Caminhos operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República*. São Paulo: Hucitec; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1988.
- FRACCARO, Gláucia. *Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

- GOMES, Ângela de Castro. “Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 34, p. 157-186, jul/dez. 2004.
- JESUS, Ronaldo Pereira de; LACERDA, David Patrício. “Dinâmica associativa no século XIX: socorro mútuo e solidariedade entre livres e libertos no Rio de Janeiro Imperial”. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, vol. 2, n. 4, p. 126-142, ago/dez. 2010.
- LARA, Silvia Hunold. “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”. *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 16, p. 25-38, 1998.
- LONER, Beatriz. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande*. 2º ed. Pelotas: Ed. UFPel, 2016.
- MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.
- MAC CORD, Marcelo; BATALHA, Cláudio (Orgs.). *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.
- MAMIGONIAN, Beatriz. *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.
- MATTOS, Marcelo. “Trabalhadores escravizados e livres na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX”. *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 229-251, 2004.
- MULLER, Liane Susan. *As contas do meu rosário são balas de artilharia*. Porto Alegre: Pragmatha, 2013.
- NASCIMENTO, Álvaro. “Trabalhadores negros e o ‘paradigma da ausência’: contribuições à história social do trabalho no Brasil”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 29, n. 59, p. 607-626, set/dez. 2016.
- NEGRO, Antônio Luigi; GOMES, Flávio. “Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho”. *Tempo Social*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 217-240, 2006.

NOMELINI, Paula. *Associações operárias mutualistas e recreativas em Campinas (1906-1930)*. 230 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

OLIVEIRA, Luís Eduardo de. *Os trabalhadores e a cidade: a formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direitos (1877-1920)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

PASSOS, Daniela. *Instituições sociais e a resolução do problema da ação coletiva: um estudo das associações trabalhistas de Belo Horizonte no início do século XX*. 157 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. 326 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

REIS, João José. “A greve negra de 1857 na Bahia”. *Revista USP*, v. 18, p. 7-29, 1993.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REIS, João José. “De olho no canto: trabalho de rua na Bahia nas vésperas da abolição”. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 24, 2000.

RIBEIRO, Jonatas. *Escritos da Liberdade: trajetórias, sociabilidade e instrução no pós-abolição sul-mineiro (1888-1930)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

SANTOS, Beatriz. “Irmãos por ofício e cidadania: as irmandades de São Jorge e São José no Rio de Janeiro no século XVIII”. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 127, p. 158-184, 2007.

SILVA, Fernanda Oliveira da. “A racialização observada pela ótica da experiência dos clubes e centros culturais negros na diáspora negra ao sul do Atlântico (Brasil-Uruguai): notas de pesquisa como forma de iluminar a nova história do trabalho”. *Revista Cadernos do LEPAARQ*, Pelotas, vol. 11, n. 22, 2014.

- SILVA JR, Adhemar. “Escravidão, liberdade e cor nas sociedades de auxílios-mútuos (Rio Grande do Sul, 1856-1914)”. In: *Anais do II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Porto Alegre, UFRGS, 2005.
- SOUZA, Robério. *Trabalhadores dos trilhos: imigrantes e nacionais livres, libertos e escravos na construção da primeira ferrovia baiana (1858-1863)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2015.
- SOUZA, Robério. *Tudo pelo trabalho livre!: trabalhadores e conflitos no pós-abolição (Bahia, 1892-1909)*. Salvador: Editora da UFBA, 2011.
- VISCARDI, Cláudia. As experiências mutualistas de Minas Gerais: um ensaio interpretativo. In: ALMEIDA, Carla; OLIVEIRA, Mônica (Orgs.). *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006.
- VISCARDI, Cláudia. O *ethos* mutualista: valores, costumes e festividades. In: MACCORD; BATALHA (Orgs.). *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.
- VISCARDI, Cláudia. Proteção e socorro: um estudo das associações mutualistas e beneficentes no pós-abolição. In: *Anais do XXII Simpósio Nacional de História: História, acontecimento e narrativa*, João Pessoa, UFPB; ANPUH, 2003.
- VITORINO, Artur. “Escravidismo, proletários e as greves dos compositores tipográficos de 1850 no Rio de Janeiro”. *Cadernos AEL*, Campinas, v. 6, n. 10/11, p. 69-107, 1999.

Associativismo e experiência política da população negra em Curitiba (1870-1910)

Pamela Beltramin Fabris¹

“Todos os anos, a data de 28 de janeiro, não importando o dia da semana em que caia, ‘é o dia em que o curitibano sobe o morro’ para homenagear uma de suas mais antigas e tradicionais sociedades, localizada no Alto do São Francisco.”² O trecho citado na reportagem refere-se a Sociedade Protetora dos Operários, a “Protetora”, fundada em 1883 pelo pedreiro, negro, Benedito Marques. A “Protetora”, assim como milhares de outras organizações mutualistas que emergiram no Brasil, durante as últimas décadas do século XIX e início XX, surge num momento de precariedade das condições de trabalho e da ausência de direitos.

Subir o morro do Alto São Francisco para frequentar as reuniões e festejos da Sociedade Protetora dos Operários era uma prática recorrente de certos setores da população curitibana, sobretudo ligados às lutas dos trabalhadores, desde pelo menos os anos finais do século XIX. No entanto, já há muito tempo, aquela região costumava agregar trabalhadores e trabalhadoras livres e escravizados que ali percorriam o espaço em seus afazeres

¹ Doutoranda em História pela Universidade Federal do Paraná. A pesquisa referida nesse texto está sendo realizada no âmbito do Projeto *Afrodescendentes na região Sul: biografias, trajetórias associativas e familiares*, com financiamento da CAPES – Memórias Brasileiras-Biografias. E-mail: pamfabrisg@gmail.com

² *Gazeta do Povo*, 28 de janeiro de 1987.

cotidianos. Entre as construções mais imponentes da região, encontra-se a Igreja do Rosário erguida por escravos pertencentes as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e de São Benedito no ano de 1737³. Além dessas duas irmandades estabelecidas ainda no século XVIII⁴, conhecidas por conglomerarem escravizados e libertos, uma terceira irmandade, a do Bom Jesus dos Perdões, fundada em 1864, também se venerava no interior da mesma igreja e assim como as outras duas, reunia em seu meio escravos e parte da população negra livre.⁵

Já, no início do século XX, outra importante sociedade construiu sua sede no Alto do São Francisco: a Sociedade Operária Beneficente Treze de Maio, fundada em 1888 por libertos e homens negros livres. Embora seja reconhecida como a primeira sociedade fundada e amplamente dirigida pela população negra em Curitiba, a história da Treze de Maio está, de muitas formas, ligada à história da Sociedade Protetora dos Operários, e ambas cumpriam importantes funções no universo associativista local.

Claudio Batalha denominou de “cultura associativa” esse “hábito de associar-se, à tendência [...] de conferir certa institucionalidade a formas de sociabilidade diversas”.⁶ É possível aqui compreender a “cultura associativa” num sentido ainda mais amplo. Trata-se de pensar nas potencialidades destes espaços para além de suas funções estabelecidas por estatutos. Tal cultura era constituída por práticas, cuja análise pode propiciar o

³ MAZZAROTTO, Jerônimo. *A Arquidiocese de Curitiba na sua História*. S/Ed., 1956. p.181.

⁴ WEBER, Sílvio Adriano. *Escravidão e Irmandade negra nos campos de Curitiba (1797-1850)*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná – Departamento de História, 2005.

⁵ FABRIS, Pamela B.; HOSHINO, Thiago A. P. Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio: mobilização negra e contestação política no Pós-Abolição. In: MENDONÇA, Joseli M. N. e SOUZA, Jhonatan Uewerton. (orgs.) *Paraná Insurgente – História e Movimentos Sociais*, século XVIII ao XXI. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018.

⁶ BATALHA, Claudio H.M. Culturas Associativas no Rio de Janeiro da Primeira República. In: BATALHA, Claudio H.M.; SILVA, Fernando Teixeira da.; FORTES, Alexandre. (orgs.). *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campina, SP: Editora da UNICAMP, 2004. p.96

conhecimento da experiência de vida de trabalhadores, de suas formas de sociabilidade e solidariedade, de suas reivindicações e lutas oriundas das mais diversas pautas, mas, também de disputas e contradições.

Convencionalmente, uma parte da historiografia apontou que a efervescência da ação organizativa dos trabalhadores se deu com a implementação do regime republicano no Brasil até aproximadamente 1920, com o auge dos movimentos grevistas da Primeira República; decorre daí a grande quantidade de estudos cujo recorte temporal contempla justamente este período. Outros autores, no entanto, já algum tempo, vêm reforçando a necessidade de repensar tal periodização, tendo em vista a necessidade de incluir no processo de formação da organização dos trabalhadores, pessoas escravizadas, libertas e livres.⁷

Maria Cecília Velasco e Cruz observou que:

ao estudarem o surgimento dos movimentos operário e sindical brasileiros os cientistas sociais e os historiadores partiram inicialmente da ideia de que a formação da classe operária no Brasil e a imigração europeia eram processos sociais necessariamente imbricados.⁸

Ao preocuparem-se em analisar os mecanismos da “ideologia do trabalho”, a participação de imigrantes dentro dos movimentos ou a influência das correntes socialistas, anarquistas, anarcosindicalistas, muitas pesquisas acabaram por não aprofundar a análise a respeito das formas de sociabilidade e de inserção social possibilitadas pelas agremiações. Essa maneira de abordar o tema tendeu a desconsiderar a presença de outros sujeitos que não se encaixassem no perfil típico do trabalhador do

⁷ A título de exemplo: LARA, Sílvia H. *Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil*. Projeto História. São Paulo, 16 -38, fev. 199.; MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e Livre: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008. p. 16.

⁸ VELASCO E CRUZ, Maria Cecília. Da tutela ao contrato: “homens de cor” brasileiros e o movimento operário carioca no pós-abolição. *Topoi*, v. 11, n. 20, pp. 114-135, janeiro-junho 2010.

“movimento operário”: o homem branco de origem europeia. Como bem observou Álvaro Nascimento, “a própria cor dos trabalhadores geralmente passava em branco nas páginas das obras.”⁹

Neste sentido, a experiência associativista dos trabalhadores do período que antecedeu a Abolição também deve ser considerada, uma vez que as outras entidades, como as irmandades, também cumpriam um papel fundamental na construção de distinções sociais e na inserção na vida pública para os africanos e seus descendentes. As irmandades, assim como outras formas de agremiação, foram importantes para a construção de redes de sociabilidade mantidas, inclusive, no período do Pós-Abolição, quando outras formas de associações foram se consolidando.

É importante considerar que essa relação entre as experiências associativas no período escravista e no Pós-Abolição, não se estabelece segundo a concepção teleológica sobre a trajetória dessas instituições, pensadas a partir de uma escala “evolutiva” de organização. Durante alguns anos, prevaleceu a ideia de que as sociedades mutualistas constituíam-se como proto-sindicalistas que antecederam os sindicatos e partidos que, por suas características, seriam mais “politizados” do que as associações de auxílio mútuo. Tal perspectiva já foi bastante contestada pela historiografia que identificou nestas associações, referências essenciais para a compreensão da experiência dos trabalhadores.¹⁰ Como bem advertiu Thompson, reportando-se ao

⁹ NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil. *Revista Estudos Históricos*, v. 29, n.59. p.607-626, setembro-dezembro 2016.

¹⁰ Sobre este tema, ver: VISCARDI, Cláudia M. R.; JESUS, Ronaldo Pereira de. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora. In.: FERREIA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

papel dos ludistas, os homens devem ser compreendidos em seu próprio contexto.¹¹

Ainda que de forma introdutória, esse trabalho buscará, portanto, explorar fragmentos da memória, a presença e a experiência política negra, nos espaços de sociabilidade, sobretudo em duas associações mutualistas, em Curitiba nos anos finais do Império e início do período republicano, a partir de aspectos da trajetória de Benedito Marques e da família Moreira de Freitas.

“Salve! A Benedicto Marques, o fundador”¹²

De caráter mutualista, a Sociedade Protetora dos Operários visava principalmente amparar os seus associados em caso de dificuldades financeiras. O estatuto da agremiação, aprovado em 1883, determinava, em seu artigo 1º que:

A Sociedade Protetora dos Operários em Curitiba tem por fim socorrer ao sócio e aos desvalidos que involuntariamente cair na desventura e precise do auxílio do próximo. Ela baseia-se nos sentimentos de amor e filantropia, fraternidade e igualdade, moralidade e perseverança em que empenha sua honra.

O número de seus sócios será indeterminado.¹³

Não obstante o caráter eminentemente assistencialista, a agremiação teve um papel muito importante na mobilização dos trabalhadores. É o que se vê, por exemplo, em 1905 quando foi aprovada a proposta de incluir o dia 1º de Maio - Dia do Trabalhador - nas comemorações da Sociedade,¹⁴ ou ainda na festa de 26º

¹¹ THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*, 3: a força dos trabalhadores. São Paulo: Paz e Terra, 2012. p. 231.

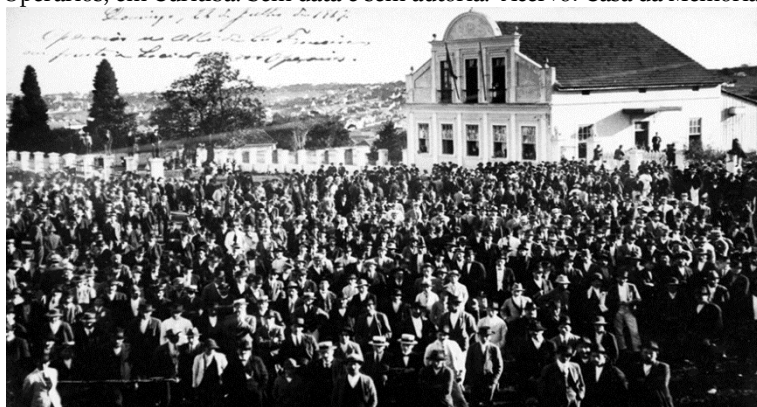
¹² *Jornal do Estado*, 29 de janeiro de 1992.

¹³ *Estatutos a Sociedade Protetora dos Operários*. 23 de junho de 1883. Departamento Estadual do Arquivo Público. A.P.693. vol.14. pp. 82-87.

¹⁴ *Atas da Sociedade Protetora dos Operários*. Livro: 1903-1914. p.3. Acervo Casa da Memória, Curitiba.

aniversário da Sociedade, em 1909, quando o orador Carlos Schantmay ressaltou que cabia àquela organização, garantir “a subsistência ao proletário não só quando ele enferma, mas também quando ele é coagido pela mão preponderante do capitalismo, (...) que os proteja quando em greve, quando eles feridos nos seus direitos de obreiros.”¹⁵ A sociedade teve também um papel importante em 1917, quando os trabalhadores de Curitiba se juntaram aos de outras cidades do país em um grande movimento paradista para reivindicar direitos associados à dignidade de vida e de trabalho¹⁶.

Trabalhadores durante a Greve de 1917 em frente a Sociedade Protetora dos Operários, em Curitiba. Sem data e sem autoria. Acervo: Casa da Memória.



Até final da década de 1990, durante os festejos da data da fundação da “Protetora”, nos bailes de carnaval, entre outras comemorações, a Sociedade, bem como parte da sua história, eram rememorados pela imprensa, mantendo-se, de certa forma, viva no imaginário de uma parcela da sociedade local. Embora os bailes e festas tenham ganhado um papel de destaque no cotidiano da Sociedade a partir da década de 1950, a mesma continuava a ser

¹⁵ *Atas da Sociedade Protetora dos Operários*. Livro: 1903-1914. p.77. Acervo Casa da Memória, Curitiba.

¹⁶ Ver: FONSECA, Ricardo Marcelo; GALEB, Maurício. *A greve geral de 17 em Curitiba: resgate da memória operária*. Curitiba: IBERT, 1996. MENDONÇA, Joseli M. N., FABRIS, Pamela B. Os trabalhadores têm cor: militância operária na Curitiba do pós-abolição. No prelo.

identificada como um local que abrigou as lutas dos trabalhadores a partir da iniciativa de Benedito Marques.¹⁷

Em 1933, de acordo com a imprensa local, os festejos do cinquentenário da Sociedade Protetora dos Operários se estenderam por 6 dias e contaram com um variado programa que incluía desde reuniões com as demais entidades operárias beneficentes locais até concertos, bailes e *matinée* para os filhos dos sócios. Mas ficou reservado para o dia 28 de janeiro, data oficial de sua fundação, um ato bastante simbólico: uma caminhada até o cemitério para saudar o “túmulo dos saudosos e inesquecíveis companheiros ali jazentes, e depositar-se uma coroa de flores naturais sobre o túmulo de Benedito Marques operário idealizador e fundador desta Sociedade”.¹⁸

Embora a relação da “Protetora” com Benedito pareça visceral, seguir os rastros do seu fundador não é uma tarefa de todo simples, uma vez que, até o presente momento a sua trajetória permanece repleta de lacunas. Seja em textos acadêmicos ou reportagens jornalísticas, na maior parte das vezes, a memória prevalecente em torno da origem da agremiação identifica seu fundador como “operário” ou com o seu ofício de pedreiro. Essa mesma tendência se repete ao analisarmos as Atas que restaram da Sociedade, nas poucas vezes em que Benedito é citado. Durante as comemorações do 28º aniversário da “Protetora”, em meio a “um grande número de sócios e convidados”¹⁹, a sócia Palmyra Moreira de Freitas, filha do sócio Vicente Moreira de Freitas (será tratado no próximo tópico), fez o uso da palavra, “enaltecendo o nome do iniciador da fundação daquela sociedade, o operário Benedito Marques...”²⁰.

¹⁷ Em 2010, já funcionando como uma casa de shows, Opera 1, a Sociedade fechou definitivamente as portas da casa. Deste então, o prédio que, por longos anos, a abrigou encontra-se em total estado de deterioração e uma parte de seu terreno foi transformado em estacionamento, um negócio rentável num dos pontos mais movimentados de Curitiba.

¹⁸ *Correio do Paraná*, 20 de janeiro de 1933. p. 4

¹⁹ *Atas da Sociedade Protetora dos Operários*. Livro: 1903-1914 p. 107

²⁰ *idem*.

A documentação que restou da Sociedade Protetora dos Operários, depois da mesma ter sofrido pelo menos dois incêndios, um em 1902 e outro em 2000, não nos permitem saber muito a respeito da trajetória e da presença do pedreiro Benedito Marques. Uma grande parte da documentação referente ao século XIX foi perdida, portanto, é na imprensa que podemos localizar algumas informações e acontecimentos ligados à sociedade nesse período.

Embora tenha sido o fundador da Sociedade, até onde foi possível averiguar, o pedreiro não ocupou nenhum cargo na diretoria da mesma (a primeira diretoria localizada foi formada apenas 5 meses após o seu início²¹), ainda que tenha se mantido por longos anos como sócio. O Livro mais antigo contendo as informações referentes aos associados data de 1898 e, desde esse ano, Benedito Marques consta como sócio benemérito, até janeiro de 1919, alias, é justamente nesse ano que encontra-se nas Atas o único registro do próprio Benedito. Nesse, o pedreiro solicita seu título de benemérito, pois o seu havia se perdido quando do incêndio da antiga sede em 1902.

Se, ao longo dos anos, uma identidade operária de Benedito era reforçada o mesmo esforço não se deu em relação a sua cor e menos ainda a sua origem. Em 1907, jornalistas do órgão *A Notícia*, promovem uma série de reportagens acerca da estrutura, história e fins das sociedades e clubes da capital. A respeito da “Protetora”, os repórteres afirmaram que, conduzidos pelo comissário da Sociedade puderam entrar no salão que entre, outras coisas, guardava o seu estandarte social e nas paredes estavam fixados escudos com o nome de Benedito Marques e do então presidente Belmiro Dias de Almeida, além de uma “fotografia do primeiro, com os instrumentos do ofício de pedreiro.”²² É muito provável que a imagem em questão fosse a seguinte:

²¹ *Dezenove de Dezembro*, 27 de junho de 1883. p.4

²² *A Notícia*, 12 de julho de 1907. p.1-2



Jornal do Estado, 29/01/1992 (Biblioteca Pública do Paraná)

Referindo-se aos primórdios da “Protetora” temos ainda o seguinte relato publicado pela reportagem:

há 22 anos, um rapaz de cor, vindo das falanges escravizadas, condoído da sorte dos proletários quando enfermos e impossibilitados de adquirir meios de subsistência para si e para a sua família, teve a boa ideia de fundar uma sociedade protetora. Chama-se esse prestimoso cidadão Benedito Marques dos Santos, *ex-escravo* do respeitável e ilustre paranaense dr. Generoso Marques dos Santos.²³

Até o momento, de todo o corpo documental referente a “Protetora” localizado, essa é a única fonte encontrada que afirma um vínculo direto entre o fundador da Sociedade com a escravidão, portanto, até o presente momento ainda não foi possível saber das condições de Benedito enquanto cativo e, se de fato, o foi. Caso tal afirmação se confirme, é muito provável, considerando o contexto

²³ *idem.*

em que a agremiação surgiu, que em contraposição a sua trajetória como escravo, o que se procurou preservar e fortalecer foram narrativas da identidade “operária” de Benedito, e a sua imponente fotografia estampada por décadas no salão da sociedade era representativa dos símbolos que a mesma procurava preservar. Tratava-se de uma organização fundada num contexto próximo ao fim da escravidão, onde já se encontrava em curso uma valorização da mão-de-obra livre ao mesmo tempo em que se construía um silenciamento a respeito da questão racial e escravista no país.

É muito provável, que a fotografia de Benedito, pelas suas características, tenha sido produzida em algum estúdio da cidade, assim como também é possível que a mesma tenha sido encomendada pela própria “Protetora”. O aspecto de Benedito nessa imagem vem ao encontro com a memória que se procurou construir e manter do seu fundador: as ferramentas, o olhar sisudo e o traje social como representação do operário que construiu em Curitiba uma entidade voltada para atender aos interesses da classe trabalhadora. Embora negro e possivelmente escravizado o que prevaleceu na memória foi a sua identidade de ofício.

De acordo com o historiador Magnus Pereira, as atividades envolvendo a construção civil foram “monopólio do braço escravo”²⁴ durante o período imperial em Curitiba, o que para este autor, acabou gerando uma categoria de trabalhadores qualificados. Neste sentido, chama a atenção à existência de uma banda de música denominada Artistas Pedreiros, liderada pelo liberto, letrado, Décio Antonio da Costa Mesquita, o Mestre Décio, que 1874 animava os festejos locais com as suas músicas.²⁵ De acordo com uma testemunha de um processo, de 1876, citado por Thiago Hoshino, “Décio Antonio da Costa Mesquita costuma fazer por si contratos de empreitadas de obras de pedreiro nas quais faz

²⁴ PEREIRA, Magnus R. de M. *Semeando iras rumo ao progresso*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996. p. 79

²⁵ Dezenove de Dezembro, 8 de abril de 1874. p.4

trabalhar conjuntamente consigo muitos outros operários.”²⁶ Hoshino também destacou uma dificuldade das testemunhas desse mesmo processo em identificar se tais trabalhadores coordenados por Décio eram ou não escravizados. Nota-se, portanto, a capacidade de Décio de agregar trabalhadores negros livre ou não em torno de interesses em comum.

Podemos, então, especular que Benedito talvez fizesse parte deste seletivo grupo de trabalhadores que se destacaram enquanto mestres de obra, galgando um certo *status* social na época o que, inclusive, o poderia ter favorecido no momento da fundação da “Protetora”, pois ainda que uma memória o identifique como único fundador da mesma, Benedito certamente o fez costurando alianças e estabelecendo contato com outros setores da sociedade.

Ao contrário dos outros sócios da “Protetora” que serão tratados adiante, Benedito não participava das reuniões da organização e também não foram localizados nenhum indício de sua participação em outras agremiações mutualistas, nem nas Irmandades locais. Por ora, tais lacunas ficam em aberto e ainda há muito a se indagar a respeito da trajetória de Benedito Marques em Curitiba. No entanto, fica bastante evidente que, se, ao longo dos anos, se sua identidade de ofício foi sempre resgatada, o mesmo não se deu com a sua condição racial e menos ainda enquanto possível escravizado. No mínimo inquietante, o apagamento de aspectos relacionados à história de Benedito Marques parece ser mais uma evidência da situação apontada, em uma publicação recente, por Joseli Mendonça, na qual a autora abordou mais precisamente o processo que vem se formando ao longo dos anos, e por vertentes distintas, do silenciamento da presença de africanos e seus descendentes no Paraná, sobretudo em Curitiba.²⁷ Vicente Moreira de Freitas e sua

²⁶ HOSHINO, Thiago A. P. *Entre o “espírito da lei” e o “espírito do século”*: a urdidura de uma cultura jurídica da liberdade nas malhas da escravidão. (Curitiba: 1868-1888). Dissertação (Mestrado em Direito). PPGD -Setor de Ciências Jurídicas -UFPR. Curitiba, 2013.

²⁷ MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. História e Memória da Escravidão no Paraná: possibilidades de uma produção na perspectiva da História Pública. In: *Anais do 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. 2015

família também se encaixam nesse rol de silenciados por uma certa memória hegemônica local, no entanto, os rastros deixados por eles são mais fáceis de ser encontrados.

Vicente Moreira de Freitas: Irmão, Sócio e Candidato

Em 28 de janeiro de 1917, na festa de comemoração do 34º aniversário da “Protetora”, mais uma vez um “Moreira de Freitas” discursou para os convidados. Mario repetiu o gesto de sua irmã, Palmyra Moreira de Freitas, que, como visto anteriormente (p.6), em seu discurso, havia enaltecido Benedito Marques. Assim como sua irmã, Mario Moreira de Freitas também se referiu ao fundador da “Protetora”, e o destacou como “vulto de maior destaque dentre os mesmo consócios”²⁸, mas também se referiu a Vicente Moreira de Freitas, seu pai, pelos “inestimáveis serviços prestados a Sociedade”.²⁹

Ao menos desde 1898, Vicente já constava como sócio da “Protetora”,³⁰ porém, o mesmo não ocupou na década de 1890 cargos na diretoria dessa sociedade, o que se tornou constante após 1900. Mas Vicente Moreira de Freitas não iniciou sua jornada pelo ambiente associativista em Curitiba na “Protetora”. Em janeiro de 1888, Vicente foi eleito por seus irmãos para exercer a função de Mesários da Irmandade de São Benedito e quatro meses depois, junto com outros homens negros livres, Vicente participou da fundação e foi eleito como primeiro tesoureiro da Sociedade que então se denominaria Club 13 de Maio, a qual anos mais tarde adotou o nome de Sociedade Operária Beneficente Treze de Maio.³¹

Ao compararmos os Estatutos das duas Sociedades, ambos de 1888, porém o da “Protetora” anterior a Abolição, notamos de

²⁸ *Atas da Sociedade Protetora dos Operários*. Livro: 1917-1921. p.2

²⁹ *Idem*.

³⁰ Livro de Sócios da Sociedade Protetora dos Operários, 1898.

³¹ Ainda sobre essa sociedade, ver: HOSHINO, Thiago A. P.; FIGUEIRA, Miriane. *Negros, libertos e associados: identidade cultural e território étnico na trajetória da Sociedade 13 de Maio (1888-2011)*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2012. pp.24-29.

imediatamente algumas diferenças relevantes. Ambos estabeleciam como fins, socorrer os seus sócios em “caso de moléstia ou acontecimento funesto.”³² Mas a “Treze” também incluiu em seu primeiro artigo, “em as datas gloriosas como sejam 28 de Setembro e 13 de Maio festejá-las conforme os fundos que existir em caixa”³³; além desse ponto, enquanto a “Protetora” admitia como sócio: “qualquer irrepreensível pessoa, indistintamente a nacionalidade, solteiro ou casado, que seja operário de qualquer ofício, arte ou indústria e tenha: idade de pelo menos 18 anos; moralidade reconhecida; que seja livre e de perfeita saúde”³⁴, a Sociedade Treze de Maio estabelecia que para ser sócio admitia-se:

§1º Os que não só receberam os favores da lei de 28 de Setembro de 1871, como aqueles que gozaram definitivamente do Decreto Imperial de 13 de Maio.

§2º Os que tiverem ocupação honesta e bom comportamento.

§3º- Que seja proposto por um ou mais sócios e aprovado em sessão da Diretoria por maioria dos votos.³⁵

Pouco tempo depois, o Estatuto passa por algumas mudanças significativas no que tangia aos objetivos da Sociedade. O Estatuto de 1896, afirmava que a mesma tinha por fim: “realizar a união dos descendentes da raça Africana, residentes nessa Capital e relacioná-los com os seus companheiros residentes em outras localidades do Estado”³⁶. Além de reiterar a importância da produção da memória da liberdade e da abolição por meio das comemorações, a menção, no novo estatuto, caracterizava de forma cabal a natureza étnica da agremiação que, nos termos colocados, era formada por “descendentes da raça Africana”. É bem provável que tal mudança tenha sido resultado da experiência dos seus sócios nesses primeiros

³² Estatutos da Sociedade Protetora dos Operários. p.1. DEAP, APo883.

³³ Estatutos da Sociedade Treze de Maio. *Gazeta Paranaense*, 14 de setembro de 1888. p.3.

³⁴ Estatutos da Sociedade Protetora dos Operários. p.1. DEAP, APo883.

³⁵ Estatutos da Sociedade Treze de Maio. *Gazeta Paranaense*, 14 de setembro de 1888. p.3.

³⁶ Estatutos do Club Beneficente Treze de Maio. *A República*, 26 de agosto de 1896. p.2.

anos de vida da associação, quando, o acirramento do racismo avivou a intenção de agregar-se a outros que compartilhavam experiências comuns. Entre os que assinam os Estatutos da “13”, nas duas versões, encontra-se Vicente Moreira de Freitas. Ainda que houvesse indivíduos não negros na sociedade, a identidade constituída era agora inequivocamente explicitada. Diferente da “Protetora”, portanto, a identidade da “13” estava estritamente associada à população negra e se ligava de forma direta com questões relacionadas à escravidão. Tratava-se de uma sociedade fundada por e para os trabalhadores e trabalhadoras negros preocupados em ressignificar a sua presença na cidade a partir das experiências e expectativas de seus próprios membros.

Filho de Mathildes Maria do Espírito Santo,³⁷ Vicente foi batizado como escravo de João José de Freitas em 19 de julho de 1857.³⁸ Na Lista de Classificação de Curitiba, datada de 1875, João Moreira de Freitas, herdeiro de João José de Freitas, aparece como senhor dos escravos Antônio, preto, 22 anos, Vicente, preto, 19 anos e João, fulo com 14 anos.³⁹ Os três escravos constam como naturais do Paraná, sendo os dois primeiros registrados como pedreiros, ofício que possivelmente desenvolveram e aprimoraram junto com seu senhor, um reconhecido mestre de obras da província, responsável por diversas obras públicas de Curitiba, entre elas, o Teatro São Theodoro, o Mercado Municipal⁴⁰ e o prédio que abrigou o Museu Paranaense, naquele momento, então, situado no Largo Zacarias

³⁷ Em 1869 ela consta como escrava no inventário de João José de Freitas, identificada como preta, com 25 anos e avaliada em um conto de réis. Autos de Inventário de João José de Freitas. Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP). Fundo Judiciário. BR PRAPPR PB045 PI69.88.268.

³⁸ Registro de batismo de Vicente. Livro de Batismo de 1857 - 1859, f.5.v. 24. Igreja Nossa Senhora da Luz da Catedral (Curitiba, Paraná). Documentação digitalizada e disponível no site familysearch.org. Acesso em 3 de abril de 2017.

³⁹ Departamento Estadual do Arquivo Público: Listas de Classificação de Escravos para o fundo de Emancipação, Curitiba (1875), Castro (1875), Campo Largo (1875), São José dos Pinhais (1875). p.118 e 128.

⁴⁰ *Dezenove de Dezembro*, 17 de março de 1875. p.4.

(hoje Praça Zacarias).⁴¹ Vicente se alforriou pelo Fundo de Emancipação⁴², em 1884, com 27 anos.⁴³ Em 1883, portanto antes mesmo de alforriar-se, casou-se com Olympia Maria de Assumpção que, de acordo com o seu registro de óbito, era natural do Paraná, de “filiação ignorada”, “preta” e doméstica⁴⁴ e com ela constituiu sua descendência, com sete filhos: Antonia, Leonídia, Palmyra, Maria, Vicentina, Vicente Junior e Mário.



Vicente Moreira de Freitas



Olympia Moreira de Freitas.

Ambas as fotografias sem data, feitas por Clarissa Grassi a partir da fotografia dos túmulos no Cemitério Municipal de Curitiba.

É possível que assim como outros pedreiros de Curitiba como os anteriormente vistos, Décio Mesquita e, possivelmente, Benedito

⁴¹ *Dezenove de Dezembro*, 28 de julho de 1875. p.2.

⁴² O Fundo de Emancipação foi criado pela Lei 2040 de 20 de Setembro de 1871. Era composto a partir de receita de loterias e doações, destinado às municipalidades para comprar a alforria de escravos de acordo com uma classificação cujos critérios eram no regulamento da lei, publicado em 1872. MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.

⁴³ *Dezenove de Dezembro*, 17 de junho de 1884. p.4.

⁴⁴ Registro de de óbito de Olympia Moreira de Freitas. Livro 75-82, 1932-1935. p.271

Marques, também Vicente fizesse parte uma rede organizada de trabalhadores escravizados e livres que os conferiram um certo *status* ou distinção social na comunidade, o que talvez tenha sido fundamental para a sua inserção nas sociedades locais.

É possível conjecturar que a longa experiência de Vicente enquanto escravizado o tenha levado a participar da Sociedade Treze de Maio que, conforme seus Estatutos, buscava dar uma vida mais “digna” para os egressos do cativo. Por diversos anos, Vicente ocupou funções na diretoria da “Treze”, mas, de acordo com Fernanda Santiago, que pesquisou nas Atas dessa sociedade, em 1896, quando era Presidente, Vicente pediu exoneração de seu cargo e anunciou seu afastamento, inclusive como sócio daquela organização, o que certamente não foi uma decisão definitiva, já que em 1912⁴⁵ e 1914⁴⁶, novamente assume a presidência da Sociedade.⁴⁷

Santiago associa o desligamento de Vicente da “Treze”, em 1896, a um certo período de desorganização pelo qual a Sociedade passava naquele momento. Porém, outro fato importante se dava naquele período: no ano em que se afastou da Sociedade, Vicente concorreu a um cargo de Camarista, junto com outros dois sócios da Treze, Izidoro Mendes Santos e João Fernandes Cunha.⁴⁸ Anunciado o resultado das eleições em que concorreram, os três acabaram recebendo, respectivamente, 23, 20 e 20 votos. A título de comparação, o Camarista mais votado nessa eleição recebeu 614 votos. Ainda em 1896, João Fernandes Cunha fazia parte da diretoria do Partido Operário⁴⁹, sendo provável que Vicente Moreira de Freitas e Izidoro Mendes dos Santos também fossem membros desse mesmo partido.

⁴⁵ *A República*, 9 de maio de 1912. p.1

⁴⁶ *Diário da Tarde*, 15 de maio de 1914. p.2

⁴⁷ SANTIAGO, Fernanda L. *Sociedade 13 de Maio: uma estratégia de sobrevivência no Pós Abolição (1888-1896)*. Monografia. UFPR, 2015

⁴⁸ *A República*, 22 de setembro de 1896. p.2

⁴⁹ *A República*, 28 de março de 1896. p.2

Por ora, pouco se sabe a respeito da formação do Partido Operário em Curitiba, mas até o momento já foi possível constatar que o mesmo também foi um espaço ocupado pela população negra, inclusive homens que haviam sido escravizados, contando, por exemplo, com a presença de Agostinho Leandro da Costa, fundador e presidente do Partido em 1890⁵⁰ e Décio Antonio da Costa Mesquita, o mesmo mestre Décio, mestre de obras e membro da entidade Artistas Pedreiros, em 1874, anteriormente citado.⁵¹

Mesmo com um pequeno número de eleitores, é significativa a inserção de membros da “Treze” na política institucionalizada. Segundo Benito Schmidt, uma parte da historiografia, principalmente entre os anos 1960 e 1970, considerou que partidos operários do início da Primeira República não se constituíram como “uma alternativa política e ideológica sólida para o operariado brasileiro”⁵². Por não conquistarem a adesão dos “de baixo” e manterem uma estreita relação com “os de cima” foram tachados como “reformistas”. Tal visão foi contestada, a partir dos anos 1980, por estudos dedicados a entender como os sujeitos que escolhiam o partido “como meio de ação operária”, mais do que simplesmente aderir ao reformismo ou adotar uma estratégia “pequeno-burguesa”, procuravam “transformar a questão social numa questão política”⁵³.

Em relação a Vicente, não foram localizados outros indícios de sua participação na política institucionalizada após esse ano de 1896, no entanto, nos próximos anos, foi na “Protetora” que o mesmo parece ter ser engajado com mais força.

⁵⁰ *Sete de Março*, 6 de setembro de 1890. p.4

⁵¹ *A República*, 28 de março de 1896. p.2

⁵² SCHMIDT, Benito Bisso. Os partidos socialistas na nascente República. In.: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.138

⁵³ MENDONÇA, Joseli. *Evaristo de Moraes, tribuna da República*. Campina, SP: Editora da UNICAMP, 2007. p. 55.

Não possível localizar com precisão quando Vicente passou a integrar a sociedade. Mas a partir de 1896 ele ocupou cargos importantes na agremiação: naquele ano passou a atuar como membro do Conselho Fiscal⁵⁴; foi tesoureiro em 1901⁵⁵, 1907, 1910, 1912; foi eleito para o Conselho Fiscal em 1906 e em 1909; nos anos de 1903, 1904, 1905, 1913, 1914, 1917, 1918, 1922 e foi eleito para o cargo de Vice- Presidente.⁵⁶ Olympia, sua esposa, também fez parte da Sociedade Protetora dos Operários, chegando a conquistar o título de sócia benemérita, junto com Vicente, em novembro de 1909.⁵⁷

Na imagem abaixo, temos um registro de um evento ocorrido na “Protetora” e Vicente, provavelmente, esteja atrás dos três sujeitos que encontram-se no centro da imagem:



⁵⁴ *A República*, 26 de dezembro de 1896, p.2

⁵⁵ *Diário da Tarde*, 23 de janeiro de 1901. p.3

⁵⁶ *Atas da Sociedade Protetora dos Operários*. Livro: 1903-1914 e *Atas da Sociedade Protetora dos Operários*. Livro: 1917-1921. Acervo Casa da Memória, Curitiba.

⁵⁷ *Atas da Sociedade Protetora dos Operários*. Livro: 1903-1914. p. 87. Acervo Casa da Memória, Curitiba.

A imagem foi publicada no Jornal do Estado em 29/01/1992, sem informação da data em que foi feita. Acervo: Biblioteca Pública do Paraná, Seção Paranaense.

Vicente Moreira de Freitas é o homem que está com a face circulada

Com um evidente reconhecimento dentro da sociedade, Vicente participou ativamente, ao longo dos anos, de importantes momentos da entidade como a sua reestruturação a partir de 1902, após o devastador incêndio, ou ainda com as evidências de um maior envolvimento da Sociedade com o movimento do operariado local, o qual ajudou a constituir. Para Vicente, como para tantos outros trabalhadores do período, a filiação a essa associação de caráter mutualista podia amenizar a condição de insegurança em que viviam, pois ela procurava auxiliar seus sócios com ajuda financeira em casos de afastamento do trabalho por acidentes ou doença, prover recursos para sepultamentos e promover instrução aos sócios analfabetos, administrando aulas noturnas de “primeiras letras”.

Além desses aspectos, para homens negros, que haviam sido escravizados – como Benedito Marques e Vicente Moreira de Freitas – pertencer a um grupo cuja identidade se associava ao trabalho era certamente uma maneira de confrontar o estigma da escravidão e constituir uma imagem pública dignificada. Sob essa mesma ótica, talvez seja possível compreender o apreço pelo associativismo constatada na geração seguinte da família Moreira de Freitas. Palmyra e, principalmente, Mário, dois dos filhos de Vicente e Olympia, anteriormente citados, tiveram uma participação importante no circuito do operariado local. É o que indica os poucos vestígios de suas práticas que resistiram ao tempo. Como sócia do Grêmio Estrela D’Alva, Palmyra circulou por diversos espaços associativos e se destacou enquanto oradora. Em 1912, segundo o jornal *A República*, ela realizou “uma lindíssima oração” em comemoração a Lei Áurea na Treze de Maio⁵⁸; um ano depois, no salão principal do paço de Antonina, litoral do Paraná, num

⁵⁸ *A República*, 14 de maio de 1912. p.1.

grande evento que congregou várias associações do Estado, em meio a autoridades locais e membros das sociedades, de acordo com um relato jornalístico, Palmyra, “(...) com muita elegância e habilidade, pronunciou belíssimo discurso que encantou o enorme auditório que acolheu as suas palavras com aplausos prolongados.”⁵⁹ Também Mário, principalmente a partir da década de 1920, ocupou cargos diretivos, sobretudo, na “Treze” e na Sociedade Protetora dos Operários. Em 1924 foi eleito, como 2º Orador da “Treze”.⁶⁰ Em 1929⁶¹ e 1936⁶² foi 2º Secretário na “Protetora”. Um jornal local de 1937, o caracterizou como um “prestigioso proletário (...), filho do saudoso ‘leader’ trabalhista Vicente Moreira de Freitas”.⁶³ E, em 1946, Mário passou a integrar, como 2º Secretário, a seção paranaense da União dos Homens de Cor no Brasil, depois de uma reunião ocorrida na “Treze”.⁶⁴

De acordo com Alistair Thomson, “compomos nossas reminiscências para dar sentido à nossa vida passada e presente”.⁶⁵ Neste sentido, ainda sobre essa relação que os filhos de Vicente estabeleceram com as agremiações, parece bastante sintomático que, ao menos nos registros das Atas, as únicas vezes em que Benedito Marques foi apontado nos discursos nas festas da “Protetora”, o mesmo tenha ocorrido por meio das palavras de Palmyra e Mario (como visto nas páginas 6 e 9). Ainda que isso possa resultar da operação seletiva do secretário que registrava nas atas o teor dos discursos proferidos, não se pode deixar de aventar a possibilidade de que para os dois irmãos – negros em um espaço em que eram minoria – fosse muito importante ressaltar que o

⁵⁹ *A República*, 11 de abril de 1913. p.1.

⁶⁰ *O Dia*, 24 de maio de 1924. p.5.

⁶¹ *O Dia*, 7 de fevereiro de 1929. p.5.

⁶² *O Estado*, 25 de novembro de 1936. p.3.

⁶³ *O Dia*, 30 de janeiro de 1937. p. 3.

⁶⁴ *O Dia*, 24 de novembro de 1946. p. 7.

⁶⁵ THOMSON, Alistair. *Recompondo a memória: questões sobre a relação entre história oral e as memórias. Projeto História* (15). São Paulo: EDUC/SP, 1997. pp.51-84. p.57

fundador da instituição cujo surgimento comemoravam havia sido homem negro, estabelecendo, assim, uma convergência entre sua história familiar e a história da agremiação. A expressão dessas lembranças do passado, certamente, relacionavam-se com a identidade que procuravam constituir no presente em que viviam, já que, como observou Thomson, há uma relação dialética entre memória e identidade.⁶⁶

As atividades que Vicente exerceu como pedreiro, ainda enquanto escravizado, certamente lhe proporcionaram meios de construir redes de sociabilidade e vínculos afetivos que o acompanharam ao longo de sua vida. Talvez motivado por um desejo e expectativa de mudanças, de inserção social e melhorias nas suas e nas condições de vida de seus pares, Vicente circulou e se engajou profundamente em diferentes espaços, por onde, certamente, vivenciou as contradições e conflitos inerentes a uma sociedade hierarquizada, classista, desigual e racializada.

Considerações Finais

Para entender melhor o universo associativo, formado ainda no século XIX e disseminado no século XX, é essencial atentar para as diferenças sociais e raciais dos trabalhadores e trabalhadoras que o compunham. Em uma recente publicação, Maria Helena P. T. Machado e Flávio Gomes, defenderam ser “fundamental pensar a emancipação de uma significativa parcela da população antes da abolição formal de 1888, articulada com a história política, cultural e do trabalho no Brasil até as primeiras décadas do século XX.”⁶⁷ Neste sentido, a historiografia já algum tempo vem apontando para a dificuldade em localizar negros no Pós-Abolição, por conta

⁶⁶ THOMSON, Alistair. *op.cit.* p.56

⁶⁷ MACHADO, Maria Helena P. T.; GOMES, Flávio. Da abolição ao pós-emancipação: ensaiando alguns caminhos para outros percursos. In. : MACHADO, Maria Helena P. T.; CASTILHO Celso Thomas. (orgs.) *Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

de um apagamento e silenciamento das fontes. Como afirmaram Hebe Mattos e Ana Maria Rios, se para o período anterior à abolição é possível encontrar um elevado número de fontes por conta da própria necessidade jurídica de “controlar” a escravidão, no Pós-Abolição “tem-se apenas (e mesmo assim precariamente) as designações de cor como via de acesso aos ex-cativos”.⁶⁸ Embora muitas vezes a cor não seja um elemento dado, é possível, muitas vezes encontrá-la, por meio de um necessário exercício de cruzamento de fontes. Se tomarmos, por exemplo, a documentação da Sociedade Protetora dos Operários, perceberemos que não há menção à cor de seus sócios, exigindo, portanto, pesquisas em outras fontes como a imprensa, registros paroquiais ou cartoriais.

Como bem apontou Hebe Mattos (2005, p.15): “as formas de integração do ex-escravo à sociedade em que foi cativo apresentam-se como questão crucial em todas as sociedades que conheceram a instituição [escravidão].” Logo, conhecer melhor os passos de Benedito Marques, Vicente Moreira de Freitas e sua família, e de tantos outros que deixaram suas marcas num ambiente de luta significa também compreender melhor os movimentos de reação e proteção desses sujeitos, cujas ações foram capazes de intervirem na realidade social da época, subvertendo hierarquias.

Apesar do racismo (institucionalizado ou não) e das diversas barreiras sociais e econômicas que se colocavam, na época, contra a participação negra na vida política da cidade (e, no limite, do país), redes de sociabilidades e uma cultura associativa possibilitaram a ação política organizada dessas pessoas, conferindo um caráter político às suas demandas. Por fim, na contramão dos discursos que, ao longo dos anos, tenderam a negar e/ou minimizar a presença negra em Curitiba, encontra-se a história, a memória e a presença da Sociedade Protetora dos

⁶⁸MATTOS, Hebe.; RIOS, Ana Maria. O pós-abolição histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, v.5, n.8, jan-jun. 2004, p.p170-198. p.176

Operários e da Sociedade Treze de Maio. Rememorando seus antepassados e cravando no espaço público e privado a importância da população negra na sociedade, os membros de tais associações tensionavam tais discursos e respondiam às tentativas de apagamento ou negação de sua presença, no passado e no presente, dando visibilidade aos seus pares, rememorando seus atos e datas importantes constituintes da sua memória e identidade. Mas, essa estratégia de ação parece ainda apontar para a importância da memória enquanto uma dimensão essencial para dar sentido as suas lutas contemporâneas e a constituição de formas de pertencimento.

Referências

- BATALHA, Claudio H.M. Culturas Associativas no Rio de Janeiro da Primeira República. In. BATALHA, Claudio H.M.; SILVA, Fernando Teixeira da.; FORTES, Alexandre. (orgs.). *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campina, SP: Editora da UNICAMP, 2004.
- FABRIS, Pamela B.; HOSHINO, Thiago A. P. Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio: mobilização negra e contestação política no Pós-Abolição. In: MENDONÇA, Joseli M. N. e SOUZA, Jhonatan Uewerton. (orgs.) *Paraná Insurgente – História e Movimentos Sociais*, século XVIII ao XXI. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018.
- FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- FONSECA, Ricardo Marcelo; GALEB, Mauricio. *A greve geral de 17 em Curitiba: resgate da memória operária*. Curitiba: IBERT, 1996.
- HOSHINO, Thiago A. P. *Entre o “espírito da lei” e o “espírito do século”*: a urdidura de uma cultura jurídica da liberdade nas malhas da escravidão. (Curitiba: 1868-1888). Dissertação (Mestrado em Direito. PPGD –Setor de Ciências Jurídicas -UFPR. Curitiba, 2013.

- HOSHINO, Thiago A. P.; FIGUEIRA, Miriane. *Negros, libertos e associados: identidade cultural e território étnico na trajetória da Sociedade 13 de Maio (1888-2011)*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2012.
- LARA, Sílvia H. *Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil*. Projeto História. São Paulo, 16 -38, fev. 1999.
- MACHADO, Maria Helena P. T.; GOMES, Flávio. Da abolição ao pós-emancipação: ensaiando alguns caminhos para outros percursos. In. : MACHADO, Maria Helena P. T.; CASTILHO Celso Thomas. (orgs.) *Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.
- MATTOS, Hebe. “Prefácio”. Frederic Cooper; Thomas C. Holt.; Rebecca J. Scott. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedade pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- MATTOS, Hebe.; RIOS, Ana Maria. O pós-abolição histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, v.5, n.8, jan-jun. 2004, p.p170-198.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e Livre: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.
- MAZZAROTTO, Jerônimo. *A Arquidiocese de Curitiba na sua História*. S/Ed., 1956.
- MENDONÇA, Joseli. *Evaristo de Moraes, tribuno da República*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.
- MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. História e Memória da Escravidão no Paraná: possibilidades de uma produção na perspectiva da História Pública. In: *Anais do 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. 2015.
- MENDONÇA, Joseli M. N., FABRIS, Pamela B. Os trabalhadores têm cor: militância operária na Curitiba do pós-abolição. No prelo.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil. *Revista Estudos Históricos*, v. 29, n.59. p.607-626, setembro-dezembro 2016.

- PEREIRA, Magnus R. de M. *Semeando iras rumo ao progresso*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996.
- SANTIAGO, Fernanda L. *Sociedade 13 de Maio: uma estratégia de sobrevivência no Pós Abolição (1888-1896)*. Monografia. UFPR, 2015.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Os partidos socialistas na nascente República. In.: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*, 3: a força dos trabalhadores. São Paulo: Paz e Terra, 2012.
- THOMSON, Alistair. Reconstituindo a memória: questões sobre a relação entre história oral e as memórias. *Projeto História* (15). São Paulo: EDUC/SP, 1997. pp.51-84.
- WEBER, Silvio Adriano. *Escravidão e Irmandade negra nos campos de Curitiba (1797-1850)*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná – Departamento de História, 2005.
- VELASCO E CRUZ, Maria Cecília. Da tutela ao contrato: “homens de cor” brasileiros e o movimento operário carioca no pós-abolição. *Topoi*, v. 11, n. 20, pp. 114-135, janeiro-junho 2010.

Clubes e associações recreativas: entre a sociabilidade, identidade e criminalização de práticas sociais em Manaus, 1890-1910

Kívia Mirrana de Souza Pereira¹

Era período republicano e a cidade de Manaus exibia sinais indeléveis que rumava para um novo tempo. Graças à explosão gomífera, a partir de 1890 nota-se um investimento econômico na região com o objetivo de construir uma cidade moderna, limpa, a frente de seu tempo. Tal período, conhecido como “*Belle Epoque*”, caracterizou-se pelas grandes mudanças urbanas e arquitetônicas, crescimento da população e introdução de elementos e costumes europeus, “podendo-se fazer uma analogia desta fase de mudanças com a montagem de uma *vitrine*” (MESQUITA, 2006, p. 142). Essa comparação se deu justamente para explicar as modificações culturais, políticas e econômicas que Manaus estava passando, onde a “cultura local despia-se das tradições de origem indígena e vestia-se com características ocidentais” (MESQUITA, 2006, p. 145).

Entretanto, essa cidade idealizada para ser um modelo em civilidade, não pode ser lida e interpretada somente por sua forma estrutural, como uma casa de brinquedo. No bojo dessas

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Capes. E-mail: mirranakivia@gmail.com.

transformações, novos hábitos, costumes, normas, modelos e relações terciam as vivências dos cidadãos com o espaço cidadão. As questões que perpassam o cotidiano da cidade e de seus habitantes envolvem duas reflexões: a primeira sobre as imposições feitas a ela pelo viés econômico e estrangeiro e a segunda, sobre a ação e reação de seus cidadãos, pois

a modernidade em Manaus não só substitui a madeira pelo ferro, o barro pela alvenaria, a palha pela telha, o igarapé pela avenida, a carroça pelos bondes elétricos, a iluminação a gás pela luz elétrica, mas também transforma a paisagem natural, destrói antigos costumes e tradições, civiliza índios transformando-os em trabalhadores urbanos, dinamiza o comércio, expande a navegação, desenvolve a imigração. É a modernidade que chega ao porto de lenha, com sua visão transformadora, arrasando com o atrasado e feio, e construindo o moderno e o belo. (DIAS, 2007, p. 29)

Nessa dinâmica, a elite local e do Estado estruturaram a cidade de Manaus para servir os gostos e padrões estrangeiros, buscando um reconhecimento cultural, social e econômico. Avenidas, praças, bares, teatros, estabelecimentos foram criados para dar à cidade uma aparência moderna. Além de servir ao capital por meio de serviços e mão-de-obra, os seus cidadãos viviam, divertiam-se e compartilhavam experiências sociais nos mais variados níveis e lugares. Seja no trabalho, no porto, na fábrica, na rua, na igreja, nos bares ou praças, as relações sociais ligavam o sujeito com o seu espaço, e vice-versa.

Os clubes recreativos que surgiram nesse momento se estabeleceram como importantes recintos para convívio e interação social. Nesses ambientes, frequentados por homens, mulheres, nacionais e estrangeiros, a diversão por meio de jogos lícitos, danças, teatros, esportes, piqueniques e outras atividades recreativas, permitiam que novas relações sociais fossem criadas e consolidadas além do espaço doméstico, dando ao ser social uma vida mais pública e urbana, como pontua Simone Villanova:

A sociedade de modo geral passou a se organizar em torno das associações recreativas, artísticas, culturais, esportivas, carnavalescas, filantrópicas, etc. Isso significa que a cultura do lazer no século XIX não se restringia somente ao ambiente doméstico. Ficava cada vez mais comum a essa época o encontro e as diversões públicas, como os grêmios e clubes, tornando-se importantes expressões de convívio social. Com o desenvolvimento das cidades e, por conseguinte, da urbanização houve o aumento desse fenômeno, fazendo com que o convívio social fora de casa se transformasse em um hábito urbano cada vez mais comum à família. (VILLANOVA, 2015, p. 60)

Analisar os espaços de sociabilidade nos permite refletir sobre duas dimensões: como institucionalmente se configuram esses espaços e suas práticas na dinâmica do controle social e também a experiência de viver o conteúdo destas práticas². Ou seja, significa refletir a própria atuação dos clubes e sociedades recreativas frente à modernização, ora instrumentalizando, disciplinalizando e contribuindo com os desejos civilizatórios e ora compartilhando experiências dessas práticas por meio da coletividade e solidariedade.

O historiador E. P. Thompson³ nos convida a estudar esses espaços de interação, visto que podem revelar a importância das

² Tomo como referência a proposta de Déa Ribeiro Felenón que ao reconhecer a complexidade e variabilidade da luta de classes afirma que o seu constante *fazer-se* e *refazer-se* nos possibilita analisá-la de forma mais específica e diferenciada, por ter seu próprio processo. A autora também nos chama para o desafio de compreender esse processo de constituição de classe em suas mais variadas dimensões e expressões, como, por exemplo, o aspecto religioso: “do exame da religiosidade e das práticas religiosas para perceber, de um lado, como institucionalmente se configuram a religião e a Igreja na instrumentação do controle social, mas também a experiência de viver o conteúdo desta religiosidade e, da pobreza e dos despossuídos, sobretudo para acompanharmos o processo em que se agrava o medo das ‘classes perigosas’ tomando necessário separá-las das classes trabalhadoras, mas também para acentuar como este processo está intimamente relacionado ao crescimento das cidades e todos os problemas sociais daí decorrentes.” (FELENON, ANO, p. 47)

³ Em “As fortalezas de Satanás”, Thompson salienta “Precisamos de mais estudos sobre as atitudes sociais de criminosos, soldados e marinheiros, e sobre a vida nas tabernas; e deveríamos olhar as evidências, não com olhos moralizadores (nem sempre os “pobres de Cristo” eram agradáveis), mas com olhos para os valores brechtianos – o fatalismo, a ironia em face das homilias do *Establishment*, a tenacidade da autopreservação. E devemos também lembrar o ‘submundo’ do cantor de baladas e

relações sociais, ações dos sujeitos e dos rituais que se constituem em tradições subpolíticas⁴. Rituais como a venda de esposas, *rough music*, motim e turba que ocorriam no mercado, na feira, na taberna ou em praça pública, afetaram a formação do primórdio movimento operário inglês. Logo, temos a noção que além de estudar os comportamentos dos sujeitos, devemos analisar os seus espaços de atuação, tendo em vista que nestes ambientes os indivíduos criavam e externavam suas noções de direito, solidariedade e cultura, uma vez que esses “espaços autônomos de sociabilidade que, embora conflitivos e plurais, possibilitavam o desenvolvimento de fortes noções de coletividade e a formulação de valores diferenciados” (FORTES, 2006, p. 204).

Por meio da catalogação no Jornal Amazonas, Jornal Correio do Norte e outros periódicos, tivemos acesso a notícias sobre esses clubes e sociedades recreativas. Graças a essas informações, até o momento, encontramos 32 clubes⁵, entre os anos de 1868 a 1910, instalados na cidade que tinham suas atividades voltadas ao divertimento e recreação. Além disso, cabe ressaltar que tomando a “grande imprensa” e os jornais desses clubes como fonte histórica,

das feiras que transmitiu tradições para o século 19 (até o music hall e animadores de Hardy); pois dessa forma os “sem linguagem articulada” conversavam certos valores – espontaneidade, capacidade para a diversão e lealdade mútua –, apesar das pressões inibidoras de magistrados, usineiros e metodistas”. (THOMPSON, 1987, p. 62)

⁴ As tradições subpolíticas se colocam como formas alternativas de luta e resistência, para além do embate político, partidário e associativo. Por meio dessa resistência cotidiana, que pode se manifestar através da cultura, do costume e por meio de práticas de resistência e solidariedade, a classe popular se opõe às pressões do capital, criando sua própria identidade, moral e tradição. (THOMPSON, 1987, p. 62)

⁵ São eles: Clube Científico (1868) do Pará que tinha sócios do Amazonas, Sociedade Harmonia Amazonense (1870), Clube Familiar (1872), Jockey Clube (1872), Club Literário (1879), Clube Girondinos (1880), Clube Recreativo Juvenil (1883), Club Limitado (1890), Club Ebat (1890), Club Amazonense (1890), Clube Athenas (1890), Clube Tesoura (1890), Club 5 de Setembro (1892), Hight-life-Club (1892), Clube Polyanthéa (1893), Clube Sempre-Viva (1893), Reform Club (1893), Atheneu Comercial (1893), Clube Amazonas (1898), Sport Club (1898), White Club (1906), Club Internacional (1906), Club dos Nippões (1906), Ideal Club (1906), City Club (1906), Club P. D. dos oficiais do Regimento (1906), Iracema (1906), Club do Esperanto de Londres (1906); Terpaychore (1907); Club José do Patrocínio (1906); Club da Guarda Nacional do Amazonas (1906); Derby Club (1909), Grêmio Gil Vicente (1910).

compreende-se que problematizar o papel da imprensa, significa tomá-la como força ativa do capitalismo, e não como mero lugar de anúncio dos acontecimentos, eventos e atividades que essas associações estavam promovendo⁶. Assim, cabe reafirmar que a imprensa local se apresentou também como um espaço privilegiado *de e para* articulação de projetos políticos, culturais, modernizadores e elitistas de uma sociedade idealizada aos moldes europeus e capitalistas.

Segundo o memorialista Thiago de Mello, em “*Manaus, amor e memória*”, havia três categorias de clubes na cidade. Os considerados “clubes da nata” frequentados pela elite local, os clubes populares destinados à classe média e os clubes dos subúrbios voltados para atender a população mais pobre, os considerados “freges”. Entretanto, apesar das diferenciações, limitações e dependendo dos estatutos de cada associação, consideramos a possibilidade das camadas intermediárias e mais pobres usufruírem de alguma forma dos serviços desses espaços. De outro modo, sociedades recreativas ou beneficentes, de caráter étnico ou mutualista, ou clubes carnavalescos, também poderiam agregar imigrantes de diferentes camadas sociais ou diversas categorias em um só local.

Não sabemos ao certo qual foi o primeiro clube recreativo instalado na capital amazonense. No entanto, por meio da notícia no jornal “*Amasonas*”, desde 1868, ainda no período imperial, Manaus já possuía o desejo de elitizar e moldar sua cultura ou participar de sociedades e programações com esse intuito. Por não haver nenhum clube de recreação na capital, alguns membros da elite manauara se vincularam ao “*Clube Científico*” de Belém – PA, que apesar da emancipação econômica e política da região em

⁶ O texto de Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto, *Conversas sobre história e imprensa*, nos ajudaram no desenvolvimento da metodologia e na problematização das fontes históricas, compreendendo o periódico como um monumento, ou seja, uma fonte destinada a transmitir à posteridade a memória “de fato” ou pessoa notável (Dicionário Silveira Bueno). Portanto, devemos lidar com as intencionalidades explícitas ou não em suas páginas.

relação à província paraense, os vínculos, alianças e interesses culturais e políticos ainda se mantiveram.

O referido clube, com sede em Belém, fundado em 06 de abril 1866, tinha como sócio honorário o Sr. Capitão José Justiniano Braule Pinto, residente em Manaus. O capitão e administrador local foi responsável por desenvolver obras públicas na região e para tanto, em 1869 fundou a sociedade e instituto educacional “Atheneu das Artes”. Em sua passagem a Belém, em 05 de abril de 1868, o capitão recebeu as congratulações dos sócios do *Clube Científico*, que pontuaram que a sociedade paraense reconheceu a necessidade que tinha de acercar-se de homens ilustrados e de alta posição na sociedade, para não baquear e sucumbir no meio de tantos óbices e dificuldades que soavam sempre como oposição a esse desejo⁷. Além disso, os discursos do clube nas páginas dos periódicos paraenses mostravam a sua preocupação com projeto em disciplinar e educar o povo por meio da literatura e cientificidade:

A literatura, senhores, é um dos elementos necessários para a vida moral de qualquer povo; por ela é que se avalia o estado da civilização, por ela se conhece o progresso da instrução, por ela finalmente julga-se a importância que merece qualquer uma nação.

Um povo sem literatura é uma árvore sem frutos. E certamente que ideia podereis fazer de um homem, que no gozo de todas as suas faculdades ainda vos não mostrou que sabia pensar? Convireis comigo que é estúpido, mesmo que vos apresente um diploma de sábio: assim também o povo, que anela os foros de ilustrado, deve apresentar uma literatura própria por onde os estranhos o possam aquilatar.

Uma excelente literatura representa o progresso das ciências, o florescimento das artes, e é a melhor garantia da civilização.

[...]

Vós todos conheceis, senhores, a importância das associações literárias, como esta. São elas sem contradição, bem como os

⁷Jornal “Amasonas”, 16/05/1868.

jornais, o clero e o teatro, os alicerces da instrução de qualquer povo. Se conheceis a sua utilidade, deveis também não ignorar quais os cuidados, que se devem empregar a fim de tornar real, e não fictício, o nome com que vos ornais.

(Diário de Belém, 17 de dezembro de 1868)

Apesar de se tratar da sociedade paraense, o discurso revela o pensamento da época. Como é notório, governadores, administradores e a elite local, por prezar pelo progresso, tentam impor, direta – por meio de leis, decretos e códigos de posturas – ou indiretamente – por meio da cultura, normas e padrões de civilidade e comportamento.

Na sociedade manauara não foi diferente. Com o investimento econômico na região e a mudança de sua paisagem, era esperado que uma cultura erudita se constituísse na mente e no comportamento de seus habitantes. Para isso, os espaços de sociabilidade, como a igreja, o teatro e os clubes, apresentavam programações que tinham o intuito de reunir pessoas que compartilhassem das mesmas práticas e gostos e ensinar bons modos e costumes.

A exemplo disso, o Sport Club Amazonense, fundado em 24 de outubro de 1897⁸, tinha como objetivo desenvolver o gosto pelos exercícios, especialmente a velocipédica, ginástica, esgrima, patinação e jogos atléticos, além dos demais jogos não proibidos, assim promovendo recreios e diversões uteis, compatíveis com o meio social e climático manauara. Para se associar ao clube, segundo o artigo 4º do estatuto, era preciso cumprir as seguintes formalidades:

- a) que o proposto goze de bem conceito e cumpra posição social decente;
- b) que seja adepto reconhecido de qualquer um dos ramos de diversão compreendidas no programa do Club;

⁸ Estatuto do Sport Club Amazonense. Diário Oficial. 02 de janeiro de 1898.

- c) que seja apresentado por um dos sócios em pleno gozo de seus direitos;
 - d) que seja aprovado pela diretora, a quem deve ser dirigida a proposta sendo tal ato de sua exclusiva competência.
- (Estatuto do Sport Club Amazonense. Diário Oficial. 02 de janeiro de 1898.)

Cabia aos sócios observar o fiel cumprimento dos estatutos, regulamento e demais deliberações dos corpos administrativos do clube; trabalhar para o engrandecimento e prosperidade dos bens e crédito da coletividade, impulsionar os exercícios que formavam o fim da instituição e pugnar para que fosse despertado o gosto por eles, e pagar de uma só vez 100 mil réis, pela joia de admissão, diploma, estatutos e regulamentos e contribuir mais mensalmente com a cota de 10 mil réis.

Essas imposições não são à toa, vazia e sem significado, mas manifestam algo que perpassa o debate teórico e as vivências humanas: a luta de classe⁹. Por classe, com clara inspiração e tradição marxista, Thompson elucida:

Classe é uma formação social e cultural (frequentemente adquirindo expressão institucional) que não pode ser definida abstrata ou isoladamente, mas apenas em termos de relação com outras classes; e, em última análise, a definição só pode ser feita através do tempo, isto é, ação e reação, mudança e conflito. Quando falamos em uma classe, estamos pensando em um corpo de pessoas, definindo sem grande precisão, compartilhando as mesmas categorias de interesse, experiências sociais, tradições e sistema de valores, que tem disposição para se comportar como classe, para definir, a si próprio em suas ações e sua consciência em relação a outros grupos de pessoas, em termos classistas. Mas classe, mesmo, não é uma coisa, é um acontecimento. (THOMPSON, 2012, p. 169)

⁹ Como Marx enfatiza: “A história de todas as sociedades até agora tem sido das lutas de classe. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, membro das corporações e aprendiz, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em contraposição uns aos outros e envolvidos em uma luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre com a transformação revolucionária da sociedade inteira ou com o declínio conjunto das classes em conflito.” (MARX, Kal. 2008, p. 08)

As obras e análises de Thompson representam um importante marco teórico na historiografia nacional e internacional. Ao criticar as abordagens do marxismo tradicional e ao estruturalismo, o historiador e militante problematiza o próprio conceito de classe e trás para o debate outros conceitos ignorados pelos estruturalistas, como o conceito de experiência e cultura. Para Thompson, os modelos explicativos, guiados pela excessiva teoria, ignorava as experiências e valores do sujeito e submetia a classe trabalhadora a uma forma estática, a-histórica, sem considerar o processo histórico.

Para a formação da classe, Thompson considera a atuação dos sujeitos em relação em relação as estruturas sociais de um dado momento histórico. Nessa análise os sujeitos não são meros receptores, vítimas ou sem consciência, muito pelo contrário, suas ações, sentimentos e valores são significativos para a defesa de seus direitos, garantia de sua forma de vida e criação de sua própria cultura. É nesse sentido que Thompson defende a formação da classe operária, no qual as experiências são norteadoras para a união de interesses em comum (classe) e para a elaboração em termos culturais, de tradições e valores (consciência de classe):

A classe acontece quando alguns homens, como resultados de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistema de valores, ideias e formas institucionais. (THOMPSON, 1897, p. 10)

Tão certo, nesse momento de constante transformação na capital amazonense, no qual a imposição capitalista se põe no

sentido de disciplinamento e ordenamento da cidade em prol da modernização, os conflitos no cenário político, econômico, social, cultural e até mesmo imaginário se colocam diante das práticas e formas de vida, tendo em vista que essas “contradições externam ao mesmo tempo uma luta acerca de valores” (THOMPSON, 1978, pp. 189-190), ou seja, uma luta de classes. É nessa disputa por valores que os espaços de recreação se constituem como segmentos de interesse de classe, uma vez que por meio de discursos, práticas e deveres, os indivíduos compartilham a sua visão de mundo com os seus pares, criando e externando a sua própria identidade, como defende Decca, “forma-se normalmente por sinais externos e por um conjunto de símbolos e valores a partir dos quais se opera uma identificação” (DECCA, 2002, p. 08) e seria uma falácia se não considerássemos a interação e identificação dos indivíduos com o seu espaço de atuação, sabendo que os “valores não são pensados, nem chamados; são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas ideias” (THOMPSON, 1978, p. 194).

É interessante o encaminhamento desse processo, pois durante a formação e constituição dos clubes ou associações de caráter recreativo nota-se a permanente ideia de que os mesmos se apresentam e representam os interesses de um grupo e/ou classe, uma vez que os indivíduos que se unem nesses espaços são seres dotados de pensamento e práticas políticas e sociais na defesa de sua visão de mundo. Considerando que todos os seres e indivíduos são políticos e partem em defesa de suas ideias, valores e concepção, a recreação não deixa de ser um espaço para posicionamento político e social, uma vez que constitui ou fortalece uma cultura, como o Derby Club, fundada em 13 de dezembro de 1909, que além de promover corridas de cavalos, apostas, páreos de corridas a pé, tiro ao alvo, prestavam homenagens à elite local no qual a própria sociedade estava muitas vezes associada. A primeira edição do jornal da entidade, presta homenagens ao governador Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt,

Do coronel Antônio Bittencourt, pode-se dizer que nos governa patriarcalmente, sem ódios nem parcialidades, sem precipitações nem vexames; por isso, a população, em unanimidade, sente-se satisfeita com o seu primeiro magistrado e abençoa os dias de seu governo.

O esporte hípico, sentindo-se renascer gradualmente, associa-se, por intermédio da sociedade DERBY CLUB, as festas desta data almoçadeira, trazendo a S. Exc. os seus aplausos e as flores de sua gratidão pelo apoio moral que tem recebido com a presença continua do chefe do Estado as suas diversões.

Espera, todavia, o DERBY CLUB, de sua magnanimidade e largueza de vistas, que o aniversariante de hoje não se esqueça de estender o manto protetor dos poderes públicos sobre a instituição hípica – auxílio este que redundará no desenvolvimento da indústria pastoril no Amazonas. (Derby Club – Órgão da Sociedade, 23 de julho de 1910)

A associação entre os clubes e a elite se deu pela garantia do progresso, da civilidade e da modernidade. Nesse sentido, a sociabilidade é tida como o estabelecimento e fortalecimento de laços econômicos e sociais entre os nobres, os administradores e negociantes da capital. Tanto o Derby Clube como outros clubes mantiveram os laços dos seus associados com os administradores locais a fim de promover o progresso de sua elite e da sua população por meio de divertimentos lícitos e práticas de lazer aceitas e impostas pelo Estado, pelas leis e decretos. Como é o caso do Ideal Clube:

Ideal Club

Realiza-se hoje uma das mais belas festas de nossa culta e adoentada capital.

O Ideal Club, a associação fidalga que sob impor-se a família manauense como um centro requintada elegância abre hoje os seus aristocráticos salões para acolher em seu seio encantador o que demais chique de mais distinto comporta a nossa sociedade.

Para que seja perfeitamente inconfundível a nota de soberano desta que é de superior delicadeza, que a diretoria do Ideal Club pretende imprimir ao sarau de hoje, os diretores encarregados da

festa, os srs. Rodolpho Vasconcelos e Francisco de Lima Valente, cada qual mais ativo e dedicado; organizaram um Sarau Flora, cujo deslumbrador realce as mais gratas recordações daquela que têm aventura de frequentar os salões da elegante agremiação. Pelo triunfo segura da festa de hoje, endereçamos antecipadamente ao Ideal Club os nossos parabéns. (Correio do Norte, 1909)

Como pontuado pelo Ideal Clube, a cultura da sociedade manauara era tida como tardia e doentia. Nesse sentido, os costumes e os hábitos deveriam ser moldados, controlados e mudados. As programações dos clubes, como oferecimento do mais belo e requintado da cultura civilizada à elite local ia ao encontro dos interesses e leis do governo em educar e civilizar os populares. O artigo 145 do Código de Postura de 1890, por exemplo, proibia os jogos de azar, que eram tidos como imorais à população. Entretanto, as normas impostas muitas vezes não eram cumpridas pela população e pelos estabelecimentos locais, como os botequins e os clubes:

Jogatina em Manaós

Já por diversas vezes estas colunas temos nos revoltado contra os escândalos que, de certo tempo a esta data, tem presenciado o público amazonense. Nessas justas campanhas temos saído airosoamente, pois sempre encontramos ao nosso lado os homens de bem, encorajando-nos com os seus aplausos.

Hoje temos que registrar mais um desses escândalos, ainda mais perigoso para o progresso e boa ordem da sociedade.

Talvez passe desapercibido aos olhos do sr. Desembargador Chefe de Polícia a jogatina infrene que devasta de um modo assustador esta capital.

O fato que hoje apresentamos é de tal maneira gravíssimo que não trepidamos em fazer um apelo a essa distinta autoridade, para repelir e espulgar de vez esses morbus aterrador.

Certos botequins desta capital, desde as primeiras horas a manhã, começam a receber indivíduos conhecidos como jogadores que neles vão bancar o violento la quenet, o pock e quejandos jogos, nos dados nas bagalellas, etc., á paradas

avultadas em dinheiro e não raro saem desses centros viciosos alguns incautos completamente depenados por uns felizardos que sempre ganham.

E isto não é do de dia, como de noite; a todas as horas ver-se grupos reunidos em torno das mesas empunhando o inocente corniboque, e os dados que servem de disfarce para as apostas.

Certos clubs também estão cheios de jogos proibidos e ao que nos consta, existem casas simplesmente destinadas ás balolas.

O perigo não pode ser maior para uma capital moderna como Manaós, onde, com facilidade, se ganha dinheiro e se joga com avultados capitais, devido à bondade deste riquíssimo solo.

O caso é grave e reclama providências enérgicas.

É necessário uma devassa em todos esses centros.

Confiamos na inteireza moral de sua exc. O sr. Desembargador chefe de policia e no valiosos concurso e ao vontade de seus auxiliares. (Correio do Norte, 1910)

Nesse sentido, há sempre um contraste e embate dos interesses da Elite com as práticas cotidianas. Não é à toa que entre os motivos das prisões, a desordem, as ofensas a moral, embriaguez e exibição de jogos proibidos era recorrente. Paula Dantas (2014), pontua que esses motivos somam um total de 729 (79%) das 917 prisões e queixas registradas em 1909 e que podem estar associadas a práticas de lazer popular envolvendo bares e/ ou festas e até mesmo clubes recreativos, como é o caso:

Tendo eu sabido que, á rua Dr. Leovegildo Coelho, nas proximidades do largo dos Remédios, havia, franqueado ao público, uma casa de jogos proibidos, pertencentes ao italiano Alfredo Grande, que já me consta ser o dono de um intitulado Club Internacional; penetrei nela ontem ás 9 horas da noite, e auxiliado pelo 1º Prefeito e os Subprefeitos de Segurança do 1º e 2º distritos desta capital, surpreendi jogando roleta 24 individuos, aos quais assim como ao dono da casa de tavolagem foi imposta a devida multa, sendo inconveniente apreendidos a roleta e demais instrumentos do jogo que conduzido para esta chefatura, forma inutilizados.

Ao dono da casa e aos jogadores, adverti que, sendo eles novamente encontrados no exercício de jogos de parada, seriam punidos com o máximo rigor da lei. (Diário Oficial, 1894)

Apesar desse contraste: Entre a diversão e a ordem, entre sociabilidade e a norma, entre a disciplina e identidades, entre a valorização do trabalho e o tempo livre que os clubes constituíram suas práticas de sociabilidade, suas estratégias e resistência, e sua própria cultura. Os clubes que possuíam vínculos com a elite são frequentes em Manaus, tendo em vista que o desejo de ter e apresentar uma cidade moderna com costumes e padrões europeus era o intuito da época. Mas, não há na cidade apenas os clubes de elite, há diversas associações que englobavam diferentes públicos e gostos, como os clubes étnicos, beneficentes e recreativos.

Exemplos de caráter mutualista e solidário são os clubes e associações de caráter étnico e recreativo que se formaram em Manaus, como o Luso Sport Clube, Sociedade Espanhola Recreativa e de Beneficência e a Sociedade Italiana de Socorros Mútuos.

Essas sociedades recreativas de caráter étnico além de afirmarem e reafirmarem a sua identidade, tinham o compromisso mútuo e assistencialista com os seus conterrâneos e sugere uma diversidade e multiplicidade de tradições, costumes, valores, sociabilidades. A Sociedade Italiana de Socorros Mútuos fundada em 1900, por exemplo, realizou diversas festas e comemorações com tons patrióticos e nacionais até pelo menos a década de vinte e promovia disputas, torneios, teatros, cinemas, futebol entre outras práticas de recreação consideradas lícitas a fim de informar os italianos residentes em Manaus sobre a situação da I Guerra Mundial e levantar recursos financeiros para enviar nos auxílios e cuidados com os feridos. Já a Sociedade Espanhola Recreativa e de Beneficência, fundada em 1918, tinha o intuito de agregar a todos os espanhóis e oferecer funções teatrais genuinamente espanholas, reuniões literárias e musicais, bailes de sociedade quermesses e

outras diversas distrações honestas e distinguidas; a sociedade também pretendia abrir aulas noturnas e gratuitas com turmas de 1ª e 2ª série para os sócios e familiares.

Essas práticas mostram o caráter comunitário e solidário que perpassam as relações e interações sociais dentro de sociedades e associações sejam elas sindicais, políticas e até mesmo recreativas. Certamente esses espaços também colaboram para a formação e consolidação da classe trabalhadora no Amazonas, tendo em vista que além da fábrica, os sujeitos compartilham laços de amizade e solidariedade em outros espaços.

Considerações finais

A historiografia tradicional investiu por muito tempo em uma ideia de que a classe trabalhadora se formou e se consolidou dentro das categorias, sindicatos ou partidos políticos, considerando outras formas de sociabilidade, como os clubes recreativos como desmoralizadores e sem expressão de consciência de classe. Desse modo, ignoraram e marginalizaram outras formas de organização e experiência. Cabe a pergunta: como podemos analisar o fazer-se da classe sem analisar espaços, formas e outras características de atuação? A classe, como bem pontua Thompson, não está isolada ou dentro de uma caixa, fora do convívio social, político e econômico com outras classes e nem tampouco comunica-se ou interage somente com ela mesma. É da através do conflito, da troca de ideias, valores e experiências com outra (s) classe (s) que ela se faz e refaz constantemente. Lappa, acrescenta:

Mesmo que se considerem os riscos que a sociabilidade não deixa de trazer em si, quer servindo ao sistema econômico-social, diga-se à ordem social burguesa, quer simplesmente ao mundanismo, ou, dito de outra maneira, mesmo que a sua organização possa envolver a indiferença, o oportunismo, a exclusão, a discriminação, o canibalismo em relação ao outro ou aos próprios agremiados, ela por outro lado compreendia sentimentos

altruístas, mediava entre os interesses privados e os da comunidade, entre os indivíduos e a sua cidade e o Estado. Dessa maneira, pode conquistar novos espaços, coletivando-os, otimizando seu uso para o trabalho, encontros, celebrações com atos solenes, jantares, bailes, recepções, etc. (LAPPA, 2008, p. 149)

É nesse sentido que não podemos afirmar de forma categórica que os trabalhadores (as), a classe popular ou os mais pobres estivessem ausentes desses espaços ou que reproduziram as normas e cultura dos clubes como meros receptores, sem consciência do que faziam ou do que participavam. Muitas vezes poderiam não estar associados aos sindicatos ou as associações de sua categoria, mas poderiam forjar laços de amizade, solidariedade e experimentar da vida coletiva e do modelo organizativo de classe por meio do futebol, da dança, do piquenique e de outras formas de recreação; poderiam também ter acesso a educação nesses espaços, tendo em vista que durante as primeiras décadas do século XX, a instrução à classe trabalhadora se deu por meio dos sindicatos, associações mutualistas e instituições religiosas. Logo, embora diferentes em suas formas de execução, as organizações são múltiplas e diversas, mas contribuem para entendermos as relações sociais dadas em outros espaços, sejam nas entidades militantes ou associativas.

As tentativas de perceber a experiência de classe somente através de greves, passeatas, mobilizações e manifestações culturais dadas nos sindicatos ou partidos, muitas vezes reduz as identidades, sociabilidades e resistências às esferas políticas e núcleos sindicais, que apesar de sua grande importância para a história do movimento operário no Amazonas e no Brasil, não pode ser visto como as únicas expressões de identidade e consciência.

O processo histórico real coloca em evidência outros sujeitos e outras formas de fazer política justamente porque é constitutivo de diversas experiências e indivíduos. Essa política encarnada no

cotidiano entende que através das lutas, resistências e vivências, os sujeitos históricos se fazem e refazer através da constante relação entre as estruturas, as classes e os espaços. Assim, nem a história, nem a cultura, nem os lugares, tampouco os indivíduos e classes sociais estariam estáticos, mas em constante transformação, gerando sentidos e modos de vida. Através das experiências na vida familiar, nos bares, nos clubes recreativos, nos festivais, no trabalho, na religião, a experiência é transmutada em processo e a consciência social encontra sua realização e expressão, conforme E. P. Thompson:

Parentesco, costumes, as regras visíveis e invisíveis de regulação social, hegemônica e deferência, formas simbólicas de dominação e resistência, fé religiosa e impulsos milenaristas, maneiras, leis, instituições e ideologias – tudo o que, em sua totalidade, compreende a “genética” de todo o processo histórico, sistemas que se reúnem todos, num certo ponto, na experiência humana comum, que exerce ela própria (como experiências de classes peculiares) sua pressão sobre o conjunto. (THOMPSON, 1978, p.189)

Por fim, cabe salientar que o processo de defesa de interesses se dá em todas as esferas e está presente tanto no cotidiano dos trabalhadores/as como da elite e/ou governo. Dessa maneira, tida como resultado de lutas e experiências, a forma como as pessoas externam suas tradições e valores não dados de um único modo. Assim, são inúmeras as possibilidades e peculiaridades de consciência dos trabalhadores e sujeitos sociais.

Referências

BATALHA, Cláudio (orgs). *Cultura de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, Editora da Unicamp, 2004.

BATALHA, Cláudio. *O movimento operário na primeira república*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

- BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro de belle époque*. 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.
- DAVIS, Natalie Zemon. *Cultura do Povo: sociedade e cultura no início da França Moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- DECCA, Edgar S. de. *Cidadão, mostre-me a identidade*. Campinas, SP: Caderno CEDES, 2008.
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A Vida Fora das Fábricas: cotidiano operário em São Paulo: 1920 -1934*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.
- DIAS, Ednéa Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto: Manaus, 1880 -1920*. Manaus: Valer, 1999.
- FORTE, Alexandre. “Miríades por toda a eternidade: a atualidade de E. P. Thompson”. In: *Tempo Social*, v.18, n1, p.197-215.
- FORTES, Alexandre. “O direito na obra de E. P. Thompson”. Campinas, *História Social*, v.2, a985, p. 89-11.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade: Os cantos e os Antros – Campinas 1850-1900*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *E. P. Thompson e a tradição crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2012.
- MESQUITA, Otoni. *LA Belle Vitrine: Manaus entre dois tempos (1890-1900)*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.
- THOMPSON, Dorothy. “*Marxismo e História*”. *Cadernos AEL*, v.11, n. 20/21, 2004, p. 219-254.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. 3 vols. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

THOMPSON. Edward Palmer. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

VILLANOVA, Simone. *Sociabilidade e cultura: a história dos “pequenos teatros” na cidade de Manaus (1859-1900)*. Manaus: EDUA, 2015.

Do arsenal de guerra para o mundo operário mais amplo: trabalho e classe na história da Sociedade Bolsa de Caridade (1872-1929)

Celina Batalha Oliveira Lima¹

Introdução

Este texto tem por objetivo apresentar o perfil sócio profissional dos integrantes da Sociedade Bolsa de Caridade desde a sua fundação, em 1872, até 1929, data do último relatório encontrado em minha pesquisa. Busca ainda analisar a rede de relações que os membros dessa entidade mantiveram com outras associações de auxílio mútuo, especialmente a avultada participação dos seus associados no corpo diretivo de diversas sociedades operárias. Para isso, utilizei uma variada gama de fontes, tais como os estatutos e relatórios anuais da entidade, almanaques, jornais, testamentos e inventários, assim como os relatórios de outras sociedades de ajuda mútua do período. Por meio dessas fontes pude compor um banco de dados com o nome completo dos membros da Sociedade Bolsa de Caridade, de sua diretoria, dos sócios auxiliados e dos falecidos, num total de 2.172 associados. Para uma parcela desses sócios pude também

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - Campus II/Alagoinhas. Contato: batalhacelina@gmail.com

identificar sexo, cor, profissão, estado civil e posses. O cruzamento desse banco de dados com a lista do corpo diretivo de diversas sociedades mutualistas resultou na elaboração de uma relação nominal composta de 240 associados da Bolsa de Caridade que exerciam cargos em diversas agremiações similares.

A Sociedade Bolsa de Caridade

Em 1884, D. Maria da Gloria Machado, viúva do tenente honorário Christovão Francisco de Souto Cavalcante, comandante da Companhia de Menores do Arsenal de Guerra da Bahia, teve negado seu pleito de auxílio para as despesas funerárias do finado marido. O Arsenal alegou que o decreto do Ministério da Guerra previa esse auxílio apenas para os militares de carreira.² É provável que esse tipo de situação tenha motivado, 12 anos antes, em 8 de maio de 1872, a fundação de uma associação de auxílio mútuo para custear o enterramento dos agremiados pertencentes àquela instituição - a Sociedade Bolsa de Caridade do Arsenal de Guerra da Bahia.³

Essa mutual tinha como padroeira Nossa Senhora do Noviciado e funcionou, nos três primeiros anos, em um cômodo do mesmo Arsenal de Guerra. Nessa época, desentendimentos entre membros da sociedade e prepostos locais do Império ensejou a mudança da sede da entidade para fora do arsenal, bem como a modificação dos seus estatutos. A partir de então, a agremiação passou a permitir a admissão de trabalhadores de outros ofícios e estabelecimentos, transformando-se numa associação mutual

² APEB, Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais, Presidência da Província - Série Militares - Correspondência recebida do diretor do Arsenal de Guerra da Bahia, maço 3335.

³ ESTATUTOS da Sociedade Bolsa de Caridade dos Empregados e Operários do Arsenal de Guerra da Bahia de 8 de maio de 1872. Bahia: Typ. de L. G. Tourinho. APEB, Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais, Presidência da Província - Série Militares - Correspondência recebida do diretor do Arsenal de Guerra da Bahia, maço 3337.

aberta, intitulada simplesmente Sociedade Bolsa de Caridade.⁴ Dezoito anos após a sua fundação, em abril de 1890, a Bolsa de Caridade passou a socorrer também os sócios enfermos, uma inovação em relação ao objetivo inicial de arcar com as despesas funerárias de seus associados. Posteriormente as esposas e filhas dos associados também ganharam o direito de admissão com prerrogativas iguais às dos sócios do sexo masculino, inclusive podendo votar e serem votadas para qualquer cargo.⁵ Desde que eliminou a exclusividade para membros do Arsenal essa instituição viu seu número de associados aumentar a cada exercício, alcançando, em 1929, 1.521 sócios, contra 353 em 1892. A Sociedade Bolsa de Caridade gozou de saúde financeira durante todo o período pesquisado, sem dúvida uma das razões que explicam o sucesso dessa instituição, em que pese o recorrente e avultado número de inadimplentes.

Composição social da Sociedade Bolsa de Caridade - a ocupação dos associados

Da listagem nominal composta por 2.170 sócios de ambos os sexos, pude identificar a ocupação de 222 deles, ou seja, 10% do total de membros da Sociedade. Para facilitar a leitura e análise dos dados agrupei esses profissionais em categorias. No **Gráfico 1** as categorias profissionais foram agrupadas por números absolutos e por percentuais.

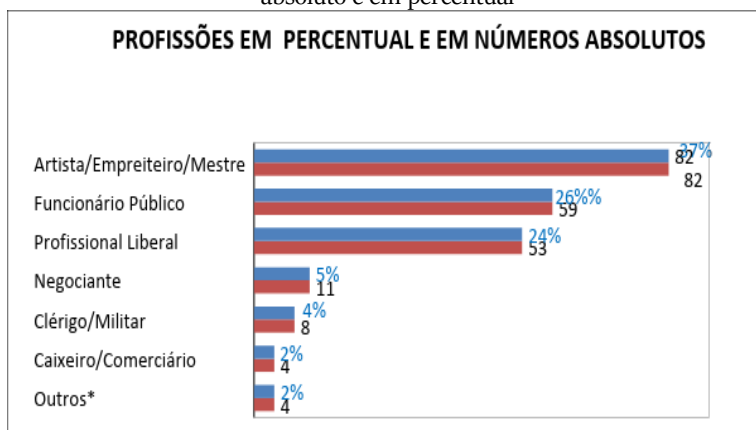
Como pode ser observado no **Gráfico 1**, o grupo de artesãos, empreiteiros e mestres de ofício era o majoritário entre os associados da Bolsa de caridade e contava com 82 artistas, o que corresponde a 37% da amostragem. Por artesão, artífice ou artista entende-se o conjunto formado pelos trabalhadores qualificados,

⁴ APEB, Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais, Presidência da Província – Série Militares - Correspondência recebida do diretor do Arsenal de Guerra da Bahia, maço 3340.

⁵ RELATÓRIO da Sociedade Bolsa de Caridade – Cinquenta anos de existência. 1872-1922. Bahia: 1922. APEB, Biblioteca Francisco Vicente Vianna, Relatórios, caixa 60. REG. 0603.

que podiam ou não ser proprietários, no todo ou em parte, dos seus instrumentos de trabalho. A título de exemplo podemos citar alfaiates, marceneiros, carapinas, pedreiros, ferreiros, carpinteiros, tipógrafos e pintores, entre outros. Na tentativa de resistir ao processo de proletarização completa, os artistas buscaram meios de não serem confundidos com os operários. Para tanto, fundavam associações e buscavam valorizar a arte, a maestria, a qualidade, a criatividade, o orgulho do seu ofício, enfim, tudo o que pudesse diferenciá-los dos operários fabris. É preciso frisar também que, provavelmente, parte significativa dos sócios cuja ocupação não foi identificada era formada por trabalhadores.

Gráfico 1 – Profissões agrupadas por categoria ocupacional em números absoluto e em percentual



Fontes: APEB, Seção Judiciária, Inventários e Testamentos; Necrológicos; Estatutos e Relatórios da Sociedade Bolsa de Caridade; Jornais e Almanques.

Nota: *Um lavrador e dois cabeleiros.

O segundo maior grupo era composto por 59 funcionários públicos que representavam 26% da amostragem. Em sua maioria eram contínuos, escreventes, carteiros, porteiros⁶, oficiais,

⁶ A Lei n. 628, de 14 de setembro de 1905, que reorganizou o serviço sanitário do Estado da Bahia, em seu Art. 25 estabeleceu: “Ao porteiro, que tem como auxiliares o contínuo, o carteiro e os serventes, cumpre: 1.º Abrir e fechar a repartição. 2.º Velar pelo asseio interno e externo do edifício da repartição. 3.º Fechar e expedir correspondências. 4.º Ter sob sua guarda o Livro da Porta, no

motoristas, ou seja, eram trabalhadores de baixo poder aquisitivo, que apesar de trabalharem em órgãos públicos, não tinham os benefícios de que o funcionalismo goza hoje, a exemplo da aposentadoria e estabilidade no emprego.

O terceiro maior grupo era o dos profissionais liberais com 54 associados, o que correspondia a 24% da amostra. A exceção dos professores, não me parece que os demais profissionais liberais buscassem essa sociedade de ajuda mútua com vistas a um possível socorro. Afinal, bacharéis, médicos, engenheiros e dentistas dificilmente estariam no mesmo patamar socioeconômico de artífices e de pequenos funcionários públicos. O mais provável é que esses profissionais integrassem a parcela de associados que poderiam facilitar o trânsito das demandas da agremiação junto às esferas de poder. Esse tipo de relação era usual no seio das mutuais. Ao discorrer sobre a criação e a trajetória da Sociedade das Artes Mecânicas, Mac Cord demonstrou como a associação do Recife buscou manter, por meio de relações clientelistas, o monopólio da escolarização de “suas artes” bem como a exclusividade de mercado para os seus associados.⁷ De todo modo, em razão do pequeno percentual da nossa amostragem - apenas 10% do total de associados - esse número pode estar superestimado, posto ser mais comum encontrar os registros ocupacionais dessa categoria profissional em comparação com trabalhadores pobres.

Embora os negociantes, em número de 11, representassem apenas 5% da amostragem, quase a metade foi dirigente da Sociedade Bolsa de Caridade. Era um grupo heterogêneo, formado por pequenos e médios negociantes.

qual deverá lançar o resumo dos papéis e, na íntegra, os despachos proferidos. 5.º Escrever o protocolo da entrada e saída de toda correspondência.”

⁷ MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

A cor da Sociedade Bolsa de Caridade

Tabela 1 – Composição por cor dos membros da Sociedade Bolsa de Caridade (1872-1929)

COR	NÚMERO	PERCENTUAL DA AMOSTRA
Branca	25	-
Preta	21	-
Mestiça	13	-
Parda	9	-
Total de brancos	25	37%
Total de não brancos	43	63%
Total da amostra	68	100%
Não identificados	2.117	-
Total Geral	2.185	-

Fontes: APEB, Seção Judiciária, Inventários e Testamentos e Necrológicos.

Conforme pode ser observado na **Tabela 1**, dos 2.170 membros da Sociedade Bolsa de Caridade foi possível identificar a cor da pele de 68 deles, o que representa 3,13% do total de associados ao longo do recorte dessa pesquisa. Desses, 25 foram classificados como brancos, 21 como pretos, 13 como mestiços e 9 como pardos, o que resulta em um percentual de 63% de não brancos e 37% de brancos. Esse percentual é muito próximo da composição da população de Salvador do período.⁸ Entretanto, se fosse retirado dessa amostragem apenas cinco associados – os médicos brancos que prestaram serviços voluntários à agremiação – o percentual de brancos cairia de 37% para 29%. Esse dado pode indicar um percentual de associados não brancos a essa mutual ainda maior do que a média da população de Salvador.

A observação da **Tabela 2** permite comparar a ocupação dos associados brancos com os não brancos de forma mais direta.

⁸ O *Censo Demográfico de 1940* indicou que os não brancos constituíam 66,2% da população de Salvador, percentual muito próximo do apontado pelos dados do Recenseamento de 1872 (68,9%). Jeferson Bacelar. Os negros em Salvador: os atalhos raciais. Revista História, São Paulo, fls.129-131, p.53-65, ago.-dez/94. <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/18719/2078>. Acesso em 18.06.2018.

Tabela 2 – Comparativo ocupacional entre os membros brancos e não brancos da Sociedade Bolsa de Caridade (1872-1929)

PROFISSÃO	BRANCOS	NÃO BRANCOS
Artesão/Empreiteiro/Mestre	27%	46,7%
Funcionário Público	9%	23,3%
Empresário*	18%	13,3%
Profissional Liberal	32%	6,7%
Outros**	14%	10%
Total da amostra	100%	100%

Fontes: APEB, Seção Judiciária, Inventários e Testamentos e Necrológios.

*Negociante, comerciante e industrial.

** Caixeiro, cônego e militar.

A **Tabela 2** indica que entre os brancos o peso maior é dos profissionais liberais (32%) seguido dos artesãos e mestres de ofício (27%) e empresários (18%). Já entre os não brancos os artistas são maioria (46,7%), seguidos pelos funcionários públicos (23,3%) e pelos empresários (13,3%). Ao somar os “artistas” com os funcionários públicos o índice de trabalhadores seria de 36% para os brancos e de 70% para os não brancos. Apenas 6,7% dos não brancos da associação são profissionais liberais, enquanto entre os brancos esse índice sobe para 32%. Esses dados indicam o predomínio de brancos nas ocupações de maior prestígio social e de melhor remuneração entre os membros da associação objeto deste estudo.

Esses números coincidem com os encontrados por Aldrin Castellucci para o Centro Operário da Bahia, instituição que abrigava grande quantidade de trabalhadores alfabetizados e qualificados e que tinha seus quadros compostos por 77,1% de pretos, pardos ou mestiços. Segundo o autor, a trajetória dos membros da associação demonstrou o prestígio social alcançado por muitos deles, o que relativiza a tese da total marginalização da população negro-mestiça após a abolição.⁹

⁹ CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. *Trabalhadores e política no Brasil: do aprendizado do Império aos sucessos da Primeira República*. Salvador: EDUNEB, 2015.

I. A rede de relações sociais

No período abarcado pela presente pesquisa, entre 1872 e 1930, a Sociedade Bolsa de Caridade tinha matriculado 2.326 sócios. Foi possível identificar os nomes de 2.170 deles, número que estou usando como parâmetro no presente trabalho. Desse total, 240 integraram a administração de outras associações de ajuda mútua. Isso significa que 11% dos associados da Bolsa de Caridade não apenas faziam parte de outras associações, como também integravam seus corpos diretivos. Se for levado em conta o pequeno número de associados que frequentava as Assembleias Gerais é possível afirmar que esse é um percentual bastante significativo.¹⁰

Quadro 1 - Mutuais das quais membros da Sociedade Bolsa de Caridade foram dirigentes.

	NOME DA SOCIEDADE MUTUALISTA	ANO	DIREÇÃO	DIRIGENTES EM COMUM
1	Centro Operário da Bahia	1894	50	10
2	Sociedade Protetora dos Desvalidos	1832	42	6
3	Sociedade Beneficente Bolsa dos Patriotas	1896	39	17
4	Soc. Beneficente União Filantrópica dos Artistas	1889	31	10
5	Lyceu de Artes e Ofícios	1872	25	9
6	Sociedade Montepio dos Artífices da Bahia	1832	22	8
7	Sociedade Beneficente de Santana	1896	20	3
8	Associação Typográfica Bahiana	1871	15	6
9	Sociedade Beneficente dos Alfaiates	1897	12	3
10	Sociedade Beneficente União das Classes	1895	11	4
11	Club Beneficente dos Martyres	1891	10	2
12	Sociedade Beneficente União e Amparo		10	4

¹⁰ RELATÓRIOS da Sociedade Bolsa de Caridade, 1903/04. BPEB, Diretoria de Bibliotecas Públicas, Subgerência de Obras Raras, Relatórios Institucionais. Ref. 30775. RELATÓRIOS da Sociedade Bolsa de Caridade, 1912/13, 1914/15 e 1917/18. APEB, Biblioteca Francisco Vicente Vianna, Relatórios, caixa 60.

13	Sociedade Beneficente dos Açougueiros		8	3
14	Sociedade Montepio dos Artistas da Bahia	1853	8	-
15	Congresso Beneficente Auxílio Fraternal	1898	6	1
16	Sociedade Beneficente dos Marceneiros		6	1
17	Club da Guarda Nacional		6	2
8	Sociedade Musical Recreio do Bomfim		6	4
19	Club Defensor e Beneficente dos Maquinistas	1889	5	-
20	Sociedade Dezesseis de Julho	1906	5	4
21	Sociedade Beneficente Bolsa dos Chapeleiros	1891	4	1
22	Club Caixeral	1876	4	2
23	Grêmio Beneficente do Professorado Baiano	1898	3	1
24	Sociedade Beneficência Mútua de Brotas	1893	3	-
25	Sociedade Beneficencia 1 ° de Maio	1894	3	-
26	Congresso Beneficente Auxílio Funeral		2	1
27	Sociedade Humanitária dos Artistas	1856	2	2
28	Sociedade Baiana de 13 de Maio		2	1
29	Soc. Prot. e Benef. dos Artífices, Carapinteiros e Calafates	1860	2	2
30	Sociedade Beneficente de Socorros Mútuos	1897	1	-
31	Sociedade Beneficente Telegráfica	1898	1	-
32	Sociedade Beneficente dos Funcionários Públicos	1887	1	1
33	Sociedade Beneficente 24 de Julho	1909	1	-
34	Sociedade Montepio da Bahia		1	-
35	Club União dos Artistas Republicanos	1890	1	-

Fontes: APEB, Seção Judiciária, Inventários e Testamentos; Necrológios; Estatutos e Relatórios da Sociedade Bolsa de Caridade; Jornais e Almanques.

Como pode ser observado no Quadro 1, os associados da Bolsa de Caridade compuseram os quadros administrativos de 35 associações de auxílio mútuo. O Centro Operário da Bahia foi a

instituição que mais contou com membros da Sociedade Bolsa de Caridade entre os seus dirigentes: 50 associados. Essa rede associativa parecia ser comum. Aldrin Castellucci identificou 18 sociedades de auxílio mútuo nas quais 248 membros do Centro Operário da Bahia atuaram. Somente na Sociedade Bolsa de Caridade ele identificou 91 filiados daquela mutual.¹¹ Porém, enquanto a Bolsa de Caridade parece ter dado ênfase às questões previdenciárias dos seus associados, o Centro Operário investiu em objetivos muito mais abrangentes. Nas palavras do autor: *Vê-se, pois, que o Centro Operário da Bahia era uma organização multifacetada em termos de objetivos a serem cumpridos, desenvolvendo funções beneficentes, mutualistas, sindicais e político-partidárias.*¹² O autor demonstrou que o Centro Operário foi uma máquina política que nos anos iniciais da República, elegeu vários dos seus integrantes para a Justiça de Paz, Juntas Distritais e Conselho Municipal de Salvador.

A Sociedade Protetora dos Desvalidos foi a segunda mutual com maior número de dirigentes associados da Bolsa de Caridade: 42, sendo 6 deles membros da diretoria das duas associações. Em terceiro lugar estava a Sociedade Beneficente Bolsa dos Patriotas com 39 membros da Bolsa de Caridade entre os seus dirigentes, sendo 17 dirigentes das duas mutuais.

Dos 240 associados mencionados acima, identifiquei a ocupação de 54 deles, o que corresponde a 22,5% do total desse grupo. Dessa amostragem, os artistas, em número de 27, representavam 50%, seguido pelos profissionais liberais (20%), e pelos funcionários públicos (16,6%). Se considerarmos essa amostragem como representativa do conjunto de associados da Bolsa de Caridade com cargos em outras associações de ajuda mútua, pode-se supor que os artistas eram bastante atuantes na administração das mutuais operárias.

¹¹ CASTELLUCCI, Aldrin. Classe e cor na formação do Centro Operário da Bahia (1890-1930). *Afro-Ásia*, 41 (2010), 85-131, p. 129

¹² Sobre o Centro Operário ver CASTELLUCCI, Aldrin A. S. *Trabalhadores e política no Brasil: do aprendizado do Império aos sucessos da Primeira República*. Salvador: EDUNEB, 2015, p. 113.

Dos 170 diretores da Sociedade Bolsa de Caridade identifiquei a ocupação de 66, o que representa 38,8% do seu corpo administrativo. Dessa amostra, 42,5% era composta por artistas, 28,8% por funcionários públicos, 19,7% por profissionais liberais, 4,5% por negociantes e 4,5% por militares. Esses dados indicam que a condução das mutuais de trabalhadores era feita majoritariamente por artistas e pequenos e médios funcionários públicos, o que permite supor certa autonomia nas decisões da associação, relativizando o peso das relações paternalistas e clientelistas especialmente expressas na composição do corpo diretivo de diversas associações de ajuda mútua.

Conclusão

A Sociedade Bolsa de Caridade era uma associação de trabalhadores que tinha como finalidade o auxílio mútuo na forma de benefícios previdenciários específicos: o auxílio funeral, o auxílio na doença e as pensões. Essa sociedade mutualista contava com a adesão de indivíduos de classes e grupos sociais que não precisavam do amparo financeiro dessa instituição, e que a integrava em razão da cultura paternalista e clientelista que permeava as relações sociais do Brasil no período. Apesar de sua composição pluriclassista, é plausível classificá-la como integrante do associativismo operário, não só em razão de ter sido fundada por trabalhadores para ajudarem-se mutuamente, como por ter seu corpo diretivo fundamentalmente ocupado por artistas e pequenos funcionários públicos, e especialmente por sua base de sustentação econômica: as mensalidades dos associados.

Com efeito, a adesão de membros da classe média ou da elite, notadamente dos profissionais liberais e dos políticos, certamente contribuía para disseminar a ideia da cooperação entre as classes sociais, mas não poderiam apagar a vivência de se saber trabalhador e do lugar que este ocupava no mundo de então. A Bolsa de Caridade não era uma entidade filantrópica, não foi uma associação criada pela

elite para fazer caridade aos mais pobres. Era uma associação mutualista operária que se sustentava a si mesma. Apesar das relações clientelistas e paternalistas imporem limites, elas não comprometiam a autonomia da organização. Não apenas porque os Estatutos dispunham de mecanismos garantidores dessa autonomia, a exemplo da Assembleia Geral, como pela solidez financeira da associação, respaldada, majoritariamente, na contribuição dos sócios. Por outro lado, a participação das elites nas associações de trabalhadores, em última análise, também revela os limites da autonomia política das classes dominantes.

Desse modo, a expressiva participação de associados da Bolsa de Caridade na direção de outras sociedades de ajuda mútua não pode ser explicada apenas em função das relações paternalistas e clientelistas comuns às associações mutuais. Mesmo porque os trabalhadores também compunham essas diretorias, e há indícios de que eram maioria na direção de grande parte das mutuais de trabalhadores de Salvador. Alguns trabalhadores perceberam que participar da direção das associações mutuais poderia lhes render benefícios. A Sociedade Bolsa de Caridade teve exemplos de artistas que, por meio da projeção alcançada à frente de diversas associações de ajuda mútua, almejavam ou conseguiram os votos necessários para ocupar cargos eletivos, especialmente os de Juiz de Paz e de Conselheiro Municipal. Mas não somente os cargos eletivos contavam. Também pude identificar artistas que utilizaram as mutuais para ampliar sua fatia no mercado de trabalho. Foi o caso do tipógrafo Prudencio de Carvalho e do artista armador João Pedro Rodrigues Lima, ambos prestaram serviços a diversas associações das quais eles próprios eram dirigentes. Apesar de ter identificado apenas esses dois exemplos, acredito que essa não devia ser uma situação incomum.

Pelo exposto, não somente o clientelismo e o paternalismo dão conta de explicar o grande número de associados da Bolsa de Caridade que assumiram encargos administrativos em diversas mutuais, quase sempre concomitantemente e, muitas vezes, por longos períodos. O desejo de ascensão social pela via eleitoral, o acesso

privilegiado a prestação de serviços remunerados dentro das próprias associações, o prestígio do cargo, além do voluntarismo e da solidariedade, também ajuda a entender as motivações que levaram esses trabalhadores a dedicarem seu tempo livre à causa mutualista.

Referências

- APEB, Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais, Presidência da Província – Série Militares - Correspondência recebida do diretor do Arsenal de Guerra da Bahia, maço 3335.
- APEB, Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais, Presidência da Província – Série Militares - Correspondência recebida do diretor do Arsenal de Guerra da Bahia, maço 3340.
- BACELAR, Jeferson. Os negros em Salvador: os atalhos raciais. Revista História, São Paulo, fls.129-131, p.53-65, ago.-dez/94.
- CASTELLUCCI, Aldrin. Classe e cor na formação do Centro Operário da Bahia (1890-1930). Afro-Ásia, 41 (2010), 85-131.
- CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. *Trabalhadores e política no Brasil: do aprendizado do Império aos sucessos da Primeira República*. Salvador: EDUNEB, 2015.
- ESTATUTOS da Sociedade Bolsa de Caridade dos Empregados e Operários do Arsenal de Guerra da Bahia de 8 de maio de 1872. Bahia: Typ. de L. G. Tourinho. APEB, Seção de Arquivos Coloniais e Provinciais, Presidência da Província – Série Militares - Correspondência recebida do diretor do Arsenal de Guerra da Bahia, maço 3337.
- MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.
- RELATÓRIO da Sociedade Bolsa de Caridade – Cinquenta anos de existência. 1872-1922. Bahia: 1922. APEB, Biblioteca Francisco Vicente Vianna, Relatórios, caixa 60. REG. 0603.
- RELATÓRIOS da Sociedade Bolsa de Caridade, 1903/04. BPEB, Diretoria de Bibliotecas Públicas, Subgerência de Obras Raras, Relatórios Institucionais. Ref. 30775. RELATÓRIOS da Sociedade Bolsa de Caridade, 1912/13, 1914/15 e 1917/18. APEB, Biblioteca Francisco Vicente Vianna, Relatórios, caixa 60.

**Práticas associativas, mutualismo
e mundo do trabalho:
uma perspectiva global a partir
do Brasil no longo século XIX**

David P. Lacerda¹
Douglas Guimarães Leite²

Este texto embasa a comunicação proferida no V Seminário Internacional do GT Mundos do Trabalho, cujo objetivo primordial consiste em apresentar as premissas teóricas e empíricas de um projeto de pesquisa em fase inicial de elaboração. O ponto de partida dessa empreitada guarda relação com as investigações conduzidas pelos autores no âmbito dos Programas de Pós-Graduação em História Social da USP e da UNICAMP. Ambas tratam do mutualismo, em momentos específicos do século XIX, cada qual enfocando determinados espaços urbanos do Brasil escravista.

Douglas Leite procurou reconstituir a experiência da Sociedade Protetora dos Desvalidos, fundada em 1851 por um grupo de trabalhadores negros em Salvador, fruto do processo de

¹ Doutor em História Social (UNICAMP). Pós-doutorando do CECULT – Centro de Pesquisa em História Social da Cultura do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (UNICAMP). Bolsista da FAPESP.

² Doutor em História Social (USP). Professor do Departamento de Direito da Universidade Federal Fluminense.

secularização das formas de ajuda mútua na primeira metade do século XIX. A SPD fora criada de uma dissidência com a Irmandade dos Desvalidos, confraria que, desde 1832, reunia exclusivamente homens de cor, entre livres e letrados, e a partir de cuja tradição corporativa os associados da SPD forjaram uma competente estratégia de ascensão social, garantindo o beneplácito oficial para seu funcionamento como mutual de homens pretos. A história dos Desvalidos nos seus primeiros anos de existência demonstrou, ao final, a exploração do nascente mutualismo moderno como via de proteção e inserção social de trabalhadores negros, atores de um tipo de politização das relações de classe e de cor travadas com os setores dominantes da sociedade escravista, tal como desenhada na Bahia e no Império brasileiro, no século XIX.

A pesquisa de David Lacerda, circunscrita à capital do Império, tomou como desafio a tarefa de construir uma abordagem histórico-analítica abrangente, centrada na compreensão das solidariedades verticais e horizontais inscritas nas sociedades mutualistas organizadas por ofício(s). Mais exatamente, buscou-se demonstrar que a especificidade da ação prática de tais sociedades reside na combinação entre o exercício da proteção social e a valorização do trabalho manual, sendo esse o vínculo a partir do qual se produziram elementos de uma identidade de classe. Tais questões foram entendidas como parte constitutiva de um mundo associativo que emerge e vai se diversificando no decorrer das últimas décadas do Oitocentos. Tanto do ponto de vista de sua expressividade numérica, quanto em relação aos modelos de associação que englobava (montepios, grêmios recreativos, sociedades literárias, irmandades, entidades filantrópicas, cooperativas, instituições científicas, caixas econômicas) e aos grupos sociais que neles se engajaram (imigrantes, negros livres e libertos, artesãos, operários, setores da elite política, militares, médicos, advogados, engenheiros, funcionários públicos).

Os marcos legais também ocupam lugar privilegiado no escopo de sua pesquisa. Afinal, o associativismo adquiriu força na

cidade do Rio de Janeiro no exato momento em que a chamada “Lei dos Entraves” e os decretos que a regulamentavam estabeleceram mecanismos de controle sobre as práticas associativas. A aplicação dos dispositivos sancionados em 1860 fora atribuída ao Conselho de Estado, inaugurando, portanto, uma forma de intervenção estatal que incidiu sobre os modos de organização da vida social e econômica – especialmente das classes subalternas – no Império até 1882. Em outros termos, trata-se de uma política de dominação encerrada no pressuposto segundo o qual todo e qualquer grupo social interessado em fundar ou modificar os estatutos de sua agremiação haveria de encaminhar, naquele ínterim, estatutos, atas de reunião e demais documentos ao governo a fim de obter o reconhecimento legal de suas atividades.

Afora a particularidade de seus objetos, os estudos em tela possuem duas características em comum. A primeira diz respeito ao empenho em manejar um volumoso e diversificado repertório de fontes manuscritas e impressas guardadas em diversos arquivos e bibliotecas. Atas, estatutos, listas nominais, registros e endereços de associados, balancetes, legislação, pareceres, jornais e publicações oficiais, livros de notas, inventários e testamentos compuseram a massa documental que permitiu recuperar elementos da dinâmica do mutualismo e de seus agentes. A segunda característica concerne à tentativa de cotejar a leitura crítica desse material com a historiografia brasileira da escravidão e do trabalho livre, sem perder de vista a enorme produção acadêmica sobre mutualismo e outras formas de organização do meio operário e artesanal em contextos europeus e latino-americanos.

O confronto das evidências empíricas com o arcabouço conceitual e historiográfico possibilitou abrir caminhos à compreensão crítica de um fenômeno bastante complexo. Nesse sentido, os resultados de nossas investigações estão em sintonia com outras contribuições dadas ao tema nas duas últimas décadas, que

alargaram o horizonte analítico em relação à produção de outrora. Dito de outra maneira, por volta da década de 1960, sociólogos e cientistas políticos interessados no movimento operário e sindical associaram as mutuais à “pré-história” dos trabalhadores – espécie de etapa anterior ao advento dos partidos, dos sindicatos de resistência, das greves, dos comícios, da imprensa operária, entre outras manifestações tidas como expressão da “verdadeira” consciência de classe. O núcleo desse argumento encontra respaldo na ideia de que o escravismo teria limitado a organização do trabalho livre no século XIX.³

Estudos recentes em história do trabalho têm revisitado esse argumento e demonstrado sua inconsistência, na medida em que revelam as facetas, o alcance geográfico e os contrastes assumidos pelo mutualismo como modo de organização dos trabalhadores. Mais exatamente, observando o conjunto da historiografia, percebe-se que o mutualismo operário espalhou-se – nos contextos pré e pós-abolição da escravatura – por centros urbanos como Salvador, Porto Alegre, Juiz de Fora, Recife, Florianópolis, Pelotas, Maceió, entre outras localidades fora do eixo Rio-São Paulo, revelando a abrangência assumida nos quadros da vida nacional. À diversidade regional e à larga duração que o conformam somam-se clivagens raciais, étnicas, profissionais, de classe e de gênero, inscritas nas denominações, nos critérios de admissão e mesmo no perfil social dos sujeitos reunidos nessas entidades. Esses aspectos têm sido investigados pela bibliografia à luz de problemáticas envolvendo a construção de identidades sociais, as lutas por cidadania, as relações clientelistas entre associados e setores das elites locais, a participação operária no jogo político-eleitoral, o mercado de trabalho e os enfrentamentos de associações com

³ LEITE, Douglas Guimarães. “Mutualistas, graças a Deus: identidade de cor, tradições e transformações do mutualismo popular na Bahia do século XIX (1831-1869)”. (Tese de Doutorado em História Social, Universidade de São Paulo, 2017); LACERDA, David P. “Solidariedades entre ofícios: a experiência mutualista no Rio de Janeiro imperial (1860-1882)”. (Dissertação de Mestrado em História Social, Universidade Estadual de Campinas, 2011).

instâncias do poder público. Em visada panorâmica, observa-se a abertura de variado leque temático e de férteis possibilidades interpretativas sobre o associativismo mutual em si, sua importância no estudo do comportamento político de grupos subalternos e seu peso efetivo na formação da classe trabalhadora.⁴

O interesse em torno do mutualismo é bastante evidente. Isso se revela na quantidade de artigos, dissertações, teses e livros que vieram a lume desde fins dos anos 1990 (nota 3). Mas também se revela no alargamento do escopo temático (a exemplo das conexões que se têm feito com a história do trabalho e do movimento operário, a história política e a história cultural) suscitado por essa modalidade de associativismo. Faz-se necessário, portanto, iniciar uma avaliação sistemática dos caminhos percorridos e dos ganhos obtidos com vistas à construção de uma agenda de pesquisa orientada por novas questões. Ou melhor, coloca-se como alternativa concreta face ao quadro atual e às possibilidades por este oferecidas à elaboração de abordagens mais integradas. Nossa proposta caminha nessa direção, isto é, pretende realizar uma tarefa ambiciosa: dimensionar o caráter global das práticas de ajuda mútua em sua inserção nos mundos do trabalho no longo século XIX.

II

Explorando elementos biográficos na história da Irmandade do Bom Jesus das Necessidades e Redenção, fundada na Bahia do século XVIII por africanos jejes, Luis Nicolau Parés destacou o

⁴ RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968, p. 5-8; VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978 (Estudos Brasileiros) [1976], p. 36-39; CARONE, Edgar. *O movimento operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo: DIFEL, 1978; HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. *História do trabalho e da indústria no Brasil (das origens aos anos 1920)*. São Paulo: Ática, 1991 [1982], p. 99-108. Para uma visão crítica a respeito dessa perspectiva, cf. BATALHA, Claudio H. M. "Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade?". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 12, n.23/24, set. 1991-ago. 1992, p. 111-124.

interessante papel da confraria no estabelecimento de uma rede de ajuda mútua entre irmãos de Salvador e Benguela. Parés notou que essa sociabilidade africana de escala sul-atlântica funcionava não apenas na perspectiva da tradicional assistência médica e religiosa, mas também como ponta-de-lança do comércio negreiro em que os irmãos, ex-cativos, encontravam-se engajados. O autor observou que os libertos africanos da Irmandade do Bom Jesus, “ladinizando-se”, assumindo o treinamento profissional de seus patronos, mas sobretudo por meio da sociabilização católica, lograram converter um mutualismo religioso convencional em poderosa ferramenta mercantil, apta a conferir apoio econômico transnacional a seus agentes, membros das corporações.⁵

Peter Linebaugh e Marcus Rediker, por sua vez, deram à luz um mapa histórico da ampla movimentação de trabalhadores no Atlântico Norte entre os séculos XVII e XVIII, responsáveis por embalar numerosas “ondas de resistência” ao processo de formação do capitalismo como um sistema global, desde os cercamentos ingleses até a “era das revoluções”. Esse “proletariado atlântico” – no uso redefinido do conceito pelos autores – compreendeu experiências compartilhadas de trabalhadores tão

⁵O livro *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil* (séculos XIX e XX), Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2014, organizado por Marcelo Mac Cord e Claudio H. M. Batalha, e o dossiê “Os trabalhadores e o mutualismo”, organizado por Marcelo Mac Cord e Osvaldo Maciel para a *Revista Mundos do Trabalho* (v. 2, n. 4, 2010), dão mostra da diversidade e dos caminhos trilhados pela produção historiográfica atual. Para uma visão mais geral do mutualismo entre os séculos XIX e XX, cf. VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro; JESUS, Ronaldo Pereira de. “A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil”. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil: a formação das tradições (1889-1945)*. Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Cf. também: SILVA Jr. Adhemar Lourenço da. “As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940)”. (Tese de Doutorado em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2004). Parte das conclusões do autor pode ser consultada nos artigos “Condicionantes locais no estudo do socorro mútuo (Rio Grande do Sul: 1854-1889)”. *Locus – Revista de História*, Juiz de Fora, vol. 5, n° 2, 1999, pp. 73-88; e “Etnia e classe no mutualismo do Rio Grande do Sul (1854-1889)”. *Estudos Ibero-Americanos*, PUC/RS, v. XXV, n° 2, dezembro de 1999, pp. 147-174; Cf., ainda, JESUS, Ronaldo P. de. “Associações de classe, profissionais e beneficentes do Rio de Janeiro (1860-1889)”. *Diálogos*, Maringá, v. 3, n. 1, 1999; *Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo*. Campinas: UNICAMP/IFCH, v. 6, n. 10/11, 1999; e LUCA, Tânia Regina De. *O sonho do futuro assegurado (O mutualismo em São Paulo)*. São Paulo: Editora Contexto, 1990.

diversos quanto camponeses da Inglaterra, servos da Irlanda, lenhadores de Barbados, escravos africanos e marinheiros de distintas costas. A articulação desses agentes teria demonstrado não só a força de circulação que o sistema de produção capitalista mundial engendrava, mas igualmente a capacidade de os trabalhadores criarem e retomarem, sobre variados regimes de trabalho, práticas e tradições de resistência nos diversos pontos do globo para onde o sistema então expandia suas fronteiras comerciais.⁶

Ambos os textos oferecem valiosos elementos para a reflexão em torno do objeto dessa comunicação. Esses elementos apontam diretamente para pressupostos em geral aceitos pela historiografia do mutualismo, em parte emprestados da historiografia tradicional do trabalho, em parte resultantes do seu estranhamento frente aos diálogos que com os novos estudos sobre o trabalho vem travando a historiografia da escravidão. Em outras palavras: a leitura corrente do problema do mutualismo implica que, não sendo escravo, nem operando na resistência, o trabalhador organizado em sociedades mutuais seja cultivado, por força de abstração, num “hiato” empírico e analítico que o subtrai quer das experiências, quer das redes atlânticas das quais cativos, libertos e operários há algum tempo têm se beneficiado.

Trata-se então de ensaiar alguns movimentos na direção de um giro analítico e interpretativo sobre a produção acerca do mutualismo. Esses movimentos podem ser inicialmente sumariados em três pontos, frutos do cruzamento que o debate recente vem realizando entre pesquisas contemporâneas desenvolvidas especialmente em torno das formas de organização do trabalho, das práticas de resistência operária e da escravidão.

O primeiro desses movimentos passa por reconhecer o mutualismo como um espaço de organização de trabalhadores

⁶ PARÉS, Luis Nicolau. “Milicianos, barbeiros e traficantes numa irmandade católica de africanos minas e jejes (Bahia, 1770-1830)”. *Revista Tempo*, vol.20, 2014, pp. 1-32.

subalternos, e por problematizar não só o seu papel mais amplo como alternativa de defesa social, mas igualmente as ações de representação e de resistência política, na linha do que evidenciam pesquisas mais recentes da área.⁷ O segundo movimento se apoia nos esforços de superação do desconhecimento mútuo entre “trabalho escravo” e “trabalho livre” como categorias de análise da historiografia do trabalho. Nesse sentido, orienta à exploração, nos estudos sobre o mutualismo, das evidências do comportamento partilhado entre livres, libertos e escravos na conformação do chamado “mundo do trabalho” em sociedades escravistas no século XIX.⁸

Em terceiro lugar, uma vez repositado o universo mutual no “mundo do trabalho” de sociedades escravistas, importa garantir que sua análise esteja informada por uma interpretação que conceba e articule as distintas experiências de organização do trabalho em função das múltiplas temporalidades produzidas por um capitalismo de escala global, especialmente naquilo que o seu processo de consolidação conformou e exigiu de formas desiguais e combinadas da força de trabalho. Aqui deparamos com o caráter fundamental de equivalência estrutural e de complementaridade entre distintos regimes de trabalho (assalariado, servidão contratual, compulsório etc.) para a expansão de um sistema capitalista global.⁹

⁷ LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

⁸ Dentre outros, ver CASTELLUCCI, Aldrin A. S. “Classe e Cor na formação do Centro Operário da Bahia (1890-1930)”. *Revista Afro-Ásia*, 41 (2010), p. 85-131; VITORINO, Artur José Renda. “Escravidão, proletários e a greve dos compositores tipográficos de 1858 no Rio de Janeiro”. *Cadernos AEL*, vol.6, n.10/11, 1999, p.70-108; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “Os caminhos da ‘Nação Conga’: associativismo, festa e identidades entre os afrodescendentes do Rio de Janeiro e de Buenos Aires (século XIX)”. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História (ANPUH)*, São Paulo, julho 2011; MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidãos e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

⁹Ver LARA, Sílvia Hunold. “Blowing in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil”. *Projeto História*, São Paulo (12), out 1995, p.43-56; SOUZA, Robério S. *Trabalhadores dos trilhos: imigrantes e nacionais livres, libertos e escravos na construção da primeira ferrovia baiana (1858-1863)*. Campinas: Ed. Unicamp, 2006; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “Proletários e escravos:

É, portanto, na amplitude desse contexto que a discussão do mutualismo como forma de organização do trabalho, por um lado, parece poder encontrar, por outro, o debate sobre a formação de classe e sobre o surgimento de associações sindicais. Foi no longo século XIX que se estabeleceram as condições para a emergência e a disseminação das formas modernas de ajuda mútua e de mobilização operária, na esteira das profundas alterações produzidas pela Revolução Industrial e pela reconfiguração da hegemonia política em um novo sistema de Estados nacionais.¹⁰ Nessas condições, afigura-se válido propor que, tal como o próprio sistema mundial capitalista se formou no processo de expansão a partir de um sistema-mundo europeu, as redefinições estruturais desse sistema mundial no ciclo do longo século XIX favoreceram um período de “aprendizado recíproco” entre distintas práticas de proteção e mobilização operária, figurando essa coexistência como elemento fundamental para a definição de suas respectivas tipicidades enquanto instrumentos de organização social e política dos trabalhadores.

A literatura estrangeira oferece evidências desse quadro de aprendizado recíproco em diferentes regiões do ocidente moderno, e é sintomático que, num trabalho sobre a formação da classe operária inglesa, E. P. Thompson enfatize a expressiva dimensão das sociedades mutuais, cujas estimativas apontavam para mais de

imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872”. *Novos Estudos*, n.21, julho de 1988, pp.30-56; Também na lavoura, pequenas escravarias criavam um ambiente de trabalho compartilhado entre livres e cativos, como o demonstraram MATTOS, Hebe. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009, e BARICKMAN, Bert Jude. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

¹⁰ WALLERSTEIN, Immanuel. *The modern world-system III: the second era of great expansion of the capitalist world-economy, 1730-1840*. New York: Academic Press, 1989; HOPKINS, Terence K.; WALLERSTEIN, Immanuel. “Patterns of development of the Modern World-System”. *Review* (Fernand Braudel Center), Vol. 1, No. 2 (Fall, 1977), p. 111-145; TOMICH, Dale W. *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*, São Paulo: Edusp, 2011; LINDEN, Marcel Van der. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas: Ed. Unicamp, 2013, especialmente p. 319-352; MINTZ, Sidney. “Was the plantation slave a proletariat?”. *Review* (Fernand Braudel Center), vol.2, n.1, (Summer 1978), p. 81-98.

900 mil associados em 1815. William Sewell Jr. notou que “most of the artisan trades of Marseille used the form of mutual aid societies to cover their labour organizations. In this case, the society would draw all of its members from a single trade and would function both to provide mutual insurance benefits and to defend the interests of the workers in labour”.¹¹ Michel Ralle, escrevendo para a Espanha (1870-1910), lembrou um “modelo europeu” de interpretação do problema, segundo o qual “teria sido nos anos de sua formação que as sociedades de socorros mútuos influíram na construção da consciência operária e na forma futura de certas organizações de classe”.¹²

No Brasil, a virada interpretativa a respeito das temporalidades e das implicações entre a história de mutuais e a de sindicatos desde o século XIX é atribuída ao trabalho de Tânia De Luca, que, em crítica à historiografia sobre o tema, assim sintetizou a questão:

No afã de estabelecer uma relação de anterioridade entre mutuais e sindicatos não se atenta para o que é essencial, ou seja, a coexistência no tempo e no espaço dessas formas de organização. Ao invés de determinar primazias, é muito mais fecundo investigar, como sugere Simão [Aziz, Sindicato e Estado], o que possibilitou essa convivência tão prolongada, bem como se não ocorreu um amálgama entre os objetivos e estruturas dessas entidades. Sindicalismo e mutualismo são, portanto, fenômenos

¹¹ A respeito do impacto das condições pós-revolucionárias sobre o cenário das múltiplas formas de organização dos trabalhadores, ver TILLY, Charles. *From mobilization to revolution*. New York: Random House-McGraw-Hill Publishing Co./Reading (Mass.), Addison Wesley Publishing, 1978; HOPKINS, Eric. *Working-Class Self-Help in nineteenth-century England*. London: UCL Press, 1995; THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Volume 1 - A maldição de Adão. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, especialmente capítulos 3 e 7.

¹² THOMPSON. *A formação da classe*, p. 313; SEWELL Jr., William. “Social Change and the Rise of Working-Class Politics in Nineteenth-Century Marseille”. *Past & Present*, nº 65 (Nov., 1974), p.75-109, especialmente p. 92; O cenário de práticas mutualistas em diferentes regiões do mundo é objeto da obra organizada por Marcel Van der Linden: *Social Security Mutualism: The Comparative History of the mutual benefit Societies*. Bern: Peter Lang, 1996.

contemporâneos e não excludentes, ainda que nem sempre seja possível demarcar fronteiras claras entre eles.¹³

Estudos como o de Linebaugh e Rediker sugerem, pois, que, numa escala global, a multiplicidade do mundo do trabalho bem como sua correspondência a tipos diversos de organização social e política podem estar na base de uma dinâmica transnacional de práticas de resistência, constituídas mutuamente como resposta a um sistema que não só as define mas também é redefinido por elas. Da mesma forma, o mutualismo atlântico surpreendido pelo estudo de Parés na prática dos irmãos africanos entre Salvador e Benguela evidencia a pertinência da leitura do problema numa escala ampliada, até aqui não explorada de forma consistente pelas pesquisas que versam o mutualismo – e não a escravidão – como objeto principal de sua análise. Logo, o giro interpretativo que se pretende imprimir sobre a abordagem do mutualismo como forma de organização do trabalho requer a construção de uma unidade de análise na qual se dê conta de pensá-lo como elemento de uma estrutura que compreende não só diferentes regimes de trabalho, mas também diferentes formas de divisão do trabalho, no tempo e no espaço, o que por sua vez remete às diferentes fases de desenvolvimento do capitalismo como um sistema global.¹⁴

Em outras palavras, a compreensão das condições estruturais em que se forjam e se combinam os distintos “modos de controle do trabalho” depende fundamentalmente de uma análise que promova a mediação entre o nível da experiência local e o nível dos processos sociais que, transcendendo fronteiras, apontam para um tipo de conexão integrada entre os fenômenos observados. E uma vez que são distintos os custos suportados por cada região no sistema de reprodução do trabalho, essa operação analítica requer tanto a atenção ao estudo do capitalismo como

¹³ RALLE, Michel. “A função da proteção mutualista na construção de uma identidade operária na Espanha (1870-1910)”. *Cadernos AEL*, vol. 6, n. 10/11, 1999, p. 15-38, esp. p. 15.

¹⁴ DE LUCA. *O sonho do futuro assegurado*, p. 11.

fenômeno histórico, em suas diferentes instâncias e temporalidades, como o exame das formas pelas quais se manifesta especificamente a divisão do trabalho em cada unidade nacional ou regional observada.¹⁵

Nessas condições, uma proposta de aproximação comparativa e global que parte do estudo de experiências nacionais tem como primeiro impulso a pesquisa desenvolvida sobre o mutualismo no Brasil, com destaque para a diversificação espacial e documental apresentada nos estudos publicados desde há alguns anos. Embora crescente, a produção brasileira até aqui pode-se reputar de caráter regional e escassamente comparada, nas palavras de Cláudia Viscardi. Já para Adhemar Lourenço da Silva Jr., a maioria de seus resultados é “rarefeita”, porque dispersa entre outras agendas de estudo.¹⁶ Nesse sentido, a proposta de uma “conexão mutualista” global deve não só produzir um exaustivo recenseamento das virtualidades da produção nacional, como também explorar, na produção estrangeira, as possibilidades de sua articulação em distintas escalas.

No âmbito da literatura estrangeira, certamente o trabalho de maior fôlego é a obra coletiva coordenada por Marcel Van der Linden, cujo subtítulo, “A história comparada de sociedades de ajuda mútua”, sugere uma perspectiva plurinacional do tema, por meio da multiplicação dos pontos de observação do fenômeno do mutualismo. Como resultado do interesse da historiografia do trabalho em aspectos até então ignorados da história dos movimentos operários (nomeadamente as formas de proteção

¹⁵ ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora Unesp, 1996; MARQUESE, Rafael de Bivar. “As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira”. *Revista de História*, v. 169, jul./dez. 2013, pp. 223-253; CONRAD, Sebastian. *What is Global History?* Princeton: Princeton University Press, 2016.

¹⁶ MINTZ, Sidney. “The so-called modern world system: local initiative and local response”. *Dialectical Anthropology*, vol. 2, n.4, (November 1977); LINDEN. *Trabalhadores do mundo*, p.319-352; Para um exercício de história global da escravidão, ver PARRON, Tâmis Peixoto. “A política da escravidão na era da liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846”. (Tese de Doutorado em História Social, Universidade de São Paulo, 2015).

contra incertezas do mundo do trabalho), a obra se concentra no exame de sociedades mutuais fundadas e mantidas por trabalhadores. As quase 30 experiências nacionais analisadas (num arco que se estende dos Estados Unidos à Indonésia) oferecem ao leitor um panorama da história do mutualismo, sua gênese, periodizações, seus principais problemas e traços constitutivos em diferentes regiões do mundo.

Coube a Michael Dreyfus a tarefa de síntese do esforço coletivo empenhado na obra e, nas próprias palavras do autor, o texto que a conclui “open more avenues for research than it provides definitive answers to the questions”.¹⁷ Seu percurso aponta a existência de padrões, congruências e dessemelhanças entre os processos históricos de cada país examinado, com ênfase no confronto entre as sociedades mutuais modernas e o movimento operário, de onde pretende levantar uma nova agenda de questões para os estudos da área. A análise, não obstante os valiosos insights que produz para o interesse de pesquisas comparativas, justifica, porém, a observação feita por Linden, em nota crítica dirigida à tradição da historiografia do trabalho. Segundo o editor de “Social security mutualism”: “Ao longo do século XX, foi dada maior atenção para as influências recíprocas entre diferentes povos, ainda que esses povos separadamente tenham permanecido como unidades fundamentais de análise”.¹⁸ Na historiografia do mutualismo, o problema não tem sido outro. No que segue, portanto, aproveitando criticamente ambas as orientações, exploraremos algumas questões levantadas por Dreyfus, ao mesmo tempo em que procuraremos ajustá-las a uma proposta metodológica esboçada com inspiração na história global do trabalho.

A principal pergunta que Dreyfus lança em seu artigo é consistente com os objetivos e a periodização adotados no presente

¹⁷ VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. “Experiências da prática associativa no Brasil (1860-1880)”. *Topoi*, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008, p. 117-136, especialmente p. 119-120; SILVA Jr., “As sociedades de socorros mútuos”, p. 20.

¹⁸ DREYFUS, Michael. “The labour movement and mutual benefit societies: towards an international approach”. In: LINDEN. *Social Security Mutualism*, p. 673-683, especialmente p. 674.

texto. Com efeito, ele questiona: “What was the relationship between the labour movement and the mutual benefit movement in Europe and worldwide during the period between the French Revolution and the Second World War”? É o longo século XIX que compreende e dá sentido às suas preocupações, e é a possibilidade de tratar um e outro movimentos como “paralelos”, “over the course of the two industrial revolutions”, que conforma o objeto da discussão.¹⁹

Dois elementos cruciais avultam nessa formulação: o primeiro é a premissa de que, entre fins do século XVIII e início do século XIX, associações mutuais e operárias experimentaram o que o autor denomina “shared beginnings”, num período compatível com a formação da sociedade burguesa contemporânea; o segundo, o uso em oposição dos termos “sociedades mutualistas” e “movimento operário” como categorias que se aplicariam ao período do “início compartilhado”, no qual na verdade é de se supor que se estabeleceram as condições históricas para a formação das especificidades de cada um desses movimentos. Nada obstante a validade em tese do contraste entre interesses de “bem comum”, associados às mutuais, e de luta de classes, atribuídos ao movimento operário, o uso explicativo daquela oposição para o “shared beginnings” tende não só a subtrair a dimensão “operária” do mutualismo, como também a minimizar a importância do complexo processo histórico no interior do qual as experiências compartilhadas de trabalhadores contribuíram exatamente para distinguir mutuais e sindicatos como modelos específicos de organização de seus interesses. E embora essas questões não pareçam escapar ao autor, sublinhá-las talvez ajude a entender ao menos parte do “atraso” da historiografia do trabalho em tomar o mutualismo como objeto efetivo de seu interesse.

Essas observações têm, portanto, o propósito de destacar a importância de que se mantenham abertos à exploração os

¹⁹ LINDEN, Marcel Van der. “História do trabalho: o velho, o novo e o global”. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 1, n.1, jan-jun, 2009, p. 11-26, especialmente p.16.

significados atribuídos pelos trabalhadores aos diversos tipos de engajamento e de mobilização forjados no período histórico da emergência de mutuais e de associações de traço classista como alternativas de organização social e política. É interessante, por isso, retomarmos a questão lançada por De Luca, segundo a qual importa investigar “o que possibilitou essa convivência tão prolongada, bem como se não ocorreu um amálgama entre os objetivos e estruturas dessas entidades”, não apenas aprofundando a pesquisa empírica, mas principalmente submetendo-a a uma temporalização própria à abordagem estrutural que analisa as formas de divisão do trabalho, e de suas organizações sociais correspondentes, no âmbito das variações históricas do sistema capitalista global.

A historiografia do mutualismo tem correntemente representado o “shared beginnings” como o período de uma coexistência compósita de iniciativas de proteção e de luta pelos interesses dos trabalhadores em organizações cujo formato jurídico-institucional evidenciam o fluxo de aprendizado em múltiplas direções. No Brasil, as greves antes da existência formal das uniões sindicais, ou a formação de “fraternidades” cujo papel era articular as agendas de mutuais e sindicatos nascentes em torno de mobilizações operárias, confirmam as palavras de Dreyfus, formuladas para outros contextos: “During this initial phase, when the societies played a twofold in formulating demands and providing assistance, the mutual benefit and trade union movements were still bound together. In many cases mutual benefit societies formed the basis for trade union organizations in such varying countries as Spain, Portugal, Hungary, Mexico and Chile”.²⁰

Apesar do relativo consenso, as pacíficas referências da historiografia não têm animado a elaboração de estudos que explorem as virtualidades empíricas e analíticas desse quadro, seja no Brasil, seja a partir dele, em aproximação com experiências estrangeiras, ou na sua leitura como parte de um contexto

²⁰ DREYFUS. “The labour movement”, p. 673.

integrado mais amplo, em que, como variável histórica, tem lugar a formação e a articulação dos movimentos operários em distintos quadrantes do sistema. Nesses termos, a proposta que aqui se desenha é a de abrir a perspectiva de análise, tomando como objeto material imediato da reflexão as formas jurídicas e institucionais adotadas por distintas associações de trabalhadores, com vistas a explorá-las como suportes – móveis – dos seus diversos significados de identificação e de engajamento político ao longo do período em que surgem e se consolidam tais instituições, particularmente as de caráter mutualista.

Nesse sentido, está a se propor igualmente a produção de uma periodização que singularize fenômenos da organização operária, seus tipos, formatos e os principais traços de seu comportamento político como elementos de um processo global de circulação de pessoas, práticas, ideias e modelos jurídicos uma vez abordado o problema a partir do estudo das formas da divisão do trabalho nos diferentes contextos históricos que se pretende integrar. À maneira de como Linebaugh e Rediker sugerem uma periodização da resistência proletária no Atlântico Norte, tensionando a periodização do proletariado em sua acepção clássica, trabalhar a história do mutualismo como elemento de uma proposta global é enfrentá-lo na sua dimensão de resultado de mudanças sistêmicas, sugerindo reaprendê-lo como um fenômeno que, em distintas escalas, pode traduzir as formas variadas de manifestação do capitalismo nas relações entre centro e periferia do sistema mundial.

Em síntese, a proposta se apoia inicialmente nos estudos dos autores sobre o tema do mutualismo numa sociedade escravista, e no material reunido para sua elaboração. Com ênfase nas fontes jurídico-institucionais, e em diálogo com a historiografia nacional e estrangeira, trata-se de indagar o que a documentação pode sugerir em termos da circulação mais ou menos ampla em espaços globais dos modelos adotados para dar expressão às formas de defesa e de proteção dos interesses de seus membros. Naturalmente não só os textos interessam, mas as práticas dos

associados em torno da “lei” (estatal ou regimental), suas interpretações, negociações, e seus usos instrumentais, além de suas próprias experiências de circulação em espaços que, progressivamente aproximados, ajudem a definir limites e potencialidades da unidade de análise em questão.

Referências

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872”. *Novos Estudos*, n.21, julho de 1988, pp.30-56.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora Unesp, 1996.
- BARICKMAN, Bert Jude. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BATALHA, Claudio H. M. “Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade?”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 12, n.23/24, set. 1991-ago. 1992.
- Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo*. Campinas: UNICAMP/IFCH, v. 6, n. 10/11, 1999.
- CARONE, Edgar. *O movimento operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo: DIFEL, 1978.
- CASTELLUCCI, Aldrin A. S. “Classe e Cor na formação do Centro Operário da Bahia (1890-1930)”. *Revista Afro-Ásia*, 41 (2010), p. 85-131.
- CONRAD, Sebastian. *What is Global History?* Princeton: Princeton University Press, 2016.
- DREYFUS, Michael. “The labour movement and mutual benefit societies: towards an international approach”. In: LINDEN. *Social Security Mutualism: The Comparative History of the mutual benefit Societies*. Bern: Peter Lang, 1996.

- HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. *História do trabalho e da indústria no Brasil (das origens aos anos 1920)*. São Paulo: Ática, 1991.
- HOPKINS, Eric. *Working-Class Self-Help in nineteenth-century England*. London: UCL Press, 1995.
- HOPKINS, Terence K.; WALLERSTEIN, Immanuel. "Patterns of development of the Modern World-System". *Review* (Fernand Braudel Center), Vol. 1, No. 2 (Fall, 1977).
- JESUS, Ronaldo P. de. "Associações de classe, profissionais e beneficentes do Rio de Janeiro (1860-1889)". *Diálogos*, Maringá, v. 3, n. 1, 1999.
- LARA, Sílvia Hunold. "Blowing in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil". *Projeto História*, São Paulo (12), out 1995, p.43-56.
- LACERDA, David P. "Solidariedades entre ofícios: a experiência mutualista no Rio de Janeiro imperial (1860-1882)". (Dissertação de Mestrado em História Social, Universidade Estadual de Campinas, 2011).
- LEITE, Douglas Guimarães. "Mutualistas, graças a Deus: identidade de cor, tradições e transformações do mutualismo popular na Bahia do século XIX (1831-1869)". (Tese de Doutorado em História Social, Universidade de São Paulo, 2017).
- LINDEN, Marcel Van der. "História do trabalho: o velho, o novo e o global". *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 1, n.1, jan-jun, 2009.
- LINDEN, Marcel Van der. *Social Security Mutualism: The Comparative History of the mutual benefit Societies*. Bern: Peter Lang, 1996.
- LINDEN, Marcel Van der. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas: Ed. Unicamp, 2013.
- LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.
- LUCA, Tânia Regina De. *O sonho do futuro assegurado (O mutualismo em São Paulo)*. São Paulo: Editora Contexto, 1990.

- MARQUESE, Rafael de Bivar. “As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira”. *Revista de História*, v. 169, jul./dez. 2013.
- MATTOS, Hebe. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.
- MINTZ, Sidney. “The so-called modern world system: local initiative and local response”. *Dialectical Anthropology*, vol. 2, n.4, (November 1977).
- MINTZ, Sidney. “Was the plantation slave a proletarian?”. *Review* (Fernand Braudel Center), vol.2, n.1, (Summer 1978).
- PARÉS, Luis Nicolau. “Milicianos, barbeiros e traficantes numa irmandade católica de africanos minas e jejes (Bahia, 1770-1830)”. *Revista Tempo*, vol.20, 2014.
- PARRON, Tâmis Peixoto. “A política da escravidão na era da liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846”. (Tese de Doutorado em História Social, Universidade de São Paulo, 2015).
- PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “Os caminhos da ‘Nação Conga’: associativismo, festa e identidades entre os afrodescendentes do Rio de Janeiro e de Buenos Aires (século XIX)”. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História (ANPUH)*, São Paulo, julho 2011.
- RALLE, Michel. “A função da proteção mutualista na construção de uma identidade operária na Espanha (1870-1910)”. *Cadernos AEL*, vol. 6, n. 10/11, 1999.
- RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.
- SEWELL Jr., William. “Social Change and the Rise of Working-Class Politics in Nineteenth-Century Marseille”. *Past & Present*, nº 65 (Nov., 1974).

- SILVA Jr. Adhemar Lourenço da. “As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940)”. (Tese de Doutorado em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2004).
- SOUZA, Robério S. *Trabalhadores dos trilhos: imigrantes e nacionais livres, libertos e escravos na construção da primeira ferrovia baiana (1858-1863)*. Campinas: Ed. Unicamp, 2006.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Volume 1 - A maldição de Adão. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- TILLY, Charles. *From mobilization to revolution*. New York: Random House-McGraw-Hill Publishing Co./Reading (Mass.), Addison Wesley Publishing, 1978.
- TOMICH, Dale W. *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*, São Paulo: Edusp, 2011.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The modern world-system III: the second era of great expansion of the capitalist world-economy, 1730-1840*. New York: Academic Press, 1989.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. “Experiências da prática associativa no Brasil (1860-1880)”. *Topoi*, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro; JESUS, Ronaldo Pereira de. “A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil”. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil: a formação das tradições (1889-1945)*. Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- VITORINO, Artur José Renda. “Escravidão, proletários e a greve dos compositores tipográficos de 1858 no Rio de Janeiro”. *Cadernos AEL*, vol.6, n.10/11, 1999, p.70-108.

Motoristas e condutores de bondes em Manaus: cultura, associativismo e greves, 1899-1930

Dhyene Vieira dos Santos¹

A História Social nos últimos anos apresentou um expressivo avanço no que se referem aos seus métodos, conceitos e fontes. Parte significativa introduzidas por historiadores, como E. P. Thompson e Eric Hobsbawm, que em suas investigações, passando a considerar os jornais, processos criminais, registros policiais, boletins e etc., foi possível oportunizar aos historiadores um aumento do mapa do conhecimento histórico. Legitimando com isso, novas áreas para a investigação, ao passo que abriu novas perspectivas, como o estudo da cidade, do urbano, do trabalhador, do cotidiano e da família.²

Neste artigo pretendemos trazer questões que nos oportunizaram ampliar o debate historiográfico referente a temática sobre os Mundos do Trabalho e Trabalhadores na Amazônia. Analisando aqui, especificamente, as condições de vida dos motoristas e condutores do serviço de transporte público por bondes elétricos; as condições de trabalho, averiguando as formas de dominação a que eram submetidos e; os movimentos paredistas organizados por estes trabalhadores. O escopo temporal é

¹ Mestranda em História Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: dhyene.vieira@hotmail.com

² PESAVENTO, Sandra Jatahy. Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

compreendido entre os anos de 1899 a 1930, período em que houve um significativo crescimento das reivindicações operárias no Estado do Amazonas, principalmente, dos trabalhadores urbanos, eram eles cocheiros, carroceiros, estivadores, trabalhadores das obras do Curro, lixeiros, pescadores, foguistas e etc., incluído nesse conjunto também, os motoristas e condutores de bondes elétricos.³

Os trabalhadores a qual nos debruçaremos, estão diretamente vinculados ao tráfego dos bondes, divididos em três ofícios (motoristas, condutores e fiscais), é importante acrescentar o papel desempenhados por eles, tendo em vista que se relacionavam diretamente com o público. Além dos bondes serem espaços de encontro e convívio das pessoas, era um transporte que tinha certa relevância para a vida urbana, logo, é de se esperar que estes trabalhadores tivessem dimensão da própria importância social, contribuindo assim, de alguma maneira, para a combatividades nos movimentos paredistas de 1902, 1910, 1911, 1919, 1925 e 1927 em Manaus.

O primeiro protesto organizado pelos trabalhadores da Companhia de Bondes⁴ que se tem notícia ocorreu em 1902. Assim como os trabalhadores de outras localidades do Brasil, estes trabalhadores fizeram sua “aparição”, enquanto sujeito político coletivo, na cena pública, exatos três anos após a inauguração dos serviços de transportes urbanos na cidade de Manaus, portanto, a paralisação no sistema de transporte urbano foi uma novidade. Momento este em que os trabalhadores reclamavam dos maus tratos que sofriam do Chefe do tráfego⁵. É possível recuperar nos

³ PINHEIRO, Luis Balkar Sá Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Mundos do trabalho na cidade da borracha: trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930). Jundiaí: Paco Editorial. 2017.

⁴ A empresa que ganhou a primeira licitação da Superintendência Municipal para atender o serviço de transporte público na cidade, fora americana, conhecida como The Manáos Railway Company, e dirigiu o serviço de bondes até meados dos anos de 1907, depois com a falência, assume o comando, a empresa inglesa Manáos Tramways Company, tendo o controle da companhia de transporte, até meados de 1954, inclusive com a mesma estrutura.

⁵ É importante esclarecer que para o funcionamento dos bondes elétricos, era necessário o condutor, o motorista e o chefe do tráfego. Os Condutores – empregado que cobra e/ou recolhe passagens em

periódicos, algumas declarações dos trabalhadores, onde afirmavam que o chefe era uma pessoa grosseira com os colegas e empregados da Companhia e conseqüentemente, com os que o procuravam para esclarecimentos sobre o serviço.⁶

Revoltados com a situação, os trabalhadores sugeriam a Cia. The Manáos Railway Company, para que demitissem o chefe do tráfego Manoel Joaquim Barbosa, este momento inicial das mobilizações dos motoristas e condutores de bondes, nos permite perceber que embora não tivessem organizados em associação, já demonstravam compreensão da situação posta pela companhia, estando unidos e resistindo na luta por melhores condições de trabalho. Para Thompson, a classe é um “fenômeno histórico”, cuja relação está presente em pessoas e contextos, sendo expressa a partir de uma identidade coletiva e comum. A classe e consciência de classe, vão se formando juntas na experiência⁷. Logo, classe é a relação de desigualdade a partir da qual grupos de seres humanos concebem os seus interesses coletivos em contrapartida aos de outros, não a soma desses indivíduos, cujas posições na estrutura social, afinal de contas, são muito mais instáveis do que pressupõe muitos modelos sociológicos,⁸ isso era perceptível nos momentos de resistência e mobilização dos motoristas e condutores de bondes pelos seus direitos humanos e trabalhistas, o que os uniam eram seus interesses coletivos, viam por meio dessa ferramenta de mobilização, a possibilidade de terem seus anseios ouvidos e assegurados pelas autoridades locais.

O auge da greve de 1902 que já durava um dia, deu-se com a morte de um empregado da companhia, causado por uma

bondes; os motoristas – profissional que dirige os bondes; O chefe do tráfego – tinha como principal atividade dividir os serviços dos motoristas e condutores de bondes.

⁶ *Jornal A Federação*, Manaus, 02 de maio de 1902.

⁷ Já afirmava Thompson: “A classe operária inglesa não é coisa e sim relação e com a herança de sua própria história” (THOMPSON, 1989:10).

⁸ THOMPSON, E.P. *Formação da Classe Operária Inglesa*. 3 vol. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. Pag. 10.

deliberação abusiva do chefe dos tráfegos, de que nenhum carro desse reboque a outro, e a causa dessa ação foi o que provocou a morte do trabalhador. O que mais contribuiu com a revolta foi a ausência de assistência por parte da empresa americana. Somado toda a situação, os trabalhadores fizeram três exigências para a companhia, queriam: a demissão do senhor Manoel Joaquim Barbosa, o conserto dos carros e a abolição da fiscalização. Sendo posteriormente atendido somente o conserto dos carros e depois de sanada a greve, o serviço de bondes voltou a circular normalmente, não mais com os empregados grevistas e sim com motoristas e condutores substitutos.⁹

No dia em que o *Jornal A Federação - Órgão do Partido Republicano Federal* (1902), publicou a situação dos trabalhadores grevistas, acrescentou em suas linhas, a opinião de um anônimo que identificou-se somente como “B.V, um americano”. Este sujeito emitiu uma opinião a respeito do ocorrido e afirmou que a situação ultrapassava os limites do trabalho no bonde elétrico, destrinchando no periódico o que acreditava parecer “que os americanos já eram senhores da Amazônia, que as rendas do nosso Estado já lhe estão hipotecadas, que a Wilmngton atravessando os nossos rios, sem prévia licença, já passava por águas conquistáveis.”¹⁰ Tendo a cidade de Manaus passado por diversas modificações ao longo da sua história, viveu seu primeiro grande surto de urbanização em 1890, fruto da economia extrativista,¹¹ e com todo esse processo, foram implantados serviços que simbolizaram o avanço, tendo participação direta na implantação, os americanos e ingleses, mudando assim parcela do estilo de vida, não só materiais como espirituais e culturais para a conhecida Paris dos Trópicos. Ao tempo em que a cidade, de um lado, usufrui dos prazeres vindouros dessa nova experiência, também

⁹ *Jornal A Federação*, Manaus, 02 de maio de 1902.

¹⁰ *Jornal A Federação*, Manaus, 02 de maio de 1902.

¹¹ Dias, Edineia. *A Ilusão do Fausto - Manaus 1890-1920*. Manaus: 2ªEd. Editora Valer, 2007. Pag. 08.

acompanha a inserção massiva de estrangeiros no comando dos principais serviços da cidade.

I

Iniciamos este texto, com a descrição e análise da situação local da greve de 1902, contextualizada pelos jornais. Podemos verificar as condições específicas de trabalho a qual se encontravam os motoristas e condutores dos bondes, em um momento de adaptação do serviço o qual era novidade para Manaus¹². Algumas mudanças começaram a se fazerem notar no novo sistema de transporte coletivo urbano. Em primeiro lugar, o que representou a inserção deste novo transporte, fazendo a cidade assumir nova configuração; em segundo lugar, a presença de uma companhia estrangeira que gozava do monopólio deste novo serviço e que marcaria aos poucos sua presença no espaço citadino¹³; e por fim, a expansão do universo do trabalho que se deu consideravelmente em boa medida, pela incorporação de migrantes nacionais e pela contratação de trabalhadores especializados, em geral, estrangeiros.

Como mencionado anteriormente, embora as manifestações operárias não fossem novidade para Manaus, uma paralisação dos bondes era, pois, o serviço que passou a ser considerado como o transporte coletivo urbano de mais uso, teve localmente em suas engrenagens o movimento sociológico da cidade. Como afirma o memorialista Thiago de Mello: “Passear de bonde, dar uma volta

¹² Segundo dados do BE – Cidades Brasileiras e ano em que implantaram bondes elétricos, de 1892-1970, Manaus foi a terceira cidade brasileira e ter em circulação os bondes elétricos, diferente de outras cidades, Manaus não chegou a ver os bondes puxados a carroça.

¹³ Barbara Freitag, na obra *Teorias da Cidade*, aponta para essa questão do monopólio das companhias inglesas, quando menciona: “(...) ao estudar a expansão urbana de São Paulo nos anos 1920, é bom lembrar que a companhia Light era inglesa e teve, durante décadas, o monopólio do abastecimento de luz no Brasil. Essa hegemonia no campo da iluminação dos centros urbanos brasileiros vinha acompanhada da instalação de uma ampla rede de transportes urbanos, baseada nos ‘elétrico’ (bondes) das grandes capitais estaduais na primeira metade do século XX.” – FREITAG, Barbara. *Teorias da cidade*. Ed. Papyrus, Campinas, SP, 2006.

no Saudade, fazer o Circular era mais que divertimento domingueiro: era o costume, virou moda”¹⁴, os bondes eram tratados pela grande imprensa como o termômetro de Manaus, os jornais de grande circulação não hesitavam em evidenciar tal fato.

Cabe salientar que nossa investigação tem, de forma recorrente, utilizado bastante a imprensa amazonense, devido à forte presença das mobilizações dos trabalhadores nos periódicos locais. As pesquisas tanto nos jornais operários como a assim chamada grande imprensa, tem demonstrado serem extremamente rica quanto as dimensões do viver urbano por nós procuradas. Durante o período de 1899 a 1930, pudemos mapear nos periódicos locais seis greves realizadas pelos trabalhadores dos bondes, a já mencionada greve de 1902, posteriormente a greve de 1910, 1911, 1919, 1925 e 1927.

As pautas dessas mobilizações – demissão do chefe que perseguiu e oprimia os trabalhadores, trabalho excessivo, penas injustas, recontração de motoristas e condutores demitidos sem motivo grave, apenas por serem filiados a Sociedade Beneficente e Protetora dos Motoristas e Condutores do Amazonas, melhores condições de trabalho – apontam para um interesse por parte dos trabalhadores em combater as injustiças da companhia e caminhar para a conquista por mais direitos humanos e trabalhistas. Segue o boletim da Diretoria da Sociedade Beneficente e Protetora dos Motoristas e Condutores de Bondes, que trata exatamente de um pedido recusado dos trabalhadores direcionado a nova companhia de bondes, Manáos Tramways Company, publicado no Jornal do Comércio:

A intransigência da Diretoria da Manáos Tramways and Light Company que se recusou formalmente a atender a uma reclamação justíssima dos motoristas e condutores contra o despotismo de um chefe que os persegue e os oprime, arrastou-os a declaração de uma greve que embora absolutamente pacífica

¹⁴ Mello, Thiago de. Manaus, amor e memória. 4º Ed. Valer, prefeitura Municipal de Manaus, 2004.

muito prejudicará a vida na cidade. A Sociedade Beneficente Protetora dos Motoristas e Condutores, atendendo a justiça dos motivos que animaram os motoristas e condutores na declaração da parede em que hora se encontram, declara-se absolutamente solidária com eles, certa de que inteira recai a responsabilidade dos prejuízos causados por esse movimento sobre a poderosa empresa que se obstina em manter no seu posto o empregado prepotente. Felipe Fernandes é o nome desse empregado que exerce a chefia dos motoristas. Outro interesse e outro desejo não têm os motoristas e condutores que não seja o de trabalhar, acatando, respeitando sempre as ordens emanadas dos seus superiores. Desejam também, e esse desejo é justíssimo que a sua ação, que o seu trabalho não seja perturbado por chefes que os maltratam e espezinham. A única condição, portanto, que, eles impõem para voltar ao trabalho é facilmente viável: querem que a Manáos Tramways and Light Company, os livre da pressão e das perseguições do Chefe dos motoristas, Felipe Fernandes. Isso feito voltarão todos ao trabalho.¹⁵

Temos rapidamente algumas informações importantes: Em 1911, os trabalhadores já estavam organizados em Sociedades de caráter beneficente e protetora¹⁶, as paralisações sofriam forte repressão por parte dos policiais, sendo pois, os trabalhadores vistos como desordeiros, tendo em diversas situações a intervenção governamental como mediador dos acordos entre patrões e

¹⁵ *Jornal do Comércio*, Manaus, 16 de janeiro de 1911.

¹⁶ Temos informações que na greve de 1910 os motoristas e condutores de bondes já estavam organizados na Sociedade Beneficente e Protetora dos Motoristas e Condutores do Amazonas, não sabemos a data exata do nascimento desta organização, no entanto, em pesquisa nos arquivos locais, pudemos encontrar o Estatuto da Associação Beneficente dos Empregados da Manáos Tramways de 1930, organização ampla dos trabalhadores da Light, sejam eles motoristas e condutores de bondes ou fiscais, e tinha como fins da entidade: a) promover a união de todos os empregados da Manáos Tramways de maneira a estabelecer um núcleo consistente que a proteja em todas as emergências sociais; b) Pugnar pelo seu desenvolvimento, patrocinando todas as causas justas em que ela se empenhe, quer afetem os direitos da coletividade, quer que os de casa sócio em particular; c) Beneficiar os sócios pela forma estabelecida nestes Estatutos; d) Difundir entre seus associados o maior número de conhecimentos possíveis, mantendo para esse fim a biblioteca e a Escola Jorge Andrade e criando outras fontes de instrução; e) Criar, logo que sua situação financeira o permita, uma cooperativa entre seus associados; f) Dar aos sócios assistência moral, material e jurídica. – Informações retiradas do Estatuto da Associação Beneficente dos Empregados da Manáos Tramways de 1930, disponibilizado pelo IGHA.

trabalhadores, tendo esses sujeitos a contribuição militante de advogados que defendiam os interesses da classe trabalhadora no Amazonas. Esse momento, coincide com movimentos similares em outras regiões do país, por exemplo, São Paulo, que teve a primeira mobilização dos trabalhadores da Light em 1900, dois meses após a inauguração dos serviços de transporte de bondes elétricos.¹⁷ Anos seguintes os trabalhadores da Light São Paulo, param novamente a cidade em greve, tendo como pauta as mesmas que motivaram os motoristas e condutores de bondes na cidade de Manaus, por exemplo, nas mobilizações de 1910, parte dos trabalhadores aderiram à greve e, dos 113 bondes, 86 não saíam das garagens. “O estopim da greve foi a demissão dos líderes da União, mas, na realidade, os operários dos bondes estavam revoltados com a rigidez do regulamento e o excesso de cobrança dos fiscais.”¹⁸

Voltando para Manaus, nove anos após a greve de 1902, em que os trabalhadores queriam o afastamento do senhor Joaquim Barbosa, no ano de 1911, o novo chefe do tráfego, senhor Felipe Fernandes, causa os mesmos problemas, deixando os trabalhadores insatisfeito com as suas ordens, tendo conseqüentemente a paralisação total do tráfego dos bondes na cidade em forma de protesto. A Sociedade queria que a companhia abrisse um inquérito e posterior a isso, demitisse o chefe do tráfego. No dia 15 de janeiro de 1911 é deflagrado a greve dos motoristas e condutores. De forma pacífica os motoristas e condutores relatavam os maus tratos e imposições causadas pelo chefe do tráfego Felipe Fernandes, funcionário este que no ano anterior, em novembro de 1910, em assembleia geral, fora desligado da Sociedade Protetora dos Motoristas e Condutores, por haver transgredido os estatutos sociais da categoria.¹⁹ A paralisação

¹⁷ NOTAS DO LIVRO DE JOÃO MARCELO PEREIRA DOS SANTOS, P. 137

¹⁸ SANTOS, João Marcelo Pereira dos. Os trabalhadores da Light São Paulo, 1900-1935. (Tese de doutorado), Campinas, SP: [s. n.], 2009. Pag. 145.

¹⁹ *Jornal do Comércio*, Manaus, 06 de setembro de 1910.

seguiu-se até o dia 28 de janeiro, tendo suas pautas ampliadas. Os dirigentes da sociedade, juntamente com o advogado dos trabalhadores, dr. Souza Brasil tentaram inúmeras vezes dialogar com a Companhia Tramways, pedindo o afastamento do chefe que oprimia os trabalhadores, principalmente os ligados a associação, no entanto, o posicionamento da empresa era de que o mesmo, merecia confiança. A sociedade dos trabalhadores não satisfeita com os posicionamentos da companhia, reuniam os trabalhadores e divulgavam por meio dos periódicos sua insatisfação.²⁰

É visível que os motoristas e condutores de bondes prezavam pela unidade da categoria, levando para assembleia todas as deliberações que viessem a tomar em nome dos trabalhadores, reunindo-se na sede da Sociedade Beneficente dos Motoristas e Condutores, ficando em sessão permanente até terem uma resposta favorável da companhia inglesa as suas solicitações.²¹

Com o desenrolar da greve pacífica de 1911, os trabalhadores deixam nas mãos do advogado da categoria, dr. Souza Brazil, a negociação com a companhia das reivindicações apresentadas pela Sociedade Protetora. Uma outra observação importante de se registrar é que havia presente nos trabalhadores urbanos, em geral, o apoio entre eles, como o que ocorreu neste caso, os motoristas e condutores receberam a solidariedade da Sociedade Beneficente dos Estivadores e Carroceiros do Amazonas, tendo eles encaminhado o seguinte ofício:

Exmo. Sr. Presidente da Sociedade Beneficente dos Motoristas e Condutores do Amazonas. Em sessão de hoje desta Diretoria levo ao vosso conhecimento nosso voto de solidariedade na causa justa que defendeis e que deveis vencer devido a vossa atitude e união que estas tendo, além disso a vossa frente, homens de valor

²⁰ *Jornal do Comércio*, Manaus, 16 de janeiro de 1911.

²¹ A sede da Sociedade Beneficente e Protetora dos Motoristas e Condutores de Bondes, localiza-se na rua da Instalação, canto da Saldanha Marinho, lugar frequentado pelos trabalhadores dos bondes, como também por outras categorias de trabalhadores, que se organizavam em sindicatos e precisassem de um espaço para reunião.

como é o distinto advogado dr. Souza Brasil que deve vencer em toda a linha a reclamação justa que fazeis, saúdo-vos. Raul Pereira Dias, 1º secretário.²²

Como o senhor Manoel Joaquim Barbosa em 1902, o senhor chefe dos motoristas, Felipe Fernandes, continuou no exercício de suas funções. Sendo necessário tomar as devidas providências para avançar no inquérito. A Sociedade Beneficente e Protetora, reforça novamente suas pautas, enviando uma representação para o diretor da companhia na cidade, onde relata os fatos que os motivaram a pedir a demissão do senhor Felipe Fernandes:

Felipe Fernandes que, para tortura dos condutores e motoneiros exerce um cargo na poderosa companhia sob vossa criteriosa direção, tem cometido desapiedadamente atos de perseguições e injustiças contra a maioria dos funcionários da Manaus Tramways, que não lhe são afeiçoados.²³

Essas perseguições deixavam os trabalhadores inseguros no exercício de sua função, reforçavam a todo momento que o chefe dos motoristas era injusto quando arbitrariamente sacrificava a verdade para prejudicar com suspensões, multas e demissões os membros da Sociedade Beneficente Protetora dos Motoristas e Condutores do Amazonas e que tinha claros motivos para fazer isso, como continua na mesma nota explicando o desejo dos trabalhadores em solicitar a demissão de Felipe Fernandes a empresa Tramways.

Esse injusto e gratuito vingativo, tendo feito parte da Sociedade Beneficente Protetora dos Motoristas e Condutores do Amazonas, foi, por motivo de sua conduta infiel, exonerado do seio da nossa sociedade, tornando-se, por tal motivo, verdugo dos nossos associados, procurando plantar descrédito da associação, concorrendo para o esfacelamento da mesma e impedindo que os

²² *Jornal do Comércio*, Manaus, 15 de janeiro de 1911.

²³ *Jornal do Comércio*, Manaus, 16 de janeiro de 1911.

membros tomem parte nas publicas manifestações, como ultimamente aconteceu quando procurávamos efetuar uma manifestação ao ilustrado e distinto amazonense exm.º sr. Dr. Jorge de Moraes.²⁴

Em nota o advogado dos trabalhadores, Dr. Souza Brazil, afirmava que os trabalhadores associados estavam vivendo no desespero, a todo momento eram injustamente castigados e deprimentemente perseguidos, pediam que fosse aberto um processo administrativo, sendo ouvidos alguns dos associados que sofriam a perseguição, afim de resolver esse problema. Como resposta as muitas manifestações dos trabalhadores e do advogado, o diretor local da Companhia Manáos Tramways, senhor E. B. Kirk, encaminha ao presidente da Sociedade uma carta, em que se compromete a abrir um inquérito contra o chefe dos motoristas.

Diversas autoridades locais, foram acionadas por conta da greve, fruto da importância do funcionamento dos bondes para a cidade de Manaus. No dia 15 de janeiro de 1911, foi proposto pelo desembargador dr. Ricardo Amorim que o diretor da Tramways abrisse um inquérito administrativo, tendo a proposta aceitação por parte dos grevistas, no entanto, era solicitado que eles voltassem imediatamente para o trabalho. O inquérito foi aberto pelo diretor da companhia, os trabalhadores seriam representados pelo advogado da sociedade e após constatação dos fatos e averiguação da situação, o diretor da empresa daria a sua decisão que seria a final em relação ao caso.

No dia 17 de janeiro de 1911, principiou o inquérito por ordem da diretoria da companhia, tendo presentes o dr. Armando de Berredo, engenheiro fiscal, Dr. Souza Brazil como advogado da Sociedade, Dr. Frankim Washington de Almeida, advogado da companhia, sr. Percy Durant, secretário assistente da mesma empresa, e o sr. Maxim Holdun, secretário do inquérito. Diversos trabalhadores apresentaram suas queixas, sendo chamados para

²⁴ *Jornal do Comércio*, Manaus, 16 de janeiro de 1911.

depor de maneira mais ampla, sendo em seguida registrado e assinado pelos presentes.

De todos os 120 motoristas e condutores, apresentaram-se apenas seis queixosos, sobre os depoimentos dos quais Felipe Fernandes teve de responder em sua desejo, sendo as declarações dele escritas também e assinadas pelos presentes.²⁵

Somente no dia 23 de janeiro que o inquérito fora finalizado, sendo examinado os depoimentos pelo diretor da companhia, afirmando o mesmo em ofício que nenhuma das queixas são motivos suficientes para a demissão de Felipe Fernandes.

Tendo examinado com todo cuidado as declarações de ambas as partes, o diretor não pode achar uma queixa ou fato grave que motive a demissão de Felipe Fernandes, como também não acha motivo algum para a greve injustificável do dia 15 do corrente, tanto mais que o diretor estava sempre a disposição dos empregados que desejavam apresentar uma queixa, e isto de conformidade com o acordo feito entre a companhia e os motoristas e condutores em maio do ano passado. Oferecimento este que foi duas vezes renovado no dia de sábado, 14 do corrente mês.

A companhia sente muito que exista qualquer desacordo entre os seus numerosos empregados, e, por deferência aos desejos dos motoristas e condutores, toma a deliberação de remover Felipe Fernandes para outra seção, extinguindo por completo o cargo de chefe dos motoristas, visto que, ao que parece estes não podem trabalhar debaixo da autoridade de um de seus pares. Por outro lado, a companhia vai despedir alguns poucos motoristas e condutores cuja conduta não foi boa no passado e os quais são um impedimento para o bem e eficiente andamento deste serviço público.²⁶

No mesmo documento publicado pelo diretor da Manáos Tramways, é mencionado que a companhia não está contratando

²⁵ *Jornal do Comércio*, Manaus, 26 de janeiro de 1911.

²⁶ *Jornal do Comércio*, Manaus, 26 de janeiro de 1911.

novos motoristas e condutores, declarando que a empresa “estava perfeitamente satisfeita com o trabalho aplicado de quase todos os empregados, e assegura que nenhum deles deve recear perder seu empregado, enquanto atender com lealdade aos seus deveres.”²⁷ No entanto, em meio a toda efervescência, no mesmo dia em que é divulgado a nota de ofício do diretor E. B. Kirk, no *Jornal do Comércio*, o mesmo arbitrariamente demite onze motoristas da viação, por terem feito parte do inquérito administrativo aberto contra o chefe dos motoristas Felipe Fernandes, que continuou na companhia, contudo, em outra função. Isso gerou um desconforto entre os empregados, que logo após retornarem as suas funções, deflagraram novamente outra greve pacífica na cidade de Manaus. Pararam de circular os bondes, e conseqüentemente a cidade, sendo rapidamente notada pela população. Os protestos que se espalharam por Manaus, neste novo momento tinha como pauta única a readmissão dos funcionários, demitidos pelo diretor da companhia.

Em reação aos protestos dos funcionários, a empresa *Manáos Tramways*, publica outra nota nos jornais de grande circulação, ponderando que a empresa estava precisando urgentemente de empregados para o serviço de motoristas e condutores, sendo ordenado 8&000 por dia. Substituindo assim, aqueles que aderiram ao movimento grevista. Mais uma vez a empresa se contraria, quando dias antes afirmou em nota oficial que não estava buscando novos funcionários, pois estava satisfeito com o serviço prestado pelos trabalhadores contratados da companhia. Atitude tomada que mostra que não procedia tal postura da companhia, claramente eles não aceitavam “desordeiros” nas funções desempenhadas dentro da empresa.

No dia 28 de março de 1911, no auge das movimentações, é enviado para a redação do *Jornal do Comércio*, uma nota utilitária da Sociedade Beneficente e Protetora dos Motoristas e Condutores

²⁷ *Jornal do Comércio*, Manaus, 26 de janeiro de 1911.

do Amazonas, informando sobre a eleição da nova direção da Sociedade, sendo Albino Pinto Soares, o novo presidente eleito desta organização de trabalhadores.²⁸

Os trabalhadores permanecem em greve no dia 27 e 28 de março, de forma pacífica como orientado pelo advogado doutor Souza Brazil, sendo registrado pelo polícia apenas duas “desordens” como é apresentado em nota da Manáos Tramways ao mencionar sobre o ocorrido. Apesar da decisão da companhia em substituir os grevistas por bombeiros e ex-motoristas, o serviço teve registrado alguns problemas. A cobrança dos bilhetes era efetuada por empregados do escritório central da companhia. Durante 12 horas os bondes circularam, depois seguiam para a estação da Cachoeirinha, por haver registros de agressão entre os grevistas e ex-funcionários da Tramways que estavam substituindo-os devido a paralização.

Depois de tanto desgaste e total ausência dos bondes na cidade, os trabalhadores resolvem entrar em acordo com a companhia, sendo as 9 horas do dia 30 de janeiro de 1911, convocado uma reunião com o advogado dos grevistas, acompanhados do dr. Pedro Guabyra, chefe de polícia e membros da Companhia Manáos Tramways, que ao longo das mobilizações, acompanharam de perto o desenrolar dos eventos na cidade. Após três horas de discussão, fica acordado e resolvido que os grevistas voltariam ao serviço, sob condição de serem readmitidos alguns dos seus companheiros dispensados. Essa proposta foi aceita por todos os presentes e as 14hrs é normalizado o tráfego com os trabalhadores demitidos pela companhia.

II

Com a resolução mediada da greve de 1911, somente em maio de 1919 a população de Manaus e as autoridades teriam

²⁸ *Jornal do Comércio*, Manaus, 28 de março de 1911

novamente de lidar com uma paralisação dos motoristas e condutores de bondes, agora a greve ultrapassava os muros da companhia de transporte e se torna geral, parando outras empresas de grande porte na cidade.

Concentrados os trabalhadores urbanos no Comitê de Operários do Amazonas, a pauta que move os trabalhadores é a luta pela redução das horas de trabalho. Eles encaminham para as companhias Manáos Harbour, Amazonas Engineering, Manáos Tramways, Amazonas River e Booth Line, um pedido do Comitê diminuindo para o8 horas de trabalho e aumento de 100% nas horas noturnas. Não sendo acatado tal pedido.

Os primeiros trabalhadores a aderirem a greve geral em maio de 1919, foram os funcionários das oficinas da Amazonas Engeneering. Eram cerca de cento e oitenta trabalhadores que não haviam comparecido ao trabalho, imediatamente a população, as autoridades e a polícia percebem que algo estava acontecendo. A causa dessa parede prendia-se a não anuência da companhia ao pedido do Comitê de Operários do Amazonas sobre a limitação do serviço para oito horas de trabalho nas suas oficinas. Imediatamente, a polícia reage e direciona-se para os armazéns das empresas Manáos Harbour, Amazon Telegraph, Correior, Alfandega e estação rediográfica, afim de que não se espalhasse pela cidade os protestos e para defender as repartições de possíveis manifestações não pacíficas dos grevistas.²⁹

Ao tempo em que as manifestações explodiam em Manaus, estavam também acontecendo em outras localidades do Brasil, como em São Paulo, Ceará e Rio de Janeiro. O agravamento das condições de vida influenciou na decisão dos trabalhadores em aderirem a greve geral em prol da redução das horas de trabalho, além de sempre está presente na pauta o aumento salarial e manutenção das ferramentas dos serviços que prestavam a cidade. Os trabalhadores sabiam que sozinhos parando em seus trabalhos

²⁹ *Jornal do Comércio*, Manaus, 14 de maio de 1919.

não iriam conquistar permanentemente a redução das horas de trabalho, sendo necessário a ajuda de parlamentares para encaminhar ao congresso nacional a principal pauta.

Encaminham assim, para a bancada amazonense no congresso a pauta das oito horas de trabalho, que segundo o sr. Elesbão Luz, presente na reunião do Comitê de Operários, propõe encaminhar também o documento ao presidente da república.

O operariado do Amazonas, em reunião de hoje (14 de maio de 1919), deliberou entregar ao vosso critério a solução imediata da lei sobre oito horas de trabalho, sendo solidário com o nobre gesto do operariado de todo o país.³⁰

É importante mencionarmos que existe aqui uma informação importante a respeito da existência de um diálogo entre os trabalhadores organizados na cidade de Manaus, com trabalhadores organizados de outras localidades, a redução das horas de trabalho era uma pauta nacional da classe trabalhadora brasileira.

Então, decidido em assembleia a permanência da greve dos trabalhadores manauaras até que fosse atendido suas exigências pelas companhias mencionadas acima, os trabalhadores não poderiam comparecer ao serviço. É interessante observamos que na reunião realizado pelo comitê, estavam presentes várias autoridades, como o coronel Luiz Marinho de Araújo e comandante da Força Policial acompanhado do tenente Emygdio Bento Alves.

No dia seguinte da deflagração da greve, os bondes não trafegaram, os chauffeurs, os bolieiros e os carroceiros se somaram na luta e aderiram também a greve, os estivadores do Lloyd Brasileiro, da Booth, da Manáos harbour, da Amazon River e da Amazonas Engeneering não compareceram ao trabalho.

Como mencionado anteriormente, parar os bondes significava parar a cidade. No dia em que os motoristas e

³⁰ *Jornal do Comércio*, Manaus, 14 de maio de 1919.

condutores de bondes aderiram a greve e não compareceram ao serviço, o chefe do tráfego dos bondes, fora forçado pela companhia a deliberar que os mesmos saíssem sob a direção de trabalhadores substitutos da linha. Assim ia se dando o começo ao funcionamento dos veículos. No entanto, diante de alguns problemas postos, como a questão desses trabalhadores não terem carteira, o chefe do tráfego desistiu de seu propósito, não saindo nenhum bonde, ficando assim, todos suspensos até segunda ordem. A cidade praticamente parou sem os trabalhadores nos seus postos, e no dia 15 de maio de 1919, os representantes dos trabalhadores, organizados pelo comitê, são convidados para dialogar com o governador do Estado. O comitê de todas as formas tentava se articular e negociar com os diretores da Tramways, da Manáos Harbour, da Amazon River, da Booth e da Amazonas Engeneering, em conjunto tentavam encaminhar soluções viáveis, no entanto a dificuldade do diálogo estava posta.

Para termos dimensão da quantidade de trabalhadores que aderiram a greve, nos dias em que realizavam assembleias dos trabalhadores na sede da União Operária, compareciam as reuniões, cerca de seiscentas pessoas, além do chefe de polícia, do comandante do quarente e cinco da força policial, estando sempre acompanhados de dois oficiais. O chefe de polícia afirmava prontamente nas reuniões dos trabalhadores que o comitê estava equivocado em defender essa pauta a nível nacional, pois, ainda não havia no país, uma lei que determinasse oito horas de trabalho para o operariado, e que o projeto que circulava no congresso nacional, não passaria. Acrescentava ainda, que apoiava a ideia dos operários, no entanto, era obrigado a garantir a liberdade do trabalho, por isso avisava que se algum operário quisesse exercer sua atividade, estaria pronto para garanti-lo.

As lideranças seguiam reforçando a necessidade da greve para a conquista histórica das oito horas de trabalho e animando os demais trabalhadores a continuarem em paralisação total. Como forma de motivar os trabalhadores, ao termino das reuniões, o

comitê operário distribuía jornais que continham o seguinte boletim:

Oito horas de trabalho – o Comitê Operário do Estado do Amazonas previne aos estivadores e as classes trabalhadores em geral que não voltem ao trabalho sem uma resolução definitiva e segura das companhias inglesas Manáos Harbour, Amazon Engenering, Manáos Tramways e Amazon River – pela ordem: - Avante companheiros! – Vivam as oito horas de trabalho! – A união faz a força – o comitê.³¹

O movimento seguiu crescendo com adesão de várias outras categorias de trabalhadores aderindo a greve do Comitê Operário, conforme aumentava o número de paredistas na cidade, seguiam para as oficinas da Manáos Tramways, na Cachoeirinha, com a finalidade de não permitir a saída dos veículos da estação. A partir disso, podemos imaginar o que poderia vir a acontecer, as autoridades também se fizeram presentes na estação dos bondes para tomarem as devidas providências e fazer com que os veículos circulassem pela cidade, nem que fosse guiados pelas autoridades que ali se encontravam.

E foi o que se tentaram fazer, no entanto, os grevistas não permitiram e ecoavam em grito os dizeres: “Fora! Não pode sair!”³² o comitê dos trabalhadores, afim de manter a população informada dos passos da greve, distribuía boletins, como o publicado no Jornal do Comércio:

Tendo em vista a resolução tomada pela companhia Manáos Tranways, fazendo, pelas primeiras horas da manhã, girar pela cidade alguns carros guiados pelos seus diretores e alguns subornados pela ação dos mesmos, o comitê solicita a adesão do comercio em geral, encerrando as portas dos seus estabelecimentos como um protesto de solidariedade a causa justa do operariado do Amazonas, causa que, como se tem

³¹ *Jornal do Comércio*, Manaus, 15 de maio de 1919.

³² *Jornal do Comércio*, Manaus, 16 de maio de 1919.

notado, é simpática a população inteira. Pela ordem e pela justiça!
Viva as oito horas de trabalho! Viva o Brasil! Viva o Amazonas!³³

Em meio a todas essas movimentações na cidade, o governador do Estado convoca as autoridades locais para um encontro com os representantes das empresas e com o Comitê Operário, e tentam nesta reunião chegar a algum entendimento. A companhia Manáos Tramways é a primeira a decidir ouvir o pedido dos motoristas e condutores de bondes. Imediatamente a polícia se posiciona cobrando aos motoristas que voltassem ao serviço. Após postura positiva da companhia, o comitê operário orienta os trabalhadores a voltarem ao trabalho, porém, de forma provisória, pois continuariam juntos aguardando o posicionamento e adesão das outras empresas estrangeiras.

Em Londres, as diretorias das companhias Manáos Harbour e Manáos Tramways, não concordaram com a solução de seus representantes em Manaus. A companhia dos bondes por exemplo, responde ao diretor em Manaus, comunicando não poder aceitar a proposta de redução da jornada de horas dos trabalhadores devido a diminuição das rendas da empresa e o encarecimento do material. Com isso, no mesmo comunicado direcionava aos funcionários, alguns encaminhamentos benéficos aos trabalhadores devido os problemas causados pela greve: 1) a empresa pagaria aos mesmos os seus salários, sem diminuição durante os dias em que vigorou o acordo provisório, demonstrando assim, a sua boa-fé; 2) que, desse dia em diante aceitará e porá em vigor, para os que quiserem, o dia de oito horas, com diminuição proporcional dos salários; 3) que manterá também o regime antigo observado, sem alteração de horário e salários. E conclui o comunicado apelando para a lealdade dos seus empregados, esperando que os mesmos continuem pacificamente a trabalhar, o que os recomendaria perante os seus superiores.³⁴

³³ *Jornal do Comércio*, Manaus, 16 de maio de 1919.

³⁴ *Jornal do Comércio*, Manaus, 20 de maio de 1919.

Com isso, a greve do operariado é suspensa por tempo determinado, e a cidade volta ao seu estado normal. E em virtude da atitude ousada, o chefe de polícia manda retirar toda a vigilância dos bondes.³⁵

De 1920 a 1930, os motoristas e condutores realizaram mais duas greves na cidade de Manaus. A primeira, nos meses de março e depois em setembro de 1925, tendo como pauta o aumento de salários de dois mil réis e readmissão de dois motoristas grevistas, dispensados por não acharem presentes a conferência os membros da comissão dos empregados da luz pública e particular. Dessas duas pautas, a companhia apenas resolve readmitir um dos motoristas, deslocando o mesmo da função de motorista passando a trabalhar na oficina, em virtude de seu estado de saúde, ficando os grevistas responsáveis pelo seu comparecimento ao serviço. No que tange as outras pautas, a companhia negou a possibilidade de atender, dizendo aos paredistas que aguardassem uma melhor oportunidade para tal. Tal decisão gerou descontentamento nos trabalhadores, que ao tomar conhecimento sobre os possíveis acordos com a companhia, tira como deliberação em assembleia na sede da União Operária Amazonense, que “os grevistas dirigissem um ofício a gerência da Manáos Tramways pedindo-lhe que lhes remetesse, por escrito, a proposta feita afim de fazerem uma contraproposta.”³⁶

Junto com os motoristas e condutores de bondes, estavam também em greve, os empregados da oficina da Cachoeirinha e o pessoal da luz pública e particular, pleiteando oito horas de trabalho, como principal demanda no momento. Todos empregados da companhia inglesa Manáos Tramways. A companhia insatisfeita com a paralisação e como forma de ameaça de demissão aos trabalhadores grevistas, passou a divulgar nos jornais de grande circulação que estava admitindo,

³⁵ *Jornal do Comércio*, Manaus, 20 de maio de 1919.

³⁶ *Jornal do Comércio*, Manaus, 23 de março de 1925.

provisoriamente, motoristas e condutores para os bondes. Os trabalhadores revoltados com a postura da companhia, busca formas de encaminhar as pautas e ter resultado satisfatório das mobilizações, não sendo possível.

Foram dias de articulação, de apresentação de proposta, contraproposta entre os trabalhadores e a companhia, ficando ao final claro que a empresa não tinha disposição de atender o pedido dos trabalhadores, sempre se apresentando como vítima para a população, lamentando a resolução dos grevistas em não quererem voltar mais ao serviço se não fossem atendidos, declarando-lhes que se via forçada, nestas condições, a considera-los despedidos e a procurar outros auxiliares.³⁷ Essa postura da companhia, deixou os trabalhadores com medo de perderem os seus empregos, e parcela significativa dos motoristas e condutores de bondes, depois de cientes da decisão, voltam ao serviço imediatamente, enquanto outra parcela permanece em greve pacífica. E essa foi a resolução decisiva sobre a situação. Divididos entre os que voltariam ao trabalho aceitando as condições oferecidas pela companhia, e aqueles que em greve, descontentes declararam que entregariam suas chapas para não mais prestarem serviço a Manáos Tramways. E assim foi feito, para normalização do serviço, a companhia contrata novos funcionários.³⁸

A próxima greve que se teria notícia, ocorreu em 1927, fora motivado devido a posição do chefe do tráfego, em dispensar dois funcionários, tratava-se de dois condutores de bondes. Essa ação não agradou a categoria que se sentiu injustiçada, pois ambos pertenciam a diretoria da Sociedade dos Motoristas e Condutores de bondes.

De forma pacífica, os trabalhadores paralisaram o serviço de bondes, tendo o chefe que tomar providências para circular o transporte na cidade. Desta forma, as primeiras horas da manhã

³⁷ *Jornal do Comércio*, Manaus, 25 de março de 1925.

³⁸ *Jornal do Comércio*, Manaus, 25 de março de 1925.

do dia 21 de maio de 1927, o serviço de bondes foi feito por particulares habilitados, possuidores de cadernetas, segundo deliberação tomada pela polícia que provisoriamente providenciou para que tal atitude dos trabalhadores não atrapalhassem a ordem.³⁹

Os paredistas, em atitude irrevogável não retornaram ao trabalho enquanto os companheiros não fossem readmitidos, todavia, chegando o fim do dia, parte dos motoristas e condutores de bondes foram se apresentando ao serviço, até normalizar a circulação dos bondes, apesar de uma pequena parcela ainda continuar em parede. Dias depois, ainda paralisados parcialmente e com praticamente todos os paredistas demitidos, o movimento grevista recebe formalmente apoio de associações de trabalhadores da cidade, conforme apresentado em nota no *Jornal do Comércio*.

Ocorreu uma reunião na sede provisória da Associação dos Motoristas, onde compareceram representantes das seguintes sociedades: Associação dos Empregados no Comércio, União Beneficente dos Práticos, União dos Chauffeurs, Associação das Quatro Artes, União Beneficente dos Cigarreiros, União Operária Amazonense, União Beneficente dos Foguistas e Sindicato dos Estivadores.⁴⁰

A reunião entre os representantes das sociedades representantes dos trabalhadores no Amazonas, fora presidido pelo presidente da Sociedade dos Motoristas e Condutores, coronel Armindo de Barros, que expõe na ocasião o motivo de estarem reunidos, e de forma prioritária, tinham como objetivo procurar dar solução ao caso dos trabalhadores dos bondes. Como encaminhamento da reunião, tirou-se uma comissão composta de cada um dos membros das sociedades presentes para conferenciar com o presidente do Estado sobre o assunto. Na ocasião, é

³⁹ *Jornal do Comércio*, Manaus, 21 de maio de 1927.

⁴⁰ *Jornal do Comércio*, Manaus, 28 de maio de 1927.

prometido aos representantes caminhos para resolver harmoniosamente o caso. Logo em seguida, a mesma comissão seguiu para o escritório marcando um encontro no dia seguinte com o diretor da companhia, tendo como pauta da reunião, tratar as demandas solicitadas pelas categorias. Neste momento se tem a intervenção do estado para resolução de tal problema, o presidente do estado, em diálogo com o Dr. João Rodrigues Coelho (relator da comissão), comunicou-os que, dando cumprimento ao que prometeu em reunião com as categorias, se entendeu com a gerencia da Manáos Tramways, que resolveu a volta do condutor dezoito para o serviço da companhia e a readmissão de metade dos grevistas, ficando a outra parte no quadro de reserva da companhia. Os trabalhadores aceitam a proposta e finalizam a greve.

III

Procurando evidenciar as múltiplas dimensões do universo do trabalho dos motoristas e condutores de bondes, com uma clara inspiração thompsoniana, passamos a incorporar experiências dos sujeitos, tanto no ambiente de trabalho, como também as dimensões do cotidiano.

Pela experiência os homens se tornam sujeitos, experimentam situações e relações produtivas como necessidades e interesses antagônicos. Eles tratam essa experiência em sua consciência e cultura e não apenas a introjetam. Ela não tem um caráter só acumulativo. Ela é fundamentalmente qualitativa.⁴¹

As trajetórias dos trabalhadores, pessoas comuns, nos permitem compreender que as experiências sociais de vida, eram diversificadas e faziam parte da cidade, inclusive, em grande

⁴¹ THOMPSON, 1981 apud Ghon, 1997, pag. 204.

contingente, não tendo a visibilidade que os grandes empresários e políticos tinham.

A imprensa se mostrou uma rica ferramenta, para chegarmos ao cotidiano desses trabalhadores. Ao longo da pesquisa acadêmica, vasculhando os periódicos locais, além de percebermos uma insistente presença de greves e manifestações operárias, também encontramos muitas notícias que iam de encontro ao perfil do trabalhador que investigamos, mostrando rostos diferenciados, ampliando a coleta de informações sobre a classe trabalhadora em Manaus. Podemos afirmar que os motoristas e condutores não eram tão notórios quanto o serviço de transporte, apesar do bonde naquele período favorecer o contato e convívio entre as pessoas conhecidas e desconhecidas, extrapolando sua função de transporte. Eram espaços importantes para manter diálogos sobre temas locais. Indubitavelmente, os motoristas e condutores de bondes participavam ativamente desta ampla teia de sociabilidade.

O bonde elétrico no final do século XIX e início do século XX, simbolizava um grande avanço para a cidade de Manaus, pois diferente de outras cidades do Brasil, não chegaram a ver os bondes puxados a carroças. A cidade assumiu nova configuração, e segundo a historiadora Deusa Costa, o universo do trabalho se expandiu em boa medida pela incorporação de imigrantes nacionais e da contratação de trabalhadores especializados, em geral, estrangeiros.⁴²

As trajetórias desses trabalhadores urbanos, tão importantes para o bom funcionamento da cidade, tem uma longa história a ser escrita, de suas vidas no cotidiano e das suas lutas e reivindicações no trabalho. Podemos perceber que esses trabalhadores, majoritariamente masculinos⁴³ quando apareciam nos jornais de

⁴² COSTA, Deusa. Quando viver ameaça a ordem urbana - Trabalhadores de Manaus (1890-1915). Manaus: Editora Valer e FAPEAM, 2014.

⁴³ A primeira mulher condutora de bonde, foi encontrada somente nos anos de 1925 nos periódicos locais.

grande circulação, na maioria das vezes, eram vistos apenas como pauta da sociedade, sendo acusado por ultrapassar o limite da velocidade permitida, ou por desrespeito quando se envolviam em discussões com passageiros ou simplesmente por envolvimento em acidente.

No que tange a vivência na cidade dos trabalhadores, dentre eles, os motorneiros e condutores de bondes, é possível afirmar que grande parte habitava no centro devido a aproximação do ambiente que concentrava os trabalhos (fábricas, vapores, comércio), logo, são encontrados nos cortiços, albergues, pensões e estâncias, como inquilinos, *“um quarto de cortiço custava não menos de 50\$00, para uma renda diária de 6\$00, ou seja, eram necessários 9 dias de trabalho para pagarem um mês de aluguel”* (COSTA, 2014: 138), pagavam o valor que podiam, mesmo reclamando dos altos custos dos aluguéis e as condições não muito confortáveis desses lugares.⁴⁴

Foi na condição de inquilino que o trabalhador habitou no perímetro urbano manauara do fausto. Trabalhadores qualificados e autônomos que, mesmo com dificuldades auferiam um salário mensal ou quinzenal como os comerciários, gráficos, condutores de bondes, carroceiros, lavadeiras, carregadores e estivadores, donos de pequenos estabelecimentos, etc., tinha condição de aí permanecer. Mesmo vivendo em condições precárias, habitar no centro era mais viável que morar, como inquilino, em condições ainda piores nas periferias distantes dos locais de trabalho e sem infraestrutura.⁴⁵

Quando voltamos a atenção para o lazer popular, os lugares frequentados pelos trabalhadores eram os igarapés preservados⁴⁶ e

⁴⁴ COSTA, Deusa. Quando viver ameaça a ordem urbana - Trabalhadores de Manaus (1890-1915). Manaus: Editora Valer e FAPEAM, 2014. Pag. 142.

⁴⁵ Idem, pag.152.

⁴⁶ No início do século XX, os igarapés eram espaços bastante frequentados pelos trabalhadores, segundo Deusa Costa: “Mesmo que as classes populares não tivessem poder de ingerência na modificação urbana, em se tratando de questões essenciais de sobrevivência, como o uso dos

as quermesses, bastante movimentado pelas classes mais baixas, “representando uma oportunidade para divulgar as ideias organizacionais dos trabalhadores.”⁴⁷ Assim como os botequins, analisado pelo historiador Sidney Chalhoub, em *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*, que muito se assemelha com as práticas dos trabalhadores da cidade de Manaus, esses espaços eram de lazer popular, que abrigava a classe baixa da sociedade, presente no ambiente muitas tensões “conflitos e uma reversão de valores que o aparato policial objetivou controlar.”⁴⁸

Dar luz a essas trajetórias, ainda pouco exploradas na escrita da história, é evidenciarmos que essas pessoas comuns, foram construtores anônimos do progresso material da cidade, seus desejos e anseios tendiam a ser desprezados, sua vontade política desconsiderada, seus protestos e reivindicações ignoradas, tendo poucas vezes sido atendidas. Mas, sua presença na cidade estava longe de ter sido passiva.⁴⁹

IV

Dessa forma, as investigações que são parte das discussões que estamos desenvolvendo no Mestrado em História na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), tentou compreender um pouco da experiência de trabalho e luta dos trabalhadores dos bondes elétricos. A pesquisa apresentada aqui, acerca da articulação entre os Mundos do Trabalho e os Trabalhadores, de acordo com uma perspectiva da História Social, nos possibilitou fazer algumas observações, como da importância de apontarmos a

igarapés, elas vinham a público, trazendo a luz sua concepção sobre gestão da cidade e o que deveria ser preservado”(COSTA, 2014:160)

⁴⁷ Idem, pag. 201.

⁴⁸ Idem, pag. 201.

⁴⁹ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Nos Meandros da Cidade: cotidiano e trabalho na Manaus da borracha, 1880-1920. ANPUH, 2007.

existência e experiência dos novos sujeitos sociais – pessoas comuns, que sempre estiveram presentes na cena histórica (PINHEIRO, 2007), bem como evidenciar que apesar das inúmeras dificuldades que tiveram, longas jornadas de trabalho, multas injustas, insalubridade, autoritarismo do patrão, seguindo as sugestões de Thompson, a respeito da “experiência da exploração”, podemos afirmar que essa relação patrão/trabalhador, é mais que a soma de injustiças, é uma relação que pode ser encontrada em diferentes contextos históricos, mais amplo, relacionadas as formas correspondentes de propriedade e poder estatal.⁵⁰

A história vista de baixo legitima as expectativas dos sujeitos, cabe a nós aprendermos a compreendê-los considerando seus valores, as múltiplas fontes disponíveis a falar. Traçar o perfil desses trabalhadores e evidenciar sua participação nas atividades parciais na cidade, tem sido um importante desafio que nos tem oportunizado compreender que grande parte das conquistas dos trabalhadores urbanos que se tem hoje em dia, são frutos das lutas de trabalhadores do passado.

Referências:

COSTA, Francisca Deusa Sena da. *Quando o Viver Ameaça a Ordem Urbana*. Manaus: Editora Valer e Fapeam, 2014.

DIAS, Edinea Mascarenhas: *A Ilusão do Fausto: Manaus, 1880 -1920*. Manaus: Valer, 1999.

MAGALHÃES, Soraia. *O transporte coletivo urbano de Manaus: bondes, ônibus de madeira e metálicos*. 1º edição – Manaus: Editora Edua, 2014.

MATTOS, Marcelo Badaró. *E. P. Thompson e a tradição crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ. 2012. P. 13-56 e 204-253.

⁵⁰ THOMPSON, Edward. Exploração. In: A Formação da Classe Operária Inglesa. Vol II: A maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 28.

MELLO, de Thiago. *Manaus – Amor e Memória*. 4º Ed. Ver. – Manaus: Editora Valer, prefeitura Municipal de Manaus, 2004.

MULLER, Ricardo Gaspar e DUARTE, Adriano Luiz. *E. P. Thompson Política e Paixão*. Chapecó SC: Argos, 2012. P. 127-147.

PARENTE, Eduardo Oliveira. *Operários em movimento: a trajetória de luta dos trabalhadores da Ceará Light (Fortaleza, 1917-1932)*. (Dissertação de Mestrado) Ceará, 2008.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1925)*. 3. Ed. – Manaus: FUA, 2015.

_____. *Nos Meandros da Cidade: cotidiano e trabalho na Manaus da borracha, 1880-1920*. ANPUH, 2007.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Vozes operárias: fontes para a história do proletariado amazonense (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Gramma, 2017.

_____. *Mundos do trabalho na cidade da borracha: trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930)*. Jundiá: Paco Editorial. 2017.

SANTOS, João Marcelo Pereira dos. *Os trabalhadores da Light São Paulo, 1900-1935 / Campinas*, SP: [s. n.], 2009.

TERRA, Paulo Cruz. *Cidadania e trabalhadores: cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906)*. (Tese de doutorado), Rio de Janeiro, 2012.

THOMPSON, Dorothy. “*Fazendo Movimentos Sociais*”. *Cadernos AEL*, v.11, n.20/21, 2004, p. 245-257.

THOMPSON, Edward Palmer. *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. P. 15-71.

_____. *A formação da classe operária inglesa*. 3 vols. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros: Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. P. 180-201.

Trabalho e trabalhadores

Trabalho, mobilidade e gênero no Amazonas oitocentista (1850-1888)

Jéssyka Sâmya Ladislau Pereira Costa¹

No Brasil Oitocentista a população africana e afrodescendente tinha sua experiência de mobilidade e liberdade constantemente ameaçadas pelo espectro da escravidão, pela necessidade de lidar constantemente com o receio de cair nela ou voltar para ela. Na segunda metade desse século, esse processo intensificou-se fazendo crescer a *precarização da liberdade*, principalmente pelo perigo da reescravização ou escravidão ilegal de pessoas livres. Aqueles mais ameaçados eram os que estavam em movimento, distante dos círculos de sociabilidades e laços familiares. A experiência de mover-se geograficamente apresentava desafios diversos, mas também guardavam nuances quando pensada em termos de questões de gênero².

Catharina Maria Roza da Conceição, mulata, doméstica e ‘sozinha’, carrega em sua trajetória muitas das marcas de seu

¹ Doutoranda em História Social na Universidade Estadual de Campinas. E-mail: samya.jessyka@gmail.com

² Maria Helena P. T. Machado realizou essa observação acerca da necessidade de começarmos a prestar atenção para as questões de gênero presentes nas experiências de vida de afrodescendentes libertos e livres no Brasil Imperial, demonstrando como aos inserir esses questionamentos pode-se perceber como para as mulheres os liames entre escravidão e liberdades eram ainda mais turvos, “recolocando a questão da liberdade em outras instâncias”, ver: MACHADO, Maria Helena P. T. *Corpo, Gênero e Identidade no Limiar da Abolição: Benedicta Maria da Ilha, mulher livre/ Ovídia, escrava narra sua vida (sudeste, 1880)*. AfroÁsia, 42, 2010, pp. 157-193.

tempo. Nascida em Teresina, capital da Província do Piauí³, passou pela Província do Maranhão e do Pará, e, por fim, foi escravizada ilegalmente em Baetas, distrito da capital de Manaus, Província do Amazonas, no ano de 1875⁴. Através da sua trajetória pretendo caracterizar econômica e demograficamente as regiões por onde transitou. Assim como examinar algumas nuances da experiência de gênero com relações a mobilidade e trabalho. Além de procurar iluminar questões acerca dos limites da escravidão e liberdade, especialmente na região amazônica, para demonstrar seu caráter complementar e suas fronteiras híbridas⁵.

Do Piauí ao Maranhão: o início...

Não sabemos precisamente sua idade, mas levando em conta a média de idade das mulheres piauienses e por ela ter uma filha (como será apresentado ao final), ela transitaria entre os 20 a 40 anos de idade. Dessa forma, Catharina, provavelmente, viu sua cidade natal, Teresina, passar por diversas transformações urbanísticas e econômicas em meados dos anos 1850, quando foi

³ Para outras experiências de reescravidão de libertos e livres, mas ocorridas dentro da Província do Piauí, ver: COSTA, Francisca Raquel da. *Além da liberdade: práticas de reescravidão de libertos e pessoas livres no Piauí. 1850-1888*. Contraponto, v. 3, n. 1, p. 8-17, 2014.

⁴ Arquivo do Tribunal de Justiça do Amazonas. Habeas Corpus, 1875. Caixa: JD/01.O processo usado aqui está intitulado como “Habeas Corpus”, em que é “paciente” Catharina Maria Roza da Conceição e “detento” Antonio Joaquim Pereira Socorro Valente. Algo interessante, pois geralmente os processos de reescravidão são mais encontrados sob o título de “ações de liberdade”.

⁵ Para estudos preocupados em demonstrar as fronteiras híbridas e o caráter complementar da mão de obra livre e escrava na sociedade brasileira, ver LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira. *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. Annablume, 2006; CHALHOUN, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil Oitocentista*. Editora Companhia das Letras, 2012; MAMIGONIAN, Beatriz Galotti. *Revisitando a “transição para o trabalho livre”: a experiência dos africanos livres*. IN: FLORENTINO, Manolo (org). *Tráfico, cativo e liberdade* (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 389-417; GRINBERG, Keila. *Senhores sem escravos: a propósito das ações de escravidão no Brasil Imperial*. In: CARVALHO José Murilo. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (orgs.). *Repensando o Brasil dos Oitocentos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. pp 416-435; GRINBERG, Keila. *Reescravidão, direitos e justiças no Brasil do século XIX*. In: LARA, Sílvia Hunold; MENDONÇA, Joseli M. Nunes. *Direitos e Justiças no Brasil: ensaio de história social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

elevada a capital da Província do Piauí, em detrimento da cidade de Oeiras. A cidade foi criada estrategicamente para enfrentar o monopólio comercial encabeçado pela cidade maranhense de Caxias sobre a região do Médio Parnaíba, local de grande importância na comercialização de seus produtos, baseado na criação de gado e produção de algodão⁶. Sua instalação ocorreu definitivamente em 16 de agosto de 1852, inaugurando-se um “sítio urbano previamente traçado na forma de um tabuleiro de xadrez, um traço urbanístico em voga no Brasil de meados do século XIX”⁷.

Conforme o Recenseamento Geral do Império de 1872, a população da Província do Piauí somava 202.202 habitantes, divididos, quanto à condição social, em 178.437 livres (88%) e 23.776 escravos (12%). Quanto às raças entre livres e escravos, havia 21% de brancos, 58% de pardos, 14% de pretos e 7% de caboclos. Pretos e pardos somados, incluídos tanto livres e libertos quanto escravos, chegavam a 145.322, ou 72% da população total. Excluídos os escravos, temos uma população livre de cor de 121.526 (60%) dos habitantes, no qual eram mulheres 60.548 (34%), logo egressos da escravidão e seus descendentes⁸.

Catharina partiu desse ambiente, marcada por uma população majoritariamente livre e não-branca, em que, possivelmente, as fronteiras entre a escravidão e a liberdade poderiam ser menos nítidas, segundo Mairton da Silva,

⁶ Na primeira metade do século XIX, a pecuária passa por uma estagnação no Piauí, principalmente devido à falta de crédito (concedido em mérito da Província de Minas Gerais e Rio Grande do Sul pelo governo imperial) assim como a sucessivas secas ocorridas na localidade. Em contrapartida, na segunda metade do Oitocentos, o Piauí entra no mercado internacional no século XIX concorrendo com o algodão (por ocasião da Guerra de Secessão nos Estados Unidos), o fumo, o arroz, o açúcar e a borracha de maniçoba. Ver: MARCONDES, Renato Leite; FALCI, Miridan Britto Knox. *Escravidão e reprodução no Piauí: Oeiras e Teresina (1875)*. Texto para Discussão. Série Economia (TD-E/26). São Paulo: FEA/USP-Ribeirão Preto, 2001.

⁷ Para um estudo sobre as transformações urbanas em Teresina e a participação dos trabalhadores escravos, ver CARVALHO, Genimar M. R. *Construtores e aprendizes: cativos da Nação e educandos artífices nas obras públicas da construção de Teresina (1850/1873)*. Porto Alegre: FCM Editora, 2013.

⁸ Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872, disponível em: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br:8080/pop72/index.html>. Acessado dia 04/07/2017.

considerando esses padrões “a provável distinção entre os indivíduos ocorria menos na cor da pele do que na condição social”⁹. Não conseguimos acessar a condição do seu nascimento, se livre ou liberta, mas levaremos em conta a forma como se apresentou, enquanto mulher livre. A possibilidade de deslocar-se sem impedimentos ser um dos poucos quesitos que distinguiram “mulheres afrodescendentes ‘fossem livres, libertas ou escravas’”, mesmo assim:

Esperava-se que os libertos em geral, mas especialmente as mulheres libertas, permanecessem no controle dos seus senhores, servindo-os como criadas e como tal sendo submetidas a diversos controles, tornando-se elos na cadeia de dominação de toda a família¹⁰.

Decidiu-se por exercer seu direito de mobilidade geográfica sem impedimentos, mas com uma movimentação bastante interligada com as possibilidades abertas pelo mundo do trabalho doméstico. Ela tinha por ocupação o trabalho doméstico e suas ramificações “porta afora e adentro” das casas senhoriais, e provavelmente já o exercia na feitoria Santa Rita de propriedade do Coronel Joaquim d’Aguiar, juntamente com sua mãe, Maria Roza da Conceição. Essa ocupação estava aberta como possibilidade para a maioria das mulheres livres e escravas habitantes no território brasileiro, principalmente para aquelas moradoras das capitais, onde o fluxo de pessoas gerava maiores oportunidades¹¹.

⁹ Esse fato não tornava a cidade de Teresina, ou a Província do Piauí, “menos escravista”, tal como todo o território do Império do Brasil as bases das relações e hierarquizações sociais eram escravistas, ver SILVA, Mairton Celestino da. *Batuque na rua dos negros: cultura e polícia na Teresina da segunda metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Salvador: UFBA, 2008, p. 40.

¹⁰ MACHADO, Maria Helena P. T. *Op Cit.* p. 161.

¹¹ A atividade doméstica e suas ramificações foram essenciais nas experiências de mulheres africanas e suas descendentes na escravidão durante os séculos XVIII e XIX. Através das ocupações de lavadeira, vendeira, costureira ou domésticas elas mantinham suas famílias e muitas ainda conseguiram formar fortunas consideráveis além de estabelecerem relações sociais com diversos tipos sociais para a manutenção de seus negócios, ver DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e*

Na denúncia de abertura, declarou ter rumado ao Maranhão “por sua livre vontade”. Mas quais possíveis fatores poderiam ter levado Catharina a deixar sua mãe e a ocupação garantida? A falta de outras oportunidades em Teresina? Ou apenas a vontade de partir por outros caminhos? Para a maioria dos questionamentos não conseguimos respostas acertadas, mas podemos aventar algumas possibilidades e caminhos.

Um ponto de partida poderia ser sua relação com o “patrão”. Sandra Graham destaca como “o poder exercido pelos senhores sobre os dependentes no domínio da família e dos agregados da casa era privado e pessoal”, permeando a relação de criados e senhores de uma intensa reprodução na rotina diária de complexas e incontáveis permutas simbólicas que os associavam e mantinham as relações domésticas. A autora destaca como escolher as criadas livres, “como grupo ocupacional privilegiado para análise, afasta o estereótipo de que somente as escravas eram criadas ou de que o trabalho doméstico fosse exclusivamente das escravas”, pelo contrário, o serviço doméstico atravessa essas diferenças e era povoado por mulheres de diferentes “condições” realizando tarefas semelhantes em espaços iguais. Ter o status legal da escrava ou de livre não melhorava demasiadamente as condições de trabalho nem “determinava sequer mais que o esboço de uma vida, raramente o detalhe ou a nuance”¹². No mundo do trabalho doméstico, ser livre e/ou escravo tinham limites híbridos.

Dessa forma, para iluminar a trajetória da nossa personagem vamos buscar conhecer algumas características

poder em São Paulo no século XIX. 2 ed^a. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995 [1984]; GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992; Para um coletânea de artigos sobre o tema onde ganham vida mulheres negras escravizadas e forras, africanas e crioulas (nascidas no Brasil), que, emergindo de fontes documentais, de fotografias ou da literatura, transitam por domicílios próprios ou alheios, no campo, nas ruas, em minas, irmandades, confrarias, associações e na capoeira, em todas as regiões do país, ver XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; DOS SANTOS GOMES, Flávio (Ed.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. Selo Negro Edições, 2012.

¹² GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e Obediência*, op cit., p 15-19.

pertinentes ao mundo do trabalho doméstico na cidade de Teresina. A população escrava piauiense caracterizava-se pela existência de certo equilíbrio numérico entre os sexos e a presença de um expressivo número de crianças, apontando para a possibilidade da importância da “reprodução natural”¹³. Muito possivelmente, Catharina dividia seu espaço de trabalho com mulheres escravas e seus filhos, fossem no espaço da casa senhorial ou nas ruas da cidade.

Povoando sobremaneira esses ambientes da capital piauiense, as escravas eram responsáveis pelas compras nas feiras, cuidados com a casa e os filhos do senhor, lavagem de roupa, dentre outras atividades. Muitas conquistaram alguns benefícios, perpassando desde a concessão de roupas até suas cartas de alforria pelos trabalhos. Todavia, nem tudo eram flores, muitas mulheres livres, assim como escravas, sofriam ofensas físicas e abusos que culminavam nas fugas e abandono das casas dos senhores. Eram ainda corriqueiras as notícias de violência sexual, “dentro de casa (...) não era incomum exigirem-se favores sexuais como parte das obrigações devidas pelas empregadas, fossem elas escravas ou livres”. Como aponta Marcus Carvalho “o corpo da empregada livre tornava-se parte do capital simbólico do patrão-amante”¹⁴.

¹³ As características de equilíbrio entre os sexos e certa predominância de mulheres associado à existência de considerável número de crianças na base, será possível de ser encontrada em todas as Províncias (Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas) percorridas por nossa personagem, apontando para a importância da reprodução endógena da escravidão nessas regiões no século XIX, ver: MARCONDES, Renato Leite; FALCI, Miridan Britto Knox. *Escravidão e reprodução no Piauí: Oeiras e Teresina (1875)*. Texto para Discussão. Série Economia (TD-E/26). São Paulo: FEA/USP-Ribeirão Preto, 2001; BARROSO, Daniel Souza. *Múltiplos do Cativo: Casamento, compadrio e experiência comunitária numa propriedade escrava no Grão-Pará (1840-1870)*. Afro-Ásia, n. 50, p. 93-128, 2014; MOTA, Antonia da Sila; BARROSO, Daniel Souza. *Economia e demografia da escravidão no Maranhão e no Grão-Pará: uma análise comparativa da estrutura da posse de cativos (1785-1850)*. Revista de História, n. 176, 2017; COSTA, Jéssyka Sâmia Ladislau Pereira. *Por todos os cantos da cidade: escravos negros no mundo do trabalho na Manaus oitocentista (1850-1884)*. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2016.

¹⁴ CARVALHO, Marcus JM de. *De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850*. Afro-Ásia, n. 30, 2003, p. 55.

Catharina, na condição de mulher e mulata, tinha seu corpo duplamente violado, pelas marcas da escravidão e do racismo e pelo paternalismo enraizado nas relações sociais da sociedade brasileira do Oitocentos. Possivelmente, sua decisão de partir em direção ao Maranhão, deixando para trás um lugar conhecido, toda uma rede de sociabilidade e segurança, principalmente configurada na imagem de sua mãe, foi para livrar-se dos possíveis abusos do patrão ou mesmo para conseguir viver longe dos seus ordenamentos.

Do Maranhão ao Pará: rápida passagem...

No Maranhão, ela passou um período migrando de patrão em patrão, até parar no “seu último amo, o israelita Izaé Bragazo” com quem trabalhou por dois anos¹⁵. Na luta pela sobrevivência a mudança constante de empregos configura-se, muitas vezes, em estratégias cunhadas por mulheres livres, e mesmo escravas, em buscas de melhores pagamentos e condições de trabalho. Essa também podia ser uma forma de não criar laços muito duradouros que depois poderiam culminar em abusos físicos e sexuais, a troca de senhores constantes podia ser uma forma de driblar esses infortúnios¹⁶.

De toda forma, em São Luiz nossa personagem acabou permanecendo durante cerca de dois anos à serviço de um único patrão, o dito Izaé Bragazo. Durante a primeira metade do século XIX, a província maranhense destacou-se economicamente pela produção e exportação de algodão e arroz, resultado do

¹⁵ Arquivo do Tribunal de Justiça do Amazonas. Caixa: JD/01, p. 2-3.

¹⁶ Lorena Telles pesquisando o processo de transição do trabalho escravo para o livres, através dos livros de inscrições e de contratos de trabalho livre assim como outras fontes, em que estavam inseridas as experiências sociais de mulheres escravas, libertas e descendentes livres na cidade de São Paulo, no último quartel do século XIX, destaca como apesar do esforço da municipalidade e dos patrões de limitarem e controlarem a circulação dessas mulheres, elas criaram estratégias para resistir a essas tentativas, dentre elas: abandonar sucessivamente os serviços que se configurava em uma das maneiras de fugir ao assédio sexual, maus tratos e baixos pagamentos, ver: TELLES, Lorena F. da S. *Libertas entre sobrados: contratos de trabalho domésticos em São Paulo na derrocada da escravidão*. Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo: USP, 2011.

“reordenamento econômico e demográfico promovido no Maranhão e no Pará, a partir do século XVIII, da criação do Diretório dos índios, e, sobretudo, da altamente capitalizada Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão” associada à “esforços anteriores de estabelecimento de uma economia de base agrícola/agroextrativista em tais regiões”¹⁷. Todavia, a partir de 1850, o fim do tráfico de escravos, a concorrência estrangeira (especialmente do algodão sulista norte-americano) e a retração de preços do algodão e do açúcar no mercado externo agravam a situação mercantil maranhense.

Em 1821, toda a província maranhense somava 152.892 habitantes, divididos entre 68.359 (44,7%) de livres e 84.534 (55,3%) de escravos, mais da metade da população era escravizada e assim permaneceu pela primeira metade do Oitocentos¹⁸. No Censo de 1872, já vemos uma mudança, apesar de crescer para 359.979 habitantes, os cativos somavam 74.971, ou seja, 21% do total populacional, uma porcentagem ainda bastante expressiva. Destaca-se a presença entre a população livre, preta e parda, correspondendo à aproximadamente 60% (169.572) da população maranhense e se levado em conta o geral, entre cativos e livres, perfazia 45% do total. Somando as mulheres, livres e escravas, representam 50,4% (180.146)¹⁹.

Trabalhar em “casas de família” era uma estratégia de sobrevivência, apesar dos riscos, por ser visto como ocupação mais qualificada do que virar vendeira nas ruas das cidades. Dentre as ocupações mais ocupadas por mulheres, livres e escravas, no Censo

¹⁷ Para uma pesquisa realiza um levantamento demográfico e econômico, caracterizando o grau de concentração e a distribuição da posse escrava e as características dos escravos em si da região do Maranhão e Pará, ver MOTA, Antonia da Silva; BARROSO, Daniel Souza. *Economia e demografia da escravidão no Maranhão e no Grão-Pará*, op. cit., 2017.

¹⁸ SILVA, Regia Agostinho da. *A Escravidão no Maranhão: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre a escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013, p. 28.

¹⁹ Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872, disponível em: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br:8080/pop72/index.html>. Acessado dia 04/07/2017.

de 1872, sobressaem-se as atividades do serviço doméstico e costureira, correspondendo à 43,2%²⁰. Os jornais frequentemente publicavam anúncios de mulheres, livres e escravas, oferecendo-se para serviços em casas de família ou sendo requisitadas. Por exemplo, desde 1856 no jornal *Diário do Maranhão* anunciava-se “na rua da Inveja casa nº 13 tem uma mulher livre que se aluga para todo serviço doméstico de casa de família”²¹, período bem anterior da chegada de nossa personagem.

Algumas escravas aproveitavam o momento de “estar alugadas” para evadirem-se, como em 1874 fez Francellina, “idade de 40 anos, preta, estatura regular, olhos vivos e um tanto gorda”²². Na década de 1870, os anúncios continuavam, como “na rua dos Afogados n. 159, tem uma mulher livre que se propõe a servir em qualquer casa de família; faz todo serviço doméstico”²³. A oferta para o serviço de doméstica era numerosa, explicando como Catharina, em sua estada na província maranhense, “ali viveu como criada de diversas pessoas”.

Catharina já estava há anos longe de casa e de sua mãe quando partiu para Belém, capital da Província do Pará. Chegou a bordo de algum dos vapores que constantemente faziam viagens ligando as duas cidades. O trânsito de pessoas indo nas mais variadas direções nessa região era constante. Qual razão a levaria a ir cada vez mais longe? Essa decisão aparentemente não partiu dela. No seu relato, descreve como o Capitão Reinaldo Dias de Souza apareceu na casa de Izaé Bragazo e após uma conversa particular, perguntou a mulata se “queria acompanhá-lo até o Pará, como sua criada”. Dessa feita, parece ter ficado sem muitas escolhas, já que o atual/ex-patrão Bragazo afirmou não precisar

²⁰ Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872, disponível em: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br:8080/pop72/index.html>. Acessado dia 04/07/2017.

²¹ *Diário do Maranhão*, São Luiz, 15 de outubro de 1856, nº 321, p. 4.

²² *Diário do Maranhão*, São Luiz, 28 de maio de 1874, nº 246, p. 4.

²³ *Diário do Maranhão*, São Luiz, 7 de novembro de 1878, nº 1575, p. 4.

mais dos seus serviços por estar indo viajar, por conta disso aconselhou-a seguir o proponente.

A mesma afirmou ter acolhido a proposta, por levar em consideração conhecer a capital paraense de outros tempos, e “em boa fé, aceitou seu novo amo a Reinaldo”²⁴. As palavras escolhidas para referir-se aos patrões, como *senhor* e *amo*, carregavam uma linguagem vinculada às políticas de domínio senhorial, de tipo paternalista e escravista em voga no século XIX. Outro destaque é como toda a intermediação para a mudança realizada foi feita através do patrão, repetindo-se pelo restante de seu trajeto, como destaca Maria Helena Machado para as mulheres em movimento “o caminho da autonomia continuava a ser negociado no âmbito privado do trabalho doméstico e da explícita dependência pessoal”²⁵. Na falta de outros tipos de comprovação da liberdade, tornava-se bastante relevante para essas mulheres em deslocamento o recurso a algum tipo de proteção social, materializada muitas vezes nas relações construídas com antigos patrões. Todo relato de nossa personagem será nomeando os patrões para quem trabalhou para que assim, caso houvesse verificação, confirmassem sua história.

A outra opção aberta à Catharina seria retornar para casa, mas essa não parecia ser muito acessível. Um dos motivos poderia ser a impossibilidade de comprar uma passagem de volta pela falta de dinheiro. Muito provavelmente, em todas as casas nas quais trabalhou sua remuneração não deva ter ocorrido em espécie, por ser um dos espaços de trabalho bastante marcado pelas relações escravistas, na maioria dos casos os referidos “pagamentos” não eram realizados em forma de moradia, alimentação e vestimenta. Outro fator era que a circulação de moeda no Império Brasileiro, e especialmente na região Norte, não era avultosa.

²⁴ Arquivo do Tribunal de Justiça do Amazonas. Caixa: JD/01, p. 2-3.

²⁵ MACHADO, Maria Helena P. T. *Op Cit.* 2010, p. 159.

A carência de moeda em circulação reflete-se nos padrões das fortunas encontradas tanto no Amazonas quanto no Pará, sua participação na composição do monte-mor não ultrapassava de 10% e 4.01%, respectivamente. As formas e mecanismos de produção de riqueza na região, particularmente no Amazonas, ocorriam através de um mercado restrito de trocas e os mecanismos de crédito passavam pela reprodução de uma determinada hierarquia social, marcada pela desigualdade, em que os comerciantes mais abastados ficavam presos àqueles mais poderosos²⁶. Se já era precária, entre os mais abastados da sociedade, a falta de dinheiro acabava reverberando nas relações de trabalho e trocas comerciais estabelecidas entre todos os estratos sociais.

O mercado do trabalho doméstico, em consonância com as demais ocupações do mundo do trabalho no século XIX, ainda não era plenamente monetário, “o que era, em grande medida, decorrente da escravidão dos trabalhadores e das variadas formas de mercantilização da força de trabalho então existentes”²⁷. Especialmente o serviço doméstico, ainda bastante (e por muito tempo) ligado às relações escravista de trabalho e marcado pelo signo da *personalidade* nas relações sociais entre patrões e criadas, as relações nos lares eram reguladas pelo “costume, dever, afeto, honra, *reconhecimento e consideração*”²⁸. Apenas parte das mulheres conseguia remuneração.

No Rio de Janeiro, com uma economia mais monetária do que a nortista, Sandra Graham descreve como “os patrões

²⁶ Para um estudo sobre as formas de enriquecimento e composição das fortunas no Amazonas e Pará, ver SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Os fios de Ariadne: tipologia de fortunas e hierarquias sociais em Manaus (1840-1880)*. Manaus: EDUA, 1997; BATISTA, Luciana Marinho. *Muito além dos seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c. 1850 - c.1870*. Dissertação (Mestrado em História Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

²⁷ SOUZA, Flavia Fernandes de. *Para casa de família e mais serviços: o trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). UFF: Niterói, 2010, p. 141.

²⁸ CUNHA, Olívia Maria Gomes da. *Criadas para server: domesticidades, intimidade e retribuição*. In: GOMES, Flávio Gomes; CUNHA, Olívia Maria Gomes. *Quase-cidadão: história e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 379.

combinavam remuneração em bens e favores, ou ambos, com pagamento em dinheiro”, ser livre ou escrava não determinada como ocorreria a remuneração. A autora apresenta como o uso combinado de “proteções tradicionais ou o pagamento em gêneros (...) com salários, proporcionavam uma continuidade que suavizou a transição do trabalho escravo para o livre”²⁹.

Do Pará ao Amazonas: lutando pela liberdade...

Nossa personagem não se demorou em terras paraenses, seguindo com seu novo patrão Capitão Reinaldo Dias de Souza e sua esposa para terras mais adentro do sertão amazônico, em direção à Província do Amazonas, especificamente à localidade do distrito de Baetas no Rio Madeira. O quando populacional da província amazonense, assim como as demais províncias por onde ela passou, era formada majoritariamente por não-brancos, com um destaque, 63% (36.812) eram indígenas. Os demais habitantes, entre livres (97%) e escravos (3%), dividiam-se em 20% (11.211) de brancos, 13% (7.684) pardos e 3% (1.943) de pretos³⁰.

A década de 1870 trazia novos ventos econômicos para a região devido a entrada da goma elástica, vulgo borracha, na pauta de exportação do Amazonas. Através dos Relatórios de Presidente de Província, podemos acompanhar o movimento de concessões de terras. Das 141 autorizações feitas no ano de 1870, 31 delas e as

²⁹ Ver GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e Obediência*, op. cit., 118-120; Vale salientar, que muitas foram os trabalhadores escravos, homens e mulheres, que através de suas ocupações, sendo alugado ou alugando a si, conseguiram formar pecúlios e comprar suas alforrias. Uma via possível de explicação, seria o fato de muitas das mulheres livres ou escravas no serviço doméstica ficavam restritas a realizar atividades dentro das casas dos senhores e longes dos espaços de circulação monetária. Para alguns exemplos, ver: SOARES, Cecília Moreira. *As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX*. Afro-Ásia, n. 17, 1996; CASTRO FARIA, Sheila de. *Mulheres forras-riqueza e estigma social*. Revista Tempo, nº 9, 2000, p. 95-92; POPINIGIS, Fabiane. *Aos pés dos pretos e pretas quitadeiras: experiência de trabalho e estratégias de vida em torno do primeiro Mercado Público do Desterro (Florianópolis) e seus arredores 1840-1890*. Afro-Ásia, n. 46, 2012, p. 193-226.

³⁰ Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872, disponível em: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br:8080/pop72/index.html>. Acessado dia 04/07/2017.

maiores localizavam-se nas cercanias da capital e 63 concessões estava concentrada na região do Rio Madeira³¹. Patrícia Sampaio destaca como a Lei de Terras de 1850 não fez efeito de imediato na região, devido “aos sistemas de usos da terra permanente na localidade requerendo para sua reprodução a incorporação permanente de novas áreas de cultivo”, refletindo no desinteresse dos proprietários em registrar e regularizar suas possessões, como determinava a lei. A mudança viria com a intensificação da exploração da extração de borracha, ocorrendo um movimento mais intenso de reconhecimento e demarcação de propriedades, basicamente nas áreas produtoras de borracha³². O governo provincial passa também a incentivar os reconhecimentos, com o objetivo de evitar o conflito entre seringalistas que visavam expandir os domínios dos seringais³³.

Aportando no distrito de Baetas não permaneceu muito tempo servindo o Capitão Reinaldo e sua esposa, e logo “foi remetida” para servir Antonio Joaquim do Socorro Valente. Permaneceu sob seu jugo por aproximadamente três anos e ao seu serviço as fronteiras da escravidão e liberdade se diluíram. Passado algum tempo, além de começar a sofrer ofensas físicas, “Valente lhe declarou que não era livre e sim escrava!”. Essa afirmação abalou a vida de Catharina (obviamente!), assim como de muitos outros afrodescendentes livres e libertos no Brasil Imperial. Para ela até aquele instante todos os deslocamentos haviam partido de sua própria escolha, exercendo seu direito de viver de acordo com

³¹ Relatório lido pelo exm. o sr. presidente da província do Amazonas, tenente-coronel João Wilkens de Mattos, na sessão d'abertura da Assembleia Legislativa Provincial á 25 de março de 1870. Manaus, Typ. do Amazonas de Antonio da Cunha Mendes, 1870. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/79/> acessado dia 05/07/2017.

³² SAMPAIO, Patrícia M. *Os fios de Ariadne*, op cit., p. 91-96.

³³ Para uma análise com objeto de estudo acerca da relação entre patrões e seringueiros nos seringais do Rio Madeira, no final do século XIX e início do século XX e até meados do século XX, ver LEAL, Davi Avelino. *Entre barracões, varadouros e tapiris: os seringueiros e as relações de poder nos seringais do Rio Madeira (1880-1930)*. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2007.

suas decisões, como mulher livre que era. Naquele instante, ela experimentava a interrupção de uma vida em “liberdade” para o cárcere da escravidão.

A mesma não aceitou tal situação, realizando diversas “reclamações e procurando reivindicar sua liberdade”. Acabou ouvindo já não ser livre há bastantes anos, desde provavelmente sua saída do Maranhão, pois Antônio Valente afirmou tê-la comprado do Capitão Reinaldo Dias de Souza. Esse último foi quem a retirou das terras maranhenses em direção ao Pará e depois a trouxe para o Amazonas. Mediante seus protestos acabou sendo retirada do centro de Baetas e levada à força para o Lago do Antonio, local distante e isolado, onde foi “castigada com vergalho e metida em ferros por dois meses”³⁴.

Conseguiu fugir às duras penas, mas acabou deixando para trás sua filha de quase dois anos de idade³⁵. A maternidade podia ser uma experiência permeada por entraves e desafios para as mulheres negras, livres e escravas. Elas também tinham de lidar com dificuldades durante a gravidez e após de nascidas as crianças, principalmente devido a pesadas cargas de trabalho e a falta de alimento. Para criação dos filhos desenvolviam outros parâmetros de maternidade, em que a participação e auxílio de outras mulheres eram essenciais. Somado a isto, na ausência da figura paterna ao lado dessas mulheres suas condições de *mães* acabam sendo alvo a todo instante de questionamentos, principalmente pelos discursos oficiais, sobre as quais recaiam diversos “estereótipos da mulher inadequada

³⁴ Arquivo do Tribunal de Justiça do Amazonas. Caixa: JD/01, p. 5.

³⁵ A paternidade de sua filha é outra peça que falta do quebra-cabeça de sua vida. Poderia arriscar com a probabilidade de a criança ser resultado de possíveis abusos ocorridos por partes de seus dois últimos patrões, Capitão Reinaldo Dias de Souza ou Antonio Joaquim Pereira Socorro Valente. Digo isso, levando em consideração sua idade de dois anos, acredito que seu nascimento deve ter ocorrido durante a estada de Catharina no distrito de Baetas (atual município de Manicoré), pois ela afirma morar há três anos nessa região. Existe também a possibilidade de ter chegado grávida na região. Ou mesmo, de ser resultado de algum relacionamento amoroso.

para o exercício materno” por não encaixar-se nas concepções familiares burguesas e médico-científicas³⁶.

Muito provavelmente, esse foi o motivo do advogado durante a escrita da denúncia declara como a ação de fugir do “duro e bárbaro cativo, abandonando a filha (...) não foi para ocultar-se como criminosa”, mas sim “para procurar as autoridades (...) fazer valer seus direitos” e assim retornar para buscá-la³⁷. Essa afirmação servia justamente para demonstrar aos agentes judiciais presente que o ato de “abandonar” a criança não havia partido de uma escolha voluntária e, muito possivelmente, fazer acionar naqueles ouvintes, todos homens e pertencentes as altas estratos sociais, a imagem da “boa e zelosa mãe”. Acionar esse tipo de imagem deve-se por ser o “abandono” a principal causa elencada para apresentá-las como inadequadas para exercer a maternidade. Adicionavam também discursos racialistas imputando as mulheres egressas do cativo toda a sorte de características negativas e comportamentos desviantes³⁸.

Durante o exame de corpo de delito, Catharina novamente recontou sua trajetória e a acrescentando sua preocupação em torno de reaver sua filha, pois Antonio Joaquim do Socorro Valente, o algoz que tentou escravizá-la, só a entregaria a quem lhe pagasse um conto de réis. Ser mulher, negra, livre e mãe não era tarefa fácil. O mesmo discurso usado para qualifica-las como “inadequadas para exercer a maternidade”, associando discursos burgueses e racistas, era igualmente articulado para retirar seus filhos. A prática de manter os filhos de mulheres libertas e escravos sobre controle, seja pela via institucional ou do costume, estava

³⁶ Maria Ariza afirma que “a experiência da maternidade encontrava-se quase plenamente interdita pela existência da escravidão e seu legado. As barreiras impostas pelo não reconhecimento dos vínculos maternos, porém, prolongavam-se às mulheres empobrecidas de maneira geral”, ver: ARIZA, Marília B. de A. *Mães Infames, rebentos venturosos: mulheres e crianças, trabalho e emancipação em São Paulo (século XIX)*. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: USP, 2017, p. 35/36.

³⁷ Arquivo do Tribunal de Justiça do Amazonas. Caixa: JD/01, p. 3.

³⁸ ARIZA, Marília B. de A. *Op Cit.* 2017.

disseminada no Brasil Oitocentista. Mas elas criavam vários meios para burlar esses processos e ter de volta os filhos ³⁹.

Para Catharina, fugir do cativo e procurar a instância jurídica serviu como estratégias tanto para denunciar sua escravização ilegal assim como para buscar trazer sua filha de volta. Assim quando surgiu a oportunidade evadiu-se para “procurar as autoridades, do seu país, e perante elas fazer valer seus direitos e implorar proteção dos que tem sede de justiça, contra o abuso e arbítrio de seus ofensores”⁴⁰. A Justiça era uma importante ferramenta utilizada por escravos e seus descendentes para lutar por prerrogativas entendidas como direitos, especialmente, quando alcançavam a liberdade. Keila Grinberg assinala como a Justiça, pelo menos desde meados da década de 1860, representava para escravos e libertos “um palco no qual suas reivindicações eram mais ouvidas que as de seus senhores”⁴¹. Para a sina de Catharina, a justiça não parece ter jogado a seu favor.

A partir da denúncia o juiz a envia para o exame de corpo de delito, onde todas as ofensas físicas são confirmadas. Em seguida, expede ofício para que Antonio Joaquim Pereira Socorro Valente comparecesse ao tribunal em Manaus para averiguações. Em outro aviso, antes da intimação, o juiz manda que Valente se apresentasse ao tribunal no próximo vapor com destino à capital para ser interrogado e com ele trouxesse “Catharina Maria Roza da Conceição que se acha em seu poder, por ter requerido numa ordem de habeas corpus em seu favor”⁴². Essa última pista sobre a trajetória e a luta

³⁹ No século XIX, na cidade de São Paulo, Marília Ariza demonstra como as mulheres escravas e livres exploravam diversas possibilidades para contornar as manobras utilizadas pela camada senhorial de manter o controle sobre seus filhos. Para as mulheres empobrecidas, a autora destaca como muitas recorriam “a formação de alianças com antigos senhores ou novos patrões como medida de acomodação que contemplasse a expectativa de preservar seus laços com os filhos e mantê-los, tanto quanto possível, próximos de seus cuidados, ainda que dentro de estreitas margens de autonomia”. ARIZA, Marília B. de A. *Op Cit.* 2017, p. 93.

⁴⁰ Arquivo do Tribunal de Justiça do Amazonas. Caixa: JD/01, p. 2

⁴¹ GRINBERG, Keila. *Reescravização, direitos e justiça no Brasil*, op. cit., p. 125

⁴² Arquivo do Tribunal de Justiça do Amazonas. Caixa: JD/01, p. 8.

para reaver sua liberdade não é das melhores, apesar de realizar a denúncia e do corpo de delito confirmar os maus tratos sofridos, ela parece ter voltado para casa de seu algoz. Voltou, possivelmente, para ir ao encontro da filha, ao que, provavelmente, sofreu novas represálias. A confirmação da intimação de Valente ainda demora dois meses para realizar-se. Durante todo esse tempo, ela deve ter permanecido sobre seu poder, e tal situação parece ter se mantido. Como os autos estão incompletos, não sabemos os desdobramentos do caso ou da vida de Catharina...

Seu relato possibilitou apresentar algumas características econômicas, demográficas e do mundo do trabalho das províncias as quais transitou, permitindo apresentar o contexto histórico por ela vivenciado. Mas, sobretudo, através da trajetória de Catharina Maria Roza da Conceição – mulher, negra, livre e mãe - podemos perceber como as questões de gênero pautaram sobremaneira as relações construídas por ela no decorrer de sua vida. Sua vida nos permite analisar como os limites entre escravidão e liberdade tinham separações estreitas para a população negra, ainda mais aguçada para as mulheres livres ocupando serviços domésticos, onde relações privadas e pautadas pela escravidão tornavam mais turvas esses limites.

Infelizmente não foi possível alcançar o rumo tomado pela vida de Catharina, nem descobrir se reencontrou sua filha ou retornou para Teresina. Seguindo as mudanças da Justiça brasileira, a partir da década de 60, como vêm acreditando a historiografia, as “ações de liberdade” levadas a cabo por escravos, libertos ou livres, na maior parte dos casos, eram decididas a favor da liberdade⁴³. Usando um pouco de imaginação histórica, prefiro acreditar ter sido essa a decisão no caso de Catharina. Que ela

⁴³ GRINBERG, Keila. *Reescravização, direitos e justiça no Brasil*, op. cit.

possa ter reencontrado sua filha, voltado ou não para Teresina, e continuado sua procura por melhores dias.

Referências

ARIZA, Marília B. de A. *Mães Infames, rebentos venturosos: mulheres e crianças, trabalho e emancipação em São Paulo (século XIX)*. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: USP, 2017.

BARROSO, Daniel Souza. *Múltiplos do Cativo: Casamento, compadrio e experiência comunitária numa propriedade escrava no Grão-Pará (1840-1870)*. Afro-Ásia, n. 50, p. 93-128, 2014.

BATISTA, Luciana Marinho. *Muito além dos seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c. 1850 - c.1870*. Dissertação (Mestrado em História Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

CARVALHO, Genimar M. R. Construtores e aprendizes: cativos da Nação e educandos artífices nas obras públicas da construção de Teresina (1850/1873). Porto Alegre: FCM Editora, 2013.

CARVALHO, Marcus JM de. *De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850*. Afro-Ásia, n. 30, 2003.

CASTRO FARIA, Sheila de. *Mulheres forras-riqueza e estigma social*. Revista Tempo, nº 9, 2000.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil Oitocentista*. Editora Companhia das Letras, 2012.

COSTA, Francisca Raquel da. *Além da liberdade: práticas de reescravização de libertos e pessoas livres no Piauí, 1850-1888*. Contraponto, v. 3, n. 1, p. 8-17, 2014.

COSTA, Jéssyka Sâmia Ladislau Pereira. *Por todos os cantos da cidade: escravos negros no mundo do trabalho na Manaus oitocentista (1850-1884)*. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2016.

- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. *Criadas para server: domesticidades, intimidade e retribuição*. In: GOMES, Flávio Gomes; CUNHA, Olívia Maria Gomes. *Quase-cidadão: história e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2 ed^a. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- GRINBERG, Keila. *Senhores sem escravos: a propósito das ações de escravidão no Brasil Imperial*. In: CARVALHO José Murilo. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. (orgs.). *Repensando o Brasil dos Oitocentos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. pp 416-435.
- GRINBERG, Keila. *Reescravidão, direitos e justiças no Brasil do século XIX*. In: LARA, Sílvia Hunold; MENDONÇA, Joseli M. Nunes. *Direitos e Justiças no Brasil: ensaio de história social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- LEAL, Davi Avelino. *Entre barracões, varadouros e tapiris: os seringueiros e as relações de poder nos seringais do Rio Madeira (1880-1930)*. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2007.
- LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira. *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. Annablume, 2006.
- MACHADO, Maria Helena P. T. *Corpo, Gênero e Identidade no Limiar da Abolição: Benedicta Maria da Ilha, mulher livre/ Ovídia, escrava narra sua vida (sudeste, 1880)*. *AfroÁsia*, 42, 2010.
- MAMIGONIAN, Beatriz Galloti. *Revisitando a “transição para o trabalho livre”: a experiência dos africanos livres*. IN: FLORENTINO, Manolo (org). *Tráfico, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 389-417.
- MARCONDES, Renato Leite; FALCI, Miridan Britto Knox. *Escravidão e reprodução no Piauí: Oeiras e Teresina (1875)*. Texto para Discussão. Série Economia (TD-E/26). São Paulo: FEA/USP-Ribeirão Preto, 2001.

- MOTA, Antonia da Sila; BARROSO, Daniel Souza. *Economia e demografia da escravidão no Maranhão e no Grão-Pará: uma análise comparativa da estrutura da posse de cativos (1785-1850)*. Revista de História, n. 176, 2017.
- POPINIGIS, Fabiane. *Aos pés dos pretos e pretas quitandeiras: experiência de trabalho e estratégias de vida em torno do primeiro Mercado Público do Desterro (Florianópolis) e seus arredores 1840-1890*. Afro-Ásia, n 46, 2012.
- SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Os fios de Ariadne: tipologia de fortunas e hierarquias sociais em Manaus (1840-1880)*. Manaus: EDUA, 1997.
- SILVA, Mairton Celestino da. *Batuque na rua dos negros: cultura e polícia na Teresina da segunda metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Salvador: UFBA, 2008.
- SILVA, Regina Agostinho da. *A Escravidão no Maranhão: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre a escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.
- SOARES, Cecília Moreira. *As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX*. Afro-Ásia, n. 17, 1996.
- SOUZA, Flavia Fernandes de. *Para casa de família e mais serviços: o trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). UFF: Niterói, 2010.
- TELLES, Lorena F. da S. *Libertas entre sobrados: contratos de trabalho domésticos em São Paulo na derrocada da escravidão*. Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo: USP, 2011.
- XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; DOS SANTOS GOMES, Flávio (Ed.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. Selo Negro Edições, 2012.

Estabelecimentos metalúrgicos na Corte: trabalho e espaço em uma cidade escravista (1843-1874)

Antonio Ramos Bispo Neto¹

Era um sábado de janeiro de 1845, o *Jornal do Comércio* fez publicar a fuga de um escravo, ainda moleque, cerca de 16 ou 17 anos, apelidado Congo. Saiu com seus bens mais imediatos, isto é, uma calça e uma camisa de algodão branco trançado. O anúncio, como de praxe, faz uma descrição de Antonio, apelidado Congo e depois pede para quem o encontrar, ou der notícias, ir ao endereço da rua da Cadeia, número 93. O anúncio também revela que Congo tinha ofício de fundidor de tipos.²

O endereço no qual o anúncio faz referência era, em 1845, ocupado pela fundição de tipos de Balonchard, um dos mais antigos fundidores da cidade, Isaac Balonchard³. Voltaremos a esse e outros casos, na segunda parte do artigo. Um ano depois desse anúncio, em 1846, foi publicado um livro por Thomas Ewbank, denominado *Vida no Brasil, ou Diário de uma visita à terra do cacauzeiro e das palmeira*, nessa obra Ewbank relata como se

¹Mestrando no Programa de Pós-graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, bolsista (CAPES). E-mail: antonioramosbn@gmail.com

²*Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 11 jan. 1845, p. 4 [Disponível em: bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/; Acesso: abril 2018]

³*Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1845, p. 301 [Disponível em: bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/; Acesso: abril 2018]

compunha a paisagem da cidade, vista pelo inglês, radicado norte-americano:

Numa oficina em que se forjam artefatos de cobre, vi trabalharem quinze homens, todos escravos, inclusive o capataz. O proprietário era português (...). Tenho visto escravos a trabalhar como carpinteiros, pedreiros, calceteiros, impressores, pintores de tabuletas e ornamentação, construtores de móveis e carruagens, fabricantes de ornamentos militares, de lampiões, artífices em prata, joalheiros e litógrafos. É também fato corrente que imagens de santos, em pedra e madeira, sejam admiravelmente feitas por negros escravos ou livres. (...) Todas as espécies de ofícios são exercidos por homens e rapazes escravos.⁴

Nesse artigo buscarei analisar os pequenos estabelecimentos que trabalhavam com reparo ou transformação de metais na cidade do Rio de Janeiro, então Corte, prescrutando a experiência de africanos e crioulos, escravos e libertos, que exerciam ofícios ligados a esse tipo de trabalho. Por um lado, analisaremos os próprios estabelecimentos metalúrgicos da Corte, e as discussões existentes acerca dos usos e disputas do espaço urbano; por outro, procuraremos investir numa análise sobre os escravizados que exerciam tal ofício, investigando sobre onde eram suas possíveis moradias; suas experiências de fuga e sua participação na própria montagem desses mundos do trabalho.

Os anos que esse estudo cobre, isto é, entre 1840-1870, no Rio de Janeiro e em outros espaços, foram de expansão da escravidão e ao mesmo tempo da transformação do artesanato fundamentalmente composto por africanos e crioulos escravizados, no período colonial; pela manufatura, com crescente entrada de imigrantes europeus disputando o mercado de trabalho com os cativos.

⁴EWBANK, 1976 [1846], pp. 187-189

Nos meados do século XIX viu-se em determinados espaços do mundo Atlântico, como Brasil, Cuba e Sul dos Estados Unidos, a expansão da escravidão, voltada para o mercado internacional. Tal processo estava intimamente ligado, em certo sentido, a formação do Estado Imperial, e da classe senhorial.⁵ O Rio de Janeiro, escolhido como o espaço no qual se faz a pesquisa, era um laboratório para o bloco de poder que se formava desde o século XVIII, puxados pela exportação do café, composto por negociantes, latifundiários, burocratas. Contudo, havia outras atividades econômicas não voltadas para a exportação, que gestaram experiências e expectativas distintas daquelas provenientes das áreas de grande plantação, como no caso dessas manufaturas que se desenvolviam na cidade.

Não obstante, tal atividade manufatureira, que a partir de 1844 passa a contar com um alento do governo através da Tarifa Alves Branco, que passava a recolher uma tarifa alfandegária de 20% a 60% de produtos importados, não surtiu todo o efeito protecionista que podemos considerar, pois era uma política antes de tudo orçamentária, dado os gastos desde a década anterior com as revoltas provinciais e montagem do próprio Estado imperial.⁶

Segundo Momesso, em estudo sobre o estabelecimento de fundição de Ponta d'Areia, de propriedade do Barão de Mauá, as políticas econômicas nesse período foram controvertidas e as relações entre os negociantes e membros da elite política eram determinantes nesse sentido. A dificuldade de acesso às matérias-primas que eram importadas, e a partir de 1847 a isenção de importação apenas para estabelecimentos manufatureiros em “ponto grande” - política que segundo Momesso só beneficiou 5 estabelecimentos de fundição em todo o Império⁷ -, influíram de

⁵Para esse tema ver, por exemplo, TOMICH, Dale. Pelo Prisma da escravidão. Trabalho, capital e economia mundial. São Paulo: Edusp, 2011; PARRON, Tâmis. A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

⁶LUZ, 1975. p. 24

⁷MOMESSO, 2007, p. 61

certa maneira para um impulso mais constante para a industrialização.

Outro aspecto desse estudo e que também está atrelado a uma das fontes, é a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) e seu periódico, a Revista “Auxiliador da Indústria Nacional”. Tal periódico publicava diversas notícias, informações, pesquisas, sobre a importância e as inovações da indústria da época. A necessidade de se aliar agricultura e indústria, ou uma modernização agrícola, ficava patente dos artigos da revista. É importante frisar que nesse período as políticas protecionistas, ou que chamaríamos hoje de desenvolvimentistas, estavam de certa maneira subsumidas aos interesses dos grandes cafeicultores.

Por outro lado, segundo um clássico estudo de Siqueira, tendo como objeto uma fábrica, a Companhia Luz Steárica – que contou com trabalho escravo e livre associados durante boa parte do século XIX -, a liberação de capitais advindos da proibição do tráfico em 1850 permitiu o acúmulo de capitais para o desenvolvimento de empresas urbanas capitalistas⁸. Os bancos atrelados aos negociantes do café puderam investir nesses estabelecimentos. A escravidão possibilitara sua própria superação.

Portanto, esse estudo tem também como objetivo correlacionar a formação do bloco de poder representado, politicamente, por membros do Partido Conservador, além de “empreendedores urbanos”⁹, estrangeiros ou não, no espaço urbano e seus arrabaldes – em um momento de expansão da escravidão ilegal e, paradoxalmente dos valores liberais -, através do estudo de empreendimentos metalúrgicos na cidade, sua distribuição, expansão ou retração, e mão de obra empregada; ao desenvolvimento concomitante de uma cultura escrava e liberta,

⁸SIQUEIRA, 1984, p. 134

⁹SILVA, 1979, p. 14 apud BEAUCLAIR, 1992, p. 57

relativamente autônoma na cidade, parte da qual os operários escravos metalúrgicos eram parte.

Na primeira parte farei uma análise sobre os estabelecimentos metalúrgicos na cidade de então, sua distribuição espacial ao longo dos anos de 1843-1874, tendo como documentação principal para tal o periódico *Almanak Laemert*, fora mapas, cartas e plantas de época. Essas documentações serão cruzadas com a documentação disponível na *Revista da Sociedade Auxiliadora Nacional*. A Sociedade era composta por membros do Partido Conservador, empresários, cafeicultores. Também as infrações de posturas serão analisadas no sentido de analisar as disputas acerca do espaço da cidade.

Na segunda parte farei uma breve análise sobre a demografia dos escravos caracterizados como operários e de suas experiências nesses estabelecimentos na cidade do Rio de Janeiro do Oitocentos, isto é, de ferreiros, serralheiros, fundidores, caldeireiros, latoeiros, cuteleiros, torneiros dentre outros. Através de anúncios de fuga, venda e aluguel, em periódicos como *Jornal do Commercio* e *Diario do Rio de Janeiro*, além da utilização do Recenseamento de 1872, propomos uma leitura sobre o espaço urbano da cidade marcado pela presença escrava e africana, suas trajetórias e que relações possíveis podiam ser tecidas entre a comunidade escrava em geral e os escravos qualificados.

Tal análise busca oferecer novos subsídios para o estudo da escravidão urbana na cidade do Rio de Janeiro e para as experiências de alguns sujeitos que construíram a espaço, as tradições e memórias dos negros no Brasil, ainda escravocrata, mas numa escravidão distinta.

Números da metalurgia na cidade

Em 1837 foi publicado um texto, no *Auxiliador da Indústria Nacional*, de autoria do Conde de Gestas, sobre o estado das indústrias no Rio de Janeiro de então. Depois de tecer comentários

sobre a presença africana nas artes no Brasil, e de elogiar a construção naval brasileira, Gestas tece alguns comentários sobre ferrarias e fundições na cidade. Fora a falta de instrumentos entre os ferreiros, havia três importantes fundições de ferro e cobre na cidade,

são os dos Srs. Ferrez, membro desta Sociedade, Paris e Parot, e Fleury. O primeiro arriscou-se antes de outros qualquer, a fundir peças novas com ferro velho coado, e já tem feito grandes serviços ao Brasil pela variedade de obras e mecanismos, que têm saído da sua oficina, cujos foles e tornos são movidos por água. A segunda, que está situada no centro da Cidade, trata das mesmas obras, que a primeira, e tem mais a combinação de obras de madeira; vi nela quase acabada uma imprensa litográfica, que me pareceu ser um trabalho digno das oficinas de Londres ou de Paris. A terceira é bem conhecida pela perfeição das bombas, que nela se fabricam, assim todas as peças hidráulicas de metal.¹⁰

Em 1844, o Almanack Laemert nos trás um quadro distinto das fundições na cidade, com um total de 13 fundições, chegando a 29 em 1874. Números que esmiuçaremos melhor mais à frente.

Outra questão importante sobre esses estabelecimento é a fluidez das nomenclaturas. As confusões em torno da nomenclatura de certos ofícios no período analisado foram grandes. Ainda em 1859, a Revista Auxiliadora da Indústria Nacional fez publicar uma seção da Sociedade em que se dava parecer ao pedido de privilégio de funcionamento de uma fundição de ferro batido. O pedido havia sido feito em 1855, e fora aprovado pela seção de Geologia Aplicada a Química Industrial quatro anos depois.

O pedido fora feito por João Baptista Dall’Orto. Dentre pedidos de abertura fábricas de tecidos de algodão; fábricas de álcool, havia o pedido de Dall’Orto de abertura de uma fundição de

¹⁰O *Auxiliador da Industria Nacional*, 1837, p. 80 [Disponível em: bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/ ; Acesso: abril 2018]

ferro batido na Corte. O pedido fora negado em 1º de maio de 1855, pela comissão, pois já havia outras do mesmo tipo no país.

Em 15 de setembro de 1859, o periódico fez publicar um aviso do ministério do Império remetendo requerimento de Dall’Orto, no qual este provava, através de documentos, que não havia fundições de ferro batido na Corte, sendo importado “tudo o que se vende e emprega no mercado”.

Enfim, o pedido foi aprovado pela Sociedade, e explicado o mal entendido. Reproduzirei um trecho longo do parecer, por ser elucidativo em relação ao estado das fundições e dos processos de fundição ocorridos no país e mais especificamente, na Corte, naquele momento:

“É certo que não existe na corte e província do Rio de Janeiro nenhum estabelecimento de fabricar ferro batido; tendo havido, como bem alega o Sr. Dall’Orto, manifesto equívoco da parte da Sociedade Auxiliadora, quando à consulta de 1855 respondeu que não se devia conceder o privilégios pelas razões de que iria ele prejudicar as pessoas que no país já exerciam essa indústria. Mas o equívoco é certamente o que o Sr. Dall’Orto insinua, isto é, de haver a Sociedade confundido a industria de ferro batido com a industria de ferreiro; e sim o ter a Sociedade informado que existe no país quem se ocupe de semelhante industria, quando o Sr. Dall’Orto só afirma que não existia na corte e província do Rio de Janeiro.

Tinham, portanto, razão a Sociedade e o Sr. Dall’Orto: a Sociedade referindo-se ao país, porquanto também conta à seção que na província de Minas há quem se ocupe dessa indústria, e o Sr. Dall’Orto em atribuir a equívoco o parecer que lhe foi contrário. A diferença entre ambos, consistindo no emprego da palavra país, que a Sociedade usou em referência a nação, e o Sr. Dall’Orto em relação a corte e província do Rio de Janeiro.

É verdade que não existe na corte e província do Rio de Janeiro, nenhum estabelecimento de fazer ferro batido; assim como também é verdade que todo ferro batido aqui consumido pelas artes é importado da Inglaterra e da Suecia. E debaixo deste último ponto de vista, claro é, que a indústria do Sr. Dall’Orto se exercendo na corte ou província do Rio de Janeiro, será de suma

utilidade. Porquanto, os lucros que dela provierem ficando no país, ao país pertencerão: e de tanto mais utilidade, quanto, o Sr. Dall’Orto comprometendo-se a não empregar senão gente livre, habilitará desse modo o país a poder mais tarde contar com uma indústria que na Europa é medida de civilização.

A seção não relevará profligar, agora, as apreensões que alguém tenha causado o ferro batido saído do Arsenal de Marinha. Nas oficinas do Arsenal de Marinha trabalha-se em ferro batido; mas as raspas, limalhas, tournures etc etc etc, que ficam do trabalho, não são lá desperdiçadas, como sôem por aí fazer as demais oficinas: lá, ajunta-se tudo isso, e aproveitando da propriedade que tem o ferro batido de soldar-se a si mesmo em alta temperatura, submetem esses fragmentos á ação de um martinete, que os agrega em uma massa compacta e tão aproveitável, como se não fosse de ferro trabalhado.

Vê-se que o ferro nesse estado, embora seja batido no Arsenal de Marinha, não é todavia o ferro batido que o Sr. Dall’Orto pretende fundar em grande estabelecimento; a ação de bater o martinete em nada implicando com o termo batido do ferro que propriamente trás este nome.

A seção é de parecer que se dê o privilégio, na forma da lei.

Sala de sessões da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, em 17 de Dezembro de 1859 – Raymundo A. de Carvalho Filgueiras. E. Nunes Pires.”¹¹

Em primeiro lugar, no parecer fica exposta que a intenção do indeferimento fora proteger aqueles que já exerciam tal indústria no país – como em Minas Gerais -, quando Dall’Orto referia-se apenas à província e à Corte. Os estabelecimentos de fundição de ferro batido estavam concentrados, segundo o parecer, no Arsenal de Marinha, em que a metodologia aplicada era distinta, isto é, utilizando limalhas e raspas, e refundidas. Processo que não era feito nas outras oficinas da cidade. Também, no parecer, fica clara a preocupação com a não utilização de mão de obra escrava e a permanência dos lucros no país. A “serralheria-mecânica” que

¹¹O *Auxiliador da Indústria Nacional*, 1859, pp. 8-10 [Disponível em: bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/ ; Acesso: abril 2018]

Dall’Orto buscava privilégio funcionava na rua de São Pedro, 335 e, em Petrópolis, a partir dos anos 1860. Antes, a oficina do mesmo Dall’Orto estava instalada na rua Larga de São Joaquim, e já produzia algo consumido na própria cidade, como portões, gradimentos, e ferragem para prédios.¹²

Para uma análise mais ampla desses estabelecimentos lançamos mão, nessa pesquisa, do *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* ou Almanak Laemert, periódico que começou a circular em 1844. Nele é possível encontrar informações acerca das mais diversas atividades comerciais, fabris, dentre outras, funcionando como um guia para quem buscasse algum serviço, comércio, indústria etc.

Em sua sessão sobre Indústria, contava com informações sobre o nome dos proprietários e endereços dos estabelecimentos, divididos por ramos. No caso aqui trabalhado, serão analisados os ramos metalúrgicos que ficavam separados por especialidade, de forma mais ou menos homogênea ao longo das décadas de 1840 e 1870, no periódico. Tais ramos eram: ferreiros e serralheiros; fundições e maquinistas, e depois acrescidos de bombeiros; funileiros e latoeiros; fábricas de seges e carruagens; caldeireiros; cuteleiros; e torneiros.

Como dito, a definição de algumas especialidades foi uma escolha, na qual alguns ramos ficaram ausentes, como os de poleiro e ourives. O primeiro por não cobrir todo o período delimitado e o segundo por concentrar-se em um espaço da cidade, mais especificamente em uma rua, a Rua dos Ourives. Tal rua,

¹²Tal produção receberá, futuramente, um artigo a parte, sendo aqui a finalidade o estudo mais amplo sobre os estabelecimentos. Mas a produção de gradis, portões e de outros elementos decorativos da arquitetura em ferro esteve muito em voga durante o século XIX, o que pode estar associado ao desenvolvimento das técnicas metalúrgicas, como de fundição, sobretudo a partir da Inglaterra. Na arquitetura eclética, por exemplo, o uso do ferro estava associado ao *mito do progresso* do Oitocentos (FABRIS, 1983, p. 137), e ao crescimento da importância das técnicas de engenharia na arquitetura, como explana Argan (ARGAN, 2013, p. 84). Quais as dimensões - no que tange ao crescimento dos estabelecimentos e no emprego de africanos, muito já especializados nesse tipo de técnicas de forja e fundição - de tais movimentos, no espaço urbano do Rio de Janeiro de então?

como o nome indica, fora espaço reservado ao ofício da ouriversaria desde a colônia, e tal tradição manteve-se ao longo do período aqui analisado. Nas reformas de Pereira Passos, tal rua, que dividia as freguesias da Candelária e Sacramento, foi recortada, como parte da já bem analisada Reforma Passos.

As fábricas de seges e carruagens, e os torneiros mesmo que não trabalhando exclusivamente com metais, tinham neste material um de seus insumos. As demais, além de trabalharem diretamente com metais, podiam produzir instrumentos para outras atividades, fossem manufatureiras ou agrícolas.

Outra observação é quanto a metodologia empregada para o reconhecimento das freguesias. Para tanto, através da comparação de três documentações cartográficas do século XIX, com o cruzamento das informações contidas no Almanak foi possível reconhecer os limites das freguesias. As documentações cartográficas foram *A capital do Brasil*, Eugène De La Michellerie, 1831 - *Plan of the city of Rio de Janeiro*, Edward Gotto (1866 [1871]) - *Cartograma do Cólera-morbus na cidade do Rio de Janeiro*, organizado pelo Instituto Sanitário Federal (1895 [1896])

Em 1843, através do Almanak, nota-se que o quadro desses estabelecimentos na cidade não era tão distinto com relação ao que fora. As freguesias que mais concentravam tais oficinas eram Candelária e Sacramento com 15 e 28, respectivamente, em um total de 57 estabelecimentos desse tipo na cidade, como é possível ver na tabela 1. Os ramos que eram mais expressivos naquele momento eram os funileiros e latoeiros, seguidos pelos caldeireiros. Os funileiros e latoeiros concentravam-se na freguesia do Sacramento e Santa Rita, já os de caldeireiros na da Candelária.

Tabela 1 - Número de estabelecimentos metalúrgicos por freguesia (1843)

Freguesia	Ferreiros e Serralheiros	Fundições e Maquinistas	Funileiros e Lateiros	Fábricas de Seges e Carruagens	Caldeireiros	Cuteleiros	Torneiros	Total
Candelária	1	1	3	-	7	2	1	15 (26,3%)
São José	-	1	1	1	-	1	2	6 (10,5%)
Santa Rita	2	2	1	-	-	-	-	5 (8,7%)
Santana	-	-	-	1	1	-	-	2 (3,5%)
Sacramento	7	3	8	2	3	3	2	28 (48,1%)
Engenho Velho	-	1	-	-	-	-	-	1 (1,7%)
Total	10	8	13	4	11	6	5	57

Fontes: Almanack Laemmert. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, para o ano de 1844.

Pode-se depreender dessas informações alguns ingredientes úteis para uma análise de longa duração sobre o artesanato na cidade. O volume de estabelecimentos em relação à dados de 1799 não é tão distinto, como é possível analisar a partir da tabela 2. Os ramos de segeiros, caldeireiros e torneiros sofreram segundo tais dados algum acréscimo, ficando os ramos de funileiro, ferreiros e serralheiros com um decréscimo.

É bom frisar os limites de tal documentação, ficando alguns estabelecimentos fora de suas listagens.¹³Mas é possível estabelecer um quadro, mesmo que limitado, desses estabelecimentos ao longo da primeira metade do Oitocentos.

¹³Como no anúncio de fuga de Anastacio, em 1844, publicada pelo Diário do Rio de Janeiro em 12 de jan. de 1844, de uma oficina na rua de São Cristóvão número 54. Tal endereço só passa a constar no Almanack, como pertencendo a João Muller, em 1849.

**Tabela 2: Número de estabelecimentos metalúrgicos no Rio de Janeiro
1799-1843**

Estabelecimento/Ano	1799	1843
Ferreiros e Serralheiros	36	10
Funileiros	20	13
Segeiros	4	5
Caldeireiros	7	11
Torneiros	4	5

Fonte: Almanack Laemmert. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, para o ano de 1844¹⁴

Na segunda metade do século XIX o número desses estabelecimentos sofreu uma considerável mudança. Na tabela 3 temos um quadro geral do volume de estabelecimentos na cidade a partir do Almanak. As séries foram construídas a partir das informações contidas nos exemplares dos anos de 1845, 1855, 1865 e 1875, referentes aos respectivos anos anteriores.

Foi excluído dos cálculos o estabelecimento de Ponta de Areia, por não estar na parte urbana da cidade. Também é importante frisar que Alguns ramos continham alguma semelhança com outros, como a presença de fornos, para forja e fundição, como é o caso dos funileiros e latoeiros. No ramo dos “fundidores, maquinistas e bombeiros”, havia uma subdivisão entre fundidores de metais, sinos e tipos, sendo todos aqui contabilizados como fundidores, além de se contabilizarem alguns galvanizadores dentre os estes.

¹⁴ NUNES, Antônio Duarte. Almanaque histórico da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, para o ano de 1843. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, Im. Nacional, 267: 93:215, abril/junho 1966, para o ano de 1799.

Tabela 3 – Número de estabelecimentos metalúrgicos entre 1844-1874

Ano/ Manufatura	Ferreiros e Serralheiros	Fundidores, Maquinistas e Bombeiros	Funileiros e Latoeiros	Fábricas de Seges e Carruagens	Caldeireiros	Cute- leiros	Torne- iros	Total
1844	20	13	35	2	10	9	11	100
1854	63	25	58	22	13	8	13	202
1864	64	23	75	32	11	10	10	224
1874	63	29	68	21	19	11	9	220

Fonte: Almanack Laemmert. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, para os anos de 1845, 1855, 1865 e 1875.

O número total de estabelecimentos duplicou entre 1844 e 1854, fator que pode ser explicado pela Tarifa Alves Branco, mas também por outros fatores, como a liberação de capitais advindos do fim do tráfico. O ramo que mais teve crescimento foi o de ferreiros e serralheiros que triplicou entre 1844 e 1874, indo de 20 estabelecimentos para 63. O que teve mais expressão ao longo de todo o tempo foram os funileiros e latoeiros.

A concentração desses estabelecimentos em certas freguesias alterou-se entre 1844 e 1874. Freguesias com forte característica rural na primeira metade do século XIX, como Lagoa, Glória, Engenho Velho e São Cristóvão concentravam 10,4% dos 220 estabelecimentos contabilizados em 1874, como é possível analisar a partir das tabelas 4 e 5. Santa Rita (44) e Sacramento (77) concentravam 55% desses estabelecimentos, denotando uma característica fortemente fabril do centro antigo ainda no terceiro quartel do século XIX.

Tabela 4 - Número de estabelecimentos metalúrgicos por freguesia - 1845
(1844)

Freguesia	Ferreiros e Serralheiros	Fundições e Maquinistas	Funileiros e Latoeiros	Fábricas de Seges e Carruagens	Caldeireiros	Cuteleiros	Torneiros	Total
Candelária	5	1	6	-	7	4	-	23 (23%)
São José	2	1	2	-	-	1	3	9 (9%)
Santa Rita	5	4	4	-	-	-	-	13 (13%)
Santana	5	4	-	1	-	-	-	10 (10%)
Sacramento	3	2	23	1	3	4	8	44 (44%)
Engenho Velho	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem endereço	-	1	-	-	-	-	-	1 (1%)
Total	20 (20%)	13 (13%)	35 (35%)	2 (2%)	10 (10%)	9 (9%)	11 (11%)	100

Fonte: Almanack Laemmert. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, para o ano de 1845

Tabela 5 - Número de estabelecimentos metalúrgicos - 1875 (1874)

Freguesia	Ferreiros e Serralheiros	Fundições, Maquinistas e Bombeiros	Funileiros e Latoeiros	Fábricas de Seges e Carruagens	Caldeireiros	Cuteleiros	Torneiros	Total
Candelária	7	1	8	1	8	1		26 (11,8%)
São José	2	4	7	1			1	15 (6,8%)
Santa Rita	15	10	10	-	7	1	1	44 (20%)
Santana	7	4	3	1	1			16 (7,2%)
Sacramento	22	8	25	4	3	8	7	77 (35%)
Santo Antonio (1854)	2	1	6	7	-	-	-	16 (7,2%)

Espírito Santo (1865)	-	-	1	1	-	1	-	3 (1,3%)
São Crstóvão	-	-	1	1	-	-	-	2 (0,9%)
Lagoa	3	1	2		-	-	-	6 (2,7%)
Glória	3	-	4	4	-	-	-	11 (5%)
Engenho Velho	2	-	1	1	-	-	-	4 (1,8%)
Sem endereço	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	63	29	68	21	19	11	9	220

Fonte: Almanack Laemmert. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, para o ano de 1875

Esse grande volume de fábricas, como eram referidas na época, contou também com o controle da Camara do Município Neutro, um motivo que pode explicar sua expansão para áreas antes rurais. Nos diversos códigos de posturas adotados ao longo do século XIX, o controle sobre essas atividades no espaço urbano eram frequentes. Muitas infrações incorriam sobre a existência as chaminés dessas fábricas e oficinas que estavam em altura menor que a cumieira das casas próximas.

Um desses casos foi o de Lebiez e Vignaux, que tinham fábrica de maquinistas na rua da Saúde, n. 131. Francisco Esteves da Silva, proprietário da rua da Saúde n. 137, freguesia de Santa Rita, reclamava, em 14 de fevereiro de 1862 da

“fabrica de fundição, que constantemente o impossibilita de ter janelas laterais de seus prédio abertas, para evitar o estrago que lhe causa o fumo de carvão de pedra, e isto em razão de não ter o tubo ou chaminé a altura marcada no código de Posturas.”¹⁵

A postura na qual Francisco Esteves da Silva se refere, proibia a existência de oficinas de ferreiros, serralheiros,

¹⁵Arquivo Geral da Cidade (AGCRJ); Infração de Postura – Freguesia de Santa Rita; notações 9.2.12 (folha 66)

caldeiros e taneiros de terem seus estabelecimentos nas freguesias de Sacramento, Candelária e São José;

“bem como em Santa Rita, desde o largo do Valongo, onde acaba a rua do mesmo nome, até o fim do primeiro distrito, inclusive as ruas do Valongo e Nova do Livramento, em Santana, nas praças da Aclamação e Rocio Pequeno, e nas ruas de S. Lourenço, Costa, Valongo, largo de S. Joaquim, Invalidos, Nova do Conde, S. Pedro e Sabão, até o Rocio, Travessa das Partilhas, ruas do Principe e Princeza até a de Sant’Anna, e Formosa até S. Diogo; e na da Gloria desde o largo da Lapa, pela rua do Catete até a ponte, incluindo-se todo o lado esquerdo deste espaço até a rua do Infante. Os infratores incorrerão na pena de 20\$000 e oito dias de cadeia. Igualmente incorreão nas penas das respectivas posturas os donos das fábricas de sabão, azeite e óleos, de fundição, de destilações, e de coser e de torrar tabaco, que se conservarem nos mencionados lugares, ou que tiverem nas suas oficinas e fábricas os tudos de chaminés com menos altura do que a cumieira do mais alto andar da casa que lhe existir próxima, ou que não der saída ao fumo para sotavento; devendo conservar-se a prumo, e ter o diamentro correspondente na parte inferior”.¹⁶

O processo seguiu e Lebiez e Vignaux justificaram, afirmando que já haviam levantando a chaminé em altura maior que as das casas vizinhas – o que eles consideravam as que estavam ao lado e a frente. Fora isso, afirmavam que se aumentassem mais chaminés, atrapalhariam a própria atividade nos fornos. Citarei parte do requerimento por também nos indicarem interessantes ingredientes para o entendimento desses estabelecimentos na cidade do Rio de Janeiro oitocentista:

“Acresce ainda que nas oficinas como a dos sulpicantes, não se pode elevar as chaminés a grandes alturas, porque sendo necessário o fogo ativo para malear o ferro, essas chaminés atraem o calorico, e a forja fica sem poder trabalhar; isto que os sulpicantes dizem cada um de VV. Ssas podem observar em suas

¹⁶Arquivo Geral da Cidade (AGCRJ); *Código de Posturas*, 1894, p. 10

cozinhas, fazendo elevar o tudo das chaminés delas e verão como a lenha se gastará, sem que a comida se faça com prontidão. (...) Mais razão teriam de queixarem-se os moradores da Rua do Jogo da Bola, no morro da Conceição que ficam á cavaleiro das oficinas dos suplicantes; se por ventura a chaminé que elevarão não estivesse de conformidade com outras ali existentes, umas das quais está mais próxima do morro, e que nenhum prejuízo lhes causão pois que até agora a Ilustríssima Câmara não tem tido queixas dos moradores.

Os suplicantes como estrangeiros no país tem procurado cumprir as leis municipais, mas não devem estar expostos ao capricho de um homem rixoso, e que procura sempre ocasião de incomodar a seus vizinhos, e a Ilma Camara, quando tomar conhecimento por se deste negócio, ficará bastante[sic.] esclarecida para não apioar tais caprichos e revogará a decisão que tomou de obrigar aos suplicantes á elevar de novo a chaminé da dita oficina, e que os suplicantes esperam de [sic.] será revogada”¹⁷

Os proprietários da oficina, nesse documento, revelam alguns problemas que deviam ser comuns entre outras semelhantes na cidade. A elevação das chaminés acima das cumieiras ao redor poderia impedir o trabalho a contento nos fornos. No caso acima, o problema parecia extrapolar a altura dos fornos, segundo os franceses, que não queriam estar expostos ao “capricho de um homem rixoso”, como Esteves.

Havia casos em que as chaminés causavam acidentes em pleno meio urbano, como ocorreu na freguesia do Sacramento em 1847. Joaquim Vieira da Cunha, proprietário da casa número 11 da travessa da Barreira, próxima ao morro de Santo Antonio.

“Diz Joaquim Vieira da Cunha, que sendo senhor e possuidor da casa nº 11 da travessa da Barreira, mora na casa imediata nº 9 o ferreiro Henrique Heydenvich, o qual fez contruir um fogão ou fornalha junto a parede, que divide com a propriedade do suplicante. Ora tal é a quantidade de fogo, que faz o suplicado na

¹⁷Arquivo Geral da Cidade (AGCRJ); Infração de Postura – Freguesia de Santa Rita; notações 9.2.12 (folha 65)

referida fornalha, que já deu lugar a incendiar-se o teto, passando logo o fogo para a casa do suplicante, onde queimou parte das táboas do forro e mesmo as traves, acontecimento este que obrigou o suplicante a fazer cifras [sic.] ao suplicado para lhe indenizar todo o dono causado. Entretanto o suplicante vê todos os dias ameaçada a sua casa de um incendio e o mesmo perigo correm as casas vizinhas (...)¹⁸

O crescimento de tais estabelecimentos numa cidade com parca infra-estrutura, mesmo nas freguesias em que eram proibidas, fica patente a partir da leitura da documentação. A forte concentração dos mesmos no centro antigo e sua lenta expansão para os arrabaldes do núcleo urbano, provavelmente causado pelos incômodos que causavam à população residente na cidade, nos mostram que o local de trabalho dos escravos ao ganho estava sendo mudado para outros espaços.

Como podemos enveredar pela busca dos escravos que trabalhavam nesses estabelecimentos? Eram africanos, crioulos? Haviam aprendido o ofício aqui ou já vieram com certo aprendizado? E quanto a esses estabelecimentos, como eram construídos, que espaços ocupavam? É o que tentarei analisar na próxima sessão, a partir de anúncios de fuga.

Metalurgia e escravos na corte

A presença de escravos no artesanato e nas fábricas fora frequente ao longo do século XIX. A partir da análise dos periódicos é possível tecer uma rede de relações no espaço urbano da cidade nesse momento. A historiografia passou a tratar esse período como o de uma segunda escravidão, no qual seria, sinteticamente, mesmo com leis e tratados nacionais e internacionais proibindo o tráfico desde o início do Oitocentos, este se deu de maneira

¹⁸Arquivo Geral da Cidade (AGCRJ); Infração de Postura – Freguesia de Sacramento; notações 9.1.43

crescente em alguns espaços, como Cuba, com o açúcar; sul dos Estados Unidos e o algodão; e Brasil como exportador de café.

Contudo, a atividade metalúrgica ocorrida na cidade do Rio de Janeiro de então, nesses pequenos estabelecimentos espalhados pela cidade não produziam para o mercado externo, mas sim, para uma economia interna, cada vez mais diversificada no que tange ao consumo, ao longo do século XIX.

No período analisado, isto é, entre as décadas de 1840 e 1870, houve significativa transformação no mercado de trabalho da cidade. A cessação do tráfico externo em 1850, e a movimentação gerada pelo tráfico interno, junto a crescente entrada de imigrantes, mudaram o mercado de trabalho.

Seguindo uma periodização proposta por Alencastro, teríamos três fases distintas para essas transformações, “uma primeira fase, africana, estende-se até 1850; uma fase luso-africana, que vai até 1870 e, por fim, uma fase luso-brasileira.”¹⁹

A partir do senso de 1872 podemos ter uma ideia de como era composta a população escravizada nas freguesias urbanas, isto é, Sacramento, São José, Candelária, Santa Rita, Santana, Santo Antonio, Espírito Santo, Engenho Velho, São Cristóvão e Glória.

Como podemos depreender a partir da Tabela 6, apenas 4,9% dos cativos das freguesias urbanas estavam caracterizados como operários (1864 cativos) e, desses, apenas 13% estavam empregados em estabelecimentos metalúrgicos (253 cativos). As freguesias de Santana, Santa Rita e Sacramento concentravam a maior parte dos operários e dos escravos. A moradia escrava nessas três freguesias representava 37% daqueles escravos que moravam nas freguesias urbanas (14085 cativos). Essas três freguesias também concentravam 62% dos estabelecimentos metalúrgicos listados no Almanack Laemert (137 estabelecimentos). Tais dados denotam a proximidade da moradia dos escravos em relação aos locais de trabalho de operários-

¹⁹ALENCASTRO, 1988, p. 44

escravos. E, como já dito, uma permanência já no final da do século XIX de manufaturas no centro da cidade.

Tal fator não pode ser negligenciado quando se buscam as possibilidades de agenciamento desses escravos qualificados em meio a comunidade escrava urbana fluminense e a rede de relações que buscavam empreender.

Tabela 6 - Escravos, escravos operários em metais e estabelecimentos metalúrgicos por freguesia – década de 1870

Freguesias	Escravos	Escravos operários	Escravos operários em metais	Estabelecimentos metalúrgicos
Sacramento	4150	325	41	77
S. José	2904	114	8	15
Candelária	1843	129	47	26
Santa Rita	4778	311	36	44
Santana	5157	369	46	16
Santo Antonio	3937	130	50	16
Espírito Santo	2033	71	3	3
Engenho Velho	3344	92	5	4
São Cristóvão	2174	50	1	2
Glória	4525	182	6	11
Lagoa	2722	91	10	6
Total:	37567	1864	253	220

Fonte: Recenseamento Geral do Império do Brasil, 1872

Tais escravos podiam ficar muito tempo dentro de tais manufaturas e oficinas e isso podia fazer parte do aprendizado dos mesmos. O aprendizado de ofícios fazia parte dos interesses do próprio Estado imperial, mesmo que o alcance desse ensino não tenha sido tão amplo. Era impedido a escravos e africanos o ingresso em escolas de “primeiras letras” e universidades, mas estes podiam aprender ofícios, que, como trabalho manual, era hierarquizado como inferior.

Contudo, para muitos escravos, ter um ofício era uma opção que podia lhes dar certa autonomia. Como talvez fosse o caso da cativa Maria Rosa, de nação quilimane, que havia fugido em 11 de fevereiro de 1860. Tinha cerca de 35 a 40 anos segundo o anúncio do Correio Mercantil.²⁰ O anúncio também revela por onde a escrava poderia ser encontrada e que havia posto dois de seus filhos para aprenderem o ofício de ferreiro em uma ferraria na rua dos Beneditinos. Porque Maria Rosa escolheu o ofício de ferreiro para seus filhos aprenderem?

Alguns escravizados fugiam da, ou para a cidade do Rio de Janeiro, como o caso de Evaristo, crioulo, que havia fugido em 1855 de Minas Gerais, da fazenda Providência, em Mar de Espanha.²¹ José Caetano Machado desconfiava da sua vinda para o Rio de Janeiro. A quantidade de escravos nesses estabelecimentos era tão grande que possibilitava Evaristo fingir-se de liberto, ser acoutado, sem gerar maiores desconfianças? Como José Caetano Machado desconfiou de sua presença no Rio de Janeiro, por denúncia, ou por Machado já desconfiar da existência dessa rota de fuga? Evaristo seria um daqueles escravizados que foram vendidos para áreas rurais após a cessação do tráfico externo, em 1850?

Os cativos também estavam envolvidos em atividades que geravam inovações. Como o caso da oficina de seges e carruagens de Jacques Bourbousson, que ganhara privilégio por invenção de um método de montagem de carros e carruagens, em 1844²². Em uma edição de 15 de março de 1850 do *Diário do Rio de Janeiro*, noticia-se a fuga de Fabrício, nação Moange:

“No princípio do corrente, desapareceu um preto de nome Fabrício, Moange, com alguns sinais da nação na testa, alto,

²⁰Correio Mercantil (1848-1868) - Ano 1860 - edição 67 - p. 4 [Disponível em: bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/ ; Acesso: abril 2018]

²¹Jornal do Commercio - edição 63, 1855, p. 4 [Disponível em: bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/ ; Acesso: abril 2018]

²²PÓVOA & CABELLO, 2016. p. 35

delgado, ferreiro e malhador, trabalhou na oficina de segeiro Bourbousson e outros, e anda com carta de padrinho. Roga-se aos Snrs. Pedestres de o apreenderem e conduzirem à rua de S. Pedro n. 70, onde se gratificará.”²³

Provavelmente Fabricio foi alugado pela oficina de segeiro de Bourbousson, pois já havia trabalhado para outros. Outro indício desse fator era o anúncio pedir para ele ser entregue em um endereço distinto da oficina de Bourbousson, que funcionava na rua do Lavradio, 65. Havia naquele momento muitos proprietários de escravos que os destinavam para aluguel na cidade. Fator que pode ser explicado pelo aumento do preço dos cativos na segunda metade do Oitocentos.²⁴ O anúncio também nos dá uma interessante pista sobre as estratégias desses escravos fugidos na cidade, pois Fabrício andava com “carta de padrinho”, possivelmente alegando ser liberto.

Outro aspecto interessante possível de se espreitar através dos anúncios de fuga é a gama de atividades que um escravo que trabalhasse em estabelecimentos metalúrgicos poderia ter, como o caso que Miguel, noticiado pelo *Correio Mercantil*:

“Escravo fugido – Protesta-se com todo rigor da lei contra quem tiver acoutado ou em suas obras trabalhando pelos jornais diários de 25 desde o dia 23 de fevereiro em que fugiu, até o que for preso, o preto Miguel, de 26 anos de idade, que trabalhava de pedreiro nas obras do seminário S. José, e também entende de pintor e malhador de ferreiro, gosta de andar ao ganho ou servindo em casas de quitandeiras, é muito forçoso e talvez esteja carregando sacas de café etc; tem os sinais seguintes: estatura regular, boca grande, nariz chato, bonitos dentes, pernas um pouco arcadas, fala baixo e assoviado; gratifica-se a quem o levar à rua da Misericórdia n. 106”²⁵

²³*Diário de Rio de Janeiro*, 15 de mar. 1850, p. 4 [Disponível em: bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/ ; Acesso: abril 2018]

²⁴ALENCASTRO, Op. cit., p. 40

²⁵*Correio Mercantil*, 1860, ed. 63, p. 3 [Disponível em: bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/ ; Acesso: abril 2018]

Miguel, além de conhecer o ofício de malhador de ferreiro, sabia de pintura, podia estar trabalhando ao ganho de carregador e até em casas de quitandeiras, geralmente africanas minas. Interessante que Miguel, segundo o anúncio, poderia estar trabalhando de carregador. Outros podiam exercer outros ofícios, como se lê:

“Vende-se um preto moço, de nação moçambique sem vícios, de muito boa conduta, com princípios do ofício de cutileiro, e espingardeiro, e também cozinha; quem o pretender dirija-se à rua Senhor dos Passos, n. 126.”²⁶

Como dito anteriormente, o ensino de ofícios, por parte do Estado e também de particulares estava ligada a manutenção de uma certa ordem, na qual os escravos e livres dividiam-se hierarquicamente nesse projeto²⁷. As oficinas e manufaturas passavam a se constituir nos principais espaços de ensino de ofícios de cativos pertencentes a outros senhores. Segundo Soares, nas mesmas oficinas e manufaturas, após o aprendizado, também eram empregados nos ofícios que aprendiam. Esse método era a forma mais comum, segundo Soares, para o pagamento pelo ensino.²⁸ Esse parece ser o caso da fábrica de casquinha que funcionava na Rua dos Bourbons entre os números 33 e 35:

“Participa-se a quem tiver crianças, sejam escravas ou livres, e lhes queirão mandar ensinar os ofícios de latoeiro, fundidor, ourives de prata e casquinha, que podem entrega-los na dita fábrica, ganhando desde a entrada.”²⁹

²⁶ *Jornal do Commercio*, 1841, ed. 264, p. 4 [Disponível em: bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/; Acesso: abril 2018]

²⁷ Por exemplo MATTOS, 1987, pp. 263-264 e CUNHA, 2000, p. 92

²⁸ SOARES, 2003, p. 7

²⁹ *Jornal do Commercio*, fev. 1842, p. 4 [Disponível em: bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/; Acesso: abril 2018]

Em alguns casos, como na loja de serralheiro e cutileiro que funcionava na Rua dos Ourives n. 64, provavelmente de Prudencio da Silva Ferrreira, demandavam-se aprendizes, preferindo-se os “de côr”.³⁰ Ou na oficina de latoeiro da rua dos Latoeiros 79A, provavelmente pertencente a João José da Cunha, precisava-se de alguns rapazes para aprender ofício de funileiro, “ainda que sejam escravos”.³¹

As idades e a origem dos oficiais também é algo importante de ser ressaltado nesse artigo. Desde fins do século XVIII os ofícios artesanais, segundo Lima, não se concentravam entre crioulos, por isso a dificuldade, segundo o autor, de caracteriza-los enquanto uma “elite” escravizada. Segundo o autor, sobretudo no período delimitado entre 1808-1825, os escravos mais especializados eram africanos³².

O mesmo autor, ao analisar inventários post-mortem de alguns proprietários de escravos do período compreendido entre fins do século XVIII e início do XIX, notou que indivíduos entre 10 e 14, com ofício, não eram descritos como aprendizes, interpretando tal fato através hipótese de que o aprendizado no interior do artesanato escravo era pouco importante. E ao contrário dos escravos mais velhos, entre os mais jovens predominavam os crioulos, ao invés dos africanos³³.

A presença do ensino de ofício ainda nos meados do século XIX era frequente e talvez representasse um costume do artesanato colonial. A permanência desses ofícios na oficina para aprendizado talvez fosse algo ainda recorrente nesses meados do Oitocentos, como era o caso de uma funilaria na rua dos Latoeiros, n. 84, provavelmente pertencente a D. Polidora Ludovina Gonçalves.

³⁰*Idem*, 1844, ed. 11, p. 4

³¹*Ibidem*, 1842, ed. 237, p. 4

³²LIMA, 2008. p.149

³³*Idem*. p. 163

“Precisa-se de um moço de idade de 14 a 16, para aprender o ofício de funileiro, ficando sujeito na loja; na rua dos Latoeiros n. 84.”

Nos meados do século XIX a hipótese levantada por Lima de que os escravos qualificados, pelo seu longo treinamento, e pelas flutuações do mercado acabavam afastando-se da comunidade escrava, tornado um obstáculo para a formação de uma família escrava?³⁴

Como a entrada cada vez mais frequente de africanos pela cidade do Rio de Janeiro, na primeira metade do século e, pela movimentação causada pelo tráfico interno, após 1850, além das fugas permanentes, podem ter ajudado a formar nessa cidade redes de sociabilidade novas em relação a esses cativos qualificados?

Considerações finais

É importante ressaltar recriação de tradições na diáspora. Os casos aqui apresentados, através dos ofícios ligados a metalurgia, podem nos oferecer novos subsídios para o estudo da escravidão urbana no Rio de Janeiro. Na África centro-ocidental as práticas de transformação do minério tinham dimensões distintas das compreendidas no mundo ocidental de então. Os ferreiros e fundidores tinham uma proeminência nessas sociedades e seu ofício estava intimamente ligado ao poder e a fertilidade.³⁵ Contudo, tal dimensão desses ofícios metalúrgicos realizados por africanos e/ou crioulos na cidade do Rio de Janeiro será melhor explorada em outro trabalho.

Contudo, no caso aqui analisado, será possível antever a recriação de rituais, valores, símbolos tradicionais da metalurgia na África em um ambiente de crescente demanda de mão de obra e

³⁴Ibidem. p. 193

³⁵HERBERT, 1993.

estabelecimentos, aqui categorizados, como manufactureiros, que lidavam com a transformação ou reparo de metais, atendendo em grande medida ao mercado interno? A transnacionalidade dessas práticas ao longo do Atlântico nos ajudam a compreender além da importância da metalurgia nesse momento, como as maneiras pelas quais esses indivíduos construíram e entendiam tal atividade, unindo campos de estudo tão distintos como o da experiência religiosa e a experiência dos mundos do trabalho?

Em suma, aqui o objetivo foi fazer uma análise acerca desses estabelecimentos e da mão de obra empregada e as possíveis experiências e trajetórias de escravizados que tinham esse ofício na cidade. A sua importância para o desenvolvimento da tecnologia, como o caso de Fabrício Moange; suas escolhas em meio as precárias opções oferecidas por aquela sociedade, como o caso de Maria Rosa; ou as opções de fuga de escravos ferreiros de uma plantação do Vale do Paraíba mineiro para a cidade do Rio de Janeiro, como o de Evaristo, podem nos ajudar a redimensionar a importância escrava e/ou africana para o *fazer-se* da classe trabalhadora no Oitocentos.

Fica claro, contudo, que a classe operária fluminense, que se formava nesse período, tinha uma origem escrava e/ou africana; vinda do interior brasileiro; e com tradições até então distintas daquelas referidas classicamente pela historiografia, que passava a se preocupar com tal formação apenas a partir da vinda dos imigrantes europeus, urbanos, civilizados.³⁶ Também fica claro que nessa formação esteve presente o africano ou o crioulo, e que a anomia do negro brasileiro no pós-abolição, exemplarmente explanada por autores como Florestan Fernandes, talvez fosse fruto das condições em que foi posto o negro após o fim do cativeiro.

³⁶ NEGRO & GOMES, 2006.

Referências

- ALENCASTRO, L. F. de. *Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872. Novos Estudos - Cebrap, São Paulo, n. 21, 1988.*
- ARGAN, Giulio Carlo. *Arte Moderna: Do Iluminismo aos movimentos contemporâneos.* São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CUNHA, Luis Antonio. *O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. Rev. Bras. Educ. [online]. 2000, n.14.*
- EWBANK, Thomas. *Vida no Brasil, ou Diário de uma visita à terra do cacauieiro e das palmeiras. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1976 [1846].*
- FABRIS, Annateresa. *Arquitetura eclética no Brasil: o cenário da modernização. Anais do Museu Paulista Nova Série, São Paulo, n^o1, 1993.*
- HERBERT, Eugenia. *Iron, Gender and Power. Bloomington / Indianapolis: Indiana University Press, 1993.*
- LIMA, C.A.M.. *Artífices do Rio de Janeiro (1790-1808) 1ª edição - Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.*
- LUZ, Nicéia Vilela. *A luta pela Industrialização no Brasil- 1808-1930. São Paulo: Editora Alfa- Omega, 1975.*
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.*
- MOMESSO, Beatriz Piva. *Indústria e trabalho no século XIX: o Estabelecimento de Fundação e Máquinas de Ponta'Areia.* Dissertação (Dissertação em História). Departamento de História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007.
- NEGRO, Antonio Luigi & GOMES, Flávio dos Santos. *Além de senzalas e fábricas. Uma história social do trabalho. Tempo Social. São Paulo, USP. 18(1). Junho 2006.*

OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair M. *Raízes da Indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense, 1898-1860*. Rio de Janeiro: Studio F& S Editora, 1992.

PÓVOA, L. M. C.; CABELLO, A. F. *Análise Econômica da Primeira Lei de Patentes Brasileira*. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, março/2016.

SIQUEIRA, José Jorge. *Contribuição ao Estudo do Escravismo Colonial para o Capitalismo Urbano-Industrial no Rio de Janeiro: a Companhia Luz Steárica (1854-1898)*. Niterói, 1984. *Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense*

SOARES, Luiz Carlos, 2003. *A escravidão industrial no Rio de Janeiro do século XIX*. Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas [Proceedings of the 5th Brazilian Congress of Economic History and the 6th International Co 085, ABPHE - Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (Brazilian Economic History Society)]

Trabalho, cativo, resistência e liberdade: marítimos escravos na navegação de cabotagem no Brasil (1846-1888)¹

Diego Schibelinski²

Introdução

Surgiram no Brasil, principalmente após os anos de 1990, estudos que dedicaram-se ao trabalho marítimo, sobretudo, às navegações de longo curso, transatlânticas e aos homens que nela atuavam, tanto durante o Período Colonial, quanto no Imperial.³ Estes trabalhos podem ser reconhecidos dentro de uma ampla chave de análise que interpretou o Atlântico como espaço de interação multi e transdirecional. Longe de figurar um espaço vazio, o Atlântico passou a ser percebido como cenário de longos e complexos processos históricos, como o desenvolvimento do capitalismo, a formação do proletariado e inclusive a própria modernidade.⁴ Impulsionadas por estes estudos, novas obras

¹ Este artigo apresenta algumas reflexões iniciais da pesquisa de mestrado em andamento acerca dos diferentes grupos de trabalhadores atuantes na navegação de cabotagem no litoral catarinense durante o Segundo Reinado.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, bolsista do CNPq. E-mail: diego.schibelinski@gmail.com.

³ A despeito de se fazer aqui um levantamento bibliográfico exaustivo das referências sobre o tema, enumeram-se aqui aquelas consideradas indispensáveis à elaboração da reflexão que segue. ALENCASTRO, 2000; FLORENTINO, 2014; RODRIGUES, 2005; VERGER, 1987.

⁴ GILROY, 2012; LINEBAUGH; REDIKER, 2008; REDIKER, 2011; SCHAMA, 2011; WILLIAMS, 2012.

revelaram sujeitos que, advindos de diferentes pontos deste cenário, percorreram o oceano em suas múltiplas direções, a partir de profusa circunstâncias e exercendo variadas funções.⁵ A reconstrução dessas histórias paradoxalmente revelaram perfis e trajetórias singulares, mas também muito comuns a uma infinidade de trabalhadores.

Apesar de a historiografia brasileira apresentar considerável número de trabalhos voltados para a economia Oitocentista, analisando as principais atividades comerciais, volumes de importação e exportação, a formação de mercados internos regionais, suas interações etc., poucos foram os que se dedicaram notadamente à navegação de cabotagem.

Atualmente já é possível encontrar um campo que, apesar de não muito vasto, tem ampliado seu alcance a nível nacional e oferecido análises que, ao lançarem luz sob as mais diversas escalas da navegação brasileira, ofertam novos subsídios teóricos e metodológicos para pensarmos estas práticas para além de seus aspectos econômicos, percebendo-as também enquanto categorial espacial dos mundos do trabalho no século XIX. É justamente deste esforço em ampliar o conhecimento histórico acerca da navegação de cabotagem como prática econômica, que este trabalho busca se aproximar para contemplá-la também enquanto espaço de experiência de múltiplos grupos que vivenciaram trabalhos e serviços associados à cabotagem ao longo do século XIX.

Embora nesta reflexão haja um diálogo constante com autores que exploraram tanto a navegação de longo curso,⁶ quanto

⁵ LARA, 1988. REIS; GOMES; CARVALHO, 2010.

⁶ Jaime Rodrigues até o momento tem sido o historiador brasileiro que mais atenção dedicou à cultura marítima e ao trabalho livre e escravo. Suas análises têm como objeto a navegação, sobretudo, de longo curso com a triangulação atlântica Europa-África-Brasil realizada pela Marinha mercante portuguesa entre os séculos XVIII e XIX. Apesar de suas pesquisas abordarem uma modalidade da navegação e um recorte temporal distintos dos aqui propostos, mostraram-se referências essenciais a minha reflexão. Há de se destacar: RODRIGUES, 1999; 2013; 2015a; 2015b; 2015c.

a navegação fluvial,⁷ meu enfoque reside na navegação de cabotagem e nos marítimos que nela atuaram. Neste sentido, há de se reconhecer a importância do livro de Luiz Geral Silva, *A Fina, a festa e o rito*. Perto de completar duas décadas, a obra ainda hoje se mostra umas das mais seminais leituras sobre o tema.⁸ Ademais, há também de se destacar outros trabalhos realizados na última década, por exemplo, o de José Carlos Barreiro acerca da formação da força de trabalho marítimo no Brasil, na qual o autor aborda pontos como cultura, tradição, cotidiano e resistência.⁹ Iguamente importantes têm sido os apontamentos de Cezar Honorato para pensar a estrutura portuária no Brasil durante o século XIX, bem como seu aprofundamento do conceito de comunidade portuária.¹⁰

Para além da obra de Luiz Geraldo Silva, que mais se deteve ao contexto pernambucano, outras duas obras foram de grande importância à pesquisa do trabalho no setor da cabotagem: *Sobre águas revoltas: cultura política maruja na cidade portuária de Rio Grande*, de Vinicius Pereira Oliveira, e *Do porão ao convés: estivadores de Itajaí*, de José Bento Rosa da Silva.¹¹ Apesar de apresentarem problemáticas diferentes e oferecem contribuições distintas, as três obras convergem ao reconhecimento da significativa presença de trabalhadores escravizados como marítimos na cabotagem e, especialmente sua contribuição à formação do setor. Semelhantemente, apresentaram casos em que indivíduos escravizados, valendo-se de suas condições como trabalhadores marítimos, orquestraram fugas em busca da liberdade. Temática que pareceu ser profundamente articulável aos apontamentos realizados por outro grupo que, ao pensar as

⁷ Conferir: BEZERRA, 2015; 2011.

⁸ SILVA, 2001.

⁹ BARREIRO, 2010.

¹⁰ HONORATO, 2016a; 2016b.

¹¹ SILVA, 2001. OLIVEIRA, 2013.

estratégias de resistência dos indivíduos escravizados em centros urbanos litorâneos no século XIX, constatou a frequência com que o mar e a atividade marítima figuraram como possíveis alternativas as fugas.¹²

É na intersecção existente entre o debate da presença de trabalhadores escravizados na navegação de cabotagem e a análise das estratégias de fuga e resistência escrava, que este trabalho se insere. A cabotagem é aqui percebida enquanto dinâmica de uma realidade paradoxal: ao mesmo tempo em que se revela dependente do trabalho escravo e produtora de mecanismos de controle e privação sobre indivíduos livres ou não, também se mostra como potencial espaço de luta e resistência à condição escrava. Portanto, o objetivo deste trabalho é perceber 1) de que forma as estruturas de coerção e disciplinamento, próprias do trabalho marítimo, se articulavam às estruturas de manutenção do próprio trabalho escravo; e 2) como tal articulação incidiu nas experiências de liberdade e escravidão dos marítimos escravos da navegação de cabotagem durante o Segundo Reinado.

O artigo foi organizado em duas partes. A primeira dedica-se à análise dos mapas estatísticos publicados pelo Ministério da Marinha do Brasil no período de 1847 e 1867. Ao reunir informações confeccionadas pelas Capitanias dos Portos, estes recenseamentos forneceram dados sobre o volume e crescimento das frotas e populações marítimas empregadas nos diferentes níveis de navegação, de modo que enfoquei os dados relacionados à cabotagem. Por meio da leitura quantitativa destas fontes buscou-se indícios que ajudassem a pensar elementos como o crescimento ou a redução das cifras nacionais dos marítimos atuantes na cabotagem, os principais grupos que compunham a força de trabalho empregada no setor, as variações numéricas e de perfil apresentadas entre as diferentes províncias arroladas nos recenseamentos e, por fim, a presença de marítimos escravizados

¹² FARIAS, 2006; JEHA, 2015; REBELATTO, 2006.

dentre os grupos de trabalhadores que compunham a estrutura da cabotagem.

A segunda parte, por sua vez, constituiu-se enquanto tentativa de atribuir a algumas destas estatísticas, nomes e trajetórias. Histórias evidenciadas em reflexões de autores e autoras que anteriormente abordaram o tema da escravidão no trabalho marítimo, ou da fuga de escravos pelo mar, foram reunidas, recebendo a companhia de novos sujeitos até então desconhecidos, cujas narrativas foram elaboradas a partir de documentos como anúncios de jornais e processos criminais, em uma tentativa de reconstruir e compreender como, para estes homens, era experienciada a interação de categorias como escravidão, trabalho marítimo e liberdade.

Os recenseamentos marítimos do Ministério da Marinha

No ano de 1845, o Ministério da Marinha, à época a cargo de Antônio Francisco de Paula de Holanda Cavalcanti de Albuquerque, encabeçou, primeiramente no Senado, e depois na Câmara dos Deputados, a discussão de um projeto de lei que visava a criação de um conjunto de novas repartições públicas subordinadas à então Secretaria de Estado e Negócios da Marinha, e que ficaria responsável pela administração, regulação e fiscalização dos portos mercantes nacionais.¹³ Aprovada naquele mesmo ano por meio do decreto nº 358 de 14 de agosto, a lei autorizava o governo a estabelecer uma capitania portuária em cada província marítima do Império onde julgasse necessário. Cada capitania deveria ser composta por um capitão do porto, um secretário e um patrão mor, ficando a cargo do primeiro a polícia naval e seus ancoradouros, o melhoramento e a conservação dos mesmos, a

¹³ As discussões realizadas à aprovação do projeto de criação da Capitania dos Portos pela Câmara do Senado podem ser encontradas em *Anais do Senado Imperial Brasileiro*, 1845, livros 02 e 03. Já as discussões da Câmara dos Deputados estão disponíveis em *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão de 08/08/1845, 11/08/1845 e 12/08/1845.

inspeção e a administração dos faróis, barcas de socorros, balizas, boias e barcas de escavação, assim como, a matrícula das gentes do mar e das tripulações, o tráfego dos portos e das costas e a praticagem das barras.¹⁴ A função do secretário seria melhor discriminada no ano seguinte, com a publicação do regulamento da capitania dos portos, o qual informava que

O secretário terá a seu cargo levar todos os termos e registrá-los, bem como a correspondência oficial e ordens que se expedirem; fazer a matrícula das tripulações das embarcações nacionais de coberta e dos indivíduos empregados na vida do mar, registrando-as separada em livros próprios; organizar no fim de cada ano civil, mapas de todos os navios entrados e saídos, com declaração da tripulações, tonelagens, portos de onde saíram e para onde se destinam; e, igualmente, mapas de todos os indivíduos empregados na vida do mar, segundo o ramo a que cada um pertence.¹⁵

A partir de 1847, após dar início ao recolhimento dos dados remetidos anualmente pelas províncias, sobretudo aquelas nas quais haviam sido implementadas capitánias dos portos, o Ministério da Marinha passou a produzir e a publicar, anexo aos seus relatórios anuais, uma série de recenseamentos marítimos que, ao reunir as informações oriundas de diferentes regiões do território, passaram a oferecer informações referentes ao tamanho e perfil das frotas e do pessoal empregado nos diferentes ramos da navegação nacional. Boa parte dos números aqui apresentados acerca dos marítimos atuantes na cabotagem são provenientes destes mapas registraes.

É oportuno destacar que a utilização de documentos estatísticos, sobretudo recenseamentos, apesar de exercício comum à escrita da história, é uma prática que ainda demanda cautela. Se, por um lado, estas fontes nos fornecem valiosas informações sobre

¹⁴ BRASIL. Decreto nº. 358, de 14 de agosto de 1845.

¹⁵ BRASIL. Decreto nº. 447 de 19 de maio de 1846.

as sociedades a que se referem e a forma como estas buscavam se estruturar, por outro, há limitações que não devem ser negligenciadas, pois, um censo é “junto com outras medidas centralizadoras, um ato de poder e uma busca pela visão estatal sobre seu território, seus recursos, sua população”.¹⁶ Em sua maioria, os processos de recenseamentos foram incapazes de dar conta das totalidades que objetivavam retratar, gerando números que se afastaram da realidade de formas variadas. No caso dos recenseamentos das populações marítimas publicados nos relatórios da Marinha a partir de 1847, algumas limitações específicas devem ser aqui levadas em consideração.

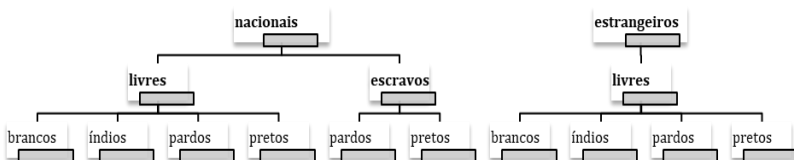
A primeira delas talvez seja as lacunas resultantes da própria estrutura de construção destes recenseamentos, na qual, as estatísticas nacionais eram elaboradas com base naquelas enviadas pelas províncias litorâneas. Como resultado, as contagens anuais nem sempre apresentaram dados relativos à todas as províncias, existindo uma predominância daquelas onde havia capitânias dos portos ou mesas de rendas; mas, mesmo essas, não figuraram em toda a série de forma ininterrupta. Entre o primeiro mapa estatístico, lançado no relatório de 1847, e o último, em 1867, a série apresenta no total 18 mapas, havendo uma lacuna referente aos anos de 1849, 1850 e 1851. Na série, 1856 foi o ano que contemplou o maior número de províncias, 14 ao todo, seguido pelo triênio 1858-1860, espaço que apresentou informações sobre 13 províncias. Por outro lado, 1847 (o primeiro ano da série), 1864 e 1867 (o último ano de publicação dos censos, ainda durante a Guerra do Paraguai), foram os que contaram com menos províncias, apenas sete. Das províncias litorâneas apenas Rio de Janeiro e Bahia apareceram em todos os anos, seguido de Maranhão, com 17 aparições, Rio Grande do Sul, com 16, e Santa Catarina e Alagoas, ambas com 15. Rio Grande do Norte e Paraíba

¹⁶ BISSIGO, 2017, p.45.

foram as províncias menos representadas pelos censos, o primeiro com duas aparições, e o segundo com apenas uma, em 1847.

A segunda consideração a ser realizada com relação aos documentos estatísticos do Ministério da Marinha atenta ao fato de que, por vezes, algumas províncias apresentaram números visivelmente inconsistentes e que, quando comparados ao padrão da série, se mostram incoerentes. Os motivos para tais acontecimentos podem ter sido diversos, contudo cabe aqui salientiar dois. O primeiro se refere à grande demanda de trabalho a cargo das capitânias dos portos, bem como a limitada cobertura efetiva que tais repartições conseguiam exercer ao longo do território litorâneo de suas províncias, o que pode ter influenciado diretamente na periodicidade e qualidade dos mapas produzidos por secretários e capitães do porto. O segundo diz respeito ao fato de que estas estatísticas provinciais eram construídas com base na matrícula individual dos homens do mar e das matrículas das tripulações das embarcações que entravam e saíam dos portos; todavia, durante os primeiros anos após a implementação da obrigatoriedade da matrícula a todas as áreas da faina Marinha, houve considerável resistência por parte destes trabalhadores à matricularem-se, comportamento que vai lentamente mudando ao longo dos anos, devido ao aumento do policiamento dos portos e da repressão aos marítimos sem matrícula, ou mesmo pela assimilação da matrícula pelo próprio grupo dos marítimos que passou a aderi-la para burlar o serviço militar da Guarda Nacional, do qual os matriculados estavam por lei isentos.

Figura 1: Estrutura das categorias populacionais que compunham os mapas estatísticos do Ministério da Marinha



Cabe também destacar que as classificações que baseavam estes recenseamentos podem ser problemáticas, e as lógicas para seus usos à época, complexas. Partindo do pressuposto de que os recenseamentos são instrumentos a serviço do Estado, identificar as motivações que levaram a sua criação, bem como perceber quais deveriam ser, ao menos a princípio, as suas funções, pode facilitar nossa compressão acerca deles. Com os mapas estatísticos produzidos pelo Ministério da Marinha não foi diferente. Sua criação possuía uma motivação clara: produzir conhecimento acerca do perfil dos trabalhadores atuantes na Marinha mercante brasileira. Isso dentro de uma lógica em que a Marinha mercante de uma nação era a geradora natural de homens à Marinha de guerra. A partir dos anos de 1840, para o Ministério da Marinha, quanto mais se investisse na criação de uma frota de trabalho marítima que fosse em sua essência brasileira e livre, a despeito do que acontecia, mais fácil seria angariar homens que quisessem aderir a Marinha de guerra e a ela fossem úteis, devido, sobretudo, a sua já existente intimidade com os ofícios do mar. As palavras do Ministro da Marinha em 1853 corroboram esta perspectiva. Segundo ele,

A nossa Marinha mercante é, como sabeis, mui diminuta; está ainda limitada a navegação de cabotagem, mui poucas são as embarcações brasileiras que fazem a navegação de longo curso. As tripulações, assim destes, como aquelas embarcações, são em sua maior parte compostas de marinheiros estrangeiros e escravos. Nacionalizar o nosso comércio marítimo é de certo um dos objetivos mais dignos de vossa consideração.¹⁷

Este pensamento nos ajuda a compreender, por exemplo, os motivos que fizeram com que na estrutura destes recenseamentos a categoria de nacionalidade fosse a primeira a ser empregada, seguida do status jurídico dos sujeitos trabalhadores. A terceira

¹⁷ Relatório do Ministério da Marinha (daqui para frente RMM), 1853, p. 14.

categoria de classificação foi a cor, os homens livres, tanto os nacionais como os estrangeiros, poderiam ser classificados como brancos, índios, pardos ou pretos, conforme a figura 1, ao passo que os escravizados poderiam ser vistos como pardos ou pretos. Se a cor foi a principal norteadora deste terceiro nível de classificação, ela pouco nos revela sobre esses sujeitos e, por vezes, se torna mais confusa do que esclarecedora.

Ademais, outra ressalva ainda merece espaço, e ela se refere ao fato dos censos do Ministério da Marinha lerem a faina marítima como uma prática exclusivamente masculina. Como vimos, uma vez que estes mapas possuíam pretensões militares, acabaram por produzir uma realidade na qual as mulheres foram negligenciadas como trabalhadoras atuantes no setor. Isso fica claro em uma rápida passagem do relatório de 1846, em que o Ministro Albuquerque afirmou que “nos dados estatísticos fornecidos por esta mesma capitania do Pará, faz-se notável a desproporção entre o número de barcos, e as tripulações arroladas, desproporção em parte proveniente de se empregarem neste serviço grande número de mulheres que inútil seria alistar”. Logo, a hegemonia masculina no setor da cabotagem que a análise a seguir falsamente projeta é reflexo da incompetência momentânea de seu autor em burlar a manipulação da realidade promovida pela documentação acerca do assunto. Até o fim da pesquisa na qual esta análise está inserida se buscará formas de demonstrar como, mesmo em número reduzido, as mulheres foram sujeitas ativas e presentes no setor da cabotagem brasileira, apesar de quase totalmente invisibilizadas.¹⁸

Trabalho e escravidão nas estatísticas da cabotagem brasileira

É chamada de cabotagem a prática de navegação que, sem se afastar demasiadamente do litoral, se desenvolve de forma

¹⁸ RMM, 1846(3), p.7.

costeira. O termo é uma referência a Sebastião Caboto (1476-1557), navegador veneziano conhecido por chefiar expedições que exploraram tanto a costa atlântica da América do Norte, como o litoral meridional da América do Sul e a bacia do Rio da Prata. A cabotagem pode se subdividir em “grande cabotagem”, termo utilizado para designar viagens que percorrem duas ou mais nações; e a “pequena cabotagem”, a navegação desenvolvida entre os portos marítimos de uma mesma nação. No entanto, com o passar do tempo, o termo passou a caracterizar, sobretudo, a segunda modalidade e transformou-se em uma expressão utilizada em contraposição à navegação de longo curso. O Brasil é um exemplo deste movimento. Em julho de 1841, o Tribunal do Tesouro Público Nacional, definiu viagem de longo curso em contraposição à cabotagem. Segundo a decisão nº 311 seria navegação de longo curso “toda aquela que se fizer para portos estrangeiros, posto que sejam os mais próximos aos do Império e situados no mesmo continente; em contraposição à viagem de cabotagem, ou costeira, que se faz de um a outro porto do litoral do Brasil”.¹⁹

A navegação de cabotagem ocupou importante papel na formação e desenvolvimento do Brasil. Por meio dela foi possível movimentar considerável gama de produtos, tanto de origem nacional como estrangeira, promover articulações entre as diferentes regiões do Império e desenvolver múltiplas relações comerciais que contribuíram para a formação do comércio interno.²⁰ O vasto território e os dispersos pontos de concentração e escoamento da produção ao longo do litoral, bem como as múltiplas e diversas necessidades da estrutura comercial interna, fizeram com que este setor da navegação se desenvolvesse no Brasil por meio de diferentes níveis, local, regional e inter-regional,

¹⁹ Decisão nº. 311, de 24 de julho de 1841.

²⁰ SILVA, 2001, p.176.

os quais apresentavam variadas possibilidades de configuração e interação.

Em âmbito local, por exemplo, ao garantir a articulação do principal porto de uma província aos demais portos secundários ou pontos de navegação em sua costa, a cabotagem podia promover a conexão dos múltiplos pontos produtores de seu território às suas principais regiões exportadoras e importadoras. Na província de Santa Catarina apesar do plantio da mandioca e a produção da farinha serem práticas difundidas em diferentes pontos do território, durante a primeira parte do século XIX a maior parte desta produção na região litorânea era escoada através de pequenos portos regionais, como o de Laguna e o de São Francisco, ou de trapiches espalhados pelas principais vilas costeiras até o porto da capital Desterro, de onde era finalmente exportada às demais províncias.²¹ Já a nível regional, o que se pode perceber é a confluência da atividade comercial de províncias menores às províncias próximas e economicamente mais potentes. Foi o caso de Recife, cuja praça portuária ao estabelecer intensa relação com as províncias adjacentes à Pernambuco, como Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas, transformou-se no principal centro comercial da região. Já a cabotagem inter-regional, por sua vez, foi aquela cujas rotas permitiram conectar diferentes regiões do Império, fazendo com que produtos de províncias que por vezes estavam a milhares de quilômetros de distância, tornassem-se acessíveis. Ao longo de todo o século XIX foi possível encontrar embarcações originárias do Rio Grande do Sul ancoradas no porto de Salvador ou navios que, vindos do Pará para o Rio de Janeiro, retornavam ao norte. Mercadorias, passageiros e saberes que ao utilizarem o mar como espaço de movimentação circulavam de norte a sul e de leste a oeste no território nacional.

²¹ Acerca da estrutura econômica de importação e exportação da província de Santa Catarina neste período, cf. HUBENER, 1981.

Apesar de neste trabalho a cabotagem ser abordada de forma isolada, deve antes ser percebida como uma atividade conectada às outras formas de navegação. A própria acumulação dos produtos a serem transportados por embarcações dependia de um longo e complexo processo de escoamento que, muitas vezes, iniciava em unidades agrícolas longínquas, e percorria grandes distâncias a bordo de pequenas e médias embarcações, como canoas, jangadas, lanchões e iates que desciam os rios rumo ao litoral ou percorriam grandes lagos, lagunas e baías. O movimento inverso também era comum, e cabia muitas vezes às embarcações do tráfico dos portos e dos rios navegáveis fazer a distribuição local dos gêneros que chegavam aos portos via cabotagem. A própria cabotagem, se tratando da relação que exercia com a navegação de longo curso, assumia função semelhante quando atuava como atravessadora entre os portos das províncias e as grandes praças portuárias de navegação transatlântica, como o Rio de Janeiro e Salvador, levando os produtos a serem exportados e distribuindo os importados.

Em 1854, o Brasil apresentava uma população de aproximadamente 7.677.800 habitantes, dos quais 3.955.855 eram homens.²² Naquele mesmo, ano o Ministério da Marinha publicou pela quinta vez os seus mapas estatísticos acerca da navegação no Império, revelando a existência de 31.180 homens que atuavam na faina marítima, sendo que destes, 875 estavam vinculados à navegação de longo curso, 12.674 à navegação de cabotagem, 11.305 ao tráfico dos portos e rios, e 6.326 atuavam como pescadores.²³ Comparando os dados da estimativa populacional aos dados do censo marítimo de 1854, é possível constatar que naquele ano aproximadamente 1% dos homens do Império haviam sido matriculados nas capitânicas dos portos como trabalhadores do mar. Esta porcentagem provavelmente era maior, uma vez que os

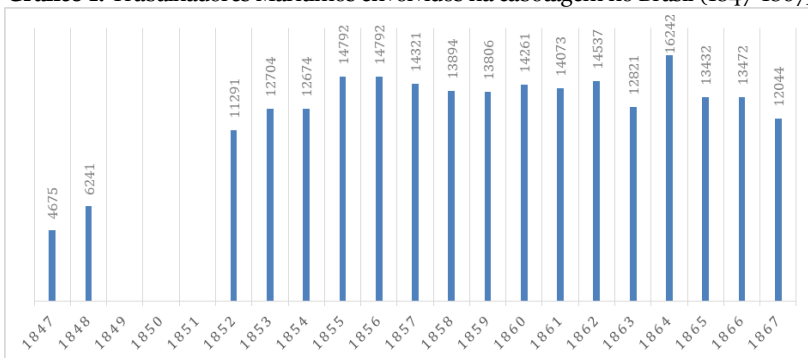
²² Os dados acerca de 1854 foram retirados do artigo de BOTELHO, 2005.

²³ RMM, 1854.

números do Ministério da Marinha contabilizavam apenas aqueles que já haviam sido matriculados e, naquele ano, a contagem trazia os dados de somente 10 das 16 províncias litorâneas do Império.

Como pode ser conferido no gráfico 1 a seguir, ao longo das duas décadas que os recenseamentos marítimos nos permitem analisar, é possível perceber que, apesar de não apresentar um padrão de crescimento linear, o grupo dos trabalhadores atuantes na cabotagem estabilizou-se, com poucos momentos de decréscimo abrupto e moderadas taxas de crescimento, ao menos até os últimos anos da amostra. A média geral para o período entre 1847 e 1867 foi de cerca de 12.800 homens atuando anualmente na cabotagem. Do primeiro ano, com a menor soma, a 1864, o de maior, a taxa de crescimento foi de cerca de 250%. Os baixos números dos primeiros dois anos, provavelmente estavam atrelados à já citada lenta aderência dos marítimos à matrícula, subsídio base destes recenseamentos. Já com relação ao decréscimo iniciado após 1864, fatores como o início da Guerra do Paraguai, que acabou por cooptar grande parte dos trabalhadores dos setores marítimos, e o aumento do número de navios a vapor empregados na cabotagem, e que necessitavam de tripulações menores, podem nos ajudar a compreendê-lo.

Gráfico 1: Trabalhadores Marítimos envolvidos na cabotagem no Brasil (1847-1867)



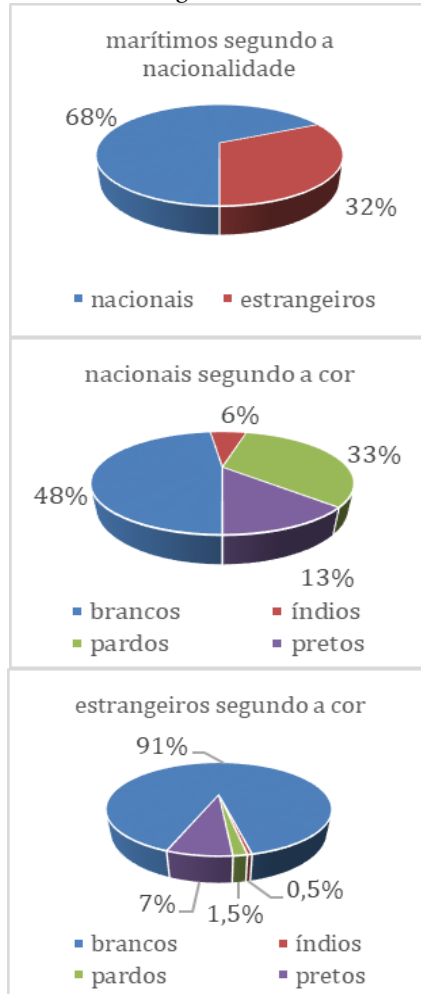
Elaborado pelo autor com base nos mapas estatísticos publicados nos relatórios do Ministério da Marinha entre 1847-1848 e 1852-1867.

A província que concentrava a maior frota utilizada para a navegação de cabotagem, bem como o maior número de marítimos registrados trabalhando neste, era o Rio de Janeiro. Anualmente, a soma destes trabalhadores era responsável por quase metade da cifra geral do Império, numa porcentagem que variou de 42% a 63%. A Bahia ocupou o segundo lugar na lista das maiores populações da cabotagem, apesar de apresentar números consideravelmente mais baixos em relação ao Rio de Janeiro, os índices apresentados pela província equivaliam, em média, de 15% a 20% das somas gerais anuais, chegando a atingir o montante de 43% em 1864, sendo que, dificilmente era alcançada por outras províncias. Alagoas, Sergipe e Santa Catarina se revezaram na ocupação dos postos de terceira, quarta e quinta maior soma. Com exceção da Paraíba, que figurou apenas no mapa de 1848, coube a São Paulo e ao Paraná a apresentação das menores somas.

Além de volumes distintos, cada província apresentava ainda uma configuração variada do seu grupo de marítimos. O percentual de homens livres ou escravos, brancos, indígenas ou de cor, nacionais ou estrangeiros, não era o mesmo de uma província para outra. O Pará, por exemplo, caracterizava-se por apresentar baixa taxa de marítimos escravizados. A província contava com um elevado índice de homens livres, sobretudo, brancos e pardos e durante a década de 1850 apresentou por mais de uma vez os maiores índices referentes a marítimos indígenas, chegando, em 1852, a contabilizar 997 homens desta categoria. Já Santa Catarina apresentava um dos quadros menos diversificados. Haja vista que os trabalhadores marítimos eram basicamente homens livres e brancos, nacionais ou estrangeiros, e escravizados, predominantemente aqueles declarados como pretos; numa variação onde o segundo grupo correspondeu de 30% a 50% da totalidade ao longo dos anos.

Apesar das variações em âmbito provincial e daquelas ocorridas ao longo do tempo, pode-se dizer que a maior parte dos que atuaram como marítimos na cabotagem brasileira eram

homens livres ou libertos. O período coberto pelos censos do Ministério da Marinha revela que a presença destes homens variou de 55% a 81%, mas, em média, eles representaram 65% da força de trabalho neste setor. Contudo, este não era um grupo homogêneo e em sua composição havia homens brancos, indígenas, pardos e pretos, que podiam ser tanto nacionais como estrangeiros. Homens brancos somavam em média 40% da população marítima total e, dentre eles, 53% eram brasileiros, e 47% estrangeiros, sobretudo portugueses. Já com relação às demais categorias que compunham o grupo dos homens livres, os pardos representavam 14,7% e, no caso deles, a cada 65 homens, apenas 1 era estrangeiro. Já os pretos livres correspondiam a 7,5% do grupo, sendo que dentre eles, 1,5% eram estrangeiros. Rio de Janeiro, Sergipe e Bahia foram as províncias que apresentaram as maiores taxas deste grupo. Além dos homens brancos e dos de cor, o grupo dos homens livres era composto ainda por aqueles que formavam o menor grupo, os indígenas. Estes homens somavam ao todo cerca de 2,6%, mas mesmo entre eles era possível encontrar estrangeiros, e para cada 31 indígenas nacionais um era estrangeiro. Os marítimos indígenas foram computados em grandes grupos, sobretudo nas províncias do Norte e Nordeste. Uma exceção viria a ser o Rio de Janeiro. As cifras das regiões Sul e Sudeste para este grupo ficaram, na maior parte das vezes, em algumas dezenas de homens ou até menos. Santa Catarina foi a única província em que nenhum indígena foi contabilizado ao longo das quase duas décadas que a série cobre.

Gráfico 2: Marítimos livres segundo nacionalidade e cor (1847 e 1867)

Elaborado pelo autor com base nos mapas estatísticos publicados nos relatórios do Ministério da Marinha entre 1847-1848 e 1852-1867.

Os dados apresentados pelo Ministério da Marinha nos permitem também inferir que, apesar de menor em comparação aos livres, o número de marítimos escravizados atuando na cabotagem foi expressivo, representando em média 35% destes trabalhadores e, conforme mostra o gráfico 3 adiante, chegou a atingir por três anos consecutivos 45%. Ao contrário do que

ocorria entre os homens livres onde o grupo dos pardos era maior do que o dos homens pretos, dentre os escravizados esta lógica se invertia, e os homens marítimos pretos correspondiam a 95% do total dos escravizados, ao passo que os pardos somavam apenas 5%. Já dentro do grupo geral dos marítimos da cabotagem, os escravizados pretos representavam 33,3%, e os pardos 1,7%.

A venda e o aluguel de marítimos escravizados para a navegação de cabotagem chegou a figurar como setor específico do comércio interno de escravos, funcionando, sobretudo, por meio de circuitos durante o século XIX. No primeiro trabalhava-se com o aluguel de cativos para o trabalho em embarcações que atuassem a nível local e regional, isso porque alguns senhores conscientes dos altos índices de fugas no setor da navegação achavam perigoso alugar escravos para embarcações que rumavam para portos demasiado distantes, o que poderia facilitar eventuais fugas e dificultar recapturas. O segundo circuito, por sua vez, era onde se podia encontrar ofertas tanto de aluguel quanto de venda de cativos para atuar em embarcações de rotas inter-regionais, alimentando uma rede interprovincial de marítimos escravizados. Em ambos os circuitos poderiam ser encontrados homens com muita, pouca ou nenhuma experiência no mar. Além da venda e do aluguel, muitos destes trabalhadores escravizados poderiam ter chegado à vida marítima como propriedade de mercadores, donos de embarcações, mestres ou capitães, ou, até mesmo de outros marítimos.²⁴

Dentre todas as províncias litorâneas do Império, o Rio de Janeiro apresentava a maior porcentagem de marítimos escravos atuando na cabotagem. Entre os anos de 1852 e 1862, por exemplo, a média de marítimos escravizados nesta província foi de 49,5%, tendo em alguns anos ultrapassado a marca dos 50%, atingindo em 1852, impressionantes 57,5%. Diferentemente do quadro numérico, no qual o Rio de Janeiro ocupou de forma isolada a primeira posição em termos de emprego de marítimos escravizados, sob uma perspectiva

²⁴ SILVA, 2001:85.

percentual, o Rio Grande do Sul apresentou números bastante parecidos. A média de marítimos escravizados correspondia a 49% do grupo geral, o que a deixava em segundo lugar no quadro, seguida de Santa Catarina, na qual 46% dos marítimos da cabotagem estavam em condição escrava, e o Maranhão, com 44,5%. Pará, Ceará e Paraná, por sua vez, apresentaram os menores índices. A seguir as tabelas 1 e 2 detalham, por província, esta composição.

Tabela 1: Variação do pessoal da cabotagem a nível provincial de 1847 a 1867

Ano/ Província	1847	1848	1852	1853	1854	1855	1856	1857	1858	1859	1860	1861	1862	1863	1864	1865	1866	1867
Pará	652	1008	1333	420	1047	266	2013		132	318								
Maranhão	247	205	193	170	162	226	192	141	155	177	157	163	140	132	440	338	363	
Piauí									180	103	78						277	123
Ceará									143	174	206	218	217	259	261	299	367	387
Paraíba		66																
Pernambuco	1026	1054		783	560	938	592	398		417	398							
Alagoas		211	452	491	535	276	380	757	544	755	781	795	864		787	145	819	
Sergipe		421					485	1280	778	874	782	876	968	894	568	568	654	653
Bahia	1255	1197	1804	1831	1279	1478	1419	1168	1602	1434	2136	2265	3127	3392	7086	3100	3100	3166
Espírito Santo							130	149	170	280	276	260	260	233	236	236	276	247
Rio de Janeiro	523	1081	6163	7341	7971	7956	7970	8103	8081	8028	8051	8019	7333	6789	6864	6771	6837	6764
São Paulo		12	162		19	406			15	17	17	33	43	51			90	
Paraná			691	834	36	63	66	277	42		59							
Santa Catarina	437	529	493	834	632	778	691	713	734	782	804	890	919	1071		1283		
Rio Grande do Sul	535	457			433	818	854	1335	1318	447	516	354	666			692	689	704
Total	4675	6241	11291	12704	12674	14792	14792	14321	13894	13806	14261	14073	14537	12821	16242	13432	13472	12044

Elaborado pelo autor com base nos mapas estatísticos publicados nos relatórios do Ministério da Marinha 1847-1848 e 1852-1867.

Tabela 2: Variação da porcentagem de marítimos escravizados no pessoal da cabotagem a nível provincial de 1852 a 1867

Ano/ Provincia	1852	1853	1854	1855	1856	1857	1858	1859	1860	1861	1862	1863	1864	1865	1866	1867
Pará	4%	0%	6%	6%	3%		0%	9%								
Maranhão	6%	6%	6%	5%	3%	4%	3%	9%	2%	2%	4%	5%	8%	13%	20%	
Piauí							2%	8%	1%						5%	1%
Ceará							2%	4%	5%	4%	4%	3%	2%	0%	10%	4%
Paraíba																
Pernambuco		44%	25%	10%	2%	2%		13%	2%							
Alagoas	4%	7%	10%	3%	5%	1%	1%	7%	0%	0%	5%		3%	2%	3%	
Sergipe					8%	2%	1%	1%	1%	1%	2%	1%	3%	2%	0%	0%
Bahia	3%	3%	2%	2%	2%	3%	2%	0%	2%	2%	2%	2%	0%	2%	2%	2%
Espírito Santo					2%	2%	2%	2%	3%	3%	2%	2%	0%	2%	1%	1%
Rio de Janeiro	5%	5%	5%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%
São Paulo	1%		1%	1%			0%	1%	1%	1%	1%	1%			1%	
Paraná			3%	1%	2%	0%	0%		7%							
Santa Catarina	44%	3%	1%	4%	5%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%		3%		
Rio Grande do Sul	4%	5%	5%	4%	4%	6%	5%	5%	4%	4%	3%			3%	2%	3%

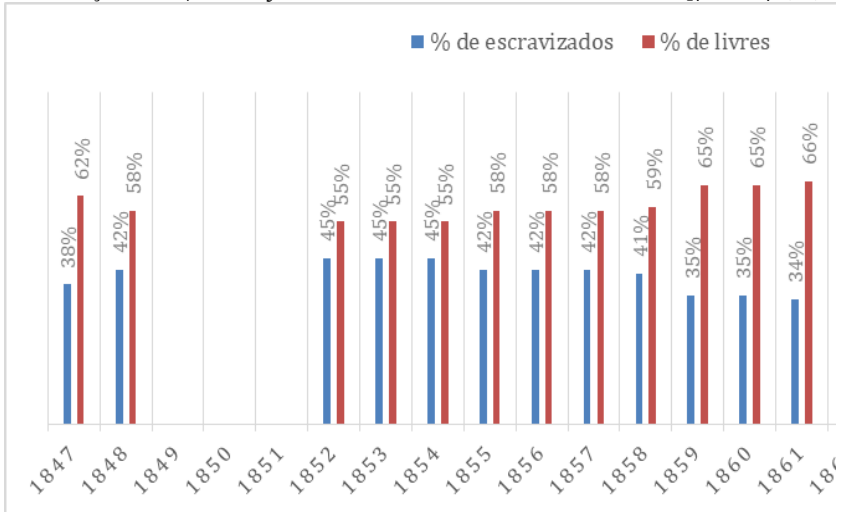
Elaborado pelo autor com base nos mapas estatísticos publicados nos relatórios do Ministério da Marinha 1847-1848 e 1852-1867.

Algumas províncias apresentaram pequenas variações ao longo dos anos, sugerindo uma relativa estabilidade da presença escrava neste setor da navegação; outras, porém, seguiram uma linha instável. No caso da Bahia e do Maranhão, é possível identificar um movimento decrescente, no qual a participação de marítimos escravizados foi, com o avançar dos anos, sendo substituída pela de homens livres, sobretudo pardos e pretos. Talvez os mesmos, já alforriados. Já em outras, como o Espírito Santo, o movimento é de ascensão e à medida que suas populações marítimas subiam, crescia também o percentual de cativos que as compunham.²⁵

²⁵ Ao analisar uma amostragem construída a partir das tripulações de 14 embarcações de cabotagem que atracaram no porto de Recife entre os meses de janeiro a julho de 1845, Luiz Geraldo Silva percebeu que aquelas advindas dos portos do Sul – Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul – apresentavam além das maiores tripulações, a maior concentração de escravos por tripulante livre. Em contraste, as embarcações de Pernambuco possuíam tripulações pequenas, nas quais, de um a três homens eram escravos. Outras províncias como Paraíba, Ceará e o Rio Grande do Norte, além de figurarem com as menores tonelagens, apresentavam também as menores porcentagens de escravos em suas tripulações (SILVA, 2001, p.182-183).

Gráfico 3:

Condição social/estado jurídico dos marítimos do Brasil entre 1847 e 1867 (%)



Elaborado pelo autor com base nos mapas estatísticos publicados nos relatórios do Ministério da Marinha 1847-1848 e 1852-1867.

O gráfico 3 nos oferece uma importante informação. Se analisarmos os números referentes aos marítimos escravizados atuantes na cabotagem, perceberemos que, sobretudo a partir de 1854, há um gradual decréscimo de seu volume até 1865, quando, repentinamente, se recupera para então voltar a decair. Esse movimento de decadência do número de marítimos escravizados em contrapartida ao progressivo aumento das somas referentes aos marítimos livres não ocorreu de maneira totalmente espontânea. É muito mais o resultado de uma série de medidas e leis implementadas pelo Governo Imperial que visavam garantir, mesmo que artificialmente, a formação de uma Marinha mercante que fosse majoritariamente brasileira e livre, afastando-se, assim, de um perfil (ainda visível nos primeiros anos dos censos marítimos) em que os trabalhadores deste setor eram na sua maioria homens estrangeiros ou escravizados.

Fuga e resistência entre marítimos escravizados

Apesar de não ser a única, uma estratégia comum de resistência à escravidão empregada por indivíduos cativos foi a fuga. No caso do Brasil, onde a maior parte dos principais centros urbanos se desenvolveu no litoral atlântico, as grandes cidades quase sempre comportavam regiões portuárias, cenários que agregavam grandes contingentes de embarcações e trabalhadores marítimos, fossem estes locais ou advindos de outras regiões, que eram postos em contato direto ou indireto com os grupos que formavam o tecido social destas cidades. Em realidades onde boa parte da economia girava em torno da atividade portuária, era comum que somas significativas da mão de obra livre ou escrava fossem empregadas em tarefas que se relacionavam direta ou indiretamente à comunidade portuária e a faina marítima.²⁶ Aos trabalhadores escravizados, estas regiões devido a sua composição peculiar acabavam por oferecer uma possibilidade a mais de fuga: o mar. Além dos costumeiros aborrecimentos relacionados às brigas e ao mal comportamento dos trabalhadores marítimos, registrados em abundância na documentação policial do século XIX, os chefes de polícia e delegados destas regiões precisaram lidar com o problema das fugas de cativos via rotas marítimas.²⁷

Para além do alto número de trabalhadores cativos urbanos que circulavam pelas praças portuárias – dos quais alguns acabavam por se valer deste cenário em benefício próprio –, existia também, como vimos na primeira parte deste texto, um considerável percentual de marítimos que atuavam na própria cabotagem e que o faziam sob condição escrava. Para estes, se por um lado o mar se mostrava como o cenário de exploração de sua força de trabalho, por outro poderia também configurar-se como o caminho para liberdade. A fuga de marítimos cativos, assim como

²⁶ KARASCH, 2000. FARIAS; *et al.*, 2006; JEHA, 2015.

²⁷ REBELATTO, 2006.

a de escravos urbanos pelo mar era uma possibilidade real e conhecida. Marítimos escravizados eventualmente praticaram planos de fuga nos quais, ao passo que os conhecimentos adquiridos e as relações construídas ao longo de suas experiências no mar poderiam lhes conferiam certas vantagens, em contrapartida, os mecanismos de controle empregados, tanto por senhores de escravos quanto pelas autoridades, se mostravam suficientemente efetivos no controle destes sujeitos e na redução destas possibilidades. Vejamos um exemplo desta cultura de vigilância.

Em 18 de julho de 1848, o jornal *A Regeneração*, publicado em Desterro, lançou uma nota acerca de um roubo ocorrido no porto de Laguna:

O suplente do delegado desta cidade em exercício, o sr. Manoel G. da Costa Barreiros, conseguiu há pouco descobrir um furto feito a bordo do patacho *São Pedro*, na importância de 500\$000 réis; capturado o ladrão, um escravo marinho do mesmo navio de propriedade do sr. Fidelis Ouriques.²⁸

À primeira vista não parece haver nada de anormal ou extraordinário na notícia. Sendo apenas mais um informe público do sucesso das ações do delegado de polícia de Laguna; afinal, como vimos, era comum que cativos atuassem como marítimos na cabotagem. Contudo, há na notícia supracitada um significativo engano. É bem verdade que o furto havia ocorrido a bordo do patacho *São Pedro*, embarcação que pertencia a Fidelis Alves Ouriques, importante comerciante e político daquela cidade, ou ainda, que o delegado havia capturado o ladrão. Após ser autuado, Antônio que atuava como cozinheiro no patacho *São Pedro*, foi preso e submetido a julgamento sob suspeita de roubo. A veracidade das informações, no entanto, se esgota aí. Antônio, ao contrário do que informara o jornal, não era escravo. Filho de pais

²⁸ *Jornal A Regeneração*, Desterro, 18/07/1878, p. 03.

libertos, ele nascera livre no Rio de Janeiro e iniciara sua vida como marítimo aos 18 anos, quando, por escolha própria, apresentou-se voluntariamente à Armada Nacional.

Não é de se estranhar que, devido a um ato falho do editor ou mesmo a um problema de comunicação, a notícia tivesse enunciado Antônio como escravo; afinal, essa dúvida ocorreu inclusive ao próprio juiz que julgou o caso e que, em determinado momento durante o processo, sentiu necessidade de questionar o réu acerca da veracidade de sua condição como homem livre.²⁹ Afastadas as suspeitas da possibilidade de Antônio ser escravo e cientes de sua passagem pela Armada Nacional, as autoridades iniciaram outro movimento, o de averiguar uma possível deserção por parte do marítimo. Assim como no caso da fuga dos escravos, a deserção de marítimos da Marinha de guerra era outra realidade bastante conhecida.

Os diversos levantes e rebeliões ocorridas durante o Período Regencial haviam demonstrado a importância do poderio militar tanto à manutenção da unidade quanto a soberania nacional. Apesar de muitas das medidas adotadas pelo Ministério da Marinha sobretudo após os anos de 1840 terem buscado estabelecer melhorias significativas à experiência militar, diminuindo o tempo de serviço obrigatório, ofertando melhores soldos e condições mais propícias à permanência e progressão da carreira, o seu pouco êxito fez com que as experiências de recrutamento forçado fossem, por muito tempo, uma prática comum que, ora desenvolvida como estratégia central, ora não, afetaram grandes parcelas das populações livres, sobretudo aquelas mais pobres.³⁰ Se o recrutamento por vezes era inevitável, como resposta a esta violência muitos destes homens acabavam por executar planos de fuga que variavam nas chances de êxito

²⁹ Para análise da fragilidade, problemas e riscos das experiências de liberdade vivenciadas pelos egressos da escravidão e seus descendentes cf. CHALHOUB, 2010.

³⁰ Acerca da experiência militar e do recrutamento forçado na Marinha de guerra brasileira durante o Período Imperial, cf. JEHA, 2011; NASCIMENTO, 2016; 2000; 2015.

frente às medidas militares tomadas para conter esta prática. Possivelmente, foi a experiência na Armada e a aquisição de múltiplas experiências e saberes necessários aos ofícios do mar, que levaram Antônio a permanecer na faina marítima, conquistando um espaço na navegação de cabotagem. Muitos dos desertores da Armada acabavam também na Marinha mercante.

Mas não foi apenas o serviço militar que instigava deserções. Pode-se falar também de marítimos livres ou tripulações inteiras que abandonaram suas embarcações. Os motivos poderiam ser diversos, podemos encontrar casos relacionados a jornadas excessivas de trabalho, indevida provisão de água e suprimentos, atraso ou negligência dos ordenados e ainda excessiva violência empregada por alguns capitães. Muitas vezes a deserção se dava de maneira simples, contudo, por outras, apenas a vontade de partir em busca de melhores condições de trabalho não bastava, demandando planejamento e por vezes auxílio de autoridades.³¹ O mar oferecia a estes desertores o mesmo anonimato que ofereceria aos marítimos cativos em fuga que nele buscavam uma nova vida como homens livres; em outras palavras, a violência e o cerceamento da liberdade eram, para muitos trabalhadores marítimos livres ou cativos, uma experiência comum.

A vida como marítimo poderia oferecer àqueles em condição cativa maiores oportunidades de acesso à liberdade, reflexo disso é que, aos olhos das autoridades de Laguna, existiam mais possibilidades de Antônio estar em fuga do que ser um homem livre, como o era. Uma análise cuidadosa dos jornais de qualquer cidade portuária da costa brasileira daquele período pode facilmente ratificar esta teoria. É possível encontrar neles uma série de anúncios de cativos que atuavam como marítimos. No Rio Grande do Sul, por exemplo, entre 1861 e 1867, cerca de 21% dos escravos fugidos e que tiveram suas profissões identificadas eram

³¹ Cf. COUCEIRO, 2005.

marítimos, e cerca de 46% das fugas haviam ocorrido por meio da adesão destes trabalhadores a tripulações de outras embarcações.³²

Diferentemente de Antônio, Anselmo, um jovem de vinte e tantos anos que atuava também como cozinheiro, quando adentrou em 23 de maio de 1846 ao porto de Recife, o fez na condição escrava. Anselmo havia sido alugado por seu senhor, José Joaquim de Oliveira, um comerciante de Paranaguá, cidade portuária no litoral da costa paranaense, ao capitão do brigue-escuna *Cacique*, Manoel Pereira Jardim. A viagem que levara Anselmo ao Recife havia começado no Rio Grande do Sul, de onde o brigue-escuna partira com uma carga de 134 toneladas, cujo consignatário era a casa comercial Recifense Amorim e Irmãos. Em 21 de julho, dois meses após a sua chegada ao Recife, o jornal local *Diário de Pernambuco* anunciou o desaparecimento do jovem cozinheiro, informando que o mesmo “levou camisa de riscado azul, calças azuis e chapéu de palha”, e alertando que o fugido “provavelmente se inculcará como forro”. O anúncio também rogava a todos os capitães e mestres de embarcações daquele porto e as autoridades locais que ficassem atentos, a fim de colaborarem à sua apreensão. Além de Anselmo, naquele mesmo ano, conforme a sessão de “escravos fugidos” do *Diário de Pernambuco*, outros 13 marítimos escravizados haviam orquestrado e executado planos de fuga, o que, em média, representaria uma fuga por mês. Dez anos antes, em 1836, o número era similar, e 12 marítimos cativos haviam fugido.³³

Boa parte dos anúncios de fuga na cidade do Rio de Janeiro também se referia a marítimos escravizados e, além de trazerem novos exemplos destas práticas, nos ajudam a entender outras facetas da vida destes homens, como, por exemplo, a razão de que, por estarem sujeitos à dinâmica do trabalho escravo, as escolhas das funções que exerciam não dependia unicamente de sua própria

³² OLIVEIRA, 2009, p.9.

³³ SILVA, 2001, p.156.

vontade. Nem todos estes marítimos escravizados trabalhavam exclusivamente em um setor, sendo comum que estes trabalhadores fossem aptos e exercessem mais de uma função ao longo de suas vidas, de forma que o trabalho embarcado poderia ou não ser sua ocupação principal. Havia situações em que os fugitivos nem sequer estavam atuando como marítimos no momento de suas fugas, mas se valiam dos conhecimentos adquiridos em experiências de trabalho no mar. Foi o caso de Carlos, um africano de nação Mina Sauté muito conhecido pelo nome de Borrito, que fugira da casa de seu senhor no Trapiche do Trigo, na cidade do Rio de Janeiro. Na época trabalhava como pombeiro, mas no anúncio de sua fuga, seu proprietário, Antônio Machado de Carvalho, além de oferecer uma recompensa pelo seu resgate, alertava que Borrito já havia atuado embarcado e rogava aos comandantes do registro toda a cautela na saída das embarcações pelo fato de o fugitivo ser um “bom marinheiro”. Ou ainda, como o africano de nação Hausá, Manoel, “muito habilidoso, oficial de sapateiro, tem algumas vezes sido preso, e logo solto, pois que, como muito ladino, diz sempre que é forro, e assim se tem salvado desta sorte, serviu já 13 meses a bordo dos navios de guerra nacional e internacional de marinheiro e cozinheiro”. O caso de Manoel nos chama atenção ainda à existência daqueles que, sem nenhuma experiência prévia, iniciavam com a fuga sua prática no mar.³⁴

Apesar do padrão de fuga de Anselmo apresentar distinções daquele no qual se encaixam Borrito e Manoel (o primeiro estava atuando como marítimo no momento da fuga, os outros dois exerciam funções em terra, vinculadas ao trabalho urbano), há algo que perpassa os três casos. Anselmo, Borrito e Manoel sabiam – e isso nós podemos constatar por meio dos anúncios publicados por seus senhores – que uma vez a fuga iniciada, mais do que afirmarem-se como livre, era necessário que apresentarem um

³⁴ FARIAS; *et al.*, 2006, p.45-46.

comportamento que os fizessem parecer e serem percebidos como tais. Nesse sentido, não parece equivocada pensar que, ao serem conhecedores da existência de uma vasta soma de homens livres e de cor que atuavam como marítimos, eles os tenham usado como modelo pré-estabelecido a ser seguido. Apesar da potencial dúvida que pairava às autoridades acerca do status jurídico de marítimos de cor na cabotagem, a verdade é que no *éthos* do próprio grupo, a liberdade não se mostrava uma condição que necessariamente se relacionava a cor.

Ao analisar algumas das estratégias acima citadas, Juliana Farias sugere que elas só se mostram possíveis devido a existência de uma “vasta teia de rotas de fugas e contatos que se lançava pelas baías, rios e lagoas das cidades negras, alcançando distantes pontos do Atlântico”.³⁵ Em exercício similar focalizando as fugas no porto de Recife, Luiz Geraldo Silva propõe a existência de uma solidariedade de fuga implícita à própria cultura dos marítimos cativos. Solidariedade que se demonstrava por meio de dois padrões: quando marítimos escravos vindos de outras províncias recebiam ajuda de outros cativos em igual situação nos portos em que atracavam; ou, quando outros “homens do mar” como canoeiros, jangadeiros e pescadores auxiliavam na fuga. Para este autor, a expansão dessa cadeia de apoio se daria principalmente pelo fato de que era comum a transição destes homens entre os diferentes setores da faina marítima ao longo de suas vidas, permitindo, assim, a construção de redes mais amplas de sociabilidade.³⁶

Já no caso dos escravos que nunca atuaram como trabalhadores marítimos e acabavam elegendo esta estratégia na busca pela liberdade, ao analisar fugas em Desterro, Martha Rebelatto ressalta que “antes de decidir seu percurso, o escravo provavelmente ponderava entre as vantagens e desvantagens de

³⁵ *Ibidem*, p.47.

³⁶ SILVA, 2001, p.190.

cada opção, conforme sua rede de contatos, amizades, aptidões etc.”.³⁷ Eram os diferentes graus de efetividade destas redes que faziam com que certos caminhos em determinados momentos se mostrassem mais vantajosos para alguns cativos do que para outros. A corriqueira presença de embarcações nas praças portuárias e o contato destes cativos com esta região não faziam desta uma escolha dada, à fuga, esta era uma decisão que demandava igualmente tempo e planejamento.

Quando em 23 de agosto de 1862, Júlio, um escravo de vinte anos pertencente a Manoel Fernandes Ferreira, morador no Rio de Janeiro, foi preso em Desterro após ter fugido de seu senhor, informou em interrogatório que havia conseguido chegar à capital catarinense sem um passaporte porque havia se juntado à tripulação do vapor *Oyapock*. Informou ainda que, após ter uma conversa com o cabo da Companhia de Zuavos, João Antônio de Miranda, perguntou se poderia fugir de seu senhor sendo praça na mesma companhia. A resposta do cabo foi positiva, ao passo que o mesmo cabo teria ainda salientado que na companhia muitos outros escravos se acham na mesma condição de Júlio. Segundo ele, ao embarcar, o cabo o teria apresentado a um tenente e a um alferes da citada companhia, dizendo que aquele era o homem do qual havia lhes falado.³⁸

O depoimento de Júlio nos indica quão importante era para estes cativos conhecer pessoas que estivessem relacionadas à atividade marítima, ou, então, que possibilitassem o contato com indivíduos que nela atuavam. Nos mostra ainda que, antes de começar a planejar efetivamente a fuga, Júlio sondou a viabilidade de sua ideia, que parece ter ganhado força após o posicionamento favorável de seu intermediador e da informação da existência de outras tentativas exitosas semelhantes à dele. Apesar de por fim ter sido preso, provavelmente quando embarcou no vapor *Oyapock*,

³⁷ REBELATTO, 2006, p.425.

³⁸ *Ibidem*, p. 442-43.

Júlio acreditava que a conquista da liberdade através do mar era mais do que uma simples conjectura, era uma real possibilidade, afinal, as fugas pelo mar, longe de serem frutos de meros acasos do destino, eram como qualquer outra, uma escolha decorrente de processos reflexivos, nas quais

os escravos optavam por embarcar em um ou outro tipo de navio, conforme suas expectativas [...]. Em alguns momentos de ameaça, a escolha por um tipo de embarcação pode ter ficado em segundo plano, sendo a fuga a prioridade. Os escravos conheciam os diferentes rumos que os barcos tomavam e optavam, quando possível, por uma ou outra embarcação, conforme seus desejos e ambições. A escolha por fugir em barcos — e não se esconder com amigos, em quilombos etc. — demonstra que os cativos imaginavam que tal fuga seria melhor para eles. Os escravos sabiam das oportunidades que possuíam para mudar de vida e escolhiam uma ou outra, conforme suas experiências, ambições e as condições de seu cativo.³⁹

Por sua vez, seria um equívoco pensarmos que fugas de cativos com experiência no mar não demandavam igual cuidadoso e paciente planejamento. Um olhar cuidadoso a estes casos demonstra que muitas destas fugas ocorriam somente após considerável período — um ou dois meses — depois da chegada desses homens aos portos nos quais a executariam. Foi o que aconteceu com Manoel, outro marítimo escravizado que, vindo do Rio Grande do Sul a bordo do brigue Flor do Sul, fugiu em 7 de fevereiro de 1846, dois meses e meio depois de chegar no porto do Recife. Naquele mesmo mês, outro marítimo, Elias, também vindo do Rio Grande do Sul, havia fugido depois de mais de três meses que a embarcação, o brigue Oceano havia atracado naquele porto. Temos ainda o caso de José, vindo do Rio de Janeiro como parte da tripulação do brigue-escuna Nero, o angolano conseguiu fugir depois de 26 dias de espera.

³⁹ *Ibidem*, p. 440.

Isso, contudo, não significa que não existiram situações em que as fugas ocorreram após curtos períodos, como dias ou semanas, como fez Felizardo, outro angolano que era embarcado no patacho *Três de Março* e fugiu utilizando a embarcação salva vidas em 23 abril daquele mesmo ano, apenas dois dias depois da chegada do navio ao porto do Recife. Por fim, como no caso de José e Manoel, dois marítimos cativos que vinham do Rio Grande do Sul a bordo do brigue *Mentor*, fugiram em abril daquele ano. O anúncio de jornal que informava as suas fugas reconhecia que era provável que ambos tivessem recebido ajuda, uma vez que José conhecia aquela praça portuária e já havia sido escravo de um comerciante local anos antes. Apesar de ocorridas em tempos diferentes, o que parece aproximar estes casos é a necessidade da existência de redes de sociabilidade que compactuassem e auxiliassem sua execução. No caso dos primeiros, o período de espera era maior, provavelmente porque estas redes precisavam ser construídas, já para os segundos, muitas vezes elas já existiam e eram resultado de experiências vivenciadas anteriormente naqueles locais.⁴⁰

A despeito de aparentemente apresentarem padrões, seria equivocado pensar que os arranjos entre escravidão e liberdade construídos por meio de fugas pelo trabalho marítimo durante o Brasil Oitocentista aconteceram de forma simples. A fuga como uma das manifestações mais extremas da resistência escrava foi um exemplo de como na medida do possível esses sujeitos utilizaram os espaços de manobra disponíveis para tomar arriscadas decisões que alterariam suas realidades de forma significativa. Mas, ainda no que diz respeito a esse tema, não podemos negar que a fuga pode não ter sido uma possibilidade real às escolhas de parte dos marítimos escravizados, se não a maioria deles. Fosse porque se mostravam incapazes de superar as condições estruturais as quais estavam sujeitos, ou porque esta não

⁴⁰ SILVA, 2001, p.190-191.

lhes parecia a melhor alternativa. A liberdade, tal como a escravidão – esta, uma condição imposta de forma violenta e sustentada por estruturas que a reconheciam, justificavam, tornavam-na possível –, por vezes também chegou a esses sujeitos de forma arbitrária, em arranjos que não envolviam fugas, ou mesmo, que não haviam sequer sido iniciados por decisões suas. O caso apresentado a seguir é um exemplo da complexidade que tais arranjos poderiam assumir.

José Majojo e Francisco Moçambique, ambos africanos, chegaram ao Brasil como escravos, trazidos da costa oriental da África. Após seu desembarque no Rio de Janeiro, foram vendidos, seu senhor os engajou como marítimos tanto na navegação de longo curso – em navios do tráfico – quanto na navegação de cabotagem. Em 1841, durante a volta de uma viagem do Rio de Janeiro à Benguela, a embarcação em que trabalhavam foi apreendida pela Marinha Britânica em meio à repressão ao tráfico de escravos na costa brasileira. Assim como os africanos que vinham a bordo e que seriam vendidos, José e Francisco foram apreendidos pelos oficiais britânicos e arrolados como parte do contrabando escravo. Isso fez com que, legalmente, passassem da condição de escravos à de africanos livres. Tal decisão não agradou a seu senhor Antônio Gonçalves da Luz, comerciante ligado ao negócio de⁸¹, que mantinha relações comerciais com o interior da província do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul. Ele reivindicou a posse de ambos, apresentando documentos que comprovavam que há mais de dez anos os dois atuavam sob seu mando como marítimos. Nos anos que se seguiram à apreensão, ambos continuaram desempenhando funções relacionadas ao trabalho marítimo. Francisco a bordo do brigue *Santo Antônio*, um navio apreendido e encaminhado ao Cabo da Boa Esperança, e José no navio-hospital britânico ancorado no porto do Rio de Janeiro que

servia de depósito aos africanos apreendidos nas investidas abolicionistas.⁴¹

Ambos os marítimos haviam, contra sua vontade, atravessado o Atlântico e sido transformados em escravos. Enquanto cativos, atuaram a mando de seu senhor por mais de dez anos e, a despeito dos diversos casos que acompanhamos até aqui, até onde sabemos, nunca fugiram. A liberdade havia chegado até eles, mesmo que de forma parcial, por meio de um evento em que não haviam exercido influência ou qualquer controle. Segundo sugerem as fontes, um de seus maiores temores era de serem devolvidos ao senhor e terem restaurada a sua condição escrava. Mesmo obtida de modo impositivo, a liberdade obtida certamente era uma condição almejada por ambos e, uma vez que real era a possibilidade de desfrutá-la, os marítimos não estavam mais dispostos a abrir mão da mesma. Após suas libertações, os dois africanos continuaram atuando como marítimos, exercendo a profissão na qual, há mais de uma década haviam sido introduzidos à força. Se o trabalho marítimo a princípio não parece ter sido uma decisão destes homens, após o processo que pôs fim a sua condição cativa, permanecer nele foi uma escolha. A faina Marinha lhes pareceu uma alternativa interessante, principalmente quando poderiam passar a exercê-la como livres.

Mas se a liberdade, por vezes, não resultava de ações protagonizadas pelos próprios escravos, poderia também não ser percebida como escolha viável a estes indivíduos em determinados momentos. Se, por um lado, muitos sujeitos aproveitavam tais interferências externas para pôr fim a seus cativeiros, por outro, houve aqueles que as recusaram. Em 1851, quando o brigue-escuna *Novo Melo*, foi apreendido pelos britânicos na costa de Santa Catarina acusado de pirataria, além do carregamento trazido do Rio de Janeiro destinado a comerciantes de Desterro, vinham a bordo também um grupo de passageiros de seis escravos. Após

⁴¹ MAMIGONIAN, 2010.

deferida a ilegalidade, escravos e carga foram encaminhados para a Ilha de Santa Helena. Como era comum nos casos de apreensões de navios suspeitos de tráfico, aos cativos foi oferecida a chance de seguirem rumo às colônias britânicas por meio da política de recrutamento de trabalhadores. Os cativos, contudo, recusaram a oferta da liberdade no Caribe preferindo voltar aos seus antigos senhores. O motivo teria sido principalmente, “o medo de serem enganados e vendidos para outros senhores ou simplesmente a incerteza do futuro em terras distantes”.⁴² Ter em mente esta outra perspectiva é importante para que recordemos que

A organização da escravidão era muito complexa e, em algumas situações, os escravos preferiam permanecer em um cativeiro conhecido e aceito como justo a tentar a sorte em local desconhecido, onde não conheciam as regras do trabalho e o modo de vida, ou seja, os termos da "liberdade" oferecida. Isso mostra que a fuga nem sempre era a melhor ou a única opção de resistência para os escravos [...]. Ela era utilizada em momentos determinados de desespero, perante uma situação insuportável, ou quando os cativos acreditavam que conseguiriam sustentá-la o tempo que achavam necessário para alcançar seus objetivos ou para sempre [...]. A fuga era ação única e vivenciada diferentemente por cada escravo, levando-se em consideração desde o meio em que vivia, sua naturalidade e sexo, até sua socialização no universo da escravidão. Acreditamos que não só a fuga, mas a escravidão de forma geral foi vivenciada diferentemente pelos cativos, de acordo com suas experiências e com as condições do meio em que viviam.⁴³

A maior parte das experiências acima expostos demonstrarem como o mar e o trabalho marítimo foram utilizados à resistência na busca pela liberdade ou melhores condições de sobrevivência tanto por marítimos cativos atuantes na cabotagem como por aqueles que viviam em regiões portuárias ou litorâneas.

⁴² MAMIGONIAN, 2005 apud REBELATTO, 2006, p.430-31.

⁴³ REBELATTO, 2006, p.432.

Mas, não seria prudente deixarmos de levar em consideração que, para além da aparente mobilidade e das possibilidades que ela oferecia, a vida de um marítimo escravizado era, como a de qualquer outro cativo, uma vida de privação da liberdade e sujeição às vontades senhoriais. Assim como qualquer outro cativo em fuga em uma sociedade atlântica escravocrata, havia uma série de contratemplos e imprevistos que poderiam fracassar tais empreitadas. Dependendo do contexto aos quais estes homens eram submetidos, as realidades por eles experienciadas poderiam ser piores do que as que porventura viveriam em terra. Isso se torna evidente especialmente se pensarmos nas reduzidas autonomia e possibilidades de sociabilidade que o trabalho marítimo apresentava. Se a vida a bordo e a jornada de trabalho de um marítimo livre por si só era violenta e difícil, para os escravos que geralmente ocupavam os postos mais baixos da hierarquia de trabalho, exercendo as piores atividades, certamente poderia ser ainda mais adversa.⁴⁴

Quando vendidos ou alugados a senhores de outras províncias, ou a embarcações de circulação inter-regional, estes homens eram muitas vezes obrigados a deixar para trás, por longos períodos ou definitivamente, a vida que haviam construído em suas províncias de origem. Esse traslado de uma para outra região do Império poderia ser algo traumático, particularmente quando já haviam construído uma família e/ou estabelecido uma rede de sociabilidade sólidas. Foi o caso de Simplício que, ofertado em Pernambuco, foi alugado a um senhor no Rio de Janeiro a fim de trabalhar embarcado. Contudo, no caso dele, insatisfeito e com saudade da família, resolveu fugir e voltar ao seu lugar de origem, mas acabou sendo preso, e em 1836 já estava a cerca de dois anos na cadeia.⁴⁵ Simplício poderia ter simplesmente decidido, como tantos outros marítimos escravizados, fugir em busca de sua

⁴⁴ OLIVEIRA, 2009; RODRIGUES, 1999.

⁴⁵ SILVA, 2001, p.185.

liberdade e recomeçar uma nova vida, entretanto, o plano que orquestrou estava relacionado a reaver sua antiga vida. Apesar do destino final, levá-lo de volta ao cativeiro, para ele, regressar era uma decisão que provavelmente envolvia muitos outros fatores, que iam ainda muito além da liberdade.

Para alguns desses cativos, o simples fato de deterem os saberes de determinado ofício, longe de se apresentar apenas como um benefício, dificultava mais essas fugas, pelo fato de que, escravos especializados em determinadas funções costumavam ser bem avaliados. No caso dos cativos marítimos, por exemplo, era comum que alcançassem alto valor no mercado portuário. Os anúncios de compra e venda nos jornais demonstram tal valorização e o grande interesse dos senhores em negociar tais homens. Na imprensa de Desterro é possível encontrar ofertas onde senhores anunciam escravos, destacando suas habilidades no trabalho marítimo. Em 27 de julho de 1858, *O Argos*, ao anunciar o leilão dos bens do falecido João de Souza Ribeiro, os quais consistiam em “um escravo marinheiro avaliado em 1:100\$000 reis, e um cutter avaliado em 800\$000 reis”, informava que os interessados poderiam ainda “ver o barco que se acha fundeado em frente ao trapiche do dito falecido, e o escravo na mesma casa”. Neste anúncio, trabalhador e seu instrumento de trabalho foram colocados lado a lado. Além de valer mais do que o pequeno veleiro de um mastro, aparentemente o preço pedido pelo cativo era consideravelmente alto, uma vez que, em 1853, o preço médio de um escravo em Desterro variava entre 700\$000 e 800\$000 réis.⁴⁶ Outro fator que poderia elevar seu valor aos olhos dos senhores era a função que estes exerciam dentro das tripulações que atuavam, muitas vezes essenciais para o adequado funcionamento da mesma. Consequentemente, cativos que valiam mais costumavam ser submetidos à maior vigilância. Fora isso, muitos marítimos

⁴⁶ HUBENER, 1981, p.79.

escravizados viajavam acompanhados por seus senhores ou ficavam sob o atento olhar dos membros da tripulação.

Os anúncios de fuga publicados na imprensa nos trazem outras informações. Senhores de marítimos escravizados costumavam oferecer valiosas recompensas a quem os ajudassem a reavê-los. Quando fugiu em Recife, Raymundo, “um moleque crioulo” de 18 anos, cozinheiro de navio, foi anunciado por seu senhor, que afirmou que quem o pegasse, deveria leva-lo a rua da Cadeia do Recife, no número 34, entregando-o à José Bastos ou a bordo do iate nacional Maria Firmina. Tal ato seria recompensado.⁴⁷

Como já constamos, anúncios de fugas geralmente vinham acompanhados de lembretes pedindo especial atenção dos capitães das embarcações, para que não empregassem em suas tripulações homens de cor que, mesmo se intitulando forros ou livres, não possuíssem comprovação de liberdade. Tal comprovação, por sua vez, poderia ser feita por meio de cartas de alforria, ou, a partir de 1846, através da apresentação da matrícula pessoal de marinheiro, documento emitido pelas capitânicas dos portos e que, seguindo as orientações do Ministério da Marinha, haviam se tornado obrigatórias a todos os trabalhadores da navegação. A legislação nacional previa sérias punições aos capitães pelo descumprimento de tais medidas.

Foi o que ocorreu em 1845, a bordo do bergantim Nova Aurora, quando seu mestre, Antônio Simão dos Reis, foi acusado de transportar ilegalmente dois escravos que haviam fugido do Rio Grande do Sul para Santa Catarina. Os cativos eram Polidoro e Gregório, ambos pertenciam a João Resme. No depoimento, o mestre informou não saber a princípio que se tratavam de escravos e que somente no decorrer da viagem, já próximo ao porto de Desterro, tomou conhecimento de tal informação. Mesmo após estar ciente da condição de Polidoro e Gregório, o mestre não os

⁴⁷ SILVA, 2001, p.190.

denunciou às autoridades, decisão que lhe custou dois processos judiciais o pagamento de duas multas, uma de 30\$000 por cada cativo, paga a capitania dos portos, e outra referente ao valor de um período de trabalho perdido por cada um dos cativos embarcados, o que correspondeu a 2\$000 réis diários, e que deveria ser pago ao proprietário.⁴⁸

Apesar de na maior parte das vezes as fugas de marítimos escravizados ou de cativos que fugiam pelo mar terem resultado de iniciativas próprias, dentre elas há também de se destacar aquelas que contavam o estímulo inicial de uma prática conhecida como “sedução”. Consistia em situação na qual, visando angariar mão de obra, capitães e mestres de embarcações instigavam cativos com promessas de uma vida melhor, com a possibilidade do trabalho remunerado e, até mesmo, da conquista da liberdade. Muito comum nos grandes centros, e observada nas regiões portuárias, sendo, com frequência, uma das queixas dos senhores de escravos.⁴⁹ Por vezes os agentes destas “seduções” eram escravos que, algum tempo antes, haviam estado na mesma situação. Talvez, esta fosse uma artimanha para tornar mais efetiva a conquista e ganhar a confiança dos “seduzidos”, afinal, nestes casos, o “sedutor” poderia ser lido como uma confirmação do sucesso da futura empreitada.⁵⁰ Apesar da existência de uma população livre potencialmente disponível no território nacional, a sempre crescente demanda por mão de obra do setor nunca pode ser totalmente atendida apenas com aqueles que se juntavam a ele voluntariamente. As difíceis condições de trabalho e a existência de outras possibilidades para a subsistência, faziam com que o trabalho marítimo nem sempre fosse a mais atrativa.

A existência de uma legislação punitiva, a frequente reintegração dos senhores de marítimos fugidos para que os

⁴⁸ REBELATTO, 2006, p.428.

⁴⁹ FARIAS *et al.*, 2006, p.33.

⁵⁰ REBELLATO, 2006, p.434.

capitães e mestres redobrassem a atenção, combinados com os casos de sedução e os casos de Polidoro e Gregório, nos permitem concluir que por vezes, a baixa oferta de mão de obra e a constante necessidade que apresentavam os capitães das embarcações por trabalhadores fizessem com que os contratadores não se mostrassem muito sensíveis a esses apelos. Isso não significa que as medidas de repressão à fuga de cativos eram ignoradas totalmente. Se a convivência, ou por que não, a participação de capitães e mestres das embarcações que, “ansiosos por mão de obra, faziam vista grossa para a possibilidade de seus tripulantes serem escravos de outrem”, contribuíam para o sucesso de algumas destas empreitadas, por outro lado, o desacordo de muitos destes homens era real e pôs fim a muitas outras.⁵¹ Tais indícios nos provocam a pensar em que medida a estrutura de organização do trabalho marítimo na cabotagem não tornava dispensável a escravidão como mecanismo de controle da força do trabalho.⁵² Parece que para alguns desses mestres e capitães, o isolamento dos trabalhadores que a vida no mar impunha, combinada à rígida disciplina que o trabalho marítimo demandava e as hierarquias de bordo já existentes, eram capazes de lhes conceder autoridade e poder suficientes para exercer sobre esses sujeitos o controle que acreditavam ser necessário.

Considerações finais

Durante a maior parte do século XIX, foi comum em centros urbanos ou semiurbanos da costa brasileira que indivíduos escravizados, trazidos à força do continente africanos ou já nascidos aqui, atuassem como trabalhadores marítimos. Ainda que sob condição escrava, estes homens acabaram por compartilhar com seus companheiros livres, experiências e vivências como

⁵¹ JEHA, 2015, p. 86.

⁵² Acerca da rigidez do trabalho marítimo, cf. a já mencionada obra de BARREIRO, 2010.

marítimo. No setor da navegação de cabotagem não foi diferente. Além da presença de homens livres de cor, este setor da navegação contava ainda com uma expressiva participação de marítimos em condição escrava, que por vezes chegaram a corresponder a cerca de 45% da mão de obra.

Vimos também que, se por um lado, a cabotagem foi para alguns destes homens o cenário da exploração de sua força de trabalho, por outro, foi a brecha que encontraram para pôr fim a tal condição pela fuga. Mas escapar pelo mar não foi uma estratégia exclusiva de marítimos. Indivíduos escravizados que habitavam centros urbanos do litoral brasileiro também criaram estratégias de resistência que previam o mar e o trabalho marítimo como rotas de fuga.

Apesar de vivenciadas em circunstâncias distintas, fugas de marítimos escravizados ou de cativos que fugiam pelo mar parecem ter fatores comuns. Um deles é a existência prévia, ou a necessidade de construção de uma rede de sociabilidade que permitisse acessar o espaço portuário ou ser inserido em rotas de fuga já existentes. Outro fator seria a consciência de que, após iniciada tal empreitada, mais do que simplesmente comunicar serem livres, era necessário assumir uma postura que convencesse na prática, tal afirmação. Para isso, é bem possível que tenham usado como exemplo os inúmeros homens livres de cor que atuavam na cabotagem.

Cabe também salientar que a fuga pode não ter sido alternativa disponível a todos. Seja porque esta era inexistente ou, simplesmente, porque tais indivíduos não a percebiam como a melhor estratégia de resistência. Muitos homens trabalharam no mar sob condição escrava ao longo de toda uma vida sem nunca terem tido a chance da fuga. Já outros, mesmo as tendo iniciado, tiveram seus projetos talhados pelos próprios mecanismos de controle inerentes da estrutura escravocrata e precisaram retornar a seu cativeiro. Não seria prudente usar as trajetórias expostas ao longo do texto para subestimar o efetivo controle que alguns

senhores de escravos exerciam sobre aqueles a eles subjugados. O caso de Raymundo é um exemplo do quão empenhados muitas vezes estavam estes senhores em reaver suas propriedades.

Além do poder de controle de cada um destes senhores, o período do Segundo Reinado viu surgir uma série de medidas legislativas que visavam mitigar o problema da fuga de marítimos escravizados ou de cativos urbanos pelo mar. Entre elas há de se descartar a obrigatoriedade da apresentação da matrícula individual de homem do mar para aqueles marítimos que, se dizendo livres, desejassem se juntar a qualquer tripulação, ou ainda, as multas que passaram a ser previstas aos mestres e capitães das embarcações.

De modo contrário a alguns dos sujeitos cujas trajetórias foram aqui apresentadas e que encontraram no mar e no trabalho marítimo um espaço para resistência e de construção de uma vida melhor, a cabotagem pode não ter sido uma oferta atrativa, sobretudo aos homens livres. Isso porque, a mesma estrutura que, como sugerido, tornava por vezes dispensável o estatuto da escravidão ao controle e disciplinamento das tripulações, também era responsável pela precarização daquilo que alguns homens, que jamais haviam estado em condição cativa, percebiam como liberdade. Desta forma, a permanente demanda por mão de obra nas embarcações, a insuficiente adesão de trabalhadores livres e o baixo custo de trabalhadores não livres parecem ter sido fortes motrizes à incorporação de somas tão altas de marítimos escravizados.

Por fim, não parece equivocado afirmar que a relações estabelecidas entre escravidão e liberdade na vida marítima eram dúbias. Se, por um lado, o ingresso ao trabalho marítimo poderia funcionar como um verdadeiro passaporte à liberdade, uma vez que as embarcações atuavam como vetores que possibilitavam a mobilidade, levando escravos em fuga para qualquer porto da costa brasileira ou atlântica, por outro, elas poderiam também beneficiar o sistema escravista, distanciando esses indivíduos de suas famílias

e suas redes de sociabilidade, isolando-os e limitando suas estratégias pela liberdade, de modo que nos parece que o trabalho marítimo tinha, ao mesmo tempo, o potencial de evanescer ou salientar as fronteiras da escravidão.

Fontes

Anais de sessões do poder legislativo Imperial

Anais do Parlamento Brasileiro Câmara dos Deputados. Primeiro ano da sexta legislatura. Segunda de 8 de agosto de 1845. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp>. Acessado em: novembro de 2018.

Anais do Parlamento Brasileiro Câmara dos Deputados. Primeiro ano da sexta legislatura. Segunda de 11 de agosto de 1845. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp>. Acessado em: novembro de 2018.

Anais do Parlamento Brasileiro Câmara dos Deputados. Primeiro ano da sexta legislatura. Segunda de 12 de agosto de 1845. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp>. Acessado em: novembro de 2018.

Anais do Senado do Império do Brasil. Ano de 1845. Livro 2. Transcrição disponível no sítio do Senado Federal: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio.asp. Acessado em setembro de 2018.

Anais do Senado do Império do Brasil. Ano de 1845. Livro 3. Transcrição disponível no sítio do Senado Federal: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio.asp. Acessado em setembro de 2018.

Leis e Regulamentos

BRASIL. Decisão nº. 311 de 24 de julho de 1841. *Declara o que se deve entender por viagem de longo curso*. Coleção das decisões do Império do Brasil, tomo IV, Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1842.

BRASIL, Decreto nº. 358, de 14 de agosto de 1845. *Autoriza o Governo a estabelecer capitâneas de Portos nas províncias marítimas do Império*.

Coleção das Leis do Império, 1845, tomo VII, parte I. Typographia Nacional: Rio de Janeiro, 1845.

BRASIL, Decreto nº. 447, de 19 de maio de 1846. *Manda pôr em execução o regulamento para as Capitanias dos Portos*. Coleção das Leis do Império, 1846, tomo IX, parte II. Typographia Nacional: Rio de Janeiro, 1847.

Relatórios Oficiais

MINISTÉRIO DA MARINHA, *Relatório da repartição dos negócios da Marinha apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 4ª sessão da 6ª legislatura pelo ministro e secretário d'Estado Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti d'Albuquerque*. Ano de 1846(3). Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1847.

MINISTÉRIO DA MARINHA, *Relatório da repartição dos negócios da Marinha apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 2ª sessão da 9ª legislatura pelo ministro e secretário d'Estado José Maria da Silva Paranhos*. Ano de 1853. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1854.

MINISTÉRIO DA MARINHA, *Relatório da repartição dos negócios da Marinha apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 3ª sessão da 9ª legislatura pelo ministro e secretário d'Estado José Maria da Silva Paranhos*. Ano de 1853. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1855.

Jornais, Periódicos

A Regeneração. Desterro. Ano 10, n. 984, 18/07/1878.

Referências

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BARREIRO, José Carlos. A Formação da Força de Trabalho Marítima no Brasil: Cultura e Cotidiano, Tradição e Resistência (1808-1850). *Revista Tempo*, UFF: Niterói, v. 15, n. 29, p. 189-209, 2010.

- BEZERRA, Nielson Rosa. Escravidão e navegação fluvial: identidades africanas na cidade do Rio de Janeiro e seus arredores. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, AGCRJ, Rio de Janeiro, n. 9, pp. 91-103, 2015.
- BEZERRA, Nielson Rosa. Marinheiros e barqueiros africanos no Recôncavo da Guanabara, século XIX. Recôncavo, *Belford Roxo*, ano 1, n. 1, pp. 04-19, ago./dez. 2011.
- BISSIGO, Diego Nones. O lugar dos africanos na estatística brasileira do século XIX. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 56, p. 41-81, 2017.
- BOTELHO, Tarcísio. Censos e construção nacional do Brasil Imperial. *Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 321-341, 2005.
- CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). *História Social*, Unicamp: Campinas, n. 19, p. 321-341, 2010
- COUCEIRO, Luiz Alberto. “Acusações atlânticas: o caso dos escravos num navio fantasma – Rio de Janeiro, 1861”. *Revista de História*, São Paulo, n. 152, p. 57-77, 2005.
- FARIAS, Juliana Barreto; et al. *Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2006.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séc. XVIII e XIX)*. Unesp: São Paulo, 2014.
- HONORATO, Cezar. *O polvo e o porto: a Cia. Docas de Santos, 1888-1914*. Editora Prisma: Curitiba, 2016a.
- HONORATO, Cezar. Os afrodescendentes e a comunidade portuária do Rio de Janeiro do final do século XIX ao início do XX. *Revista Crítica Histórica*, Alagoas: UFAL, ano VII, nº 13, pp. 01-20, junho de 2016b.
- HUBENER, Laura Machado. *O comércio da cidade do Desterro no século XIX*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1981.

- JEHA, Silvana C. A cidade-encruzilhada: o Rio de Janeiro dos marinheiros, século XIX. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio De Janeiro*, AGCRJ, Rio De Janeiro, n.9, p.77-89, 2015.
- JEHA, Silvana C. *A galera heterogênea: naturalidade, trajetória e cultura dos recrutas e marinheiros da Armada Nacional e Imperial do Brasil, (1822-1854)*. 2011. – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, Rio de Janeiro. Tese (doutorado em História), 2011.
- KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LARA, Sílvia H. Apresentação. Biografia de Mahommah G. Baquaqua. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 8, n.16, 1988.
- MAMIGONIAN, Beatriz G. José Majojo e Francisco Moçambique, marinheiros das rotas atlânticas: notas sobre a reconstituição de trajetórias da era da abolição. **Topoi**, Rio de Janeiro, v.11, n.20, p. 75-91, jan./jun. 2010.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. “Sou escravo de oficiais da Marinha”: a grande revolta da marujada negra por direitos no período pós-abolição (Rio de Janeiro, 1880-1910). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, n. 72, p. 151-172, 2016.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Do cativo ao mar: escravos na Marinha de Guerra. *Estud. Afro-asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 38, p.85-112, 2000.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. O marinheiro negro Marcílio Dias: as muitas memórias de um cidadão exemplar. *Navigador: subsídios para a história marítima do Brasil*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 84-95, 2015.
- OLIVEIRA, Vinícius Pereira. Escravos, marinheiros, embarcadiços e pescadores negros no mundo atlântico de Rio Grande/RS (século XIX). *Anais do 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba, 2009.
- OLIVEIRA, Vinícius Pereira. *Sobre águas revoltas: cultura política maruja na cidade portuária de Rio Grande/RS (1835-1864)*. Tese (doutorado em história) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

REBELATTO, Martha. Uma saída pelo mar: rotas marítimas de fuga escrava em Santa Catarina no século XIX. *Revista de Ciências Humanas*, UFSC, Florianópolis, n. 40, p. 423-442, outubro de 2006.

REBELATTO, Martha. Uma saída pelo mar: rotas marítimas de fuga escrava em Santa Catarina no século XIX. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, n. 40, p. 423-442, outubro de 2006.

REDIKER, Marcus. *O navio negreiro*. Uma história humana. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

REIS, João José; GOMES, Flavio Santos; CARVALHO, Marcus de. *O alufá Rufino*: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro (c. 1822-c.1853), São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

RODRIGUES, Jaime. “Embarca agora a primeira vez”: marinheiros na rota Lisboa-Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX. *Revista do ACRJ*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 15-29, 2015c.

RODRIGUES, Jaime. Circulação atlântica: idade, tempo de trabalho e funções de escravos e libertos na marinha mercante luso-brasileira, séculos XVIII e XIX. *História*, São Paulo, v.34, n.2, p. 128-145, jul./dez. 2015a.

RODRIGUES, Jaime. Cultura marítima: marinheiros e escravos no tráfico negreiro para o Brasil (sécs. XVIII E XIX). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.19 n.38. São Paulo, 1999.

RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa*: escravos, marinheiro e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

RODRIGUES, Jaime. Escravos, senhores e vida marítima no Atlântico: Portugal, África e América Portuguesa, c.1760-c.1825. *Almanack*, Guarulhos, n. 5, p.145-177, 1º semestre de 2013.

RODRIGUES, Jaime. Um perfil de cargos e funções na marinha mercante luso-brasileira, séculos XVIII e XIX. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 22, n. 42, p. 295-324, dez. 2015b.

SCHAMA, Simon. *Travessias difíceis: Grã-Bretanha, os escravos e a revolução americana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SILVA, João B. Rosa. *Do porão ao convés: estivadores de Itajaí (SC)*. 2001. Tese (doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

SILVA, Luiz Geraldo. *A Faina, a Festa e o Rito: uma etnografia histórica sobre as gentes do mar – séculos XVII ao XIX*. Campinas: Papirus, 2001.

VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo do Tráfego de Escravos Entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos, do século XVI ao XIX*. Salvador: Editora Corrupio, 1987.

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. Companhia das Letras: São Paulo, 2012.

Os operários da construção do matadouro público na Imperial Fazenda de Santa Cruz (Rio de Janeiro, 1874-1881)

Edite Moraes da Costa¹

A proposta de se construir um Matadouro na Fazenda de Santa Cruz surgiu com o processo de deterioração do primeiro Matadouro do Rio de Janeiro, construído em 1774, pelo vice-rei Marquez do Lavradio, na Praia de Santa Luzia, onde atualmente se encontra o Passeio Público. O Matadouro de Santa Luzia funcionou até 1853, quando foi totalmente transferida a produção das carnes verdes para o Matadouro do Aterrado de São Cristóvão, na atual Praça da Bandeira, construído pelos marchantes e arrendado a Câmara Municipal, para atender a demanda. Devido o acelerado crescimento urbano, a falta de espaço para o gado ser alojado se tornou um dos problemas para a manutenção do Matadouro nesta região, além das crescentes reclamações dos moradores a respeito da falta de higiene oriunda dele.

O argumento utilizado pelos vereadores que colocaram em pauta a transferência do Matadouro foi a insalubre condição de higiene da Cidade. Tais pressões podemos observar no requerimento do Engenheiro João Eduardo Lajoux, publicado no dia 20 de maio de 1870, no jornal Diário do Rio de Janeiro, que pedia ao Governo Imperial autorização para, dentro ou fora do

¹ Mestre em História pela UFRRJ. Membro do NUPEP. E-mail: mcedite@gmail.com

Império, incorporar uma campanha para construir um Matadouro de acordo com os preceitos da ciência e para aformosear a capital do Império. Além do projeto para o Matadouro, também apresentava soluções para o escoamento dos detritos do Matadouro de São Cristóvão e o saneamento da região. Desde a década de 1850, já havia a necessidade de se construir um novo prédio para abrigar o Matadouro Municipal. Essa necessidade foi temporariamente sanada com a construção do prédio no Aterrado de São Cristóvão pelos marchantes, e arrendado a Câmara Municipal. Mas o contínuo crescimento populacional na cidade do Rio de Janeiro fez com que o Matadouro ficasse circundado por prédios residenciais, e tais moradores não mais toleravam todos os incômodos que um Matadouro provocava, como o mau cheiro e insalubridade pertinentes ao seu funcionamento. Tal insalubridade era intrínseca e inevitável ao funcionamento de um Matadouro, por não haver neste período, um acondicionamento apropriado, tecnologias adequadas para a conservação da carne, descarte correto dos resíduos e muita umidade, o que provocava diversos miasmas. Devido a estas questões, o Matadouro ficava próximo a praça de comércio, pois a carne verde deveria ser consumida em até 24 horas após o abate, devido o processo de putrefação que se iniciava após esse período.

O acelerado crescimento urbano na cidade do Rio de Janeiro, resultou na falta de um espaço apropriado para o gado ser alojado, acarretando um severo problema para a manutenção do Matadouro nesta região, além das crescentes reclamações dos moradores a respeito da falta de higiene oriunda dele. A pressão pela manutenção, reforma e ampliação do Matadouro de São Cristóvão guardava relação com os interesses dos marchantes envolvidos nesse estabelecimento, pois muitos tinham pastos próximos ao Matadouro, e a sua transferência para uma outra região prejudicava suas ações.

Outro problema identificado era a péssima qualidade do gado, que devido as longas distâncias que percorriam, a precária

alimentação e a dificuldade em beber água, acabavam chegando aos Matadouros muitas vezes doentes. Estes inconvenientes constituíam um grave perigo a saúde, sobretudo, para o povo consumidor. Este risco levou a crer que "só pode ser removido estabelecendo-se o Matadouro no centro das pastagens e das aguadas, de modo que a rés entre para o corte descansada e farta d'água e de alimento, tranquila e sadia".² Prontamente, a bancada de vereadores que defendiam os marchantes, reagiram alegando não ser competência da Câmara Municipal a construção de um novo Matadouro.

O Matadouro de São Cristovão havia sido construído pelos marchantes para atender a alta demanda pelas carnes verdes, pois o Matadouro de Santa Luzia não tinha como atender o aumento da produção. Desta maneira, a Câmara Municipal pagava aos marchantes para usar o prédio, já que o abate era de sua responsabilidade. E devido às péssimas condições de higiene do prédio, e as constantes reclamações dos moradores do seu entorno, os marchantes queriam que o governo arcasse com a reforma do prédio, e não com a construção de um novo estabelecimento. A fim de buscar solução para o impasse, os vereadores que apoiavam os interesses dos marchantes, recorreram a Lei Ordinária de 1828, para impedir a transferência e pediam indenização caso isso ocorresse. Para analisar tal recurso, foi nomeada uma comissão especial formada pelos vereadores Bezerra de Menezes e João Saldanha da Gama para redigir o parecer, pleiteando a portaria do Ministério do Império sobre a aquisição de um novo Matadouro.³

Na 32ª Sessão da Câmara Municipal do dia 29 de outubro de 1873, Saldanha da Gama requereu uma sessão extraordinária para se tratar das causas que tinham dado lugar a elevação do preço da carne verde. Esse também era uns dos fatores usados como

² Ata da Câmara Municipal, p. 11, Pauta 6ª. 05 de novembro de 1873. Acesso em 26/06/2016.

³ *Ibidem*. p. 31. 05 de novembro de 1873. Acesso em 26/06/2016.

motivos para a transferência do Matadouro.⁴ Tal sessão extraordinária decorreu da 33^a Sessão, em 5 de novembro de 1873, foi lida a Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios do Império de 27 do mês de outubro, comunicando a Câmara Municipal que para cumprimento da disposição do art. 3^o § único do art. 2^o da Lei N. 2.348 de 25 de agosto do corrente ano. Pela qual foi o Governo autorizado para a fazer a requisição de um novo Matadouro no Município da Corte, para onde em tempo breve se remova o atual como tanto importava ao melhoramento sanitário da Cidade do Rio de Janeiro, determinando que a Câmara chamasse os concorrentes na forma do art. 47 da Lei do 1^o de outubro de 1828 para, construção daquele estabelecimento. E declarou o prazo de 3 meses para apresentação das propostas, planta e plano das obras, fixando sua conclusão.

Nas propostas se deveriam atender às condições higiênicas, de ser os terrenos em que iram se construir secos e arejados, a fim de evitarem o desenvolvimento de miasmas prejudiciais à saúde pública. Teriam que haver pastagem e mananciais próximos onde o gado descansaria e se sustentaria por alguns dias. A localidade deveria oferecer fácil e pronto transporte. Ser provida abundantemente de água, com a qual se manteriam grandes depósitos para limpeza e perfeição dos trabalhos e asseio do estabelecimento. O limite do crédito da Lei foi de 2.000:000\$000 para todas as despesas. Quanto à localidade, teria que haver o parecer dado pela Comissão encarregada de examinar os lugares apropriados para construção do novo Matadouro. Tais apropriações se achavam, em anexo, ao relatório apresentado pelo Ministério a Assembléia Geral em 21 de dezembro de 1872. Ao final do prazo estabelecido, a Câmara com o seu parecer, nas informações que julgariam necessária sobre as propostas recebidas, as enviaram ao Governo para final resolução.

⁴*Ibidem.*

Entrando na discussão, depois de algumas observações, resolveu-se pela proposta de Araújo Lima, que fosse nomeada uma comissão especial para esse fim, e por indicação do mesmo foram nomeados Saldanha da Ganha comissário do Matadouro, Bezerra de Menezes e Presidente, os quais já tinham estudos sobre esta matéria. O parecer sobre a remoção do Matadouro foi explanado na 38ª Sessão no dia 15 de dezembro de 1873. O Governo Imperial, autorizado por lei especial a fazer a remoção do Matadouro público, com o que poderia gastar até a soma de 2.000:000\$000 réis, cometeu à Câmara o encargo de chamar propostas para a nova construção. Deixando-lhe o direito de escolher a localidade, embora lhe recomende que tenha na maior consideração, as condições estabelecidas no relatório de uma comissão por ela nomeada em 1872. Essas condições, depois de cuja exposição a comissão optou pela Fazenda de Santa Cruz, são as seguintes literalmente transcritas:

As condições locais indispensáveis ao estabelecimento de matadouros, sem maior prejuízo da saúde pública, resumem-se no seguinte. 1º. Colocá-los o mais longe possível dos centros populosos, para que as emanações que possam despende-se das matérias animais em decomposição, ou por desleixo nas condições de asseio, ou por outros motivos, não se tornem prejudiciais aos habitantes próximos. 2º. Fundá-los em lugar elevado e enxuto, a fim de facilitar o escoamento de resíduos e matérias impuras, que possam nele acumular-se por falta de nível suficiente a esse mister. 3º. Construí-los em lugar que tenha água em abundância para as necessidades do serviço e do gado, assim como bons pastos onde possa este descansar e refazer-se das perdas experimentadas em viagem; tornando-se uma das condições mais essenciais, pela influência natural que exerce sobre a saúde das rezes destinadas ao corte, e conseqüentemente sobre a boa ou má qualidade da carne entregue. 4º. Finalmente, circundá-los de grandes árvores para estabelecer uma boa à difusão dos miasmas que deles possam escapar para afetar a saúde das populações vizinhas.⁵

⁵ Ata da Câmara Municipal. 38ª Sessão, no dia 15 de dezembro de 1873. Acesso em 26/06/2016.

Tais condições elencadas para a localização do novo Matadouro, deixam claramente explícitas, a questão da limpeza urbana e o quanto um Matadouro poderia contribuir para a aquisição de doenças, se houvesse moradores ao seu entorno. Assim como, as necessidades de total higiene e o plantio de árvores, para se evitar as miasmas.

Os fatores favoráveis à escolha da Fazenda de Santa Cruz foram: estar distante da cidade, ter recursos hídricos e pasto abundante. A distância do centro da cidade, que poderia ser um problema seria resolvida com a criação do ramal ferroviário de Santa Cruz.⁶ Entendia-se que no Campo de São José havia espaço para acomodação e engorda do gado, a alternativa de trazê-los de trem ou de vapores, não haveriam moradores ao seu entorno para reclamarem da higiene e do mau cheiro. Sendo assim, o problema já estava solucionado. Pois que a maioria das reclamações da população era em torno da higiene e da saúde pública, quem em período de grandes surtos de febre amarela que se passava a cidade do Rio de Janeiro, a área do Matadouro e seu entorno, era propícia para a proliferação dela e de outros miasmas. A transferência seria, também, uma questão de ordem para limpeza e saúde da população.

Muitas foram as ofertas de cessão de terrenos por parte dos fazendeiros que teriam um grande lucro, pois seriam agregados a Câmara Municipal por um bom dinheiro, um contrato muito lucrativo. Após pesquisas comandadas por comissões formadas pelos vereadores, as terras do Campo de São José na Imperial Fazenda de Santa Cruz, de propriedade do Imperador e que seria beneficiado com o arrendamento de suas terras, foi a escolhida por reunir todos os requisitos, impostos pela comissão, para se abrigar o novo Matadouro Municipal e toda a praça de comércio das carnes

⁶ AGCRJ. Relatório do ministro dos Negócios do Império". Matadouro Público. Anexo A, dezembro de 1872, código (79-4-2), p. 1-7.

verdes. Mesmo decretada a transferência do Matadouro e a escolha da Fazenda para a sua construção, os debates não cessaram, pois, o prédio do Matadouro de São Cristóvão ficava muito próximo de áreas residenciais, e o mal cheiro somado com os frequentes "estouro" de boiadas pelas ruas, avolumaram a Câmara Municipal de reclamações e pedidos de fechamento do prédio, tornando inviável a continuidade dos trabalhos.

A procura por um terreno que pudesse abrigar não somente o Matadouro como também toda a praça de comércio das carnes verdes, levou a exaltados debates entre os vereadores, uns defensores diretos dos interesses dos marchantes, outros pela higiene e insalubridade da Cidade e outros com demais interesses nessa transferência. Os marchantes, grandes negociantes das carnes recém abatidas, carnes verdes, e que deveriam serem consumidas antes de trinta e seis horas após o abate, um argumento médico para a defesa de seus interesses, viam nessa transferência uma ameaça aos seus negócios totalmente monopolizados por eles. Assim tivemos um argumento médico de saúde pública para uma solução econômica.

Os debates promovidos pela bancada favorável aos marchantes, continuaram tentando impedir a transferência, durante as obras do novo Matadouro. E mesmo com a inauguração do Matadouro, continuaram a resistir. Somente quando foi decretada o fim dos trabalhos no do prédio de São Cristóvão, que tais marchantes não mais tiveram o que debater. A transferência do Matadouro Municipal para a Imperial Fazenda de Santa Cruz e a criação de uma nova praça para o comércio das carnes verdes, propiciou um novo local de tensão e conflitos para a se obter poder e privilégios políticos e econômicos. Afinal, a sua transferência trazia a solução para a instalação que já se mantinha provisória há trinta anos em São Cristóvão: a população reclamava de mau cheiro e imundície, que impregnavam o bairro imperial, e sua presença já não era mais tolerada.

Os moradores de São Cristóvão exigiam a pronta remoção do Matadouro de São Cristóvão, citado como imundo e vergonhoso estabelecimento público, que tantos escárnios tem provocado do estrangeiro que procurava visitar o bairro de São Cristóvão e o parque da Quinta Imperial. Ou seja, o Matadouro também incomodava a família imperial e suas visitas, pois ali era a moradia oficial da família. A redação do jornal Gazeta de Notícias, de 5 de outubro de 1878, concluiu, que restava tão somente um pouco mais de energia, para que essa obra, que traria imensos benefícios a salubridade, se completasse. Os variados erros cometidos, citados na rescisão do contrato, começou com a escolha do local, pelo empreiteiro, a se constituir o novo Matadouro, sobre a denominada Vala do Itá, que na realidade era um rio, com no mínimo 8 metros de largura, e que nos meses das enchentes transbordava pelos campos adjacentes, elevando o nível das águas a cerca de 2 metros acima.

E como não bastasse, o Sr. Coimbra ainda projetou construir o Matadouro neste local, transformando a referida Vala, em uma galeria coberta, semelhante a do L'Ourca do Matadouro de La Villette, em Paris.⁷ Mas para tal, não seria possível levar a efeito a construção completa do novo Matadouro, apenas com a soma de 2.000:000\$000 pedida pelo Sr. Coimbra em sua proposta. Além dessas muralhas de revestimento da Vala, teria que aterrar, com altura média de $2^{1/2}$ metros uma área de 2.323,20 metros quadrados, o que daria uma cubação de 5.808,00 metros cúbicos de terra. Somando esses dois procedimentos, daria a quantia de 1.500:000\$000. Isso, sem contar com as grandes fundações necessárias, para se erguer os 24 edifícios que constavam no plano, e para o baldrame do gradil exterior da área ao redor do Matadouro, e ainda duas ou três pontes que teriam de ser lançadas sobre a referida Vala.

⁷ A Rescisão do Contrato.

O Jornal do Commércio publicou, no dia 16 de janeiro de 1874, as normas gerais para a construção do novo Matadouro Público, o edital de concorrência e o orçamento feito pela diretoria de Obras Municipais, assinado pelo Diretor de Obras da Municipalidade, José Antonio da Fonseca Lessa (Tenente-Coronel Engenheiro do Estado Maior, de 1ª classe), que previa:

Baldrame 178.800 plª a 200 réis - 37:760\$000
 Soca de capeamento da cantaria: 880 braças a 20\$000 - 17:600\$000
 12 portões de ferro a 500\$000 - 6:000\$000
 Gradil: 862 braças a 30\$000 - 25:860\$000
 4 Casas de matança a 87:180\$000 - 348:720\$000
 5 Armazéns a 66:692\$700 - 333:463\$500
 4 Apriscos a 36:798\$000 - 147:192\$000
 Curral central - 33:638\$800
 20 Pára-raios a 200\$000 - 4:000\$000
 1 Caixa d'água grande - 38:560\$000
 3 Ditas pequenas a 19:280\$000 - 57:840\$000
 Máquina a vapor, força de 16 HP - 12:000\$000
 Encanamentos - 48:000\$000
 Canalização d'água p/ os edifícios - 23:000\$000
 Calçamento (preparo e nivelamento do solo inclusive) - 200:000\$000
 Plantio (Arborização, gramado, etc.) - 20:000\$000
 3 Repuxos grandes, a 3:000\$000 cada - 9:000\$000
 Vala mestra de esgoto - 50:000\$000
 Esgoto no perímetro - 25:000\$000
 Lâmpioes para iluminação - 12:000\$000
 Casinha para latrinas - 10:000\$000
 4 Casas de "ver-o-peso" a 28:000\$000 - 112:000\$000
 4 Casas para serviços complementares a 32:000\$000 - 128:000\$000
 Edifício principal - 182:000\$000
 4 Pontes a 5:000\$000 - 20:000\$000
 Eventuais - 100:000\$000
 Total - 2.000:000\$000⁸

⁸ FREITAS: 1950, p. 33.

Os contratos de arrendamento do terreno e com a empreiteira foram lavrados no mesmo dia, 25 de julho de 1874, sendo o de arrendamento por 50 anos, e o da empreiteira com um prazo de 3 anos, a contar desta data, para a entrega do novo Matadouro, com multa de 2:000\$000 por cada semana de atraso. Logo de início, Augusto Teixeira Coimbra, empreiteiro das obras, pediu prorrogação de 30 dias, para o início das obras. A primeira parte dos serviços consistia de aterrar e nivelar o terreno a ser escolhido, dentre as três opções de locais oferecidos da Fazenda. Foi de responsabilidade do empreiteiro a escolha, dentro da Imperial Fazenda de Santa Cruz, do local a ser construído o novo Matadouro. Os locais indicados para a empreitada foram a área do Curtume, próximo à Ponte dos Jesuítas e o rio Guandu; Barra do Guandu e o Campo de São José.

Freitas afirma que a escolha do Campo de São José, fora feita pelo Presidente da Câmara Municipal, Tenente Coronel Comendador Antônio Barroso Pereira.⁹ Mas, no processo de rescisão do contrato com a empreiteira, consta que foi Coimbra, sócio da empreiteira, como responsável pela escolha do terreno. Freitas também analisa o local escolhido para a construção do novo Matadouro, como sendo o Campo de São José, "o local perfeito para tal empreitada, pois oferecia todos os recursos necessários para a construção e a instalação do novo Matadouro, que pretendia ser modelo para outras cidades".¹⁰ Longe do centro urbano, amplo espaço, o Rio Itá para navegação e escoamento dos detritos, o Morro da Boa Vista e da Pindaré para fornecer o aterro e as pedras para a construção.

Mas, os diversos relatórios contidos na rescisão do contrato, nos mostram o contrário. O processo aponta, que mesmo não sendo apropriado o local determinado para as obras, de acordo

⁹ *Ibidem.* p. 34.

¹⁰ *Ibidem.* P. 34

com a planta, o empreiteiro iniciou as obras, sabendo que iria ultrapassar o orçamento. Pois, o local exigia obras adicionais, e assim o fez, para que a obra fosse embargada e transferida para outro local. E, conseqüentemente, receber a pesada indenização, prevista no contrato, caso houvesse a mudança do local da obra. Com essa finalidade, Coimbra conseguiu ficar 2 anos da obra apenas na preparação do terreno para se erguer os 24 prédios previstos na planta.

Mesmo com os relatórios do engenheiro fiscal denunciando as irregularidades, nada era feito para acelerar os trabalhos, assim como, continuaram a liberar verbas, desconsiderando totalmente a fiscalização. O elo entre a Câmara Municipal, encarregada de fiscalizar as obras, o empreiteiro e o Ministro do Império, em nada deixou a desejar aos conluios que presenciamos na atualidade, entre os empreiteiros e membros do governo.

A construção do Matadouro Público na Imperial Fazenda de Santa Cruz foi marcada por sucessivos distúrbios da ordem e acidentes ocorridos com os operários, sempre noticiados nos jornais, mas a empreiteira não melhorava as técnicas para evitá-los. Tais distúrbios da ordem decorriam dos constantes atrasos de pagamento, de envio de mantimentos, ou por questões de embriaguês. Em várias ocasiões o capataz não conseguindo conter os operários sozinho, solicitava ajuda na delegacia do curato de Santa Cruz. Os acidentes ocorriam por soterramento e pelos explosivos utilizados na demolição do morro, afogamento no rio Itá quando iam se banhar, ou esmagados quando caíam da carroça carregada de pedras, e tal carroça passava por cima do operário.

A grande empreitada para a construção do Matadouro Industrial na Imperial Fazenda de Santa Cruz foi marcada por escândalos e desperdícios de verbas dos cofres públicos, sendo considerada como a "farra do boi", pois apesar das denúncias e relatórios do engenheiro fiscal e as publicadas no jornal Gazeta de Notícias, nada era averiguado pelo Governo Imperial. Os escândalos começaram a partir da chamada pública para os

concorrentes a obra, pelo pouco tempo de prazo, menos de 30 dias, o que impediu de empresas de outras províncias, ou até mesmo de outros países, participassem.

A empreiteira vencedora, além de preparar o terreno para a construção dos 24 prédios previstos no projeto, teria que expandir a Estrada de Ferro D. Pedro II até a Fazenda, encanar água para o abastecimento de Matadouro, construir sistema de escoamento dos detritos, demolir o morro da Boa Vista para obter pedra e aterro e a compra de todos os maquinários necessários para o funcionamento das atividades do Matadouro e os vagões apropriados para o transporte das carnes verdes ao mercado de São Diogo.

Após 3 anos do início das obras, $\frac{3}{4}$ da verba, destinada a todo o empreendimento, já haviam sido utilizadas, mas a obra ainda continuava no estágio de terraplanagem e preparo do terreno, operários em greve por falta de salários e alimentação, sendo necessário o aumento do efetivo de policiais para conter as manifestações e greves dos operários que reivindicavam seus direitos e condições de trabalho.

Os operários para essa empreitada vieram de vários curatos da província do Rio de Janeiro e de outras províncias do Império. E de outros países como Argentina, Uruguai, Paraguai e Espanha. Portugueses e escravos libertos também compunham o operariado. Entre 1876 a 1878, a obra do Matadouro era notícia constante nos jornais, como a de 09 de janeiro de 1876, que narrava a ocorrência de que alguns dos trabalhadores do novo Matadouro, por estarem com seus salários atrasados, estavam em atitude hostil à força pública, e dispostos a repelir qualquer agressão, não conseguindo o capataz conter sozinho. Foi preciso que o 2º delegado, Maldonado, ir até o local da obra para conter os operários.

No mês seguinte, o trabalhador português João Gomes Ferreira morreu e o trabalhador José Fernandes Norberto ficou levemente ferido, em consequência do desmoronamento de uma barreira dos terrenos em que estavam construindo o novo

Matadouro, no dia 09 de fevereiro de 1876. Já o trabalhador Domingos Novaes, português, morreu afogado no rio Itá, quando fora se banhar, no dia 1º de março. Os companheiros se esforçaram em salvá-lo, mas não conseguiram. Seu corpo só foi encontrado no dia 3 de março, já em estado de putrefação. Como a morte acidental, por desabamento de barro, do trabalhador José Antônio da Silva, de 22 anos, morador de Mangaratiba, publicado em 26 de janeiro de 1877.

O infeliz episódio do liberto Felipe Santiago que morreu ao cair da carroça carregada de tijolos, e a carroça passou por cima do seu corpo, em 7 de fevereiro. A morte do espanhol Santiago Igreja, que caiu de uma altura de 12 metros no dia 7 de agosto de 1877. Tais notícias eram deveras recorrentes, o que mostrava a falta de segurança com os operários e no planejamento dos serviços. Assim como os recorrentes distúrbios da ordem.

Como no dia 23 de setembro de 1877, vários trabalhadores do novo Matadouro, embriagados, travaram uma grande desordem no curato de Santa Cruz, causando um ferimento a tiro em Antonio de Azevedo. Esse episódio levou as autoridades a procederem diligências para se descobrir o autor do ferimento, e a acatarem as reclamações dos moradores e comerciantes, que pediam mais segurança e ordem no curato. A morte, em 29 de novembro de 1877, do trabalhador português João Pereira, de 26 anos, por desabamento de uma barreira nas obras do novo Matadouro. A redação do jornal Gazeta de Notícias pediu mais cuidado na direção dos trabalhos para evitarem tais desastres. Assim como em relação aos salários, pois o atraso era constante.

A paralisação da obra era constante, e noticiada nos jornais, e sempre por questões de salários e mantimentos. Tais paralisações e reivindicações dos operários eram relatadas ao engenheiro fiscal que as notificavam a Câmara Municipal, esta as encaminhavam ao Ministro do Império. Nenhuma medida era tomada para que o empreiteiro Augusto Coimbra regularizasse os salários e atendesse as reivindicações dos operários. O Contrato da

obra estabelecia a liberação da verba trimestralmente, o que resultava no parcelamento da verba destinada, em 16 parcelas. Mas como já citado, em 3 anos de obra 2/3 da verba já havia sido liberada a revelia do contrato. E a obra ainda estava no primeiro estágio.

De acordo com os relatórios do engenheiro fiscal do Império, Antonio da Costa Pinto e Silva, designado como engenheiro das obras do novo Matadouro, o empreiteiro não deu o impulso necessário para que as mesmas pudessem estar concluídas a tempo. Não obstante de estar com as obras em atraso, contava talvez, em conseguir uma nova prorrogação do prazo estipulado. Desde o início das obras, em 1874, o empreiteiro não cumpria as ordens e prazos estipulados. Não tinha mão de obra suficiente para a empreitada que deveria ter mais de 300 operários. Havia apenas a metade desse número de trabalhadores, nos quais a maior parte era de mulheres, das libertas da Imperial Fazenda.

Essas escravas libertas, eram as famosas reúnas, citadas por Freitas como "mulheres extraordinariamente resistentes"¹¹, que executavam obras contra as inundações nos campos da Fazenda. Mas no relatório de rescisão consta que essas mulheres eram velhas e não prestavam para o serviço. Mas um requerimento feito ao Ministro do Império, no dia 19 de setembro de 1878, pedindo para obrigar o empreiteiro a pagar os seus salários, pois já estavam alguns meses sem receberem, fora organizado pelo o trabalhador José Alves Pedro e mais 131 trabalhadores do novo Matadouro, nos mostra uma contradição nos devidos relatórios.

Mas apesar do requerimento, continuaram sem pagamento, além da dispensa do alojamento estar praticamente vazia, sem alimentos para os trabalhadores. Não foi feito o pagamento, e os trabalhadores, que haviam parado os trabalhos desde o dia 05 de setembro, estavam resolvidos a não continuarem no serviço enquanto não forem pagos os seus salários atrasados. Ficaram as

¹¹ FREITAS: 1950, p. 64

obras paralisadas durante 18 meses, até que se chegou a deliberação para que as obras fossem reiniciadas, sob a administração total da Câmara Municipal, após a rescisão do contrato com a empreiteira de Augusto Coimbra.

A rescisão do contrato não agradou Augusto Teixeira Coimbra, o que era esperado, pois estava acostumado as regalias que tinha obtido. O que levou Coimbra a publicar nos jornais sua insatisfação, tentando atrair para si a opinião pública, apresentando-se como vítima de sucessivas violências. As regalias foram cessadas com a substituição do Ministro do Império, e o novo Ministro, passou a ter como prioridade a direção dos negócios da construção do Matadouro. Antes dele as obras eram acompanhadas e fiscalizadas pela Câmara Municipal. O principal motivo das queixas feitas por Coimbra, se referia ao fato de o Ministro do Império não ter continuado com a política de sucessivas concessões a que estava acostumado, e que rendiam um enorme lucro para a sua empreiteira.

E, a negação de favores e a exigência do cumprimento das obrigações estabelecidas no contrato, eram denominadas pelo empreiteiro, como sucessivas violências. Coimbra apresentava como extorsões violentas a ordem de restituição de 50:000\$000 aos cofres públicos pelas obras não prestadas e as multas pelo atraso de entrega das obras, pelo aviso de 29 de novembro de 1878, que obrigava o empreiteiro a restituir tal quantia que havia recebido ilegalmente.

Os motivos alegados pelo governo, para a rescisão do contrato e a formação da comissão para intervenção e auditoria das obras, foram as várias publicações nos jornais. O empreiteiro publicava nos jornais suas críticas as ações do governo, que passou a não mais atender os seus requerimentos e avisos sobre o terreno em que se estava construindo o novo Matadouro, após os 4 anos de obras. Os planos da obra foram aprovados em 12 de dezembro de 1874, portanto, a conclusão da obra deveria ser em 12 de dezembro de 1877. Antes desta data, o empreiteiro requereu mais 6 meses de

prazo, alegando a demora do governo na solução de várias questões. Assim, em 15 de outubro de 1877, teve o requerimento aprovado, prorrogando a entrega da obra para 12 de junho de 1878.

O Ministro do Império observou a pouca atividade com que se progrediam as obras, e aplicou as multas previstas no contrato, acreditando que assim, estaria estimulando o empreiteiro a cumprir o contrato dentro do prazo. Mas, ocorreu o contrário, as obras ficaram mais lentas e tudo indicava que o empreiteiro iria abandonar as obras a qualquer momento. Pois, além de diminuir o número de operários sensivelmente, as partes mais importantes da obra e que deveriam ter urgência foram abandonadas, e outras partes de menor urgência foram priorizadas.¹²

As obras já realizadas foram deixadas sem conservação e muitas estavam sendo destruídas pelos estilhaços da pedreira, que era muito próxima, e pelas chuvas, sem que a empreiteira procurasse impedir tais e tantos estragos. Em relação a linha férrea, apenas as partes retas estavam alocadas, faltando fazer as curvas, e que ainda não havia sido mandadas fundi-las. Os portões foram feitos com erros, e o empreiteiro não mandou fazer as alterações, exigidas pelo engenheiro fiscal. Quanto aos operários, se negavam a trabalhar por falta de salários.

Devido a tantas irregularidades, o Ministro do Império dirigiu-se a Santa Cruz no dia 14 de setembro de 1878, para avaliar as obras. Logo que chegou, foi abordado por um grupo de mais de 100 operários, que lhe pediam providências contra a lesão que o empreiteiro lhes fizera, pois estavam sem os salários de junho, julho e agosto. Tal reclamação foi confirmada por um documento apresentado por eles, com mais de 150 assinaturas de operários, onde todos se diziam em atraso no recebimento dos seus salários.

¹² A Rescisão do Contrato de 25 de julho de 1874. Discutida e Documentada. Publicação Oficial. Rio de Janeiro. Typographia Nacional. 1879. II-11,4,5. Biblioteca Nacional.

Sem muita saída, o Ministro teve que firmar que se o empreiteiro não lhes pagasse em breve, ele próprio o faria.

A circunstância de estarem as obras paralisadas, por conta dos operários se recusarem a trabalhar por falta de salários, levou o empreiteiro a fazer vários pedidos de força. Não só policial, como também militar, no intuito de conter pela violência, as reclamações dos operários, que exigiam o pagamento dos seus salários em atraso por mais de 3 meses. O empreiteiro fez várias comunicações a autoridade policial do Curato de Santa Cruz e ao Chefe de Polícia, declarando estar ameaçada a ordem pública pelos operários do novo Matadouro. Estes, flagelados pela miséria em que o empreiteiro os colocara, não somente com o atraso de seus salários, como também, pela falta, quase absoluta, de mantimentos no armazém do empreiteiro.

Mediante este cenário, o Sr. Ministro não autorizou a liberação de nova verba ao empreiteiro. Justificou a sua atitude, explicando que a causa da insubordinação dos operários e da impotência do empreiteiro diante deles, se devia pelo fato, do empreiteiro não ter a idoneidade para levar a efeito, e com bom resultado, uma empresa como a das obras do novo Matadouro. Faltavam-lhe para isso, os recursos pecuniários e o tino administrativo, indispensáveis para se dirigir um trabalho de tamanho vulto, mantendo sempre a ordem, o respeito e a disciplina que, uma vez quebrada, nunca mais se consegue restaurar.¹³

Mas Coimbra, continuou a publicar nos jornais acusações contra o Ministro do Império, com a finalidade de encobrir as investigações, dificultando a análise dos fatos. Coimbra tinha o receio que fossem reveladas as tramas dos negócios de sua empreiteira nas obras do novo Matadouro. Temia Coimbra, que todos os fatos ocorridos e os documentos que produziram, fossem dissecados cuidadosamente pela comissão, e entregues a apreciação pública, desembaraçados das nebulosidades, que ele os

¹³ *Idem.*

cercava. Como a Câmara Municipal e o Ministro de Império liberaram tantas verbas para uma obra, que durante 2 anos não saiu do aterramento do terreno e suas contenções? Como não acataram os inúmeros relatórios do engenheiro fiscal que denunciava as irregularidades? Como Coimbra não acatava as ordens do engenheiro fiscal, e a Câmara não tomava providências diante do que era notificada pelos relatórios?

A comissão concluiu que houve falta de um relativo estudo necessário para se efetuar tão grandiosa obra. A Câmara Municipal não organizou planos detalhados para se estabelecerem as bases para o concurso de apresentação de propostas. Mas não seria possível tal organização, pois todo esse processo foi estabelecido em apenas 20 dias, e apenas o vereador Comendador João Chrysostomo Monteiro votou contra os demais vereadores. Além de votar contra, ainda emitiu um ofício ao Governo, fundamentando o seu voto contra, e frisou termos, pedindo a anulação das propostas apresentadas, listando vários pontos, que julgava errado.

Ele explicou em seu ofício, que a execução de um estabelecimento da ordem em que se tratava construir, demandava sérios estudos com larga e franca concorrência, a fim de que os interesses públicos fossem devidamente considerados. A Câmara tendo, por ordem do Governo Imperial, fixado o prazo de um mês para tal concorrência, tornou impossível o estudo do plano oferecido, e também impediu, organização de outros concorrentes com melhores estudos, pudessem ser comparados mediante o que se havia adotado.

O contrato previa o pagamento dos 2.000:000\$000 em parcelas trimestrais. Mas, logo no início das obras, os empreiteiros pediram que a palavra trimestral fosse substituída pela mensal. Alegaram ser impossível, para o bom andamento das obras, receberem as verbas trimestralmente. Tal pedido foi atendido, pelo Governo Imperial, no termo lavrado em 7 de dezembro de 1875. Esta concessão significou para os empreiteiros, a desobrigação de

ter o capital empatado, quer com os operários, quer com os fornecedores.

No dia 16 de outubro de 1878, a respeito das obras do Matadouro, o ministério do império tomou as seguintes medidas, publicado no jornal Gazeta de Notícias,

1ª diretoria - Ministério dos Negócios do Império - Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1878. Haja visto de fazer constar ao empreiteiro da construção do novo Matadouro que, se dentro do prazo de quinze dias, a contar de hoje, não recommençar os trabalhos que estão parados, não der execução as determinações constantes do aviso de 18 de setembro de 1878, e não houver providenciado para que os trabalhadores, por falta de pagamento dos salários que lhes são devidos há mais de dois meses, não perturbem a ordem pública, considerará o governo abandonadas as obras e resolverá de conformidade com as cláusulas 29 e 32 do respectivo contrato. Aviso assinado pelo Sr. engenheiro fiscal das obras do novo Matadouro, Carlos Leoncio de Carvalho.¹⁴

Somente em 1º de abril de 1879, o Ministro do Império autorizou ao engenheiro fiscal das obras do novo Matadouro, a pagar os salários atrasados, correspondentes aos meses de julho, agosto e dias de setembro de 1878, a todos os operários da construção do dito Matadouro. A empreiteira do engenheiro Juliano José de Amorim Gomes foi contratada para executar as obras do novo Matadouro em junho de 1879.

Mal haviam retornado as obras, começaram a sair nos jornais, publicações pagas, com denúncias sobre tais obras. No dia 25 de setembro de 1879, os *prejudicados*, pediam providências sobre os contratos do novo Matadouro. Assinando como *Canteiros*, se dirigiam ao Ministro do Império, avisando dos pagamentos indevidos nas obras do Matadouro, e afirmavam que só não viam quem não queria ver, no dia 28 de dezembro de 1879. A *moralidade*, iniciou o ano de 1880, mandando um recado ao

¹⁴ Jornal Gazeta de Notícias de 16/10/1878. Hemaroteca digital da Biblioteca Nacional. Acesso em 26 jun. 2016.

Ministro de Império, na edição de 15 de janeiro de 1880, e republicado por vários dias, indagando se seria lícito e decente que um empreiteiro, contratado para alguns trabalhos no novo Matadouro público, J.J.A.G. (pelas iniciais, se falava de Juliano José de Amorim Gomes), tinha por seu avalista dois negociantes com falência aberta e estando no mesmo caso de falência o dito empreiteiro.

Tais denúncias levaram a rescisão do contrato com o engenheiro Juliano José de Amorim Gomes das obras do novo Matadouro no dia 20 de julho de 1880. O prosseguimento das obras foi feita sob o comando do engenheiro Domingos José Rodrigues, que mesmo acelerando ao máximo os trabalhos, estes só foram concluídos após a inauguração oficial do Matadouro. As obras complementares foram entregues um mês após a inauguração. No dia 28 de janeiro de 1881, o engenheiro comunicou ao Ministro do Império, estarem terminadas as obras, faltando unicamente o abastecimento d'água que se achava a cargo do Ministério da Agricultura.

A última folha de pagamento, correspondente ao período de 1 a 20 de janeiro de 1882, foi de 989\$945. "Além da verba fixada no contrato inicial de 2000 contos de réis, o Ministro do Império ainda concedera pela Lei nº 2.934, mais um crédito de 558:692\$872 para a conclusão das mesmas."¹⁵ Ficando assim, um total de 2.558:692\$872, gastos com as obras do novo Matadouro, até a sua inauguração. Pois a cada troca de diretor do Matadouro, o novo diretor fazia o levantamento do estado de conservação, e novas obras eram realizadas

As condições de trabalho para os funcionários do Matadouro sempre foram as piores possíveis. O que não foi diferente nas instalações do novo Matadouro. Além das doenças que a região já oferecia, por ser uma área de mangue e com muita umidade, havia também as péssimas condições de trabalho dos operários. Tinha-se

¹⁵ FREITAS: 1950, p. 60.

urgência em substituir o sarilho¹⁶ pela mecanização elétrica, para se evitar os esforços desnecessários, que esgotavam e aniquilavam o operário do Matadouro, por mais forte física e organicamente que ele seja, eram as constantes reclamações feitas, que mesmo sendo um Matadouro modelo, utilizava métodos antiquados no seu funcionamento. A insalubridade derivada da perene umidade no setor de matança no Matadouro, onde o operário antes do alvorecer do dia já estava no batente, e muita das vezes até o por do sol. Esse isolamento tão pernicioso do ambiente, pois a friagem ocasionava, em uma grande maioria dos operários, reumatismo e depauperações, acarretando os conhecidos casos de fraqueza pulmonar, muita das vezes fatais, e moléstias cárdio-renais. Muitos não conseguiam chegar a aposentadoria, pois eram vitimados por tais doenças, e os que conseguiam se aposentar, já estavam com grandes problemas de saúde, e assim, não tinham como aproveitarem do descanso merecido.

O empreiteiro Augusto Coimbra já dava sinais de abandonar as obras, pois já havia gasto 2/3 de toda a verba, os operários estavam em greve por falta de pagamento, e só restou ao governo a rescisão do contrato. Assim, ficaram as obras paralisadas durante 18 meses, até que se chegou a deliberação para que as obras fossem reiniciadas, sob a administração total da Câmara Municipal. O que gerou, por parte dos vereadores contrários a transferência do Matadouro, várias ações no intuito de dificultarem tudo o que se relacionasse para promover um rápido andamento da finalização da empreitada. O presidente da Câmara, o vereador José Ferreira Nobre, teve muitos contratemplos com tais vereadores, mas se manteve decidido em desempenhar a sua função de concluir as obras. Inúmeras visitas foram feitas pelo vereador, e sempre acompanhado do Ministro do Império, ao canteiro das obras, para garantir o término imediato. O presidente da Câmara Municipal

¹⁶ Cilindro horizontal móvel, acionado por manivela ou motor, em que se enrolam cordas ou cabos de aço, para levantar grandes pesos.

nomeou uma comissão composta pelos vereadores Nabuco Barros Pimentel, Rodolpho Dantas e Espindola, para irem ao Ministro do Império, levarem uma proposta, pedindo crédito para as obras do Matadouro, e solicitarem uma audiência com o Ministro na Câmara.

Tal audiência ocorreu em 8 de agosto de 1878, onde o Ministro do Império se colocou a disposição da Câmara Municipal para sanar as dúvidas em relação ao novo Matadouro.

O Sr. Joaquim Nabuco perguntou ao ministro se o crédito de quinhentos e tantos contos, pedido para as obras do novo Matadouro, estava também incluído a despesa para a canalização das águas do Rio Claro, em substituição das do Guandu; se a localidade do curato de Santa Cruz era melhor do que a do atual Matadouro; se as obras já feitas não poderiam ter outro destino para indenizar as despesas que já foram realizadas, caso a Câmara não vote o crédito pedido; se foram tomadas todas as medidas necessárias para o transporte das carnes para o mercado fosse feito em todo tempo apesar do calor, de enchentes e da multiplicidade dos serviços da Estrada de Ferro D. Pedro II?¹⁷

Joaquim Nabuco continuou inquirindo o ministro a cerca de saber se o governo tem alguma idéia do tempo em que acabariam as obras e se, na impossibilidade fixa e material de acabar de imediato, não poderia fazer algum melhoramento no Matadouro de São Cristovão. Alegou isso, por achar que o Ministro sabia que os melhores empregados da limpeza do Matadouro eram os urubus. E que o Imperador e os ministros estrangeiros para irem a Quinta Imperial, tinham que passar através de uma nuvem desses voluntários negros (os urubus) da Câmara Municipal. E usou de zombaria, ao enaltecer os urubus, que além da limpeza pública, também defendiam a cidade. Em sua longa indagação, citou a questão de estar a cidade em tempo de monopólio, e debates no Conselho de Estado, a favor da liberdade dos Matadouros públicos.

¹⁷ *Idem.* 08/08/1878. Acesso em 26/06/2016.

Citando os nomes e opiniões do Marquês de Olinda, do Visconde de Tanhaté, do Visconde do Rio Branco, do senador Souza Franco e do senador Nabuco, que ainda não haviam proposto a lei, porque era necessário primeiro, revogar a lei das Câmaras Municipais. E que na verdade, não ocorreu tal contestação, de onde resultava a necessidade de acabar com o privilégio. Ou seja, Nabuco, plenamente representando os marchantes, queria a reforma do Matadouro de São Cristovão ou a liberdade para que os marchantes tivessem o seu próprio Matadouro. E instiga o Ministro ao perguntar se ele queria o sistema de liberdade ou se o Matadouro de Santa Cruz já estava fadado a manter o privilégio como o de São Cristovão, e se não era melhor para o governo a liberdade do que essa nova despesa, ou se o governo não tinha coragem de revogar a lei das Câmaras Municipais.

Em resposta a todas as indagações, o Ministro reafirmou a necessidade do crédito para o novo Matadouro que estava justificado, e Joaquim Nabuco não a contestou. Que julgava saudável o curato de Santa Cruz para que seja estabelecido o Matadouro. E que nada se tinha a temer sobre o transporte das carnes, pois a Estrada de Ferro D. Pedro II já havia recebido os 23 carros apropriados ao transporte de carnes verdes, que chegaram dos Estados Unidos, por navio, e foram destinados ao serviço do novo Matadouro, e que já foi estabelecido os regulamentos com a Estrada de Ferro. O Ministro enfatizou com firmeza que o Matadouro não poderia continuar no lugar em que estava, porque se constituiu no local um foco de infecção para toda a cidade.

Em relação ao estabelecimento de mais Matadouros livres¹⁸ nas cercanias da cidade, o que podemos deduzir que já existiam Matadouros livres do comando da Câmara Municipal, o Ministro ponderou que havia duas condições essenciais a atender: a

¹⁸ O que nos leva a confirmar as autorizações dadas pelo Imperador a alguns dos maiores marchantes de terem seus Matadouros particulares. Uma análise se faz necessária para sabermos quem eram esses marchantes beneficiados com tais autorizações.

salubridade do local e o abastecimento d'água. E para isso, se fazia necessária a melhor fiscalização pública, e essa era a dificuldade para um sistema inteiramente livre. Ele não era contra ao sistema livre, mas indicou, como exemplo, que Souza Franco entedia que a lei das Câmaras Municipais se opunha a ele. No dia 19 de setembro de 1878 foi liberado o crédito para dar continuidade as obras do novo Matadouro.

As obras foram reiniciadas sobre o comando do vereador Ferreira Nobre. Antes da inauguração oficial do novo Matadouro, começaram a serem publicadas nos jornais várias denúncias contra Nobre, que já havia trabalhado no Matadouro de Lisboa, e tinha proposto uma feira de gados próxima ao Matadouro de Santa Cruz. A análise de cada item do regulamento do Matadouro proposto por Nobre, feita pelo *Vox populi* continuou a ser publicada nos jornais, e não tiveram mais resposta do *Um boiadeiro*. Colocaram em questão os médicos e veterinários que não foram consultados para fazerem o regulamento, e criticando o fato de ser o regulamento o mesmo de Lisboa, com realidades totalmente diferentes da do Brasil, em especial a do Rio de Janeiro.

A modernidade exaltada sobre o novo Matadouro, ao invés de baratear o produto, fez ao contrário, aumentou o preço da carne e derivados. E ainda tem a questão da higiene nos preparos dos miúdos, se teriam a mesma qualidade, já que não seriam fiscalizados. Sobre a proposta da feira do gado que constava no regulamento e de outros itens, que causaria ao preço da carne e o aumento de impostos a favor da Câmara Municipal. Acusando Nobre de revogar a Constituição, desprezando as leis e afrontando a moralidade administrativa. Clamando aos demais vereadores para não aprovarem as propostas do regulamento apresentado por Nobre.

A primeira experiência de matança no novo Matadouro foi realizada no dia 14 de novembro de 1881. Tal experiência, foi assistida "por muitos vereadores, altas autoridades e convidados,

vindos em trem especial'.¹⁹A inovação na matança foi a introdução do estylete, substituindo o machado, para se abater o gado. As machadadas, ainda praticadas no Matadouro de São Cristovão, eram consideradas como bárbaras. Conforme eles definiam, o estylete,

[...] é uma espessa lâmina de aço em forma de losango, com 10 centímetros de comprimento, bem afiada na ponta. Preso firmemente a um longo cabo, bem forte, é manejado de altura conveniente e a salvo do animal visado. Este, uma vez em posição, recebe seu golpe mortal, que consiste em certa cutilada na região cervical. Esta operação, que requer habilidade e rapidez de ação, é uma das atrações do Matadouro, pela precisão absoluta com que é executada pelos homens encarregados desse mister, conhecidos comumente por "chopeiros."²⁰

Tal procedimento foi substituído por choque elétrico, com a introdução da energia elétrica, acabando com a função dos chopeiros (funcionário encarregado de dar o golpe mortal no gado, na região cervical, com o estylete), dentro do novo Matadouro.

A Câmara recebeu um telegrama no dia 23 de fevereiro de 1882, informando a inundação do Matadouro de Santa Cruz, e pedindo imediata medida ao governo, como abertura de valas, afim de se evitar a impossibilidade do abastecimento de carne à cidade. A enchente também atingiu o ramal de Santa Cruz, que ficou inundado entre os quilômetros 2 e 3, Penna providenciou o escoamento das águas e assim, puderam percorrer os vagões com o gado abatido no Matadouro. Tais enchentes se tornaram realidades todas as vezes que chovia fortemente ou por dias seguidos. A Vala do Sangue, por onde escoava todo o esgoto do novo Matadouro, desaguava na Vala do Itá que a menos de 2 quilômetros desaguava na Baía de Sepetiba. Portanto, não eram valas, e sim, canais que dependiam das marés para escoarem. E

¹⁹ FREITAS: 1950, p. 62.

²⁰ *Idem*, p. 63.

quando somavam-se chuva e maré cheia, não tinha como desaguar, as águas retornavam e alagavam toda a área do Matadouro e seu entorno. Por isso, tiveram que fazer obras de abertura de caminhos na parte externa do Matadouro, que facilitassem o escoamento das águas.

Empossado oficialmente, Nobre fez as seguintes nomeações: para o cargo de secretário do Matadouro o cidadão Ernesto de Albuquerque Diniz, para escrevente da repartição de tombamento Francisco Martins Gonçalves e para escrivão da matança suína José Carlos Vieira de Castro. Chamou concorrências para: a organização do sistema de comunicação telefônica entre o Matadouro de Santa Cruz e o Paço Municipal; e açougues municipais e para compra de couros avariados no Matadouro de Santa Cruz. Foram escolhidos, para os couros José Custódio Affonso, para os açougues João Gonçalves da Silva & C. e para o sistema de telefonia foi aprovada a proposta de Leon Rodde pelo preço de 7:456\$.

Além dos reparos nos currais e oficinas, tinha a necessidade de colocar os sarilhos da casa de matança, movidos a vapor e da construção de fornos para a cremação dos resíduos e fragmentos de matéria orgânica animal. Tinha-se urgência em substituir o sarilho²¹ pela mecanização elétrica, para se evitar os esforços desnecessários, que esgotavam e aniquilavam o operário do Matadouro, por mais forte física e organicamente que ele seja, eram as constantes reclamações feitas, que mesmo sendo um Matadouro modelo, utilizava métodos antiquados no seu funcionamento. Além desses orçamentos, os engenheiros também apresentaram a necessidade de drenagem da área do Matadouro. E apresentaram um estudo para além dos fornos, criarem vagões crematórios, um sistema belga, com ligeiras modificações feitas por Araujo Viana.

²¹ Cilindro horizontal móvel, acionado por manivela ou motor, em que se enrolam cordas ou cabos de aço, para levantar grandes pesos.

Para escoar o esgoto e detritos do Matadouro foi construído um canal, que era totalmente fechado até 200 metros após o Matadouro, após, seguia a céu aberto rumo ao Rio Itá que desaguava na Baía de Sepetiba. Tal canal ficou conhecido como Vala do Sangue devido nos horários de abate, também chamado pelos operários e moradores de matança, escorria o sangue e resíduos gordurosos, o sebo, por seu caminho. Tal fato, foi presenciado por várias gerações, até o início dos anos de 1980, quando o Matadouro, já em um prédio mais moderno, construído nos anos de 1930, foi totalmente desativado, e seu prédio transformado em uma escola técnica, no final dos anos de 1990. A rua aberta paralelamente a tal vala recebeu o nome de Caminho da Vala do Sangue, tendo o seu nome alterado na década de 2000, para Rua Benedicto Freitas, escritor e morador de Santa Cruz, após o seu falecimento.

Fontes

Biblioteca Nacional

III - 11, 4, 15. Autor: Brasil, Ministério do Império. Título: Obras do novo matadouro: a rescisão do contratado de 25 de Julho de 1874. Discutida e comentada. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879. 26 p. BNRJ - Sessão de Obras Gerais.

Material: Livro. Localização: III - 11, 4, 15. Autor: Brasil, Ministério do Império. Título: Obras do novo matadouro: a rescisão do contratado de 25 de Julho de 1874. Data: 1879. 26 p.

Material: Documental textual. Localização: I - 34, 25, 3 e I - 34, 24, 141. Autor: Martins, Gaspar da Silveira. Título: Ofício ao inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro tratando da vistoria nas obras do matadouro em Santa Cruz. Data: 07/12/1878.

Material: Documento textual. Localização: I - 6, 4, 40 & 12, 04, 013 n. 81. Autor: Rodrigues, Domingos José. Título: Termo de contrato celebrado com Luís Soares de Farias, Augusto José Moreira e João José da Silva Lima para

conclusão do movimento de terra e rebaixo de pedreira precisos à regularidade e nivelamento do Matadouro de Santa Cruz. Data: 13/07/1880.

Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro -
<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

Códice 17-2-14 (1873-1875). Atas das Sessões da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Referências

COSTA, Edite Moraes da. *Do boi só não se aproveita o berro! O comércio das carnes verdes e a transformação socioeconômica da Imperial Fazenda de Santa Cruz com a construção do Matadouro Industrial (1870-1890)*. Dissertação de mestrado. Seropédica. UFRRJ/PPGHR, 2017.

FREITAS, Benedicto de. *História do Matadouro Municipal de Santa Cruz*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1950.

"Os artistas pelos artistas": trabalhadores e suas hierarquias sociais no tempo da escravidão

Renata Figueiredo Moraes¹

O século XIX no Império foi marcado por diferentes momentos da escravidão. Foi o auge do sistema escravista, sendo o porto do Rio de Janeiro o principal local de desembarque de homens e mulheres vindos da África. Os africanos que permaneceram na cidade foram escravizados a partir das necessidades das novas condições políticas que surgiram: vinda da família real em 1808, independência, e o Império. Grande parte desses acontecimentos foram narrados por editores em jornais de grande ou pequena circulação. Na segunda metade do século, com a proibição definitiva do tráfico, novas adaptações à vida do trabalho na cidade tiveram que existir, diante, principalmente, da demanda maior por escravos nas províncias produtoras de café. Nesse cenário, aumentava o número de trabalhadores livres e que, de algum modo, se articulavam a fim de conseguirem melhorias nas suas condições de trabalho, apesar da existência da escravidão tão próxima a eles. Essa articulação apareceu de formas variadas e uma delas foi através da organização em associações de apoio mútuo ou na produção de jornais de classe. Nesse período

¹ Professora Adjunta de História do Brasil da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail para contato: renatafmoraes@gmail.com.

circulavam na cidade do Rio de Janeiro um número expressivo de jornais escritos por trabalhadores e para seus pares. Importante destacar que considero *trabalhadores* aqueles que foram escravizados ou que eram livres. Ambos nem sempre foram controlados por regras impostas pelos meios oficiais, mas sim por outras medidas que faziam com que se “adaptassem” às formas de trabalho existentes e as que pudessem restringir sua livre circulação pela cidade. Deste modo, algumas questões aparecem e pretendem ser respondidas nesse texto e nessa comunicação. A principal delas: como se comportavam trabalhadores livres ao reivindicar melhores condições de trabalho enquanto tinham, ao seu lado muitas vezes, trabalhadores escravizados? Pensar as hierarquias existentes dentro do mundo do trabalho, não apenas a mais clássica entre trabalhadores livres e escravizados, mas entre os próprios livres, é fundamental para pensar na multiplicidade de sujeitos que viviam na Corte e que consumiam um material vindo de fora, o que faziam produzir jornais com textos direcionados aos seus companheiros com estratégias de resistência e de ação.

Uma parte das motivações para a produção de jornais por parte dos trabalhadores livres era por conta das opressões que viviam e a consequente perda de prestígio diante da permanência e reforço da escravidão ao longo das décadas. Deste modo, a construção de um sentido positivo para o trabalho seria uma forma de se diferenciar diante daqueles que mesmo sendo trabalhadores não tinham a liberdade de fato. A construção de hierarquias sociais pautou a formação da sociedade imperial e se aprofundou mais ainda entre a parte mais baixa da sociedade. Quem não era grande proprietário de escravos, político ou grande comerciante estava submetido a um regime de trabalho que não era regulado na quantidade de horas ou salário. Sendo assim, como reconfigurar essas características do “ser trabalhador” num tempo de escravidão? A fim de responder essas perguntas, a reflexão a seguir pensará o Rio de Janeiro como uma cidade negra e de trabalhadores, através dos números do censo de 1872, o primeiro a contabilizar a população escrava mas que também

serviu para identificar os ofícios exercidos por trabalhadores livres e escravizados; a partir também da legislação municipal que, de algum modo, tentou regular as relações de trabalho, apesar de distintas hierarquicamente a partir das diferentes condições jurídicas dos trabalhadores; por meio dos jornais, tanto os de grande circulação como os produzidos por trabalhadores. Em ambos, o trabalho no Brasil é discutido, seja no anúncio dos escravos fugidos, seja no pedido por um controle do trabalho, tendo os jornais de classe a função de organizar ou alertar sobre o trabalho quem era hierarquicamente semelhante. Deste modo, através dessas fontes, pretendo inserir nas discussões do mundo do trabalho o escravizado e o trabalhador livre como sujeitos ativos desse mundo. Nesse caso, pretendo ressaltar uma ação: a construção de uma identidade para os trabalhadores. Essa ação servirá para alimentar o debate sobre o século XIX, o movimento abolicionista e a construção dos caminhos de liberdade tanto por parte de trabalhadores escravizados quanto por aqueles que não tinham na liberdade da escolha do ofício algo livre de interferências externas. Será possível também ver a gênese da organização de trabalhadores brasileiros e livres ainda durante a escravidão.

O Rio de Janeiro dos trabalhadores

A cidade do Rio de Janeiro, a mais negra das Américas, era também a cidade esconderijo, segundo Sidney Chalhoub², assim chamada porque ou o escravizado poderia ser confundido como livre, de acordo com suas atitudes e ações, ou um livre ou liberto poderia ser visto como escravo. Essa cidade também abrigou diferentes formas de exploração do trabalhador, livre e escravizado. Deste modo, quem era, de fato, livre na cidade escravista? Outra questão é a respeito da naturalização da escravidão. Os anúncios de fugas de escravos que se escondiam

² CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. Uma História das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

pelas vielas da Corte são constantes nos grandes jornais que aceitavam esse tipo de anúncio. Ao mencionarem as características dos escravos em fuga, seus senhores indicam valores e função dessa “peça” perdida. Visualizar o trabalho dessa cidade negra é possível também através das pinturas de viajantes e cronistas que registraram homens e mulheres, em sua maioria negros, no trabalho nas ruas da cidade: vendendo frutas, carregando objetos ou pessoas e atuando como barbeiros. No entanto, se analisarmos os dados do censo de 1872 conseguiremos ver uma complexidade muito maior nos ofícios exercidos por homens e mulheres, brancos, negros e pardos, escravizados e livres na cidade. Dar complexidade ao mundo do trabalho na sede do Império é fundamental para entendermos as hierarquias dessa sociedade no que se refere às profissões e ofícios e as condições de homens e mulheres que os exerciam e como se articularam nos momentos finais da escravidão e nas primeiras décadas republicanas.

No censo de 1872, a contabilidade da população do Império foi realizada considerando a existência da diversidade de gênero (homem e mulher), de nacionalidades, de condição jurídica (escravizado e livre) e dos caboclos (referente aos indígenas). Por ser o primeiro censo a contabilizar a população escrava, permitiu que seus leitores analisassem o peso da escravidão na penúltima década da sua existência e em meio a uma discussão sobre seus efeitos para aquela sociedade. Deste modo, visualizar a cidade do Rio de Janeiro por meio desses números nos dá argumentos para entender as motivações de organização dos trabalhadores livres uma vez que parecem estar em maior número daqueles escravizados e em profissões que favoreciam a organização. A respeito dessa organização do censo, é importante ressaltar como se dividiam os ofícios: Profissões liberais,³ outros,⁴ profissões

³ Dentre as profissões liberais estão: os de atividades religiosas, juízes, advogados, notários e escrivães, procuradores, oficiais de justiça, médicos, cirurgiões, farmacêuticos, parteiros, professores e homens de letras, empregados públicos e artistas. Dessas profissões, apenas os “artistas” possuem escravos homens e mulheres atuando, para o caso do Município neutro.

industriais e comerciais,⁵ profissões manuais e mecânicas,⁶ profissões agrícolas⁷ e sem informação. Abaixo uma tabela com os dados condensados a fim de identificarmos apenas a diferença numérica entre livres e escravizados, brasileiros e estrangeiros no que se refere às profissões a eles identificados no censo que, nessa contagem, não fez menção a cor.

Total do quadro das profissões e divisão entre livres e escravizados - Município neutro		
Categoria	Total	Percentual
Trabalhadores brasileiros livres (homens e mulheres)	152.727	55,54%
Trabalhadores estrangeiros livres (homens e mulheres)	73.306	26,65%
Trabalhadores escravizados (homens e mulheres)	48.939	17,79%
Total	274.972	100%

Fonte: Censo de 1872 - IBGE

Nessa divisão sobre os ocupantes de cada profissão, o censo identificou a nacionalidade, a condição jurídica e o gênero. Outro ponto importante é a quantidade de trabalhadores livres representando mais da metade da população do município neutro. No entanto, uma análise mais detalhada a respeito das profissões ocupadas por esses livres, principalmente na divisão de gênero, já ofereceria um diagnóstico interessante sobre os espaços oferecidos para mulheres e homens e a divisão do trabalho no Império. No entanto, apesar da população escrava parecer não ocupar grande parte desse cotidiano do trabalho, percebe-se que estavam presentes em grande parte das profissões, exceto nas classificadas como liberais onde apenas nos “artistas” há a presença de escravos (maioria de homens e apenas 3 mulheres escravas), representando essa categoria o maior número de trabalhadores entre as

⁴ Os identificados como “outros” são: militares, marítimos, pescadores, capitalistas e proprietários, criados e jornaleiros e serviço doméstico.

⁵ Entre eles estão: manufactureiros e fabricantes, comerciantes, guarda-livros e caixeiros

⁶ Entre eles estão: costureiras, canteiros, calcoteiros, mineiros e cavouqueiros, em metais, em madeiras, em tecidos, de edificações, em couros e peles, em tinturaria, de vestuários, de chapéus, de calçado.

⁷ Lavradores e criadores

profissões liberais, com homens e mulheres, estrangeiros e brasileiros, escravos e escravas.

O mesmo total da população pode ser analisado a partir de outra divisão: a da cor combinada com a condição jurídica: livre ou escravizado.

Total da população do município neutro				
Categorias		Total		Percentual
Branços		151.799		55,20%
Pretos	Livres	28.460	66.338	24,12%
	Escravos	33.878		
Pardos	Livres	44.851	55912	20,33%
	Escravos	11.061		
Caboclos		923		0,33%
TOTAL		274.972		100%

Fonte: Censo de 1872 - IBGE

Através desses dados podemos perceber que um pouco menos da metade da população do município neutro era não-branca. Apesar do total ser o mesmo da tabela anterior, não é possível identificar o percentual desses classificados como brancos se eram brasileiros ou estrangeiros. No entanto, na tabela anterior há a informação que 26,65% dos trabalhadores eram estrangeiros, o que nos leva a supor que os brancos brasileiros são a minoria na cidade escrava do Rio de Janeiro, sede do Império.

Essas informações do censo nos dão mais elementos para estudar os trabalhadores do Império, entre livres e escravizados, uma vez que, apesar dessa contagem ter algumas lacunas, nos oferece argumentos para dinamizar os estudos sobre o mundo do trabalho no Brasil Império para além da escravidão ou vendo nela um ponto importante para a organização dos trabalhadores e a construção de sentidos para o Trabalho. Essa análise dialoga com os novos estudos sobre o mundo do trabalho que incorporam referenciais e concepções que faltam a algumas pesquisas mais pretéritas sobre essa temática. Entre essas novas concepções estão questões de gênero, sexualidade, trabalho doméstico, o informal, sendo esse último um desafio maior uma vez que os limites para a

sua definição são complexos. O trabalho doméstico, por exemplo, associado a perspectiva da história da mulher no mundo do trabalho também precisa ampliar seu recorte e seu olhar também para as relações paternalistas existentes nesse ambiente de trabalho, assim como a sexualidade de homens e mulheres e sua ligação com as questões de gênero envolvidas nessas relações cotidianas. Sendo assim, pensar o mundo do trabalho no século XIX suscita questões que hoje gritam a todo momento: o papel das empregadas domésticas na organização familiar de seus patrões e da sua própria família; a diferença salarial e de cargos entre homens e mulheres, ainda persistente em pleno século XXI; a continuidade do trabalho infantil. Todas essas temáticas também podem ser vistas dois séculos antes quando a sociedade era dividida entre livres e escravizados. No entanto, já é possível perceber o compartilhamento de ofícios entre esses dois grupos, abrangendo homens e mulheres. Deste modo, como pensar em organização dos trabalhadores apenas no período republicano?

Pensar o oitocentos, predominantemente escravista, é também tratar da resistência dos trabalhadores, sejam eles escravizados ou não, que para atender a algum desejo ou para evitar maiores prejuízos ao seu cotidiano de trabalho realizaram paralisações das suas atividades. O artifício que conhecemos hoje como “greve” há muito já era feito no tempo da escravidão por trabalhadores escravizados que tentavam, de algum modo, impor suas vontades sobre os mandos do senhor. As paralisações no XIX, também chamadas de “paredes”, mostram que o trabalhador nacional não precisou da influência do imigrante radical anarquista grevista para protagonizar suas próprias lutas.⁸ A esse respeito, não é possível se furtar em dizer da greve dos carregadores ocorrida na Bahia em 1857 e que afetou o funcionamento da cidade.⁹ No Rio de Janeiro esses trabalhadores não

⁸ NEGRO, Antonio Luigi, GOMES, Flávio dos Santos. “As greves antes da ‘grève’: as paralisações do trabalho feitas por escravos no século XIX”. *Revista Artigos e Ensaios*, n° 42.

⁹ REIS, João José. “A greve negra de 1857 na Bahia”. *Revista USP*, n. 18, 1993

paralisaram desse mesmo modo, apesar de terem realizado uma greve em março de 1877. Esses trabalhadores da Alfândega do Rio de Janeiro paralisaram suas atividades numa forma de reivindicar o fim da obrigatoriedade do uniforme e outras ações. Portanto, a resistência às formas de exploração é comum a trabalhadores livres e escravizados. Porém, o que o diferenciavam era a condição de livre e a partir disso a identidade do trabalhador livre tende a se moldar numa forma de distanciá-lo do escravizado, mesmo que estivessem na mesma oficina sob o jugo do mesmo patrão e sem uma instrução, o que poderia tirar ambos de um atraso social e compartilhar novas formas de resistência. O escravo ou o livre sabiam como poderiam iniciar uma negociação, mesmo quando a outra parte não estava disposta a ouvi-los. Deste modo, a influência do imigrante na constituição de formas de luta por melhores condições de trabalho foi apenas um adendo ao que já existia no Brasil escravista do século XIX e que proporcionou um perfil étnico na formação da classe trabalhadora no Brasil antes mesmo da abolição.

Para os trabalhadores escravizados restava a negociação e a resistência. A fuga era um meio valioso para conquistar uma liberdade, mesmo que momentânea e com riscos de ser pouca duradoura. Na cidade do Rio de Janeiro a predominância de homens e mulheres negros escravizados circulando pela cidade exercendo uma atividade específica, a de ganho, poderia dar a eles um sentimento de liberdade que se aguçava ainda mais quando ainda empreendiam fuga e obrigavam seus senhores a publicar anúncios em jornais reivindicando a captura do escravo fujão. Nesses textos, temos uma realidade sobre a escravidão no Brasil, as características físicas e psicológicas e os artifícios usados pelos escravos em fuga para permanecerem livres, ou não mais escravizados por seus antigos senhores. Ao mesmo tempo, esses anúncios produziam os “capitães da cidade” numa alusão aqueles que caçavam escravos fugidos no mato. Na cidade, qualquer um poderia ser esse “capitão” uma vez que tinha acesso ao anúncio da fuga no jornal e tivesse interesse na recompensa prometida pelo

anunciante. Essa rotina nos faz lembrar o conto “Pai contra mãe” de Machado de Assis quando ele inicia seu texto publicado em 1906 com o seguinte trecho:

A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais (...) ora, pegar escravos fugidos era um ofício do tempo. (...) ninguém se metia em tal ofício por desfatio ou estudo; a pobreza, a necessidade de uma achega, a inaptidão para outros trabalhos, o acaso, e alguma vez o gosto de servir também, ainda que por outra via, davam o impulso ao homem que se sentia bastante rijo para pôr ordem à desordem.¹⁰

O ofício de capturar escravo fugido dizia mais sobre a constante fuga do que sobre quem o exercia, apesar de estar entre aqueles que possivelmente declararam “sem ofício” quando questionados no censo, podendo ser brancos, pardos ou pretos. Ou seja, os trabalhadores escravizados da cidade resistiam ao ofício que a escravização lhe impôs e poderiam se confundir numa cidade heterogênea, escravizada e livre.

Esses trabalhadores que fugiam tinham nessa ação uma oportunidade de conquistar a sua liberdade. E aqueles que já eram livres, como fugir de seus ofícios? A esse respeito, Maria Sylvia Franco, em seu trabalho pioneiro sobre os homens livres pobres no Império, destacou as amarras que esses trabalhadores livres viviam, julgando terem liberdade no exercício das suas funções. Diante de uma sociedade com concentração cada vez maior dos meios de produção, formou-se uma gama de livres, expropriados e que não foram submetidos às pressões econômicas, uma vez que não possuíam posses de terras, não conheceram os rigores do trabalho forçado e não se proletariaram.¹¹ No entanto, parecem invisíveis na reprodução da escravidão e do sistema que a sustentava nos estudos

¹⁰ Machado de Assis. “Pai contra mãe”. *Relíquias de Casa Velha*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1990, p.17

¹¹ Franco, Maria Sylvia. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Unesp, 1997, p.14

sobre o século XIX. A fim de dar visibilidade a essa categoria, que era diversa e complexa, a autora utilizou processos crimes da região de São Paulo, Guaratinguetá, onde a violência se tornou um elemento constitutivo das relações dessa região. Segundo a autora, tendo esses homens livres uma relação de profunda dependência com o senhor, o fazendeiro no caso, eles são vistos submetidos a uma “brutalidade da alienação” que, por meio da lealdade, do respeito e da veneração que oferecem como moeda de troca por proteção, cria-se uma atmosfera de relação consensual e de aceitação voluntária, sem deixar emergir possibilidades de rompimento por parte dos subordinados.¹² Seguindo esse raciocínio, chama a atenção para a condição do escravo nesse sistema a fim de comparar com a vida do trabalhador livre. Se o escravo no seu cotidiano sofre com ações violentas, típicas do sistema em que está inserido, e que dá a ele um desejo de liberdade, onde uma vez livre teria mais clareza daquilo que o aprisionava, nas relações de submissão entre livres, o homem pobre encontrava-se preso a um modelo de relação que apesar de gozar de liberdade formal está totalmente distante da sua real condição.¹³ O que essa discussão proposta por Franco nos ajuda a compreender é a respeito da fragilidade da liberdade desses homens pobres. Apesar de estarem sob um sistema de dominação distinto ao vivido pelo escravo, encontram-se privados de direitos e da própria vida em liberdade que poderiam imaginar ter na sua condição de livres, além de terem restritas suas margens de negociação, uma vez que estão ainda hierarquicamente inferiores aos que gozam efetivamente de liberdade, ou seja, possuidores de terras e posses.

Nas cidades, os trabalhadores, ditos livres, também sofriam opressões e perda de prestígio diante da permanência e reforço da escravidão ao longo das décadas. Deste modo, a construção de um sentido positivo para o trabalho seria uma forma de se diferenciar diante daqueles que mesmo sendo trabalhadores não tinham a

¹² *Idem*, pg. 94

¹³ *Idem*, p.95

liberdade de fato. A construção de hierarquias sociais pautou a formação da sociedade imperial e se aprofundou mais ainda entre a parte mais baixa da sociedade. Quem não era grande proprietário de escravos, político ou grande comerciante estava submetido a um regime de trabalho que não era regulado na quantidade de horas ou salário. Numa tentativa de regulamentar esse trabalho e organizar a cidade, a legislação municipal da década de 1830 e aprimorada nas décadas seguintes, tentou construir uma ordem na cidade e que estivesse relacionada com seus moradores, trabalhadores ou não. Obedecer às regras da cidade passava a ser uma questão de polícia.

Em 1830, a Lei de Locação de Serviços regulou o contrato de prestação de serviços por brasileiros e estrangeiros. Dentre outras medidas, previa a duração por tempo determinado do contrato de trabalho e os direitos e deveres dos envolvidos, sem estabelecer, porém, o limite diário de horas de trabalho, valores e nem folgas entre algumas jornadas (1830). Apesar de regular a presença e o trabalho de estrangeiros no Império, a lei excluía os “africanos bárbaros” de possuírem contratos de trabalho no Brasil, exceto os que já existissem aqui. Ou seja, os estrangeiros atraídos para o Império não poderiam ter origem nos países da África. Apenas aqueles que tivessem chegado ao Brasil na condição de escravo e, por alguma condição, já estivessem livres poderiam firmar contratos de trabalho (1830). Essa legislação foi uma tentativa de regulamentação do trabalho livre para brasileiros e estrangeiros, e promulgada um ano antes daquela que acabou com a chegada legal de africanos para a escravização no Brasil, deixava evidente o lugar deles no mundo do trabalho no Império: o de escravos.

Apesar de importante no estabelecimento de normas para os contratos de trabalhadores livres (brasileiros ou estrangeiros), a lei de 1830 foi sucinta sobre as condições de trabalho e vinda de imigrantes para o Brasil. Diante disso, em 1837 novas providências foram anunciadas para a contratação de colonos. Entre as condições estabelecidas na nova lei estavam a possibilidade de demissões por justa causa, a intermediação de sociedades de

colonização para a contratação inclusive de crianças e órfãos e os direitos e deveres de locatários e locadores (1837). Não há a menção a proibição de colonos africanos mas, diante da lei anterior, acredita-se que esses não seriam atraídos para o trabalho no Brasil através dessa nova regulamentação. A lei, assinada em outubro de 1837, ainda no período regencial, poderia ser a garantia para a falta de braços para o trabalho quando a tentativa de revogação da lei de 1831 saíra derrotada do Senado.¹⁴ No entanto, o que se viu nos anos seguintes foi não apenas a intensificação do tráfico ilegal de africanos, mas da própria força da escravidão.

Em 1879, outra lei reajustava as normas para a locação dos serviços aplicados à agricultura e estabelecia prazos diferentes para os contratos exercidos por brasileiros ou estrangeiros e revogava as anteriores – 1830 e 1837. Não sendo novidade para o Império a contratação de estrangeiros para o trabalho, o próprio censo de 1872 identificava a quantidade variada de homens e mulheres que atuavam em diferentes profissões, principalmente nas cidades, e com diferentes origens. No entanto, diante da crise portuguesa, o Império do Brasil era um local atrativo para os portugueses. Segundo Sidney Chalhoub, a década de 1880 teve seu maior fluxo de imigrantes, representando 30% da população na década seguinte, em sua maioria de portugueses.¹⁵ Os ajustes numa lei que delimitava a atuação de estrangeiros e brasileiros parecia ser essencial diante de medidas que pretendiam reduzir a influência da escravidão. A “Lei do ventre livre”, de 1871, apesar de criar condições para a vida em liberdade do ingênuo, representou o fim do surgimento de novos trabalhadores escravizados, sendo necessária, portanto, medidas mais eficazes a fim de evitar a desorganização do trabalho. Importante também ressaltar que a lei de 1879 fez referência a de 1871 em seu artigo 16, no que se refere a

¹⁴ CHALHOUB, Sidney. *A força da Escravidão*. Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das letras, 2012, p. 75-77

¹⁵ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1986, p.25

locação de serviços dos libertos. De fato, a lei de 1871 também criou normas para a obtenção de alforrias e para a vida em liberdade do ex-escravizado. De acordo com o seu artigo 6º, os que tivessem liberdade por meio dessa lei estariam sob inspeção do governo por cinco anos, sendo obrigados a trabalhar nos estabelecimentos públicos, exceto quando exibissem contrato de serviço. Nesse artigo, a vadiagem é punida com o “constrangimento do trabalho” nos estabelecimentos públicos. As previsões de liberdade de 1871 acabaram de algum modo influenciando a lei de contrato de serviço feita no final da década. Poderíamos levantar a hipótese que o aperfeiçoamento para contratação de serviços ocorre diante da eminência do fim da escravidão e a previsão de chegada de colonos para o trabalho na agricultura, principal usuária do trabalho escravo no Brasil. Outra hipótese, dessa vez levantada por Henrique Espada Lima, é de que a lei de 1871 serviu na estratégia que atrelava libertação dos escravos à reordenação do trabalho. No entanto, ao criticar a ideia de que ela também regulava a transição para um mercado livre, mais uma vez o autor chama atenção para os sentidos do “mercado” e do “livre” que estariam submersos para os próprios trabalhadores.¹⁶ Sendo assim, trabalhadores escravizados, livres e libertos poderiam conviver num mesmo espaço, compartilhar experiências, mas serem distintos de acordo com o sistema que os geriam. Eram todos trabalhadores, exercendo, em alguns casos, o mesmo ofício, mas tendo cada um a sua experiência no seu mundo do trabalho.

Diante do exposto, é possível perceber na década de 1870 no Império do Brasil a existência de algum tipo de organização desse trabalho livre. O que nos mostra isso são os dados recolhidos pelo censo em 1872 quando há a descrição das profissões existentes e a participação de homens, mulheres, brasileiros ou não em cada uma dessas categorias. No entanto, viver em liberdade e ocupando

¹⁶ Lima, Henrique. “Sob o domínio da precariedade: a escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX”. *Topoi*, v. 6, n. 11, p. 289-326, jul-dez. 2005

ofícios não significaria, necessariamente, uma liberdade de fato ou uma vida estável a partir do trabalho. Quem poderia proteger esses trabalhadores livres? Talvez fosse essa necessidade de proteção o motivo para a organização através de associações mútuas ou em torno de periódicos que reproduziriam textos com suas condições de trabalho e desejos sociais e políticos.

Os jornais escritos por trabalhadores são exemplos de um grupo de trabalhadores livres que ao produzirem ideias e comentários sobre seus ofícios, considerando sua liberdade de escrita e de produção de sentidos, não problematizaram a associação trabalho-escravidão. Ser livre e trabalhador era privilégio de poucos, apesar de muitos acharem que a vida de trabalho também era uma forma de escravização. Nos textos dos jornais, a possibilidade de ser trabalhador livre não era reflexo de boas condições de trabalho. Ao contrário, eram sacrificados de forma semelhante e sem direitos sociais que pudessem amenizar suas condições de vida. Ao mesmo tempo, não podemos descartar a liberdade que tinham, ao contrário dos trabalhadores escravizados. Os jornais servem de evidência para mostrar as tensões em torno desses trabalhadores, livres e escravizados, e as formas que os primeiros enfrentariam suas amarras que pareciam invisíveis, se comparadas aquelas que prendiam os escravizados.

Através da imprensa, faziam-se reivindicações ao governante ou os desafios que poderiam ser feitos a ele tinham a possibilidade de aparecer de forma velada ou como um diálogo restrito ou aberto e mais desafiantes que os das ruas. A imprensa é enorme campo de possibilidades de agitação no mundo letrado e foi percebido por alguns grupos de trabalhadores. A vida política e a análise da vida pública apareceram em textos produzidos por diferentes sujeitos sociais e de atuação diversa. Nessa escrita, o trabalho aparece em textos e periódicos assinados pelos próprios trabalhadores que relatam também o cotidiano e a luta dos seus pares. Diante disso, uma pergunta aparece como fundamental: qual era o papel desses homens simples ou das letras que representavam a sua categoria

social ao produzir textos que visavam discutir política e cultura do Brasil Imperial? Se os momentos que antecederam a independência, assim como os seguintes, foram de profunda mobilização intelectual e política, os anos restantes do Império, desde a Regência até o Segundo Reinado não seriam diferentes. Foi nesse último período que se intensificou a produção de periódicos com temáticas diversas, dentre elas, os que privilegiavam ou discutiam o trabalho no Brasil e tendo como público alvo os trabalhadores. A imprensa é uma valiosa ferramenta para entender o trabalho no Brasil Imperial.

Apesar de muitos jornais terem tido vida breve, ainda assim produziram uma cultura da escrita de forma peculiar. O mapeamento desses interesses e o alcance que essas publicações tiveram, por exemplo, podem indicar a construção de uma cultura política para além do parlamento e das arestas do poder moderador e a voz daqueles que não participavam efetivamente da política ou não escreviam nas grandes folhas diárias.

Diante de um cenário nada promissor para o futuro do trabalho no Brasil, principalmente nas décadas de reforço do escravismo, os tipógrafos surgem como um grupo social importante uma vez que encontram meios para reivindicar direitos e melhorias em seus ofícios. Além disso, deixaram visíveis a força e a importância da imprensa no cotidiano do Império ao interromper a circulação dos jornais por alguns dias.

A mobilização dos trabalhadores tipógrafos também fez parte de um processo de construção de uma identidade operária que, segundo Claudio Batalha, não designaria apenas aqueles trabalhadores braçais e sem qualificação, mas sim um termo que se referiria a toda a classe.¹⁷ Deste modo, essa classe produziu alguns jornais que, apesar da falta de regularidade, eram destinados aos “operários” e aos “trabalhadores” como forma de criar, dentre outros objetivos, uma ideia comum sobre o trabalho e a vida operária.

¹⁷ CLAUDIO H. M. BATALHA. “Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária”. In: *Cadernos do AEL*, v. 6, n. 10/11, 1999

Os tipógrafos estão dentro da categoria de profissionais classificadas como *Artistas*. No censo de 1872 há dados que comprovam a força dessa categoria no Município neutro. Dentre os profissionais liberais eles compõem o maior número, perdendo em quantidade para outras profissões classificadas no censo como outros, predominando entre eles os militares e marítimos. A fim de exemplificar a abrangência da categoria denominada de “artistas”, a tabela a seguir foi feita a partir dos dados do município neutro fornecidos pelo censo de 1872. No entanto, ao contabilizar os dados de todas as províncias, o cruzamento de informações a respeito dessa categoria de trabalhadores pode ser ampliado.

Categoria “Artistas” – Município Neutro						
Nacionalidade	Sexo	Estado civil	Artistas	Parcial	Total	Percentual
<i>Brasileiros</i>	Homens	Solteiros	447	519	531	38,36%
		Casados	56			
		Viúvos	16			
	Mulheres	Solteiras	8	12		
		Casadas	2			
		Viúvas	2			
<i>Estrangeiros</i>	Homens	Solteiros	556	735	763	55,13%
		Casados	146			
		Viúvos	33			
	Mulheres	Solteiras	15	28		
		Casadas	8			
		Viúvas	5			
<i>Escravos</i>	Homens		90			6,50%
	Mulheres		--			
Total					1384	100%

Fonte: Censo 1872 - IBGE

À primeira vista podemos perceber claramente uma superioridade no número de trabalhadores estrangeiros ocupando essa categoria de artistas. Uma das falhas do censo de 1872 é exatamente uma falta de detalhes a respeito dessas profissões. Quem estaria classificado como artistas? No jornal *Tribuna Artística*, órgão destinado a abrir espaço para a causa da categoria, o articulista classificou como “artista” os seguintes ofícios: o

ferreiro, o pedreiro, o carpinteiro, o marceneiro, o pintor, o tipógrafo, artistas mecânicos. Os engenheiros também são chamados de artistas, de acordo com outra publicação que carrega no título a categoria. O jornal *O artista* era editado por um engenheiro que, ao contrário do jornal anteriormente citado, estavam mais preocupados em defender a indústria e seu desenvolvimento em benefício do país. Vale ressaltar também que dentre as profissões liberais destacadas no censo, a dos Artistas é a única a ter escravos (mesmo num número reduzido).

Deste modo, é possível classificar como “artista” uma diversidade de profissionais, com ofícios e especificações diferentes para o exercício da sua atividade. Nesse caso, vale ressaltar as peculiaridades dos tipógrafos, categoria profissional responsável pelo trabalho mais técnico de produção e circulação das folhas diárias. Os compositores tipógrafos se assemelhavam a outros profissionais liberais de meados do século XIX estando numa posição intermediária em meio às diversas categorias profissionais existentes na Corte. A especialização do ofício exigia um letramento por parte desses profissionais permitindo que se diferenciassem de trabalhadores mais braçais. O acesso às máquinas tipográficas também facilitou que pudessem construir suas próprias folhas destinadas aos seus pares. A peculiaridade desses profissionais justifica a existência de inúmeras folhas que tinham ou no título o nome dos tipógrafos ou algum deles assinando folhas e colunas em jornais de classe.

A leitura dos jornais produz duas observações gerais: a primeira é a tentativa de diferenciação em relação aos trabalhadores escravizados. Não veem o escravizado como trabalhador e nem aqueles que não tem profissão. Outra observação é a tentativa de construção de uma identidade para o trabalhador, talvez para se diferenciar das ambiguidades que os aproximavam dos escravizados.

Diante da diversidade de periódicos, para esse texto foi escolhido um que trate dos Artistas e que circulou no Rio de Janeiro na década de 1870, período de mudança na escravidão do

Brasil, principalmente após a assinatura da Lei de 1871, e por ser um momento de contagem da população do Império, a primeira a inserir os escravizados nessa contabilidade.

O *Tribuna Artística* circulou na Corte entre novembro de 1871 e fevereiro de 1872 de forma semanal, informando ser escrito e redigido por Artistas. No seu primeiro número, o jornal recupera um texto publicado n’*O artista*, que saíra de circulação meses antes.¹⁸ O relato desses homens dedicados aos seus ofícios indica as características que davam ao seu labor e suas mazelas:

Os ânimos estão abatidos, não há forças reconhecíveis exteriormente; dizemos, a precisa energia para que os brasileiros possam quebrar de um só golpe os grilhões de ferro que os subjagam. Suas forças estão latentes, eles não as veem. Sentem-se presos como por encanto sem reconhecer o laço invisível que os maniet. Teriam forças para quebrar algemas que vissem sobre seus pulsos, mas não conhecem as armas para empregar para debelar e vencer um inimigo cuja existência e cujo peso sentem, mas cujos meios de ação não podem compreender, que não sabem onde residem.¹⁹

O inimigo é invisível, assim como as armas para romper com os grilhões de ferro que os aprisionavam. Aqueles presos aos grilhões invisíveis não poderiam contar, no entanto, com as ações e estratégias de resistência dos trabalhadores escravizados, apesar de estarem próximos no cotidiano da cidade e do trabalho. Mesmo ambos estando presos por diferentes grilhões, pouco se uniram na resistência e na luta pela verdadeira liberdade. O trabalhador que teria a imprensa como local de denúncia estava, entretanto, hierarquicamente acima daqueles presos pelos grilhões visíveis.

Esse jornal, nos números seguintes, denunciou as dificuldades pelas quais passavam os artistas, entre elas a falta de

¹⁸ *O Artista* jornal foi publicado primeiramente no Maranhão e no Rio de Janeiro a partir do seu terceiro ano (27/11/1870 e 12/03/1871)

¹⁹ *Tribuna Artística*, Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1871.

pagamento. Seriam esses outros grilhões de difícil rompimento. Porém, uma forma de esclarecer esse trabalhador seria também a própria defesa da ideia de trabalho que serviria para engrandecer o espírito humano, conduzir à região da glória e se tornar útil à sociedade, além de agradar a Deus e fugir do espírito maligno da preguiça.²⁰ O texto assinado por Deniz Julio é uma verdadeira ode ao trabalho e condenação à vadiagem e ao ócio. O trabalho serviria para o engrandecimento pessoal e parece combinar com a própria ideia de resistência e batalha contra as prisões invisíveis do trabalhador, entre elas o atraso dos salários. Esse último ponto é uma bandeira importante, uma vez que a baixa remuneração era outro problema enfrentado pelos trabalhadores, fazendo com que o noticiário comparasse o artista a um “quase mendigo”. Nesse texto, o autor nos esclarece sobre quem seriam esses artistas:

O ferreiro, o pedreiro, o carpinteiro, o marceneiro, o pintor, o tipógrafo, finalmente todos os artistas mecânicos trabalham sem obterem o justo preço do seu afanoso lidar, sem aumento que possa satisfazer aos impostos que todos os anos crescem e que lhes dificultam as necessidades da vida! (...) Como poderá viver feliz, ser independente, um povo cujo trabalho acha-se cativo ao preço que lhe quer fazer o governo? (...) ²¹

Interessante notar o vocabulário usado pelo autor do texto ao dizer que era “cativo” o trabalho feito sob uma baixa remuneração. Ao comparar o artista ao mendigo, o autor o caracteriza como um trabalhador momentaneamente incapacitado e com possibilidade de esmolar, conforme era permitido pela legislação municipal, mas não o reconhece como um vadio ou outra classificação que pudesse reduzir seu caráter de livre e a serviço da sociedade. O uso da palavra “cativo” aparece de forma distinta daquele conhecido por essa sociedade escravista. Para o autor, o trabalho, algo abstrato, é o grande cativo

²⁰ Tribuna artística, Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1871

²¹ Tribuna Artística, Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1871.

nessa conjuntura de liberdade e ele deveria ser liberto a partir de uma justa remuneração e valorização por parte daquele que o exercia. Ele não defende o trabalhador e sim o sentido abstrato que se pretendia valorizar positivamente e que estava sendo comparado a cativo. Sendo assim, o trabalho não poderia ser escravizado do modo como homens e mulheres eram, ele deveria ser liberto. No número seguinte, mais uma vez os baixos salários voltam a ser tema de discussão e fica mais evidente a hierarquização existente entre os trabalhadores livres e escravizados: “Os estabelecimentos raríssimos, o movimento equilibrado; os seus administradores, ou proprietários, reconhecendo a capacidade e perfeição no artista, fingem não precisar dele, e lhe oferecem um salário de servente, de preto do ganho”²²

A comparação com a escravidão parece ser fundamental para ressaltar a precariedade do trabalho dos artistas. Dizer que recebem uma remuneração de um “preto do ganho” é desvalorizar uma característica que parece fundamental: sua condição de livre, além de retirar toda a importância desses “pretos” para o funcionamento da cidade e para o próprio ofício dos artistas. Ou seja, a remuneração deveria ser diferente diante de condições jurídicas diferentes. No final do texto, “O artista perante os artistas”, o autor ressalta a necessidade de união e amizade a fim de extinguir tamanha condição, mas não cita os demais artistas escravizados, os pretos de ganho e nem problematiza a convivência entre eles. O problema da escravidão parece não interferir nas mazelas vividas pelos artistas, trabalhadores livres.

Esse jornal está dentro de um conjunto de periódicos que estudo para pensar os trabalhadores livres durante a escravidão e como se organizavam. A construção de um sentido para o trabalho em oposição ao existente e que coloca a escravidão como uma mazela para seus ofícios é predominante nesses escritos. Deste modo, pretendeu-se nesse texto apontar a variedade de sujeitos trabalhadores existentes no Rio de Janeiro e como a legislação

²² Tribuna Artística, 10 de dezembro de 1871.

municipal e os trabalhadores tentaram ordenar o trabalho, apesar da escravidão.

Referências

ASSIS, Machado. “Pai contra mãe”. *Relíquias de Casa Velha*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1990.

CHALHOUB, Sidney. *A força da Escravidão*. Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1986.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. Uma História das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

CLAUDIO H. M BATALHA. “Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária”. In: *Cadernos do AEL*, v. 6, n. 10/11, 1999.

FRANCO, Maria Sylvia. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Unesp, 1997.

LIMA, Henrique. “Sob o domínio da precariedade: a escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX”. *Topoi*, v. 6, n. 11, p. 289-326, jul-dez. 2005.

NEGRO, Antonio Luigi, GOMES, Flávio dos Santos. “As greves antes da ‘grève’: as paralisações do trabalho feitas por escravos no século XIX”. *Revista Artigos e Ensaios*, nº 42.

REIS, João José. “A greve negra de 1857 na Bahia”. *Revista USP*, n. 18, 1993

Mundo do trabalho e pós-abolição: a Freguesia do Pilar como base de análise

Sabrina Machado Campos¹

Este estudo pretende observar as transformações socioeconômicas entre os anos de 1850 e 1892 na freguesia de Nossa Senhora do Pilar, um dos primeiros núcleos populacionais da atual cidade de Duque de Caxias – Rio de Janeiro. A escolha desse marco cronológico se justifica pela mudança na composição étnica na região a partir da lei Eusébio de Queiróz, em 1850, e da extinção, em 1892, da Villa de Estrella, da qual a freguesia de Pilar fazia parte. Após esta data, essa área foi incorporada a Villa de Iguassú. Para esta análise, serão utilizados os dados estatísticos de 1847-48, 1872 e 1890 da região; e documentos manuscritos, como os assentamentos de batismo da Igreja do Pilar. O seu embasamento teórico será fundamentado em Thompson, utilizando os trabalhos de Flavio Gomes, Álvaro Nascimento, Marcelo Badaró, Ana Rios, Hebe Mattos, Sidney Chalhoub, Antonio Negro, Nielson Bezerra e MarluCIA de Souza como arcabouço analítico. O texto terá três pontos de análise, iniciando com uma apresentação acerca dos debates entre os campos historiográficos dos “Mundos do trabalho” e da “escravidão e pós-abolição”, com o

¹ Professora de História do estado do Rio de Janeiro e do município de Duque de Caxias. Professora titular do departamento de História da FEUDUC (Duque de Caxias) e professora a distância da disciplina “Políticas Públicas em educação” do curso de pedagogia da UNIRIO. E-mail de contato: bina1000@hotmail.com

intuito de questionar o “muro historiográfico” que os separa, bem como notar o agenciamento negro enquanto protagonista dos movimentos dos trabalhadores no século XIX. Em seguida, almejo considerar os diversos significados da liberdade para a população preta e parda, refletindo sobre como a ideia de cidadania é uma construção social e histórica. A partir dessas ponderações, tenho por objetivo pensar a Baixada Fluminense, a partir da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar, para compreender como esses pontos podem ser visto a partir de uma localidade periférica, conhecida como Recôncavo da Guanabara ou “Sertão Próximo”, predominantemente agrária e negra, mas com intenso contato com a Côte.

Mundo do Trabalho e Pós-Abolição: um diálogo necessário

O título do tópico é uma referência ao artigo de Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira da Silva onde denunciam o “Muro de Berlim historiográfico”, que “emperra o diálogo necessário entre os historiadores da escravidão e os estudiosos das práticas políticas e culturais dos trabalhadores urbanos pobres e do movimento operário.” (CHALHOUB; SILVA, 2009:15).

A superação desse “Muro de Berlim” é aclamado tanto por historiadores que analisam os Mundos do Trabalho como os que tratam da escravidão e do pós-abolição. Para pesquisadores como Alvaro Nascimento é urgente que os estudiosos do Mundo do Trabalho tenham relações mais intrínsecas com as pesquisas sobre escravidão e pós-abolição. Afinal como pensar relações sociais de produção, proletariado e classe trabalhadora sem o viés da raça? (E de gênero?) Neste sentido, Nascimento reconhece algumas justificativas apresentadas para essa “ausência”, mas ressalta:

Será que dialogamos com colegas da escravidão e do pós-abolição para buscarmos outras fontes e ferramentas teóricas e metodológicas sensíveis à participação da experiência de negros e negras na formação do mundo do trabalho e do próprio

movimento operário, nas escalas local, regional, nacional e transnacional? (NASCIMENTO, 2016:609)

Como possibilidades metodológicas, Nascimento (2016) sugere, por exemplo, a ampliação da bibliografia analisada; a troca de fontes disponíveis entre estes dois campos historiográficos, como inventários *post mortem*, testamentos, registros de contratações dos trabalhadores das empresas, entre outros; e a análise dos nomes dos sujeitos pesquisados, tais como nome, sobrenome, apelidos, genealogia, como fizeram as historiadoras Ana Rios, Hebe Mattos e Martha Abreu em seus trabalhos sobre o Vale do Paraíba, estudos destacados pelo autor no uso desta metodologia.

Esse “paradigma da ausência” mantém o “embranquecimento” da História do trabalho na República, segundo Nascimento (2016); perpetuando assim o “perigo da História Única” dos trabalhadores brasileiros, influenciada pela visão eurocêntrica e racista.

A crítica a essa visão de parte das pesquisas do “Mundo do Trabalho” do século XIX e início do XX é compartilhada por outros autores que defendem um novo olhar sobre essa “transição” da mão de obra escravizada para a assalariada, bem como o (pseudo) protagonismo do europeu (italiano), branco e anarquista frente ao brasileiro pobre, negro, passivo e alienado.

Antonio Luigi Negro e Flavio Gomes (2013:56) apontam que “o mito do imigrante radical é também um preconceito porque, entre silêncios e esquecimentos, impede que o trabalhador local (a começar pelo escravizado) apareça como protagonista das lutas operárias”. Esses historiadores apresentam várias “paredes”² de cativos no século XIX anteriores a greve dos tipógrafos em 1858, ilustrando assim que o processo de luta dos trabalhadores antecedeu a chegada dos imigrantes italianos.

² Conceito aplicado como forma de suspensão coletiva das atividades. (NEGRO; GOMES, 2013)

Desse modo, Negro e Gomes nos adverte:

Quando deixamos de lado a *grève* e mito do imigrante radical e nos dedicamos, em seguida, à pesquisa, encontramos paredes feitas por trabalhadores escravos ou trabalhadores livres nascidos e crescido em solo nativo. Desse modo alargamos nossa visão e percebemos outras formas de protesto dos trabalhadores. Antes da *grève*, a parede dos escravos conseguia pressionar por melhores condições enquanto suspendia, temporariamente, os serviços; negociando também o retorno ao trabalho. (NEGRO; GOMES, 2013:57- 58)

Eles salientam ainda que não havia uma divisão claramente demarcada entre os “mundos do trabalho” escravo e outro livre, uma vez que “era comum haver cativos e livres no mesmo espaço de trabalho. Dos operários registrados nas manufaturas do Rio de Janeiro entre os anos de 1840 a 1850 - em particular nas fábricas de vidro, papel, sabão, couros, chapéus e têxteis -, 45% eram escravos”. (NEGRO; GOMES, 2013:57). Sidney Chalhoub (1990: 228-229) ao estudar os processos criminais, também observou esta interração: “Bernardino, brasileiro, de 32 anos, era empregado como cocheiro, ao lado de trabalhadores livres, numa cocheira [...] Em suas declarações ao juiz, o dono da cocheira não fez nenhuma distinção entre as condições de Bernardino e Manoel Félix [livre e português] [...]”

Grande parte desses pesquisadores utiliza do conceito de experiência de Thompson para perceber como a classe trabalhadora brasileira formou-se tanto quanto foi formada. E nesse contexto cabe aos negros, inclusive os escravizados, parte do protagonismo neste processo. Uma vez que é necessário observar o processo a partir das nossas peculiaridades e não tentando enquadrá-lo nos moldes de industrialização, surgimento do proletário e capitalismo da Europa.

Neste sentido, é preciso recolocar os milhares de homens e mulheres negros que deram origem a classe trabalhadora brasileira em seu lugar na história. Eram escravizados, libertos ou

livres que transitavam em muitos casos entre o mundo rural e urbano. Compartilhavam (inclusive com os imigrantes) crenças, medos, sonhos, lazer, trabalho, moradia, esperanças e angústias, bem como criaram inúmeras formas de solidariedade e redes de socialização.

Afinal, como complementa Marcelo Badaró Mattos (2008:16),

Não é difícil imaginar um nível mais geral de contato entre as trajetórias de escravizados, ex-escravos e livres no processo de formação da classe, não apenas nas fábricas, mas em toda uma cidade na qual vários espaços de trabalho foram por muitas décadas compartilhados por trabalhadores escravos e livres.

Portanto, é necessário acabar com o esse “muro de Berlim historiográfico” que separa as pesquisas sobre escravidão e pós-abolição dos estudos sobre os mundos do Trabalho. Esse diálogo é mais do que necessário, ele é essencial. Uma vez que esses dois mundos interagem, conviviam, conflitavam e se complementavam. A lógica escravista impregnava as relações sociais em todos os seus aspectos, dessa forma não se pode pensar o Brasil no século XIX e XX sem pensar a escravidão e suas consequências.

Liberdade: um caminho para a cidadania

A questão da liberdade e da cidadania dos milhares de homens e mulheres negros descendentes de escravizados, hoje, deve ser observada, historicamente, a luz dos séculos de cativos, uma vez que “[...] era provável que o destino final dos libertados e de seus descendentes encontrasse explicação mais na herança da escravidão do que nos problemas da liberdade.” (COOPER; HOLT; SCOTT, 2005: 41).

Afinal, liberdade não é um “estado natural” do homem. “É um construto social, um conjunto social, um conjunto de valores

coletivamente comuns, reforçado pelo discurso ritual, filosófico, literário e cotidiano”. (COOPER; HOLT; SCOTT, 2005:51)

Portanto, é necessário compreender conceitos, como liberdade e cidadania, a partir dos contextos, normas, valores, experiências, significados, interpretações compartilhados pelos sujeitos envolvidos.

Questões quotidianas, como o uso de sapato, podem ter sentidos diferentes de acordo com a situação e os atores envolvidos. O que era comum e corriqueiro para os brancos livres, para os negros livres ou libertos, carregava a marca da liberdade. Em vários processos analisados por Chalhoub (1990), percebe-se o sapato como símbolo importante para esses sujeitos, sendo inclusive ponto de debates nos autos dos processos.

As relações sociais da escravidão no século XIX precisam ser estudadas a partir do contexto histórico do período: pós iluminismo, pós Revolução Francesa, pós Revolução Industrial. O capitalismo se consolidava como modo de produção, as ideias de liberdade e da garantia da propriedade privada entravam nas pautas dos debates políticos, a cidadania passa a ser um valor social almejado.

É nesta conjuntura que se insere este trabalho, segunda metade do século XIX, em que se questiona a escravidão- a instituição peculiar - a partir do direito a liberdade e ao mesmo tempo do direito a propriedade privada. Como salienta Chalhoub (1990:99):

[...] há o conflito entre os princípios da primazia da liberdade e da defesa irrestrita do direito de propriedade privada. Esse é um dos eixos fundamentais do debate a respeito do encaminhamento político que se devia dar à ‘questão servil’ na segunda metade do século XIX. Afinal, discutir a liberdade de escravos significava interferir no pacto liberal de defesa da propriedade privada e, além disso, era a própria organização das relações de trabalho que parecia estar em jogo.

Como já dito, o iluminismo europeu é a base ideológica desse debate, ao mesmo para as elites dominantes, uma vez que as camadas populares, no caso, negros livres ou libertos, não compartilhavam plenamente destas concepções. Havia a hegemonia de classe, mas havia também as resistências, as brechas utilizadas pelos “de baixo”. Afinal, no processo histórico que culminou com a lei de 13 de maio é preciso “recuperar a indeterminação, a imprevisibilidade dos acontecimentos, esforço este que é essencial se quisermos compreender adequadamente o sentido que os personagens históricos de outra época atribuíam às suas próprias lutas.” (CHALHOU, 1990: 20).

Dessa forma, não podemos perder de vista que estamos analisando os conceitos através de uma lógica ocidental. A concepção de liberdade, autonomia, cidadania que estavam sendo debatida pela elite não era a mesma dos africanos e seus descendentes. Eles não queriam somente a sua autonomia (liberdade) individual, “os escravos emancipados das Américas também lutaram muito para sentir que faziam parte, como cidadãos, de Estados-nações formalmente definidos e, como membros, de comunidades elaboradas entre os próprios ex-escravos e outros indivíduos subordinados” (COOPER; HOLT; SCOTT, 2005:46). Entretanto cabe frisar que apesar de não compactuar da mesma lógica desses grupos dominantes, esses sujeitos e seus grupos não relutaram de usá-la quando lhe convinha. Eles conheciam as regras e as usavam quando lhe eram favoráveis.

Pois como afirma os autores na introdução do livro *Além da Escravidão*, “desde o princípio e até hoje a cidadania tem conteúdo cultural. Sempre houve a questão de que tipo de gente estava ‘dentro’, que tipo estava ‘fora’” (COOPER; HOLT; SCOTT, 2005:60).

Dessa maneira, a luta dos ex-escravizados e seus descendentes não eram somente para terem a liberdade e serem cidadãos, mas também que cidadania seria essa. Essa era uma

questão para as elites também. Como “transformar” inúmeros escravos e seus descendentes em cidadãos sem ameaçar as estruturas sociais, econômicas e políticas.

Era preciso, para essas elites, fazer com que esses escravos fossem preparados para serem livres. E nesse processo de aprendizagem, um fator primordial era a questão dos “mundos do trabalho”: como fazer a transição do cativo/escravidão, com sua visão degradante de trabalho (braçal) e a disciplina pelo medo do chicote para trabalhadores livres, cujos interesses pessoais e a necessidade da sobrevivência deveriam impulsioná-los para a labuta diária. Paralelamente a esta tentativa de tutela e imposição das classes dominantes, havia a própria lógica de liberdade e trabalho dos negros, sejam escravizados, libertos ou livres. O que as elites chamavam de “preguiça selvagem”, poderia ser entendida, por exemplo, como controle, desses homens pretos e pardos, sobre seu próprio tempo e corpo (trabalho).

Outro ponto que merece ser destacado é a questão das mulheres neste processo. “Em nenhuma dessas sociedades as mulheres libertadas foram incluídas no contrato implícito de emancipação” (COOPER; HOLT; SCOTT, 2005:64). Neste cenário, mais do que um debate sobre o papel da mulher, é preciso utilizar o conceito de gênero como “uma categoria útil de análise” de Joan Scott (1989: 03):

No seu uso recente, o “gênero” parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O gênero sublinhava também o aspecto relacional das definições normativas das feminilidades.

Assim como liberdade, cidadania, pertencimento, trabalho não possuem um único sentido e significado, Oyèrónké Oyewùmí

(2004:03) nos alerta sobre a concepção ocidental, principalmente estadunidense e europeia, que predomina nos estudos de gênero:

Muitos estudiosos têm criticado o gênero como um conceito universal e têm mostrado a medida em que ele é particular a políticas de mulheres anglófonas/americanas e brancas, especialmente nos Estados Unidos. Talvez a crítica mais importante de articulações feministas de gênero é aquela feita por uma série de estudiosas afro-americanas que insistem que nos Estados Unidos de forma alguma o gênero pode ser considerado fora da raça e da classe.

Nesta perspectiva, Angela Davis nos permite refletir a partir desse diálogo entre raça, classe e gênero no que tange a escravidão. Apesar de a autora ter como *locus* de análise os Estados Unidos, ela nos fornece chaves de análise para pensar o Brasil no século XIX.

Em sua obra “Mulheres, raça e classe”, Davis percebe que a escravidão ao mesmo tempo em que via a escravizada como trabalhadora independente do seu sexo biológico (sua carga de trabalho era igual a dos homens), quando lhe era conveniente a tratada como mulher com toda a carga da opressão e violência de gênero.

A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, era vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas. (DAVIS, 2016: 19)

No século XIX, a questão da raça e da classe fica latente no que tange as questões de gênero. Como enfatiza Angela Davis (2016), enquanto se propagava o ideal de mulher – branca- como “dona de casa”, “mãe”, “anjo do lar”, “alicerce moral da família”, e com isso deslocando-as cada vez mais para a esfera do privado; para as mulheres escravizadas esses adjetivos não eram possíveis; elas eram mercadorias que precisavam ser exploradas para gerar lucros.

Ficava explícita a contradição do discurso da hierarquia entre os gêneros: enquanto a mulher livre (branca) era inferiorizada, as escravizadas continuavam a ser exploradas como os homens, trabalhando nas mesmas atividades, nos mesmos lugares, sofrendo as mesmas punições (com o agravante da violência sexual com instrumento de dominação e demonstração de poder). Talvez por isso, que “essas mulheres podem ter aprendido a extrair das circunstâncias opressoras de sua vida a força necessária para resistir à desumanização diária da escravidão”. (DAVIS, 2016: 24)

Força essa também é observada nas mulheres escravizadas no Brasil e suas descendentes até hoje. Essa característica também é percebida nos assentamentos de batismo da freguesia do Pilar no final do século XIX, onde na maioria dos manuscritos analisados consta apenas o nome da mãe nos registros dos filhos de escravos batizados. Essa realidade ainda é presente em Duque de Caxias, mais de um século depois. No censo de 2010, o número de mulheres com filhos e sem cônjuge é mais do que o dobro de casal com filhos de acordo com os dados do Censo 2010. Essas mulheres (sem cônjuge e com filhos) correspondem a um total de 3069 das 4053 famílias sem rendimento. Neste mesmo censo foi constatado que aproximadamente 63% da população de Duque de Caxias é formada por negros. Esses números não são coincidências, é resultado do processo histórico de ocupação da região, que é um dos objetivos de estudo desse artigo.

O Recôncavo da Guanabara: região ainda pouco explorada pelos historiadores

O Recôncavo da Guanabara, como era conhecido a região que, grosso modo, hoje forma a Baixada Fluminense, foi uma localidade de grande importância econômica durante o período colonial, devido à sua posição geográfica e hidrográfica. Sua extensa rede fluvial serviu para o transporte e escoamento de parte

dos produtos que chegavam ao Rio de Janeiro. Era um local de produção agrária, como mandioca e a cana de açúcar, assim como de extração, como a lenha, nas quais se empregava o trabalho cativo. Além de produtos primários, era também rota de escoamento de africanos destinados à escravização que chegavam pelo cais na baía de Guanabara e que utilizavam essas redes fluviais para serem inseridos no mundo da escravidão.

Essa região recebeu diferentes composições administrativas, por exemplo, entre 1846 e 1891, havia três grandes municípios que a abarcava: Iguaçú, Magé e Estrella. Em 1892, Estrella é extinta e seu território dividido entre os dois restantes, ficando a freguesia de Nossa Senhora do Pilar, que será analisada mais especificamente neste texto, para Iguaçú.

Os limites da atual Baixada Fluminense, assim como o do antigo Recôncavo da Guanabara, não é um consenso entre os historiadores. Para este trabalho, iremos considerar Baixada Fluminense³ a região que engloba os atuais municípios de Nova Iguaçú, Duque de Caxias, São João de Meriti, Belford Roxo, Queimados, Mesquita, Japeri, Nilópolis, Magé, Guapimirim, Paracambi, Seropédica e Itaguaí. Nesta perspectiva, denominaremos de Recôncavo da Guanabara a localidade que deu origem a estes municípios.

No século XVI, o que atualmente identificamos como os municípios de Nova Iguaçú, São João de Meriti, Duque de Caxias, Japeri, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados e Mesquita, estavam dentro da mesma sesmária, a de Iguassu. Esta foi doada a Brás Cubas, que não a ocupou, o que só ocorreu posteriormente com Cristóvão Monteiro e com a Ordem de São Bento do Brasil. Entre o final do século XVIII e todo o século XIX, existiam três vilas: a de Magé (1789), a de Iguaçú (1833) e a de Estrela (1846) e nelas estariam compreendidas a Baixada Fluminense e o Recôncavo. (MARQUES, 2006:6)

³ Ver SOUZA, 2012.

Essa área preocupava as autoridades, desde os tempos coloniais, devido ao grande número de comunidades quilombolas, com suas intensas e complexas redes de solidariedade, bem como a grande dificuldade em combatê-las. Gomes (2006:27) afirma que os principais quilombos da região “localizavam-se às margens de rios e riachos, principalmente Iguazu e Sarapuí”. Segundo o autor, a geografia da área com seus pântanos e abundância de rios contribuía na luta e sobrevivência desses grupos.

Nessa perspectiva, a professora Marlucia de Souza (2014:68-69) acrescenta ainda que

No caso de Iguazu, as ameaças à ordem foram tecidas por dois fatores. O primeiro, pelas disputas existentes entre os proprietários de terra em torno do domínio do poder local, tanto na disputa pelos cargos de vereadores na Câmara como pela concessão de títulos nobiliárquicos e de privilégios [...]

O segundo elemento da desordem era a rebeldia negra, expressa na formação dos quilombos iguaçuanos, nas fugas e nos assassinatos de senhores.

Essa forte presença de quilombos, demonstra que esse território se destacava também pela existência de um grande número de escravizados. Os números a seguir, produzidos a partir dos dados dos recenseamentos de 1847/48, 1872 e 1890, nos auxilia a perceber a forte presença de pardos e pretos na região, na condição de livre ou de escravizados.

Recenseamento de 1847/48

	Magé		Iguassú		Estrella	
	Livres	Cativos	Livres	Cativos	Livres	Cativos
Brancos	619	-	2233	-	1706	-
Pardos	422	120	1641	311	1200	214
Pretos	228	1356	693	3534	593	3457
Caboclos ⁴	3	-	-	-	1	-
TOTAL	1272	1476	4567	3865	3500	3671

Recenseamento de 1872⁵:

⁴ As fontes utilizam o termo caboclo para designar os indígenas.

	Magé		Iguassú		Estrella	
	Livres	Cativos	Livres	Cativos	Livres	Cativos
Branços	9056	-	8395	-	3.868	-
Pardos	4245	3096	3195	2298	1.694	817
Pretos	1881	8881	2322	4686	1.374	2.255
Caboclos	132	-	169	-	198	-
TOTAL	15314	11977	14081	6984	7143	3072

Recenseamento de 1890:

	Magé	Iguassú	Estrella
	População	População	População
Branços	5781	5833	2857
Pardos	4268	7725	2559
Pretos	3606	5613	1795
Caboclos	186	273	81
TOTAL	13841	19444	7211

Como pode ser constatado nas tabelas, o número de negros (pardos e pretos) corresponde aproximadamente a $\frac{2}{3}$ da população da região durante a segunda metade do XIX.

Percebe-se, inclusive, que a maioria da população nesta área era formada de escravizados, no período da aprovação da lei “Eusébio de Queiróz” em 1850. Com o encarecimento do valor do cativo (tráfico interno) e a lucrativa produção do café na região do Vale do Paraíba a composição sociodemográfica do “Sertão próximo”⁶ mudará: a população livre torna-se majoritária. Contudo a população negra (pardos e pretos) mantém-se predominante em todos os períodos analisados.

Costa (2008:77) acrescenta ainda sobre a crise econômica da região:

O final do século XIX, em Nova Iguaçu, é caracterizado pela decadência na produção do café. Ao mesmo tempo em que o café ganhava importância econômica no Vale do Paraíba na década de

⁵ Os dados estão disponíveis em : http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v10_rj.pdf

⁶ Termo utilizado por Bezerra (2013), a partir de fontes de época, para designar a região onde hoje é a Baixada Fluminense.

1870, alguns fazendeiros davam início a essa plantação na Baixada Fluminense. De acordo com Pereira, a produção de café não seguiu os moldes das áreas economicamente mais importantes. Apesar da existência de latifúndios e da boa qualidade da terra, a produção de café não substituiu completamente a da cana-de-açúcar, que estava presente em Nova Iguaçu desde o século XVIII. Aliada a outros fatores como as doenças, a plantação de cana-de-açúcar dessa região nunca ganhou grande destaque no Estado do Rio de Janeiro. Afinal, a importância dessa região, economicamente falando, estava em seu papel de entreposto comercial com o Rio de Janeiro.

Desse modo, pode-se observar a partir da comparação dos dados de 1872 e 1890 que ocorreu uma diminuição da população, em todos os municípios do Recôncavo da Guanabara, no final do século XIX.

De acordo com os censos de 1847-48 e de 1872, a maioria dos habitantes da região tinha como principal ocupação a lavoura, mesmo entre a população classificada como branca e livre. No censo de 1890, ainda não conseguimos o levantamento acerca da profissão, mas pesquisadores como Bezerra (2012) e Costa (2008), apontam que essa característica se manteve mesmo após a lei de 13 de maio.

Como em quase todos os estudos sobre a Baixada Fluminense em diversos períodos históricos, carece-se de fontes para confirmar algumas hipóteses, mas a partir de alguns dados e de pesquisas analisada, pode-se suspeitar que a população diminuiu com a crise econômica da região, mas que não mudou a estrutura demográfica da localidade, principalmente no que tange a atividade econômica, mesmo após 1888: a população continuou predominantemente negra e trabalhando na lavoura. Mas quais seriam as relações de trabalho relacionada a essa lavoura? Será que com a abolição da escravatura essas relações sofreram mudanças ou permaneceram como antes? Algumas questões ainda sem respostas.

Essas ponderações podem ser embasadas em estudos como de Costa (2008) a partir de pesquisas feitas com os registros de nascimento, principalmente de pretos e pardos, nos primeiros anos após a Lei da abolição, em que aponta a permanência da população negra na região. Esse enraizamento da população de cor no Recôncavo da Guanabara foi também notado por Bezerra (2012:159), mesmo após a lei de 13 de maio.

As pessoas nasceram como escravas naquele lugar, mas se mantiveram lá depois que receberam totalmente a liberdade porque havia vínculo com a terra, com as outras pessoas, com seus espaços de sociabilidade e, por certo, mínimas condições econômicas para manter a si e a sua família.

Ainda não sabemos em que condições ocorreram essa permanência: será que continuaram nas antigas fazendas de seus ex-donos? Em quais relações de trabalho? E no que concerne aos negros livres ou libertos antes de 1888, houve mudanças nas relações de trabalho? Será que ocorreu uma migração interna na freguesia no final do século XIX? São várias perguntas ainda sem respostas.

Um ponto de destaque destas pesquisas com registro civil de nascimento no início da República é a reflexão acerca da busca pelo reconhecimento da sua cidadania, visto que ao registrar seus filhos, essas mulheres e homens almejavam que eles pertencessem “a um grupo”; essas crianças seriam membros, de “dentro”, teriam direitos, esta era mais uma ação em busca da sua participação social enquanto cidadãos.

Isto posto, podemos arriscar algumas hipóteses, mas que ainda merecem estudos mais aprofundados, que marque o forte traço africano na Baixada Fluminense, cuja população era marcadamente negra e rural, com histórias de resistência e luta pelo reconhecimento de sua cidadania.

Nossa Senhora do Pilar: o Pilar de uma análise sobre Mundo do trabalho e o fim da Escravidão

Com o objetivo de observar a interface do “Mundo do Trabalho” e o processo de fim da escravidão no Recôncavo da Guanabara, analisarei a freguesia de Nossa Senhora do Pilar como palco dos diferentes atores sociais em diversos contextos históricos, tentando observar como suas experiências construíram suas identidades, suas redes de socialização, suas relações sociais de trabalho e vida, assim com a sua História.

Os princípios da História Social da Cultura nortearam este estudo, os quais ressaltam a atuação dos homens e mulheres enquanto sujeitos históricos, inclusive em contexto como a escravidão nas Américas.

Ao remeter a uma História local, no caso, a freguesia de Nossa Senhora do Pilar, parto da premissa apresentada por Barros (2013:8-9) ao afirmar que

História Local nascia, aliás, como possibilidade de confirmar ou corrigir as grandes formulações que haviam sido propostas ao nível das histórias nacionais. A História Local [...] surgia precisamente como a possibilidade de oferecer uma iluminação em detalhe de grandes questões econômicas, políticas, sociais e culturais que até então haviam sido examinadas no âmbito das dimensões nacionais.

Irei dialogar também com a micro-história como um dos procedimentos metodológicos de análise na perspectiva empregada por Demétrio (2008: 15).

Vemos então como uma possibilidade salutar a combinação de estudo de uma história local com um método de micro-análise, sem, entretanto, confundi-los. Para a micro-história, a consideração de pequena escala consiste em um modo de captar o funcionamento real de mecanismos que o nível “macro” deixa escapar. Ela parte de hipóteses e de problemas macro-históricos e vê no nível “micro” a chance de analisar aqueles problemas. [...]

O uso deste procedimento parte do pressuposto de que a redução de grau de escala permite observar de forma mais acurada fenômenos ditos gerais.

Dessa forma, “mais do que escalas, reivindicadas como mais ou menos pertinentes, é o princípio da variação de escala que se esperam hoje benefícios heurísticos”. (REVEL, 2010:436).

Neste sentido, compartilho da premissa de Nielson Bezerra (2010) em sua tese, na qual deseja inserir essas pesquisas não somente no âmbito regional, mas, sobretudo no campo de uma historiografia nacional. Portanto, é nesta perspectiva que insiro esta análise sobre a freguesia de Nossa Senhora do Pilar.

Infelizmente, ainda são incipientes os trabalhos que tenham a região como objeto central de análise, sobretudo no final do século XIX, contudo historiadores como Nielson Bezerra e MarluCIA de Souza, tangenciam a localidade em seus estudos, e, portanto, serão alguns dos pesquisadores com os quais dialogarei neste texto.

A freguesia de Nossa Senhora do Pilar constitui uma das regiões que dará origem hoje ao município de Duque de Caxias. Segundo a historiadora MarluCIA Santos de Souza em sua dissertação de mestrado,

[...] No passado agrário, o território do atual município de Duque de Caxias localizava-se nos limites de Iguaçú e Estrela. Parte do território das Freguesias de Meriti e Jacutinga compõe o primeiro e o segundo distritos de Caxias. A Freguesia do Pilar atualmente compõe o segundo e o quarto distrito. Já o território da antiga Vila de Estrela que foi partilhada entre o município de Guia de Pocabaíba e Nova Iguaçú após a sua extinção, deu origem ao terceiro distrito. (SOUZA, 2002:9)

A Freguesia é fundada no início do século XVII⁷ e se destacava pela produção agrícola, principalmente de mandioca, e como local de trocas comerciais.

Nesse sentido, Bezerra (2010: 31-33) apresenta 45 inventários encontrados no Arquivo Nacional, destes 20 são de pessoas que viviam na freguesia do Pilar no final do século XVIII e início do XIX. Em 19⁸ apresentam posse de escravos, 14 a utilização na lavoura e, destes, 11 especifica a farinha como uma das produções agrícolas. Além da mandioca para a produção da farinha, há também o registro de produção de outros produtos, como milho, café, arroz, cana, feijão, cebola, banana.

Dos 19 inventários, no que se refere ao quantitativo de cativos, apenas um contava com 84 escravos, todos os demais apresentavam no máximo 26 braços.

Bezerra (2010:38) destaca ainda que esta produção de farinha insere-se nas transações comerciais em diferentes mercados africanos, o que coloca o Recôncavo no “tabuleiro da economia e das transformações na sociedade colonial”. Em suas pesquisas afirma inclusive a participação de senhores, no caso de Magé, associados a importantes traficantes de escravos da Corte no comércio negreiro entre Brasil e África.

Essa intensa comunicação entre o Recôncavo e a cidade do Rio de Janeiro irá se intensificar com a descoberta de ouro na região de Minas Gerais, principalmente após a inauguração de um novo caminho que atravessava Jacutinga e Pilar, o que encurtava a travessia para 15 dias entre a região de mineração e a Capital.

Logo, não é surpresa, que depois da lavoura, a segunda atividade que mais empregava escravizados, nos inventários, seja o transporte.

⁷ Souza (2002: 39) apresenta o ano de 1612, data da construção da primeira Igreja e 1637, data de fundação da freguesia nas suas pesquisas. Bezerra (2010:39) informa o ano de 1717.

⁸ Um está incompleto e com poucas informações.

Dessa forma, “a região agro-exportadora e produtora de alimentos para abastecer o porto carioca foi transformada também em um território de ligação do porto com as áreas mineradoras, isto é, um lugar de passagem, de armazenamento e de trocas comerciais” (SOUZA, 2002:45). Nesse contexto, entres os inúmeros produtos que circulavam na região, um dos mais lucrativos e com grande demanda era o cativo. Portanto, “as áreas de Estrela, Pilar e Cava permaneceram como entrepostos comerciais e locais de passagens de um grande contingente de escravos africanos que seguiam em direção a Minas Gerais” (SOUZA, 2002:46).

Souza, indo ao encontro dos apontamentos de Bezerra, observa que embora o Pilar não tenha se constituído como vila, pode-se perceber por relato de viajantes que, em 1818, “a região possuía 3000 habitantes que lavravam cana, arroz, milho, feijão e café, cujos gêneros levavam com facilidade para o Rio de Janeiro [...]” (SOUZA, 2002:46-47).

Dessa forma, os textos analisados sugerem que a região da freguesia de Nossa Senhora do Pilar, até o início do século XIX, era predominante rural, mas com intenso contato com a Cortê. Os escravizados eram empregados principalmente na “roça” e nos serviços de transporte.

Essas ponderações ainda incipientes vão ao encontro das conclusões apresentadas por Bezerra (2010:40-41) para o Recôncavo da Guanabara como um todo.

[...] as freguesias do recôncavo da Guanabara concentravam pequenos e médias propriedades, com modesta produção de açúcar e aguardente, mas com uma expressiva produção de alimentos. Além disso, o número de escravos empregados também era pequeno [...]

Um ponto destacável da tese de Bezerra (2010:49) ao apresentar o Relatório do Marquês do Lavradio entre os anos de 1779-89 é a composição populacional, “Pilar era a única da baixada do rio Iguaçu a apresentar um quantitativo de população livre

superior à população escrava”. O pesquisador sugere que esse fato pode ser resultado da

[...] Presença de homens livres envolvidos com as atividades manufatureiras, com as trocas comerciais, com o armazenamento da produção, com as atividades lucrativas relacionadas aos serviços de viagem e a presença de agricultores que arrendavam terras doadas às irmandades da matriz do Pilar [...] (BEZERRA, 2010:40)

População de Nossa Senhora do Pilar entre 1769-1779⁹

	Habitantes livres	Escravos	Total
Pilar	2027	1868	3895

Este ponto também é destacado por Souza ao apresentar os dados do citado relatório e a sua análise corrobora com a já apresentada por Bezerra.

Isto pode indicar a presença significativa de terras arrendadas para agricultores organizados por meio da agricultura familiar, alguns deles contando com o trabalho de uns poucos escravos, ou ainda a presença de trabalhadores livres na produção, principalmente de alimentos e em atividades de armazenamento, circulação e trocas comerciais. (SOUZA, 2014:48).

O papel do Recôncavo como região de trocas comerciais manteve-se também durante o século XIX com o café se tornando o principal produto de exportação brasileiro. O Vale do Paraíba aparece como novo centro econômico e “Iguaçu e Pilar foram transformados em escoadouro e áreas de armazenamento do café do Vale do Paraíba” (BEZERRA, 2010:52), como também local de passagem de cativos, principal mão de obra usada na produção cafeeira fluminense.

Até o momento, não foram encontrados estudos sobre a freguesia do Pilar para analisar se ela acompanhou algumas outras

⁹ SOUZA, 2014:48.

freguesias como a de Piedade e Jacutinga nas quais Souza observou um aumento da concentração fundiária após 1850, momento de crescimento da produção de café e do fim do tráfico negreiro internacional. A professora Marlucia de Souza nos aponta algumas possibilidades, quando afirma que:

Todo esse movimento produziu reordenamentos, desvalorizando determinadas áreas de Iguaçú e valorizando outras. Privilegiou a circulação em detrimento da produção agrícola e favoreceu as condições para o surgimento de um tipo de trabalho escravo, também baseado no trânsito. Ao mesmo tempo, a manteve como região fornecedora de alimentos para a cidade carioca promovendo o latifúndio e beneficiando os grandes proprietários locais. [...] Algumas famílias, principalmente as residentes nas áreas de pouso, circulação e trocas, também se envolveram nas atividades comerciais. Que serviam de mecanismo de complementação e acumulação de renda.

A produção cafeeira promoveu uma modificação da composição da Baixada na medida em que os proprietários ao se deslocarem para as residências na corte e gradualmente reduzirem o uso de suas terras para a produção, investiram e ganharam mais com a intermediação. (SOUZA, 2002:51).

A partir dessas considerações, podem ser analisados alguns dados nas tabelas a seguir.

População Geral – 1847/48

	Homem	Mulheres	TOTAL
Branços	522	461	983
Pardos cativos	68	86	154
Pardos livres	297	406	703
Pretos cativos	1479	704	2183 (A ¹⁰ =1415)
Pretos livres	174	212	386 (A=71)
Indígenas	-	-	-

¹⁰ Número de africanos.

Ocupações¹¹ - 1847/48

	Branços	Pardos cativos	Pardos livres	Pretos cativos	Pretos livres
Empregados Públicos	2	-	-	-	-
Homens de Terras	4	-	2	-	-
Comércio	59	-	8	-	1
Lavoura	338	43	253	1288	203
Ofícios Mecânicos	66	30	165	568	82

No que tange a composição populacional, pouco antes da lei que proibia o tráfico negreiro em 1850, na região de Pilar, predominava a presença de mão de obra escrava, com forte presença de homens africanos. Dados que vão de encontro aos apresentados por Bezerra (2010) para o final do século XVIII. A população masculina é maioria entre os brancos, esse fato muda se olharmos a população parda e preta livre, o número de mulheres é superior aos homens, principalmente entre os pardos. No que tange a mundo do trabalho, em todos os grupos predomina a lavoura como principal atividade econômica, o que corrobora com as pesquisas analisadas que apresenta a freguesia de Nossa Senhora do Pilar como predominantemente agrária.

Em 1872, é realizado o primeiro grande recenseamento nacional. Dos dados censitários apresentados nesta parte do trabalho, são os mais consistentes. Neste contexto, foi percebido um aumento da população registrada como branca, principalmente entre mulheres. A população livre sobrepõe-se a escrava. Um fato que chama atenção é a grande diminuição do número de pardos livres, talvez tenham “se embranquecido” (a população branca aumentou; cabe salientar que os dados eram “autodeclarados”),

¹¹Só foram inseridas as ocupações em que eram observados trabalhadores na freguesia.

saído da região ou diminuído o número de alforrias (pois cresceu o número de pardos cativos), mas ainda são apenas hipóteses.

Acerca da população escrava, nota-se uma diminuição de número de pretos e principalmente de africanos. Esse fato se justifica pela proibição de chegada de novos africanos pela lei de 1850, associada a crescente necessidade dessa mão de obra na produção cafeeira. Com menos demanda e mais procura, o preço do cativo aumenta, tornando-se um artigo caro para a realidade da região. Nesse sentido, aponta-se o aumento do número de pardos cativos, que pode ser explicado por estes já serem “crias da casa”, ou seja, não havia a necessidade de comprá-los. Chalhoub (1990) aponta ainda a resistência dos escravizados em serem vendidos (principalmente para a região cafeeira), uma vez que perderiam as suas redes familiares e de sociabilização. São possibilidades que precisam de mais embasamento, entretanto são questões que podem nortear a pesquisa.

Nos mundos do trabalho em termos absolutos também predomina em 1872 a lavoura como principal ocupação da população, mas cabe enfatizar que entre a população feminina livre, principalmente as solteiras, a função de costureiras se destaca, seguido pelos serviços domésticos e somente em terceiro lugar a lavoura entre as mulheres livres de ocupação declarada.

Ainda sobre esses dados de ocupações, observa-se que há um grande número de pessoas “sem profissões”, 437 homens livres. Se cruzarmos esse número com os dados etários, percebe-se que havia 240 meninos com até 10 anos e 252 com até 15 anos. Logo, aparentemente a maioria da população deste grupo estaria elencada em alguma ocupação, excluindo as crianças e os da primeira fase da adolescência. Dos cativos, 127 estão no “sem profissões” e há 82 com até 10 anos, logo o mesmo também é observado entre a população escrava. Ou seja, grosso modo, a população adulta está distribuída nas diversas profissões.

No grupo de mulheres, 336 livres e 69 cativas foram classificadas como “sem profissões”. Se observarmos que havia 163

meninas livres com até 10 anos e 187 com até 15 anos, bem como 29 crianças cativas com até 10 anos, essa conclusão pode ser compartilhada para a população feminina.

Percebemos assim que a maior parte da população adulta estava inserida em alguma ocupação. Alguns pontos ainda precisam de mais pesquisas, como: onde essas costureiras e costureiros trabalhavam? Era na própria freguesia, em uma localidade próxima- como Magé- ou na Capital? Qual o tamanho das propriedades desses 73 comerciantes, manufactureiros, fabricantes? Qual a mão de obra empregada? Será que havia trabalhos “sazonais” no Pilar?

População Geral - 1872

	Homem	Mulheres	TOTAL
Branços	682	726	1408
Pardos cativos	91	160	251
Pardos livres	162	113	275
Pretos cativos	591	287	878 (A ¹² =54)
Pretos livres	323	222	545 (A=13)
Indígenas	116	60	176

Ocupações - 1872

	Homens livres	Mulheres livres	Homens escravos	Mulheres Escravas
Empregados Públicos	8	-	-	-
Homens de Terras ¹³	-	-	-	-
Comércio/ manufatura ¹⁴	65	8	-	-
Lavoura	127	48	190	108
Marítimos/ pescadores	67	-	21	-
Ofícios Mecânicos ¹⁵	-	-	-	-
Criados e jornaleiros	243	35	68	-
Serviço doméstico	29	166	29	73
Costureiros	88	704	16	17
Sem profissão	437 ¹⁶	336 ¹⁷	127	69

¹² Número de africanos.

¹³ Não houve esta categoria no censo de 1872.

¹⁴ Foram agrupados neste grupo: manufactureiros, fabricantes, comerciantes, guarda-volumes e caixeiros.

¹⁵ Não houve esta categoria no censo de 1872.

População Geral - 1890

	Homem	Mulheres	TOTAL
Branços	439	398	837
Pardos	463	433	896
Pretos	403	336	739
Indígenas	23	22	45

Segundo os dados de 1890, há uma diminuição em todos os grupos na região do Pilar, mas esses números precisam ser relativizados, uma vez que foram obtidos em um momento de transição, com o fim da escravidão em 1888 e a proclamação da república em 1889. Foi o primeiro levantamento da jovem República brasileira, mas cabem algumas reflexões. Percebe-se um maior equilíbrio demográfico entre os grupos (brancos, pardos e pretos) e entre os sexos. Em termos comparativos, há uma diminuição da população branca e preta, mas um aumento do número de pardos.

Em termos absolutos, a população da freguesia diminuiu de 3533 em 1872, para 2517 em 1890, entretanto devemos considerar que o censo de 1872 foi um censo nacional, mais complexo e completo, organizado por uma instituição própria criada exatamente para isto, a Diretoria Geral de Estatística (DGE) e o de 1890 apenas de ter sido organizado pela mesma instituição - a DGE- a conjuntura política era outra, mais instável. Desse modo, pelos dados apresentados por Bezerra (2011) ao lançar um olhar sobre as famílias escravas a partir dos livros de Batismo de escravos da Igreja do Pilar entre 1871 e 1888, tente-se a perceber a continuidade da população na região mesmo após o ano de 1888, e estes permaneceram tendo como principal atividade a lavoura. Nestas fontes também foi possível notar uma ampla rede de inter-relações e de solidariedade, consolidada nas relações de compadrio

¹⁶ Desse total 432 são brasileiros e solteiros.

¹⁷ Desse total 293 são brasileiras e solteiras.

desses filhos de escravos estudados, cujos padrinhos eram pessoas livres, escravizados de outras fazendas e/ou donos.

Considerações finais

Como considerações finais, espero ter contribuído com mais algumas questões sobre a Baixada Fluminense, visto que é um local com poucos estudos diante da sua riqueza histórica. Vale ressaltar que essa realidade vem mudando¹⁸. Hoje já existem alguns trabalhos que tem a região como *locus* de análise. Bezerra e Laurentino (2016:36-37) fizeram um levantamento que aponta 14 trabalhos de teses e dissertações sobre escravidão na Baixada apresentadas entre os anos de 2000 e 2015, em diferentes instituições de ensino públicas e privadas. Paralelamente, em 2016, foi publicada, também, uma importante coletânea de pesquisa sobre o período do governo militar tendo por objetos temas relacionados a esta região, intitulada *A Baixada Fluminense e a Ditadura Militar*.

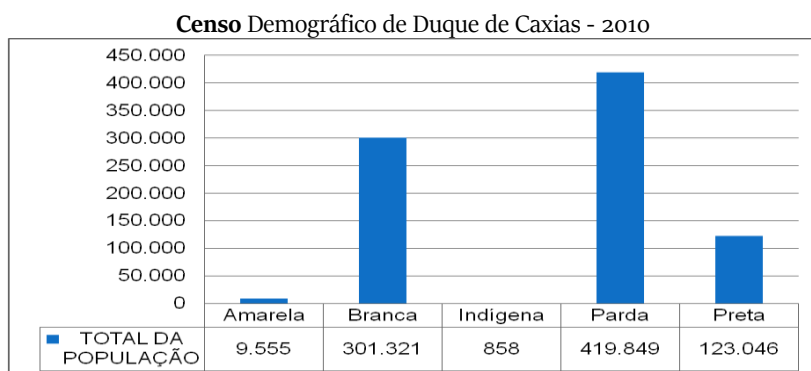
No entanto, apesar desse crescimento, ainda há poucos estudos abrangendo a virada do século XIX para o XX. Como Bezerra (2012:156) afirma “são poucas as referências sobre a questão do pós-abolição na Baixada Fluminense”. Neste contexto, se destacam pesquisas de historiadores como o de Costa que analisa o processo de migração para esta área provocada pelo crescimento da oferta de trabalho decorrente da exportação de laranja no período da 1ª República e o livro *A Cor da Baixada: escravidão, liberdade e pós-abolição no Recôncavo da Guanabara* do professor Nielson Bezerra.

Neste contexto, insere-se esta pesquisa como mais uma contribuição para se pensar a Baixada Fluminense a partir de uma das suas freguesias, Nossa Senhora do Pilar. Esta localidade ainda não foi analisada de modo mais sistemático, alguns autores como

¹⁸ Souza (2014) na introdução de seu livro “Escavando o passado da Cidade: História Política da cidade de Duque de Caxias” apresenta alguns trabalhos sobre a produção historiografia acerca da Baixada Fluminense.

Bezerra e Souza apresentam alguns dados, análises, comparações, mas não a tornam o seu objeto central de estudo.

Neste sentido, busquei neste artigo auxiliar o debate acerca dessa freguesia, uma das primeiras do processo de colonização lusitana e que compõe hoje o terceiro maior município do estado do Rio de Janeiro em termos populacional, a cidade de Duque de Caxias, onde aproximadamente 63 % de seus habitantes se declaram negros (pretos e pardos).



Fonte: IBGE (2010).

Para compreender esta característica demográfica, temos que observar a sua construção histórica. E, neste sentido, este trabalho almeja apontar possibilidades analíticas, através de uma compreensão sobre a Baixada Fluminense partindo de uma das suas primeiras freguesias, a Nossa Senhora do Pilar.

Afinal, nesta região, foi acentuada a presença de pretos e pardos, como escravizados nas fazendas de mandioca ou nos diversos tipos de transportes; como mercadoria nas trocas com as regiões mineradoras e depois cafeeiras; como quilombolas, nas diversas comunidades, como o quilombo do Pilar. Enquanto lavradores livres nas pequenas fazendas das regiões ou servindo como costureiras ou trabalhadoras domésticas. Aliando-se e resistindo através de diversas formas de solidariedade, como as irmandades religiosas da Igreja do Pilar ou em rede de compadrio.

Portanto, a história da Baixada é a história do negro no Brasil, marcada por centenas de anos de dominação, mas também de resistência. Havia o som da chibata, mas também do jongo. E nessa relação histórica de contradições, avanços e recuos que pretendo ter escrito este artigo.

Referências

BEZERRA, Nielson. *Mosaicos da Escravidão: identidades africanas e conexões atlânticas do Recôncavo da Guanabara, 1780-1840*. Tese de Doutorado em História. Niterói: UFF, 2010.

_____. *A Cor da Baixada: Escravidão, Liberdade e Pós-Abolição no Recôncavo da Guanabara*. Duque de Caxias, RJ: APPH-Clio, 2012.

_____. *Escravidão, Liberdade e Pós-abolição*. Rio de Janeiro. *Outros tempos*. vol. 10, n. 5, p.207-224, 2013.

CHALHOUB, Sidney. *Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.

_____; SILVA, Fernando Teixeira da. *Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980*. Cadernos AEL. v.14, n.26, p.13-45, 2009.

_____. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio Janeiro da belle époque*. 3. ed. Campinas, SP: editora da Unicamp, 2012.

COOPER, Frederick; SCOTT, Rebecca; HOLT, Thomas. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

COSTA, Carlos Eduardo C. *Campeinato Negro no Pós-Abolição: Migração, Estabilização e os Registros Cíveis de Nascimentos. Vale do Paraíba e Baixada Fluminense, RJ. (1888-1940)*. Dissertação de Mestrado em História Social. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

- _____. Revisitando “Família e Transição”: família, terra e mobilidade social no pós-abolição: Rio de Janeiro (1888-1940). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 35, n.69, p.35-58, 2015.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEMÉTRIO, Denise Vieira. *Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara. Séculos XVII e XVIII*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: UFF, 2008.
- GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- IBGE. *Dados da cidade de Duque de Caxias do Censo de 2010*. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=330170> Acesso: 25 de mar de 2017.
- MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravizados e livres. Experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.
- MARQUES, Alexandre dos Santos. Baixada Fluminense: Da Conceituação às problemáticas sociais contemporâneas. *Revista Pilares da História*, v. 6, p. 7-16, 2006.
- NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio dos Santos. As greves antes da “grève”: as paralisações do trabalho feitas por escravos no século XIX. *Ciência e Cultura*. v.65. n.2., p.56-59, abr-jun/2013.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira. *Trajetórias de duas famílias negras no pós-abolição. (Nova Iguaçu, século XX)*. VI Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2013, Florianópolis. Anais do VI Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Florianópolis, 2013. v. 1. p. 1-18.

_____. Trabalhadores negros e “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil. *Estudos Históricos*. v.29, n.59, p.607-626, .set-dez/2016.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 45, p.434-444, set./dez. 2010.

RIOS, Ana; MATTOS, H. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, v. 5, n.. 8, p. 170-198, 2004.

SOUZA, Marlucia Santos de. *Escavando o passado da cidade. A construção do poder político local em Duque de Caxias / 1900-1964*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2002.

_____. *Escavando o Passado da cidade: História da Cidade de Duque de Caxias*. Rio de Janeiro: APPH-CLIO, 2014.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: UNICAMP, 2001.

Aprendizagem e trabalho doméstico

O aprendizado de “ofícios do trabalho doméstico” no Recife oitocentista

Tatiana Silva de Lima¹

Recife, como defendeu o arquiteto e urbanista José Luiz Mota Menezes, é uma cidade que foi construída da relação de luta entre pessoas e águas. De acordo com o autor: “Conter o rio, conduzi-lo a percorrer o seu curso sem ampliar suas margens, conquistar terras para agricultura e para as moradias. Tal situação nasce com os primórdios da vida urbana e convive com a cidade ao longo de sua já grande história”.² Entre 1630 e 1654, com o domínio holandês e a transferência da sede da Capitania de Olinda para o Recife, que se tornou “cidade-sede-porto”, a cidade conheceu seus primeiros aterros. Desse período até o século XVIII, a cidade não necessitou tanto “terras secas”.³ Foi no século XIX que ocorreram aterros de grande porte e se adensou a verticalização das moradias na tentativa de expansão do centro urbano, devido ao considerável crescimento populacional.

Nesse processo, não é difícil imaginar que os habitantes necessitavam dos mais variados serviços pessoais, haja vista a concentração de domicílios num espaço circunscrito. Entre esses

¹ Doutoranda em História Social no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Ceará. E-mail: tatiana_lima_7@hotmail.com

² MENEZES, José Luiz Mota. “A ocupação do Recife numa perspectiva histórica”. *Clio – Série História do Nordeste*, Recife, vol. 1, n. 14, p. 147-162, 1993, p. 148.

³ MENEZES. “A ocupação do Recife numa perspectiva histórica”, p. 152.

serviços estão os que uma historiografia recente, mas profícua, reuniu na denominação de serviço doméstico, a saber: cozinhar, limpar, lavar, engomar, costurar, cuidar de crianças, acompanhar sinhás, jardinar, transportar pessoas, despejar dejetos humanos e águas servidas, entre outros, destinados às famílias nas residências e no entorno delas.⁴ Este artigo investiga o aprendizado de habilidades, tradicionalmente vistas como trabalho doméstico, importantes para o desenvolvimento de certos ofícios e profissões, tais quais: costureira, bordadeira, engomadeira, lavadeira, cozinheira/o. Ele constitui um exercício inicial para desnaturalizar a categoria do trabalho doméstico.

O censo⁵ de 1828 estimou 25.678 habitantes para o centro urbano da cidade, formado pelo bairro portuário do Recife, e os bairros de Santo Antônio e Boa Vista, sendo 7.935 escravos (31%) e 17.743 livres e libertos (69%).⁶ As mulheres livres eram maioria em todos os bairros centrais. As cativas eram minoria no Recife, que era portuário, em maior quantidade em Santo Antonio – que era comercial e residencial - e em quantidade equilibrada com os cativos na Boa Vista – lugar prioritariamente residencial.⁷ Esses habitantes participavam de mundos de trabalho ritmados por continuidades e mudanças.

A Lei de Locação de Serviço foi promulgada em 1830 com o objetivo de organizar o mercado de trabalho livre e estimular a imigração, conhecendo a sua segunda versão em 1837. Henrique Espada Lima inscreveu a lei na lógica contratual do trabalho, emergente no século XIX como um dos significados da liberdade de

⁴ GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. Tradução: Viviane Bosi. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

⁵ Os censos populacionais no século XIX devem ser utilizados com ressalvas, eles nos informam apenas em geral a quantidade de pessoas que existiam no Recife e como elas estavam distribuídas. Marcus Carvalho trata dos cuidados que devemos ter com tais fontes em CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822 – 1850*. Recife: Ed. UFPE, 1998, p. 41 – 71.

⁶ CARVALHO. *Liberdade*, p. 41-91.

⁷ CARVALHO, Marcus J. M. de. “De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822 – 1850”. *Afro-Ásia*, Salvador, 29/30, p. 41 – 78, 2003.

trabalho, avaliando-a negativamente. Empiricamente, a lei enquadrava desde o trabalhador ideal-típico independente assalariado até diversos arranjos de trabalho “que recombinaavam graus diversos de ‘liberdade’ e compensação financeira pelo trabalho, com elementos de coerção (física e pecuniária), tutela, trabalho compulsório e contratado, e ainda formas análogas à escravidão, como a servidão por dívida”.⁸ A questão central era que a liberdade de trabalho, podendo superar o mundo do trabalho tutelado e forçado, mas que garantia proteção e interdependência, levava à servidão pior, a da necessidade/miséria.

Em 1831 foi implantada a primeira Lei Anti-tráfico no Brasil, que se não conseguiu cessar o comércio transatlântico de africanos escravizados, pode ter impactado na população cativa na cidade, diferente da Lei Euzébio de Queirós de 1850, que alguns anos depois realmente eliminou o tráfico negreiro. Antes disso, Pernambuco iniciou a “substituição” gradual do trabalho escravo pelo livre desde a década de 1840; os traficantes diminuíram o tráfico negreiro entendendo que havia uma reserva de mão de obra livre e forra no interior da província⁹.

Com o esforço das elites, o Recife foi impelido a ingressar nas relações do mundo capitalista, absorvendo dos centros do capitalismo mundial as idéias de progresso, civilização e modernização¹⁰. A administração do presidente de Pernambuco Barão Francisco do Rego Barros entre 1837 e 1844 empreendeu um projeto de modernização cultural e material na província designando obras de melhoramento.¹¹ Paris, cidade emblemática do

⁸ LIMA, Henrique Espada. “Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX”. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 289 – 326, jul.-dez. 2005, p. 295.

⁹ EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840 – 1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: UNICAMP, 1977; CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade*, p. 45.

¹⁰ ARRAIS, Raimundo. *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004, p. 12.

¹¹ ARRAIS, Isabel Concessa. *Teatro Santa Isabel: biografia de uma casa de espetáculos*. (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, 1995).

mundo ocidental onde Rego Barros havia estudado, tornou-se o modelo. De lá ele trouxe idéias, trabalhadores e técnicos.¹² Com as intervenções urbanas o mercado de trabalho para os homens se ampliou.

Em contrapartida, uma das opções de trabalho para as mulheres dos grupos populares era os mais de nove mil fogos (unidades domésticas) existentes na capital. A estimativa de fogos em 1842 para o bairro do Recife era de 1893, para o bairro de Santo Antônio, de 4.300, para o de Boa-Vista, de 3.173.¹³ Outras opções para tais mulheres, e para os homens, eram o mercado ambulante, os estabelecimentos comerciais, restaurantes e casas de pastos, padarias e confeitarias, salas de costura, lojas de alfaiates, modistas e bordadores¹⁴, lojas de lavar e engomar roupas. O mercado de serviços estava em crescimento tendo em vista a expansão populacional e urbana na cidade.

De acordo com o censo publicado em 1856, já viviam 40.977 habitantes no centro urbano da cidade (bairros do Recife, Santo Antônio/São José – desde 1844¹⁵, e Boa Vista), dos 60 a 70 mil habitantes¹⁶ da cidade como um todo. Dos que viviam no centro, cerca de 33.270 eram livres e libertos (80%) e 7.707, escravos (20%), grupo que manteve seu número estável desde a contagem anterior. As mulheres só não eram maioria no portuário Recife. Esse crescimento da população deveu-se ao aumento do número

¹² REZENDE, Antônio Paulo. *O Recife: histórias de uma cidade*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2002, p. 80.

¹³ FIGUEIRA DE MELLO, Jeronymo Martiniano. *Ensaio Sobre a Estatística Civil e Política de Pernambuco*. Recife, 1852; reedição – Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979, p. 274, 280.

¹⁴ ZANCHETTI, Sílvio. M. “O Estado e a Cidade do Recife (1836 – 1889)”. (Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 1989), p. 135 - 136.

¹⁵ Por ato legislativo, em 1844 o bairro de Santo Antônio foi desmembrado originando o de São José, assim como o bairro do Recife, que cresceu para o norte e ultrapassou suas primitivas portas, deu origem ao bairro Fora de Portas; e o bairro da Boa Vista ganhou os da Soledade e de Santo Amaro. SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. “Pretas de honra: trabalho, cotidiano e representações de vendedoras e criadas no Recife do século XIX (1840-1870)”. (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, 2004), p. 47.

¹⁶ FIGUEIRA DE MELLO. *Ensaio Sobre a Estatística Civil e Política de Pernambuco*, p. 283.

de livres e forros, que ocorreu a partir do fluxo de migrantes do interior mais próximo de Pernambuco para o centro do Recife.¹⁷

Dessa época para o primeiro Recenseamento Geral de 1872 a população continuou a aumentar. Os escravos estiveram às voltas com a política emancipacionista do governo imperial. A Lei do Ventre Livre promulgada em 1871 trouxe outros parâmetros ao mundo do trabalho, vinculando a libertação dos cativos à reordenação do trabalho. De acordo com a contagem geral de 1872¹⁸ já moravam por essa época no Recife 101.535 habitantes. No centro urbano da cidade havia 64.769 pessoas, das quais 57.893 eram livres - entre libertos e livres - cerca de 90% da população do centro (31.639 homens e 26.254 mulheres), e 6.876, cativos (3.448 mulheres e 3428 homens), que apresentaram praticamente o mesmo número em todo século XIX. Houve um aumento considerável da população, cerca de 58%, desde o censo publicado em 1856. Crescimento que se deveu ao número dos livres, mais uma vez migrados do interior da província. O número deles aumentou em torno dos 44%, e os escravos diminuíram por volta dos 10%. “Entre 1822 e 1872, a capital pernambucana cresceu a uma taxa média de 2,2 a.a. enquanto o Rio de Janeiro, a mais importante cidade do país, alcançou 1,8% a.a.”¹⁹

No processo de transformação populacional, a paisagem urbana, seus usos e configurações são um capítulo a parte. Maria Graham²⁰ descreveu suas impressões sobre sobrados nos bairros centrais do Recife nos anos 1820, que ajudam a entender a dinâmica nos seus interiores:

¹⁷ CARVALHO. Liberdade, p. 75-84.

¹⁸ Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento Geral do Império de 1872*. Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger/ Tip. Commercial, 1876, 12 vol.

¹⁹ ZANCHETI. “O Estado e a Cidade do Recife (1836 – 1889)”, p. 135 – 136.

²⁰ A britânica Maria Graham viajou para o Brasil entre 1821 e 1823, permanecendo de 1823 até 1825 como preceptora da princesa D. Maria da Glória.

As casas são de três ou quatro andares, feitas de pedra clara e são todas caiadas, com as molduras das portas e janelas de pedra parda. O andar térreo consiste em lojas ou alojamentos para negros ou cavaliças, o andar de cima é geralmente adequado para escritórios e armazéns. Os apartamentos para residência são mais acima, ficando a cozinha geralmente no alto. Por este meio a parte inferior da casa conserva-se fresca.²¹

No decorrer da primeira metade do oitocentos a estrutura dos sobrados modelos dos abastados não havia mudado muito nos bairros centrais; é assim que faz pensar a descrição deixada pelo reverendo Daniel Kidder, quando esteve no Recife no início dos anos 1840 em missão evangélica:

Muitas das casas do lugar apresentam estilo desconhecido no resto do Brasil. A do Sr. Ray ficava fronteira ao mar. (...) Tinha seis andares. O primeiro, ou térreo, denominado armazém, era ocupado pelos criados, à noite; o segundo, destinado aos escritórios, consulado, etc.; no terceiro e no quarto andares, ficavam as salas de recepção e outros aposentos; o quinto era reservado para os refeitórios, e, finalmente, o sexto, para cozinha. O leitor certamente perceberá a vantagem de estar a cozinha localizada no sótão, pois, assim, o resto da casa fica livre, não só da fumaça do fogão, como de eflúvio das panelas. A desvantagem, porém, está em que se torna necessário transportar para tão alto um sem número de cousas pesadas. A água, por exemplo, na falta de qualquer aparelhamento apropriado para elevá-la, é carregada à cabeça dos negros, e é fácil de se perceber o risco de inundação que correm os andares inferiores, caso um dos etíopes perca o equilíbrio. Acima do sexto andar e constituindo até certo ponto o sétimo, existe um magnífico mirante, envidraçado de todos os lados.²²

²¹ GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos 1821, 1822 e 1823*. Tradução e notas: Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956, p. 112.

²² KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil, compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias*. Tradução: Moacir N. Vasconcelos. São Paulo: Martins, Ed. USP, 1972, p. 74.

Nos idos de 1817 o francês Louis François de Tollenare²³ calculou para o serviço doméstico de uma “casa decente” no Recife pelo menos de dez a doze escravos.²⁴ Havia muito trabalho a fazer e tantos equipamentos e técnicas a dominar... Porém, uma dezena de escravos do “serviço de casa” parecia uma conta exagerada. Não era para as elites! Além da trabalhadora real havia a vaidade dos senhores²⁵, as práticas suntuárias para o regozijo deles. Tollenare comentou a dificuldade de se obter um criado por ser vergonhoso vender um negro de casa.²⁶ Possuir escravos significava status²⁷, e mais: os atributos de liberdade e propriedade existiam de maneira articulada, de modo que o último fundamentava o primeiro.²⁸

Além disso, exigiam-se qualidade nos serviços prestados. Nessa perspectiva, moviam-se anúncios como estes no início dos anos 1850: “Boa cozinheira e engomadeira. Vende-se uma preta crioula, moça, que cose pouco, engomma perfeitamente, he optima cozinheira e doceira, e com uma cria cabra²⁹ de 3 para 4 mezes: no Pateo do Carmo n. 14, casa térrea”.³⁰ E ainda comprava-se “uma mulata de boa figura que saiba perfeitamente coser, cortar, fazer

²³ Tollenare morou no Recife de 1816 a 1818 com interesses comerciais no algodão e escreveu um diário, sendo as partes relativas a Pernambuco e Bahia traduzidas por Alfredo de Carvalho e publicadas sob o título de *Notas Dominicais* em 1904 nas *Revistas do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano* (v.61) e em 1907 do *Instituto Histórico e Geográfico da Bahia* (v.14).

²⁴ TOLLENARE, Louis-François. *Notas Dominicais*. Coleção Pernambucana V. XVI. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, 1978, p. 201.

²⁵ PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

²⁶ TOLLENARE. *Notas Dominicais*, p. 201.

²⁷ Ver, por exemplo: SILVA, Adriana M. P. da. *Aprender com perfeição e sem coação: uma Escola para meninos pretos e pardos na corte*. Brasília: Editora Plano, 2000; OLIVEIRA, Maria Inês. C. de. *O liberto: seu mundo e os outros*. São Paulo: Corrupio; [Brasília, DF]: CNPq, 1988; CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade*.

²⁸ MATTOS, Ilmar R. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 128.

²⁹ Filho ou filha de pai mulato e mãe preta ou vice-versa. MORAES SILVA, Antonio. *Diccionario da lingua portugueza* - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado. Vol. 1. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, p. 314. <http://dicionarios.bbm.usp.br>, acesso em set. 2017.

³⁰ Diário de Pernambuco, Recife, 08 jan. 1851.

vestidos para senhora e outras costuras e que tenha bom comportamento affiançando-se (...): no Recife rua Trapiche, nº 40, segundo andar.”³¹ Não faltava gente que atendesse às exigências. Uma cativa mulata de trinta anos, além de engomar bem, coser e fazer rendas de todas as qualidades, cozinhava “admiravelmente” e tinha leite para o seu filho de quatro meses.³²

O censo de 1872 é importante porque pela primeira vez foi publicada uma contagem dos profissionais do “serviço doméstico”. Na época havia cerca de 14.267 escravos domésticos na província de Pernambuco, dos quais 9.450 eram mulheres e 4.817, homens. Existiam 67.971 pessoas livres no mesmo serviço, das quais 66.311 correspondiam a brasileiras (entre livres e forras) e 1.660, a estrangeiras (livres e forras, considerando as africanas). Dos brasileiros livres, 50.147 eram mulheres e 16.164, homens. No grupo de livres estrangeiros, 742 correspondiam a mulheres e 918, a homens.³³ O mercado do serviço doméstico abarcava muita gente, na sua grande maioria livre, feminina e nacional.

Mas é importante destacar que apenas nas casas ricas uma pessoa se ocupava exclusivamente das tarefas domésticas. Nas demais residências (remediadas e modestas) existiam fronteiras muito tênues entre esse universo e os trabalhos domiciliar e de ganho. O primeiro, também chamado de artesanato caseiro ou comércio de gêneros a retalho ou ambulante, correspondia aos mesmos serviços feitos dentro das unidades domésticas (ou pelo menos algumas etapas) com fins de comercialização para a sociedade. Assim, multiplicavam-se os “almoços para fora”, as oficinas de costura etc. No sistema de trabalho de ganho era o escravo que oferecia seus serviços a terceiros acordando de antemão com seu proprietário o valor a ser entregue a ele no final do dia, da semana ou do mês (era o caso das vendeiras, quituteiras,

³¹ Diário de Pernambuco, Recife, 12 jan. 1852.

³² Diário de Pernambuco, Recife, 16 jan. 1852.

³³ Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento Geral do Império de 1872*.

lavadeiras etc). Nessa perspectiva, vendiam-se duas “pretas criolas com habilidades, moças, uma cose muito bem, engomma, faz lavarinto³⁴, cozinha, tudo com perfeição, e a outra tem as mesmas habilidades, menos lavarinto, porém vende fazendas e miudezas na rua: tratar na rua larga do Rosário, loja n. 35”.³⁵

Justamente as casas remediadas e modestas, muitas das quais chefiadas por mulheres, eram configuradas e utilizadas de diversas maneiras. A residência e os negócios de uma família poderiam ocupar dois pavimentos de um sobrado dispostos alternadamente. No começo dos anos 1850, solicitavam-se no bairro de Santo Antônio, uma loja e um primeiro andar ou segundo, que não fosse muito grande, pois era para família pequena, nem em rua esquisita, sendo seu aluguel entre vinte e cinco e trinta mensais.³⁶ Ou ainda na metade da década de 1860, no mesmo bairro, alugavam-se:

as lojas do sobrado n. 48 de esquina na rua de Águas-Verdes com 5 portas sendo uma para o becco, bem collocada para qualquer estabelecimento, uma loja pequena dentro do becco para moradia, um grande salão no fundo do primeiro andar, muito grande, próprio para aula de primeiras letras ou outro qualquer arranjo que queira aplicar (...): quem pretender dirija-se a rua do Imperador n. 44, terceiro andar.³⁷

Embora o Recife tivesse característica de cidade verticalizada, as casas térreas eram muitas no centro urbano. E a partir da década de 1850, a “expansão do número de construções, realizada em novas áreas, leva a que os edifícios sejam predominantemente térreos”. Entre 1840-45 os bairros do Recife, Santo Antônio/São José e Boa Vista possuíam, respectivamente, 51%, 78% e 85% de casas térreas dentro do total das suas edificações. Em 1857 essas proporções eram

³⁴ Trabalho de agulha.

³⁵ Diário de Pernambuco, Recife, 10 jan. 1852.

³⁶ Diário de Pernambuco, Recife, 27 jan. 1852.

³⁷ Diário de Pernambuco, Recife, 05 jan. 1865.

53%, 64% e 83%. E em 1883, 58%, 83% e 85%. Até o portuário Recife, o bairro mais vertical de todos, foi aumentando o número de casas de apenas um pavimento.³⁸

Quando a unidade de trabalho e a unidade domiciliar ocupavam a casa térrea ou o mesmo pavimento de um sobrado, os estoques comerciais e os trastes domésticos se misturavam literalmente. Os recifenses encontravam para alugar na metade dos anos 1860 “a 10\$000 mensaes a casa térrea n. 263 da rua Imperial, concertada, caiada e pintada, própria para estabelecimento de negocio e moradia: a tratar na rua do Crespo n. 15, das 10 horas do dia as 4 da tarde.”³⁹ As casas térreas dos comerciantes mais modestos deveriam ser parecidas com as de São Paulo na primeira metade do oitocentos: as lojas eram mantidas nos corredores, na sala da frente⁴⁰ ou na cozinha.

A depender do local, os negociantes possuíam boa freguesia. No início de 1850, a “loja do sobrado nº 9 da rua do Apollo com portão para o becco, bem concertada e pintada, com commodos para família [era] mesmo própria para haver nella refrescos e bolinhos a venda nas noites de teatro por ficar em frente ao mesmo.”⁴¹

No início da década de 1850, na Rua das Hortas casa número 40, havia dois pavimentos dirigidos ao comércio, um deles com pequena produção de alimentos. Em um piso lavava-se e engomava-se roupa, e acima se aprontavam bandejas com bolinhos de diversas qualidades para fora, tudo em conta, onde também se vendiam velas de carnaúba de qualidade superior.⁴² Em meados dos anos 1860, na Rua da Roda, número 6, continuava-se a mandar comida para fora, por razoável preço.⁴³ Já no final da

³⁸ ZANCHETTI. “O Estado e a Cidade do Recife (1836 – 1889)”, p. 148.

³⁹ Diário de Pernambuco (Recife), 02/01/1865.

⁴⁰ ARAÚJO, Maria L. V. Lojas e armazéns das casas de morada paulistas. p. 2. www.neps.ics.uminho.pt, acesso em ago./2017.

⁴¹ Diário de Pernambuco, Recife, 30 jan. 1852.

⁴² Diário de Pernambuco, Recife, 12 jan. 1852.

⁴³ Jornal do Recife, Recife, 13 jul. 1864.

mesma década, Rua da Concórdia número 39, faziam-se perfeitas bandejas de bolinhos para bailes e casamentos, ao gosto dos fregueses, bem como por preço menor do que qualquer parte.⁴⁴

As padarias e confeitarias eram maioria entre os estabelecimentos de pequena produção para o comércio no Recife, cerca de 61 em 1851, 80 em 1860 e 10 em 1870. A Confeitaria dos “Ananazes” jogava com as datas comemorativas e com uma “sofisticação” estrangeira na sua divulgação. No número dezesseis, oferecia empadas de galinha e de peixe, sortimento de pasteis finos, fiambre e doces para o chá do dia de reis. Também para este dia, recebia encomendas dos bolos Gatheans de L. Roy, que estavam muito em uso na França e na Corte, e continham uma fava, para quem a encontrasse pagar a Champagne.⁴⁵

Outras casas chefiadas por mulheres possuíam pequenas indústrias de guloseimas para o sustento da família. “Eram bolos e doces feitos em casa, muitos por senhoras brancas e até ricas (...); outras, por iaiás brancas, mas pobres, - solteironas e viúvas sem outro meio de vida; e ainda outros por negros ou negras forras.”⁴⁶ Nesse sentido:

IMPERIAL. Uma senhora hábil e que tem estudado os melhoramentos possíveis relativo a doces, acaba de preparar doces finíssimos de goiaba, com lindas cores e com gosto especial, estando em latas e em caixões, e garante um anno de duração inalterável debaixo de qualquer temperatura; este doce é denominado Goiabada Imperial; previne-se as pessoas que queiram obsequiar algum amigo nada mais digno e nem de melhor gosto do que um presente deste doce pela sua especial qualidade e também por se acharem os caixões e as latas forradas de papeis lithographadas com o melhor gosto e aceio possível. A autora muito grata ficará as pessoas que derem impulso a este tão grande ramo de industria, e tem em vistas mandar buscar

⁴⁴ Jornal do Recife, Recife, 02 out. 1868.

⁴⁵ Diário de Pernambuco, Recife, 03 jan. 1865.

⁴⁶ FREYRE, Gilberto. *Açúcar: em torno da etnografia, da história e da sociologia do doce no Nordeste canavieiro do Brasil*. 3ª edição revisada aumentada. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1987, p. 91 - 92.

alguns aparelhos que se tornarão indispensáveis havendo procura deste rico doce. Senhores estrangeiros mandai para a vossa pátria doce raro e sem rival! O depósito único é na rua Direita n. 6, oitão do Livramento.⁴⁷

Os serviços de lavar e engomar roupas estampavam-se copiosamente nas páginas dos jornais da cidade: Rua dos Martírios⁴⁸, Ribeira de São José⁴⁹, Rua da Guia⁵⁰... Outros anúncios acresciam serviços e facilidades:

Na rua do Cotovelo casa D. 17 há quem se proponha a criar alguns meninos já desmamados, com todo mimo e amor, assim como se lava, engoma, e cose toda qualidade de costuras com muita promptidão.⁵¹

Engomma-se com perfeição e commodo preço: na rua estreita do Rozario n. 45. Na mesma casa vende-se uma toalha de lavarinto toda aberta, e também coze-se toda a qualidade de costura.⁵²

As pessoas que não quiserem mandar lavar e engommar a roupa promiscua pelo preço médio de 160 rs, podem mandar lavar simplesmente e depois enviar ao laboratório as peças avulsas que lhes convier, que serão engommadas as peças relativas a sua qualidade e dimensão.⁵³

Santo Antônio era o bairro na cidade que mais concentrava salas de costura, junto aos botequins, tavernas e outras lojas. As salas distribuíam-se da seguinte forma: 34% em 1851, 41% em 1860 e 43% em 1870.⁵⁴ No recenseamento geral de 1872, as costureiras foram contadas separadamente, dentro das profissões manuais e mecânicas, totalizando 20.627 em Pernambuco (19.154

⁴⁷ Diário de Pernambuco, Recife, 22 nov. 1859.

⁴⁸ Diário de Pernambuco, Recife, 12 jan. 1842.

⁴⁹ Diário de Pernambuco, Recife, 01 jan. 1852.

⁵⁰ Diário de Pernambuco, Recife, 02 jan. 1855.

⁵¹ Diário de Pernambuco, Recife, 09 jan. 1839.

⁵² Diário de Pernambuco, Recife, 14 jan. 1845.

⁵³ Diário de Pernambuco, Recife, 04 jan. 1862.

⁵⁴ ZANCHETI. "O Estado e a Cidade do Recife (1836 - 1889)", p. 158, 275 - 289.

livres brasileiras, 246 livres estrangeiras e 1.227 escravas).⁵⁵ Computar as costureiras descoladas do serviço doméstico indica, no mínimo, o *status* que suas atividades ganharam enquanto profissão no correr do tempo.

Pelos idos de 1860, o Tenente Coronel Pedro Borges de Faria possuía quatro cativos: Eufrásia, de 35 anos e costureira, Vicente Angico, com 50 anos e sapateiro, e as filhas do casal Mariana Crioula e Victória, de 8 e 5 anos, respectivamente. O casal executava suas ocupações em duas salas existentes no térreo do sobrado do proprietário sito na Rua de Santo Antônio.⁵⁶ Já no bairro da Boa Vista, na Rua do Hospício n. 11: faziam-se “vestidos de senhoras para passeio e para baile, (...) casamento, prophetas para passeio e para casa, casaveques, basquines, roupões dos modernos, roupinhas para meninos baptisarem-se e que já andam; faz-se tudo por figurinos, (...) roupa para mascarados(...)”.⁵⁷

Ensinar-aprender ofícios: nos rastros de costureiras, bordadeiras, engomadeiras, lavadeiras e cozinheiras/os.

Muitas casas comandadas por mulheres ou por homens dos grupos populares eram um misto de domicílio, sala de aula, pensionato, oficinas de trabalhos de agulha e, ocasionalmente, bazares.⁵⁸ Nessa perspectiva:

Maria Amália Costa, e sua irmã residentes na rua da Conceição da Boa Vista n 28, propõe-se a tomar meninas ensinando-as a ler, escrever, costura chã, bordar de matiz de ouro, e todas as qualidades, bem como marcar de todas as formas: também accitão, e

⁵⁵ Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento Geral do Império de 1872*.

⁵⁶ NUNES NETO, Antonio Pessoa. “Aspectos da escravidão de pequeno porte no Recife no século XIX”. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife, n.61, p. 221-240, Jul. 2005, p. 231.

⁵⁷ Diário de Pernambuco, Recife, 28 jan. 1860.

⁵⁸ SILVA, Adriana M. P. “Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco”, p. 31, 159 - 160.

apromptão qualquer obra de modista, como toucados⁵⁹, vestidos, chapeos, & c. tudo com o melhor gosto, e na ultima moda.⁶⁰

No século XIX, segundo os ideais de modernização, as casas deviam civilizar-se na perspectiva iluminista da universalização do saber. Neste sentido, mulheres e homens ofereciam aulas particulares. Os conteúdos destas aulas remontavam o Diretório dos Índios (1757)⁶¹, lei instituída durante o governo do Marquês de Pombal (1750 – 1777). O documento previa que meninos e meninas aprendessem Doutrina Cristã, a ler, escrever, a contar, e no caso das meninas também aprendessem as prendas domésticas⁶², notadamente a costurar e bordar, entre outras consideradas importantes para uma moça. Assim, no século XIX, existia registro como esse:

Uma moça solteira, que se acha em companhia de seus pais com todo recato e honestidade, propõe-se a ensinar a ler, escrever, contar, grammatica universal, musica, doutrina christãa, coser, fazer lavarinto, bordar, marcar por differentes modos e fazer flores, recebendo também discípulas internas: as pessoas de seu préstimo se quizerem utilizar, dirijam-se à rua Direita, sobrado n. 73, segundo andar.⁶³

As origens da profissão de professor estão relacionadas a uma atividade exercida por artesãos (sapateiros, carpinteiros, artistas, costureiras – bordadeiras etc.), entre outras atividades. Não era diferente na capital pernambucana. Em 1833 no bairro do Recife

⁵⁹ “Toucado, s, m, Ornato da cabeça das mulheres.” PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira* por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz. Ouro preto: Typographia de Silva, 1832, p. 132 – 132 ii.

⁶⁰ Diário de Pernambuco, Recife, 03 jan. 1840.

⁶¹ O Diretório dos Índios ou Pombalino foi uma lei estabelecida em 1757 no Grão-Pará e Maranhão, estendida para o restante do Brasil em 1758, que pôs fim à administração religiosa sobre os aldeamentos indígenas e tentou incorporar os indígenas à produção voltada para o mercado internacional. Ver: AZEVEDO, Anna Elizabeth L. de. “O diretório pombalino em Pernambuco”. (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, 2004).

⁶² SILVA. “Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco”, p. 31.

⁶³ Diário de Pernambuco, Recife, 18 jan. 1851.

todas as mestras ensinavam costura nas dez aulas para meninas computadas pelo fiscal da freguesia, e isto fazia as aulas parecerem uma oficina de costura onde se ensinava a ler e a escrever.⁶⁴

Em 1851 as aulas particulares começaram a ser reguladas pela recém-criada Diretoria da Instrução Pública de Pernambuco, estipulando que todos os professores e professoras que quisessem continuar a lecionar deveriam pleitear sua licença mediante pagamento. Nessa perspectiva, deveriam apresentar uma série de atestados de boa conduta fornecida por autoridades de onde moravam (pároco, Juiz de Paz, Chefe de Polícia), atestados de idade através da certidão de batismo, e o programa de ensino, o perfil dos seus alunos e o horário de funcionamento das escolas.⁶⁵

Irmãs trabalhavam juntas no ofício do magistério. Maria de Nazareth Augusta de Miranda, solteira e maior de quarenta anos, em 1851 pedia licença para continuar a exercer sua profissão de ensinar meninas, no segundo andar da casa número 17 da rua do Queimado, estando no ramo por mais de quinze anos. Ela era “coadjuvada em seu magistério por sua única mana Maria José Amália de Miranda, também solteira e maior de quarenta annos, sendo ambas orphas de Pai e mãe, sem que tenham outro meio de subsistência (...)”, por morarem sós. Elas se responsabilizavam pelas disciplinas de Coser; Bordar; Ler, escrever e contar as quatro operações; Doutrina cristã; Gramática da Língua Nacional; enquanto as disciplinas de Música e Piano ficavam com Jose Francisco Correa de Queiroga, e a de Dança com João R. da Silva. Maria de Nazareth e sua irmã ainda recebiam pensionistas e “meias ditas”, que aprendiam as cinco primeiras disciplinas.⁶⁶

A professora Maria Serafina Vieira era parda e filha legítima de pais pardos forros, todos naturais da freguesia de São Frei

⁶⁴ SILVA. “Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco”, p. 319 - 320, 150 - 151.

⁶⁵ SILVA. “Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco”, p. 198 - 199.

⁶⁶ APEJE, Coleção de Petições, Escolas Particulares (1851 - 1945), f. 20, 23.

Pedro Gonçalves do Recife.⁶⁷ Suas aulas iam das oito às onze da manhã, e das duas às cinco da tarde, e ensinavam a ler, escrever, contar as quatro operações aritméticas, doutrina cristã “por Cathecismo aprovado nas aulas públicas”, costura e bordado.⁶⁸

Professoras eram secundadas por cativas. É o que faz pensar a “negra” Joanna, de nação, que desapareceu no começo de 1839:

De estatura baixa, cor fulla, falta de cabelos na cabeça, o rosto com algumas manchas, o dedo polegar da mão direita com um penegirico, ambas as pernas cheias de sicutrizes, esta escrava tem um filho molatinho, aprendiz de ourives, e como o mestre fosse para o sertão vender obras, he de supor se que ella fosse no seguimento do filho, levou vestido de riscado, e pano da costa uzado, e um taxo de cobre que tinha hido buscar em Bebiribe; quem a pegar leve ao beco do encantamento sobrado de um andar onde tem aula de meninas, onde será generosamente recompensado.⁶⁹

Se o método das aulas dos trabalhos de agulha se aproximava do exame de habilitação das professoras feito pela Diretoria da Instrução Pública, ele era basicamente oral e prático, como se deduz dos pareceres sobre a prova, tal qual:

Directoria Geral da Instrucção Publica de Pernambuco 6 de Dezembro de 1864.

Submettendo a prova dos trabalhos de agulha, bordados de seda, e talagarça e labyrintho que apprezentei as habilitandas Francisca Margarida Cunha Cezar, Camila Amethista de Carvalho Calumbi, Leoncia de Luna Freire, Felisbina Constança de Azevedo, Maria Cleobolina de Mello Lira, Maria Christina Cavalcante Pessoa Cezar, achei-as todas capazes de ensinar ditos trabalhos. A professora, Alexandrina de Lima e Albuquerque.⁷⁰

⁶⁷ SILVA. “Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco”, p. 199.

⁶⁸ APEJE, Coleção de Petições, Escolas Particulares (1851 – 1945), f. 12, 13.

⁶⁹ Diário de Pernambuco, Recife, 31 jan. 1839.

⁷⁰ APEJE, Série Instrução Pública, IP 16 – 1864, f. 417.

Nos Códices da Série Instrução Pública disponíveis ao público no APEJE constam apenas as provas da professora Henedina Floresta dos Santos Cordeiro, realizadas em fevereiro de 1866, que não se remetem ao exame dos trabalhos de agulha. Foram elas: “Grammatica Portuguesa, Doutrina Christã, Historia Sagrada, Arithimetica, Pezos e Medidas, Methodo de Ensino”.⁷¹

No entanto, não se pode dizer que livros não eram adotados nas aulas dos trabalhos de agulha. Pelo menos no Rio de Janeiro de 1880, os Programas de Costuras da Escola Normal da Corte (1883 e 1884), criada em 1880 para a formação de professores e professoras da instrução primária, previam “Definição”, indicando livros. Tais Programas também exigiam “Prática”, ou seja, “Nos trabalhos praticos e sempre que fôr possível a professora executará os mesmos para as alumnas verem e verificará o que estas fizerem”.⁷² Nestes documentos ainda é possível verificar que o nome genérico “trabalhos de agulha” abarcava técnicas e materiais distintos: Costuras, Marca, Crochet, Frivolité, Tricot, Consertos de meias e outros tecidos, Bordados, Tapeçaria, Filet, Macramé (Trabalho árabe), Flores de lã.

Muitas das aulas particulares de primeiras letras funcionavam nas ruas principais e mais acessíveis no Recife, em geral nas casas dos professores, em locais pequenos, precários, quentes, como eram as casas dos pobres. No lado de fora, havia muita gente, burburinhos de gente e pregões dos ambulantes oferecendo serviços e produtos, barulhos de animais e charretes com mercadorias e pessoas pra lá e pra cá.⁷³

Mas as professoras particulares de primeiras letras também se deslocavam exercendo o seu ofício. Em 1865, “Uma senhora com habilitações precisas e licenciada pela directoria da instrução

⁷¹ APEJE, Série Instrução Pública, IP 19 – 1866, f. 320 – 328.

⁷² APEJE. Programa de Costuras. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1883, 3 p. (R. 3. 219 (85, cx. 19)); 830. Programa para o ensino da aula de trabalhos de agulha. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1884, 3 p. (R. 3. 228/85, cx. 19).

⁷³ SILVA. “Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco”, p. 319 - 320, 150 - 151.

publica para o magistério do ensino de primeiras letras”, possuindo outras habilitações (bordar de todas as qualidades, costuras, etc.), oferecia-se para ensinar em engenho perto da praça ou em outro qualquer lugar.⁷⁴

Como os salários das mestras eram baixos, elas atuavam ao mesmo tempo ensinando para meninas e meninos pequenos (até os 10 anos), como bordadeiras e costureiras, babás, instrutoras de escravas⁷⁵, comerciantes ocasionais, entre outros afazeres. Na luta pela sobrevivência, muitas professoras confeccionavam artigos por encomendas, e suas aprendizes acabavam se tornando mão de obra barata. As professoras até cobravam mais barato para as alunas que cosessem para elas:

A eschola de meninas que se achava estabelecida na rua nova, no 2º andar da casa n. 23, mudou se para a rua das cruces, para o 2º andar da casa parede e meia da Typografia; onde se continua a receber meninas, pelo preço de 1600 por mez as que coserem para suas casas, e 1000 as que coserem para a mestra, e as que quiserem jantar na eschola pagarão 160 diariamente.⁷⁶

A produção decorrente do aprendizado devia servir para compor o enxoval da casa dos pais da menina ou da sua futura casa. É viável imaginar também que a produção atendia aos interesses da professora de formar o seu enxoval, comercializar as peças produzidas em suas aulas⁷⁷, ou quiçá utilizá-las para instruir pessoas a engomar.

Em 1846, o Diretor das Escolas de Primeiras letras da Corte, Joaquim José da Silveira, dividiu as aulas ou colégios particulares do Rio de Janeiro em 3 classes: na primeira estavam as bem freqüentadas, com muitos pensionistas, que continham muitas

⁷⁴ Diário de Pernambuco, Recife, 31 jan. 1865.

⁷⁵ SILVA. “Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco”, p. 159 - 160.

⁷⁶ Diário de Pernambuco, Recife, 15 jan. 1839.

⁷⁷ SILVA. “Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco”.

matérias, oferecendo o primário e secundário decentemente e localizando-se num local ótimo; as aulas particulares de segunda classe eram menos freqüentada, com poucos pensionistas ou apenas meio-pensionistas, apresentando menor variedade no ensino e comodidades físicas menos apropriadas; quanto às escolas de terceira classe não ofereciam aspectos interessantes ou não podiam ser qualificadas, na realidade elas apresentavam abuso em todos os princípios por admitirem a mistura entre alunas cativas e brancas.⁷⁸ No Recife não era muito diferente em relação às suas correlatas da terceira classe.

Pelos idos dos anos 1830, a Câmara do Recife registrou nas aulas particulares da professora “Angela Custodia Rufina do Sacramento, (...) 32 alunos de ambos os sexos, e duas escravas (...).”⁷⁹ Na metade do século XIX, Maria Serafina Vieira “ensinava em sua aula particular poucas meninas, e entre estas algumas pobres”⁸⁰. As vezes, o público alvo das aulas particulares de primeiras letras não era especificado, sendo identificado com grande amplitude, a exemplo de

Francelina Maurina da Silva Albuquerque professora particular de instrução primaria faz saber a *quem convier*, que tem aberto a sua aula à rua estreita do Rosário n. 38, segundo andar. As materias do ensino são as seguintes: leitura, caligraphia, noções de arithmetica, grammatica portuguesa com applicações praticas, doutrina evangélica, costuras, marcas e bordados de todas as qualidades. Recebe-se todo e qualquer trabalho de bordados.⁸¹

Testemunhos de outra natureza indicam que as professoras se ocupavam de um público diverso de meninas: “brancas”, “pardas” ou

⁷⁸ SILVA. “Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco”, p. 201, 202.

⁷⁹ SILVA. “Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco”, p. 203 - 204. A referência do documento é: APEJE, 1833 Cód. C.M. - 11, f. 104 v.

⁸⁰ APEJE, Coleção de Petições, Escolas Particulares (1851 - 1945), f. 12, 13.

⁸¹ Diário de Pernambuco, Recife, 07 jan. 1865. Destaque em itálico nosso.

“pretas”, “forras” ou “cativas”, “mulatinha”. O ensino era sempre associado aos trabalhos de agulha, como se expressa a seguir:

Offerece-se para ensinar a ler, escrever, coser, bordar, fazer lavarinto e renda, a qualquer menina, branca, parda, ou preta, forra, ou captiva, em casa de uma senhora capaz, na rua de Hortas n. 46, por preço commodo.⁸²

Troca-se uma mulatinha de 10 a 11 annos de idade, tem bom cabello, e bonita cor, anda na escola há, mais de um anno, por outra que tenha 15 a 16 annos, e tenha bom cabello e cor, que não tenha vicio nem achaques, volta-se aquillo que por justo; a pessoa que quizer ver a dita mulatinha a de ser nos domingos e dias santos: a tratar no pateo do Carmo n. 13.⁸³

Existia também o ensino do engomado para “pessoas de cor, forras e captivas” descolado das atividades da “escola de meninas”. Na escola anteriormente tratada que se mudou da Rua Nova para a Rua das Cruzes e recebia meninas por valores diferentes se costurassem para elas mesmas ou para as mestras: “Também se recebem *pessoas de cor, forras e captivas para aprenderem a engomar*”.⁸⁴ Ensinar especificamente alguns serviços pessoais podia ser solução para sufoco financeiro, a contar pelas condições exigidas, como o caso da viúva a seguir: “Uma senhora viúva propõe-se a ensinar grátis, negrinhas captivas a coser, engommar e cozinhar, dando seus senhores o sustento, quem quizer dirija-se a rua do Padre Floriano, casa n. 11, que achará com quem tratar.”⁸⁵

Pertinente foi observar a existência de lojas e oficinas que além de oferecerem, variavelmente, serviços de engomar, lavar roupa, coser e fazer almoço e jantar, também ensinavam tais habilidades. Em

⁸² Diário de Pernambuco, Recife, 07 jan. 1845.

⁸³ Diário de Pernambuco, Recife, 28 jan. 1845.

⁸⁴ Diário de Pernambuco, Recife, 15 jan. 1839. Destaque em itálico nosso.

⁸⁵ Diário de Pernambuco, Recife, 27 jan. 1857.

alguns casos é possível identificar o público alvo desses serviços, a exemplo das “escravas”, “pretas e pardas” cativas e “negras”:

Quem quiser dar costuras groças e finas tanto de homem como de mulher para coser, e também *escravos para apreenderem a engomar* com toda a perfeição, dirija-se a rua da Sanzalla nova lado do poente sobrado D. 5 primeiro andar q’ achará com quem tractar.⁸⁶

Na rua da Matriz da Boa Vista n. 34 *ensina-se a engommar a pretas e pardas cativas*, e também se engomma e lava roupa com toda a perfeição, e por preço commodo.⁸⁷

Lava-se e engomma-se com promptidão e asseio, e por preço muito commodo, também ensinam-se *escravas a engommar*: as pessoas que pretenderem, podem dirigir-se a Fora de Portas, rua do Pilar n. 24.⁸⁸

Faz-se almoço e jantar para fora com muito asseio e promptidão: na rua da Praia, becco do Carioca, sobrado da esquina. Na mesma casa toma-se conta de roupa, tanto de homem solteiro como de família, cosem-se todas as qualidades de costura, tanto de homem como de senhora, e ensinam-se *negras a engommar, cozinhar e coser*.⁸⁹

Torna-se importante destacar a coincidência de três anúncios acima, entre seis, associarem o ensino do engomado com escravas. O aprofundamento da pesquisa ajudará a confirmar ou refutar a hipótese de que engomar foi (prioritariamente) um trabalho de escravo. Prioritariamente e não absolutamente porque os qualitativos “pessoas de cor”, “pretas”, “pardas” e “negras”, como alguns estudos tem defendido, não estavam necessariamente associados à escravidão ou à origem africana no Recife de meados do século XIX, e sim à cor da pele.⁹⁰ Além do que o primeiro anúncio indica claramente a condição de forra, bem como a de cativa, das aprendizes.

⁸⁶ Diário de Pernambuco, Recife, 24 jan. 1837. Destaque em itálico nosso.

⁸⁷ Diário de Pernambuco, Recife, 08 jan. 1853. Destaque em itálico nosso.

⁸⁸ Diário de Pernambuco, Recife, 11 jan. 1851. Destaque em itálico nosso.

⁸⁹ Diário de Pernambuco, Recife, 08 jan. 1851. Destaque em itálico nosso.

⁹⁰ Ver, por exemplo: MACCORD, Marcelo. “O rosário dos homens pretos de Santo Antônio: alianças e conflitos na história social do Recife, 1848 – 1872”. (Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual

Se mulheres forras eram instruídas por professoras particulares de primeiras letras, por que não estariam nas lojas e oficinas acima descritas? Igualmente, não é possível descartar aprendizes “negras” livres e (i)migrantes do interior da província e do exterior. Certamente mulheres brancas livres pobres/empobrecidas também compunham o público das “aulas” em lojas e oficinas, pelo menos em alguns estabelecimentos. Elas poderiam estar em oficina que não especificava a cor, a procedência ou condição jurídica do público a que se destinava:

Na officina de calçados da rua estreita do Rosário, antiga Quartéis n. 14, precisa-se de costureiras para trabalhar em borzeguins de debrum de obra; etc.; ensina-se aos que não souberem sem abatimento algum de seu ordenado: contrata-se por mez ou conforme convier as partes.⁹¹

É viável imaginar que as instrutoras ou, quiçá, os instrutores – os casos não deixam claro o sexo deles, podiam ser cativos, libertos ou livres pobres, “negros”, “pardos” ou “brancos”. Se o ensino de primeiras letras, com importância para a civilidade, estava em larga medida sob a responsabilidade de pessoas modestas e descendentes de africanos, o ensino das habilidades de “portas adentro” podia estar nas mãos de um perfil variado de instrutores, porém mais recrutados entre os subalternos. Em geral, os ofícios manuais não eram bem vistos. O silêncio dos anúncios a respeito do perfil dos instrutores corrobora com o argumento; se fossem brancos, de famílias abastadas, ou estrangeiros certamente estariam em destaque.

Das habilidades anteriormente tratadas, ensinar a cozinhar parecia ser a mais oferecida aos meninos. Deste modo, no final dos anos 1840 o Botequim Esperança recebia moleques para

de Campinas, 2001); LIMA, Tatiana S. de. “Os nós que alforriam: relações sociais na construção da liberdade. Recife, décadas de 1840 e 1850”. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, 2004).

⁹¹ Diário de Pernambuco, Recife, 20 jan. 1857.

aprenderem a ser bons cozinheiros em pastelaria e massas, ou se aperfeiçoarem neste labor, em pouco tempo.⁹² E a demanda por cozinheiros homens era expressiva justamente nos ramos de massas e padarias, como os registros abaixo indicam:

Compra-se para fora da Provincia um preto africano, moço, de bonita figura, que saiba cosinhar com perfeição tanto o diário de uma casa, como massas; ou uma escrava africana ou crioula, moça, de bonita figura, que saiba cosinhar, e faser doces com perfeição, e mais algumas prendas: também um preto africano moço com algum Officio; a bordo do Patacho Beija Flor – defronte do Caes do Collegio, a fallar com Antonio Franco de Oliveira Castro.⁹³

Precisa-se alugar um preto, que entenda do serviço de padaria, e também de um homem que entenda do trabalho de masseira: na rua Direita D. 12.⁹⁴

Precisa-se de um preto para todo o serviço de padaria, e vender pão com um homem; na Solidade n. 11.⁹⁵

Vende-se um preto de nação, bom cosinheiro para casas francezas, ou para outra qualquer ocupação; na rua do Sebo n. 53.⁹⁶

Na mesma época, pasteleiros e confeitheiros franceses faziam concorrência às sinhás doceiras, aos “negros” quituteiros e boleiros. No Recife como no Rio de Janeiro, os pasteleiros e doceiros franceses apareceram nos anúncios de jornais a partir dos primeiros anos do Império, ao lado dos produtos europeus, tais quais: latas de figos, caixas de passas⁹⁷, queijos londrinos⁹⁸, “fazendas Francezas de bom gosto, e ultima moda”⁹⁹, etc.

⁹² Diário de Pernambuco, Recife, 02 jan. 1849.

⁹³ Diário de Pernambuco, Recife, 24 jan. 1842.

⁹⁴ Diário de Pernambuco, Recife, 15 jan. 1842.

⁹⁵ Diário de Pernambuco, Recife, 18 jan. 1845.

⁹⁶ Diário de Pernambuco, Recife, 22 jan. 1845.

⁹⁷ FREYRE, Gilberto. *Açúcar: em torno da etnografia, da história e da sociologia do doce no Nordeste canavieiro do Brasil*. 3ª edição revisada aumentada. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1987, p. 91 - 92.

⁹⁸ Diário de Pernambuco, Recife, 28 jan. 1843.

⁹⁹ Diário de Pernambuco, Recife, 30 jan. 1843.

O cozinheiro francês Auguste não se limitou à extensa freguesia entre os fidalgos da Madalena e do Poço da Panela, que mantinham os olhos voltados para a França. Ele fez escola; e justamente no período da ascensão de Francisco do Rego Barros à presidência de Pernambuco, quando o Recife “afrancesou-se”. Em 1830, Auguste pronunciou-se no Diário de Pernambuco, decidindo tomar alguns discípulos para ensinar o seu ofício por causa das suas muitas ocupações.¹⁰⁰ A atitude do francês faz pensar que os aprendizes das lojas e oficinas podiam ser aproveitados como mão de obra mesmo com o término do “curso”, quando o engajamento em um estabelecimento já não pressupunha esta finalidade. Pelo século XIX adentro, aprendizes de cozinheiros podiam ser solicitados: “Na rua do Trapiche Novo numero 22. Café restaurant du commerce, precisa-se de dous ajudantes de cozinheiros, ou de dous escravos de pouca idade, que queiram aprender o officio de cozinheiro”.¹⁰¹

A historiografia internacional encontrou membros importantes das sociedades européias ensinando a criados e escravos domésticos. Susan Mosher Stuard, em estudo sobre a escravidão doméstica urbana na Ragusa medieval, apontou a existência de fidalga, Slava de Bincola, que treinava escravos para o mercado exportador.¹⁰² Existem registros de que ser confiado como criado a outra família era uma forma de aprender boas maneiras na Inglaterra e na França pelo menos do século XII até o século XVIII, quando a presença dos criados nas casas começou a ser combatida pelos reformadores sociais.¹⁰³

Em se tratando da formação ocupacional dos trabalhadores no Brasil, o francês Tollenare indicou que a prática acontecia com

¹⁰⁰ FREYRE, Gilberto. *Açúcar*, p. 91 - 92.

¹⁰¹ Diário de Pernambuco, Recife, 04 jan. 1860.

¹⁰² STUARD, Susan M. “To town to serve: urban domestic slavery in medieval Ragusa”. In: HANAWALT, Barbara A. (ed.) *Women and Work in preindustrial Europe*. Bloomington: Indiana University Press, 1986, p. 39 - 55, p. 43.

¹⁰³ BRITES, Jurema. “Afeto, desigualdade e rebeldia: bastidores do serviço doméstico”. (Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000), p. 62 - 65.

os escravos, ao escrever: “Aconselharia a um Europeo (sic) que viesse para aqui, ainda mesmo só para passar um ano, que comprasse um negro novo e o formasse à sua vontade; no fim de dois ou três meses, se a escolha não tiver sido muito feliz, já se pode dele tirar partido.”¹⁰⁴ Neste último trecho, certamente o francês estivesse se referindo à utilidade do “negro” para os trabalhos de ganho e de aluguel ou para ser vendido.

Uma razão óbvia para mulheres e homens (escrava/os, forra/os e livres pobres/empobrecido/as) ocuparem espaços de aprendizado dos labores pessoais era a presença expressiva de gente desenvolvendo muito mal as suas tarefas, ou no mínimo desempenhando-as “sofrivelmente”, como vários anúncios alegavam. Um exímio trabalhador possuía mais chances de trabalho.

Outra razão pode ser extraída das observações de Koster ao visitar uma propriedade perto da capital:

excelentes senhoras e o bom padre têm grande número de escravos que lhes pertencem exclusivamente. É a intenção alforriar a todos e, para prepará-los, muitos homens aprendem vários ofícios e as mulheres se exercitam em trabalhos de agulha, bordados e as muitas especialidades da culinária.¹⁰⁵

[Mais adiante, Koster ainda escreve:] As mulheres podem também empregar-se e ter os seus ganhos em liberdade. Fazem doces e bolos e são cozinheiras, amas e copeiras.¹⁰⁶

A subsistência dos egressos da escravidão e o interesse em explorá-los no mundo do trabalho também constituíram motivos para que os mesmos adquirissem competências laborais. A população liberta e livre pobre, mesmo podendo ser absorvida por

¹⁰⁴ TOLLENARE, Louis-François. *Notas Dominicais*. Coleção Pernambucana Vol. XVI. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, 1978, p. 201.

¹⁰⁵ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Trad. Luis da Câmara Cascudo. 2ª edição. Coleção Pernambucana Vol. XVII. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, Governo do Estado de Pernambuco, Departamento de Cultura, 1978, p. 208.

¹⁰⁶ KOSTER. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. p. 400. [] Intervenção nossa.

outros tipos de ocupações, com certeza era mão de obra potencial para os trabalhos doméstico e o mercado de serviços.

A produção acadêmica articula cada vez mais os mundos do trabalho e a educação formal e informal. No entanto, prevalece o estudo do “chão da fábrica” e até “do ensino de ofícios, ministrado para o artesanato, a manufatura (...) a indústria”¹⁰⁷, e o comércio – a exemplo dos aprendizes de caixeiros¹⁰⁸, universos que se apresentam associados aos homens.

No que concerne ao trabalho doméstico, prevalece a ideia na historiografia e no senso comum de que ele não exige uma mão de obra qualificada. Aprende-se essencialmente com a convivência, de maneira quase inconsciente e progressiva. Talvez por isso a temática não tenha se transformada em problema central para o campo da história, sendo abordada de maneira diminuta e secundária.

As pesquisas acerca do aprendizado das tarefas domésticas gravitam em torno de quatro linhas de análise. Uma delas encara o trabalho doméstico como um serviço não especializado, ou seja, ele não constituía um ofício. Dentro dessa perspectiva, merecem relevo os seguintes argumentos: “a larga utilização das cativas como empregadas domésticas deve ter servido para afastá-las dos ofícios”¹⁰⁹; “Os trabalhos domésticos eram considerados uma atividade que não necessitava de longa aprendizagem, poderia ser realizada por ‘qualquer um’, principalmente se fosse mulher”¹¹⁰.

¹⁰⁷ CUNHA, Luiz A. *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*. 2ª edição. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005, p. 2.

¹⁰⁸ CÂMARA, Bruno A. D. “Infância e caixeiragem: ritos de passagem para a idade adulta no mundo do trabalho no Recife do século XIX”. In: MIRANDA, Humberto; VASCONCELOS, Maria E. (orgs.). *História da infância em Pernambuco*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2007, p. 69 – 84.

¹⁰⁹ LIBBY, Douglas C. “Habilidades, artífices e ofícios na sociedade escravista do Brasil colonial”. In: LIBBY, Douglas C.; FURTADO, Junia F. (orgs.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, século XVII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 57-73, p. 67. O texto de Douglas Libby trata de Vila Rica no começo do século XIX.

¹¹⁰ MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura – história, cidade e trabalho*. São Paulo/Bauru: Edusc, 2002, p. 158.

Outra linha classifica as tarefas domésticas de acordo com o seu nível de especialização. Assim, estudos apontam terem comportado certa especialização os afazeres de mucamas, pajens, amas de leite, amas secas, até os serviços gerais da casa realizados por copeiras, cozinheiras, lavadeiras e costureiras, chegando às tarefas mais penosas e degradantes efetuadas pelos aguadeiros, despejadores de detritos, etc.¹¹¹

Outro campo interpretativo, ao pesquisar o acolhimento de meninas enjeitadas e órfãs em instituições assistencialistas, circunscreve a educação voltada para as mesmas no domínio do Estado, que estava preocupado em lhes dar um destino útil e socialmente aceito, longe da vadiagem e da prostituição. Então, pesquisas focalizam a instrução de meninas nos afazeres do lar dentro dos Colégios das Órfãs como parte das ações do Estado para inseri-las nos mercados matrimonial e do serviço doméstico.¹¹² Isso quando as órfãs não eram tuteladas por pessoas que na realidade queriam utilizar a mão de obra delas em diversos serviços, notadamente nos domésticos, muitas vezes compulsoriamente.¹¹³

A quarta interpretação inscreve-se no processo de emancipação dos escravos e de preparação para o trabalho livre no Brasil de 1870 em diante. A partir de então, meninas

¹¹¹ OLIVEIRA, Maria Inês Cortês de. *O liberto: seu mundo e os outros*. São Paulo: Corrupio; [Brasília, DF]: CNPq, 1988, p. 13.

¹¹² Ver, por exemplo: MARCÍLIO, Maria L. *História Social da Criança Abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998; NASCIMENTO, Alcileide C do. *A sorte dos enjeitados: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789 - 1832)*. São Paulo: Annablume: FINEP, 2008; _____. "A Roda dos Enjeitados nos embates da cultura". In: NASCIMENTO, Alcileide C. do e GRILLO, Maria Â. (orgs.). *Cultura, gênero e infância: nos labirintos da História*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007, p. 185-198; MOURA, Vera L. B. de. "Pequenos Aprendizes: Assistência à infância desvalida em Pernambuco no século XIX". (Dissertação de mestrado, Universidade Federal Pernambuco, 2003); BRITO, Rose K. "Trabalho doméstico como forma de inserção social de meninas enjeitadas no Recife (1840-1850)". In: NASCIMENTO, Alcileide C. do; GRILLO, Maria Â. (orgs.). *Cultura, gênero e infância*, p. 199-212.

¹¹³ Ver, por exemplo: AZEVEDO, Gislane Campos. "Os juizes de órfãos e a institucionalização do trabalho infantil no século XIX". *Revista Histórica*, edição nº 27, Ano 03, novembro de 2007; BOTIN, Livia Maria. "Trajetórias cruzadas: meninos, moleques e juizes em Campinas (1866 - 1899)". *Revista Histórica*, edição nº 19, Ano 02, fevereiro de 2007. Revista on-line do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

desamparadas e desvalidas teriam em Escola denominada Doméstica (CUNHA, 2005, p. 384): “Ensinaamentos práticos e valores cristãos [que] as habilitariam ‘não só para dignas mães de família ou professoras, como excelentes criadas e governantas de casa, de modo a poderem ocupar com vantagem o vácuo que a emancipação vai deixando no santuário das famílias’”. A domesticidade e o trabalho doméstico estiveram sujeitos à interferência de distintas instituições e vozes no sentido de moralizá-los, regulá-los e ordená-los.

Este estudo vem somar uma quinta linha de análise. Em primeiro lugar, relaciona o aprendizado de certas habilidades, tradicionalmente vistas como atividades domésticas, com o desenvolvimento de ofícios específicos. O ensino dos serviços pessoais tratados estava ligado às estratégias de sobrevivência das famílias pobres de instrutores e aprendizes, atingidas pela precariedade, bem como com a exploração desses trabalhadores pelos ricos e burgueses que demandavam serviços de qualidade, dentro das suas moradias e nas redes comerciais durante o desenvolvimento urbano no Recife oitocentista.

Referências

APEJE, Coleção de Petições, Escolas Particulares (1851 – 1945).

APEJE. Programa de Costuras. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1883, 3 p. (R. 3. 219 (85, cx. 19)); 830. Programa para o ensino da aula de trabalhos de agulha. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1884, 3 p. (R. 3. 228/85, cx. 19).

APEJE, Série Instrução Pública, IP 16 – 1864.

APEJE, Série Instrução Pública, IP 19 – 1866.

ARAÚJO, Maria L. V. Lojas e armazéns das casas de morada paulistas. p. 2. www.neps.ics.uminho.pt, acesso em ago./2017.

- ARRAIS, Isabel Concessa. *Teatro Santa Isabel: biografia de uma casa de espetáculos*. (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, 1995).
- ARRAIS, Raimundo. *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.
- AZEVEDO, Anna Elizabeth L. de. “O diretório pombalino em Pernambuco”. (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, 2004).
- AZEVEDO, Gislane Campos. “Os juizes de órfãos e a institucionalização do trabalho infantil no século XIX”. *Revista Histórica*, edição nº 27, Ano 03, novembro de 2007.
- BOTIN, Livia Maria. “Trajetórias cruzadas: meninos, moleques e juizes em Campinas (1866 – 1899)”. *Revista Histórica*, edição nº 19, Ano 02, fevereiro de 2007.
- BRITES, Jurema. “Afeto, desigualdade e rebeldia: bastidores do serviço doméstico”. (Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000).
- BRITO, Rose K. “Trabalho doméstico como forma de inserção social de meninas enjeitadas no Recife (1840-1850)”. In: NASCIMENTO, Alcileide C. do; GRILLO, Maria Â. (orgs.). *Cultura, gênero e infância: nos labirintos da História*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.
- CÂMARA, Bruno A. D. “Infância e caixeiragem: ritos de passagem para a idade adulta no mundo do trabalho no Recife do século XIX”. In: MIRANDA, Humberto; VASCONCELOS, Maria E. (orgs.). *História da infância em Pernambuco*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2007.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. “De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822 – 1850”. *Afro-Ásia*, Salvador, 29/30, p. 41 – 78, 2003.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822 – 1850*. Recife: Ed. UFPE, 1998.

- CUNHA, Luiz A. *O ensino de ofícios artesanais e manufactureiros no Brasil escravocrata*. 2ª edição. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005.
- Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento Geral do Império de 1872*. Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger/ Tip. Commercial, 1876, 12 vol.
- EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840 - 1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: UNICAMP, 1977; CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade*, p. 45.
- FIGUEIRA DE MELLO, Jeronymo Martiniano. *Ensaio Sobre a Estatística Civil e Política de Pernambuco*. Recife, 1852; reedição - Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979.
- FREYRE, Gilberto. *Açúcar: em torno da etnografia, da história e da sociologia do doce no Nordeste canavieiro do Brasil*. 3ª edição revisada aumentada. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1987.
- GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos 1821, 1822 e 1823*. Tradução e notas: Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. Tradução: Viviane Bosi. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil, compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias*. Tradução: Moacir N. Vasconcelos. São Paulo: Martins, Ed. USP, 1972.
- KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Trad. Luis da Câmara Cascudo. 2ª edição. Coleção Pernambucana Vol. XVII. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, Governo do Estado de Pernambuco, Departamento de Cultura, 1978.
- LIBBY, Douglas C. "Habilidades, artífices e ofícios na sociedade escravista do Brasil colonial". In: LIBBY, Douglas C.; FURTADO, Junia F. (orgs). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, século XVII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006

- LIMA, Henrique Espada. “Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX”. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 289 – 326, jul.-dez. 2005.
- LIMA, Tatiana S. de. “Os nós que alforriam: relações sociais na construção da liberdade. Recife, décadas de 1840 e 1850”. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, 2004).
- MACCORD, Marcelo. “O rosário dos homens pretos de Santo Antônio: alianças e conflitos na história social do Recife, 1848 – 1872”. (Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 2001).
- MARCÍLIO, Maria L. *História Social da Criança Abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura – história, cidade e trabalho*. São Paulo/Bauru: Edusc, 2002.
- MATTOS, Ilmar R. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MENEZES, José Luiz Mota. “A ocupação do Recife numa perspectiva histórica”. *Clio – Série História do Nordeste*, Recife, vol. 1, n. 14, p. 147-162, 1993.
- MORAES SILVA, Antonio. *Diccionario da lingua portuguesa - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*. Vol. 1. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.
- MOURA, Vera L. B. de. “Pequenos Aprendizes: Assistência à infância desvalida em Pernambuco no século XIX”. (Dissertação de mestrado, Universidade Federal Pernambuco, 2003).
- NASCIMENTO, Alcileide C do. *A sorte dos enjeitados: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789 – 1832)*. São Paulo: Annablume: FINEP, 2008.
- NASCIMENTO, Alcileide C do. “A Roda dos Enjeitados nos embates da cultura”. In: NASCIMENTO, Alcileide C. do e GRILLO, Maria Â. (orgs.). *Cultura, gênero e infância: nos labirintos da História*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

NUNES NETO, Antonio Pessoa. “Aspectos da escravidão de pequeno porte no Recife no século XIX”. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife, n.61, p. 221-240, Jul. 2005.

OLIVEIRA, Maria Inês. C. de. *O liberto: seu mundo e os outros*. São Paulo: Corruptio; [Brasília, DF]: CNPq, 1988.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

REZENDE, Antônio Paulo. *O Recife: histórias de uma cidade*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2002.

STUARD, Susan M. “To town to serve: urban domestic slavery in medieval Ragusa”. In: HANAWALT, Barbara A. (ed.) *Women and Work in preindustrial Europe*. Bloomington: Indiana University Press, 1986.

TOLLENARE, Louis-François. *Notas Dominicais*. Coleção Pernambucana V. XVI. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

SILVA, Adriana M. P. da. *Aprender com perfeição e sem coação: uma Escola para meninos pretos e pardos na corte*. Brasília: Editora Plano, 2000.

SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. “Pretas de honra: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do século XIX (1840-1870)”. (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, 2004).

ZANCHETI, Sílvio. M. “O Estado e a Cidade do Recife (1836 – 1889)”. (Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 1989).

O trabalho doméstico em Belém: entre a escravidão e liberdade (1880-1898)

Marcelo Ferreira Lobo¹

Muitos sujeitos, livres e libertos percorreram o mundo do trabalho em proximidade com o mundo do trabalho servil urbano. Em 25 de dezembro de 1881 foi publicado no *Diário de Notícias* uma nota referente a uma prisão efetuada a ordem do subdelegado do segundo distrito de Belém, fora detida a escrava Marcelina de propriedade de D. Adelina A. dos Santos. A escrava Marcelina estava alugada por alguns dias a uma mulata quitandeira moradora a Rua das Flores, trocando ofensas com a sua locadora, a “mulata ofendida em seus ébrios, e dispondo das boas graças do Sr. comandante Cícero, jurou vingar-se da atrevida...”, assim no dia 23 de dezembro às 9 horas da noite a escrava Marcelina fora detida quando fazia compras em uma taberna, tal conflito lança a imagem do mundo onde viviam duas mulheres de origem subalterna² que compartilhavam a experiência de serem pessoas de cor em uma sociedade marcadamente racializada, isto não impediu que outros elementos seccionasse a relação entre ambas, uma livre/ou forra e a outra escrava.³

¹ Doutorando do Programa de História Social da Amazônia - PPHIST/UFPA, membro do Grupo de Pesquisas Escravidão e Abolicionismo na Amazônia (GEPEAM). Bolsista CAPES. E-mail: M.Lobo2013@outlook.com.

² SLENES, Robert W. Senhores e subalternos e subalternos no Oeste paulista. In: História da Vida Privada, Companhia das Letras; 1998.

³ Diário de Notícias, 25/12/1881. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O mundo do trabalho nos oitocentos constitui-se de uma trama de relações, entre escravos, livres libertos e senhores. Patrícia de Melo Sampaio já deu indicações destes mundos inter cruzados em sua comunicação sobre o trabalho “livre” compulsório de índios e africanos livres no Amazonas.⁴

No auto de espólios⁵ da preta Luiza Antônia do Carmo falecida em 1880, temos a informação que a mesma possuía uma casa na Rua do Rosário nº 63 e entre os objetos da casa possuía dois baús, um com roupas outro com redes, duas mesas, seis caldeirões, uma gamela, um alguidar grande e três pequenos, uma bíblia e vários itens de ouro, característico de uma mulher forra, que trabalhava com venda de alimentos.⁶

Agora imaginemos a preta Luiza, vendendo comidas pelas ruas de Belém, ou mesmo alugando algum escravo para vender seus produtos. Luiza possuía uma casa que poderia ter adquirido com seu trabalho ou mesmo herdado em herança, poderia ter sido uma escrava de ganho que ao longo do tempo adquiriu sua alforria, semelhante a outras histórias e por isso verossímil.⁷ Luiza

⁴ SAMPAIO, Patrícia de Melo. *Mundos Cruzados: Etnia, trabalho e cidadania no Amazonas Imperial*. Anais do XXV Simpósio Nacional de História, 2009.

⁵ Espólios eram autos produzidos após o falecimento de alguém a quem não sabia-se da existência de familiares ou herdeiros. Frequentemente encontramos espólios de viajantes que faleciam em navios a caminho de Belém ou que estavam apenas de passagem rumo a outro destino, um caso ilustre foi o espólio do Maestro Carlos Gomes encontrado para o ano de 1896 quando faleceu em viagem a Belém.

⁶ Sobre mulheres forras no Brasil ver: FÁRIAS, Sheila de Castro. “Francisca Maria Teresa e as Sinhás Pretas no Brasil colonial”. In VAINFAS, Ronaldo; SANTOS, Georgina Silva dos; NEVES, Guilherme Pereira das (orgs.). *Retratos do Império. Trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Niterói: Ed. UFF, 2006. E também: *Mulheres negras no Brasil escravista e do Pós-emancipação*. Org. Giovana Xavier, Juliana Barreto Farias e Flavio Gomes. – São Paulo : Selo Negro, 2012.

⁷ “Tia Rufina nasceu escrava e como tal obtivera permissão para “comerciar” por conta própria no mercado, pagando uma quantia fixa ao seu senhor. Assim, conseguiu em “poucos anos” economizar e comprar a sua liberdade e a de seu filho já adulto. Depois de livre Tia Rufina não esmoreceu, continuando seu comércio, conseguindo comprar sua casa, “uma propriedade de valor, localizada numa das principais ruas da cidade”. Mas, ainda não era tudo. Sete anos depois, Bates voltou a encontrar Tia Rufina, e “ela continuava prosperando, unicamente pelo seu próprio esforço (era viúva) e o de seu filho” que trabalhava como ferreiro. Nesta ocasião, Tia Rufina empenhava-se na construção de vários “chalés num terreno baldio situado ao lado de sua casa”. O caso de Tia Rufina fora relatado In: MACEDO, Sidiane, *Daquilo que se come: uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1850- 1900)* Dissertação de Mestrado/ PPHIST/UFPA. - 2009 p. 189.

aparece pagando a décima urbana do ano de 1869, ou seja, ela já possuía uma casa há aproximadamente vinte anos antes de seu falecimento.⁸

Entre seus diversos objetos de casa também possuía dois alguidares pequenos e um grande e uma gamela, objetos que serviam de uso culinário. O cotidiano do fazer comidas para venda exigia certo grau de habilidade, seus instrumentos, tempo disponível pra produzir e vender, ir à rua, circular pela cidade. Tais mulheres permeavam o cotidiano de Belém tanto que estão presentes na literatura paraense:

“Vendedeiras de açáí passam com a gamela à cabeça, coroada pela vasilha de barro, contendo o líquido, que elas oferecem à freguesia na sólita cantiga: - E... e... eh! Açáí fresqui...i...i...nho!”⁹

A menção a cor caracteriza o status social o qual a mesma possuía diante dos olhos das autoridades policiais. Preta no século XIX é referencial a escravo, ou no mínimo a forros, muitas vezes de origem africana. Luiza vivia sobre si, morreu sozinha, não há menção a herdeiros no documento somente a pessoas a quem ela devia dinheiro, viveu o bastante para acumular vários objetos de ouro, algumas roupas, seu equipamento de trabalho, sua casa avaliada em pouco mais de um conto e vendida em leilão por dois contos e quatrocentos mil réis, faleceu em março de 1880 deixando os seguintes itens: 2 Cavaletes de pau para gomadeira, 1 mesa, 5 Pares de argolas de ouro, 1 Banco para potes, 2 panelas, 2 botões para punhos de ouro, 2 Banquinhas pequenas, 1 Caixa com louças, 2 anéis, 1 figa e 1 N. Senhora, 3 Alguidares pequenos e 1 grande, 2 Baús com roupas usadas e redes, 1 Cadeira, 1 Banquinha, 2 tabuleiros, 6 Paneiros com Cal, 1 prateleira, 6 cadeiras usadas, 1 Quadro, 1 Cristo de ouro, 1 Mesa de campanha, 1 Grilhão de Ouro,

⁸ Diário de Belém nº 68, 29/03/1869, p. 2. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Brasileira.

⁹ CARVALHO, Marques. Conto Hortência. *Apud.* MACEDO, Sidiane, Op. Cit. p.185.

1 Gamela, 1 Cordão de ouro, 1 Cama velha, 1 medalha de Bronze, 1 Banco pequeno, 1 volta de contas de coral de ouro.

Luiza possuía mais de sessenta anos quando falecida, provavelmente experimentou a escravidão e a liberdade, seu bens são os indícios de tais experiências, como vendedora, e como mulher. As experiências de mulheres que trabalhavam com venda de comidas envolviam conflitos com taberneiros,¹⁰ fregueses, e mesmo entre outras vendedoras, como no dia 22 de janeiro de 1889, quando um Juvêncio de tal depois de ter “pistcado uma gordurosa posta de piramutaba frita de uma vendeira, negou-se a pagar-lhe a importância por esta pedida” depois de muita discussão e do envolvimento do amante da quitandeira na pendenga a “medrosa e pacata quitandeira resolveu perdoar a dívida ao descarado larápio”.¹¹ Outro caso fora o de tentativa de furto, no bairro do Reduto às nove horas da noite, uma “vendedeira” estava a percorrer as ruas do referido distrito com uma gamela na cabeça contendo postas de peixe e algumas frutas, quando um homem a abordou se fazendo de freguês ela pôs a gamela no chão para atender seu cliente que logo pegou a gamela e se pôs a correr, a vendedeira fora acudida por dois carroceiros que escutaram seus gritos, conseguindo recuperar “sua carga”.¹²

Outro conflito ocorrera a bordo do vapor “Tucunaré” que partiu de Belém para Mosqueiro, abordo do vapor estava à vendedeira de doces de nome Maria, conhecida pela alcunha *beleza*, ocorreu que o encarregado do vapor entendeu que Maria não poderia vender doces a bordo, “dos que levava para negociar no Mosqueiro”, tomando-lhe o tabuleiro e o jogando na latrina das senhoras, os passageiros foram em defesa de Maria e questionaram a atitude do funcionário do navio.¹³ Um dos

¹⁰ Idem.

¹¹ Diário de Belém, nº 18. 22/01/1889, p. 2.

¹² A República, nº 90/19/11/1886, p. 4.

¹³ A República, nº 86/- 03/06/1890, p. 3.

passageiros escreveu narrando o fato e enviando ao jornal. Luiza poderia nos seus longos anos de vida ter passado por experiências semelhantes, Sidiana Macedo Costa em seu trabalho sobre a alimentação em Belém no século XIX demonstrou a grande participação de mulheres escravas e forras no comércio de alimentos em Belém.¹⁴

As quitandeiras estiveram marcadas socialmente como mulheres de costumes questionáveis, ou ao menos de vocabulário questionável, e também estavam relacionadas diretamente com o mundo da escravidão, tanto que ao ser relatado no jornal *Diário de Noticias* o desembarque de um “capitão negreiro” o título da notícia era “as quitandeiras”, relacionado às vendedoras de rua com a escravidão: “Segue no vapor Belém para essa Capital o famigerado capitão negreiro João-força; desta vez carregado de... bananas: á ele quitandeiras. Benevides, 11-09-84”.¹⁵

Em uma coluna intitulada “Bôlo e Bôla” publicado no *Diário de Belém* em setembro de 1885, o articulista apresenta a seu modo um pouco dos costumes e do cotidiano de “vendeiras” e lavadeiras de Belém. Em tom nostálgico e com um profundo ranço de preconceito ele fala das vendedoras de doces. Atribui o costume de comer doces das quitandeiras a uma memória de infância, típica de crianças que consumiam os doces de tabuleiros, assim qualquer pessoa ao ver um tabuleiro de doces sobre a cabeça de uma vendedeira se via logo com água na boca.¹⁶

As mulheres que viviam de venda de comida estavam marcadas pelas experiências da escravidão. Em 1884 faleceu na casa de seu patrão o desembargador Jose Quintino de Castro Leão, a criada Leonilha Sarmento de aproximadamente 60 anos, descrita como cozinheira e natural do Maranhão onde tinha familiares. Como fora iniciado um auto de espólios isto significa que ela não

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ *Diário de Noticias*, nº 210/13/11/1884, p. 3. HDBN.

¹⁶ *Diário de Belém*, nº 212; 20/09/1885, p. 3. HDBN.

possuía familiares em Belém, possuía uma caixa de madeira, dentro da mesma existia uma caderneta da caixa econômica com o valor do depósito de 675\$000, e mais 5\$000 em dinheiro moeda papel, quatro décimos de loteria referentes ao mês de janeiro. No restante do documento a partir de uma solicitação da certidão de batismo de Maria Das Dores que se declarava filha de Leonilha residente no Maranhão, ficamos sabendo que tanto Leonilha quanto Maria das Dores foram escravas do Alferes Antonio Iansen Ferreira casado com D. Adelina Pereira Soiero Sarmento. Enviada a “certidão” de batismo foi comprovado que Maria nasceu em 7 de abril de 1847 na província do Maranhão na cidade de São Luiz, batizada no Convento de Santo Antônio, freguesia de Nossa Senhora da Conceição, São Luiz.

Ao que parece Maria das Dores fora liberta ainda jovem, contudo sua mãe permanecera cativa. Quando do falecimento de Leonilha em 9 de junho de 1884, a primeira petição de Maria das Dores solicitando o envio dos espólios de sua mãe datam de 19 de julho, pouco mais de um mês após o falecimento, o que indica que ambas mantinham contato, e sabiam onde cada uma estava, ao verificar a assinatura na primeira petição de Maria das Dores vemos que quem assina arrogo da mesma é o senhor W. de Castro Leão mesmo sobrenome do patrão de Leonilha, ou seja a via de comunicação das mesmas era a família do patrão da mãe, que provavelmente mantinha relações de trabalho com a filha também.

Após a experiência do cativo mãe e filha acabaram por percorrer caminhos separados. E então, o que trouxera Leonilha a Belém? Possivelmente as relações já estabelecidas com a família de seu patrão na cidade de São Luiz, o que acabara por transportá-la do Maranhão ao Pará, não possuía bens além do dinheiro que havia poupado. Como criada da família possuía seu cômodo de dormir dentro da casa, sua vida pode estar em consonância com a experiência de inúmeros libertos que reajustavam suas relações de trabalho diante da liberdade, mas que permaneciam sob um regime paternalista.

Entre vadios e trabalhadores morigerados.

O recrutamento militar obrigatório, um projeto de criações e regulamento de novas penitenciárias, a criação de um Liceu de Artes e Ofícios em Belém e o Regulamento dos Serviços dos Criados, a questão dos libertos condenados enquanto escravos antes do 13 de maio, são aspectos e “ecos” do processo da abolição fruto de uma lei que pegou muitos senhores de surpresa.

LEI CONTRA OS VADIOS.

Como se sabe, o atual ministro da justiça é homem de muito espírito.

Há tempos ele estava no seu consultório da rua da Quitanda, quando foi procurado por um amigo político influente e de boa fé, que propôs a confecção de uma lei do trabalho.

- Homem, você o que deseja, disse o ilustre advogado, é uma lei contra os vadios não é?

- Exatamente; estamos num País novo, e é preciso cuidar seriamente disso.

- Mas pelo Amor de Deus meu amigo! Essa lei esta feita e é muito simples...

E Ferreira Vianna, abrindo o código criminal leu em voz alta o artigo que pune com cadeia todo vadio que, depois de admoestado pela autoridade não procura um meio de vida.

- Precisamos efetivamente de uma lei, prosseguiu ele, fechando o código e o pairando para cima da mesa, mas de uma lei que mande cumprir todas as outras.

E o amigo saiu admirado de saber que o código havia uma espada erguida sobre a cabeça dos ociosos.¹⁷

Os discursos que aparecem na imprensa paraense em finais do século XIX acabam por construir uma imagem negativada do trabalhador nacional, em uma população majoritariamente mestiça, seus hábitos, suas relações cotidianas, suas festas seus

¹⁷ Periódico: Amazônia, 20 de maio de 1888, Rolo: Diversos. Setor de microfilmagem; Biblioteca Pública do Estado do Pará.

modos de vivenciar o tempo acabam por serem transfigurados em sinônimos de vadiagem. Aos libertos do treze de maio, que viram na liberdade jurídica um rompimento com antigas formas de sujeição e tentavam vivenciar a liberdade a partir de práticas e posturas que vinham na contramão do esperado pelo governo e parte da sociedade, foram tomados como vadios, e indisciplinados.

Giralda Seyferth, ao buscar estudar os projetos de imigração para o Brasil no século XIX, vinculou estes ao projeto de formação de uma identidade nacional e a formação da nacionalidade assentada na ideia de raça, o que ela denomina de “nacionalismo étnico”, ao discutir a formação do “trabalhador nacional” os intelectuais e políticos buscavam o “tipo” mais adequado para a assimilação e branqueamento da raça nacional, criticando a imigração Alemã pelo seu caráter “fechado” de não assimilação por meio do contato com o elemento miscigenado, e por conseguinte não contribuído para o branqueamento da população, dentre os tipos europeus mais adequados para a “assimilação” e por tanto mais indicados no projeto atração de imigrantes segundo Giralda seriam os povos latinos, portugueses, espanhóis e italianos, (nesta ordem), dignos dos “ideais de civilização” e “assimiláveis”.

Para a imigração no Pará já em 1882 o *Diário de Belém* falava da necessidade de estabelecer formas de organização do trabalho livre atribuindo a imigração Europeia uma forma de resolver o problema, a transição do trabalho servil para o trabalho livre, que deveria ser tomada por medidas legais instituídas pela Assembleia Provincial, segundo o articulista: “*Ferir a dificuldade que embaraça o País inteiro, é aludir a evolução do trabalho servil para o trabalho livre, e, n’uma província de salário tão elevado, mostrar como sem o ensino profissional não pode a agricultura desenvolver-se*”¹⁸.

Para o articulista a questão de substituição do “trabalho servil” para o assalariado embora tratado como uma questão

¹⁸ Diário de Belém, 3 outubro de 1882, nº 221.

nacional deveria ser dada de modo particular pelos membros integrantes da assembleia legislativa provincial do Pará, mostrando sua opinião política contra a centralização do poder. Outro aspecto interessante é a insistência na política de se estabelecer uma educação profissional para o bem da lavoura e da indústria paraense, criticando o estado das coisas, caracterizando a sociedade como cheia de vadios:

A vadiagem é hoje uma profissão, a imoralidade campeã altiva por toda a parte e os grupos se formam aqui e ali para insultar o decoro publico com voseiras indecentes, ás quais não raras vezes assiste e aplaude a urbanidade.(...).

A capital tem recursos de outra ordem e a Câmara de Belém uma receita de tresentos contos de réis. Pois bem, aplique-a em beneficio publico e deixe que o tesouro provincial ocorra aos encargos da divida publica e vá ainda aumentar a nossa indústria e promover o nosso desenvolvimento.

Porque não habilitar o governo para franquear os nossos portos, principalmente á Açorianos e Galegos, pagando-lhes passagens e fazendo com que venham compartilhar conosco as vantagens de que aqui gozamos? Veja bem a Assembleia: *em quanto o sul não olha para nós, depende a nossa prosperidade do aumento de nossa população laboriosa* e nenhuma temos que nos convenha mais do que a portuguesa (das ilhas principalmente) e a galega pelas suas manifestas afinidades conosco e sua propriedade ao nosso clima¹⁹.

Para o articulista do *Diário de Belém* um dos meios de combater a vadiagem era a educação profissional e a forma de aumentar a população laboriosa da província era com a vinda de imigrantes portugueses, não foi à toa que nas primeiras décadas da república inúmeros imigrantes ibéricos entraram no Pará por meio de subsídios e contratos. Diante das discussões sobre os projetos imigrantistas o que mais chamou a atenção de Giralda foi o silêncio a cerca da população negra, e dos nacionais livres:

¹⁹ Idem. (grifos meus).

Por outro lado, as construções em torno do ‘trabalho livre’ (ou braço livre) – que remetem a abolição – deixam claro. Conforme frase de Carvalho (1874:189), ‘que a colonização não deve ser apenas a substituição do odioso trafico de africanos’. *Apesar da condenação explícita do escravismo, não há qualquer preocupação com o destino da população escrava, nem mesmo com os demais trabalhadores nacionais*, e o significado mais imediato de ‘trabalho livre’ é a desqualificação do negro e mestiço para o trabalho independente. Eram, pois, considerados incapazes e agir por iniciativa própria. (p46).

(...) no império, as etnias eram classificadas de acordo com a capacidade de produzir uma economia capitalista, uma agricultura moderna, que tinha como modelo o *famer* americano. *Isto não significa a inexistência de preocupações com a questão racial, mas certamente o branqueamento da população não era tão imperativo antes de 1888*. Nas primeiras décadas da republica, a formação do branqueamento a partir dos dogmas associados à ‘ciência das raças’ levou a um novo formato da classificação dos imigrantes europeus²⁰. (grifos meus)

Cabe estabelecer a relação entre racialização e a formação de um mercado de trabalho em Belém nas ultimas décadas do século XIX, tal processo também esteve marcado pela racialização e pela transição de trabalhadores escravos, libertos e livres de cor pelos migrantes e imigrantes, falo da regulamentação do serviço doméstico em Belém discutido a partir de 1888. Em 1898 quanto à imigração de barbadianos no Pará, duas notas publicadas mostravam que nem toda imigração seria bem vinda, o jornal *Correio Paraense* reclamava da dificuldade de se arranjar um criado ou uma doméstica em Belém, “*ainda mais uma branca*”, e criticava a entrada de “pretos” barbadianos que vinham para Belém trabalhar “essencialmente em serviços domésticos²¹”.

²⁰ SEYFERTH, Giralda. “Construindo a Nação: Hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização”. In: Maio, Marcos Chor et. al. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro; FIOCRUZ/CBB, 1996. P. 41-58.

²¹ *Correio Paraense*, 10/02/1898.

O fato de o articulista reclamar da dificuldade para se contratar uma doméstica branca, me possibilita inferir que embora ocorra um discurso racializado em relação ao tipo de trabalhador que se buscava, tal expectativa não se viu atingida, seja pela recusa de imigrantes brancos em exercer certos ofícios, seja pela grande demanda de empregadores tendo uma considerável oferta de mão de obra negra e nacional. Interessante foi à crônica em relação ao serviço doméstico no Rio de Janeiro publicado em 1900 ao lê-la não pude deixar de reconhecer ali elementos comuns em discursos produzidos pela imprensa paraense, se o mercado de trabalho possuía após a abolição um caráter excludente, ao menos no discurso, entre expectativas e realidades tanto o nacional quanto o imigrante suscitaram reclamações nos jornais:

De um lado os criados negros que a Abolição estragou dando-lhes a liberdade. Inferiores, alcoólicos, sem ambição, num país onde não é preciso trabalhar para viver, são torpemente carne para prostíbulos, manicômios, sarjetas, são o bagaço da canalha. De outro, os imigrantes, raças fortes, tendo saído dos respectivos países evidentemente com o desejo sempre incontentado de enriquecer cada vez mais, e por conseqüência, transitórios sempre em diversas profissões. Como ter criados? Os negros não trabalham porque não precisam. Os brancos têm ambições demais, estão temporariamente na profissão de criados. [...] O caráter transitório de criado é ainda acentuado pelo sentimento de orgulho dos servos modernos [...] Não há criados, há homens transitoriamente empregados ao serviço de outros, enquanto não arranjam coisa melhor. E a crise social do criado é uma das formas demonstrativas do progresso, do progresso geral e da alma imperialista e bárbara do futuro brasileiro, que em todas coisas quer ser chefe. Quaisquer que sejam as medidas municipais e policiais a respeito, o mal só tende a aumentar²². [...].

Sandra Graham ao estudar o cotidiano de criadas no Rio de Janeiro no final do século XIX evidência como um dos elementos em

²² JOÃO DO RIO. A Crise dos Criados. In: _____. *Vida Vertiginosa*. Edição preparada por João Carlos Rodrigues. São Paulo: Martins Fontes, 2006. pp. 91-105. Apud: Sousa, Flávia Fernandes de. Pp. 144-145.

relação à solicitação de domésticas ser constituído pelo critério da cor, e ainda que o ideal de uma criada doméstica se circunscrevia na imagem de uma moça estrangeira de “faces cor de nata e cabelo cor de milho”, no entanto, Graham também destaca que o principal elemento para a contratação de uma empregada seria a questão da boa conduta “o que contava mais era a obediência²³”.

Em 1896 ao lado do anúncio publicado na *Folha do Norte* de um moço espanhol se colocava a disposição de quem o quisesse contratar como ajudante de cozinha, porteiro, camareiro ou “outros serviços domésticos”, na mesma página também estava a seguinte oferta de emprego: “*Cosinheira, Precisa-se de uma, de qualquer nacionalidade ou cor, preferindo-se que more em casa dos patrões, à estrada de São Jerônimo n. 100, E’ para família de 2 pessoas*²⁴”. As palavras que compõem tal anúncio não foram aleatórios ou ingênuas, analisando tal anúncio de emprego de forma mais densa podemos inferir a dificuldade de se encontrar serviços que se estabeleçam de forma fixa nas residências, visto a flexibilidade da empregadora que ao solicitar uma empregada de qualquer nacionalidade ou cor, preferindo-se que more na casa do patrão, e não ‘exigindo’ que more na casa do patrão, além de não existir o pedido de atestado de boa conduta, uma família de duas pessoas indica um casal que começa a estabelecer uma vida a dois, sem filhos, talvez por isso não tão exigentes em relação à questão dos “bons costumes”.

“Quanto Se Dá Aqui Para O Balde?” As Discussões Sobre A Regulamentação Do Serviço Doméstico Em Belém.

Em 1905 o jornal *o Liberal do Pará* publica um texto que narra às atividades de Nhá Mariana, uma preta liberta na pia

²³ GRAHAM, Sandra. Proteção e Obediência: Criados e seus patrões no Rio de Janeiro (1860 -1910). São Paulo, Companhias das Letras, 1992.

²⁴ Folha do Norte, 15 de maio de 1896.

batismal em homenagem a virgem Maria de Nazareth, e que trabalhava na cozinha de uma republica de estudantes; “*Nhá Mariana gingando vagarosamente na sua saia de chita encarnada, esguia e pequenina, com o pichainhin muito surrado sob a dura escravidão de cinco grampos ferrujentos, desde que se fundou a faculdade, cozinha n’uma republica de estudantes*”²⁵, a imagem da criada negra, ora mostrada de forma afetuosa, ora de forma jocosa esteve presente em tal narrativa.

Nha mariana teve doze filhos – é a prova em que estriba os bons olhos com que o deus de setta e aljava sempre lhe guiou os impulsos do sangue fervente.

Agora esta ligada por desconto de seus pecados a um preto velho, coxo e desdentado. Foi castigo, assevera a sua supertição (danificado). Ela era muito orgulhosa, pensara que o mundo nunca se acabara para o brilho de sua juventude e deixou-se ir descendo, escorregando até as beijocas daquele negro ruim, que não trabalha mais, e nem lhe paga barraca.

Lourenço é marceneiro. Para protegê-lo, os estudantes mandaram-no fazer um armário para açúcar, restos de sobremesa, talheres, etc.

Veio a peça troncha, mal cempilhada, sem verniz, com signaes flagrantes de pregos do antigo caixão de chapéus, que fora, e assentado sobre dois grossos ganchos de pinho tosco abertos a serrote, como um banco de garapeiro.

A população cativa de Belém em finais da década de 1880 ainda constituía um número significativo, em 1888 correspondia a 24,12% da população escrava em relação ao total de cativos na província,²⁶ deve-se considerar também os libertos, pois a partir da década de 1870 os escravos adquiriram mecanismos legais para obtenção da liberdade, tendo nos tribunais de Belém um espaço

²⁵ O Liberal do Pará, 11/10/1905.

²⁶ BEZERRA NETO, José Maia. Mercado, conflitos e controle social. Aspectos da escravidão urbana em Belém (1860-1888). Revista: História & Perspectivas, Uberlândia (41): 267-298; jul/dez.2009.

para lutar pela liberdade,²⁷ e o espaço urbano atraiu essa população liberta em virtude das possibilidades de trabalho, ainda sim, o mercado de trabalho de Belém no ultimo quarto do século XIX utilizou-se largamente da mão de obra cativa, principalmente para os ditos serviços domésticos, em um breve levantamento de anúncios no jornal *A Província do Pará* no ano de 1877, pude constatar a necessidade da mão de obra cativa na capital assim como o que se esperava dela, anúncios como os que se seguem nos mostram isso:

“Precisa-se de uma preta que saiba cosinhar, lavar e engomar, quem pretender dirija-se ao escritório de Paiva & Cia., rua formosa esquina da travessa passinho.” (24/09/1877).

“No escritório do agente Oliveira indica-se quem precisa alugar uma pessoa habilitada para lavar e engomar; prefere-se escrava.” (03/09/1877).

“O agente Ballera Junior está autorizado a Comprar uma escrava de até 18 anos, de bons costumes, quem tiver pode procurar no escritório do corretor Frasão da Costa na travessa São Matheus.” (06/09/1877).

Segundo Bezerra Neto, em 1872 o quadro de trabalhadores escravos em Belém distribuía-se de seguinte modo; (os dados do censo apontam 1.500) 1.130 habilitados em serviços domésticos; 1.034 lavradores; 767 criados e jornaleiros; 62 marítimos; 37 pescadores; 873 atividades manuais e mecânicas; e 1.184 sem qualificação definida.²⁸ A utilização de mão de obra cativa além de determinar certos condicionamentos aos escravos que possuíam habilidades específica, após maio 1888, também implicou na necessidade de regulamentação de certos serviços antes prestados

²⁷ LOBO, Marcelo Ferreira. Direito e Escravidão: As ações de liberdade nos tribunais de Belém na segunda metade do século XIX. UFPA, IFCH, Faculdade de História, 2011.

²⁸ BEZERRA NETO, José Maia. Mercado, conflitos e controle social. Aspectos da escravidão urbana em Belém (1860-1888). Já citado.

largamente por escravos, como o de domésticos e de carroceiros, dos 3.831 escravos da província classificados como serviço domésticos 40,9% estavam em Belém.

Diante do quadro acima exposto posso compreender melhor a necessidade do ordenamento e a regulamentação de serviços prestados por muitos escravos após a abolição, aqui particularmente falarei dos serviços domésticos, muitos menores tutelados (filhos de pobres e escravos) acabavam servindo de criadas da casa, onde estas deveriam aprender os serviços domésticos, ao ver a grande corrida aos juizes de órfãos em 1888, posso dizer que muitos ex-senhores (porém não só estes) viram a tutela como mecanismo de arregimentar e controlar uma mão de obra, se por um lado vemos o uso da tutela como meio de acesso a mão de obra barata, por outro também vemos a partir da abolição a formação de um mercado de trabalho em relação a tais serviços, e diante da atitude de autonomia por parte dos libertos ao passarem a impor suas visões sobre o trabalho, grupos que usavam de tais serviços buscaram normatizar tais relações de modo a preservar em certo sentido sua “moral senhorial” que norteavam tais relações durante o regime escravista.

Regulamento para o serviço de criados

Grande o numero de individuos que, quando escravos, prestavam o serviço de criados, abandonou-o para empregar-se em outro do qual auferir-se mais vantagens ou para entregar-se a ociosidade.

Passando aquelle serviço a ser feito por individuos, que não oferecem n'elle a precisa estabilidade, tornou-se patente de ser regulado o mesmo serviço nesta capital, como está n'outras províncias.

No intuito de sujeitar esse serviço à prescrições que rejam os direitos e obrigações dos criados, e daqueles que deles precisão, o Dr. Chefe de policia engajou um projeto de regulamento, que submeteu a consideração desta presidência.

Reconhecendo ser de toda utilidade e mesmo indispensável cercar de garantia aos que precisão de creados, como aos que exercem essa profissão, remeti a câmara de Belém o mencionado projeto, para que, tomando-o na devida consideração consiga-se

julgar-se acertado, as suas disposições em posturas com as modificações convenientes e as submetesse a vossa aprovação²⁹.

Assim ao ler a autonomia e a recusa por parte dos libertos a trabalharem de acordo com as mesmas normas (costumes), grupos dirigentes leram tais atitudes sob a ótica da ociosidade e vadiagem, acabando por se tornar um assunto de policia, ao longo do segundo semestre de 1888 e primeiro de 1889 a proposta de tal regulamento foi discutida em alguns artigos nos periódicos de Belém onde se discutiu a questão se competiria ou não ao chefe de policia criar tal regulamento, o mesmo chefe de policia elaborou um projeto de regulamentação do serviço domestico, enviou ao presidente de província e este enviou a Câmara para ser posto em discussão o projeto foi aprovado em março de 1889.

A imprensa formou uma imagem negativada das trabalhadoras domesticas após a abolição em seis artigos publicados entre outubro de 1888 e março de 1889, o primeiro destes artigos solicitava a ação do chefe de policia em relação à confecção de um regulamento e das atitudes dos serviçais:

O Sr. Chefe de policia, que tem viajado quase todo Brasil, bem sabe que é o Pará uma das províncias, onde os flamulos são mais caros.

Nada, portanto, mais justo do que satisfazerem as exigências dos seus amos, ou ao menos, corresponderem no cumprimento dos seus deveres a carestia dos seus jornaes.

Entretanto assim não sucede, infelizmente.

Além de servir mal não oferecem garantia de seus costumes e nem tão pouco tem estabilidade de seus serviços.

No mercado publico as cozinheiras se reúnem diariamente e de balde ao braço esquecem seus deveres em prolongadas conservas, sem outro fim a não ser a vadiação, origem da maligna detração, da libertinagem e mais vícios conseqüentes.

²⁹ Relatório de Presidente de Província do Pará, 1888.

Nas tabernas, que se vem em quase em todas as esquinas de nossas ruas, fazem o seu ponto de reunião as serventes, e têm elas por motivo o mais desenfreado deboche...

Porem tudo isso pouco importaria, si ao menos servissem bem aos seus amos.

Admitida uma cozinheira ou uma servente no serviço de uma casa de família, e nem ao menos apresentam um atestado de bom procedimento!

E, se lhes perguntado por pessoas, que lhes afiancem booms hábitos, arrisca-se uma dona de casa a não ser respeitada.

Admitidas, não se lhes pode fazer uma observação, pois despedem-se incontinenti, ficando a casa abandonada e muitas vezes sem cozinheira e serventes!

Bem vê, pois, o Sr chefe de policia que é de ordem e interesse gerais o apelo que fazemos a S. Exc.

Grande serviço prestaria S. Exc. A esta província, si confecciona-se e torna-se efetivo um regulamento sobre os deveres dos flamulos e dos amos, criado a matrícula obrigatória e sujeitando uns as penas correccionais e outros a multas.

Se há algum regulamento neste sentido, não esta em vigor e é como se não existisse á vista dos abusos, que se praticam.

Conseqüentemente pedimos para este assunto a atenção do honrado Sr. Chefe de Polícia e esperamos que se não retire da administração policial desta província, sem que nos preste este serviço de garantia para todos³⁰.

O que seria esse “servir mal” a qual o articulista do jornal se refere? Trata-se do não estar de acordo com as normas sociais vigentes a décadas, da submissão; Edilza fontes fala da preferência por trabalhadoras estrangeiras (principalmente as portuguesas) em Belém durante os primeiros anos da republica, e observa a tentativa de exclusão das libertas do mercado de trabalho (serviços domésticos), segundo a autora; *“analizando os anúncios de ofertas de empregos para criadas, amas de leite, cozinheiras e costureiras, observamos um mercado definido a partir de **critérios de cor,***

³⁰ Diário de Belém, 27 de outubro de 1888.

nacionalidade e gênero”³¹, ela defende a tese de que o processo de formação do mercado assalariado em Belém foi excludente, ou melhor, pretendeu excluir os negros e negras desse mercado, para além dos critérios acima descritos, o valor em relação ao ideal de bons costumes se sobressaía como no anúncio em junho de 1888 “*Precisa-se de uma criança, de idade e capacidade, para serviço externo e doméstico de uma casa de família, menos cosinhar*” e *solicitando um fiador idôneos dos seus costumes*³².

Enquanto em outras Províncias como o Rio Grande do Sul³³, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco³⁴ os respectivos regulamentos de criados e domésticos estivessem em pauta ainda durante o regime escravista, embora também vinculados ao processo de emancipação do trabalho escravo, tais governos provinciais viam a questão como latente mesmo antes do treze de maio, para a província paraense foi a partir da Lei Áurea que tal classe de trabalhadoras passou a ser um problema a ser solucionado pelo poder policial, vinculando a uma questão de controle social e manutenção da ordem.

Ao lermos o artigo do *Diário de Belém* de 27 de outubro não vemos nenhuma menção à questão racial e sim a imoralidade e rebeldia das domésticas, atrelando as suas atitudes a “*vadição*” (uma questão de policia), desrespeito e insubordinação (ainda vinculados a uma moral senhorial), o *Diário de Notícias* também fala das domésticas, afirmado que “*quando ainda existia a escravatura. Os únicos: creados com que se podia contar, eram os escravos; extinta a escravatura, luta-se com dificuldades enormes para obter-se um creado ou uma creada para os serviços*

³¹ FONTES, Edilza. Prefere-se portuguesa: Mercado de trabalho, Racismo e Relações de gênero em Belém do Pará (1880/1896), p76. Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFPA, n.1 – 1980.

³² Diário de Belém, 2 de junho de 1888.

³³ BAKOS, Margareth. Regulamentos sobre o serviço dos criados: um estudo sobre o relacionamento Estado e Sociedade no Rio Grande do Sul (1887-1889). Revista Brasileira de História.

³⁴ HENRIQUE SILVA. Maciel.

*domésticos*³⁵. Segundo o articulista os escravos correspondiam aos sujeitos que ocupavam as atividades domésticas:

O que é fato é que o serviço doméstico nesta cidade é uma verdadeira calamidade.

Além de pagar-se bem caro, é com dificuldades inauditas que se luta para se obter uma cozinheira, ou qualquer pessoa que se ocupe dos misteres de uma casa.

No entanto, não é por falta de gente.

A facilidade com que se vive nessa terra, onde em verdade não em cara de herege, é causa deste mal³⁶.

Quantas raparigas estão por ai entregues ao vício da vagabundagem e prostituição?

Quantas não enchem esses antros de devassidão, que se chamam botequins, onde passam as noites em continua crápula?

Supomos nós que este mal afeta particularmente o município; e pois a câmara corre a obrigação de remove-lo por posturas higiênico-morais.

Prestaria com isso serviços relevantíssimos.

Diferentemente do artigo de 27 de outubro o artigo do Diário de Noticias vincula os serviços diretamente à escravidão, mas ainda sim o que se reclama é dos maus costumes, dos vícios, e dos altos salários pedidos, solicitando da câmara posturas higiênico-morais. Ana Paula de Amaral Costa destaca que a partir do termino da escravidão à legislação passou a buscar regulamentar “a vida e o trabalho da população pobre³⁷” com o intuito de manter a ordem, especialmente no espaço urbano, mas que tipo de ordem? Em novembro o *Diário de Belém* retoma a questão questionando o as considerações feitas pelo Diário de Noticias acerca de quem deveria produzir o referido regulamento: “*hora apoiou nossas*

³⁵ Diário de Noticias, 30 de outubro de 1888. Setor de Microfilmagem. Biblioteca Pública do Pará/Fundação Tancredo Neves/CENTUR.

³⁶ Idem.

³⁷ AMARAL COSTA. Ana Paula do. Regulamentação do serviço de criadagem: dominação, subordinação e resistência na cidade do Rio Grande (1887-1894). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

*considerações com relação ao serviço de criados, que notemos seu equivoco quanto à preferência das câmaras municipais para regulamentarem os direitos e obrigações da aludida classe insubordinada da nossa sociedade*³⁸. Ao falar das domésticas o articulista se refere às mesmas enquanto “classe insubordinada”, ou seja, configura uma identidade de classe a aqueles indivíduos que trabalham nos serviços domésticos, para Maciel Henrique Silva o período de termino de escravidão no império foi um momento de construção de identidades segundo ele:

Toda essa conjuntura, portanto, em que as relações entre criados e seus patrões são elevadas à condição de importante tema da agenda política nacional, é, no meu entender, um contexto ímpar da história dos trabalhadores domésticos e de sua formação enquanto classe. Não considero que a formação de uma classe ocorra exclusivamente no âmbito da política institucional, mas sim que os marcos legais de sua formação são fundamentais para visualizar este processo nos embates da vida cotidiana. Ora, o Império, com o fim da escravidão legal se aproximando, estava conferindo aos criados e criadas um sentido de classe, de grupo de trabalhadores peculiares sobre o qual as autoridades públicas precisavam agir e negociar as relações para manter a estabilidade doméstica, muitas vezes romantizada, do período da escravidão³⁹.

Para o articulista do *Diário de Belém* a classe de trabalhadoras domésticas era insubordinada, viviam nas tabernas, faziam o que lhes aprouvesse, não dormiam nas casas de seus amos e viviam em companhia de vagabundos, o que se percebe é o medo em relação às praticas sociais destes sujeitos: “*É um fato entre nós a rebeldia e o insolente procedimento dos que servem nas casas particulares: o amo é servo, e o servo é amo!*”, a inversão de papeis no jogo de forças, onde o outrora escravo deveria subserviência ao seu senhor , e a partir da abolição os valores até

³⁸ Diário de Belém, 1 de novembro de 1888.

³⁹ SILVA, Maciel Henrique. Domésticas criadas entre textos e práticas sociais: Recife e Salvador (1870-1910). UFBA, Salvador, 2011.

então vigentes acabam em riscos de desordem: “Temos certeza que o honrado senhor chefe de policia há de convir em que nossos criados vivem a rédea solta e , mais deque qualquer outra classe da sociedade, precisa de corretivos enérgicos e com eficácia”.

Ajusta-se os criados para o serviço domestico impondo com todos os atrevimentos da gente estúpida e sem a menor educação e, retiram-se sem dar a mínima satisfação.

Quando uma família pensa que tem quem lhe a sirva, nem tem cozinheira e nem tão pouco serventes: fica a braços com inúmeras dificuldades.

Estamos informando que muitas cozinheira, ao se ajustar perguntam com o maior cinismo: *quanto se dá aqui para o balde?* Quase não há serventes, que durmam em casa de seus patrões; de dia servem mal e ao cair do sol se vão para a orgia e corrupção...

Não há uma casa de família, que não tenha sofrido muitos dissabores com a repentina arribação dessa gente, que visa unicamente a libertinagem e vive sem corretivo policial.

Pedimos ao senhor chefe de policia que vá ao mercado publico para ver como se debocham as cozinheiras.

E pedíamos também a sua Exc. Que se informe de seus delegados e subdelegados do que vae pelas tavernas, onde os negros vagabundos em parceria com os marotos fazem a mais indecente troca com as serventes, que saem as ruas a mandado de seus amos.

O eixo sobre o regulamento de o regulamento de policiais sobre criados e a matricula obrigatória, daí é que dirimem os direitos e deveres dos flamulos, daí é que resultam as penas de prisão correccional e de multa, permitidas por lei. (...).

A relação entre a classe insubordinada e os ‘negros vagabundos’ é ressaltada no artigo do dia 1 de novembro, todos os valores vivenciados e negativados em relação ao espaço da rua são próprios da classe de domésticas, e o regulamento viria a frear tais práticas para que as famílias “de bem” se mantivessem em segurança, como destaca Graham os criados eram o elemento de ligação dos espaços da casa e da rua, porém, as regras que impunham limites entre tais espaços não eram mais aplicáveis se não por determinação legal diante das novas relações de trabalho.

Por fim, no final de novembro de 1888 as insistentes queixas dos periódicos de Belém acabam por mover a ação o chefe de polícia da Província o Sr. Cardoso Guimarães:

O ilustrado Sr. Chefe de polícia, quando exerceu igual cargo na província da Bahia, fez um regulamento sobre a mesma matéria, conforme os costumes daquela província; esse regulamento foi remetido por cópia para as Províncias o Rio de Janeiro e Espírito Santo, a pedido dos respectivos chefes de polícia.

A notícia que damos com prazer ao publico, no faz crer que o trabalho apresentado a sua Exc. O senhor presidente da Província, é completo e oferece o beneficio que todos aspiram.

O Diário de Belém louva ao Sr. Chefe de polícia por sua dedicação e zelo, quando se trata do interesse público.

Esperamos que sua Exc. Também realize os seus desejos, confeccionado outro regulamento com relação não só aos trabalhadores de carroças e carretas, como aos carregadores de bagagem ou empregados nos carretos.

No pensamento do Sr. Chefe de polícia se vê que s. Exc. Não visa se não a garantia policial; pois que, estando matriculado em virtude de obrigação regulamentar o aludido pessoal e sendo o mesmo sujeito a outras condições consequentes da matricula, não é para se temer qualquer tentativa de furto, o que é tão comum nesta capital.

Em toda parte há regulamento de creados e de trabalhadores em carretos, somente aqui se notava tamanha lacuna, que feliz mente se vai preencher pelos regulamentos devidos á solicitude do Sr. Chefe de polícia, a quem aplaudimos⁴⁰.

O trecho acima fala que Cardoso Guimarães já havia enquanto chefe de polícia da Bahia confeccionado um regulamento para a criadagem, e já aproveitando a ação do chefe de polícia solicitava a confecção de regulamentos para outros serviços, o fim da escravidão é muito rico neste sentido, a necessidade de se regulamentar as atividades que antes eram exercidas por escravos sem a intervenção do Estado.

⁴⁰ A Província do Pará, 20 de novembro de 1888. Setor de Microfilmagem. Biblioteca Pública do Pará/Fundação Tancredo Neves/CENTUR..

O regulamento aprovado em março de 1889, instituiu que deveria ser criado um livro de registros na câmara de Belém, onde todo aquele que quisesse exercer o ofício de Criado ou Ama de Leite deveria inscrever-se, pagando taxas, e sujeito a disposição do regulamento que determinava certas penas atribuídas a aqueles que apresentassem maus comportamentos, as penas iam de multas até a prisão, não podendo ser inscrito quem não fosse vacinado, quem sofresse de moléstia ou que causasse repugnância, aquele contra quem houver procedimento criminal, enquanto não se mostrar livre de culpa e de pena, menor sem a autorização do pai ou tutor (aqui vemos a possibilidade do tutor alugar os serviços do seu tutelado), e a mulher casada sem a autorização do marido.

Assim aqui infiro que juntamente com a questão racial, a “nova” atitude de insubordinação por parte das mulheres negras, (muitas libertas) diante dos seus senhores acabou por construir uma imagem desfavorável a estas, enquanto trabalhadoras ordeiras e disciplinadas, segundo a historiadora Edilza Fontes:

O perfil deste mercado de trabalho está acentuado em preconceito racial, em relação à ama de leite negra. Observe-se que as relações no interior da casa sofreram modificações na medida em que as libertas foram colocando obstáculos às formas de exploração de sua força de trabalho, na medida em que as denúncias de vadiagem destas negras são provas de que houve uma negação por parte das libertas em manter relações de trabalho nos mesmos moldes que seus antigos senhores pretendiam estabelecer no pós-abolição⁴¹.

Para Edilza Fontes o processo de regulamentação do serviço doméstico em Belém foi marcado para além da questão de controle social e disciplinarização do trabalho por aspectos raciais, em seu estudo sobre os imigrantes portugueses em Belém, a partir de um levantamento de anúncios de empregos no período de 1884 a 1903

⁴¹ FONTES, Edilza. “Preferem-se português (as)”: Trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará(1885-1914). Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2002, p. 184.

constatou que de 673 anúncios, cerca de 10% (64) destes correspondiam a ofertas de emprego nos quais se solicitavam a partir de critérios de nacionalidade, neste caso os 10% tratavam-se de portuguesas, ainda sim quais eram os critérios de seleção dos outros 90% dos anúncios? O mercado de trabalho em relação ao serviço doméstico em Belém passou a ser disputado por migrantes nacionais (cearenses), os nacionais locais visto que os outrora escravos não desapareceram subitamente, e entre imigrantes de diversas nacionalidades, entre portugueses, espanhóis e italianos, que longe de se deterem nos núcleos coloniais também circulavam pelas ruas de Belém.

Para os serviços de criadas Fontes levantou 112 ofertas de empregos deste modo temos 57,14% das ofertas de emprego solicitando portuguesas, e outros 42,86% que não apresentam tal especificidade, ainda sim como a própria autora salienta muitos destes imigrantes trabalhavam em estabelecimentos de outros portugueses, também indicando a preferência por pessoas entre a faixa etária de 12 a 18 anos idade, interessante perceber que a faixa etária indicada por Fontes esta próxima da faixa de muitos menores tutelados após a abolição da escravidão, muitas vezes os periódicos da capital indicavam o uso da tutela como forma de obter criadas e empregadas gratuitamente, logo parte da demanda de serviços domésticos poderia ter sido suprido por menores tutelados muitos destes filhos de libertos como indico mais adiante.

Teriam mesmo as mulheres negras sido excluídas deste mercado de trabalho após a abolição? Aline Malcher levantou a partir de registros de casamentos cíveis entre espanhóis em Belém no período de 1897 a 1920, dados de 341 registros de nubentes espanholas, dos quais 276 estavam classificadas como serviços domésticos/prendas domésticas, tal categoria poderia abarcar inúmeros tipos de serviços, entre lavadeiras, cozinheiras⁴², em um

⁴² LIMA, Aline K. M. A Imigração Espanhola na Cidade de Belém: Um olhar a partir de documentos Cíveis de Casamento (1897-1920). 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de História, UFPA 2014.

artigo publicado no jornal *Folha do Norte* de 1896, o articulista reclamava dos altos valores cobrados pelos espanhóis na prestação de serviços domésticos.

“S. Redactor, - Se lhe parecer de alguma utilidade publica, peço sua atenção para este assumpto. Vem para aqui esses immigrantes, pela maior parte analfabetos e boçaes, dispondo quase que só da prestabilidade braçal, fugidos da miséria e da horrorosa escravidão militar europea, e aqui chegados, no fim d’algum tempo, conhecedores da terra e da frouxidão das leis (pois *que nem mesmo um regulamento temos para a criadagem*), *impõem-nos os seus caprichos, exigindo as mulheres, por exemplo, até cem mil réis mensaes por seos parcos serviços domésticos*⁴³.

A questão do serviço doméstico em Belém também esteve presente nas folhas da capital em 1896, sob a epigrafe de “regulamentação do serviço doméstico” o jornal *Folha do Norte* retomava a questão:

Não é a primeira vez que apellamos para os poderes do Estado, solicitando a salutar, necessária e inadiável medida, de regulamentar na capital o serviço domestico, tão irregular quanto danoso para todos, sem uma garantia para os patrões, subordinados uma verdadeira prepotência dos serviçais, que nenhuma obrigação contratam para com aquelles, ao passo que d’elles tudo exigem e a tudo obrigam, na mais conde(danificado) imposições, sem uma lei que trace um limite a sua desmarcada ambição.

Quando em toda parte esta medida é uma realidade palpitante de vantagens comum e deplorável que o Pará, que se preza de caminhar na vanguarda do progresso e da ordem na Republica, permaneça impassive ante as praticas abusivas dos serviçaes, que muitos prejuizos nos causam, oferecendo um atestado de menosprezo dos públicos poderes pela causa colletiva.

A assembleia legislativa da antiga província votou em 1889 uma lei no sentido da regulamentação dos serviços domésticos, que devia ser cumprida pelo município.

⁴³ Folha do Norte, 10 de Março de 1897. p. 3

É tempo de pô-la em pratica, a exemplo do que acaba de fazer a intendência Municipal do distrito federal, com o dec. n. 284 de 15 de junho de 1896, cuja integra é a seguinte⁴⁴:

O que o articulista aponta é para a atitude indisciplinada e os péssimos serviços prestados pelos trabalhadores domésticos em Belém e para a não efetiva ação do regulamento aprovado em março de 1889, afinal teriam os imigrantes também se mostrados “inaptos” para tais serviços, ou seriam as expectativas dos patrões ainda enraizadas em uma moral senhorial? Ainda em 1898 a questão do trabalho doméstico se apresentava como algo ligado a questão da raça quando o articulista do *Correio Paraense* reclama da dificuldade de se encontra uma empregada branca.

Ainda sim por mais que o critério étnico tenha sido um dos elementos que configuravam o mercado de trabalho em Belém, pode-se verificar que muitos tipos exerciam tais atividades, de 14 mulheres trabalhadoras em serviço domésticos que apareceram na sessão de óbitos nos jornais temos 4 pardas, e 4 brancas (as demais não havia menção a cor), duas portuguesas, sete paraenses, uma amazonense, três cearenses e uma sem naturalidade especificada, oito faleceram por tuberculose⁴⁵. Apresento tais dados apenas com o intuito de mostrar a diversidade e de sujeitos que exerciam tais atividades.

O conto “O filho de Gabriela”, de Lima Barreto, tem um tom verossímil ao falar de Gabriela, que prestava serviços domésticos a sua “ama”, mas que ao solicitar uma folga para levar seu filho ao medico teve seu pedido negado e então pediu demissão, a fala da ama faz uma referencia a antigos modos ou costumes próprios das relações de trabalho, “*Os filhos de vocês agora tem tanto luxo. Antigamente criavam-se atoa; hoje é um deus nos acuda; exigem*

⁴⁴ Folha do Norte, 12 de julho de 1896, nº 194. p. 3

⁴⁵ Dados extraídos da sessão de óbitos dos jornais: Folha do Norte 06/02/1896; 24/05/1896; 27/05/1896; 28/05/1896; 25/06/1896; 26/07/1896. *Correio Paraense* 22/12/1893. *O Democrata* 11/03/1890; *O Pará* 06/01/1898, 20/02/1898.

cuidados, tem moléstias... fique sabendo: não pode ir amanhã”, ao falar “antigamente criavam-se atoa”, a ama de Gabriela remetia-se a um passado onde a relação de trabalho era, em tese, de sujeição do escravo (a), a partir de 1888 tais relações se tornam menos claras entre tais sujeitos.

“Durante um mês, Gabriela andou de bairro em bairro, a procura de aluguel. Pedia lessem-lhe anúncios, corria, seguindo as indicações, a casa de gente de toda espécie. Sabe cozinhar? Perguntavam – sim, senhora, o trivial – Bem e lavar? Serve de Ama? – Sim, senhora; mas se fizer uma coisa, não quero fazer outra. – Então, não me serve, concluía a dona da casa. É um luxo... Depois queixam-se que não tem aonde se empreguem...”. (grifos meus) ⁴⁶.

O trecho acima transcrito do referido conto remete a uma nova atitude por parte de Gabriela, e aqui eu indico por parte dos libertos, ao se negar a prestar vários serviços ao mesmo tempo, ela esta se negando a agir como as escravas, carregando a sua noção de trabalho, temos aí duas visões uma enraizada em uma moral senhorial e a outra em busca de autonomia e efetivo domínio do tempo de trabalho, quando o articulista do Diário de Noticias fala que “*Os únicos: creados com que se podia contar, eram os escravos; extinta a escravatura, luta-se com dificuldades enormes para obter-se um creado ou uma creada para os serviços domésticos*⁴⁷”, ela fala de costumes antigos que passam a não serem respeitados após a abolição, já em outro artigo publicado no dia 1 de novembro de 1888 o articulista dizia o seguinte “*Estamos informando que muitas cozinheira, ao se ajustar perguntam com o maior cinismo: quanto se dá aqui para o balde?*”, o que ele chama de cinismo é apenas a visão de autonomia que a liberdade inculcia nestes sujeitos, neste sentido apresentei o conto sobre Gabriela

⁴⁶ BARRETO, Lima. O filho de Gabriela. In: Liberdade até agora: Uma Antologia de Contos/ Org. Coelho, Eduardo & Debelliam, Marcio. Rio de Janeiro; Móbile, 2011. Conto publicado originalmente em 1926.

⁴⁷ Diário de Noticias, 30/10/1888. p. 2.

tão próximo a verossimilhança, e que foi o reflexo na literatura de tais conflitos, assim a literatura firmou discursos e representações inerentes ao contexto das primeiras décadas após o fim da escravidão.

Considerações Finais

A regulamentação do serviço doméstico em Belém apenas tornou-se uma necessidade debatida largamente na imprensa paraense após a abolição da escravidão, as atividades de cozinheiras, lavadeiras, criadas, amas de leite em grande parte eram exercidos por escravos e libertos e livres de cor, o que teve termino com a Lei Áurea foi mais do que a escravidão, a política de domínio sob a força de trabalho passaria a enfrentar cada vez mais as vontades destes sujeitos que conscientes de sua liberdade, autonomia, e mesmo ante a precariedade das condições de trabalho buscavam os espaços que lhes conferissem uma melhor condição.

Em 26 de janeiro de 1913 no jornal O Estado do Pará, em uma pequena nota era noticiado a ameaça de greve que as lavadeiras de Belém promoveram, em virtude da ação da intendência municipal de Belém de mandar uma carroça apreender as roupas estendidas ao sol nos arredores de Belém.⁴⁸ As antigas práticas de trabalho do regime escravista já não estavam em consonância com os ideias de civilização e higiene pesando pelo intendente Antônio Lemos, uma política higienista que colocava as margens a população pobre da capital Paraense.

Por fim as práticas de regulamentação do serviço doméstico no Brasil mostraram-se heterogêneas em diferentes capitais, no caso de Belém ao que parece foi uma lei que não pegou, seja pela insurgência das criadas ou mesmo pela tentativa dos senhores de não submeterem tal relação ao domínio do Estado.

⁴⁸ Jornal O Estado do Pará, 26/01/1913, p. 2.

Referências

- AMARAL COSTA, Ana Paula do. Regulamentação do serviço de criadagem: dominação, subordinação e resistência na cidade do Rio Grande (1887-1894). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.
- BAKOS, Margareth. Regulamentos sobre o serviço dos criados: um estudo sobre o relacionamento Estado e Sociedade no Rio Grande do Sul (1887-1889). Revista Brasileira de História.
- BARRETO, Lima. O filho de Gabriela. In: Liberdade até agora: Uma Antologia de Contos/ Org. Coelho, Eduardo & Debelliam, Marcio. Rio de Janeiro; Móbile, 2011. Conto publicado originalmente em 1926.
- BEZERRA NETO, José Maia. Mercado, conflitos e controle social. Aspectos da escravidão urbana em Belém (1860-1888). Revista: História & Perspectivas, Uberlândia (41): 267-298; jul/dez.2009.
- FÁRIAS, Sheila de Castro. “Francisca Maria Teresa e as Sinhás Pretas no Brasil colonial”. In VAINFAS, Ronaldo; SANTOS, Georgina Silva dos; NEVES, Guilherme Pereira das (orgs.). *Retratos do Império. Trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Niterói: Ed. UFF, 2006.
- FONTES, Edilza. Prefere-se portuguesa: Mercado de trabalho, Racismo e Relações de gênero em Belém do Pará (1880/1896), p76. Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFPA, n.1 – 1980.
- FONTES, Edilza. “Preferem-se português (as)”: Trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará(1885-1914). Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2002.
- GRAHAM, Sandra. Proteção e Obediência: Criados e seus patrões no Rio de Janeiro (1860 -1910). São Paulo, Companhias das Letras, 1992.
- JOÃO DO RIO. A Crise dos Criados. In: _____. *Vida Vertiginosa*. Edição preparada por João Carlos Rodrigues. São Paulo: Martins Fontes, 2006. pp. 91-105.

- LIMA, Aline K. M. A Imigração Espanhola na Cidade de Belém: Um olhar a partir de documentos Cíveis de Casamento (1897-1920). 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de História, UFPA 2014.
- LOBO, Marcelo Ferreira. Direito e Escravidão: As ações de liberdade nos tribunais de Belém na segunda metade do século XIX. UFPA, IFCH, Faculdade de História, 2011.
- MACEDO, Sidiane, Daquilo que se come: uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1850- 1900) Dissertação de Mestrado/PPHIST/UFPA. - 2009 p. 189.
- SAMPAIO, Patrícia de Melo. Mundos Cruzados: Etnia, trabalho e cidadania no Amazonas Imperial. Anais do XXV Simpósio Nacional de História, 2009.
- SEYFERTH, Giralda. “Construindo a Nação: Hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização”. In: Maio, Marcos Chor et. al. Raça, Ciência e Sociedade. Rio de Janeiro; FIOCRUZ/CBB, 1996. P. 41-58.
- SILVA, Maciel Henrique. Domésticas criadas entre textos e práticas sociais: Recife e Salvador (1870-1910). UFBA, Salvador, 2011.
- SLENES, Robert W. Senhores e subalternos e subalternos no Oeste paulista. In: História da Vida Privada, Companhia das Letras; 1998.
- XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana B.; GOMES, Flavio (Orgs.). Mulheres negras no Brasil escravista e do Pós-emancipação. São Paulo : Selo Negro, 2012.

Correlações escravidão-liberdade na organização do trabalho doméstico livre em Salvador no final do século XIX

Marina Leão de Aquino Barreto¹

A Câmara Municipal de Salvador aprovou, em 30 de dezembro de 1886, um regulamento sobre direitos e deveres dos trabalhadores domésticos livres ou libertos, estabelecendo a necessidade de matrícula destes empregados na Secretaria de Polícia.² A matrícula não era obrigatória e somente aqueles que trabalhassem em estabelecimentos comerciais estariam sujeitos a punições por não a efetivarem. Ainda assim, estima-se que ao menos 1.500 pessoas tenham se matriculado entre abril de 1887 e janeiro de 1893.

O final do século XIX no Brasil foi marcado pela aprovação de regulamentos municipais em diversas províncias que tinham como foco o ordenamento do trabalho doméstico e o controle das relações trabalhistas entre patrões e criados. Dentre elas estão cidades como Desterro (1883), Pelotas (1886), São Paulo (1886), Recife (1887), Rio Grande (1887) – além de diversas outras cidades do Rio Grande do Sul (entre 1887 e 1889) –, Rio de Janeiro (que

¹ Mestranda em História Social do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal da Bahia e bolsista do Cnpq. E-mail: marina.labarreto@gmail.com.

² Regulamento criados, 05/01/1887, Paço da Câmara Municipal de Salvador, APEB, Polícia, Maço 1417.

contou com inúmeros projetos de lei para o mesmo fim entre 1881 e 1888) e, evidentemente, Salvador (1887).³

Nesta última, já havia um histórico de tentativas de controle e regulação de outro grupo de trabalhadores, os ganhadores, ao longo do século XIX.⁴ No ano de 1880, foi posto em prática um regulamento para a matrícula dos cantos de trabalho dos ganhadores que possuía diversas semelhanças em relação ao dos criados de 1887. A exigência do registro, a forma como eram descritos os trabalhadores dos dois grupos, o órgão que ficou responsável pela matrícula – a Secretaria de Polícia – indicam um modelo geral adotado pelas autoridades soteropolitanas no controle dos trabalhadores e no ordenamento do trabalho na cidade.

Esses regulamentos municipais se inserem em um contexto mais amplo, onde o processo da abolição tem um papel importante no desenvolvimento de novas ideologias sobre o trabalho e na transformação do próprio conceito de trabalho e trabalhador. A necessidade de regulamentos de controle laboral e combate a vadiagem passam a figurar como pautas importantes no cenário político das últimas décadas do século XIX.⁵

É a partir desse contexto de suspensão aos trabalhadores, sobretudo negros, que podemos entender o porquê da escolha da Secretaria de Polícia como principal instituição responsável pelo

³ Sobre os regulamentos de trabalho doméstico em outras partes do Brasil ver: BAKOS, Margaret. "Regulamentos sobre o serviço dos criados: um estudo sobre o relacionamento Estado e sociedade no Rio Grande do Sul (1887-1889)." *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n/c, n/c, p. 94-04, (1984); COSTA, Ana Paula do Amaral. "Trabalhadores do setor doméstico na cidade do Rio Grande". *Cadernos do LEPAARQ*, vol. 11, n° 22, p. 408-414, (2014); SBRAVATI, Daniela. "As libertas e o trabalho doméstico em Desterro". In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 10, 2013, Florianópolis/SC. Anais... Florianópolis, UFSC, 2013, p. 1-7 (Anais eletrônicos); SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. *Nem mãe preta, nem nega fulô: Histórias de trabalhadoras domésticas em Recife e Salvador (1870-1910)*. Jundiá: Paco Editorial, 2016; SOUZA, Flavia Fernandes de. "Entre nós, nunca se cogitou de uma tal necessidade": o poder municipal da Capital e o projeto de regulamentação do serviço doméstico de 1888". *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, n°5, 2011, p. 29-48.

⁴ Sobre o regulamento dos ganhadores de 1880 ver: REIS, João José. "De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição." *Afro-Ásia*, n° 24, p. 199-242, (2000).

⁵ CHALHOUB, Sidney. "Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX)." *História Social*, n° 19, p. 33-62, (2010).

controle e fiscalização das relações de trabalho. No caso do trabalho doméstico, apesar de os criados não serem um grupo exclusivamente negro, sua expressão é majoritária.⁶ E esse não é o caso somente de Salvador: em grande parte das cidades do país havia uma presença expressiva de negros no setor doméstico.⁷

Além disso, o próprio imaginário social vinculava a profissão doméstica ao trabalho escravo ou aos egressos do cativo. Camillia Cowling, ao discutir os fundos de emancipação, verificou que, para as elites, os sentidos da liberdade de ex-escravas estavam fortemente vinculados à expectativa de se tornarem criadas domésticas.⁸

Apesar de um pouco anterior ao período estudado, em 31 de agosto de 1852, o jornal maranhense *O Constitucional* publicou uma reclamação sobre projeto da Câmara dos Deputados de implementar em diversas capitais uma taxa anual para posse de escravos pois, segundo o jornalista “é muito apertar com os cordeis em um paiz, onde não ha criados de servir que possão substituir os escravos, nem probabilidade de os mandar vir de fóra sem grandes sacrificios, porque os emigrados que chegão da Europa, achão aqui meios de subsistencia mais lucrativos que os que lhes poderia offerecer semelhante emprego”.⁹ O texto faz uma relação direta, ao menos nas capitais, entre a propriedade escrava e o uso desses trabalhadores como criados domésticos.

Além disso, o tratamento do trabalho doméstico como parte da alçada policial pode estar ligado a constante suspeição dos empregadores em relação a esses trabalhadores. A relação patrão/criado era uma relação complexa que envolvia de um lado um

⁶ Pelo menos 88,1% da população era preta ou mestiça, como veremos mais para frente do texto. Nessa porcentagem não foram incluídos os brancos, caboclos, acabocladados e morenos nem os quase brancos.

⁷ Olhar trabalhos citados na nota 7 sobre trabalho doméstico.

⁸ COWLING, Camillia. “O Fundo de Emancipação ‘Livro de Ouro’ e as mulheres escravizadas: gênero, abolição e os significados da liberdade na Corte, anos 1880”. In: XAVIER, Giovana. FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012.

⁹ *O Constitucional* : Folha Política, Litteraria e Commercial (MA), 31 ago. 1852, p. 1. <http://memoria.bn.br/docreader/823317/319>, acesso em 27 jul. 2018.

intenso acesso destes a vida privada e íntima daqueles, mas sempre sob uma lógica de subserviência. Por isso, eram frequentes nos jornais da época matérias, crônicas ou textos opinativos tratando de casos que colocassem a classe dominante em constante alerta contra seus criados. Em um conto publicado no jornal baiano *A Lanterna*, em 30 de janeiro de 1883, dois personagens conversam sobre um plano secreto de casamento e a personagem feminina alerta ao pretendente “Falle baixo; olhe que seo criado está ouvindo tudo”.¹⁰

Outro texto publicado no jornal baiano *Leituras Religiosas* no dia 18 de agosto de 1889 instrui as donas de casa aos princípios que deve seguir uma mãe de família nos cuidados de seu lar: o terceiro princípio denominado “que nada ande em desmaselo” afirma que “ella deve, portanto, ir por toda parte, ver que tudo esteja limpo, que nada desapareça de suas vistas, ou se suma, mandar fazer a tempo os concertos necessários, não deixar que os creados esperdicem coisa alguma. A vigilância é um dos principaes deveres da mãe de familia”. Ou seja, os criados eram sempre passíveis de cometer erros, desleixos ou imprudências na casa de família e cabia a suas patroas manter a vigilância constante sobre o lar e sobre os empregados.¹¹

Ainda mais comum eram referências a roubos praticados pelos criados a seus patrões. No dia 2 de julho de 1877, o jornal de Alagoinhas *A Verdade* publicou um conto literário, situado na Itália, em que a mulher de um lorde inglês é sequestrada e este dá 250 mil francos para o seu criado de confiança para pagar o resgate, o qual ao invés de fazê-lo foge para os Estados Unidos com o dinheiro, sem o menor embaraço.¹² Ainda que este conto não trate da realidade brasileira, o fato de ter sido publicado em um

¹⁰ *A Lanterna* (BA), 30 jan. 1883, p. 4. <http://memoria.bn.br/DocReader/826715/16>, acesso em 27 jul. 2018.

¹¹ *Leituras Religiosas: Publicação Semanal* (BA), 18 ago. 1889, p. 8. <http://memoria.bn.br/DocReader/239488/147>, acesso em 27 jul. 2018.

¹² *A Verdade: Propriedade de uma Associação* (BA), 02 jul. 1877, p. 2. <http://memoria.bn.br/DocReader/817724/6>, acesso em 27 jul. 2018.

jornal de Alagoinhas demonstra que aquela obra fazia parte do imaginário social de seus leitores.

Mas não faltam exemplos de vinculações entre criados e roubo no contexto brasileiro do período: no dia 1^o de abril de 1882 o mesmo jornal publicou uma notícia de que os principais suspeitos de um roubo a joias ocorrido na casa imperial eram um criado de quarto do imperador, um criado particular e um ex-criado do palácio.¹³

Outro importante recurso jornalístico era a publicação de piadas. Há inúmeras anedotas e piadas envolvendo os trabalhadores domésticos. Seja para contextualizar ou para servir de objeto central do recurso humorístico, esses trabalhadores eram evocados de diferentes formas e envolvidos em inúmeras situações. As vezes a comicidade estava na estupidez ou voluptuosidade dos criados, como na piada em que em uma agência de criados de servir apresentam a um senhor uma “rapariga do campo, um pouco ingênua para os seus dezesseis anos” e lhe pergunta com que trabalha. Ela responde que pode cuidar de crianças, ser cozinheira e ama. Ele então lhe pergunta: “Ama? então já é mãe?” e ela lhe responde que “ainda não, mas posso aprender!”¹⁴

Ou no caráter subserviente destes trabalhadores, como na piada intitulada “Desempenhou” publicada pelo jornal Vinte e Um de Maio no dia 30 de outubro de 1886 em que um criado que vai cuidar de um doente é instruído a não o contrariar de forma alguma e à noite quando o doente exclama “Não era melhor que eu morresse, meu Deus!” o criado responde “Por certo! No estado em que o senhor se acha, estava muito melhor no cemiterio”.¹⁵

Ou ainda nos desmandos e abusos a que estavam submetidos. A piada publicada no jornal Echo Amargoense no dia 9

¹³ *A Verdade: Propriedade de uma Associação* (BA), 01 abr. 1882, p. 2. <http://memoria.bn.br/DocReader/817724/14> acesso em 27 jul. 2018.

¹⁴ *Jornal de Notícias* (BA), 07 fev. 1891, p. 1. <http://memoria.bn.br/docreader/222216/105>, acesso em 27 jul. 2018.

¹⁵ *Vinte e Um de Maio* (BA), 30 out. 1886, p. 4. <http://memoria.bn.br/docreader/827045/4>, acesso em 27 jul. 2018.

de junho de 1890 conta a história de um avarento que havia acabado de se enforcar quando o criado corta a corda que lhe estava presa ao pescoço e o senhor avarento lhe cobra mil reis por ter cortado a corda ao invés de tê-la desatado.¹⁶

As piadas e anedotas mais frequentes são sobre roubos por eles praticados, evidenciando o estereótipo dos criados como malandros ou inescrupulosos. Esse foi o caso da piada do jornal *O Alabama* do dia 6 de julho de 1867, na qual o autor joga com a matemática para contar uma piada onde um cego dispõe suas garrafas de licor de um dado modo e não se dá conta de que, ao rearranjá-las de forma diferente, o criado lhe estava a surrupiar sua bebida sem que percebesse.¹⁷

Enfim, as inúmeras referências nos jornais da época expressam valores e imaginários dos grupos dominantes em relação aos trabalhadores domésticos. Esse clima de suspeição foi um dos fatores que deve ter criado um ambiente propício para a aprovação do regulamento em Salvador no ano de 1887. Mas enquanto em outros locais, como o Rio de Janeiro,¹⁸ as discussões parlamentares foram bastante acirradas, em Salvador não houve nenhuma discussão sobre o projeto proposto pelo presidente da Câmara na reunião de 30 de dezembro de 1886.¹⁹ O regulamento foi aprovado sem objeções e por unanimidade pelos onze vereadores presentes.

Essa maior aceitação dos vereadores baianos pode ser explicada, em parte, por uma experiência anterior posta em prática pelo Chefe de Polícia, que expediu no dia 20 de abril de 1885 uma Circular a todos os subdelegados da capital que dizia o seguinte:

Sentindo-se ha tempos nesta capital a precisão de uma medida qualquer e sendo presentemente de absoluta necessidade

¹⁶ *Echo Amargoense : Periodico Imparcial, Litterario, Noticioso , e Commercial* (BA), 09 jun. 1890, p. 3. <http://memoria.bn.br/docreader/827002/19>, acesso em 27 jul. 2018.

¹⁷ *O Alabama: Periodico Critico e Chistoso* (BA), 06 jul. 1867, p. 8. <http://memoria.bn.br/docreader/818968/12>, acesso em 27 jul. 2018.

¹⁸ SOUZA, “Entre nós, nunca se cogitou de uma tal necessidade”, p. 29-48.

¹⁹ *Actas das Sessões da Camara de Salvador, 1885-1891*, AHPMS.

fazer-se um arrolamento policial das pessoas de ambos os sexos, que empregam-se no serviço de criados, não só para mediante providencias preventivas, garantir os amos de quem partem constantes e variadas queixas; como também áquelles que algumas vezes são despedidos das casas maltratados, famintos e sem receber os seus salarios; recommenda a vmce. que proceda, com urgencia em seu districto ao arrolamento dos creados, casa por casa, onde os houver, com todas as declarações que entender necessarias, e bem assim, que previna aos alugadores que não devem tomar criados a seu serviço que não apresentem attestados serios das casas de que tiverem sahido, os quaes terão o visto da policia, e a estes de que em quanto não se regularizar os contractos de locação de serviços, façam pelo menos um trato particular, competente assignado e testemunhado, de formam que sejam elles garantidos em seus direitos e pessoas.²⁰

A Circular foi publicada seis dias depois pelo jornal cachoeirano O Guarany, que comentou que esta providência “ha muito sentida, é de toda utilidade e esperamos que o sr. dr. chefe de policia estenda a até este districto, onde a difficuldade é grande para obter-se criados de bom comportamento e existe crescidissimo numero de individuos ociosos, de verdadeiros malandros, sem nenhuma occupação”.²¹

Se pela Circular a matrícula é entendida como uma garantia recíproca de direitos tanto para criados como empregadores, já que visava garantias tanto aos “amos de quem partem constantes e variadas queixas; como também áquelles que algumas vezes são despedidos das casas maltratados, famintos e sem receber os seus salarios”, no comentário do jornalista sobre “o crescidissimo numero de individuos ociosos, de verdadeiros malandros, sem nenhuma occupação” vemos que havia um forte interesse, pelo

²⁰ O Guarany: *Jornal Noticioso, Litterario e Commercial*, 26 abr. 1885, p. 1-2. <http://memoria.bn.br/DocReader/231991/543>, acesso em 27 jul. 2018.

²¹ O Guarany: *Jornal Noticioso, Litterario e Commercial*, 26 abr. 1885, p. 1-2.

menos de parte dos empregadores, em colocar em prática o regulamento. Com isso não queremos dizer que não houvesse ganho para os criados, mas é possível que suprisse melhor aos interesses dos patrões. Pelo menos foi o que aconteceu com o regulamento de 1887, como veremos a seguir.

Não temos notícias se a circular do chefe de polícia foi posta em prática, mas ela deve ter favorecido a aprovação do regulamento dois anos depois. Pelo menos já demonstrava uma predisposição da Secretaria de Polícia à ideia de matricular os trabalhadores domésticos. Fato é que em 30 de dezembro de 1886 o regulamento foi aprovado e sua publicação já se deu seis dias depois em 5 de janeiro de 1887. Não por acaso, esse foi o mesmo ano em que se realizaram 74% das nomeações de capitães dos cantos de trabalho dos ganhadores, resultante do regulamento dos ganhadores de 1880, pela mesma secretaria.

Apesar das limitações práticas, o regulamento dos criados foi utilizado até pelo menos os primeiros anos republicanos na cidade. Ele estabelecia que os matriculados deveriam se apresentar todo ano na Secretaria de Polícia para atualizarem os dados da matrícula, mas apenas encontramos registros de 1887 e 1893.²² O regulamento era composto de 27 artigos e controlava diversos aspectos das relações de trabalho entre os empregadores e os criados de servir.

Ainda que tenha sido uma inegável forma de controle destes trabalhadores, o regulamento também previa algumas “vantagens” para os matriculados. Se por um lado, os deveres ali previstos não dependiam da situação de matrícula, os direitos eram restritos aos devidamente matriculados, o que talvez tenha contribuído para a iniciativa dos trabalhadores em se registrar.²³ Mas, em realidade, os direitos dos trabalhadores domésticos permaneciam bem precários.

²² Totalizando 897 matrículas e 26 rematrículas

²³ Em relação à quebra de contratos antes de terminado seu prazo, por exemplo, os empregados tinham de pagar uma multa de 20\$000 ou passar 4 dias na prisão. Isso valia tanto para quem estava inscrito quanto para quem não havia se matriculado na Secretaria de Polícia. No entanto, no que

Ainda assim, existia um amparo legal para demissão por justa causa, que, todavia, só valia para quem estivesse inscrito na Secretaria de Polícia. Eram consideradas justas causas para os empregados saírem do emprego antes do prazo estipulado por contrato:

10^a - Serão consideradas justas causas para a retirada, antes de findo o prazo certo do contracto: 1^o enfermidade grave do locador do serviço q[ue] o inhabilite para presta-lo; 2^o falta de pontual pagamento do seu salario; 3^o maus tratos feitos pelo amo ou por pessoa de sua familia; 4^o exigencia de prestação de serviço para q[ue] se não tiver ajustado, ou de actos offensivos da lei e dos bons costumes.²⁴

Os patrões que não cumprissem com essa disposição estariam sujeitos a 20\$000 de multa ou 4 dias de prisão. Mas, por certo, os patrões também possuíam direitos de justa causa:

12^a - Serão consideradas justas causas para a despedida da pessoa que locou o seu serviço, antes de findo o prazo certo do contracto: 1^o enfermidade de que sobrevenha e prive a pessoa de prestar convenientemente o serviço para que ajustou-se; 2^o Vício de embriaguez; 3^o infidelidade nas contas; 4^o impericia notoria p[ar]a desempenhar o serviço contractado; 5^o recusa de presta-lo; 6^o calumnia, injuria, offensa e falta de respeito devido, tanto contra o amo como contra pessoa de sua familia.²⁵

Empregados que descumprissem a postura estariam sujeitos também a 20\$000 de multa ou 4 dias de prisão. Pode parecer que os direitos e deveres, bem como as punições por descumpri-los, tanto dos empregados quanto dos empregadores, eram similares. No entanto, uma multa de 20\$000 réis pesava muito mais para um trabalhador doméstico do que para seu empregador, já que este era, mais ou menos, o valor do salário mensal médio de um criado. Ademais, como já dito, todos os criados, independentemente de

dizia respeito aos direitos, caso um/a criado/a não se matriculasse, ele não teria qualquer tipo de direito assegurado.

²⁴ Regulamento criados, 05/01/1887, Paço da Câmara Municipal de Salvador.

²⁵ Regulamento criados, 05/01/1887, Paço da Câmara Municipal de Salvador.

estarem inscritos, estavam sujeitos às punições, mas somente tinham direitos aqueles devidamente matriculados.

Por fim, a punição para os empregadores possuía uma ressalva: “Se antes da despedida for pago o salário do locador do serviço pelo tempo que faltar para preenchimento do prazo, não terá aplicação esta postura”. Isto é, se o empregador resolvesse despedir um/a criado/a sem justa causa e antes do fim do contrato, ele podia simplesmente pagar o valor referente ao tempo de trabalho que faltasse e estaria livre de qualquer penalidade. Ao menos na letra da lei, os empregadores tinham mais direitos assegurados do que os empregados.

Mas somente pelo regulamento não é possível averiguar de que forma essa legislação foi utilizada na prática. É possível, inclusive, que esse regulamento tenha permanecido mais como uma formalidade do que como um instrumento legal amplamente acionado por ambas as partes. No livro de matrículas, por exemplo, só há cinco ocorrências registradas: três criados que apresentaram suas cadernetas para matrícula; o registro de que Maria Luiza da Conceição tirou passaporte para Hamburgo, provavelmente para acompanhar seu empregador que era cônsul da Suécia; e o registro de uma apreensão de caderneta por roubo realizado por Belisario Antonio de Souza a seu patrão Rodolpho Jatahy (mas não há informações detalhando o ocorrido).

Ainda assim, formalidade ou não, a impressão do Chefe de Polícia à época, Domingos Rodrigues Guimarães, sobre o resultado das matrículas foi bastante positiva. Ele enviou ao presidente da província o seguinte ofício:

Tenho a satisfação de communicar a V. Ex^a que tem sido regularmente postas em execução por esta secretaria as posturas municipaes de 5 de janeiro do corrente anno, concernentes a inscripção de pessoas livres ou libertas, que se destinam, em geral, a qualquer serviço domestico, sendo que essa execução vae produzindo os mais lisongeiros resultados; porquanto, não só, até esta data, já se achão inscriptos, 1166 individuos, que receberam

gratuitamente as respectivas cadernetas, como também têm sido, com a necessária solicitude, atendidas todas as reclamações, quer dos locadores, quer dos locatários de serviços, relativamente aos seus direitos e obrigações, na conformidade do disposto nas ditas posturas.²⁶

Ainda que possa conter exageros, o chefe de Polícia não está de todo errado em relação ao êxito das matrículas. Apesar de só termos tido acesso a 897 matrículas, acreditamos que os números do chefe de Polícia estão corretos, por isso consideramos que devem ter havido pelo menos 1507 matriculados entre 1887-1893.²⁷ Se levarmos em conta os inúmeros empregadores que se envolveram na matrícula de seus criados, em uma cidade que possuía – se utilizarmos os dados do censo de 1872 – cerca de 95.000 habitantes livres nas suas freguesias urbanas, mesmo com os devidos ajustes temporais, o número de pessoas que o regulamento mobilizou é razoavelmente expressivo. Ainda mais se considerarmos que a matrícula não era uma medida obrigatória.

²⁶ Correspondência do Chefe de Polícia ao Presidente da Província, 20 jul. 1887, Secretaria de Polícia, APEB, Polícia.

²⁷ Além do livro de matrículas que está enumerado de 1-779 (com os números 774-779 duplicados) há um conjunto de matrículas avulsas enumeradas da seguinte forma: 1135-1221, 1232-1249 (com duplicação do 1234-1237). Apesar das duplicatas, a matrícula avulsa de número 1166 é de 20 de julho de 1887, mesma data em que a correspondência do chefe de polícia ao presidente da província foi enviada. Acreditamos que o livro de matrículas é uma cópia de matrículas que devem ter sido originalmente realizadas de forma avulsa e depois transcritas no livro em 1887. Este fato é corroborado por uma ata da Câmara Municipal do dia 14 de abril em que o chefe de Polícia solicitou quatro livros e cinco mil cadernetas para a matrícula dos criados e na ata consta que até o momento já tinha sido enviado um livro (provavelmente o que tivemos acesso) e mil cadernetas. Por algum motivo que nos escapa a compreensão, a cópia no livro de matrículas só foi feita até o nº526 no ano de 1887. As outras possivelmente permaneceram avulsas e parte delas deve ter se perdido ao longo do tempo ou pode estar escondida em alguma série documental do Arquivo Público do Estado da Bahia. Em 1893, quando houve uma nova matrícula, o registro continuou a partir do nº 527 e provavelmente daí se originou esta confusão de numerações fora de ordem. Por essa lógica, teríamos então, pelo menos 1252 matrículas do ano de 1887 (contando com as repetições de 1234-1237) e 258 do ano de 1893 (527-779 e cinco repetições). Considerando que desse total existem três matrículas repetidas (pessoas que voltaram em 1893 para rematrícula e receberam novos números de identificação e por isso foram contabilizadas como rematriculados nas análises deste trabalho), teríamos um total de 1507 matriculados. Por isso, para efeitos de avaliar o impacto das matrículas na cidade, consideramos esse número.

Para efeitos da pesquisa histórica, um conjunto com dados a respeito de 897 trabalhadores de uma categoria, mesmo que não represente a população total de domésticos da cidade, já nos traz informações e nos permite análises ricas a respeito desse universo. Ainda mais considerando os tipos e a quantidade de informações que o registro nos fornece: nome, filiação, naturalidade, estado civil, idade, profissão, nacionalidade descrição física (cor, estatura, formato do rosto, cor e tipo dos olhos e sobrancelhas, formato e tamanho do nariz, tamanho da boca e dos lábios, marcas de doença e qualidade dos dentes, cicatrizes e defeitos, marcas étnicas e sinais característicos),²⁸ nome do empregador, endereço de trabalho, data da matrícula, além de informações residuais que não aparecem em todas as matrículas, em maior ou menor grau, como tempo de serviço no local atual de trabalho, salários, grau de alfabetização, descrições psicológicas, dentre outros.

A categoria criada/o de servir abrangia uma série de atividades que, anos depois, foram excluídas da alçada doméstica (a limpeza em hotelarias, por exemplo), e passou a contemplar apenas aquelas exercidas no interior dos lares. Essa amplitude da categoria doméstica se dava, possivelmente, além do tipo de trabalho, pelas distinções menos claras entre o público e o privado naquela sociedade.²⁹

Essa diversidade de ocupações refletia também as condições de habitação nas cidades. Havia um número expressivo de serviços que mais tarde seriam oferecidos por companhias públicas e privadas, mas que, no período, tinham que ser cumpridos por criadas e criados. Por isso, além dos serviços de cozinha, limpeza da casa e cuidado com as crianças, era demandado aos/as criados/as o cumprimento de tarefas como carregar água, lavar

²⁸ A grande preocupação das autoridades em descrever fisicamente os matriculados, além de servir como forma de identificá-los em um período que não havia fotos para fazê-lo, só reforça o argumento de que estes trabalhadores eram alvo constante dos esforços de controle por parte das autoridades.

²⁹ DE MATOS, Maria Izilda Santos. "Do público para o privado: Redefinindo espaços e atividades femininas (1890-1930)." *Cadernos Pagu*, n° 4, p. 97-115, (2008).

roupa nos chafarizes, cuidar dos aparatos para iluminação dos lares e fazer compras.

Essa última inclusive, parece ter sido uma atividade bastante rotineira no cotidiano de trabalho de muitos criados pois inúmeras são as referências nos jornais a essas atividades. Como no jornal *Alabama* de 25 de novembro de 1879 em que um anúncio de venda de cestas afirmava que elas eram “muito grandes e fortissimas para os creados levarem enfiadas no braço as compras”,³⁰ ou um trecho de um artigo de opinião da *Revista Democrata* de 30 de novembro do mesmo ano sobre a necessidade de legislar sobre a venda de carnes verdes: “vae o creado a o açougue, e quem o mandou tem certeza de em breve estar elle volta, porque a carne verde está d’alli a dous passos; pois bem, volta o creado: - a carne era má, o peso illegal, elle reclamou... insultaram-n’o, feriram-n’o. Isto não é uma phantasia, é um quadro real, é uma scena de todos os dias”.³¹

Apesar de a intenção do autor ao dizer que isso é uma cena de todo dia seja enfatizar os abusos dos donos de açougue diante da falta de fiscalização, para nós, a indicação da verossimilhança do acontecimento interessa para nos transportar ao cotidiano de trabalho dos criados à época. O fato de não existir formas de acondicionar carne verde nas residências atesta que a cena do trabalhador doméstico indo ao açougue cotidianamente deve estar próxima do que de fato ocorria.

Assim, além dos serviços internos à casa, uma série de tarefas era exercida no espaço da rua. Ainda que no século XIX algumas interferências nesse cenário já viessem sendo feitas pelos agentes públicos, sobretudo em decorrência do fortalecimento e propagação dos discursos sanitaristas, ele só vai começar a mudar mais

³⁰ *O Alabama: Periodico Critico e Chistoso* (BA), 25 nov. 1879, p. 3. <http://memoria.bn.br/DocReader/818968/47>, acesso em 27 jul. 2018.

³¹ Como era chamada a carne fresca, sem ser seca. Por sinal, a necessidade de regulação dos açougues foi um assunto bastante debatido pelos vereadores da Câmara Municipal, diferentemente do projeto de registro dos criados de servir. *Revista Democrata* (BA), 30 nov. 1879 p. 2. <http://memoria.bn.br/docreader/820644/44>, acesso em 27 jul. 2018.

intensamente a partir do século XX, com a canalização da água, advento de energia elétrica nos lares, que vai efetivamente transformar o cotidiano de lavadeiras, engomadeiras, cozinheiras, dentre outras ocupações. A preocupação com a mortalidade infantil e com as formas de contágio de doenças também serão responsáveis por modificar as formas de aleitamento e cuidados com as crianças, o que terá grande impacto no trabalho das amas.³² E isso iria redefinir toda a lógica e os conceitos de público e privado na sociedade como um todo e sobretudo na vida de muitos trabalhadores.

Ainda assim esse foi um processo lento e gradual. De toda forma, o conceito de trabalho doméstico, na década de 1880, diferia bastante de sua concepção atual, dizendo respeito tanto à natureza das atividades quanto aos locais em que eram exercidas. E, embora preponderante, o termo não era utilizado somente em relação aos trabalhos de limpeza, pois há matriculados como Eleuterio Antonio de Souza, ferreiro; Henrique Manoel Porcino, caixeiro dos bondes da Vehiculos Economicos; e os empregados do Hotel Müllem, Domingos José do Nascimento – carapina –, Boaventura Manoel do Carmo – oficial de segeiro –, Fortunato Candido da Costa – marceneiro –, Luiz da França – pintor – e o alemão Johann Hoppe, chapeleiro.³³

Apesar da diversidade de ocupações, elas eram sexualmente demarcadas, como veremos a seguir. O trabalho doméstico é muitas vezes associado ao universo de trabalho feminino. No caso dos matriculados, 611 (68,1%) eram mulheres e 286 (31,9%) homens, demonstrando uma prevalência relevante de mulheres, ainda que o número de homens não seja inexpressivo.

³² DE MATOS, Maria Izilda Santos. "Do público para o privado: Redefinindo espaços e atividades femininas (1890-1930)", p. 97-115.

³³ Registro da Secretaria de Polícia da Bahia para inscrição das pessoas que sendo livres ou libertas queiram trabalhar como empregados domésticos, 31/03/1887, Paço da Câmara Municipal de Salvador, op. cit.

As mulheres, em geral, eram um pouco mais velhas do que os homens. Elas possuíam, em média, 30 ± 11 anos enquanto eles possuíam 26 ± 9 .³⁴

Os matriculados mais jovens em ambos os sexos tinham apenas doze anos: dois rapazes e duas moças, todos matriculados no ano de 1893. Entre estas meninas, uma era branca e polonesa, de nome Laurentina Simas e trabalhava como copeira na residência de Manoel Joaquim Leite Galvão. A única outra matriculada nessa residência foi a brasileira fula de 28 anos, Esperança Maria do Espírito Santo.

A outra menina era brasileira e preta, de nome Maria Luzia e trabalhava como ama seca. Os meninos, Lioncio da Silva e Manoel da Costa foram descritos genericamente como criados, este pardo e aquele fula. Lioncio foi descrito ainda como de “olhos agaiatados”.³⁵ Eles e Maria Luzia foram os únicos três criados que declararam trabalhar para Fernando Correia Dantas, nas Mercês, indicando uma preferência desse empregador por trabalhadores demasiadamente jovens.

Entre os matriculados mais velhos estão a brasileira preta Floriana da Cruz, cozinheira de setenta e seis anos e Jorge Liberato de Mattos, africano com mais de oitenta anos e empregado do Hotel Müllem que não declarou o ofício no qual se ocupava. Vale destacar que as idades dos outros empregados do estabelecimento variam entre quinze e quarenta e um anos e todos declararam em que se ocupavam. Jorge foi o único africano e sem declaração de ofício e sua idade é bastante díspar dos demais. Infelizmente não contamos com o tempo de serviço nem com outro tipo de

³⁴ O sinal \pm é utilizado para indicar o desvio padrão das médias de idade.

³⁵ Essa foi uma descrição utilizada na matrícula de mais dois homens brancos entre 20-30 anos. Como nos jornais da época o termo “gaiato” foi encontrado apenas em sua significação pejorativa, acreditamos que talvez o matriculante quisesse ressaltar uma certa irreverência e malandragem desses três jovens, todos homens e de cores claras. Talvez homens de pele mais escura não se sentissem tão à vontade para exprimirem olhares “agaiatados” dentro da Secretaria de Polícia. Ou essa fosse uma forma de reforçar a suspeição em indivíduos que não tinham em suas peles, diferentemente dos pretos, o estereótipo da criminalidade para os grupos dominantes.

informação que nos ajude a entender melhor sua situação. Mas é possível que seus laços com o dono do hotel, Gustavo Müllem, remetam há vários anos e não é improvável que Jorge tenha sido escravo dele ou de algum familiar.

O caso de Jorge é um dos vários que nos dão indícios de que muitos criados possivelmente possuíam um vínculo recente e direto com a escravidão. Entre os matriculados é possível que uma quantidade razoável de pessoas fosse liberta ou filha de alforriados (tendo nascido depois da alforria de seus pais ou mesmo após a lei de 1871, se configurando como ingênuos).

Infelizmente, os registros não discernem os livres dos libertos. Curioso é o fato de que apenas uma das matriculadas deu informação sobre sua condição jurídica. Na matrícula de Antonia Candida Maria de Sousa, do ano de 1887, consta que “foi escrava – libertou-se em São Paulo – tem uma filhinha”. A moça de vinte e quatro anos era natural de Vila do Pesqueiro em Pernambuco. Era acaboclada, de olhos pretos e cabelos crespos. Mas por que de todos os matriculados, esta mulher foi a única a declarar (ou a única em que o matriculante se preocupou em registrar) a sua condição de liberta?

Segundo Chalhoub, era comum durante o século XIX que pessoas de cor fossem presas por suspeição de serem escravas fugidas.³⁶ Por isso, pessoas que não permaneciam no mesmo lugar em que adquiriram sua liberdade estavam mais sujeitas a serem confundidas com escravos. Esse fato talvez explique porque Antonia Candida declarou sua situação jurídica ao chefe de Polícia, para dar ciência às autoridades da sua condição de liberdade e evitar problemas no futuro.

O caso de Antonia Candida é o único auto evidente. Mas há indícios em outras matrículas que podem nos fazer refletir sobre a condição jurídica dos matriculados. Entre os africanos, por

³⁶ CHALHOUB, Sidney. "Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX).", p. 33-62.

exemplo, ainda que alguns possam ser africanos livres, é muito provável que grande parte deles fossem libertos.

Há três casos em que essa hipótese fica mais evidente: o primeiro, é da africana Bernarda Maria Cardozo, engomadeira de sessenta anos que declarou trabalhar na casa de Antonio de Oliveira Cardozo Guimarães. Como já foi dito, era comum que os alforriados adotassem o sobrenome de seus ex-senhores, e esse pode ter sido o caso de Bernarda. Ainda que ela tenha declarado trabalhar há cinco anos na casa de seu patrão, é possível que esse seja o tempo de serviço em sua nova condição jurídica como liberta, já que o regulamento previa apenas a matrícula de pessoas livres ou libertas.

O segundo caso é o de Gertrudes Maria de Britto Alves, cozinheira de quarenta e cinco anos, que tinha “nas fronteiras os sinais próprios de sua nação”, seguramente trazida de forma ilegal ao país, já que nasceu depois de 1842. Seu empregador, Manoel Joaquim Alves, também compartilha do mesmo sobrenome e Gertrudes declarou trabalhar em sua casa “há muitos anos”.

O último caso de africanos é o mais emblemático. O pasteleiro de cinquenta anos, Job Devoto, de cabelos e barbas já grisalhas e com escarificações étnicas no rosto, assim como Gertrudes, deve ter sido trazido ao país já durante a ilegalidade do tráfico.³⁷ Ele declarou trabalhar para o empregador, de mesmo sobrenome, Alfredo Devoto “há muito tempo”.

Alfredo foi juiz de paz da freguesia de São Pedro e posteriormente delegado de polícia. Alguns anos depois, em 1915, o encontramos trabalhando como chefe de seção do município, quando ganhava 4:800\$000 réis.³⁸ Apesar de não possuímos informações

³⁷ Na realidade, dos treze africanos, seguramente seis foram trazidos ilegalmente pois suas idades variam entre vinte e nove e cinquenta e dois anos, ou seja, chegaram depois de 1831 e pelo menos a mais jovem chegou ao país depois de 1850. Isso se calculamos a partir da data de nascimento. Considerando que as pessoas teriam vindo em idades posteriores, o que possivelmente foi o caso, teríamos uma quantidade ainda maior. O que só reforça o fato já amplamente estudado do intenso fluxo do tráfico nas décadas de 30 e 40 do oitocentos. Chalhoub, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

³⁸ *A Notícia: Nosso Programa - nossa rota, nosso escopo* (BA), 07 ago. 1915, p. 5. <http://memoria.bn.br/DocReader/720160/1734>, acesso em 27 jul. 2018.

sobre o salário de Job, considerando que os matriculados registrados ganhavam entre 4\$000 e 40\$000 réis em 1893, fica evidente a disparidade de salários na relação patrão/empregado – ainda que houvesse variações no grau de desigualdade.

Independentemente da condição jurídica dos africanos, se livres ou libertos, fato é que sua condição legal era bastante restrita, muito pior das que enfrentavam os libertos ou criados livres brasileiros.³⁹ Quando escravos, eram considerados como propriedade e quando libertos, eram admitidos como estrangeiros o que lhes negava qualquer direito de cidadania brasileira.⁴⁰

Esses e outros casos presentes nas matrículas exprimem a complexidade da vida, das relações sociais e de trabalho das mulheres e homens que compunham a categoria dos trabalhadores domésticos na cidade de Salvador nas últimas décadas do século XIX. Em um período de diversas transformações políticas para o país, é relevante analisar de que forma se configurava a experiência prática e cotidiana da população, e de que forma e em que grau suas vidas influíam e eram influenciadas por esse contexto. No caso aqui analisado, essas vivências são ainda mais intrincadas por se tratarem de um grupo socialmente precarizado e com experiências de liberdade complexas e vulneráveis ao projeto de sociedade e de Estado que vinham sendo postos em prática pelos grupos hegemônicos do país.

³⁹ Os africanos que comprovavam ter chegado após a lei de 1831, o que raramente se deu antes de 1850, eram enquadrados como “africanos livres” e ficavam sob tutela do Estado por 14 anos, exercendo trabalho obrigatório, em condições muitas vezes tão precárias quanto a dos escravizados. Ou seja, mesmo africanos reconhecidos como livres não tiveram qualquer direito de cidadania, nem experimentaram a liberdade, sendo tutelados e controlados pelo Estado. Sobre esse assunto ver: MAMIGONIAN, Beatriz Galotti. “O Estado nacional e a instabilidade da propriedade escrava: a lei de 1831 e a matrícula dos escravos de 1872”. *Almanack*, Guarulhos, nº 2, p. 20-37, (2º semestre de 2011). Os criados também tinham restrições de seus direitos políticos na constituição pois não tinham direito a voto em nenhuma instância. Ver no Capítulo IV de: Brasil, *Constituição Política do Imperio do Brazil*, de 25 mar. 1824. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm, acesso em 27 jul. 2018.

⁴⁰ Sobre as restrições de cidadania aos africanos libertos ver: DA CUNHA, Manuela Carneiro. *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 99-111.

O quadro exposto é apenas uma pequena parte da pesquisa, ainda em andamento, que vem sendo desenvolvida durante meu mestrado. A intenção é a partir da análise desses dados, traçar os perfis dos trabalhadores desta categoria tão diversa em ocupações – de amas de leite a moços de hotel – e com características bastante distintas entre si. Levando em conta clivagens de gênero, raça, idade, classe e condição jurídica, será possível estabelecer diferenças significativas dentro deste universo de trabalho, ainda que a marca da precariedade seja perceptível nos mais diferentes grupos (informações sobre salários, escolaridade, marcas de doença e problemas dentários são alguns dos exemplos que nos possibilitaram analisar essas condições), demonstrando que a liberdade não era pressuposto de condições satisfatórias de vida e trabalho.

Além desta caracterização geral, vem sendo feitas também análises mais minuciosas, tornando possível entrever algumas relações de parentesco entre os matriculados, manutenção de elementos culturais africanos, e vínculo dos criados com um passado de escravidão (indicadas pela investigação dos sobrenomes dos matriculados, de seus pais e/ou de seus patrões, juntamente a informações sobre tempo de serviço e outros dados residuais).

Estas análises contribuem para a compreensão a respeito das relações de trabalho, dinâmicas de poder e formas de organização do trabalho doméstico livre em Salvador, bem como busca apontar continuidades, rupturas e interconexões entre escravidão e liberdade no mundo do trabalho à luz da Abolição e do fim do Império.

Referências

BAKOS, Margaret. "Regulamentos sobre o serviço dos criados: um estudo sobre o relacionamento Estado e sociedade no Rio Grande do Sul (1887-1889)." *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n/c, n/c, p. 94-04, 1984.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHALHOUB, Sidney. "Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX)." *História Social*, nº 19, p. 33-62, 2010.

COSTA, Ana Paula do Amaral. "Trabalhadores do setor doméstico na cidade do Rio Grande". *Cadernos do LEPAARQ*, vol. 11, nº 22, p. 408-414, 2014.

COWLING, Camillia. "O Fundo de Emancipação 'Livro de Ouro' e as mulheres escravizadas: gênero, abolição e os significados da liberdade na Corte, anos 1880". In: XAVIER, Giovana. FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012.

DA CUNHA, Manuela Carneiro. *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 99-111.

DE MATOS, Maria Izilda Santos. "Do público para o privado: Redefinindo espaços e atividades femininas (1890-1930)." *Cadernos Pagu*, nº 4, p. 97-115, 2008.

REIS, João José. "De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição." *Afro-Ásia*, nº 24, p. 199-242, 2000.

SBRAVATI, Daniela. "As libertas e o trabalho doméstico em Desterro". In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 10, 2013, Florianópolis/SC. Anais... Florianópolis, UFSC, 2013, p. 1-7 (Anais eletrônicos).

SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. *Nem mãe preta, nem nega fulô: Histórias de trabalhadoras domésticas em Recife e Salvador (1870-1910)*. Jundiá: Paco Editorial, 2016.

SOUZA, Flavia Fernandes de. "Entre nós, nunca se cogitou de uma tal necessidade': o poder municipal da Capital e o projeto de regulamentação do serviço doméstico de 1888". *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, nº5, 2011, p. 29-48.

***O tempo da infância:* narrativas de trabalhadoras domésticas**

Luísa Maria Silva Dantas¹

O trabalho doméstico infantil, atualmente considerado uma das piores formas de trabalho infantil², pode ser um dos exemplos mais emblemáticos da interseccionalidade (Crenshaw, 2002) das opressões de raça, gênero e classe que conformam as histórias e realidades brasileiras. No entanto, o que este empreendimento antropológico pretende é chamar atenção para as nuances e complexidades que constituem diferentes atividades que podem ser classificadas como trabalho, mas que também são vivenciadas e sentidas como momentos de brincadeira, aprendizagens e cuidados.

Se a infância não pode ser entendida e imposta enquanto um modelo universal que exclui milhões de crianças (Schuch, 2009), o que é trabalho e o que é aprendizagem e cuidado também devem ser postos à prova de experiências e narrativas que podem ampliar e questionar as normativas das agências multilaterais. O trabalho doméstico infantil (TDI) realizado na própria casa pode ser

¹ Pós-Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Bolsista Pós-doutor Júnior/CNPq e pesquisadora do Núcleo de Antropologia Visual da UFRGS. E-mail: luisadantas1@gmail.com.

² Vide Convenção 182 (1999) – Proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para a sua eliminação. Fonte: <http://www.oitbrasil.org.br/node/518>. Acesso em: 06/12/2017, às 15h48.

colocado em igualdade ao TDI realizado na casa de terceiros na forma de *ajuda* ou com remuneração?

Este artigo busca colocar em evidência duas narrativas biográficas (Eckert, 1998) de trabalhadoras domésticas, uma da cidade de Belém/PA e outra de Salvador/BA, em que o *tempo da infância*, (re)significado e (re)construído no presente, posto que elas tinham as idades de 53 e 55 anos no momento da pesquisa, tomou importante relevância. Essa abordagem teórico-metodológica constitui a realização de uma etnografia da duração (Eckert e Rocha, 2011) em que para *durar*, as protagonistas de nosso trabalho elaboram narrativas que ritmam diferentes densidades, de acordo com a intensidade dos tempos vividos e pensados por elas.

Francisca: nas malhas da domesticidade

Francisca é uma mulher branca, de 53 anos, oriunda da vila São Joaquim do Itaquara, do município de Baião/PA, localizado a 275 km da capital, Belém. Chegou à casa de sua *madrinha*/patroa com aproximadamente 10 anos de idade, portanto permanece com esta família há mais de 40 anos. Antes dela, duas irmãs também já passaram pela casa de outras mulheres da família da *madrinha*, mas casaram e constituíram seus núcleos familiares, diferentemente de Francisca que é solteira e não tem filhos.

Ela explica que sua mãe, que juntamente ao pai eram lavradores, decidiu lhe deixar na casa da família na capital para substituir o *lugar* da irmã que estava casando, alegando que ali ela teria melhores condições, argumento associado a uma alimentação diária e ao estilo de vida urbano. Francisca concorda em certa medida, posto que na zona rural trabalhava na roça e saía para pescar com os pais, sem a garantia de uma boa refeição por dia. Contudo, ela alega que aquele trabalho era permeado por brincadeiras com os demais irmãos e pelo cuidado e aprendizado

que recebia dos pais, bem diferente do que viria a tornar-se seu cotidiano na casa da madrinha.

No “interior” Francisca alega que trabalhava, mas sem uma jornada ou rotina pré-estabelecida, pois se estivesse sem disposição poderia negociar com os pais e irmãos. Já em Belém, de início ela encantou-se com a fartura de alimentos, pela possibilidade de assistir filmes e brincar com os filhos da *matroa* (madrinha + patroa), mas com o passar do tempo começou a *ajudar* nos afazeres domésticos, até assumir de forma completa as atividades reprodutivas da família.

Eu ajudava. Aí todo mundo saiu uma vez e não tinha quem fizesse a comida. Isso foi interessante! Aí, pô, mas todo mundo saiu, eu pensei no almoço: Quem vai fazer o almoço? A menina tinha ido embora passar as férias e não voltou mais! Arranjaram uma outra, mas não deu certo. Aí eu disse: Eu vou já fazer o almoço! Peguei, tinha tudo lá, né, eu ficava só olhando, desde cedo eu já, já tava cozinhando. Então, às vezes, eu varria uma casa, as outras coisas eu não sabia fazer. Aí, eu digo, vou já fazer o almoço! Peguei o bife, botei no vinhad’alio, peguei os temperos lá, misturei, a única coisa que eu errei é que eu botei couve, alface, no arroz, fiz uma salada! Mas o bife, pra primeira vez, ficou bom! Com o tempo eu fui aprendendo. Eu tinha uns 11 anos já. Eu fiquei menstruada com 11 anos. Eu era menina, né, aí foi assim, eu fui me adaptando, eu já estudava no Dom Bosco, estudava à noite, fazia o primário, estudava com bolsa, o primeiro ano a Lienne pagou pra mim, aí eu não passei! Aí eu fui lá com a freira, aí a freira arranhou uma bolsa pra mim, que eu estudei todo o primeiro grau, maior e menor, com bolsa. (*Francisca, 06/05/2008*)

Francisca conseguiu conciliar o serviço doméstico na casa da *matroa* com os estudos no período noturno, mas não obteve êxito em realizar seu objetivo de passar no vestibular para o curso de Pedagogia ou em algum concurso público. Em sua narrativa, a infância percorreu os espaços de sociabilidade com a família na zona rural e os primeiros anos na casa da capital, em que o

aumento da realização das atividades domésticas, a redução das brincadeiras e o mau desempenho escolar se tornaram centrais.

Ela possui vínculos afetivos com a madrinha e seus familiares, mas salienta: *Eu tinha sempre uma obrigação, não era nada de graça, tudo eu tinha que ter uma função para entrega.* Portanto, chamando atenção para a relação de troca que compunha a relação estabelecida pelo trabalho doméstico infantil realizado na casa de terceiros, que reduzia seu campo de negociação, a deixando em maior vulnerabilidade.

Creuza: Circular para diminuir uma boca

Diferentemente de Francisca que não participa do sindicato das trabalhadoras domésticas, e mesmo tem bastante dificuldade para reivindicar esta identidade, no caso de Creuza, sua narrativa biográfica é (re)construída e (re)significada intensamente pela sua trajetória no sindicato da Bahia e da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas – Fenatrad. De maneira bastante explícita, ela chama atenção para os abusos sofridos em sua infância em meio ao trabalho doméstico infantil vivenciado em casas de terceiros, inclusive como sua primeira experiência no mundo do trabalho.

Creuza é uma mulher negra de 55 anos, nascida na cidade de Salvador, mas com 8 anos, após o falecimento do pai, mudou-se para a cidade de Santo Amaro, a 79 km da capital, onde começou sua trajetória de trabalho, *em uma casa onde da sua cor é só você!* Evidenciando o marcador de cor, bastante atrelado à situação econômica nas famílias brasileiras, ou seja, quanto mais claro a possibilidade de melhores condições financeiras e mais escuro, o contrário.

Como Francisca, Creuza não recebia um salário quando criança, apenas comida, roupas e moradia.

Roupa usada e comida, sobra de comida, né? Porque eu só almoçava depois que eles almoçavam, e quando eles terminavam de almoçar, os filhos, eu comia separadamente, no pratinho que ficava de baixo da pia, do armário de baixo da pia, né, aí, geralmente a minha patroa pegava a sobra dos filhos, que os filhos tinham deixado no prato, e fazia meu prato com a sobra dos filhos dela, né; e depois botava um caldinho de feijão por cima, e dizia: Come que tá limpo! Né? E aí, quando eu fui trabalhar nessa casa, a promessa era que iam me botar na escola, que eu só ia brincar com a criança e ia estudar. Coisa que não aconteceu. Nem eu ia estudar, nem tampouco brincava. Eu assumi a responsabilidade da menina mesmo! O que eu não fazia era brincar, né? Tinha que cuidar da criança, ter o cuidado pra criança não cair, se a criança caísse, se machucasse, eu apanhava! Se a menina chorava, a patroa ia querer saber porque que a menina tava chorando. Era todo um trabalho de, era todo uma pressão, de uma menina de 9 pra 10 anos, para tomar conta de outra criança, né? (Creuza, 18/02/2014)

Neste fragmento identificamos a frequente proposta de *brincar* com outra criança para travestir trabalho doméstico infantil que, muitas vezes, dá início à trajetória de trabalho das domésticas. A mãe de Creuza a visitava de 6 em 6 meses, mas sob ameaças da patroa que dizia que se a menina contasse que estava apanhando à mãe, ela diria que era mentira, que Creuza era preguiçosa, e ainda lhe jogaria no rio, o máximo que ela fazia era se queixar à mãe do peso da menina que cuidava, dizendo sentir dores nas costas.

A outra coisa que ela fazia era dar roupas usadas, né, ela dava roupas usadas pra minha mãe. E dava um dinheiro assim como hoje, tipo, 50 reais. Ela pegava, dava 50 reais. Pra alguém que vivia no interior, seca, uma segura danada, então era muito! 50 reais! Um resto de comida, que naquela época, e que era considerada comida boa! Porque era comida de pessoas, diferente! Que não é a do dia-a-dia, né? Uma roupa, aquelas roupas, também diferente! Da que usava no interior e tudo. Então, pra ela, era uma coisa boa, né? Então ela ia embora. E a outra coisa é porque a filha estava em um local que tinha comida

todo dia, né, que estava ali se educando pra ser gente, né? Tendo uma educação, apesar de não tá na escola, mas a minha mãe era analfabeta, e não tinha noção de, da importância do estudo! Hoje, mesmo a pessoa sendo analfabeta, ela já tem uma compreensão da importância do estudo. Mas naquela época não, quem era analfabeto não tinha noção da importância do estudo para seus filhos e tal, né? Aí ela queria que eu fosse uma boa cozinheira, ó o sonho! Que eu fosse uma boa cozinheira, cozinhasse bem, uma boa empregada, né? Doméstica. (Creuza, 18/02/14)

Também a negação de formação escolar, salário e abusos, o que aconteceu com Creuza nesta mesma casa, quando o pai de sua patroa, um senhor de mais de 60 anos, tentou lhe abusar sexualmente. Ela relembra que quando ia para praia com o casal e a criança, precisava cuidar e brincar na areia, mas era proibida de tomar banho de mar, enquanto todos o faziam. Na casa, quando a criança que cuidava estava dormindo, ela lavava louças em cima de um banquinho, varria a casa e lavava roupas, exceto cozinhar.

O tempo de infância é lembrado por Creuza como uma etapa de muitas violências e adversidades. Hoje uma das maiores lideranças no movimento político de trabalhadoras domésticas, ela defende a eliminação imediata do trabalho doméstico infantil.

Multiplicidades: Trabalhos e Infâncias

Discutir a multiplicidade de trabalhos e infâncias é importante para que possamos ampliar as discussões acerca do trabalho infantil e as agências daqueles que os realizam e/ou já o vivenciaram. Neste artigo trouxemos um exemplo bastante emblemático que é o trabalho doméstico infantil, que explicita a interseccionalidade das opressões da classe, raça e gênero, intensas no cenário nacional, posto que este trabalho é desenvolvido majoritariamente por mulheres negras pobres, que iniciam suas trajetórias ainda na infância, com aproximadamente 10 anos de idade.

Ao evidenciarem o *tempo da infância* em suas narrativas biográficas, trouxemos os casos de Francisca e Creuza para conhecermos os relatos das meninas, hoje mulheres com mais de 50 anos, em seu ingresso ao mundo do trabalho. Para a primeira, este se deu em seu núcleo familiar, quando ela *ajudava* a mãe, o pai e os irmãos na roça, pescando ou realizando tarefas domésticas. Mas era interpretado por Francisca como um momento de aprendizado, cuidado e de brincadeiras. Já na casa da *matroa* na capital, apesar de no início também brincar, a trabalhadora alega que *de repente* assumiu todas as atividades domésticas da casa de forma obrigatória, portanto diferenciando o trabalho realizado em casa daquele praticado na casa de terceiros.

Na narrativa de Creuza também identificamos o *brincar* enquanto uma dimensão consentida como constituindo as infâncias, mas utilizada para eufemizar o caráter de trabalho, próprio das experiências de meninas pobres em casas de famílias brasileiras. Ou seja, enquanto fazendo parte dos discursos de convencimento para que os pais biológicos das meninas concordem na mudança destas para *brincarem* com outras crianças.

O modo como as duas mulheres concebem suas infâncias no presente está ligado às suas trajetórias de vida e também aos impactos do racismo que estrutura a sociedade brasileira. Francisca permanece na casa da *matroa*, vivenciando uma relação permeada por nuances que dificultam seu sentimento de pertencimento à categoria das trabalhadoras domésticas, ainda que tenha passado por vários processos de depressão. Já Creuza é uma das lideranças mais atuantes em prol das domésticas e denuncia cotidianamente as violências e abusos a que mais de 6 milhões de trabalhadoras estão submetidas.

As duas iniciaram no trabalho doméstico por volta de 10 anos de idade, Francisca permanece na primeira casa, enquanto Creuza circulou por vários empregos e atualmente atua somente no movimento sindical. Francisca possui o Ensino Médio

Completo, enquanto Creuza o Ensino Fundamental Incompleto. Uma sofreu depressão, a outra, várias violências físicas e também psicológicas. Uma é branca, outra preta.

Aqui falamos de trabalho, gênero, cor, mas também de um recorte geracional, que pode refletir algumas dimensões de infâncias constituídas pelo trabalho, que pode ser cuidado, brincadeira, sociabilidade, mas também exploração, violência e morte. Não uma coisa *ou* outra, mas *e* outra. Então, fundamental é priorizarmos as narrativas de diferentes mulheres, que refletem suas infâncias e trabalhos de formas distintas, para que sejam compreendidas enquanto também teorias e conceitos com potencial de ampliar nossos campos de análises e interpretações dando evidência às multiplicidades que atuam nos cotidianos e narrativas, fugindo a dicotomias reducionistas.

Referências

- CRENSHAW, Kimberlé W. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 10 (1), p. 171-188, 2002.
- ECKERT, Cornelia. Questões em torno do uso de relatos e narrativas biográficas na experiência etnográfica. *Revista Humanas*. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, n° 19, 1998.
- ECKERT, C. e ROCHA, Ana Luiza C. Etnografia da duração nas cidades em suas consolidações temporais. *Política & Trabalho*, João Pessoa – UFPB, n. 34, 2011.
- SCHUCH, Patrice. *Práticas de justiça: Antropologia dos modos de governo da infância e da juventude no contexto pós-ECA*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2009, 296 p.

Entre o direito e os costumes: criadas e patrões entre a escravidão e o pós-abolição (Recife e Salvador: 1870-1910)

Maciel Henrique Silva¹

Duas histórias miúdas, entre o Direito e os costumes.

No dia 14 de julho 1915, na cidade do Recife, um breve registro fala mais pelo que omite, pelo que não revela. Uma menor de idade chamada Maria Francisca da Conceição estava na 1ª Delegacia da Capital. Ela relatou ao subdelegado ter fugido da casa dos patrões por ter sofrido maus-tratos, bem como a intenção de ir para a casa de sua tia. Sem exames médicos para identificar os maus-tratos, sem menção aos salários que pudessem estar pendentes, sem que as autoridades mencionassem qualquer tipo de responsabilidade da parte dos patrões, o subdelegado apenas narrou a história para o Chefe de Polícia e solicitou deste um destino para a menor: no caso, a ida para a casa da tia.² Duas coisas me chamam a atenção: a primeira é que a polícia continua sendo, no contexto posterior à Monarquia, um árbitro procurado para “solucionar” conflitos na relação de trabalho doméstico; outra

¹ Doutor em História Social pela Universidade Federal da Bahia; professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE. E-mail: macielcarneiro@gmail.com.

² Ver APEJE, Fundo Secretaria de Segurança Pública (FSSP), 1ª Delegacia da Capital, Ofício de 14 de julho de 1915. Documento citado em MAIA, Clarisse Nunes. “Policiaados: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865-1915”. (Tese Doutorado em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2001, p. 56).

é a falta de instrumentos legais para acionar ambos os lados do contrato (provavelmente nem havia algum). Depois de 1888, trabalhadoras e trabalhadores domésticos livres não tinham instrumentos legais para se defender ou exigir direitos.

Uma segunda história, desta vez mais longa, fala muito sobre como os costumes arraigados de violência, mando e submissão continuavam a marcar as relações de trabalho doméstico remunerado. Peço licença para resumir uma história já contada.³

Segundo o Promotor Público, o ferreiro João Gomes da Fonseca, de 27 anos, pernambucano, teria contratado como criada a menor Anna Francisca da Conceição. Dois meses depois, o ferreiro a teria estuprado quando todos da casa dormiam.⁴ A denúncia estava datada de 1º de maio de 1902, data emblemática na vida dos trabalhadores, mas que, provavelmente, não revestia nenhum significado especial para Anna. O exame médico lhe atribuiu a cor branca. Os peritos disseram que “encontraram os órgãos sexuais em via de desenvolvimento, sem lesão corporal que indique violência para fim libidinoso.” Contudo, atestaram que o hímen estava com a membrana despedaçada, indício, senão de estupro, de defloração.⁵ Ela morava na freguesia de São José, e era filha de certo Gonçalo Rodrigues Lima da Silva. Em sua inquirição, Anna disse que tanto o pai, como sua mãe, certa Rosalina de Tal, eram falecidos, que fora criada pela avó, também já falecida. Sem parentes próximos, ela passou a viver na casa do casal Antonio Bandeira de Mello e Mariana Cadena Bandeira de Mello, na rua Velha da Boa Vista onde, provavelmente, teve as primeiras lições de servidão doméstica, onde trabalhava como

³ SILVA, Maciel Henrique. *Nem Mãe Preta, nem Negra Fulô*: histórias de trabalhadoras domésticas em Recife e Salvador (1870-1910). Jundiá: Paco Editorial, 2016, p. 256-268.

⁴ Memorial de Justiça de Pernambuco, Denúncia de estupro contra João Gomes da Fonseca, Pernambuco, 1902, cx. 1, estante 26, A 5, fl. 2-2v. A seguir citado Denúncia, seguido da folha.

⁵ Denúncia, fl.6-7.

“criada sem salário”, em suas próprias palavras.⁶ Uma das tarefas dela era passear com os dois filhos do casal, situação na qual encontrou João Gomes da Fonseca em março de 1902. Ela afirmou que não o conhecia, e que ele “convidou-a para ser a criada de seus filhos pagando-se a quantia de dez mil réis por mês”. Depois de consultar Cadena, segundo disse, esta teria aconselhado que ela aceitasse a proposta.⁷ De fato, parecia irrecusável, já que trabalhava sem remuneração em dinheiro.

As condições de alojamento na casa de João Gomes lembram a cena de célebre romance pernambucano do período, *A emparedada da Rua Nova*, em que uma escrava doméstica é despertada a gritos e pontapés, no chão da cozinha onde dormia em uma esteira velha de periperi.⁸ Anna, não sendo escrava, dormia no corredor que dava acesso ao banheiro, sobre um tapete. Mas sua história consegue ser ainda mais crua do que a história da escrava doméstica do romance citado. Ela teria sido despertada pelo patrão que, “agarrando-a tapou-lhe a boca e privando-a de todo movimento a ofendeu”.⁹ Isso na noite de sexta-feira do dia 14 de março de 1902.

A história contada pela adolescente mostra como as diferenças de classe se sobrepõem à solidariedade de gênero. Quando, na manhã do dia seguinte, contou o caso a sua patroa, a mulher de João Gomes da Fonseca, de nome Amélia, enciumada e culpando a criada, “maltratou ela respondente e pretendeu também matá-la com uma faca de ponta e só escapou por ter corrido para casa da vizinha cujo nome ignora”.¹⁰ A condição de classe, provavelmente impulsionada pelo ciúme, impediu qualquer sentimento de solidariedade. O ferreiro negou haver tido “cópula

⁶ Denúncia, fl. 9-gv.

⁷ Denúncia, fl. gv.

⁸ VILELA, Carneiro. *A emparedada da Rua Nova*. 4^a ed. Recife: Ed. do Organizador, 2005, p. 215.

⁹ Denúncia, fl. gv.

¹⁰ Denúncia, fl. 10.

carnal” com sua criada. Para ele, o subdelegado de São José retirou Anna Francisca de sua casa em virtude de um boato espalhado por ela e outro criado da casa. Anna havia dito a Octaviano de tal, criado do réu, que tinha sido ofendida por ele. Octaviano, por sua vez, foi fazer enredo com a mulher do réu, contando que o marido dela havia ofendido a menor. O enredo se torna confuso. Não dá para saber como a história chegou aos ouvidos do subdelegado.

Mas a narração dos fatos pelo réu, se não esclarece nada sobre o defloramento/estupro, diz muito sobre a penúria do tratamento inclemente. Contou que, ao ir à casinha à noite, ou seja, ao banheiro, era obrigado a passar pelo corredor onde Anna se deitava sobre um tapete. Estando a porta do corredor presa, ele a empurrou com força e machucou a menor, que acordou gemendo e chorando. A mulher dele estava acordada, mas não se preocupou com isso “por ser costume da menor”.¹¹ Ora, viver chorando e gemendo surge aqui como algo normal da rotina da miserável. Perguntado se ele foi depois verificar a contusão causada na criada, disse que não. Nem ele, nem a esposa pareciam muito preocupados com a condição de saúde de seus dependentes. Aqui fica patente que a obrigação patriarcal de cuidar da saúde de criados em suas enfermidades, se um dia existiu, estava em franco declínio. A menor, de cor branca, não inspirava comiseração por parte de seus patrões, e recebia um tratamento em nada diferente das negras e pardas do mesmo lugar social.

Sobre Octaviano, o réu disse que o contratou através da indicação de um então criado dele chamado José de Tal. Tudo dentro de certa informalidade, pelo visto. Também teria ocorrido o mesmo com Anna. A versão dele para a contratação dela era a de que ela fora apresentada por uma “mulher cujo nome ignora”.¹² Tudo muito informal e fortuito: um criado dele sai e indica outro, uma mulher anônima vem e indica uma menor. A única

¹¹ Denúncia, fl. 11v.

¹² Denúncia, fls. 12 e 11 respectivamente.

formalidade, no caso de Anna, a acreditar no réu, foi o fato dele comunicar ao subdelegado da Boa Vista que a havia contratado como criada de seus filhos. O único dado mais confiável de tudo isso é que ambos deixaram a residência do réu: Octaviano por ter sido expulso devido ter contado o caso do defloramento/estupro à patroa, e Anna por fugir, como disse o réu.

O nome de Octaviano Lopes Teixeira consta no rol das testemunhas, e é de fato o mesmo criado do réu que apresentei acima. Ele e certo Gabriel foram descritos como criados do ferreiro e moradores na encruzilhada de Belém. Alguns vizinhos do ferreiro também constavam como testemunhas.¹³ Por alguma razão que desconheço, não consta o nome de Octaviano entre as testemunhas devidamente intimadas para audiência no dia 3 de junho. João Gomes da Fonseca, o denunciado, não fora intimado por “se achar em lugar incerto, e não sabido”.¹⁴ O fato é que o denunciado esteve preso na Casa de Detenção do Recife pelo menos até o dia 6 de maio, mas conseguiu a liberdade por meio de *habeas corpus* acatado pelo Superior Tribunal de Justiça, quem sabe com a ajuda de algum figurão.¹⁵ Em liberdade, imagino que o denunciado conseguira evitar a intimação, ocultando-se em algum lugar. Talvez até tenha trabalhado discretamente para conseguir que as testemunhas desistissem da audiência que, de fato, não ocorreu porque as testemunhas não compareceram.¹⁶

O desfecho foi melancólico. A jovem criada de apenas 12 anos desaparece, simplesmente. Como todos os envolvidos. Parece que ela não tinha proteção alguma. E ele, pelo visto, parece que tinha gente, se não interessada em sua liberdade, ao menos indiferente ao destino da doméstica, uma órfã sem suporte familiar. Não houve audiência das testemunhas no dia 3 de junho,

¹³ Denúncia, fl. 15v.

¹⁴ Denúncia, fls. 16 e 16v respectivamente.

¹⁵ Denúncia, fl. 18.

¹⁶ Denúncia, fl. 19.

portanto. Ficou então marcado para ocorrer no dia 11 de julho, porém mais uma vez o oficial não conseguiu intimar ninguém. Tanto o réu como as testemunhas estavam “em lugar incerto e não sabido”. Por fim, o processo foi arquivado em 12 de julho por não ter mais testemunhas.¹⁷

As duas histórias que resumi sobre as criadas Maria Francisca e Anna se deram já na República. Elas parecem conflitar com o que a última década da Monarquia promovera em diversas províncias: uma série de regulamentos, cadernetas e livros de registro que formalizariam a contratação e dispensa de trabalhadoras/es domésticos (nomeados como “Criados de servir”), bem como tratamentos médicos, punições para contratantes e contratados, multas etc.; ou seja, o trabalho doméstico remunerado se tornara um tema fundamental de uma agenda pública de controle e vigilância sobre o que acontecia nos lares e “casas de pasto”, hotéis, envolvendo criadas/os e seus contratantes, em um contexto de fim da escravidão legal. Abaixo, discuto os esforços das autoridades municipais de Salvador e de Recife, nos anos 1886 e 1887.

Regulamentar e controlar: os “Criados de Servir”

As autoridades políticas e policiais de Recife e Salvador ecoavam as mesmas preocupações da capital política do Império nos anos finais do século XIX quanto ao controle dos trabalhadores/as domésticos. O contexto dos conturbados anos imediatamente próximos a Abolição, associado aos riscos de disseminação de epidemias, faziam dos grupos populares alvo de regulamentos e de políticas públicas que objetivavam resguardar a ordem social. As relações sociais entre criados e o grupo dos patrões também foram objeto de intensos debates. Não eram temidos apenas os libertos do 13 de Maio e os imigrantes que

¹⁷ Denúncia, fl. 21v.

trabalhavam no meio rural.¹⁸ Nas casas das grandes cidades, as famílias se preocupavam com a presença de mulheres dos grupos populares na condição de criadas. Elas compunham a maior parte do que as autoridades nomeavam, no masculino, como “criados de servir”: mulheres livres e libertas que, desde meados do século XIX, já forjavam arranjos de trabalho em um mercado no qual as relações informais imperavam, e o engajar/dispensar de trabalhadoras era incessante. Elas também fugiam de patrões e patroas exploradores, e os patrões, do mesmo modo, enxotavam-nas a qualquer hora se fossem consideradas insubmissas ou inaptas. Nessa instabilidade das relações domésticas, o poder público do Império e, depois, da República, tomaram para si o esforço de regulamentar as relações entre patrões e trabalhadores domésticos.

Ainda que os rumores e cenas de violência provocadas por escravos e escravas rebeldes, nos anos mais dramáticos da agitação social abolicionista, tivessem as fazendas por cenário, as noções conectadas de paz no interior do lar, de tranquilidade doméstica e de proteção à família senhorial, tinham muitos adeptos. Em certa medida, portanto, o projeto monárquico de abolir a escravidão sem sobressaltos vislumbrava intervir no âmbito da domesticidade. Hebe Maria Mattos percebeu que o “projeto emancipacionista oficial” do Império, especialmente após a aprovação da Lei do Ventre Livre, pautava-se, entre outras balizas, na “forte tendência à intervenção legal nas formas de organização e controle da força de trabalho livre”.¹⁹ Argumento, portanto, que o esforço de

¹⁸ Os contratos de trabalhadores nacionais e estrangeiros nas fazendas de café e açúcar, o rigor com que eles eram engajados nas lides rurais, fora delineado na Lei de Locações de Serviços, de 1879. Ver LAMOUNIER, Maria Lúcia. “Formas da transição da escravidão ao trabalho livre: a Lei de Locação de Serviços de 1879”. (Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 1986). Ainda sobre o tema do medo e do esforço de construir uma mentalidade voltada para “o amor do trabalho”, no Brasil do período, ver AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2004.

¹⁹ MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 210.

disciplinarização da força de trabalho livre foi generalizado o suficiente para atingir mesmo as relações entre patrões e seus criados não-escravos, e que não era somente o trabalho nas fazendas de café e nas lavouras de cana que era preciso garantir para acalmar os mais resistentes à emancipação. A retórica da proteção da honra familiar, da paz doméstica, também funcionou para os propósitos dos emancipacionistas.²⁰

A historiografia social do trabalho no Brasil, entretanto, não deu relevo ao lugar da casa, do lar, das relações sociais entre criados e criadas livres e seus patrões como mais um elo no intrincado jogo da abolição/emancipação. Mulheres e homens que trabalhavam em serviços domésticos estão ausentes das interpretações históricas do período. Os principais atores políticos surgem na figura do escravo e, depois, do operário, quase sempre identificado com o imigrante branco. Na observação de um conjunto bibliográfico mais amplo, o que emerge nessa historiografia é a centralidade da classe trabalhadora, quase sempre, bem entendido, percebida como o conjunto de operários (homens e mulheres) das fábricas. São as experiências fabris, as greves, o sindicalismo, o cotidiano operário, o binômio autonomia/heteronomia na aquisição de direitos frente ao Estado brasileiro e, mais recentemente, a agência dos trabalhadores na construção de sua cidadania, os temas mais explorados. Os homens, em geral brancos, terminaram sendo os principais protagonistas dessa historiografia, não obstante o reconhecimento de uma presença massiva de mulheres em certos setores da indústria, notadamente na produção de tecidos.²¹

²⁰ Para o medo de crimes de sangue no lar de proprietários de escravos, ver AZEVEDO. *Onda negra*, p. 100-106.

²¹ Ver FORTES, Alexandre. “‘Nós do Quarto Distrito...’: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas”. (Tese Doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas, 2001); e PENA, Maria Valéria. *Mulheres e Trabalhadoras: a presença feminina na constituição do sistema fabril*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

As mulheres, fossem operárias ou domésticas remuneradas, também preocuparam autoridades públicas, legisladores e reformadores sociais do final do século XIX e início do século XX. Estava em franca expansão a construção de uma sociedade disciplinar, higiênica, cujos tentáculos se espalhavam por todos os recantos onde morasse, amasse, vivesse um integrante das chamadas “classes perigosas”. As criadas, em geral mulheres pobres e racialmente estigmatizadas como viciosas, vindas de moradias insalubres, com hábitos reprováveis de higiene e moral, estavam, para os reformadores, nesta condição de inspirar formas de controle e cerceamento.²²

Mesmo antes de 1888, a relação entre as criadas e os patrões e patroas, ensina Graham, era marcada por desconfianças e expectativas mútuas.²³ Como a escravidão “permeava e corroía todas as relações sociais” durante o período de sua vigência legal, as criadas livres e libertas não eram investidas de confiança absoluta só por serem livres ou libertas. Bem ao contrário, por muitos anos antes de 1888 elas precisavam mostrar atestados e garantias de que eram honestas, trabalhadoras, morigeradas, submissas (mesmo quando não eram). Na década de 1880, contudo, com o inevitável fim da escravidão, anos de relações de trabalho doméstico pareciam exigir algum nível de

²² Como há uma vasta historiografia perpassando estes temas, cito apenas alguns títulos: para os esforços de disciplina, ver RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Brasil: 1890-1930. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997; sobre “classes perigosas” e seu sentido amplo, ver CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999; sobre o cotidiano dos trabalhadores (incluindo lavadeiras, domésticas) e as alterações urbanísticas e normativas que visavam seu controle, ver CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001; e ainda SOHIET, Rachel. “Mulheres pobres e violência no Brasil urbano”. In: DEL PRIORE, Mary. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, p. 362-400. Sobre as domésticas e o temor dos senhores/patrões e autoridades públicas, ver GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. Trad. Viviani Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992; e ainda MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura – História, cidade e trabalho*. São Paulo/Bauru: Edusc, 2002.

²³ Ver GRAHAM. *Proteção*, p. 107-125; e SILVA, Maciel Henrique. *Pretas de honra: vida e trabalho de domésticas e vendedoras no Recife do século XIX (1840-1870)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Salvador: Edufba, 2011, p. 197-214.

aperfeiçoamento para os padrões dos grupos sociais hegemônicos. O Estado monárquico brasileiro, ao interferir na relação senhor/escravo, desde a década de 1870, com o indisfarçável interesse de abolir a escravidão, já vinha, é verdade, mexendo muito na vida doméstica de seus súditos; mas intervir e regulamentar a relação entre patrões/patroas e a criadagem livre e liberta que lhe servia era algo inédito e que abalava as estruturas de dominação pessoal forjadas sob o paternalismo e a escravidão. Os projetos de regulamentação da relação entre patrão/patroa e seus criados vão pulular, na década de 1880, nas grandes cidades do país.

As domésticas livres e libertas, bem como sua contraparte masculina, ao longo da maior parte do século XIX, não foram objeto de legislação específica visando a regulação de contratos, direitos e deveres, junto de patrões e patroas. A regulação do trabalho, é verdade, não era algo novo no Império. A Lei 2.040, de 1871, conhecida como Lei do Ventre Livre, apenas gerou um contexto mais favorável para formalizar contratos ligados ao trabalho e à liberdade. Contudo, segundo Henrique Espada Lima, o setor de prestação de serviços domésticos permaneceu como tópico ausente das legislações relativas à formalização de contratos, pelo menos até a década de 1880.²⁴ Mesmo o Código Comercial do Império, de 1850, considerado a principal legislação relativa ao contrato de trabalho de pessoas nascidas no Brasil, excluía abertamente o trabalhador doméstico, nacional ou estrangeiro, como objeto de suas determinações.²⁵

²⁴ Ver LIMA, Henrique Espada. “Trabalho e lei para os libertos na ilha de Santa Catarina no século XIX: arranjos e contratos entre a autonomia e a domesticidade”. *Cad. AEL*, v. 14, n. 26, p. 133-175, 2009.

²⁵ Ver Resolução de 26 de Maio de 1860, em Cracoatá, J. P. J. da S. *Imperiaes resoluções tomadas sobre consultas da Secção de Justiça do Conselho de Estado*: desde o anno de 1842, em que começou a funcionar o mesmo Conselho, até hoje. Parte I. Rio de Janeiro: Garnier, 1884, p. 876-877. Versão digital disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/search?fq=dc.subject:%22Brasil.+Conselho+de+Estado.+Se%C3%A7%C3%A3o+de+Justi%C3%A7a%22>; acesso em 26 de outubro de 2010.

Mas os ventos estavam mudando, e uma série de regulamentos sobre o trabalho doméstico remunerado, em datas mais ou menos aproximadas, vai marcar a última década de escravidão legal. Alguns exemplos: Rio de Janeiro, capital da Corte imperial, tem seu primeiro regulamento em 1881; Desterro (atual Florianópolis), em 1883; Rio Grande, em 1887; São Paulo, em 1886; Salvador, em 1886; Recife, em 1887. Abaixo, discuto estes dois últimos.

O conteúdo desses projetos possui uma fórmula mais ou menos comum, e esboçam um sentido geral: as autoridades ansiavam por identificar o “criado de servir” com precisão, saber sua condição de saúde, lugar de moradia e nascimento, vinculá-los ao trabalho de forma a viverem sob a vigilância de um membro das classes superiores, enquadrá-los, enfim, em um sistema de informações que permitisse ao poder público (em especial a Polícia) agir como árbitro nos casos de conflitos. Subjacente a estes projetos está o controle das autoridades públicas sobre contratados e contratantes, mas, especialmente, sobre os primeiros, que deviam se amoldar aos valores, então em voga, de trabalhador dócil, submisso, ordeiro, higiênico. Os artigos de tais projetos, entretanto, no que expressam e no que omitem, permitem apreender situações de conflitos existentes entre patrões/patroas e suas criadas e criados. Esse conjunto amplo de projetos não vinha antecipar problemas de classe, nem tinha a intenção deliberada de criar uma classe propriamente dita sobre a qual incidir um controle; vinha, no meu entender, arbitrar conflitos já existentes e conhecidos, mas que podiam se tornar mais explosivos, segundo a opinião dos mais pessimistas, na nova conjuntura de trabalho livre. Seja como for, era preciso definir sobre que grupos os reformadores estavam propondo intervir. Assim, nos municípios de Recife e de Salvador, era preciso esclarecer quem compunha o diversificado dos “criados de servir”.

Em 30 de dezembro 1886, os vereadores da Câmara Municipal de Salvador, em sessão extraordinária, aprovaram o

primeiro projeto de “Posturas sobre locação e serviço doméstico” do Município. Em linhas amplas, o projeto baiano visava a obrigar as pessoas “livres ou libertas”, na condição de cozinheiros, copeiros, lacaios, cocheiros, jardineiros, moços de hotel, casas de pasto e hospedarias, costureiras e engomadeiras, amas secas e amas de leite, e pessoas “de qualquer serviço doméstico”, a se inscreverem na Secretaria de Polícia, como criados, quando desejassem prestar serviços em troca de salários.²⁶ No Recife, talvez com pequeno atraso, também foi aprovado um projeto de posturas elaborado pela Câmara, e submetido à presidência da província no dia 19 de julho de 1887. Falo “com pequeno atraso” porque tudo leva a crer que as duas cidades iniciaram as discussões relativas ao tema em um mesmo momento, entre 1886 e 1887. O projeto da Câmara do Recife definia o “criado de servir” como

toda a pessoa de condição livre, que, mediante salário convencionado, tiver ou quiser ter ocupação de moço de hotel, hospedaria ou casa de pasto, de cozinheiro, engomadeira, copeiro, cocheiro, hortelão, de moço de estribaria, ama de leite, ama seca ou costureira, e em geral a de qualquer serviço doméstico.²⁷

Por esta definição, não há dúvida que Recife e Salvador seguiam uma mesma fórmula legal na caracterização do que entendiam por criado de servir. Mas com uma diferença inicial: são homens e mulheres livres, no caso de Recife, e pessoas “livres ou libertas”, no caso de Salvador, onde os legisladores mantiveram a divisão jurídica mais precisa. De resto, as funções que caracterizavam um criado não diferiam muito nas duas cidades. Como em Salvador, também era exigida dos criados e criadas

²⁶ Arquivo Histórico da Prefeitura Municipal de Salvador. *Actas das Sessões da Camara de Salvador*, 30/12/1886, fl. 22v. Citado a seguir *Actas*, seguido da cidade, data e folha.

²⁷ Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, *Regulamento de Posturas a toda pessoa de condição livre (criado de servir)*. 4ª Seção. Palácio da Presidência de Pernambuco, em 19/071887, p. 1. Citado a seguir *Regulamento de Posturas*, seguido da cidade, data e página.

recifenses a inscrição em um livro da Secretaria de Polícia, a ser fornecido pela Câmara, para o exercício profissional. Os vereadores baianos, contudo, mostravam-se mais precisos em alguns pontos. Enquanto no Recife, a nacionalidade não era explicitamente exigida, os baianos obrigavam naturalidade e “sinais característicos e nacionalidade”. Mas este rigor dos legisladores baianos ainda era maior quanto a outros pontos. O artigo terceiro proibia a inscrição de pessoas não vacinadas, ou que “sofrer de moléstia contagiosa ou que cause repugnância”. Não seriam inscritos também

aquele contra quem houver procedimento criminal, em quanto não se mostrar livre de culpa; o menor sem autorização de seu pai, da pessoa sob cujo poder se achar legalmente ou do Juiz de Órfãos; e a mulher casada, que viva em companhia de seu marido, sem autorização deste.²⁸

Ao menos o projeto aprovado pela Presidência de Pernambuco não continha artigo tão restritivo. O fato é que o conteúdo aprovado deixava em aberto a inscrição para qualquer pessoa que se apresentasse na Secretaria de Polícia e comprovasse ser de condição livre, “com atestado de pessoa abonada”.²⁹ Obrigatório era estar registrado para não cair na ilegalidade. Era esta a única exigência formal para um criado ou criada se matricularem no Recife. Não posso deixar de supor, portanto, que as autoridades soteropolitanas se mostravam bem mais desconfiadas do que as recifenses diante dos trabalhadores domésticos livres e libertos. Cabe registrar que Salvador, no final do século XIX, era uma cidade bem mais populosa do que Recife, com uma população extremamente diversa quanto a suas origens, e se situava muito próximo da instável conjuntura social dos engenhos do Recôncavo Baiano, com fugas de escravos, migrações,

²⁸ *Actas*, Salvador, 30/12/1886, fl. 22v.

²⁹ *Regulamento de Posturas*, Recife, 1887, p. 1.

deslocamentos, conflitos.³⁰ Tais fatores devem ter contribuído para um maior rigor na elaboração do projeto.

Mas as comparações ficam mais confusas no decorrer da leitura dos dois projetos. Falei da exigência, no Recife, de que o trabalhador doméstico estivesse devidamente matriculado:

Art. 7.º Ninguém poderá tomar a seu serviço criada ou criada, que não estiver inscrito no registro da secretaria de polícia, e não possua a caderneta respectiva, com certificado do seu procedimento, passado pela última pessoa a quem tiver servido, estando este certificado registrado na secretaria da polícia, conforme o art. 12, sob pena de vinte mil réis de multa.³¹

O que me surpreende é que, em Salvador, a exigência constante neste artigo sétimo do regulamento Recifense fosse muito mais dirigida para os donos de casas de pasto, de hotéis, de pousadas, do que para casas de família, o que sugere um controle distinto. As autoridades de cada lugar tentavam adaptar os instrumentos legais a sua realidade. Os vereadores de Salvador foram bem mais explícitos em punir estabelecimentos comerciais que empregassem criados sem o conhecimento da autoridade policial, o que, a meu ver reduzia em muito o alcance da lei, que terminava incidindo mais sobre criados homens, geralmente escolhidos para tais empregos, do que sobre mulheres, em geral trabalhadoras de casas particulares, casas de família. Os vereadores soteropolitanos assim registraram:

7.^a – Toda a pessoa que, sendo das que trata a postura n.º 1, locar o seu serviço a dono, ou ao seu preposto de hotel, hospedaria, casa de pasto e de outros estabelecimentos de qualquer gênero, em que se preste serviço ao público, sem achar-se inscrita na

³⁰ FILHO, W. F. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006, p. 245-282 e 311-346. Salvador era um município mais populoso do que o Recife em 1872, com cerca de 12 mil habitantes a mais. E essa diferença é construída pelo número de livres e libertos.

³¹ *Regulamento de Posturas*, Recife, 1887, p. 2.

forma da postura n.º 2, incorrerá na pena de 20\$000 de multa ou 4 dias de prisão. A pena será dobrada nos casos de reincidência.

8.^a – O dono, ou seu preposto, de hotel, hospedaria, casa de pasto e de outros estabelecimentos de qualquer gênero, em que se preste serviço ao público, que tomar ao seu serviço alguma das pessoas de que trata a postura n.º 1, sem achar-se ela inscrita na forma da de n.º 2, incorrerá na pena de 20\$000 de multa ou 4 dias de prisão.

A pena será dobrada nos casos de reincidência.

9.^a – Toda a pessoa das referidas na postura n.º 1, quer se ache inscrita, quer não, que abandonar o estabelecimento ou casa em que houver locado o seu serviço, antes de findo o prazo certo do contrato que por alguns dos meios reconhecidos em direito tenha feito, não tendo alguma das justas causas de que trata a postura seguinte, incorrerá na pena de 20\$000 de multa, ou 4 dias de prisão, sem prejuízo das mais em que possa também incorrer.

A pena será dobrada nos casos de reincidência.³²

Dos três artigos da legislação baiana pertinentes à obrigatoriedade de inscrição e às multas relativas ao não cumprimento, apenas em um, o artigo nono, fala-se em “estabelecimento ou casa”, os demais falam enfatizam estabelecimentos comerciais. Já no Recife, só consta o artigo sétimo, que fala de modo mais vago e generalizado. Interessante ainda é notar que a legislação de Salvador parte do princípio de que também o trabalhador não inscrito deveria pagar multa caso abandonasse “o estabelecimento ou casa em que houver locado o seu serviço, antes de findo o prazo do contrato que por algum dos meios reconhecidos em direito tenham feito não tendo algumas das justas causas”. Outra exigência dos vereadores baianos que não vi no projeto Recifense foi a de o inscrito ter de comparecer à Secretaria de Polícia “uma vez em cada ano, pelo menos”, para mostrar a caderneta ou justificar sua perda. A lei Recifense só prescrevia a ida à Secretaria em casos de perda da caderneta, para obter outra sob pagamento de multa de mil réis, ou ainda se, findo

³² *Actas*, Salvador, 30/12/1886, fl. 23.

o contrato, o criado ou criada fosse servir a outro patrão ou abandonasse “a sua profissão ou ocupação”, o que não era pouco, afinal o criado ficava com seus passos vigiados.³³ Contudo, pelo abaixo exposto, penso que os legisladores baianos tinham um pânico muito mais arraigado diante de trabalhadores domésticos:

24.^a – Qualquer pessoa das que trata a postura n.º 1, que se ache inscrita ou não no livro do registro, que deixar de comparecer a Repartição da Polícia, a chamado do Chefe de Polícia ou Delegado, e no prazo por ele marcado, que começará a correr da hora da intimação, sendo o chamado feito para objeto atinente a essa profissão; e a que, estando inscrita, não se apresentar espontaneamente na dita Repartição uma vez, pelo menos, em cada ano, incorrerão na pena de 10\$000 de multa ou dois dias de prisão.

25.^a – A pessoa das mencionadas na postura n.º 1 que falsificar caderneta ou fizer alteração na sua verdadeira, incorrerá na pena de 20\$000 de multa ou 4 dias de prisão, sem prejuízo das mais em que possa também incorrer; e a que ocultar ou destruir a sua caderneta, ou não justificar a sua perda quando tiver de exibi-la ou for exigida sua apresentação pelo Chefe de Polícia ou Delegado, incorrerá na pena de 10\$000 de multa ou 2 dias de prisão.

As penas serão dobradas nos casos de reincidência.³⁴

É bastante claro que a autoridade policial baiana estava investida de muito maior poder de controle sobre criados e criadas do que sua congênere pernambucana. No Recife, além dos casos citados, não havia instrumento que obrigasse o criado/a a comparecer à polícia com tanta frequência. As experiências dos anos finais da escravidão haviam sido bem mais tensas na terra baiana do que em Pernambuco. As legislações relativas às pessoas livres e libertas, portanto, não estavam isentas destas marcas e tensões. A ideia do controle variava de lugar a lugar, mas era

³³ *Regulamento de Posturas*, Recife, 1887, p.

³⁴ *Actas*, Salvador, 30/12/1886, fl. 24v-25.

recorrente. Como, para os baianos, o processo da Abolição parece ter sido bem mais traumático do que para os pernambucanos, o reforço da autoridade policial era visto como solução para os riscos potenciais de desordem diante da grande massa de libertos.³⁵

Nas duas cidades havia, também, recorrências importantes e semelhanças. A necessidade de identificar os trabalhadores por nome, sexo, idade, naturalidade, cor, estado civil, ocupação. O controle das autoridades sobre o tipo de informação que constaria na caderneta do criado/a inscrito, contudo, aparentemente, era maior em Salvador. Em vinte e quatro folhas em branco, numeradas, da referida Caderneta, o Chefe de Polícia baiano ou o Delegado do Primeiro Distrito do Termo, registraria não apenas os dados já constantes no livro de registros, como “qualquer declaração [...] a pedido do legítimo possuidor da mesma caderneta, quando for considerado atendível, ou quando a autoridade entender conveniente mandar fazê-la independente de pedido.”³⁶ Parece-me claro que a autoridade policial soteropolitana tinha autonomia para, ao registrar uma declaração pouco recomendável, inviabilizar a contratação de um criado ou criada que lhe parecesse sob suspeição. A brecha para anotar na caderneta do criado “independentemente de pedido” deste está muito evidente. No Recife, a caderneta do inscrito continha vinte folhas para registros eventuais, onde teriam as mesmas informações prestadas no livro de registros (como em Salvador), “assim como o nome e domicílio da pessoa a cujo serviço o criado estiver ou for destinado; o nome do pai e mãe, tutor ou curador do criado, quando for este menor”.³⁷ Creio que aqui os legisladores

³⁵ Ver MATA, Iacy Maia. “Os libertos na mira da polícia: disputas em torno do trabalho na Bahia pós-abolição”. *História Social*, Campinas, SP, N° 14/15, p. 35-59, 2008; para um escrutínio de como a Abolição afetou de maneira traumática, o Recôncavo, instaurando medos maiores do que em Pernambuco, ver BARICKMAN, Bert. J. “Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do recôncavo baiano (1850-1881)”. *Afro-Ásia*, Centro de Estudos Afro-Orientais - UFBA, n. 21-22, p. 177-238, 1998-1999.

³⁶ *Actas*, Salvador, 30/12/1886, fl. 22v.

³⁷ *Regulamento de Posturas*, Recife, 1887, p. 1.

recifenses foram mais precisos, mas em Salvador, a liberdade com que a autoridade policial ficou investida supriria esta lacuna. A implementação da lei, em Salvador, indica isso: os registros eram muito minuciosos.

Não obstante, há casos em que os legisladores recifenses foram muito mais incisivos do que os soteropolitanos. No controle e na fixação do criado e da criada no serviço doméstico, por exemplo, o artigo 16 do Regulamento do Recife lista dez razões pelas quais um/a criado/a poderia ser dispensado com justa causa:

Art. 16. São causas justas para isto:

§ 1.º Doença do criado que o impossibilite da prestação dos serviços para que se contratou.

§ 2.º Embriaguez habitual.

§ 3.º Recusa ou imperícia para o serviço contratado, exceto n'este caso si o criado já estiver a serviços por mais de um mês,

§ 4.º Negligencia, desmazelo no serviço depois de ser advertido.

§ 5.º Injúria, calúnia feita ao patrão ou a qualquer pessoa da família d'este.

§ 6.º Saída da casa a passeio ou a negocio sem licença do patrão, principalmente á noite.

§ 7.º A prática de atos contrários às leis, à moral e bons costumes e de vícios torpes.

§ 8.º O costume de enredar e promover discórdia no seio da família, ou entre os outros criados da casa.

§ 9.º A manifestação da gravidez na criada solteira ou na casada, que estiver ausente de seu marido.

§ 10. A infração de qualquer dos deveres, de que trata o art. 22.³⁸

Dez razões que podem ser acrescidas de mais duas exigências constantes do artigo 22: o dever de “Obedecer com boa vontade e diligencia ao seu patrão, em tudo que não seja ilícito ou contrario ao seu contrato.”; e de “Zelar dos interesses do patrão e evitar, podendo, qualquer dano, a que esteja exposto.”.³⁹ As amas

³⁸ *Regulamento de Posturas, Recife, 1887, p. 3.*

³⁹ *Regulamento de Posturas, Recife, 1887, p. 4.*

de leite, contudo, podiam ser dispensadas à revelia do artigo 16, e incidia sobre elas outros tipos de exigências.

Em Salvador, eram seis os motivos pelos quais um/a criado/a podia ser despedido/a:

12.^a – Serão consideradas justas causas para a despedida da pessoa que locou o seu serviço, antes de findo o prazo certo do contrato: 1.^o enfermidade que sobrevenha e prive a pessoa de prestar convenientemente o serviço para que ajustou-se; 2.^o vício de embriaguez; 3.^o infidelidade nas contas; 4.^o imperícia notória para desempenhar o serviço contratado; recusa de prestá-lo; 6.^o calúnia, injúria, ofensa e falta do respeito devido, tanto contra o amo como contra pessoa de sua família.⁴⁰

O conjunto maior de razões que os legisladores recifenses arrolaram para a dispensa de um criado/a, a meu ver, marca mais uma diferença importante em relação aos vereadores de Salvador. Como julgar o que era ou não imperícia, negligência, promoção de discórdia, falta de zelo, obediência e, até certo ponto, a permissão ou não de sair de casa, têm em si elementos de ordem subjetiva, acredito não estar equivocado em perceber, no Recife, maior reforço da autoridade privada dos patrões, que é uma autoridade assentada exatamente nessa perigosa subjetividade e pessoalidade. Em Salvador, ao contrário, a Polícia é um árbitro mais presente. O item “infidelidade nas contas” mostra também que o olhar das autoridades políticas e policiais de Salvador estava mais voltado para o comércio.

Do exposto até aqui, dá para se chegar a uma inferência mais geral. Por um lado, os soteropolitanos foram mais rigorosos no admitir e no controlar o criado por mecanismos policiais; por outro, os legisladores recifenses se preocupavam mais com a submissão à autoridade privada, o que se percebe pela maior lista de razões aventadas para se livrar de um criado indesejável em suas casas.

⁴⁰ *Actas*, Salvador, 30/12/1886, fl. 23v.

Os criados e criadas, por sua vez, também conquistariam “direitos”. A fixação do trabalhador doméstico nos lares teria o aparente benefício de resguardar o empregado de uma dispensa arbitrária, sem “as justas causas”, sem aviso prévio e sem pagamento do valor correspondente a serviços já cumpridos. Ao mesmo tempo em que a Câmara do Recife listou dez razões para a dispensa do criado, considerou que estes tinham apenas quatro razões para abandonar a casa do empregador:

Art. 14. São causas justas para isso:

§ 1.º Doença repentina, que visivelmente o impossibilite do serviço ou moléstia grave em pessoa do cônjuge, filho, pai, ou mãe.

§ 2.º Falta de pagamento de seu salário no tempo ajustado.

§ 3.º Sevícias ou maus tratos de seu patrão ou de pessoa de sua família, verificados por qualquer autoridade policial.

§ 4.º Exigências de serviços, que não os contrato ou de outros, que forem contrários às leis, à moral e aos bons costumes.⁴¹

Ou seja, o olhar dos legisladores era condicionado por seu lugar de classe. Para eles, patrões davam menos motivos para que o criado ou criada abandonasse o seu trabalho. Em caso de doença grave da parte do trabalhador doméstico ou de parente deste, simplesmente perderia o emprego. Não era previsto nada de auxílio médico por conta do patrão. Sendo “moléstia grave”, não tinha como o patrão recuperar seu criado ou criada para o serviço. Costumeiramente, o tratamento médico de doenças dos criados e criadas que fossem curáveis era obrigação do locatário dos serviços, e o Regulamento de Posturas previa isso. As chamadas “doenças passageiras” eram de despesa patronal. Em caso grave, ele devia encaminhar seu empregado/a para o hospital de misericórdia ou outro estabelecimento pio, não tendo o criado “casa particular onde possa ser tratado”.⁴²

⁴¹ *Regulamento de Posturas*, Recife, 1887, p. 2.

⁴² *Regulamento de Posturas*, Recife, 1887, p. 4.

Dos motivos previstos para a justa retirada do empregado/a, o terceiro ainda tinha um componente perverso: o dos castigos recebidos terem de ser comprovados pela autoridade policial. Em 1886, portanto no exato contexto de discussão do *Regulamento de Posturas* Recifense, o Chefe de Polícia pernambucano reconhecia a “falta de médicos propriamente de polícia”. Cirurgiões do Corpo de Polícia faziam as vistorias: “Entretanto, nem sempre são eles encontrados facilmente, e não poucas vezes luta a autoridade policial com sérias dificuldades para a formação dos corpos de delito, que é a base principal do processo.”⁴³ Seja como for, era algum suporte poder, em casos assim, contar com o auxílio de qualquer pessoa. Em um momento em que até os castigos físicos em escravos tinham sido abolidos, os criados e criadas livres não poderiam deixar de ter um instrumento legal sobre o assunto sem uma flagrante contradição com a condição de livres/libertos. Contudo, não encontrei, após as legislações pernambucana e baiana, situações em que os criados denunciasses seus patrões por castigos físicos tendo esta lei como instrumento de defesa. É provável que criados/as assim tratados/as simplesmente esperassem a melhor ocasião para fugir do trabalho, como foi o caso de Anna e Maria Francisca da Conceição, que iniciaram esse texto.

Sobre os direitos de se abandonar o emprego doméstico, eram os mesmos em Salvador e Recife, apenas os soteropolitanos não previam que os maus tratos tivessem de ser comprovados por autoridade policial.

10.^a – Serão consideradas justas causas para retirada, antes de findo o prazo certo do contrato: 1.^o enfermidade grave do locador do serviço que o inabilite para prestá-lo; 2.^o falta de pontual pagamento do seu salário; 3.^o maus tratos feitos pelo amo ou por pessoa de sua família; 4.^o exigência de prestação de serviço para

⁴³ Ver APEJE, *Relatórios dos Chefes de Polícia*, 1886, p. 6. Documento citado em MAIA. “Policiaidos”, p. 76.

que se não tiver ajustado, ou de atos ofensivos da lei e dos bons costumes.⁴⁴

O abandono da casa em que estava empregado/a, sem os motivos acima descritos e sem o aviso prévio de oito dias, era severamente punido: em Recife, multa de 30 mil réis e 8 dias de prisão; em Salvador, a punição era de 20 mil réis e 4 dias de prisão. Mas com duas informações a mais que fazem toda a diferença: “sem prejuízo das mais que possa também incorrer”, e a referência a “Toda a pessoa das referidas na postura n.º 1, quer se ache inscrita, quer não”.⁴⁵ Ora, as autoridades policiais baianas queriam controlar mesmo aqueles criados livres e libertos que não estivessem inscritos na Secretaria de Polícia, e queriam deixar isso o bem claro. Essa punição assim proposta, geral e irrestrita para todo e qualquer criado, talvez fosse um curioso mecanismo para “estimular” as matrículas, pois iriam ser punidos da mesma forma, inscritos ou não. Os legisladores baianos, portanto, procuraram fixar os livres e libertos em um trabalho a qualquer custo. Como Iacy Maia Mata bem disse, os libertos estavam na mira da polícia.⁴⁶

O trabalho que os ex-senhores e ex-senhoras desejavam, no pós-Abolição, não era exatamente um trabalho livre. Os historiadores vêm demonstrando que a retórica liberal do trabalhador livre que vende sua mercadoria (força de trabalho) no mercado em troca da recompensa sob a forma do salário não corresponde às práticas contratuais e aos diversos mecanismos utilizados pelas autoridades públicas para compelir os libertos e livres nacionais ao trabalho. O recebimento do salário, ainda que existente em determinados casos, não era por si só garantia ou sinal de liberdade. Silvia Hunold Lara já percebera diferenças cruciais nos significados da liberdade para libertos e

⁴⁴ Actas, Salvador, 30/12/1886, fl. 23.

⁴⁵ Actas, Salvador, 30/12/1886, fl. 23 e 23v.

⁴⁶ MATA. “Os libertos”, p. 35-59.

senhores/patrões.⁴⁷ Ora, se “noções diferentes de liberdade e de trabalho estiveram em luta no final do século XIX e início do XX”, é preciso pensar como o trabalho em geral, e o doméstico em particular, era visto por ambos os lados do conflito. Para patrões mais assustados com os rumos da mudança, o trabalho livre estava associado à desordem, à desorganização. Mesmo o trabalho doméstico surge como solução para problemas urbanos ligados ao que as autoridades chamavam de vadiagem, porque fixa o trabalhador a uma casa, sob a autoridade privada. Mulheres e homens que serviam a casas de família, contudo, pareciam pouco inclinados a se submeter a uma legislação que visava fixá-los às famílias. Isso não era liberdade para eles. Liberdade podia ser negociar livremente os valores paternalistas ainda vigentes, na velha tática de abrir brechas, sem intermediários: negociar suas saídas à rua, namoros, agir furtivamente, mostrar-se fiel, e, para agir desse modo, não era preciso uma lei. Bastava apostar nas experiências adquiridas no tempo da escravidão e dos ventos mais liberais do fim do século. A República, que herdou do Império uma massa de trabalhadores urbanos livres e libertos, muitos negros e pardos, tratou de criar mecanismos de conscrição ao trabalho. Os libertos, por seu turno, não gostavam muito de tantos regulamentos, e interpretavam a noção de liberdade como o direito de seguir regras e um tempo próprios, em que o trabalho e o lúdico não se tornassem incompatíveis. O Estado, portanto, encontrou no serviço doméstico uma barreira a seus anseios reguladores.

Ainda sobre os instrumentos de controle, percebo mais situações que demonstram o maior interesse de legisladores de Recife em escrutinar as relações pessoais que envolvem a natureza mesma do trabalho doméstico. A maior ênfase no que chamo aqui de tratamento justo, humano, razoável, cristão, se aparenta uma intervenção legal em pontos tão íntimos da relação, implica, quero

⁴⁷ Ver LARA, Sílvia Hunold. “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”. *Projeto História*, São Paulo, n. 16, p. 25-38, fev. 1998.

acreditar, no reconhecimento da margem de autonomia privada para criadas e patrões definirem suas regras. O que seria “Tratar bem ao criado, respeitando a sua personalidade, honra, dignidade e pundonor”? O que seriam também as perdas e danos que um pudesse causar ao outro, tendo que indenizá-lo? Iriam os criados e criadas aproveitar o “direito” de ter “o tempo necessário” de ir à missa aos domingos, para se confessarem? Mesmo as obrigações dos criados e criadas são de ordem subjetiva: zelo, obediência. A legislação baiana, mais econômica no número de artigos, não tinha nenhuma seção intitulada “São deveres do patrão”, ou “São deveres do criado”, o que confere um espaço mais amplo para a intervenção policial. O texto baiano, apenas nos itens relativos à dispensa do criado, deixa implícito o que seria “direito” ou “dever”. O texto pernambucano, por sua vez, era mais prolixo e criou disposições específicas quanto a este tema. Isso explica porque a lei baiana se compunha de apenas 27 artigos, enquanto a pernambucana de 34.⁴⁸

Quanto à regulamentação das amas-de-leite, era praxe que os regulamentos contivessem disposições específicas para elas. Regra geral, além das obrigações comuns aos demais criados/as, deviam cumprir exigências médicas e sanitárias e tratar a criança com zelo. O *Regulamento* Recifense dedicou 5 artigos para o tema. As *Actas* de Salvador, por sua vez, mostraram maior atenção ao assunto, e continham 8 artigos. Provavelmente a tradição da Faculdade de Medicina, a produção de saberes médicos tão próximo, o risco de contágios em uma cidade mais populosa, e talvez outras experiências dos baianos no uso das amas-de-leite, fossem responsáveis por esse maior interesse em fechar as portas para o risco de se contratar uma ama de leite incapaz de fornecer

⁴⁸ Ver *Regulamento de Posturas*, Recife, 1887; e *Actas*, Salvador, 30/12/1886. Dos projetos de posturas e regulamentos a que tive acesso, o maior e mais detalhado era mesmo o do Rio de Janeiro, que continha nada menos do que 55 artigos. Ver Consulta, Conselho de Estado, Seções Reunidas de Justiça e Império, Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1889, AGC-RJ, Serviço Doméstico; Projetos de Posturas e Pareceres do Conselho d’Estado sobre o serviço doméstico no Rio de Janeiro, 1881-1889, Cod. 50-1-43.

um leite de qualidade e atitudes de carinho à criança. O rigor dos legisladores baianos era visivelmente maior do que o dos pernambucanos. Em Recife, a exigência de exames médicos era a mesma, mas o texto pernambucano era menos preciso: “sujeitar-se na secretaria de polícia a um exame médico da Câmara municipal, o qual declarará na caderneta do estado de saúde em que ela se achar”.⁴⁹ Este exame poderia ser exigido a qualquer momento pelos patrões, e, não sendo, seria realizado a cada trinta dias, “sob pena de lhe ser cassada a caderneta”. Os soteropolitanos foram bem mais detalhistas na descrição das práticas de controle:

15.^a – A mulher que alugar-se como ama de leite, ocultando moléstia que sofra, ou tenha sido reconhecida incapaz de amamentar crianças em exame médico porque tenha passado, em virtude de ordem ou despacho da Câmara, do Chefe de Polícia ou Delegado, e da Inspeção de Higiene Pública, incorrerá na pena de 20\$000 de multa ou 4 dias de prisão, sem prejuízo das demais em que possa incorrer.

A pena será dobrada nos casos de reincidência.

16.^a – A mulher que, tendo-se alugado como ama de leite, recusar-se a ser examinada por médico designado pela Câmara, pelo Chefe de Polícia ou Delegado, e pela Inspeção de Higiene Pública, a pedido do amo, incorrerá na pena de 20\$000 de multa ou 4 dias de prisão.

A pena será dobrada nos casos de reincidência.

17.^a – A ama de leite que, tendo locado seu serviço por tempo certo, em virtude de contrato feito por algum dos meios reconhecidos em direito, abandonar a criança antes de findo o prazo do seu contrato, não tendo para isso alguma das justas causas de que trata a seguinte postura, e reconhecidas pela forma n’ela determinada, incorrerá na pena de 30\$000 de multa e 8 dias de prisão, além das demais em que possa incorrer.⁵⁰

Ao contrário do texto pernambucano, que omitiu a possibilidade de a ama-de-leite abandonar a criança antes do fim

⁴⁹ *Regulamento de Posturas*, Recife, 1887, p. 3.

⁵⁰ *Actas*, Salvador, 30/12/1886, fl. 24.

do contrato, o texto baiano previu esta possibilidade e tratou de fixar 30 mil réis de multa e 8 dias de prisão, “além das demais em que possa incorrer”. Contra o risco de abandono da criança, a legislação do município de Salvador cunhou ainda mais dois artigos:

19.^a - A ama de leite que se tiver alugado por tempo indeterminado, não poderá abandonar a criança, antes de concluída a amamentação, sem que tenha alguma das justas causas mencionadas na postura n.º 18 e dado aviso ao seu amo, 15 dias antes, pelo menos, da sua retirada; e aquela que proceder de modo diverso incorrerá na pena de 30\$000 de multa e 8 dias de prisão, além das demais em que possa incorrer.

A pena será dobrada nos casos de reincidência.

20.^a - Será considerada concluída a amamentação a juízo de médico designado pela Câmara, pelo Chefe de Polícia ou Delegado e pela Inspeção de Higiene Pública, se ela não for havida por acabada, a ama de leite será obrigada a continuá-la pelo tempo necessário, sob as mesmas penas da postura antecedente, salvo ocorrendo alguma das justas causas da postura n.º 18.⁵¹

No Recife, ao contrário, e com um texto que inverte, em parte, o modo como os soteropolitanos forjaram o seu, a letra da lei previa o modo como as amas-de-leite poderiam, legalmente, abandonar o emprego. Além dos motivos gerais para todos os criados, previstos no artigo 14, declarou-se:

poderá abandonar a casa do patrão, quando da alimentação lhe possa provir
ou já tenha provindo [sic.] alguma enfermidade, por causa de sua constituição física, ou por moléstia transmissível da criança, tudo a juízo do
médico da Câmara, que isto mesmo declarará na caderneta.⁵²

⁵¹ *Actas*, Salvador, 30/12/1886, fl. 24-24v.

⁵² *Regulamento de Posturas*, Recife, 1887, p. 3.

Os soteropolitanos foram bem mais atenciosos com as crianças do que com amas-de-leite, é verdade. Mas não foram de todo omissos quanto aos riscos de as próprias crianças causarem enfermidades às amas. Estas, em Salvador, também poderiam se retirar das casas onde amamentassem, caso comprovassem alguma enfermidade da criança perante a Câmara, o Chefe de Polícia e a Inspetoria de Higiene. Regra geral, as amas-de-leite de Salvador estavam sob maior vigilância, mas esse direito de deixar de amamentar uma criança não fora negligenciado.

Em um aspecto, contudo, os legisladores pernambucanos foram mais cautelosos: multar e prender a ama-de-leite que amamentasse mais de uma criança.⁵³ Os baianos não pensaram nisso. Para os legisladores brasileiros como um todo, sob uma influência cada vez maior dos chamados políticos-médicos do país, todas as criadas e criados inspiravam o terror do contágio pela sua presença no seio da família. No caso das amas-de-leite, particularmente, os temores eram ainda maiores, dada a intimidade delas com a criança da família. O saber médico, neste item, é o principal aliado dos administradores públicos de todo o Império, e logo se tornam nos principais formuladores de uma polícia médica salvacionista de todo o corpo social.⁵⁴

Em um contexto no qual a medicina avançava como um campo de práticas e representações sobre todo o tecido social, o corpo da ama-de-leite se tornou alvo de esquadrinamento, controle e de produção de verdades sobre o que deveria ser a “verdadeira mulher” e sobre a sociedade como um todo.⁵⁵ Os poucos artigos sobre elas nas *Actas* e no *Regulamento* aqui investigados não deve enganar. As amas-de-leite, no Brasil da segunda metade do século XIX, eram, de longe, as domésticas mais

⁵³ *Regulamento de Posturas*, Recife, 1887, p. 3.

⁵⁴ Para uma visão geral dos esforços de controle sobre amas-de-leite na Corte, ver CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. “Procura-se “preta, com muito bom leite, prendada e carinhosa”: uma cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca (1850-1888)”. (Tese Doutorado, Universidade de Brasília, 2006).

⁵⁵ Ver CARNEIRO. “Procura-se”, p. 148-150.

perigosas, porque tidas por “viciosas” e porque eram imprescindíveis aos costumes familiares da época. Não é sem propósito que o Rio de Janeiro, dois anos antes da legislação Recifense e soteropolitana sobre criados e criadas, tenha formulado um código de posturas especificamente para elas.⁵⁶ Desde 1876, contudo, havia o ambicioso projeto do Dr. Moncorvo Figueiredo, publicado na Gazeta Médica da Bahia, mas que não fora implantado. Os fracassos recorrentes indicam que tanto amas-de-leite quanto patrões, por motivos diversos, não queriam seguir regras que violavam suas intimidades. E, no caso das amas-de-leite, violavam mesmo seus corpos. Segundo Graham, tanto Moncorvo de Figueiredo como seus pares haviam se enganado julgando que as amas-de-leite correriam para suas clínicas de saúde para se submeterem a exames médicos compulsórios.⁵⁷ E as demais trabalhadoras/es domésticas/os? E os patrões/as decidiram-se a registrar os contratos de seus criados/as, e estas foram espontaneamente para a Secretaria de Polícia, declinarem os endereços e as famílias a quem estavam vinculados?

Apontamentos e conclusão

A resposta não é tão simples. Um olhar mais geral sugere que as relações de trabalho doméstico remunerado resistiram à normatização, permanecendo como um campo marcadamente influenciado pelos costumes e pela tradição do mando pessoal, já conhecido pelas famílias e criadas/os. Por essa leitura, o fracasso do Estado em intervir nos “contratos” parece ser total. Mas esta leitura pode omitir algo importante: em Recife e Salvador, bem como nas cidades mais importantes do Império, houve um real esforço de cumprir os regulamentos produzidos pelas Câmaras

⁵⁶ Ver Projecto de Postura sobre amas de leite. Posturas (1880-1888). 24, 25, 25A e 25B. Códice 18-2-10. AGCRJ, citado em CARNEIRO. “Procura-se”, p. 177.

⁵⁷ GRAHAM. *Proteção*, p. 150.

Municipais. Cadernetas, Livros de Matrículas, multas, tudo isso chegou a acontecer por certo tempo.⁵⁸ O que já não é tão simples de explicar é por que esse esforço de uma década não prosseguiu com o mesmo rigor nos anos iniciais da República. A interpretação do pioneiro estudo de Sandra Graham ainda se impõe: “Mais do que qualquer outra consideração, era a violação da privacidade doméstica e da autoridade pessoal que prevenia os patrões contra a regulamentação pública do trabalho doméstico.”⁵⁹ A autoridade privada e seus códigos paternalistas de mando e de submissão predominariam na casa, reino do poder senhorial já tão erodido pelas leis emancipacionistas, e assim deveriam prevalecer após 1888, não obstante a existência de discursos alarmados apontando crises e insubordinações no trabalho doméstico.⁶⁰ Uma mudança sutil nessa interpretação, contudo, pode vir a reforçar a resistência das próprias pessoas libertas e livres pobres que dominavam práticas de resistência costumeiras ancoradas em experiências do mundo da escravidão e do paternalismo. Ganhos miúdos como o de alimentos/roupas, o de habitar com a filha/o na casa dos patrões, o de dormir em sua própria casa, o de abandonar a família tão logo se sentissem maltratadas; ou ainda o de solicitar abonos de boa conduta para se engajar em novos arranjos de trabalho doméstico, desde sempre pertenciam aos padrões culturais dos dois campos. Patrões, por sua vez, tinham mecanismos privados razoavelmente eficientes para conseguir criadas e criados que substituíssem aqueles considerados menos submissos ao mando doméstico e que, simplesmente “fugiam” das casas.

Do mesmo modo que Flávia Fernandes de Souza compreendeu, o discurso que apontava para uma “crise da domesticidade”, com criados mais altivos do que no tempo em que

⁵⁸ Ver SILVA. *Nem mãe preta*, pp. 356-370.

⁵⁹ GRAHAM. *Proteção*, p. 147.

⁶⁰ Ver SOUZA, Flávia Fernandes de. “Criados, escravos e empregados: o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920).” (Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2017), pp. 286-388.

predominavam relações escravistas de trabalho, não foi suficiente para provocar unanimidade nem mesmo no campo dos patronal. Do mesmo modo, da parte das trabalhadoras/es domésticos, resistências antigas e novas, experiências antigas e novas eram parte integrante de um rol de táticas de sobrevivência já conhecidas: fofocas, proteções, fugas, ganhos pontuais em um jogo que não precisava de um Estado mais repressor de livres e libertos do que promotor de emancipação e de direitos faziam parte do universo cultural no campo dos subalternos. A força do paternalismo e dos costumes sobreviveu, apesar de suas ambiguidades, ao conjunto de regulamentos produzido para controlar o trabalho doméstico. Pelo menos em Recife, pelo jornal *O Binóculo*, é sabido que “têm se nos feito sentir os embaraços criados pela má vontade de ‘criados’ que, pela ignorância peculiar, fogem e negam-se à observância dessa lei, alegando ser isso nova forma de escravidão”⁶¹. Ora, quero crer que não era ignorância como sugere o articulista, mas uma experiência bem enraizada no campo de forças do paternalismo. Experiência também compartilhada por quem lhes explorava o trabalho.

Referências

AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2004.

BARICKMAN, Bert. J. “Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do recôncavo baiano (1850-1881)”. *Afro-Ásia*, Centro de Estudos Afro-Orientais – UFBA, n. 21-22, p. 177-238, 1998-1999.

CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. “Procura-se “preta, com muito bom leite, prendada e carinhosa”: uma cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca (1850-1888)”. (Tese Doutorado, Universidade de Brasília, 2006).

⁶¹ *O Binóculo*, Recife, 14 de janeiro de 1888. Citado em FREYRE, Gilberto. *Ordem & Progresso*. 6ª ed. revista. São Paulo: Global Editora, 2004, p. 445.

- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.
- FILHO, W. F. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.
- FORTES, Alexandre. “Nós do Quarto Distrito...’: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas”. (Tese Doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas, 2001).
- FREYRE, Gilberto. *Ordem & Progresso*. 6ª ed. revista. São Paulo: Global Editora, 2004.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. Trad. Viviani Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- LAMOUNIER, Maria Lúcia. “Formas da transição da escravidão ao trabalho livre: a Lei de Locação de Serviços de 1879”. (Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 1986).
- LARA, Sílvia Hunold. “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”. *Projeto História*, São Paulo, n. 16, p. 25-38, fev. 1998.
- LIMA, Henrique Espada. “Trabalho e lei para os libertos na ilha de Santa Catarina no século XIX: arranjos e contratos entre a autonomia e a domesticidade”. *Cad. AEL*, v. 14, n. 26, p. 133-175, 2009.
- MAIA, Clarisse Nunes. “Policiaidos: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865-1915”. (Tese Doutorado em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2001)
- MATA, Iacy Maia. “Os libertos na mira da polícia: disputas em torno do trabalho na Bahia pós-abolição”. *História Social*, Campinas, SP, Nº 14/15, p. 35-59, 2008.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura* – História, cidade e trabalho. São Paulo/Bauru: Edusc, 2002.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio*: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

PENA, Maria Valéria. *Mulheres e Trabalhadoras*: a presença feminina na constituição do sistema fabril. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*: a utopia da cidade disciplinar. Brasil: 1890-1930. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

SILVA, Maciel Henrique. *Nem Mãe Preta, nem Negra Fulô*: histórias de trabalhadoras domésticas em Recife e Salvador (1870-1910). Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

SILVA, Maciel Henrique. *Pretas de honra*: vida e trabalho de domésticas e vendedoras no Recife do século XIX (1840-1870). Recife: Ed. Universitária da UFPE; Salvador: Edufba, 2011.

SOHIET, Rachel. “Mulheres pobres e violência no Brasil urbano”. In: DEL PRIORE, Mary. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

SOUZA, Flávia Fernandes de. “Criados, escravos e empregados: o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920).” (Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2017).

VILELA, Carneiro. *A emparedada da Rua Nova*. 4ª ed. Recife: Ed. do Organizador, 2005.

As práticas de ensino e aprendizagem manufatureiras no Rio de Janeiro após o fim das corporações de ofício (1824-1860)

Daiane Estevam Azeredo¹

De acordo com Geraldo Beauclair,² os termos “indústria”, “manufatura” e “fábrica” teriam significados distintos nas fontes do século XIX. Ao analisar a documentação da Junta de Comércio, Agricultura, Fábrica e Navegação, ele verificou que a palavra “indústria” se referia a um conjunto de especialidade, como “indústria agrícola”, “indústria de transportes” e etc. “Oficinas”, por sua vez, seriam estabelecimentos com pouca mão de obra, “fábrica” se remeteria a oficina de maior porte e “manufatura” seria um conjunto de fábricas. Por essa lógica, fábrica era de menor porte do que manufatura.

De todo modo, segundo Eulalia Maria Lobo, as atividades artesanais e manufatureiras não teriam um considerável destaque na economia carioca entre 1800 e 1840. A concorrência estrangeira, a falta de uma política voltada para a produção interna e as limitações que o sistema escravista impunha são as principais razões para essa posição. Isso mesmo após o período da

¹ Mestre e Doutoranda em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: daianest.az@gmail.com

² OLIVEIRA, Geraldo Beauclair Mende de. *Raízes da indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense, 1808-1860*. Rio de Janeiro: Studio F & S Ed., 1992, p. 17.

independência.³ Lobo destacou, ainda, que “a pequena dimensão do artesanato e da manufatura pode ser atribuída ao caráter agrário exportador da economia que não se voltava para iniciativas que introduzissem relações distintas das formas escravistas dominantes. [...]”⁴ Nesse sentido, as atividades que não se referissem a plantação e ao comércio eram marginalizadas. “[...] Em termos relativos o artesanato era mais importante do que a manufatura.”⁵

Geraldo Beauclair apontou, por outro lado, que

Quando existe uma diversificação de atividades agrícolas, naturalmente aumentam as formas de beneficiamento. Essa elaboração, essa ação modificadora sobre os produtos da terra (e do mar) tende a ser aplicada através de pequenos inventos e máquinas simples que podem evoluir pouco a pouco. Surgem, assim, pequenas oficinas, em quantidades razoáveis, que podem se desenvolver paulatinamente.⁶

Essa perspectiva vai de encontro a concepção de Luiz Carlos Soares,⁷ embora ele tenha colocado como ponto de partida a economia cafeeira e sua reorganização, bem como a política tarifária de 1844. Para ele, a expansão da economia cafeeira e sua maior integração no mercado mundial demandaram diversas atividades urbanas. Investiu-se no comércio, transporte e bancos, por exemplo. “Assim, as atividades industriais puderam ser desenvolvidas fora da grande propriedade rural em uma escala muito maior, adotando uma forma de organização manufatureira e

³ LOBO, Eulalia Maria L. *História do Rio de Janeiro* (do capital comercial ao capital industrial e financeiro). Vol. I. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978, p. 105

⁴ LOBO, Eulalia Maria L. *História do Rio de Janeiro*, p. 106.

⁵ LOBO, Eulalia Maria L. *História do Rio de Janeiro*, p. 108.

⁶ OLIVEIRA, Geraldo Beauclair Mende de. *Raízes da indústria no Brasil*, p. 28-29.

⁷ SOARES, Luiz Carlos. “A manufatura na formação econômica e social escravista no sudeste.” Um estudo das atividades manufatureiras na região fluminense: 1840-1880. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, 1980), p.121-122.

possibilitando, a proliferação de oficinas artesanais independentes nas áreas urbanas.”⁸

A reforma tarifária de 1844 teria proporcionado um momento mais favorável para investir em indústrias de maior porte, mas, lembrando, sem ultrapassar o poderio dos plantadores. Para máquinas e peças importadas, por exemplo, não se pagava esses tributos. Pela lei de 1847, as manufaturas estabelecidas no Brasil, fossem brasileiras ou estrangeiras, seriam isentas de tarifa sobre as matérias primas importadas. No entanto, na prática, nem todos estavam isentos. Em 1847, por exemplo, apenas 13 estabelecimentos tinham isenção. E em 1852, apenas 43 deles receberam essa concessão. Isso evidencia que para Soares o fomento à industrialização seria contido justamente por causa dos grandes plantadores.⁹

Desse modo, teriam existido dois momentos: um de predominância da atividade artesanal e que compreendeu o período de 1808 a 1840 e outro em que houve um maior desenvolvimento das atividades manufatureiras e que se subdividiu em dois momentos. Um deles seria entre 1840 e 1860 e se caracterizou pela proliferação dessa forma de produção e o outro seria entre 1860 e 1880 em que ocorreu uma drástica diminuição no número desses estabelecimentos.

Entre 1808 e 1840 teria existido no Rio de Janeiro 77 estabelecimentos classificados pela Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação como sendo manufaturas e fábricas. No entanto, boa parte delas tratava-se de oficinas artesanais independentes. Instalações manufatureiras de fato seriam 21, sendo que 13 delas foram fundadas entre 1831 e 1840,

⁸ SOARES, Luiz Carlos. “A manufatura na formação econômica e social escravista no sudeste.” p. 124.

⁹ SOARES, Luiz Carlos. “A manufatura na formação econômica e social escravista no sudeste.”, p. 124-126.

predominando os ramos de fiação e tecelagem de algodão, velas, sabão e chapéus.¹⁰

Além desse artesanato independente, é possível encontrar o artesanato gremial. Formalmente as corporações de ofício foram abolidas em 1824, mas as atividades artesanais teriam permanecido vinculadas a esse sistema até os anos de 1840. Os fatores responsáveis pelo fim dessas organizações eram os seguintes, segundo Eulalia Lobo: a atividade sendo desenvolvida por escravos em casas particulares, a queda de qualidade, do controle sobre o preço e o uso de escravos como aprendizes.¹¹ Soares acrescenta a proliferação de oficinas independentes e o surgimento da atividade manufatureira em 1840.¹²

De todo modo, em 1840, nota-se um aumento considerável no número de manufaturas no Rio de Janeiro. Nessa década existiram 41 manufaturas e nos anos 1850, mais especificamente até o final dessa década, existiriam 108 manufaturas. Os principais ramos foram o têxtil, chapéu, velas, calçados e etc.¹³

Desse modo, para Soares,

[...] A expansão das atividades manufatureiras se intensificam nos anos 1850, mas a partir do início dos anos 1860 houve uma diminuição no ritmo de desenvolvimento das manufaturas e um crescimento industrial mais significativo só foi possível a partir dos anos 1880, quando a crise do regime escravista de produção, que vinha se desenvolvendo desde o decênio anterior, se aprofundou e levou a sua destruição. Até os anos 1880, a manufatura foi a forma de organização do trabalho industrial mais importante e só começou a ser implantada a partir desta década com o surgimento da grande industrial fabril.¹⁴

¹⁰ SOARES, Luiz Carlos. “A manufatura na formação econômica e social escravista no sudeste.”, p. 115-116.

¹¹ LOBO, Eulalia Maria L. *História do Rio de Janeiro*, p. 111.

¹² SOARES, Luiz Carlos. “A manufatura na formação econômica e social escravista no sudeste.”, p. 117.

¹³ SOARES, Luiz Carlos. “A manufatura na formação econômica e social escravista no sudeste.”, p. 155.

¹⁴ SOARES, Luiz Carlos. “A manufatura na formação econômica e social escravista no sudeste.”, p. 4.

Isso nos leva a pensar que essas atividades não eram tão desprezíveis assim. Conforme sinalizamos anteriormente, Luiz Carlos Soares sugeriu que as manufaturas se desenvolveram junto às atividades comerciais, de serviços urbanos, bancárias e de transportes, em conformidade com a organização da sociedade escravista e com os interesses dos grandes cafeicultores. Soares assinalou, ainda, que entre as décadas de 1840 e 1860 teria se elevado o número de oficinas artesanais, além de grandes comerciantes ter investido em estabelecimentos de maior porte nesse contexto mais favorável ao setor secundário brasileiro.¹⁵

Nesse sentido, analisaremos as formas como se processaram a formação dos trabalhadores para oficinas e manufaturas particulares no Rio de Janeiro num período de transformações do setor secundário da economia. Apesar de parte da historiografia indicar a atividade mecânica como uma atividade sem importância socioeconômica, ela foi alvo de ações da coroa portuguesa desde o período colonial, fossem no sentido de conter seu desenvolvimento ou não.

O ensino e a aprendizagem do trabalho mecânico no Rio de Janeiro até 1824

De modo geral, as corporações de ofícios eram as organizações incumbidas pela formação profissional dos trabalhadores de ofício mecânico no Brasil até pelo menos 1824.¹⁶ Os artesãos que não estivessem ligados a uma corporação de ofício eram impossibilitados de desempenharem suas atividades

¹⁵ SOARES, Luiz Carlos. “A escravidão industrial no Rio de Janeiro do século XIX.” *Anais do V Congresso de História Econômica e 6ª Conferência internacional de História de Empresas*, Caxambu/2003, p. 2.

¹⁶ O sentido do termo ofício varia de acordo com o contexto que é utilizado. Na presente pesquisa utilizamos esse termo para se referir ao conjunto de trabalhadores da mesma profissão, sendo estas ligadas às atividades manuais. CUNHA, Luiz Antônio. “Aspectos sociais da aprendizagem de ofícios manufatureiros no Brasil colônia.” *Fórum Educacional*, Rio de Janeiro, 2 (4): 31-65, out./ dez.1978, p. 46-47.

profissionais.¹⁷ Vinculadas às irmandades leigas no mundo ibérico, o poder das corporações alargava cada vez mais, fazendo com que elas tivessem determinado domínio nas cidades, como a formulação de regras que impedissem a prática de algumas atividades a quem não fizesse parte dessas organizações, contando para isso com o apoio das autoridades locais.¹⁸

Segundo Luiz Antonio Cunha, a aprendizagem no Brasil colonial foi desenvolvida de forma diferenciada. A primeira escola foi fundada aqui durante o período em que a corte portuguesa esteve no Brasil.¹⁹ Nesse sentido, as corporações proporcionavam elementos voltados ao mundo do trabalho. Ao se inserir nesses espaços, os aprendizes passavam por um longo processo de formação, estando vinculados aos seus mestres por um bom período de tempo.

Luiz Antônio Cunha²⁰ sugeriu, ainda, que as corporações de ofício do Brasil colonial se desenvolveram de modo diferenciado ao das similares guildas dos países europeus. As relações escravistas teriam afastado os agentes livres das práticas artesanais e manufatureiras, principalmente em relação às atividades que demandavam esforço físico. No entanto, essas organizações também teriam criado mecanismos para desestimular o uso de escravos em alguns ofícios, preservando, assim, por meio do apoio das câmaras municipais, o exercício de determinadas atividades a uma pequena parcela de agentes.

Sendo assim, Cunha destacou que o atrelamento de alguns ofícios, especialmente os de caráter manual, à escravidão fez com

¹⁷ BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder* (Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais). São Paulo: Editora Ática, 1986; MARTINS, Mônica de Souza Nunes. *Entre a Cruz e o Capital: as corporações de ofício no Rio de Janeiro após a chegada da família real (1808-1824)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008; RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

¹⁸ MARTINS, Mônica de Souza Nunes. *Entre a Cruz e o Capital*, p. 19.

¹⁹ CUNHA, Luiz Antônio. "Aspectos sociais da aprendizagem", p. 33.

²⁰ CUNHA, Luiz Antônio. "O ensino industrial-manufatureiro no Brasil". In: *Revista Brasileira de Educação*. Mai/Jun/Jul/Ago 2000, nº 14.

que não aproximasse muitos agentes ao exercício dessas referidas atividades. Além disso, o trabalho e a aprendizagem do mesmo eram compulsórios, não tendo jovens e crianças o direito de escolha. Dessa forma, “desde os tempos coloniais, quando um empreendimento manufatureiro de grande porte, como os arsenais de marinha, por exemplo, exigia um contingente de trabalhadores não disponíveis, o Estado coagia homens livres a se transformarem em artífices.”²¹

Dessa forma, destaca-se que esse tipo de ação não era realizado com qualquer pessoa, mas por quem não tivesse condições ou meios para resistir. Menores abandonados, órfãos e desvalidos eram encaminhados pela Santa Casa de Misericórdia e juízes aos arsenais militares para aprenderem algum ofício, sendo internados para isso, podendo escolher em que trabalhar depois de um bom número de anos.

Nota-se, pois, a importância que esses tipos de organizações tiveram no Brasil colonial e imperial, principalmente para homens e mulheres cativos, libertos e agentes livres e pobres que não tivessem outra fonte de recursos. Todavia, a partir das transformações no mundo do trabalho, sugeriram novas formas de processo de trabalho que fizeram com que as pressões sobre os trabalhadores também se elevassem. A perspectiva de produção em um período de tempo menor foi fazendo parte do cotidiano desses trabalhadores.

Desse modo, as corporações foram intensamente criticadas, pois elas exerciam o controle tanto sobre o aprendizado como sobre a produção nas oficinas, como relatamos no início deste trabalho. Os primeiros questionamentos foram colocados por Adam Smith em sua obra intitulada *Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*,²² trabalho publicado em 1776, ao

²¹ CUNHA, Luiz Antônio. “O ensino industrial-manufatureiro no Brasil”, p. 91.

²² SMITH, Adam. *Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980, vols. I e II.

apontar sua posição contrária às corporações inglesas. Para ele, a liberdade econômica seria o fator principal que levaria ao enriquecimento das nações, mas para que isso ocorresse eram necessárias transformações nas relações de trabalho. Seria somente desse modo que as práticas de livre comércio poderiam ser realmente colocadas em prática.

Desse modo, contrariando o argumento de que as corporações tinham papel importante para a aprendizagem dos artesãos, Smith declara que as relações emanadas pelas corporações seriam prejudiciais, pois, ao proporcionar privilégios aos seus membros, elas estariam dando origem às desigualdades entre os trabalhadores. Além disso, o privilégio de aprendizagem proporcionado pelas corporações não levaria automaticamente a disciplinarização do trabalhador, pois a condição de aprendiz não geraria retorno financeiro, sob a forma de salário.²³

Segundo Mônica Martins,²⁴ essas críticas liberais percorreram vários países, fazendo com que algumas corporações de ofício fossem extintas e outras se transformassem, adquirindo novas funções. Baseadas em elos de sociabilidade entre os trabalhadores, as corporações de ofício propiciaram elementos para criação de normas formas de organização de trabalhadores entre os séculos XIX e XX.

No entanto, os postulados liberais preconizados por Adam Smith também chegaram ao Brasil, tendo como principal seguidor local o Visconde de Cairu, José da Silva Lisboa. Ele procurou adequar as ideias liberais ao contexto brasileiro com o intuito de propiciar formas para o enriquecimento do Brasil e, conseqüentemente, ao desenvolvimento industrial do mesmo.²⁵

²³ SMITH, Adam. *Inquérito sobre a natureza*, vol. I, p. 269-270.

²⁴ MARTINS, Mônica de Souza Nunes. *Entre a Cruz e o Capital*, p. 12-13.

²⁵ CAIRU, José da Silva Lisboa. *Observações sobre a franqueza da indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil*. (Coleção Biblioteca Básica Brasileira). Brasília: Senado Federal, 1999.

Para Cairu, o sistema colonial foi prejudicial para o Brasil, pois a instalação de manufaturas não foi estimulada, não permitindo, pois, a atuação em outras esferas que não fossem voltadas para a mineração, a agricultura e as artes. Além disso, o monopólio comercial impediu que o Brasil crescesse economicamente, já que não havia um fomento à industrialização e nem à liberdade de comércio. Sendo assim, ele defendeu que fossem tomadas medidas semelhantes às realizadas na Europa, além de se espelhar no caso da América do Norte, para que gradativamente o Brasil se industrializasse.

Dessa forma, com o avanço dessas ideias, desde antes mesmo o processo de independência, fortaleceu-se entre os grupos políticos do Brasil o pensamento liberal. Isso teria feito com que a ideia de extinção das corporações de ofício ganhasse espaço no texto constitucional de 1824,²⁶ embora Cairu tenha sido o único contrário ao artigo que versava sobre a proibição das corporações.

Segundo Mônica Martins,²⁷ José da Silva Lisboa não considerava as corporações de ofício um empecilho para a liberdade de comércio e para o desenvolvimento industrial do Brasil. Além disso, ele teria chamado a atenção para a importância que as corporações tinham na formação e no aprendizado dos trabalhadores, principalmente para as famílias mais pobres, pois era por meio dessa forma organizativa que essas pessoas teriam a oportunidade de aprender uma profissão, além de ser um importante elemento para a disciplinarização dos trabalhadores. No entanto, as ideias de Cairu não ganharam força nos debates parlamentares.

Por outro lado, alguns pesquisadores já questionaram se as concepções liberais estariam fora de lugar no Brasil por causa das relações escravistas. Foi Roberto Schwarz quem sugeriu que as

²⁶ OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *A astúcia liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista: EDUSF e ÍCONE, 1999.

²⁷ Para maiores informações sobre essa posição de Lisboa, ver: MARTINS, Mônica de Souza Nunes. *Entre a Cruz e o Capital*, p. 120-124.

ideais liberais estariam fora de lugar, pois estas teriam se instalado em território que não era burguês.²⁸ Por essa visão, os escravos impunham limites a racionalização da produção, já que os trabalhadores livres imobilizariam menos o capital. Ricardo Salles, por sua vez, indicou que liberalismo e escravidão não demonstrariam discordâncias.²⁹ Em outras palavras, as concepções liberais poderiam não ignorar a escravidão como fator possível nos quadros da economia de livre mercado. Isso se explicaria porque nem todos os países europeus demonstraram críticas a ele.

Entretanto, Geraldo Beauclair indicou que, embora as ideias liberais fossem dominantes, existiria outro pensamento que não foi desprezível, mas que demonstrava ser limitado e pôde ser compreendido nos documentos da Junta de Comércio e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN).³⁰ Para ele, seria na verdade um pensamento inédito que não se caracterizava como liberal e nem mercantilista.³¹ Haveria uma proposição de favorecimento à agricultura e também às fábricas, num sentido de complementaridade, apesar de essa ideia não ter se constituindo em uma política organizada.³²

De todo modo, ainda de acordo com Mônica Martins,³³ tiveram também outros fatores que levaram ao fim das corporações de ofício em 1824. Foram eles: a perda de poder dos juizes do povo como representantes das corporações de ofício, uma vez que os homens de negócio emergiram na esfera política e estes exerceram pressão contra o monopólio praticado pelas corporações, e a diminuição do peso da religião sobre os ofícios mecânicos e sobre as relações econômicas no meio urbano. Então,

²⁸ SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. 5ª ed. São Paulo: Duas cidades, 2000.

²⁹ SALLES, Ricardo. *Nostalgia imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p. 119.

³⁰ OLIVEIRA, Geraldo Beauclair Mende de. *Raízes da indústria no Brasil*, p. 48.

³¹ Ver: SALLES, Ricardo. *Nostalgia imperial*. SCHWARTZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*.

³² OLIVEIRA, Geraldo Beauclair Mende de. *Raízes da indústria no Brasil*, p. 183-184.

³³ MARTINS, Mônica de Souza Nunes. *Entre a Cruz e o Capital*, p. 148-149.

uma questão emerge a partir desse panorama: como passaram a ser desenvolvidas as práticas de ensino voltadas para as atividades artesanais, manufatureiras e fabris após o fim das corporações?

O ensino e a aprendizagem nas manufaturas e nas fábricas cariocas entre 1824 e 1860

Com a chegada da corte portuguesa no Rio de Janeiro em 1808, uma série de transformações foram realizadas. Em relação às medidas voltadas para as atividades do setor secundário, temos em 1808 a revogação do alvará de 1785 que proibia a instalação de manufaturas têxteis no Brasil. Nesse mesmo ano temos também a abertura dos portos que, segundo Geraldo Beauclair, tinha por o objetivo também o de dar liberdade a indústria. No entanto, como somente isso não bastava, em 12 de outubro de 1808 foi criado o “Banco Nacional na Capital”, o Banco do Brasil, com o objetivo de fornecer recursos às manufaturas, embora essa prática teria sido incomum. Já em 28 de abril de 1809 teria sido editada uma política tarifária que isentava às fábricas locais das matérias-primas, além de conceder isenção para a exportação dos produtos manufaturados do país e loterias para os estabelecimentos que necessitavam de auxílio. Nesse mesmo alvará concedeu-se privilégio por 14 anos aos inventores de máquinas.³⁴

Para Emília Viotti da Costa,³⁵ aos poucos as medidas que garantiriam o domínio de Portugal sobre o Brasil foram sendo revogadas. No entanto, nem todos os privilégios e restrições foram eliminados, alguns deles, inclusive, só foram abolidos após a independência. O decreto de 18 de outubro de 1810, por exemplo, igualou a taxaço dos comerciantes portugueses e ingleses, passando estes a pagar 15% sobre gêneros e mercadorias

³⁴ OLIVEIRA, Geraldo Beauclair Mende de. *Raízes da indústria no Brasil*, p. 43.

³⁵ COSTA, Emília Viotti da. “Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil” In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em Perspectiva*. São Paulo: Difel, 1982, p. 10.

importadas “por conta de portugueses”. Outro exemplo é o alvará de 13 de julho de 1811 que favorecia as manufaturas portuguesas importadas no Brasil.

Dessa forma, Viotti percebeu a política de D. João VI como contraditória, pois ao passo que buscava favorecer os interesses estrangeiros, tentava agradar os portugueses. Isso evidencia que a política aqui adotada oscilava entre os princípios liberais e os mercantis. “[...] Adotar em toda a extensão os princípios do liberalismo econômico significaria destruir as próprias bases sobre as quais se apoiava a Coroa. Manter inato o sistema colonial era impossível nas novas condições. [...]”³⁶

De todo modo, após 1840 teria ocorrido um surto industrial na Praça carioca, fazendo com que o número de estabelecimentos de maior parte se elevasse consideravelmente, passando a um total de 108 manufaturas, sendo 88 no município neutro e 20 em outros municípios da província no final da década de 1850.³⁷ No entanto, na década de 1860 a 1880 esse quadro teria mudado de configuração por causa da nova política tarifária colocada em prática.

De acordo com Luiz Carlos Soares,

Nos anos 1860 verificou-se uma retração dos investimentos manufatureiros em decorrência das reformulações tarifárias de 1857 e 1860, que levaram o Governo Imperial à adoção de uma política alfandegaria nitidamente fiscalista, revogando os incentivos às manufaturas em atendimento aos interesses dos grandes plantadores que exigiam o barateamento dos gêneros de primeira necessidade, principalmente através da redução dos impostos de importação. Os estabelecimentos manufatureiros atravessaram um período de grandes dificuldades, pois, com a redução dos impostos de importação dos produtos estrangeiros e com a revogação da isenção do pagamento de direitos

³⁶ COSTA, Emília Viotti da. “Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil”, p. 13.

³⁷ SOARES, Luiz Carlos. “A manufatura na formação econômica e social escravista no sudeste.”, p. 155.

alfandegários sobre as matérias-primas importadas, ficou difícil enfrentar a concorrência dos produtos industriais importados.³⁸

Consoante as medidas anteriormente apontadas de possível fomento à industrialização, foram efetivadas algumas ações para que pudesse prover mão de obra com determinado nível de conhecimento sobre a atuação em ofícios nesses tipos estabelecimentos. Entre elas temos em 1809 a criação do Colégio Real das Fábricas, no porto do Rio de Janeiro. Para Meire Muller,³⁹ os artesãos seriam pagos com os recursos provenientes da venda do que era produzido nesse local. No entanto, essa organização teve curto tempo de duração, sendo extinto em 1812. Muller apontou que isso teria ocorrido porque não haveria estabelecimentos industriais suficientes para absorver essa mão de obra.

Entretanto, novas medidas foram colocadas em prática. A Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios foi criada em 1816 com o objetivo de promover o ensino de artes e ofícios, mas com o passar do tempo ela foi se voltando cada vez mais para o campo das artes, recebendo o nome de Imperial Academia e Escolas das Belas Artes em 1826. Nos anos de 1830 foram criadas as Academias militares e no final da década de 1850 é que de fato foram criadas instituições com finalidade principal a formação de ofícios mecânicos, o Liceu de Artes e Ofícios.⁴⁰

Diante desses fatos, acreditamos que puderam ter sido organizados escolas ou espaços em que trabalhadores com alto grau de conhecimento sobre aquela determinada arte puderam transmitir seu conhecimento para a formação de trabalhadores que poderiam ser denominados de aprendizes. Após atingir determinado nível de conhecimento sobre essas atividades, estes

³⁸ SOARES, Luiz Carlos. *A manufatura na formação econômica e social escravista no sudeste.*, p. 155.

³⁹ MULLER, Meire Terezinha. "A educação profissionalizante no Brasil - das corporações de ofício à criação do Senai". In: *Revista da RET* (Rede de Estudos do Trabalho) - Estudos do Trabalho. Ano III, nº 5, 2009, p. 7.

⁴⁰ MULLER, Meire Terezinha. "A educação profissionalizante no Brasil", p. 8-11.

seriam inseridos nos espaços efetivos de produção, conduzindo de forma autônoma essas atividades.

Embora essa ideia aparente um aspecto de informalidade ou que houvesse pouco controle sobre quem atingiria determinado nível de conhecimento, acreditamos que poderiam ocorrer exames ou outros tipos de critérios que determinavam a passagem da categoria de aprendiz para outro nível que poderia ser denominado de oficial ou até mesmo de mestre. Essas nomenclaturas, aprendiz, oficial e mestre,⁴¹ adviriam da organização do trabalho mecânico sob a forma de corporações de ofícios que estiveram em vigor oficialmente até 1824.

De acordo com Mônica Martins, a mesma hierarquia que havia nas corporações portuguesas seria a utilizada na disposição dos ofícios mecânicos do Brasil até 1824. Para ela, “ao longo do aprendizado do ofício os artesãos eram denominados aprendizes; o artesão que obtinha perfeita preparação técnica era denominado oficial; aqueles que conduziam e ensinavam os serviços eram chamados mestres.”⁴² Dessa forma, acreditamos que essa mesma hierarquia pode ter permanecido no interior de oficinas e de manufaturas cariocas, tendo sido ela que proporcionou uma organização dentro desses estabelecimentos.

Segundo Luiz Carlos Soares,⁴³ apesar de as corporações de ofícios terem sido formalmente extintas em 1824, as práticas corporativas permaneceram ativas nas atividades artesanais do Rio de Janeiro até 1840, como apontamos anteriormente. Isso seria perceptível pela permanência de mestres e aprendizes na documentação da Junta de Comércio. Para Soares, o declínio das corporações de ofício foi gradual e ocorreu ao longo da primeira metade do século XIX, sendo efetivado somente nesse ano.

⁴¹ MARTINS, Mônica de Souza N. *Entre a Cruz e o Capital*, p. 30.

⁴² MARTINS, Mônica de Souza N. *Entre a Cruz e o Capital*, p. 30.

⁴³ SOARES, Luiz Carlos. “A manufatura na formação econômica e social escravista no sudeste.”, p. 117.

Por essa concepção, temos, pois, indícios de que as práticas de ensino e aprendizagem poderiam ter sido desenvolvidas dentro das próprias manufaturas, já que as categorias aprendiz, oficial e mestre continuaram a ser utilizadas mesmo após 1824. No entanto, essa perspectiva ainda precisa ser melhor verificada e será por meio da análise da documentação do período que poderemos compreender melhor como essa mão de obra era formada e inserida nesses novos espaços de produção.

Considerações finais

Vimos ao longo deste trabalho que o caráter agroexportador da economia brasileira colonial e imperial não inibiu o desenvolvimento das atividades do setor secundário. Ao contrário, elas teriam fomentado o alargamento dessas práticas, fazendo, inclusive, com que o número desses estabelecimentos se elevasse.

Analisamos também como se desenvolveu a formação profissional dos trabalhadores de ofícios mecânicos no Rio de Janeiro até 1824 e quem era responsável por promovê-la: as corporações de ofício. Essas organizações além de propiciarem o aprendizado desses agentes, também cuidavam de salvaguardar a produção e a comercialização aos sujeitos que estivessem ligados a elas. No entanto, por monopolizar essas práticas, no início do século XIX elas foram intensamente criticadas sendo abolidas oficialmente em 1824.

Há discordâncias se as ideias liberais teriam influenciado esse processo com toda força ou não, como podemos verificar. Seja como for, as práticas desses estabelecimentos teriam perdurado até pelo menos 1840 no Rio de Janeiro, como indicam Eulalia Lobo e Luiz Soares, mas esses apontamentos carecem de uma análise mais detida sobre a documentação. É necessária uma análise mais

profunda sobre essa questão, como já fora realizado por Marcelo Mac Cord para o caso de Recife.⁴⁴

Mac Cord destacou que por mais que a constituição de 1824 tenha tentado extinguir o monopólio sobre a realização dos trabalhos mecânicos, costumes e práticas ainda estavam vivos entre pedreiros, marceneiros, carpinteiros e tanoeiros ligados à Irmandade de São José do Ribamar, no Recife. Desse modo, em 1841, em busca de resgatar privilégios perdidos, mestres carpinteiros e pedreiros fundaram uma associação laica chamada “Sociedade das Artes Mecânicas”. Com o fim do tráfico e a Exposição Universal de Londres, essa instituição se fortaleceu. E com esse crescimento de prestígio, a associação e a Irmandade de São José do Ribamar se dissociaram, tendo que essa associação sair dos espaços da irmandade.⁴⁵

Dessa forma,

por mais que a Constituição de 1824 tenha desmontado o aparato legal que privilegiava as corporações de ofício, todos os seus costumes e práticas culturais ainda estavam vivos nos corações e mentes daqueles mestres carpinteiros e pedreiros que se mantinham vinculados àquela irmandade.⁴⁶

Nesse sentido, Mac Cord relativiza a ideia de que com a declaração de extinção das corporações de ofício em 1824 teria havido uma substituição das irmandades embaixadas por associações laicas. Ou seja, que por forças do liberalismo, os artífices teriam trocado as antigas confrarias pelas “modernas” associações.

Consoante a essa perspectiva, Mônica Martins, em sua tese de doutorado,⁴⁷ indicou que a atuação das associações de auxílio

⁴⁴ MAC CORD, Marcelo. “*Andaimos, casacas, tijolos e livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880.*” (Tese de Doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas, 2009).

⁴⁵ MAC CORD, Marcelo. “*Andaimos, casacas, tijolos e livros*”, p. 3-4.

⁴⁶ MAC CORD, Marcelo. “*Andaimos, casacas, tijolos e livros*”, p. 4.

⁴⁷ MARTINS, Mônica de Souza Nunes. *Entre a Cruz e o Capital*, p. 16.

mútuo da década de 1830 demonstrou traços característicos das corporações de ofícios: as práticas mutualistas. Essa nova forma organizativa de trabalhadores teria sido tão importante que aumentaram consideravelmente em termos numéricos, passando a exercer novas funções. Para Martins, a formação dessas associações não foi meramente consequência da extinção das corporações de ofício, elas mantiveram aspectos característicos da organização de trabalho desenvolvida pelas corporações.

Martins⁴⁸ acrescentou a esse debate que mesmo após a extinção das corporações de ofício foi necessária a elaboração de mecanismos de controle sobre a aprendizagem e a produção artesanal. A partir desse período, foi à Casa de Inspeção, órgão sob jurisdição do imperador, quem assumiu essa tarefa, controlando a aprendizagem, a concessão de cartas para a prática profissional e até mesmo para abertura de lojas no meio urbano.

Dessa forma, acrescentamos a essa perspectiva já apontada por parte da historiografia a ideia de que algumas práticas corporativas continuaram vivas, mas sob novas formas, no interior do mundo do trabalho das manufaturas e das fábricas, mesmo após 1840. A relação entre mestres e aprendizes, por exemplo, teria ganhado novas feições, podendo ter sido utilizado outros termos para se referir a ela. Acreditamos que foi justamente por causa desses elementos que as manufaturas se estabeleceram. Teriam sido justamente eles que auxiliaram na organização e na divisão do trabalho no interior desses espaços de produção.

Dessa maneira, um rompimento mais claro com os aspectos típicos das corporações na organização do trabalho nas manufaturas e nas fábricas não teria ocorrido necessariamente com a proliferação de manufaturas e a divisão social do trabalho característica dessa forma de produção. Sendo assim, acreditamos que alguns elementos característicos das corporações teriam

⁴⁸ MARTINS, Mônica de Souza Nunes. *Entre a Cruz e o Capital*, p. 150.

perdurado até pelo menos 1860, tendo assumindo novas roupagens no interior das manufaturas e das fábricas.

Observa-se, assim, que pensar como se desenvolveu o processo de formação dos trabalhadores de oficinas, manufaturas e fábricas cariocas após 1824 se faz necessário. Essa é uma questão que estamos analisando e que poderá ser melhor aprofundada mais adiante.

Referências

BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder* (Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais). São Paulo: Editora Ática, 1986.

CAIRU, José da Silva Lisboa. *Observações sobre a franqueza da indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil*. (Coleção Biblioteca Básica Brasileira). Brasília: Senado Federal, 1999.

COSTA, Emília Viotti da. “Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil” In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em Perspectiva*. São Paulo: Difel, 1982.

CUNHA, Luiz Antônio. “Aspectos sociais da aprendizagem de ofícios manufatureiros no Brasil colônia.” *Fórum Educacional*, Rio de Janeiro, 2 (4): 31-65, out./ dez.1978.

_____. “O ensino industrial-manufatureiro no Brasil”. In: *Revista Brasileira de Educação*. Mai/Jun/Jul/Ago 2000, nº 14.

LOBO, Eulalia Maria L. *História do Rio de Janeiro* (do capital comercial ao capital industrial e financeiro). Vol. I. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

MAC CORD, Marcelo. “*Andaimos, casacas, tijolos e livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880.*” (Tese de Doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas, 2009).

MARTINS, Mônica de Souza Nunes. *Entre a Cruz e o Capital: as corporações de ofício no Rio de Janeiro após a chegada da família real (1808-1824)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

- MULLER, Meire Terezinha. “A educação profissionalizante no Brasil – das corporações de ofício à criação do Senai”. In: *Revista da RET* (Rede de Estudos do Trabalho) - Estudos do Trabalho. Ano III, nº 5, 2009.
- OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *A astúcia liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista: EDUSF e ÍCONE, 1999.
- OLIVEIRA, Geraldo Beauclair Mende de. *Raízes da indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense, 1808-1860*. Rio de Janeiro: Studio F & S Ed., 1992.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SALLES, Ricardo. *Nostalgia imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. 5ª ed. São Paulo: Duas cidades, 2000.
- SMITH, Adam. *Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980, vols. I e II.
- SOARES, Luiz Carlos. “A escravidão industrial no Rio de Janeiro do século XIX.” *Anais do V Congresso de História Econômica e 6ª Conferência internacional de História de Empresas, Caxambu/2003*.
- _____. “A manufatura na formação econômica e social escravista no sudeste.” Um estudo das atividades manufatureiras na região fluminense: 1840-1880. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, 1980).

**A trajetória das leis de amparo à infância
trabalhadora no pós-abolição no Rio de Janeiro:
um caminho de lutas, conflitos
e negociações (1889-1930)**

Aline Mendes Soares¹

Contra o espírito da lei, tudo isso se pratica impunemente. Vamos em todas essas fábricas e oficinas que por ai existem sem ar, sem luz, verdadeiros cemitérios do esquecido proletariado, pobres crianças obrigadas a trabalharem de 6 da manhã às 6 da tarde. Perversidade sem nome! Para maior escarneo desta mesma lei, consentem que gananciosos e ricos senhores de fábricas de cigarros, de fósforos e de outras matérias nocivas, ocupem na maioria crianças de ambos os sexos no serviço de suas imundas cloacas, verdadeiros geradores de tísica e a explorem sem consciência, nem humanidade(.....) E não temos governo? Não temos a lei? Mas, o que é governo, o que é lei? Ah proletário! E vos que sois os únicos culpados! A vossa ignorância é a causa de todas essas desgraças! Atendei ao brando de alerta.²

No dia 1º de Setembro do ano de 1910 o jornal *Correio Operário* do Rio de Janeiro denunciava o estado execrável da infância trabalhadora nos ambientes fabris. Duas décadas após o fim da escravidão torna-se importante salientarmos alguns

¹ Pesquisadora do Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro e doutoranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: alinesoares2003@hotmail.com

² Jornal *Correio Operário*, 01 de setembro de 1910.

questionamentos: de que forma o Estado e seus legisladores enxergavam a questão do trabalho infantil? Como pôde haver a redefinição de uma hierarquia racial e social, e em paralelo, a existência de um espaço em que o ambiente republicano exalava discussões sobre o ideal de cidadania, de liberdade, civilização e de garantias dos direitos? O que significava essa transformação legal na prática cotidiana e como os menores resistiam? É justamente nesse cenário, com essas crianças submetidas ao árduo trabalho, que esteve presente o conflito e a negociação.

O pós-abolição significava na prática uma nova organização do mercado e trouxe consigo o livre acesso ao trabalho. No entanto, a liberdade não representava na prática o direito ao trabalho, pois esse novo sistema disporia também de organização do trabalho sob o regime do mercado. Essa ordem assumiu contornos de uma nova organização jurídica de livre contrato, que passava a ser a referência estrutural do regime de trabalho, e cujo seu funcionamento baseava-se em regras de livre concorrência. Em outras palavras, uma fé cega guiada pela ideia de lucro e vantagem fez com que inúmeras crianças passassem por situações de abuso e exploração. Os efeitos causados na vida desses menores foram terríveis, indescritíveis.³

O presente texto propõe apresentar o cenário que levou a formulação de leis em torno de uma legislação social protetora no universo específico em que elas foram produzidas e exercidas. É justamente nesse contexto que se abriu espaço para o debate sobre a infância trabalhadora: de um lado homens políticos e do outro a demanda social dos movimentos, num cenário tecido por conflitos e por negociação impulsionados justamente pela emergência da regulamentação do trabalho.

³ ESPADA, Henrique. *Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX*. Revista *Topoi*, v.6, n°11, jul-dez.2005, p.308.

A infância e o trabalho no Rio de Janeiro republicano

A República foi inicialmente marcada por transformações sociais na esfera do trabalho. O controle jurídico por meio de instrumentos legislativos, tais como o Código Penal de 1890 e a Carta de 1891, produziu interferências visando manter a ordem social e os agentes governamentais utilizavam-nos como importantes mecanismos de disseminação de uma ideologia do trabalho e de organização da mão de obra no pós-abolição, tendo em vista que não mais poderia acorrentar os trabalhadores ao local de trabalho.⁴

No que se refere à política econômica, com a adoção do liberalismo – que no Brasil caminhou junto com o positivismo e com as ideias de progresso – os dirigentes estatais pareciam estar preocupados apenas em difundir o mercado econômico e garantir o seu incremento, sem se importar em atender as demandas sociais, advindas das distorções do mercado.⁵

O cenário começa a se alterar quando emergiu a necessidade de adequação das estratégias de ordenamento e controle social para uma sociedade de homens, mulheres e crianças livres, ao menos teoricamente.⁶ Como em toda economia que se modernizava os indivíduos estavam disponíveis com a libertação legal, o que não

⁴ De acordo com Viscardi, as reformas feitas pela Carta de 1891 e pelo Código Penal, em destaque para o Decreto 1162, de 12 de dezembro de 1890 que alterou o Código aumentando a penalidade e multas para infrações cometidas pelos patrões contra os trabalhadores em seus locais de trabalho. Num cenário no imediato pós-abolição era comum que os patrões praticassem abusos de poder e controle, violando a autonomia e a liberdade dos trabalhadores. Especificamente o Decreto 1162 protegia os trabalhadores de ameaças de demissão por parte dos patrões e adoção das mesmas práticas com a finalidade de redução dos salários, com multas e prisões por um período de três meses para quem realizasse essas infrações. As medidas visavam coibir abusos e proteger os novos assalariados num contexto muito próximo à escravidão, na qual muitas relações de trabalho ainda estavam baseadas nos costumes herdados do cativo. Cf. VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Trabalho, previdência e associativismo: as leis sociais na Primeira República*. IN: LOBO, Valéria, DELGADO, Ignacio e VISCARDI, Cláudia (orgs.) *Trabalho, proteção e direitos: O Brasil além da era Vargas*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010.

⁵ POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

⁶ ABREU, Martha. *Meninas perdidas*. In: PRIORE, M. del (org). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004, p.290.

significou necessariamente que encontravam desimpedidos e recrutáveis para qualquer tipo de trabalho. Tais indivíduos estavam munidos apenas da certeza de que se deparavam meio a uma situação social dominada pelas mais diversas explorações e pela precariedade com indigências, doenças, invalidez, recorrentes acidentes de trabalho, abusos, orfandade e abandono.⁷

Nos anos que seguem no pós-abolição, houve um considerável aumento nos pedidos de mão-de-obra infantil no Rio de Janeiro. Em nossa pesquisa de mestrado, intitulada “*Precisa-se de um pequeno: o trabalho infantil no pós-abolição no Rio de Janeiro 1888-1927*”, mapeamos o mercado de trabalho por meio dos anúncios no *Jornal do Commercio* ao longo desse período.⁸ Foram 1223 anúncios levantados e, por meio deles, pudemos extrair naquelas entrelinhas um estilo de vida social e econômico da capital republicana que entrava num estágio de desenvolvimento do modelo capitalista de produção. Traçamos os perfis de todas as atividades enunciadas ao longo de quatro décadas, em sua maioria para o âmbito doméstico e comércio, mas também com muitos pedidos em fábricas. As ocupações das meninas, em sua maioria, estavam basicamente designadas ao ambiente doméstico.⁹ As idades mais pedidas estavam entre 10 e 15 anos e os serviços eram de amas secas; cuidar de crianças; lavar e passar roupas; entre outras atividades. Nas atividades exercidas pelos meninos, com faixa etária mais pedida também entre 10 e 15 anos, encontramos uma gama de possibilidades, já que eles não se restringiam apenas ao serviço

⁷ ESPADA, Henrique. *Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX*. Revista *Topoi*, v.6, n^o11, jul-dez.2005, p. 308.

⁸ SOARES, Aline Mendes. *Precisa-se de um pequeno: O trabalho infantil no pós-abolição no Rio de Janeiro (1888-1927)*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História/Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

⁹ Não localizei nenhum anúncio com pedido de mão-de-obra infantil para o comércio, tal atitude reforça a rua simbolizava um espaço de desvio e de tentações, como aponta Rachel Soihet em *Mulheres pobres e violência no Brasil Urbano*. Cf. PRIORE, Mary Del (org). *História das mulheres no Brasil*. 7 Ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 365. Lógica também que se aplicava para a preferência em contratar meninos para as atividades do comércio e para as pequenas trabalhadoras domésticas trabalharem no limite que não ultrapassasse a porta de casa, portanto não eram contratadas para sair às ruas.

doméstico. Concentravam-se, em sua maioria, no comércio e as atividades requisitadas eram para caixeiros do comércio em geral; copeiros; entregador de pão em sacos; balconista de padaria, botequim; taverna; operários de fábricas; ajudante de cozinha; aprendizes de diversos ofícios e outras atividades.

Marcelo Badaró Mattos indica que após o 13 de Maio, as marcas da escravidão permaneciam a balizar uma diferenciação e hierarquização do mercado de trabalho na cidade.¹⁰ Em nossa dissertação de mestrado apontamos que em todas as atividades que enunciavam a preferência pelos de cor eram ofertas direcionadas ao âmbito doméstico, fato que sinalizava uma provável naturalização em associar a cor ao serviço caseiro. Reforçando, em nossa opinião, a ideia de que os meninos de cor não poderiam, ou melhor, não deveriam trabalhar no comércio.¹¹ Tratava-se também do estigma da “boa aparência”, e nesse sentido, a cor operava como princípio seletivo.¹²

O trabalho infantil não foi uma novidade nos anos que se seguiram à República. A infância pobre sempre trabalhou. Na Colônia e no Império, crianças escravas e até as livres foram sempre empregadas por seus donos, pais, tutores, mestres artesãos e mesmo o Estado em suas instituições.¹³ A novidade é que na primeira década do século XX eclodem denúncias de exploração dessa mão-de-obra, por parte principalmente de militantes do movimento operário em jornais de suas categorias, seguidos da

¹⁰ MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. 1.ed. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008, p.47.

¹¹ Nos levantamentos para a dissertação não localizamos nenhum pedido com essa característica, solicitando algum *pequeno* de “cor” para trabalhar em atividades do comércio em geral. O que não isenta a possibilidade de haver tal solicitação em outros jornais ou em outros períodos

¹² DAMASCENO, Caetana. *Segredos da Boa Aparência: Da “cor” à “boa aparência” no mundo do trabalho carioca (1930-1950)*. Seropédica: Ed. da UFRRJ, 2010.

¹³ Alguns autores que pesquisam sob essa perspectiva: Maria Marcílio (artesãos); Marilene Sant’Anna (Presídios); Carlos Eugênio soares (arsenal de marinha), entre outros.

imprensa de grande circulação em menor escala¹⁴, de alguns homens da política ou com certa notoriedade pública¹⁵ e até mesmo por parte das crianças que recorriam à polícia para registrar ocorrências contra seus patrões e/ou tutores.

Por outro lado, veio à tona a emergência de mudanças legislativas já que o capitalismo no Brasil nesse período se difundia cada vez mais. Os agentes públicos estatais precisavam rever suas posições e refletir sobre uma modificação radical desse sistema *laissez faire*, que deprimia a energia humana e provocava degeneração das classes pobres.¹⁶ A regulamentação do trabalho do menor passou a ser uma preocupação governamental na virada do século XIX para o século XX, já que envolvia aspectos da saúde, higiene e proteção da família¹⁷, argumentos imbuídos em torno de uma questão moral num cenário em que as ideias giravam em torno da construção de um ideal de cidadania.¹⁸

Evaristo de Moraes apontava em seus artigos do jornal *Correio da Manhã*, em 1905, que os patologistas, os higienistas, e, em especial, os neurologistas estavam se voltado para a ideia da influência direta que o trabalho excessivo e insalubre na produção poderia causar terríveis moléstias, aumento da mortalidade infantil

¹⁴ O Jornal *Correio de Manhã* apresentou-se como uma tribuna livre para o noticiário e debate das reivindicações operárias. Evaristo de Moraes, jurista, escreveu artigos nesse periódico e originou o livro *Apontamentos de Direito Operário*, a primeira literatura jurídica no Brasil sobre o tema direito do trabalho publicado em 1905. Cf MORAES, Evaristo de. *Apontamentos de Direito Operário*. São Paulo: LTr Editora Ltda, 1971.

¹⁵ Destacamos nomes como o juiz Mello Mattos, responsável pelo Código de Menores em 1927; o senador Lopes Trovão; o senador Rui Barbosa; o jurista Evaristo de Moraes; o médico Moncorvo Filho e o Deputado Federal Antônio Manuel de Carvalho Neto.

¹⁶ MORAES, 1971.

¹⁷ GOMES, Angela Maria de Castro. *Burguesia e Trabalho: Política e Legislação Social no Brasil 1917-1937*. Rio de Janeiro: Editora Campus LTDA, 1979, p.182.

¹⁸ Sobre a questão moral Angela Maria de Castro Gomes aponta que: “o que é preciso perceber e destacar é que a chamada questão social, naquele período (na Primeira República), era entendida e tratada de uma forma específica, ou seja, ela não era considerada uma questão política e, quando aparecia nos discursos eleitorais e nas plataformas governamentais ganhava foros de um problema moral e sanitário. Neste sentido, significa uma disfunção nas relações de trabalho que precisava ser eliminado da sociedade da mesma forma que a ignorância e a doença. Cf. GOMES, Angela Maria de Castro (org). *Trabalho e Previdência: 60 anos em debate*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1992, p.8.

e diminuição da vitalidade humana.¹⁹ É justamente nesse cenário que foram realizados os debates sobre a infância trabalhadora, de um lado homens de notoriedade pública tais como juristas, médicos, deputados e senadores, que formavam um corpo representativo atuantes no Estado e do outro lado a demanda social dos movimentos. Dessa forma, torna-se relevante dois questionamentos: quais foram as relações de poder utilizadas e as estratégias adotadas por homens políticos na tentativa de mediar o ritmo acelerado da sociedade moderna, que estava crescendo e se industrializando? Qual a relação do direito nesse contexto em que as leis foram produzidas?

Torna-se fundamental refletirmos em torno da luta política que se fundamentou a partir das ordens sociais vigentes e como alguns agentes traçaram um caminho tecido por lutas, conflitos e negociações, até enfim chegarmos à regulamentação do campo jurídico e na construção de um pensamento crítico que cedeu espaço à derrubada dos mitos em torno do trabalho infantil, que legitimaram décadas de exploração da mão de obra de menores. Tudo isso num contexto em que a República e a concepção de trabalho estavam em disputa.²⁰

“Fugi porque levava muita pancada e pouca comida”: as reações que a experiência da exploração causou na vida dos menores

No dia 25 de fevereiro de 1925, o pequeno Sebastião Martins Viana de apenas 6 anos, pardo, fugiu da casa de seu patrão José, que queixou-se do sumiço do menino no dia 1 de março, três dias depois. Ao chegar no 19^o Distrito Policial, José teve a infelicidade de

¹⁹ MORAES, 1971.

²⁰ A mudança da concepção de trabalho com o fim da escravidão tornou o trabalhador livre mas não o livrou do conflito entre o capital e suas conseqüentes formas de exploração. Dessa forma, o conceito de trabalho entrava num campo de conflitos e de interesses: de um lado a militância do movimento operário, do outro os legisladores que se empenhavam para codificar a questão do trabalho e ainda industriais que protegiam seus capitais. Tudo isso constituía um jogo de disputas que permeava os interesses na Primeira República.

saber que o menino já tinha dado parte de seu patrão. Sebastião havia dito em interrogatório que o motivo da fuga era porque levava “*muita pancada e pouca comida*”.²¹ No mesmo dia, o general Ernesto Cesar prestou uma ocorrência alegando que o menor Manoel, com 11 anos de idade e de cor preta, desapareceu de sua casa, onde trabalhava como copeiro. O menino fora trazido da cidade de Cantagalo havia alguns meses pelo general.²² Neste caso, assim como em muitos outros, prevaleceu no pós-abolição o hábito de pegar crianças pobres para criar, preferencialmente negros, formalizado pela tutela ou informalmente. Foram dois mecanismos constantes para perdurar principalmente formas análogas à escravidão e outras formas de exploração. Algumas dessas reclamações foram levadas adiante e reivindicadas na justiça que decidia pela mudança de tutela dos menores.²³

Rotineiramente as crianças empregadas no serviço doméstico eram mantidas sob a constante vigilância de patrões ou guardiões.²⁴ As fugas constantes e os registros policiais indicavam que o relacionamento entre patrões e empregados não era tão harmonioso assim. Os menores que fugiam das residências de seus patrões/patroas e/ou de seus tutores/tutoras o faziam, em sua maioria, por motivos de maus tratos relacionados a espancamento, falta de comida, abuso sexual, ameaça de morte, cárcere privado, entre outras péssimas formas de tratamento, conforme localizamos em algumas ocorrências policiais. Já outros não tinham tanta sorte assim, não conseguiam nem denunciar os abusos, como aconteceu com Francisco Manoel, marcado pela fatalidade da violência e morte provocadas por seu patrão:

²¹ Arquivo da Polícia, Ocorrências, 19^oDP, 25/2/1925 e 1/3/1925.

²² Arquivo da Polícia, Ocorrências, 19^a DP, 25/02/1925.

²³ Ver obras de GUIMARÃES, Elione Silva. *Tensões remanescentes das senzalas: análise de tutorias de menores afrodescendentes (juiz de fora- MG- final do século XIX e início do século XX)*. In. Revista Justiça & História, 2005 e VIANNA, Adriana de Resende B. *O mal que se adivinha: polícia e menoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

²⁴ BRETAS, Marcos. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

“Caso a averiguar (...) falecimento de um menino enterrado sem atestado – desleixo policial. Era um empregado do professor João Antunes Alves, em Guaratiba, o menor de 14 anos Francisco Manoel da Rocha, filho de Josepha Alves Mirandella, também ali residente. Francisco morava há tempos em casa do patrão, onde se ocupava de afazeres domésticos, mediante uma pouca remuneração mensal, com que auxiliava sua progenitora. No dia 9 do corrente estava Josepha tranquilamente em casa, quando lhe apareceu o filho quase sem poder falar, articulando com grande dificuldade as palavras e deitando sangue pelos ouvidos e fossas nasais, com o rosto inchado e congestionado(...) Josepha, em vista disso, começou a colher informações, sabendo então que seu filho havia a sido vítima de uma surra que lhe dera o patrão, pondo-o em seguida pela porta a fora (...).Tudo isto com mais rapidez sabemos nós do delegado da 26º distrito, que até agora ignora, ou se sabe, para não se incomodar, não tratou de fazer averiguação precisas, concordando por esta forma, com o seu silêncio, para a impunidade, talvez de um crime repelente”.²⁵

As ocorrências policiais, as denúncias de violência e o os pedido de mudança de tutela nos anos que se seguem após abolição, indicam um movimento de reação dos trabalhadores menores do âmbito doméstico visando proteção legal. O crescimento desses registros nos permite pensar até que ponto essa procura influenciou a atuação dos agentes estatais em refletir, debater e criar leis que pudessem não mais permitir tal situação.

No que se refere à exploração no comércio, no qual as mais variadas funções exercidas em sua maioria por meninos²⁶, o trabalho

²⁵ Jornal *O Paiz*, 18/01/1908.

²⁶ Uma parcela mínima e dispersa de mulheres ocupava-se do comércio, provavelmente como vendedoras nas ruas ou no mercado. A preferência era dada aos homens ou meninos para as funções como balconistas e caixas, embora umas poucas mulheres estrangeiras fossem proprietárias de lojas de confecção. Algumas mulheres trabalhavam em curtumes e indústrias de chapéus, outras em fábrica de botas e sapatos. Ainda com essas possibilidades, a maioria das mulheres trabalhadoras estavam empregadas como doméstica. Na pesquisa de mestrado, dos 1223 anúncios do mercado de trabalho do Rio de Janeiro levantados entre os anos de 1888 e 1927, 58% estavam voltados para o âmbito doméstico e 31% para o comércio. Dos anúncios direcionado às mais variadas funções domésticas, 94% foram pedidos que exigiam mão-de-obra de meninas, estando fora portanto do comércio. Tal divisão sexual é determinante quando se leva em conta o discurso patriarcal baseado

não tinha folga semanal e a jornada diária poderia ultrapassar a vinte horas diárias, como aponta o jornal anarquista *A Voz do Trabalhador*: “ninguém poderia imaginar o que se passa dentro dessas cavernas noturnas – padarias. Eram “verdadeiras prisões inquisitoriais que um homem vai para o trabalho às horas da tarde e só volta no outro dia à 1 hora da tarde”.²⁷ O jornal *A Vanguarda* refere-se a um período em que a exploração do jovem caixeiro seria justificada pelos resultados que seriam alcançados, tornando-o um trabalhador com melhores condições financeiras. Mas, o que ocorria cotidianamente era o contrário, conforme denuncia o periódico:

“A atual situação do caixeiro é a herança de um estado social que morreu: aquele em que todo o menino, rapaz ou homem que se fazia caixeiro podia alimentar a esperança de vir a ser patrão. Com essa esperança e com a quase certeza dessa mudança de posição, podia o caixeiro suportar a vida de forçado a que o submetiam: era uma pena transitória que seria compensada posteriormente. Mas assim como a grande indústria criou o operariado que nunca poderá ser dono, como outrora sucedia, da oficina e dos meios de produção, não podendo passar nunca de simples assalariado, também a moderna exploração comercial – convertida em verdadeira indústria – eliminou para o caixeiro todas as esperanças a ser patrão, colocando-o, portanto, na condição do operário moderno – simples e eterno assalariado.”²⁸

No processo de industrialização, a mão de obra infantil passou a ser um elemento indispensável ao empresariado. Ressaltando, também, que o emprego desses menores nas forças de produção foi um importante componente da renda familiar, pois frequentemente o menor era proveniente da família operária, “estabelecendo-se uma

na crença de que a mulher é dotada biologicamente para desempenhar funções da esfera da vida privada e de que “o lugar de mulher é no lar”, não existindo, dessa forma, outro ambiente possível para as mulheres fora de casa. Os homens, por sua vez, podiam transitar por vários meios e pertenciam ao ambiente da rua. Cf SOARES, 2017.

²⁷ Jornal *A Voz do Trabalhador*, 01/07/1908.

²⁸ Jornal *A Vanguarda*, 08 /07/1911.

espécie de triste pacto desigual entre adultos na sua exploração”.²⁹ A imprensa do movimento operário recolhe esses casos, denunciando os ambientes muitas vezes insalubres das fábricas, com corriqueiros acidentes e com controle violento de menores. Essas denúncias foram constantemente relatadas por parte desses jornais nas duas primeiras décadas do século XX:

“Vão aos centros industriais, e verão como nas fábricas trabalham crianças de 6 a 12 anos em trabalhos superiores às suas forças, e que, muitas vezes inexperientes devido à sua idade deixam-se facilmente apanhar pelas máquinas; noutras, com medo do azzorrage dos contramestres se não mostrarem serviço, vêm-se esses pequenos operários na contingência de fazerem limpeza das máquinas com elas em movimento, do que resulta ficarem despedaçados nas engrenagens [...]”³⁰

O industrial paulista, Jorge Street, considerava o pensamento progressista de sua classe como humano e representativo e concedeu uma entrevista no ano de 1917 relatando que 50% do operariado nacional era constituído por menores de 18 anos.³¹

“Se entre nós o trabalhador nunca teve depois da primeira grande lei social da libertação dos escravos, uma vida que se pudesse, nem de longe chamar de trágica, tal qual nos mostram

²⁹ FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. RJ: Diefel Difusão Editorial S.A.: 1977, p.114.

³⁰ Jornal *A Voz do trabalhador* ano 1 n^o 1 01/07/1908.

³¹ Jorge Street foi considerado um industrial de fato progressista e chamava atenção para a regulamentação de leis trabalhistas. Rui Barbosa em seu discurso de plataforma eleitoral presidencial, publicado no jornal *O Imparcial*, em 21 de março de 1919, citou o industrial: “Ainda bem, senhores, que a consciência dos nossos industriais já se vai elevando bastante; e é do seio deles que, com uma autoridade insuspeita, com uma das maiores autoridades, se ouvia, há pouco mais de um ano, em 10 de setembro de 1917, pelas colunas do *Jornal do Commercio*, a confissão do sentimento, já existente entre os nossos mais adiantados industriais, de ser necessário conceder à gravidação e ao parto dois meses sucessivos de folga no trabalho. O industrial que assina esta declaração, é o Sr. Jorge Street. Eu vos convido, operários, a aplaudires este nome”. BARBOSA, Rui. *A questão social e política no Brasil*. edição de Adriano da Gama Kury. 2^a ed. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1998, p.39. Para melhor compreensão sobre o industrial Jorge Street conferir BARBOSA, Pedro Paulo Lima. *Projeto Industrial e Social em Jorge Luís Gustavo Street: Tensão e Conflito em uma Prática de Conciliação entre Capital e Trabalho*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História PUC, 2009.

os inqueritos e as publicações da Europa Industrial, havia entre nós no entanto, incontestavelmente, abusos e injustiças contra crianças, mulheres e mesmo operários homens, no que diz respeito à idade de admissão, do horário e do salário principalmente. E sabeis que falo de experiência própria, porque durante mais de 35 anos dirigi fábricas com milhares de operários e sei bem o que vos digo. Confesso que trabalhei com crianças de 10 a 12 anos e talvez menos, porque nesses casos, os próprios pais enganavam. O horário normal era de 10 horas e, quando necessário de 11 ou 12 horas...”³²

No intuito de amenizar os estragos causados pela exploração de trabalhadores do setor fabril, o industrial traça diferenças entre a trágica exploração nos países europeus e coloca a indústria brasileira num patamar de suavização de suas relações de trabalho, direciona a culpa aos pais das crianças, por enganarem a idade dos filhos para que esses pudessem trabalhar, numa jornada exaustiva. Dessa forma, as justificativas de Polanyi ganham um sentido fundamental na tentativa de compreender as tenebrosas palavras do industrial, pois “o verdadeiro significado do tormentoso problema da pobreza se revelava agora por inteiro: a sociedade econômica estava sujeita a lei que não eram leis humanas”.³³

Sobre a normatização das leis de amparo aos trabalhadores menores, foi promulgado no Rio de Janeiro o Decreto Municipal 1313, de 1891, que proibia o emprego de menores em serviços de limpeza de máquinas em movimento; bem como dar-lhes ocupação junto a rodas, volantes, engrenagens e correias em ação, pondo em risco suas vidas. A lei também tornou inadmissível o trabalho de menores em depósito de carvão, fábricas de ácidos, algodão-pólvora, nitroglicerina, fulminatos e nem poderia empregá-los em manipulações diretas de

³² Entrevista de Jorge Street foi concedida ao *Jornal do Commercio* no Rio de Janeiro em 10/09/1917 e posteriormente publicada no jornal *O Estado de São Paulo* em 19/09/1917. A entrevista pode ser lida na íntegra em um volume organizado por Evaristo de Moraes Filho – *Ideias Sociais de Jorge Street*. Brasília D/F: Senado Federal/ Fundação Casa de Rui Barbosa (Coleção Ação e Pensamento da República), 1980, p.369-398.

³³ POLANYI, 2000, p.33.

fumo, chumbo, fósforo, etc. Essa lei não foi cumprida e muito menos fiscalizada. A própria imprensa continuava anunciando pedidos de mão-de-obra para os locais considerados inapropriados aos menores, mas com argumentos de que “[...] o trabalho já apropriado, fácilimo e ligeiro, pagando-se bem [...]”³⁴. Os limites estabelecidos por essa lei como a idade mínima para o labor nas fábricas e a jornada de trabalho foram critérios bem confusos. Os menores do sexo feminino de 12 a 15 anos e os do sexo masculino de 12 a 14 anos só poderiam trabalhar, no máximo, sete horas por dia, não consecutivas, de modo que nunca exceda quatro horas o trabalho contínuo; e os do sexo masculino de 14 a 15 anos até nove horas por dia, nas mesmas condições. Os menores aprendizes estavam aptos para admissão nas fábricas desde oito anos e só poderiam trabalhar três horas. Se os aprendizes tivessem entre 10 e 12 anos, tinham a possibilidade de trabalhar quatro horas, havendo um descanso de meia hora para os primeiros e de uma hora para os segundos.³⁵

Cabe ressaltar que o Decreto Municipal 1313 de 1891 foi inspirado na legislação inglesa. A drástica exploração no sistema da Inglaterra industrial do século XIX, e impulsionado pelos movimentos de luta social na Europa, fez com que o governo determinasse, em 1860, a realização de inspeções com risco de penalizar aqueles que empregassem meninos abaixo de doze anos nas obras de gás – Mines Act – que não frequentassem as escolas e que não soubessem ler nem escrever. Em 1863, houve também o decreto sobre limpadores de chaminés – Chimney-Sweeper’s Act – para impedir a morte de crianças que limpavam as estreitas chaminés.³⁶

³⁴ No dia 6 de dezembro de 1891 o *Jornal do Commercio* publicou o seguinte anúncio: “Precisa-se de meninos maiores de 9 anos para trabalharem nos teares de tecer liga para chinelos; na fábrica da Companhia Progresso, na rua S. Diogo nº261. É trabalho já apropriado, fácilimo e ligeiro, pagando-se bem, desde a entrada”. Cf. SOARES, 2017, p. 158.

³⁵ Decreto Municipal nº 1313, de 17 de Janeiro de 1891. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1313-17-janeiro-1891-498588-publicacaooriginal-1-pe.html>.

³⁶ POLANYI, 2000, p.150.

Ao contrário da Inglaterra, no Brasil o descumprimento da Lei era corriqueiramente alvo de denúncias. Não havia fiscalização por parte do governo e os patrões continuavam agindo normalmente, conforme relata o periódico anarquista *Guerra Social* relatou no ano de 1911:

“Em muitas fábricas, como em Sapopemba, onde há bem poucos dias protestaram contra tão ignominiosa monstruosidade, declarando-se em greve, trabalham 10 a 12 horas, com serão às vezes.

Não obstante essa desumanidade os nossos legisladores estão por aprovar, um projeto de lei que foi apresentado por seus membros ao conselho municipal, estabelecendo as seguintes disposições:

Não poderão ser admitidas nas oficinas e fábricas, menores do sexo masculino que não tenham completado 13 anos, e do sexo feminino com menos de 11 anos de idade. Em qualquer caso, os menores provarão que sabem ler, escrever e contar; o trabalho não poderá exceder de seis horas. Os industriais que desobedecerem a lei serão passíveis de multa de 200\$ a 1:000\$000.

Esta lei, como muitas outras, como todas em geral, em nada virá beneficiar as infelizes crianças.”³⁷

A Fábrica de Sapopemba no Rio de Janeiro foi constantemente alvo de denúncias, como no dia 17 de março de 1917, em que o jornal *O Clarim* mais um grave acidente de trabalho de uma menor:

[...]com o fim de tomar parte no comício que deveria realizar-se às 17 horas, nas imediações do “feudo” Santo Moreira, se conduziu para a estação de Deodoro justamente onde funciona a supracitada fábrica, quando deparou que da referida fábrica saía uma “maca” conduzindo uma infeliz vítima do capital, com 14 anos de idade, Maria Pinheiro, que os seus condutores procuravam ocultá-la da vista dos circunstantes. [...] Soubemos que a vítima morava em Deodoro, e que foi apanhada por um dos motores, recebendo muitas contusões da perna esquerda.”³⁸

³⁷ Jornal *Guerra Social*, 29/06/1911.

³⁸ Jornal *O Clarim* 17/03/1917.

As reclamações acerca do descumprimento das leis também estiveram presentes na fala de homens políticos. Rui Barbosa falou sobre o descumprimento do Decreto 1313 em seu discurso de plataforma eleitoral publicado no jornal *O Imparcial*, em 21 de março de 1919:

“Essa lei, onde se fixava, a respeito dos operários menores, o mínimo da idade. E se limitavam as horas de trabalho, explicava a deliberação do Marechal Deodoro e seus ministros, com o desígnio, exarado no seu introito, de ‘impedir que, em prejuízos próprios e da prosperidade futura da pátria, sejam classificadas milhares de crianças’. Pois bem, senhores: esse ato legislativo não se regulamentou até hoje. Quer dizer que se deixou de todo em todo sem execução, como se nunca houvera existido. Destarte, pois, durante não menos de trinta anos, um após outro, se continuaram a imolar as milhares de crianças, cujas vidas o grande coração do Marechal Deodoro e o patriotismo do heroico soldado brasileiro queriam salvar. Terrível hecatombe ânua de inocentes cuja responsabilidade se averba toda ao débito da nossa politicalha, da sua crua indiferença, da sua gélida insensibilidade”.³⁹

Na última década do século XIX, formam-se organizações que utilizavam como ferramenta de suas reivindicações a busca incansável por direitos e cidadania. São instituídos os partidos operários⁴⁰ e as sociedades mutuais que também se expandiram no mesmo período, concomitante a expansão da manufatura e o aumento do padrão de vida, que foram fatores que contribuíram para constituir as associações de resistência que utilizavam a greve como meio de intervenção e reivindicação.⁴¹ O surgimento dos

³⁹ Cf. BARBOSA, 1998, p. 35-36. Outros homens políticos discursaram sobre o não cumprimento do decreto de 1891, a exemplo do Deputado Antônio Manuel de Carvalho Neto que declarou que “nada se fez, nada se alvitou, nada se tem de positivo”. Cf. in IANNI, Octavio. *A ideia de Brasil Moderno*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

⁴⁰ Partido Operário do Rio de Janeiro (1890), o Partido Operário Independente; o Partido Socialista (1902). Cf. LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer Lobo. *História do Rio de Janeiro (Do capital comercial ao capital industrial financeiro)*. 2º volume. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978, p.505.

⁴¹ LOBO, 1978, p.505.

primeiros sindicatos e os primeiros passos do movimento operário organizado viria na primeira década do século XX. Elementos como a expansão e transformação da manufatura em indústria, abolição da escravidão, elevação do contingente de operários, a entrada de alguns imigrantes com ideologia anarquista, socialista e anarco-sindicalistas e a posição governamental alheia à existência de um problema social encorajou a expansão de uma ideologia de esquerda, que combatiam o regime.⁴²

Entre os anos de 1902 e 1903, a liderança sindical Pinto Machado organizou os operários das fábricas de tecido do Rio de Janeiro recolhendo quatro mil assinaturas que pedia a redução do trabalho das crianças para seis horas e a redução de oito horas para os adultos, e levou a petição ao presidente Rodrigues Alves no ano seguinte.⁴³ Em abril 1906, ocorreu no Rio de Janeiro o Primeiro Congresso Operário Brasileiro, e em uma de suas resoluções alertava para os pais não enviarem os aprendizes para as fábricas e oficinas, “senão quando eles tenham atingido idade mínima”.⁴⁴ A União Geral dos Trabalhadores (UGT), fundada em 1918, enviou ao Congresso Nacional uma pauta reivindicatória, publicada também no *Jornal do Brasil*, com a urgência em atender medidas como a fixação do trabalho de seis horas para as crianças de 14 e 16 anos; com um dia de descanso por semana cumprindo a semana inglesa de trabalho para mulheres e crianças; exclusão absoluta de crianças menores de 14 anos de qualquer trabalho. Em julho e agosto de 1918 muitas greves eclodiram no Rio de Janeiro e mais uma vez a UGT envia uma carta ao mesmo jornal, com cópia ao Centro Industrial e a todos os industriais, reforçando a situação dos operários têxteis da capital federal e pedia, entre outros pontos, a não admissão de menores de 14 anos.⁴⁵

⁴²Idem, p.508.

⁴³Idem, p.506.

⁴⁴ADDOR, Carlos Augusto. *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Dois Pontos editora, 1986, p.93 e 102.

⁴⁵Ibid., p. 102.

A atuação de sujeitos que se preocupavam com as condições de vida e de trabalho no pós-abolição, mais especificamente no universo do trabalho infantil, interferiu e provocou mudanças nas relações sociais. Polanyi indica que o avanço da sociedade de mercado e os desdobramentos colocados a partir do avanço do capitalismo global, foram enfrentados por uma série de contra movimentos que se preocupou em restringir e, sobretudo, se proteger. A tese de duplo movimento define a expansão da sociedade de mercado e as formas de resistência que essa sociedade encontrava para resistir.⁴⁶ É justamente fruto do desdobramento das reivindicações desse cenário, mais especificamente na primeira década do século XX, que se iniciavam os debates no campo jurídico em torno da infância.

Num primeiro momento, notamos que a maior apreensão dos juristas se voltava para a questão da criança minorizada, que morava nas ruas, que pedia esmolas, que sobrevivia por meio das “virações” e frequentemente praticava delitos.⁴⁷ Homens de notoriedade pública, tais como advogados, juristas, educadores, médicos, deputados, senadores, lutaram pela infância abandonada e delinquente, como o senador Lopes Trovão, o jurista Evaristo de Moraes, o médico Moncorvo Filho, o juiz Mello Mattos, entre outros em busca da construção de um novo tratamento jurídico-institucional na questão da menoridade.⁴⁸ Esses agentes tinham o desejo de reproduzir as legislações internacionais – modelos europeu e norte-americano – em busca de participação nos avanços do progresso ocidental.⁴⁹

⁴⁶POLANYI, 2000.

⁴⁷CAMARA, Sonia. *Sob a guarda da República: a infância minorizada no Rio de Janeiro da década de 1920*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2010.

⁴⁸ CABRAL, Vera Monteiro Larica. *Política de Estado em relação ao menor e seus desdobramentos no Espírito Santo (1889-1927)*. Espírito Santo: Dissertação de mestrado, UFES, 2008, p.61.

⁴⁹ LONDOÑO, Fernando Torres. *A Origem do Conceito Menor*. In PRIORE, Mary del (org.). *História da Criança no Brasil*. São Paulo, Contexto, 1991, p.132-133.

Nesse cenário, os dirigentes estatais precisavam pôr em prática seu projeto de uma nação civilizada. Para tal desenvolvimento, criou-se a necessidade de tirar os menores que transitavam nas ruas e ameaçavam a ordem e a paz social, condicionando-os aos hábitos de trabalho e aprender um ofício, ocupando-os com atividades no mundo do trabalho e submetidos às longas jornadas, feito isso, os menores estariam isentos das ruas e de todos os malefícios causados por ela. O trabalho enquanto atividade produtiva surgia como um caminho para que o Estado conseguisse controlar, confinar, disciplinar e recuperar o menor.⁵⁰

No decorrer da década de 1910 e 1920, marcada fortemente por essas discussões em torno da questão do menor, pouco se refletia acerca da infância trabalhadora. Nossa hipótese é de que a questão do trabalho infantil só foi debatida e incluída no Código de Menores como resposta às inúmeras denúncias do movimento operário em seus jornais e também na imprensa de grande circulação. Foi a partir das condições da sociedade industrial moderna que emergiu a urgência da questão da exploração desenfreada de mão de obra infantil nas fábricas. São dilemas referentes ao tempo, à modernização e à própria industrialização desse período e que não foram incômodos somente do Brasil. Segundo Polanyi, “cada um desses decretos lidava com algum problema originado das modernas condições industriais e objetivava defender algum interesse público contra os perigos inerentes a tais condições ou, pelo menos, o método do mercado de lidar com eles”.⁵¹

As greves também formam o caldo catalizador de fatores reivindicatórios que impulsionaram os legisladores acrescentarem no Código de Menores um conjunto de normatização que atendesse a demanda desses trabalhadores menores. No que se refere ao serviço doméstico, podemos constatar que na década de 1920 praticamente some os pedidos de meninas para o trabalho nas “casas de família”.

⁵⁰ CABRAL, op.cit., p.51-52.

⁵¹ POLANYI, 2000, p.150.

Essas meninas podem ter migrado para as fábricas. No entanto, uma pista nos revela que muitos pedidos de tutela de meninas nessas duas décadas no Juizado de Menores, criado em 1923, e antes Juiz de órfãos, são os caminhos que podemos seguir para entendermos que essa mão-de-obra obtida por meio legal era para utilizar essas meninas órfãs como empregadas. Além disso, nessa primeira década do século XX, houve muitas fugas de menores e que recorriam à polícia alegando maus tratos, agressões, abusos, casos de defloramento contra seus patrões e/ou tutores. Ainda que a tutela tenha funcionado como um mecanismo para perdurar formas análogas à escravidão e outras formas de exploração, é possível que esses menores adquirissem certa consciência.

Em meio às pressões dos juristas, da opinião pública e também dos trabalhadores organizados, foi criado em 1923 o Juizado de Menores e José Cândido de Albuquerque Mello Mattos nomeado o juiz responsável. O juízo de menores passou a ter dupla função, a de proteger a mão de obra infantil da exploração do trabalho e a de retirar os menores que ficavam pelas ruas.⁵² As dificuldades encontradas pelo Juiz de Menores em atuar na fiscalização das fábricas, por exemplo, foi a partir da incompatibilidade das diversas leis municipais. Foi então, que a partir de 1925, Mello Mattos insistiu junto ao ministro da Justiça pela criação de uma legislação que incorporasse as leis dispersas e que pudesse incluí-las numa única legislação. O objetivo era elaborar um código de alcance nacional, inclusive com pontos referentes ao trabalho dos menores, já que algumas leis abrangiam apenas o Rio de Janeiro.⁵³

O Código de Menores, de autoria de Mello Mattos, foi apresentado na Câmara Federal pelo senador Mendonça Martins e aprovado em julho de 1926. O projeto foi submetido e sancionado pelo presidente da República no dia 1º de dezembro de 1926 e

⁵² CABRAL, 2008, p.104.

⁵³ FALCÃO, 1995, p.102.

transformado na Lei nº 5.083.⁵⁴ No dia 12 de outubro de 1927 foi instituído o Decreto nº 17.943-A, que consolida o Código de Menores e nessa data também se passou a comemorar o Dia das Crianças.

A categorização do “menor” significou trazer à tona uma melhor definição e caracterização referentes ao termo, tendo em vista que o Código de Menores atribuiu sentidos à menorização da infância e implementou diferenciais na descrição e nas formas de classificação no que tange às crianças pobres. O termo “menor”, a partir do Código, passou a ser uma categoria social de análise. Dessa forma, a situação social do indivíduo com menos de 18 anos passou a ser identificada a partir de dois grupos: menores abandonados, como os desamparados, vadios, mendigos e libertinos; e os menores delinquentes, que praticavam ou eram cúmplices de crimes e pervertidos. O Estado se responsabilizava em proteger e tutelar o menor e a fiscalizar por vias judiciais a criação de hábitos salutarres em busca de preservar e regenerar a infância.⁵⁵

Sobre a promulgação do Código de Menores, em 1927, Viana aponta que o momento pode ser visto, juridicamente, como uma transformação em que a menoridade “deixa de figurar como uma condição a ser levada em conta nos diversos tipos de códigos legais para se tornar um objeto específico de normatização”.⁵⁶ A consolidação do Código aplica-se no sentido de se estabelecerem medidas pedagógicas e normatizadoras. Além disso, representou a possibilidade de consolidação das leis de assistência e proteção à infância no Brasil.⁵⁷

O Capítulo IX do Código foi dedicado exclusivamente ao trabalho dos menores. Logo em seu primeiro artigo ficou proibido o trabalho de menores de 12 anos em todo o território nacional. A admissão se daria mediante a comprovação de aptidão física e o

⁵⁴ *Ibid.*, p.103.

⁵⁵ CAMARA, 2010, p.271.

⁵⁶ VIANNA, 1999, p.169.

⁵⁷ CAMARA, 2010, p. 259-260.

menor deveria apresentar a instrução primária. Se fosse comprovado que o menor seria indispensável para a sustento da família, poderia ser admitido sem instrução primária, mas dentro das possibilidades deveria receber instrução.

O trabalho de menores de 18 anos, aprendizes e operários, não poderia ultrapassar de seis horas diárias, interrompidas por um ou vários intervalos. Aprendizes ou operários também não poderiam empregar-se em trabalhos noturnos em fábricas ou oficinas. As infrações aos artigos estavam passíveis de multa de 50\$ a 504\$⁵⁸ ou prisão de oito dias até três meses por cada menor empregado de forma irregular. Nos estabelecimentos fabris e comerciais em que menores de 18 anos eram empregados como operários ou aprendizes, os chefes dos estabelecimentos industriais e comerciais ficavam responsáveis por zelar e manter os bons costumes e a decência. Os diretores dos estabelecimentos fabris, oficinas, orfanatos, asilos de caridade, beneficência, dependentes de estabelecimentos religiosos ou leigos, deveriam fornecer a cada três meses uma listagem contendo o nome, data e local de nascimento de todos os menores que trabalhavam. Ficou estabelecido que na porta desses locais deveria haver um quadro permanente informando as condições de trabalho dos menores, tais como a indicação da jornada, com a hora que começava e terminava o trabalho, assim como o tempo de duração do repouso. Os chefes industriais ou patrões tinham obrigação de fornecer gratuitamente ao pai, mãe, tutor ou a quem tivesse a guarda do menor operário, uma caderneta com as informações do menor que tivesse seu nome, data e lugar de nascimento, endereço, data de admissão e da saída, e para os menores de 12 e 13 anos, as indicações de certificação de instrução primária, ao menos o nível elementar de estudos.

Ficou proibido o trabalho de menores de 18 anos em peças teatrais, em cafés-concertos e cabarés. Para as atividades circenses,

⁵⁸ Para se ter uma ideia dos valores em 1927, o índice de preços de alimentação de uma família, nesse ano, era de \$259.6468. Os salários pagos a um operário de máquinas era de \$176.4499, a um ferreiro \$291.0332, a um chefe de seção de fábricas \$430.2871. Cf. LOBO, 1978.

estabeleceu-se o limite de 16 anos e os empresários ou responsáveis pelo espetáculo deveriam apresentar uma autorização dos pais ou representantes legais e requisitar às autoridades fiscalizadoras, expondo em memorial as condições e a jornada de trabalho diária dos menores. Não poderiam trabalhar em mais do que uma apresentação diária, salvo com permissão especial. Ficou permitido às autoridades fiscalizadoras verificar as condições de higiene, alimentação e alojamento dos menores, que deveriam ser submetidos a exames médicos de capacidade física, bem como averiguar se os menores ou seus pais ou representantes legais são pagos pelo serviço prestado nos espetáculos.

Para as atividades exercidas nas ruas, praças ou locais públicos, ficou proibido o trabalho de menores de 14 anos e de mulheres solteiras menores de 18 anos, passível de pena de ser apreendido e julgado como abandonado, impondo multa ou prisão ao responsável. As exceções para esse caso eram para menores entre 14 e 18 anos que deveriam ter uma habilitação perante as autoridades competentes para exercer suas atividades nas ruas. Todos os indivíduos que exercessem atividades ambulantes e que tivessem empregados menores de 18 anos passaram a ser obrigados a trazer consigo as respectivas certidões de nascimento.

Ficou proibido empregar menores de 18 anos no fornecimento ou venda de escritos; impressos; cartazes; desenhos; gravuras; pinturas; emblemas ou imagens de outros objetos, cuja venda, oferta e distribuição seriam repreendidos pelas leis penais contrários aos bons costumes.

O Código de Menores deveria ser aplicado em todo território nacional. Após sua aprovação, enfrentou a reação de industriais, principalmente aqueles ligados à indústria têxtil e o juiz Mello Mattos se mostrou disposto a punir os responsáveis pela exploração dos menores.⁵⁹ A promulgação do conjunto de leis normatizando a questão do menor significou um avanço na

⁵⁹ FALCÃO, 1995, p.109.

conquista dos direitos sociais diante de um longo processo percorrido pelos trabalhadores e tecido por quase quatro décadas de lutas. A dinâmica dessa luta transcorreu a partir de reivindicações justas, humanitárias e defensáveis.⁶⁰

A experiência dos que lutaram contra as relações de exploração na República nos leva a refletir sobre pautas reivindicatórias que garantiriam o direito dos trabalhadores na década de 1930. Exige-se do historiador o compromisso com a verdade, portanto, não devemos cometer o equívoco do esquecimento da memória desses sujeitos que debateram, questionaram, batalharam e resistiram por condições dignas de trabalho nas décadas anteriores aos anos de 1930. E é justamente com essa ideia que finalizaremos nossa pesquisa, não com um ponto final, mas com o sentimento de que a justiça é uma constante em movimento e ainda hoje aqui no Brasil os trabalhadores continuam lutando por seus direitos.

Referências

Manuscritos

Arquivo da Polícia do Rio de Janeiro:
Ocorrências, 19^a DP, 25/02/1925.
Ocorrências, 19^oDP, 1/3/1925.

Impressas

Periódicos
Jornal *A Guerra Social*, 29/06/1911
Jornal *A Vanguarda*, 08/07/1911
Jornal *A Voz do trabalhador*, 01/07/1908
Jornal *Correio Operário*, 01/09/1910
Jornal *O Clarim* 17/03/1917
Jornal *do Commercio*, 06/12/1891
Jornal *O Paiz*, 18/01/1908

⁶⁰ GOMES, 1979, p. 185-186.

Legislação

Código de Menores – Decreto Nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm

Decreto Municipal nº 1313, de 17 de Janeiro de 1891. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1313-17-janeiro-1891-498588-publicacaooriginal-1-pe.html>

Bibliografia

ABREU, Martha. *Meninas perdidas: Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. *Meninas Perdidas*. In PRIORE, M. del (org). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

ADDOR, Carlos Augusto. *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Dois Pontos editora, 1986.

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro. *“O jogo da dissimulação. Abolição e Cidadania Negra no Brasil*. São Paulo: Editora Schwarcz, 2009.

ALENCAR, A.V. & LOPES, C.A.S. *Código de Menores; Lei nº6.697/79, comparações, anotações, histórico*. Brasília: Senado Federal, 1982. Brasil. Leis, decretos, etc.

ARAUJO, Rosa Maria Barboza. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: editora Rocco, 1993.

AZEVEDO, Gislane Campos. *A tutela e o contrato de soldada: a reinvenção do trabalho compulsório infantil*. *História Social, Revista da pós-graduação em história*, nº3, 1996, pp.11-36.

_____. *De Sebastianas e Geovannis: o universo do menor nos processos dos juízes de órfãos da cidade de São Paulo (1871- 1917)*. São Paulo: Dissertação de mestrado, PUC-SP, 1995.

BARBOSA, Pedro Paulo Lima. *Projeto Industrial e Social em Jorge Luís Gustavo Street: Tensão e Conflito em uma Prática de Conciliação entre Capital e Trabalho*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História PUC, 2009.

- BARBOSA, Rui. *A questão social e política no Brasil*. edição de Adriano da Gama Kury. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989.
- BRAGA, Ana Beatriz. *A construção social da infância na Primeira República*. Dissertação (mestrado sociologia). Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.
- BRETAS, Marcos. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- CABRAL, Vera Monteiro Larica. *Política de Estado em relação ao menor e seus desdobramentos no Espírito Santo (1889-1927)*. Espírito Santo: Dissertação de mestrado, UFES, 2008.
- CAMARA, Sonia. *Sob a guarda da República: a infância minorizada no Rio de Janeiro da década de 1920*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2010.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim*. São Paulo: Editora Unicamp, 2001.
- CUNHA, O. *Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição*. In: CUNHA, O.M.G. & GOMES, F.S (org). *Quase- Cidadão*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- DAMASCENO, Caetana. *Segredos da Boa Aparência: Da “cor” à “boa aparência” no mundo do trabalho carioca (1930-1950)*. Seropédica: Ed. da UFRRJ, 2010.
- ESPADA, Henrique. *Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX*. Revista *Topoi*, v.6, nº11, jul-dez.2005, pp.289-326.
- FALCÃO, Regina Lúcia de Andrade. *A balança e o tear: o papel do Juiz Mello Mattos na implementação das leis de proteção ao trabalho infantil no Rio de Janeiro (1924-1929)*. Rio de Janeiro, 1995. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. RJ: Diefel Difusão Editorial S.A.: 1977.

FILHO, Evaristo de Moraes (org.) *Ideias Sociais de Jorge Street*. Brasília D/F: Senado Federal/ Fundação Casa de Rui Barbosa (Coleção Ação e Pensamento da República), 1980.

GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. 3ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. *Burguesia e Trabalho: Política e Legislação Social no Brasil 1917-1937*. Rio de Janeiro: Editora Campus LTDA, 1979.

_____. (org) *Trabalho e Previdência: 60 anos em debate*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1992.

GUIMARÃES, Eliane Silva. *Tensões remanescentes das senzalas: análise de tutórias de menores afrodescendentes (juiz de fora- MG- final do século XIX e início do século XX)*. In. Revista Justiça & História, 2005.

IANNI, Octavio. *A ideia de Brasil Moderno*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LARA, Silvia & NUNES, Joseli Maria (org). *Direitos e justiças no Brasil: ensaios de história social*. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer Lobo. *História do Rio de Janeiro (Do capital comercial ao capital industrial financeiro)*. 2º volume. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

LONDOÑO, Fernando Torres. *A Origem do Conceito Menor*. In PRIORE, Mary del (org.). *História da Criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. 1.ed. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MORAES, Evaristo de. *Apontamentos de Direito Operário*. São Paulo: LTr Editora Ltda, 1971.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro. *Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo*. In: Priore, M. (org) *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

- _____. *Trabalho feminino e condição social do menor em São Paulo*. Centro de Estudos de Demografia Histórica na América Latina, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, 1988/ *Mulheres e menores no trabalho industrial*. Vozes, 1982.
- _____. *Meninos e meninas na rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha*. Revista Brasileira de História, vol. 19, nº37. São Paulo: Associação Nacional de História, 1999.
- PASSETTI, Edson. *Crianças carentes e políticas públicas*. In: PRIORE, M. del (org). História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 2004.
- POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de Casaca*. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.
- PRIORE, Mary Del (org). *História das mulheres no Brasil*. 7 Ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- _____. *O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império*”. In PRIORE, M.D. (Org) História da Infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2003.
- RIZZINI, Irma. *Guia de instituições que produzem conhecimento sobre a infância e adolescência no Brasil*. Editora Universitário Santa Úrsula, 1995.
- _____. *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Universidade Santa Úrsula, 1997.
- _____. *Pequenos trabalhadores do Brasil*. In: PRIORE, M. del (org). História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 2004.
- RIOS, Ana & MATTOS, Hebe. *Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.
- SOARES, Aline Mendes. *Precisa-se de um pequeno: O trabalho infantil no pós-abolição no Rio de Janeiro (1888-1927)*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História/Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

SOIHET, Rachel. *Mulheres pobres e violência no Brasil Urbano*. In PRIORE, Mary Del (org). *História das mulheres no Brasil*. 7 Ed. São Paulo: Contexto, 2004.

THOMPSON, E.P *A formação da classe operária inglesa*. Volume II. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1987.

_____. *A formação da classe operária inglesa*. Volume III. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1987.

_____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

_____. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VIANNA, Adriana de Resende B. *O mal que se adivinha: polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O estudo do mutualismo: algumas considerações historiográfica metodológicas*. Revista Mundos do Trabalho, vol.2, nº4, ago-set de 2010, p.23-39.

_____. *Trabalho, previdência e associativismo: as leis sociais na Primeira República*. IN: LOBO, Valéria, DELGADO, Ignacio e VISCARDI, Cláudia (orgs.) *Trabalho, proteção e direitos: O Brasil além da era Vargas*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010

Sobre o V Seminário Internacional Mundos do Trabalho

O V Seminário Internacional Mundos do Trabalho foi realizado entre 25 e 28 de setembro de 2018 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em conjunto com a IX Jornada Nacional de História do Trabalho e a IX Jornada Regional do GT Mundos do Trabalho. O evento foi promovido pelo GT Mundos do Trabalho da Associação Nacional de História (ANPUH) em conjunto com o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e o Programa de Pós-graduação em História da UFRGS e teve como tema principal “Trabalho, democracia e direitos”. A programação abrangeu conferências, mesas-redondas e 41 sessões de comunicações científicas reunindo 180 pesquisadores de todas as regiões do Brasil, bem como do Exterior.

V Seminário Internacional Mundos do
IX Jornada Nacional de História do
IX Jornada Regionais do GT Mundos do

TRABALHO

25 a 28 de setembro de 2018

Porto Alegre

Brasil

Trabalho,
democracia
e direitos

Promoção:



Financiamento:



Apoio:

